



Light

**Prospecto Definitivo de Distribuição Pública
da 6ª Emissão de Debêntures**

R\$ 300.000.000,00

Coordenadores



BNP PARIBAS

O Banco Votorantim S.A. é o Coordenador Líder da Oferta

Prospecto Definitivo de Distribuição Pública da 6ª Emissão de Debêntures da



Light Serviços de Eletricidade S.A.

Companhia Aberta - CNPJ/MF nº 60.444.437/0001-46

Avenida Marechal Floriano, nº 168, parte, CEP 20080-002, Rio de Janeiro - RJ

R\$300.000.000,00

CÓDIGO ISIN: BRLIGHDBS082

Standard & Poor's: **brA+**

Moody's: **Aa2.br**

Distribuição Pública da 6ª emissão de 300.000 (trezentas mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**, companhia aberta, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda ("CNPJ/MF") sob nº 60.444.437/0001-46, com sede na Avenida Marechal Floriano, nº 168, parte, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro ("Light SESA" ou "Companhia" ou "Emissora"), todas escriturais, da espécie quirografária (portanto, sem garantia nem preferência), com garantia adicional, com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais) ("Debêntures") na data de emissão, qual seja 1º de junho de 2009, totalizando o montante de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) ("6ª Emissão", "Debêntures", "Oferta" e "Data de Emissão", respectivamente).

A Oferta foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia conforme deliberação tomada em reunião realizada em 27 de maio de 2009, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 29 de maio de 2009, sob nº 00001913954, e publicada nas edições de 5 de junho de 2009 do Jornal do Commercio, edição nacional, e do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("RCA"), em atendimento ao disposto no artigo 62, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação, com intermediação do **BANCO VOTORANTIM S.A.** ("Coordenador Líder"), do **BANCO ITAÚ BBA S.A.** ("Itaú BBA"), do **BANCO BRADESCO BBI S.A.** ("BBI"), do **BANCO CITIBANK S.A.** ("Citibank") e do **BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.** ("BNP Paribas") e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Itaú BBA, o BBI e o Citibank, "Coordenadores", instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, sem solidariedade entre elas, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM nº 400/03"), da Instrução da CVM nº 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM nº 471/08") e do Código ANBID de Regulação e Melhor Prática para as Atividades Conveniadas ("Código ANBID para Atividades Conveniadas").

A quantidade de Debêntures originalmente ofertada foi objeto de aumento em virtude do exercício da opção de distribuição de lote adicional de Debêntures, nos termos do artigo 14, §2º, da Instrução CVM nº 400/03, em quantidade correspondente a 20% (vinte por cento) da quantidade de Debêntures originalmente ofertada ("Lote Adicional"), observado que a distribuição pública do Lote Adicional será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação e observará as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas.

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos e do SND - Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos e do Sistema Bovespafix (ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias, e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

A 6ª Emissão é regulada pelo "Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, da Light Serviços de Eletricidade S.A.", celebrado entre a Emissora e a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, em 8 de junho de 2009, conforme aditado em 23 de junho de 2009 e 14 de julho de 2009, arquivado na JUCERJA sob nº ED33000048-7/004, em sessão de 17 de julho de 2009.

A Oferta foi registrada na CVM sob nº CVM/SRE/DEB/2009/009, em 21 de julho de 2009. A Emissora é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da Companhia Emissora, bem como sobre as Debêntures a serem distribuídas."

OS INVESTIDORES DEVEM LER A SEÇÃO "FATORES DE RISCO", NAS PÁGINAS 69 A 85 DESTA PROSPECTO DEFINITIVO, PARA UMA AVALIAÇÃO DOS RISCOS QUE DEVEM SER CONSIDERADOS PARA O INVESTIMENTO NAS DEBÊNTURES.

Maiores informações sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto aos Coordenadores e a CVM nos endereços indicados nas páginas 59 a 66 deste Prospecto Definitivo.



A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

COORDENADORES



BNP PARIBAS

O Banco Votorantim S.A. é o Coordenador Líder da Oferta

A data deste Prospecto Definitivo é 21 de julho de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	5
DEFINIÇÕES	7
RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	21
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA	25
Composição do Capital Social da Companhia	25
Autorizações Societárias	25
Requisitos	25
Características da Oferta	25
Contrato de Distribuição	37
Cronograma estimado das etapas da Oferta	40
Suspensão e cancelamento da Oferta	40
Modificação ou revogação da Oferta	41
Demonstrativo do Custo da Oferta	41
Relações da Companhia com os Coordenadores	42
Coordenador Líder	42
Coordenadores	42
Operações vinculadas à Oferta	44
DESCRIPTIVO PRELIMINAR.....	45
Visão Geral	45
Pontos Fortes	45
Estratégia	47
Estrutura Societária	48
Resultados Financeiros e Operacionais	50
INFORMAÇÕES SOBRE A GARANTIDORA.....	51
Visão Geral	51
Capital Social	51
Breve descrição dos Principais Acionistas	52
Informações Financeiras Seleccionadas da Garantidora	53
Demonstrações dos Resultados Consolidados	55
Títulos e Valores Mobiliários Emitidos	57
Informações Periódicas	58
Auditores Independentes	58
Plano de Investimentos 2009/2012	58
IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES, BANCO MANDATÁRIO E ESCRITURADOR, AGENTE FIDUCIÁRIO, CONSULTORES LEGAIS E AUDITORES INDEPENDENTES	59
Emissora	59
Coordenador Líder	59
Coordenadores	60
Banco Mandatário e Escriturador	63
Agente Fiduciário	64
Consultores Legais	64
Auditores Independentes	64
Declaração da Companhia	65
Declaração do Coordenador Líder	66
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA.....	67
DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES PROSPECTIVAS.....	68

FATORES DE RISCO	69
Riscos Relativos ao Brasil	69
Riscos Relativos ao Setor Elétrico Brasileiro	73
Riscos Relativos à Companhia e suas Operações	78
Riscos Relativos às Debêntures	83
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	86
2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA.....	87
CAPITALIZAÇÃO	89
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS.....	90
Balanço Patrimonial	91
Demonstração de Resultados	95
DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES	
FINANCEIRAS E OS RESULTADOS OPERACIONAIS	97
Considerações Iniciais.....	98
Eventos Subsequentes Relevantes.....	98
Conjuntura Macroeconômica Brasileira.....	98
Fatores macroeconômicos que afetam os resultados das operações da Companhia	100
Capacidade de Pagamento das Debêntures por parte da Garantidora.....	102
Fatores que Afetam a Comparação dos Resultados da Companhia nos Períodos em Análise	102
Ajustes de Balanço – Transferência de Controle Acionário	105
Sistema de Atendimento e Gestão Comercial.....	106
Reajuste das Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica	106
Balanço Patrimonial	109
Demonstração de Resultados	113
Informações Operacionais.....	115
Outros indicadores financeiros.....	115
31 de março de 2009 comparado com 31 de dezembro de 2008	116
Trimestre encerrado em 31 de março de 2009 comparado ao trimestre encerrado em 31 de março de 2008.....	117
Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007	119
31 de dezembro de 2007 comparado com 31 de dezembro de 2006	121
Posição da Dívida da Companhia.....	124
Considerações sobre Liquidez e Endividamento.....	125
Capacidade de Pagamento	125
Operações Não Registradas nas Demonstrações Financeiras	126
Sazonalidade	126
VISÃO GERAL DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA.....	127
Matriz Energética Brasileira.....	127
Balanço Oferta x Demanda.....	129
Hidrelétricas de Grande Porte	129
Aspectos Regulatórios	130
Segmento de Geração de Energia Elétrica	146
Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no Brasil	147
Consumo de Energia Elétrica.....	148
Segmento de Comercialização de Energia Elétrica no Brasil	152
Consumidor Livre	152
Segmento de Transmissão de Energia Elétrica no Brasil	153
Tarifas e Encargos de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão	153
ATIVIDADES.....	155
Histórico e Visão Geral das Atividades do Grupo Light	155
Visão Geral das Atividades da Companhia.....	158
Pontos Fortes.....	159
Objeto Social.....	160

Relacionamento com Clientes	161
Investimentos e Desinvestimentos Recentes Relevantes.....	166
Parcerias e Convênios	166
Características da área de Concessão	166
Sistema de Distribuição	169
Otimização Operativa	170
Desempenho do Sistema	170
Perdas de energia elétrica	171
Matéria-Prima e Relacionamento com Fornecedores.....	173
Índice de Inadimplência e Procedimentos de Cobrança	173
Concorrência	175
Relação de Dependência dos Mercados Nacionais e/ou Estrangeiros	176
Efeitos da Ação Governamental nos Negócios da Companhia	176
Programa de Investimentos	176
Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos ou Serviços	176
Propriedade Intelectual	177
Seguros	179
Bens móveis e imóveis de propriedade da Companhia	180
Aspectos Ambientais	180
Política de Terceirização.....	183
Empregados	183
Relação com Sindicatos e Acordos Coletivos	185
Contratos Relevantes Operacionais.....	186
Light ESCO.....	193
Contratos Financeiros Relevantes	193
Contratos comerciais relevantes com fornecedores e prestadores de serviço	198
Contratos de confidencialidade e não concorrência	199
Processos Judiciais e Administrativos.....	199
ADMINISTRAÇÃO.....	222
Conselho de Administração	222
Diretoria.....	226
Conselho Fiscal.....	230
Remuneração	230
Relação entre os Administradores e a Companhia	231
Títulos e Valores Mobiliários.....	231
Plano de Opção de Compra de Ações	232
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	233
Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários.....	233
Política para Negociação de Valores Mobiliários.....	235
DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS.....	236
Distribuição do capital social	236
Descrição das últimas alterações do capital social.....	236
Alterações na participação dos membros do grupo de controle nos últimos 3 exercícios sociais	236
Ações em Tesouraria	238
Principais Acionistas.....	238
Controladores	244
Assembleias Gerais	244
Acordo de Acionistas	244
Dividendos	245
Política de Divulgação de Informações	246
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	247
Processo de tomada de decisão da Companhia no tocante à realização de operações com partes relacionadas.....	247
Operações da Companhia com partes relacionadas e impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.....	247
Operações futuras com partes relacionadas.....	249

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	250
Novo Mercado	250
Manual de Governança Corporativa	250
IBGC.....	250
Sarbanes-Oxley Act	251
Código de Ética	251
Missão da Light SESA	251
POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL.....	252
Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE	252
Pacto Global.....	252
Políticas adotadas pelo Grupo Light	253
Política Ambiental do Grupo Light.....	255
Patrocínio concedido pelo Grupo Light.....	257
Projetos socioambientais desenvolvidos pela Light SESA voltados para as comunidades.....	258
Centro Cultural Light	261
Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social.....	262
Prêmios	264
 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS	
Demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e respectivo parecer dos Auditores Independentes e relatório da Administração	269
Demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e respectivo parecer dos Auditores Independentes e relatório da Administração	351
Informações Trimestrais da Companhia relativas ao primeiro trimestre de 2008 e de 2009 e relatório de revisão especial	439
 4. ANEXOS	
Estatuto Social consolidado da Companhia	557
Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de maio de 2009	575
Ata da Reunião do Conselho de Administração da Light S.A. realizada em 27 de maio de 2009.....	585
Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples da Light Serviços de Eletricidade S.A.	595
Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples da Light Serviços de Eletricidade S.A.....	639
Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples da Light Serviços de Eletricidade S.A.....	689
Relatórios de Classificação de Risco elaborados pela Standard&Poor's e pela Moody's	741
Declaração da Emissora nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03.....	751
Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03.....	755

1. INTRODUÇÃO

- **Definições**
- **Resumo das Características da Oferta**
- **Informações sobre a Oferta**
- **Descritivo Preliminar**
- **Informações sobre a Garantidora**
- **Identificação dos Administradores, Coordenadores, Banco Mandatário e Escriturador, Agente Fiduciário, Consultores Legais e Auditores Independentes**
- **Informações Cadastrais da Companhia**
- **Declarações e Informações Prospectivas**
- **Fatores de Risco**
- **Destinação de Recursos**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DEFINIÇÕES

Para fins do presente Prospecto, os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuído a seguir, salvo no caso de referência diversa neste Prospecto.

Acessante	A concessionária ou permissionária de distribuição, concessionária ou autorizada de geração, autorizada de importação e/ou exportação de energia elétrica, bem como Consumidor Livre que acessa a rede básica do SIN nos termos da Resolução Normativa ANEEL n.º 67/2004.
ACL	Ambiente de Contratação Livre. No ACL são efetuadas operações de compra e venda de energia elétrica a preços livremente negociados entre Geradoras, Consumidores Livres e empresas comercializadoras de energia elétrica.
Acordo de Acionistas RME	Acordo celebrado entre a CEMIG, a AG Concessões, a JLA e a Pactual Latin America Power Fund Ltd., em 23 de março de 2006.
Acordo Geral do Setor Elétrico	Acordo instituído em razão do racionamento de energia elétrica pela Medida Provisória n.º 14, convertida na Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002.
ACR	Ambiente de Contratação Regulado. No ACR são efetuadas operações de compra e venda de energia elétrica a preços obtidos por meio de leilões públicos para atendimento ao mercado de Consumidores Cativos das Distribuidoras.
AES	AES Coral Reef LLC e AES Treasury Cove, quando referidas em conjunto.
AG Concessões	Andrade Gutierrez Concessões S.A.
Agente Fiduciário ou Pentágono	Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
ALTM	ALTM S.A. Tecnologia e Serviços de Manutenção.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta.
APIMEC	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais.
Auditor Independente	Mazars & Guerard Auditores Independentes e/ou Walter Heuer Auditores e Consultores e/ou Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes e/ou KPMG Auditores Independentes, conforme indicados ao longo deste Prospecto.
Banco Central	Banco Central do Brasil.
Banco do Brasil	Banco do Brasil S.A.

Banco Mandatário e Escriturador	Banco Bradesco S.A.
BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Biomassa	Fontes orgânicas que são utilizadas para produzir energia a ser convertida em eletricidade, combustível ou calor. Essa energia resulta do processo de fotossíntese realizado pelas plantas, que capturam a energia do sol e a transformam em energia química. São exemplos de Biomassa utilizada na geração de eletricidade: bagaço de cana de açúcar, casca de arroz, resíduos de madeira, etc.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias, e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.
BNDESPAR	BNDES Participações S.A.
BNP Paribas	Banco BNP Paribas Brasil S.A.
BOVESPA FIX	Sistema Bovespa Fix (ambiente de negociação de ativos de renda fixa), administrado pela BM&FBOVESPA.
Bradesco	Banco Bradesco S.A.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Braslight	Fundação de Seguridade Social Braslight.
BVRJ	Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.
BTNF	Bônus do Tesouro Nacional Fiscal.
Capacidade Instalada	Quantidade máxima de eletricidade que pode ser entregue por uma unidade geradora, por uma usina hidrelétrica ou por um parque gerador, em particular em bases de carga total contínua nos termos e condições específicas, conforme designado pelo produtor.
Carga Fio	Toda a energia que circula pelo sistema de transmissão e distribuição da Light SESA.
CCB	Cédula de Crédito Bancário.
CCC	Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis.
CCD	Contratos de Conexão ao Sistema de Distribuição.
CCEAR	Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado.
CCEE	Câmara de Comercialização de Energia Elétrica, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, fiscalizada pela ANEEL, cuja principal função é viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN, sendo responsável por registrar os CCEARs, os contratos resultantes de ajustes de mercado, e o volume de energia contratado no ACL, bem como pela contabilização e liquidação das transações de curto prazo no âmbito do SIN e das diferenças referentes aos Contratos Bilaterais registrados.

CDE	Conta de Desenvolvimento Energético, instituída pela Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, como sucessora da CCC no que se refere à subvenção dos custos de combustíveis às usinas de geração termoeletrônica que utilizam carvão mineral nacional. Foi criada para apoiar o desenvolvimento da produção de energia por meio de fontes alternativas de energia e a universalização dos serviços de energia em todo o País.
CEDAE	Companhia Estadual de Águas e Esgotos.
CEG	Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro.
Citibank	Banco Citibank S.A.
CEF	Caixa Econômica Federal
CELPE	Companhia Energética de Pernambuco.
CEMAR	Companhia Energética do Maranhão.
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais.
CETIP	CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CFURH	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos.
CHESF	Companhia Hidrelétrica do São Francisco.
CNPE	Conselho Nacional de Política Energética.
Código ANBID para Atividades Conveniadas	Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas, que estabelece normas relativas à atuação da ANBID e instituições que dela participam para aplicação do convênio celebrado com a CVM nos termos da Instrução CVM 471.
Comissão de Sucesso	Comissão a que os Coordenadores farão jus, equivalente a 25% do valor presente da economia gerada pela diferença entre (i) a remuneração máxima que poderia ser aplicada às Debêntures, correspondente a 133% da Taxa DI e (ii) a Taxa Final, sendo que a taxa de referência a ser utilizada para o cálculo do valor presente será baseada no mercado futuro da Taxa DI da BM&FBOVESPA válida para a Data de Vencimento das Debêntures.
Companhia ou Emissora	Light Serviços de Eletricidade S.A.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Conselho de Administração	Conselho de Administração da Companhia.
Consumidores Cativos	Consumidores que não podem negociar livremente a aquisição de energia elétrica e que são atendidos pelas respectivas Distribuidoras locais, às quais estão diretamente conectados.
Consumidores Livres	Consumidores que podem negociar a aquisição de energia elétrica livremente com quaisquer fornecedores de energia que atuam no mercado, por meio da celebração de Contratos Bilaterais no ACL. De acordo com a legislação vigente, são considerados Consumidores Livres (a) aqueles em cuja Unidade Consumidora a demanda contratada mínima seja de 3 MW, atendidos em tensão igual ou superior a 69 kV; (b) os que tenham uma demanda contratada mínima de 3 MW em qualquer segmento horossazonal, atendidos em qualquer tensão, porém, que tenham sido ligados após 08 de julho de 1995.

Consumidores Potencialmente Livres	Consumidores que a despeito de cumprirem as condições previstas para se tornarem livres, não exercem a opção e são atendidos de forma regular.
Constituição Federal	Constituição Federal da República Federativa do Brasil, promulgada em 5 de outubro de 1988.
Contrato de Concessão	Contrato de Concessão para Geração, Transmissão e Distribuição de Energia n.º 001/96, celebrado entre a Companhia e a União Federal, em 4 de junho de 1996, e suas alterações posteriores.
Contrato de Distribuição	Contrato de Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, sob o regime de Garantia Firme, da 6ª Emissão da Light Serviços de Eletricidade S.A., a ser celebrado entre a Companhia e os Coordenadores.
Contratos Bilaterais	Contratos de compra e venda de energia livremente negociados entre Geradoras e Distribuidoras a partir de 2003, quando as entregas de energia contratadas por meio de Contratos Iniciais começaram a ser reduzidas em 25%, de acordo com a Lei do Setor Elétrico.
Contratos Iniciais	Contratos de fornecimento de energia elétrica com preços e quantidades aprovados pela ANEEL, celebrados entre as Geradoras e Distribuidoras nos termos da Lei do Setor Elétrico, nos termos da Lei do Setor Elétrico.
Coordenador Líder ou Votorantim	Banco Votorantim S.A.
Coordenadores	Votorantim, Itaú BBA, BBI, Citibank e BNP Paribas.
COPOM	Comitê de Política Monetária.
COSERN	Companhia Energética do Rio Grande do Norte.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido.
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional.
CUSD	Contratos de Uso do Sistema de Distribuição.
CVA	Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da “Parcela A” da TUSD.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	Data de emissão das Debêntures, qual seja 1º de junho de 2009.
Data de Liquidação	Data da liquidação financeira das operações de integralização de Debêntures no âmbito da Oferta, nos termos e condições previstos no Contrato de Distribuição.

Data de Pagamento de Remuneração	Cada data de pagamento da Remuneração, quais sejam: 1º de dezembro de 2009, 1º de junho de 2010, 1º de dezembro de 2010 e 1º de junho de 2011.
Data de Vencimento	Data de vencimento das Debêntures, qual seja 1º de junho de 2011.
DDA	DDA - Sistema de Distribuição de Ativos.
Debêntures	As debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional, nominativas e escriturais, objeto da Oferta.
Debenturistas	Titulares das Debêntures.
DEC	Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora.
Deliberação CVM n.º 371/00	Deliberação CVM n.º 371, de 13 de dezembro de 2000, que aprova o pronunciamento do IBRACON sobre a contabilização de benefícios a empregados.
Deutsche Bank	Deutsche Bank AG London Branch.
Dia Útil	Todos os dias exceto sábados, domingos e dias em que não houver expediente bancário nas Cidades de São Paulo e/ou do Rio de Janeiro.
Diretoria	Diretoria da Companhia.
Distribuidoras	Concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica que atuam no mercado brasileiro de energia elétrica.
DNAEE	Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.
Dólar ou US\$	A moeda corrente nos Estados Unidos da América.
EBITDA	Lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, resultado de equivalência patrimonial, imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, depreciação e amortização, (ganhos)/perdas na alienação de ativos e outros e participação dos empregados. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro elaborada de acordo com as Práticas Contábeis no Brasil, com os US GAAP ou com as IFRS, tempouco deve ser considerado como uma alternativa aos fluxos de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos ou alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou, ainda, como indicador de liquidez.
ECE	Encargo de Capacidade Emergencial.
EDF	Electricité de France.
EDFI	EDF International S.A.
EIA-RIMA	Estudo de Impacto Ambiental. Relatório de Impacto Ambiental.
Eletrobrás	Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

ELETROPAULO	Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.
Eletrosul	Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
Equatorial Energia	Equatorial Energia S.A.
Energia Assegurada	Quantidade de energia elétrica de uma usina estabelecida pelo Poder Concedente no respectivo contrato de concessão, que deverá ser disponibilizada para venda.
1ª Emissão	1ª emissão de debêntures da Companhia.
4ª Emissão	4ª emissão de debêntures da Companhia.
5ª Emissão	5ª emissão de debêntures da Companhia.
6ª Emissão	6ª emissão de Debêntures da Companhia, objeto da Oferta.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética.
Escritura de Emissão	“Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, da Light Serviços de Eletricidade S.A.”, celebrado em 8 de junho de 2009, entre a Companhia e o Agente Fiduciário, conforme aditado em 23 de junho de 2009 e 14 de julho de 2009, arquivado na JUCERJA em 17 de julho de 2009, sob n.º ED33000048-7/004.
ESS	Encargos de Serviço e Sistema.
Estatuto Social	Estatuto Social da Companhia.
FEC	Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora.
FEEMA	Fundação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente.
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FNDCT	Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, criado pelo Decreto-Lei n.º 719, de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei n.º 8.172, de 18 de janeiro de 1991.
Furnas	Furnas Centrais Elétricas S.A.
Garantia Fidejussória	Garantia ao fiel e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia com relação às Debêntures, prestada pela Light S.A., nos termos da Escritura de Emissão.
Garantidora	Light S.A.
GCE	Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica, instituída por meio da Medida Provisória n.º 2.198-5/2001 para administrar a crise de energia elétrica ocorrida em 2001 e 2002.
Geradoras	Companhias concessionárias ou autorizadas a prestar serviços públicos de geração de energia elétrica.
Governo Estadual	Governo do Estado do Rio de Janeiro.
Governo Federal	Governo da República Federativa do Brasil.

Grandes Clientes	Clientes ligados às redes dos Segmentos de Média Tensão e Alta Tensão.
Grupo Econômico	As seguintes sociedades em conjunto: RME, Light S.A., Light SESA, Light Energia, Light ESCO, Light Hidro, Lightger, Itaocara, HIE, Instituto Light e LIR.
Grupo Light	As seguintes sociedades em conjunto: Light S.A., Light SESA, Light Energia, Light ESCO, Light Hidro, Lightger, Itaocara, HIE, Instituto Light e LIR.
GWh	Gigawatt hora. Unidade equivalente a 1 gigawatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por 1 hora ou 1 bilhão de watts hora.
HIE	HIE Brasil Rio Sul Ltda.
Itaú BBA	Banco Itaú BBA. S.A.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
ICMS	Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação.
IFC	International Finance Corporation.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> ou Normas Internacionais de Contabilidade.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela FGV.
INPC	Índice Nacional de Preços ao Consumidor, índice de inflação médio e divulgado pelo IBGE.
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
INSS	Instituto Nacional da Seguridade Social.
Instituto Light	Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social.
Instrução CVM n.º 358/02	Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 400/03	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM n.º 409/04	Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada.

Instrução CVM n.º 471/08	Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008.
INVESTLIGHT	Clube de Investimento dos Empregados do Grupo Light.
IPC	Índice de Preços ao Consumidor.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo.
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano.
IRPJ	Imposto de Renda - Pessoa Jurídica.
IR Fonte	Imposto de Renda Retido na Fonte.
Itaipu	Itaipu Binacional.
Itaocara	Itaocara Energia Ltda.
ITR	Imposto Territorial Rural.
JLA	JLA Participações Ltda.
JUCERJA	Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro.
KV	Kilovolt. Unidade equivalente a 1 mil volts.
KW	Kilowatt. Unidade equivalente a 1 mil watts.
KWh	Kilowatt hora. Unidade equivalente a 1 kilowatt de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou 1 mil watts hora.
Lei n.º 6.385/76	Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei n.º 9.074/95	Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995.
Lei n.º 11.638/07	Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, conforme alterada.
Lei n.º 11.941/09	Lei n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, resultante da conversão da Medida Provisória n.º 449/08.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei de Concessões	Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada.

Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico	Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto n.º 5.163, de 30 de julho de 2004, pelo Decreto n.º 5.175, de 9 de agosto de 2004, e pelo Decreto n.º 5.184, de 16 de agosto de 2004.
Lei do Setor Elétrico	Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, conforme alterada.
Lidil	Lidil Comercial Ltda.
Light Energia	Light Energia S.A.
Light ESCO	Light Esco Prestação de Serviços Ltda.
Lightger	Ligthger Ltda.
Light Hidro	Light Hidro Ltda.
Light SESA, ou Companhia, ou Emissora	Light Serviços de Eletricidade S.A.
LIR	LIR Energy Ltd.
LOI	Light Overseas Investments Limited.
Lote Adicional	Nos termos do disposto no artigo 14, §2º, da Instrução CVM n.º 400/03, o lote adicional de Debêntures a serem distribuídas no âmbito da Oferta para atender a demanda por parte dos investidores, a critério da Emissora, correspondente a 20% da quantidade de Debêntures originalmente ofertada, observado que a distribuição pública do Lote Adicional será exercida nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas.
Luce Brasil FIP	Luce Brasil Fundo de Investimentos em Participações.
MAE	Mercado Atacadista de Energia Elétrica.
Manual de Contabilidade	Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído por meio da Resolução ANEEL n.º 444, de 26 de outubro de 2001.
MCSD	Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits.
MME	Ministério de Minas e Energia.
MRE	Mecanismo de realocação de energia destinado a distribuir o risco hidrológico entre as Geradoras, na medida em que cada Geradora tenha assegurado o pagamento pelo montante de sua Energia Assegurada, enquanto os membros do MRE, em conjunto, forem capazes de satisfazer os níveis de Energia Assegurada do MRE.
MW	Megawatt. Unidade equivalente a 1 milhão de watts.
MWh	Megawatt hora. Unidade equivalente a 1 MW de energia elétrica fornecida ou solicitada por hora ou 1 milhão de watts hora.

NFLD	Notificações Fiscais de Lançamento de Débito.
Notas Promissórias da 1ª Emissão	Notas Promissórias Comerciais da 1ª Emissão da Companhia, emitidas em 15 de maio de 2009, em série única, com valor nominal unitário de R\$1 milhão, perfazendo o montante total de R\$100 milhões, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009.
Novo Mercado	Seguimento especial de listagem de ações de emissão de companhias abertas da BOVESPA.
NPC n° 26 do IBRACON	Norma de Procedimento Contábil n° 26 do Instituto Brasileiro de Contabilidade sobre a contabilização de benefícios a empregados
Oferta	Distribuição pública das Debêntures.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
ONS	Operador Nacional do Sistema Elétrico.
Pactual	Banco Pactual S.A.
Parcela A	É a parcela da Receita Requerida que incorpora os custos não gerenciáveis das Distribuidoras, tais como compra de energia, transporte de energia e encargos setoriais resultantes de políticas governamentais, nos termos da Resolução Normativa ANEEL n.º 234, de 31 de outubro de 2006.
Parcela B	É a parcela da Receita Requerida que incorpora os custos gerenciáveis relacionados à atividade de distribuição de energia elétrica, tais como custos operacionais, remuneração dos investimentos e quota de reintegração nos termos da Resolução Normativa ANEEL n.º 234, de 31 de outubro de 2006.
PCH	Pequena Central Hidrelétrica. Usinas com Capacidade Instalada entre 1 MW e 30 MW que atendam aos requisitos propostos na Resolução da ANEEL n.º 652, de 9 de dezembro de 2003.
PCP Energia Participações	PCP Energia Participações S.A.
PDEE	Plano Decenal de Expansão de Energia
P&D	Pesquisa e desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.
Período de Capitalização	O período de capitalização da Remuneração, correspondente ao intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Remuneração correspondente ao período em questão. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.
Pessoas Vinculadas	Acionista controlador ou administradores da Companhia, acionista controlador ou administradores dos Coordenadores ou outra pessoa vinculada à Oferta, bem como seus cônjuges ou companheiros, seus ascendentes, descendentes e colaterais até 2º grau.
PIB	Produto Interno Bruto.

PIS	Programa de Integração Social.
Poder Concedente	União Federal.
Política Nacional do Meio Ambiente	Política pública instituída pela Lei n.º 6.938, de 31 de agosto de 1981.
Práticas Contábeis Brasileiras	Práticas contábeis emanadas a qualquer tempo da Lei das Sociedades por Ações, das normas da ANEEL, do IBRACON, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e da regulamentação editada pela CVM.
Prazo de Colocação	O prazo máximo de colocação das Debêntures no âmbito da Oferta, que será de 5 dias úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início.
Preço de Integralização	O Valor Nominal Unitário das Debêntures acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização.
Procedimento de Bookbuilding	Procedimento conduzido pelos Coordenadores em 13 de julho de 2009 para coleta de intenções de investimento de investidores interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta, com o objetivo de apurar a Taxa Final.
Produtor Independente	Pessoa jurídica ou consórcio de pessoas jurídicas que recebem autorização do Poder Concedente para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia elétrica produzida por sua conta e risco.
Programa de Racionamento	Medidas adotadas pelo Governo Federal destinadas à redução do consumo de energia elétrica, nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, por parte de consumidores industriais, comerciais e residenciais da ordem de 15% a 25% entre junho de 2001 e fevereiro de 2002.
PROINFA	Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica.
Projeto de Desverticalização	Projeto de reorganização das atividades da Companhia visando a adequá-la à Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. O Projeto de Desverticalização, aprovado pela ANEEL em 5 de setembro de 2005, por meio da Resolução Autorizativa n.º 307/05, consistia, principalmente: (i) na criação da Light S.A. como <i>holding</i> pura, detendo participações acionárias em todas as sociedades integrantes do Grupo Light, e única companhia do Grupo Light a ter ações negociadas em bolsa; (ii) transferência de todas as atividades de transmissão e geração de energia da Companhia para a Light Energia; e (iii) manutenção das atividades de distribuição de energia na Companhia.
Prospecto	Este prospecto definitivo da Oferta.
Real ou R\$	A moeda corrente no Brasil.
Receita Requerida	É a receita compatível com a abertura de custos operacionais eficientes e com um retorno adequando para o capital prudentemente investido.
Rede Básica	Conjunto de linhas de transmissão, barramentos, transformadores de potência e equipamentos com tensão igual ou superior a 230 kV, ou instalações em tensão inferior definidas pela ANEEL.

Remuneração	Remuneração a que as Debêntures farão jus, correspondente à acumulação de 115% da Taxa DI, conforme definida no Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , calculada de forma exponencial e cumulativa, <i>pro rata temporis</i> por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização, imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula constante da Escritura de Emissão.
Resolução Autorizativa n.º 307/05	Resolução Autorizativa ANEEL n.º 307, de 5 de setembro de 2005.
RGR	Reserva Global de Reversão, instituída pela Lei n.º 5.655, de 20 de maio de 1971, com a finalidade de prover fundos para o pagamento de eventuais indenizações às empresas do setor elétrico brasileiro em determinados casos de revogação ou encampação das respectivas concessões. Nos últimos anos, a RGR tem sido usada principalmente para financiar projetos de geração e distribuição.
RME	Rio Minas Energia Participações S.A., sociedade controlada por CEMIG, AG Concessões, Luce Brasil FIP e Equatorial Energia, todas com participação igualitária.
RTE	Recomposição Tarifária Extraordinária.
SDT	Módulo de Distribuição de Títulos – SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.
SEC	<i>Securities and Exchange Commission</i> , a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos da América.
SFE	Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade da ANEEL.
SFF	Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL.
Segmento de Alta Tensão	Clientes da Light SESA ligados à rede de 138 KV.
Segmento de Baixa Tensão ou Segmento de Varejo	Clientes da Light SESA ligados à rede de 220/127V.
Segmento de Média Tensão	Clientes da Light SESA ligados à rede de 13,8 KV.
SELIC	Taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SENGE-RJ	Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro
SERASA	Serasa S.A.
SIN	Sistema Interligado Nacional.

SINTERGIA	Sindicato dos Trabalhadores nas Companhias de Energia do Rio de Janeiro e Região.
SND	Módulo Nacional de Debêntures – SND, administrado e operacionalizado pela CETIP.
STF	Supremo Tribunal Federal.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
SuperVia	Supervia – Concessionária de Transporte Ferroviário S.A.
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta.
Taxa CACEX	Taxa de Licenciamento de Importação
Taxa DI	Taxa média diária dos Depósitos Interfinanceiros - DI de um dia, <i>over extra grupo</i> , expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no Informativo Diário disponível em sua página na Internet (http://www.cetip.com.br) e no jornal “Gazeta Mercantil”, edição nacional, ou, na falta deste, em outro jornal de grande circulação.
Taxa Final	Taxa final aplicável para cálculo da Remuneração, conforme definido no Processo de <i>Bookbuilding</i> , correspondente a 115% da Taxa DI.
TCLD	Taxa de Coleta de Lixo Domiciliar.
TCLLP	Taxa de Coleta de Lixo e Limpeza Pública.
TFSEE	Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica.
TIP	Taxa de Iluminação Pública.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo BNDES.
TST	Tribunal Superior do Trabalho.
TUSD	Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, devida pelos usuários (Geradoras e Consumidores Livres) às Distribuidoras pelo uso de sua rede de distribuição (tensão inferior a 230 kV).
UHE	Usina Hidrelétrica com Capacidade Instalada acima de 30MW.
Unibanco	Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.
Unidade Consumidora	Qualquer instalação cadastrada na Light SESA que receba um faturamento individualizado.
UTE	Usina Termelétrica de Energia
VALE	Companhia Vale do Rio Doce.

Valesul	Valesul Alumínio S.A.
Valor de Referência Anual	É uma medida ponderada dos custos de aquisição de energia elétrica decorrentes dos leilões “A-5” e “A-3”, calculado para o conjunto de todas as Distribuidoras, o qual será o limite máximo para repasse dos custos de aquisição de energia proveniente de empreendimentos existentes nos leilões de ajuste, leilões de energia nova e para a contratação de geração distribuída.
Valor Nominal Unitário	Valor nominal unitário atribuído às Debêntures correspondente, na Data de Emissão, a R\$1.000,00.
Valor Total Inicial da 6ª Emissão	O valor total da Emissão correspondente, na Data de Emissão, a R\$250 milhões.

RESUMO DAS CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Emissora:	Light Serviços de Eletricidade S.A.
Valor Mobiliário:	Debêntures simples.
Rating:	brA+ atribuído pela Standard & Poor's; e Aa2.br atribuído pela Moody's América Latina.
Data de Emissão:	1º de junho de 2009.
Agente Fiduciário:	Pentágono S.A. DTVM.
Banco Mandatário e Escriturador:	Banco Bradesco S.A.
Coordenador Líder:	Banco Votorantim S.A.
Coordenadores:	Banco Votorantim S.A., Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco Citibank e Banco BNP Paribas Brasil S.A.
Valor Total da 6ª Emissão:	R\$300.000.000,00. O Valor Total Inicial da 6ª Emissão foi objeto de aumento em virtude do exercício da opção de distribuição de Lote Adicional, observado que a distribuição pública do Lote Adicional observará as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e será conduzida sob o regime de melhores esforços.
Número de Séries:	Série única.
Quantidade de Debêntures:	300.000 Debêntures.
Valor Nominal Unitário:	R\$1.000,00.
Espécie e Garantia Fidejussória:	Quirografária, portanto, sem garantia nem preferência. Como garantia ao fiel e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, a Garantidora constituiu fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável pela dívida representada pelas Debêntures.
Forma e Conversibilidade:	Nominativas e escriturais, simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.
Prazo e Data de Vencimento:	As Debêntures têm prazo de vigência de 2 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2011.

Preço de Subscrição e Forma de Integralização:	As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.
Remuneração:	As Debêntures farão jus à Remuneração equivalente a 115% da Taxa DI, conforme definida no <i>Procedimento de Bookbuilding</i> , nos termos da Escritura de Emissão.
Data de Pagamento de Remuneração:	Semestralmente, nas seguintes datas: 1º de dezembro de 2009, 1º de junho de 2010, 1º de dezembro de 2010 e 1º de junho de 2011.
Local de Pagamento:	Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBOVESPA. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBOVESPA terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.
Amortização Programada:	O Valor Nominal Unitário será amortizado em parcela única, na Data de Vencimento.
Resgate Antecipado:	As Debêntures não estão sujeitas a resgate antecipado.
Aquisição Facultativa:	<p>A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas para negociação no mercado.</p>
Repactuação Programada:	As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.
Distribuição e Negociação:	As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT e do SND, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela ativos CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA e do BOVESPA FIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.
Regime de Colocação das Debêntures	As Debêntures que representam o Valor Total Inicial da 6ª Emissão serão colocadas sob o regime de garantia firme de colocação, com a intermediação dos Coordenadores, ao passo que a colocação das Debêntures do Lote Adicional será realizada pelos Coordenadores sob o regime de melhores esforços, observado o limite estabelecido na Lei das Sociedades por Ações e neste Prospecto.

Garantia Firme:

Observadas as condições estabelecidas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores realizarão a colocação pública das Debêntures que representam o Valor Total Inicial da 6ª Emissão, sob o regime de garantia firme, sem solidariedade entre os Coordenadores, de acordo com o plano de distribuição definido no Contrato de Distribuição e a seguinte alocação:

Instituição Financeira*	Quantidade de Debêntures	Montante de Garantia Firme na Data de Emissão (R\$)	Proporção (%)
Votorantim	125.000	125.000.000,00	50
Itaú BBA	68.000	68.000.000,00	27,2
BBI	42.000	42.000.000,00	16,8
Citibank	10.000	10.000.000,00	4
BNP Paribas	5.000	5.000.000,00	2
Total:	250.000	250.000.000,00	100

A garantia firme é vinculante a partir da assinatura do Contrato de Distribuição.

Quoruns de deliberação em Assembleias Gerais de Debenturistas:

Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvados quoruns específicos estabelecidos na Escritura de Emissão, serão tomadas, em primeira convocação, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures presentes, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

A substituição da Fiança da Garantidora, bem como qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) nas datas e nas taxas de pagamento do Valor Nominal Unitário e/ou da Remuneração; (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (iv) nos eventos de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previstos na Escritura de Emissão, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação.

A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures e a definição da taxa substitutiva em caso de indisponibilidade, impossibilidade de aplicação ou extinção da Taxa DI, nos termos da Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação.

Os quoruns de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas são aqueles previstos acima, inexistindo quaisquer outros quoruns, exceto nos casos em que legislação futura venha a prevêê-los.

Quorum Mínimo para Instalação de Assembleia Geral de Debenturistas:

A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

Público Alvo:

A Oferta é destinada a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Imunidade dos Debenturistas:

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Inadequação do Investimento:

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário brasileiro para negociação de debêntures é restrito.

Destinação dos Recursos:

Os recursos captados por meio da Oferta serão utilizados para (i) pagamento do resgate antecipado compulsório das Notas Promissórias da 1ª Emissão, no valor de R\$100 milhões; e (ii) para reforço do capital de giro da Companhia. Para maiores informações sobre a destinação dos recursos captados por meio da Oferta, inclusive sobre as Notas Promissórias da 1ª Emissão, ver seção “Destinação de Recursos” na página 86 deste Prospecto.

Fatores de Risco

Para avaliação dos riscos associados ao investimento nas Debêntures, os investidores devem atentar cuidadosamente para os fatores de risco descritos na seção “Fatores de Risco”, constante das páginas 68 a 85 deste Prospecto.

Informações Adicionais:

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidos junto à Emissora (inclusive no *website* www.light.com.br), ao Coordenador Líder (inclusive no *website* www.bancovotorantim.com.br), aos demais Coordenadores (inclusive nos *websites* www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas, www.itaubba.com.br, www.citibank.com.br e www.bnpparibas.com.br); à CVM (inclusive no *website* www.cvm.gov.br); à BM&FBOVESPA (inclusive no *website* www.bmfbovespa.com.br) e à CETIP (inclusive no *website* www.cetip.com.br).

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

Segue abaixo breve sumário sobre a composição do capital social da Companhia e descrição dos principais termos e condições da Oferta.

Composição do Capital Social da Companhia

Em 31 de maio de 2009, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$2.082.364.785,47, representado por 203.934.060.011 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A distribuição do capital social da Companhia, em 31 de maio de 2009, é apresentada a seguir:

Acionistas	Ações Ordinárias	(%)
Light S.A.	203.934.060.011	100,00
Total	203.934.060.011	100,00

O valor total da 6ª Emissão, considerando a colocação do Lote Adicional, atende aos limites impostos à realização de emissões e distribuições públicas de debêntures previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

Autorizações Societárias

A 6ª Emissão foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 27 de maio de 2009, cuja ata foi arquivada na JUCERJA, em 29 de maio de 2009, sob n.º 00001913954, e publicada no Jornal do Commercio, edição nacional, e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 5 de junho de 2009, em atendimento ao disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações.

Requisitos

A Oferta será registrada na CVM nos termos (i) da Lei das Sociedades por Ações; (ii) da Lei nº 6.385/76, conforme alterada; (iii) da Instrução CVM n.º 400/03 e (iv) das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

O registro da Oferta foi realizado por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM n.º 471/08, sendo o pedido de registro da Oferta previamente submetido à análise da ANBID em observância ao disposto no Código ANBID para Atividades Conveniadas.

Tendo em vista as atividades desenvolvidas pela Emissora, a Oferta foi objeto de pedido de autorização prévia à ANEEL, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis às concessionárias de serviços de energia elétrica.

Características da Oferta

Quantidade das Debêntures e Número de Séries:

Serão emitidas 300.000 Debêntures, em uma série única.

Valor Nominal Unitário:

O Valor Nominal Unitário, na Data de Emissão, é de R\$1.000,00.

Valor Total da 6ª Emissão:

O valor total da 6ª Emissão será de R\$300.000.000,00, na Data de Emissão. O Valor Total Inicial da 6ª Emissão foi objeto de aumento em virtude do exercício da opção de distribuição do Lote Adicional, observado que a distribuição pública do Lote Adicional será exercida nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas.

Data de Emissão:

Para todos os efeitos legais, a Data de Emissão é 1º de junho de 2009.

Forma e Conversibilidade:

As Debêntures são nominativas e escriturais, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

Espécie e Garantia Fidejussória:

As Debêntures são da espécie quirografária, portanto, sem qualquer garantia ou preferência. Como garantia ao fiel e pontual cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora com relação às Debêntures da 6ª Emissão, a Garantidora constituiu fiança em favor dos titulares das Debêntures, obrigando-se como fiadora, principal pagadora e solidariamente responsável pela dívida representada pelas Debêntures.

A concessão da fiança da Garantidora, conforme referida acima, foi (i) aprovada pela reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009, cuja ata foi registrada na JUCERJA em 29 de maio de 2009, sob n.º 00001913955, e (ii) formalizada por meio da Escritura de Emissão, a qual foi objeto de registro na JUCERJA e no competente Registro de Títulos e Documentos na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Certificado de Debêntures e Comprovação de Titularidade das Debêntures:

Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, conforme o caso, será expedido extrato em nome dos titulares de Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

Preço de Subscrição e Forma de Integralização:

As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional.

Descontos e/ou Repasses:

Os Coordenadores não concederão qualquer tipo de desconto e/ou repasse aos investidores interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta.

Prazo e Data de Vencimento:

As Debêntures terão prazo de 2 anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2011.

Distribuição e Negociação:

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT e do SND, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA e do BOVESPA FIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

Remuneração das Debêntures:

As Debêntures farão jus à Remuneração calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

em que:

J = Valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização acumulada no período, calculada com 6 casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI = Produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado a partir da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento de Remuneração, exclusive, calculado com 8 casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

n = Número total de Taxas DI consideradas na atualização, sendo "nDI" um número inteiro;

p = Percentual a ser aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 casas decimais, correspondente à Taxa Final (115% da Taxa DI);

TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

k 1, 2, ..., n

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 casas decimais;

Adicionalmente, considerando que:

- O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 casas decimais, sem arredondamento.
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 casas decimais, com arredondamento.
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

Cada período de capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

Taxa DI:

Em caso de não divulgação ou indisponibilidade da Taxa DI na Data de Vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora nos termos da Escritura de Emissão, será aplicada na apuração de TDIk a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos parágrafos abaixo quanto à definição do novo parâmetro de Remuneração das Debêntures.

Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de Remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de Remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do FatorDI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de Remuneração para as Debêntures.

Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas tratada no parágrafo acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos da Escritura de Emissão, a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas na Escritura de Emissão.

Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas tratada acima, não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida: (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em circulação, a periodicidade de pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Escritura de Emissão, observado que as Debêntures farão jus a nova Remuneração a ser definida pelos titulares de Debêntures e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Escritura de Emissão. Referida nova Remuneração deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a nova Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 dias úteis, essa Remuneração deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 dias úteis.

Datas de Pagamento de Remuneração:

A Remuneração das Debêntures será paga semestralmente nas seguintes datas: 1º de dezembro de 2009, 1º de junho de 2010, 1º de dezembro de 2010 e 1º de junho de 2011.

Resgate Antecipado:

As Debêntures não estão sujeitas a resgate antecipado.

Aquisição Facultativa:

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no artigo 55, §2º, da Lei das Sociedades por Ações.

As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas para negociação no mercado.

Repactuação Programada:

Não haverá repactuação programada das Debêntures.

Amortização Programada:

O Valor Nominal Unitário será amortizado em parcela única, na Data de Vencimento.

Vencimento Antecipado:

Observado o disposto nos parágrafos abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes da Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- (i) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora, pela Garantidora e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$50 milhões, e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento da obrigação;
- (ii) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da Garantidora e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$50 milhões;
- (iii) protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora, a Garantidora e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas seja responsável, ainda que na condição de garantidora, em valor, individual ou em conjunto, superior a R\$50 milhões, salvo se, no prazo de 10 dias corridos contados do referido protesto, (a) seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) o protesto for cancelado ou (c) for apresentada defesa e prestadas as devidas garantias em juízo;
- (iv) dissolução ou extinção da Emissora, da Garantidora e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, exceto no caso das sociedades HIE e LIR;

- (v) decretação de falência e/ou liquidação da Emissora, da Garantidora e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora, pela Garantidora e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (vi) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra sociedade, salvo (i) se tal alteração societária for previamente aprovada por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim; ou (ii) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (vii) cisão, fusão ou incorporação da Garantidora por outra sociedade, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida cisão, fusão ou incorporação, os ratings originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora pela Standard&Poor's e pela Moody's América Latina na data de publicação do Anúncio de Início não sejam objeto de rebaixamento pelas referidas agências de *rating*;
- (viii) alteração e/ou transferência no controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou da Garantidora, conforme definido nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, os *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora pela Standard&Poor's e pela Moody's América Latina na data de publicação do Anúncio de Início não sejam objeto de rebaixamento pelas referidas agências de *rating*;
- (ix) alienação pela Emissora, de ativos permanentes que representem em um mesmo período de 12 meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$50 milhões, exceto se previamente autorizado por titulares de Debêntures reunidos em assembleia de titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (x) perda da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia;
- (xi) intervenção do poder concedente da concessão outorgada à Emissora decorrente de fatos relacionados à sua capacidade econômica;
- (xii) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (xiii) redução do capital social da Emissora, que não seja para absorção de prejuízos acumulados, exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures reunidos em assembleia de titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (xiv) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora que não tenham sido declarados até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (xv) inadimplemento por parte da Emissora e/ou da Garantidora com relação ao pagamento da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (xvi) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à destinação dos recursos captados por meio da Oferta, e que não seja regularizada no prazo máximo de 10 dias corridos contados da data do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelos titulares de Debêntures, individualmente ou em conjunto;

- (xvii) não cumprimento de decisões judiciais finais e irreversíveis contra a Emissora e/ou a Garantidora envolvendo valores superiores a R\$50 milhões, considerado individualmente ou em conjunto;
- (xviii) alteração do objeto social da Emissora e/ou da Garantidora, de forma que (i) a Emissora deixe de atuar na distribuição e comercialização de energia elétrica; ou (ii) a Garantidora deixe de ter como objetivo principal a participação em sociedades que atuem na geração, distribuição e/ou comercialização de energia elétrica;
- (xix) constituição de ônus ou gravames sobre ativos relevantes da Emissora e/ou da Garantidora (exceto se para a prestação de garantias em processos judiciais ou administrativos ou para garantir o cumprimento de contrato de compra de energia elétrica celebrados pela Emissora), considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$20 milhões, exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (xx) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim; e
- (xxi) inobservância ou descumprimento, pela Garantidora, enquanto houver Debêntures em circulação, dos seguintes Índices e Limites Financeiros:

A. Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA:

$\frac{\text{Total da Dívida Sênior}}{\text{EBITDA}}$	$\leq 3,1$ (três inteiros e um décimo), para os trimestres fiscais e os exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009, inclusive, observado o disposto no item A.1. abaixo.
---	---

A.1. Sem prejuízo do limite previsto na tabela acima, a relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA constante da tabela acima somente poderá ser superior a 2,6 caso a Emissora e a Garantidora comprovem, a cada data de apuração dos Índices e Limites Financeiros nos termos da Escritura de Emissão, que o índice de endividamento que supera 2,6 corresponde, exclusivamente, a operações de financiamento destinadas à realização de investimentos pela Emissora e/ou pela Garantidora no setor elétrico. O Agente Fiduciário deverá observar os procedimentos descritos na Escritura de Emissão no que se refere ao vencimento antecipado das Debêntures caso a relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA constante da tabela acima seja superior a 2,6 e a Emissora e a Garantidora não apresentem a comprovação de que trata este item A.1.

Para os fins do disposto no item A e A.1. acima:

“Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA” significa, em qualquer momento, o quociente da divisão do (a) Total da Dívida Consolidada e Ajustada da Garantidora, no último dia do mais recente trimestre fiscal completo da Garantidora pelo (b) EBITDA da Garantidora relativo aos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data ou próximo a tal data;

“Total da Dívida Consolidada e Ajustada” da Garantidora significa, em qualquer momento, o saldo de principal e juros a pagar total das Dívidas da Garantidora e de suas subsidiárias, calculado em bases consolidadas, menos o saldo, à época, do valor total das Dívidas Subordinadas consolidadas;

“Dívida” significa, em relação a qualquer Pessoa, sem duplicidade, seja o recurso aos bens de tal Pessoa, total ou parcial e contingente ou não, (i) todas as obrigações de tal Pessoa por recursos tomados em empréstimo, (ii) todas as obrigações de tal Pessoa evidenciadas por títulos, debêntures, notas ou instrumentos similares, incluindo qualquer obrigação oriunda da aquisição de bens ou negócios, (iii) todas as obrigações de tal Pessoa relativas à venda condicional ou outras formas de contrato de retenção de titularidade relacionadas a bens adquiridos por tal Pessoa, (iv) todas as obrigações de reembolso de tal Pessoa relacionadas a cartas de crédito, aceites bancários ou

instrumentos similares emitidos em benefício de tal Pessoa, em razão de obrigações derivadas de empréstimo em dinheiro, (v) todas as obrigações de tal Pessoa em relação ao preço pendente de compra de bens ou serviços (inclusive contratos de recompra de valores mobiliários, mas excluindo contas a pagar ou outros encargos incorridos resultantes do curso normal dos negócios e que não estejam vencidos ou que estejam sendo contestados em boa-fé), (vi) todas as obrigações de tal Pessoa relacionadas a contratos de locação ou arrendamento ou outro acordo de transferência de direito de uso, de bens móveis ou imóveis, (vii) todas as obrigações de tal Pessoa de resgatar, reembolsar ou de qualquer forma realizar pagamento relacionado a ações de emissão de tal Pessoa, (viii) obrigações líquidas (se existentes) em decorrência de contratos de *hedge* de taxa de juros ou de proteção cambial de tal Pessoa, conforme constante das demonstrações financeiras (ou balancetes) de tal Pessoa relativas ao último trimestre fiscal, (ix) todas as Dívidas de terceiros garantidas por (ou com relação às quais o devedor tenha o direito, de qualquer forma, de ter sua Dívida garantida por) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos por tal Pessoa, (x) toda obrigação de terceiros, semelhante àquelas previstas nos itens (i) a (viii) acima, cujo pagamento tenha sido garantido por tal Pessoa, (xi) todas as obrigações ou garantias de obrigações relacionadas a fundos e/ou planos de pensão, e (xii) todas as obrigações ou garantias de obrigações dos tipos mencionados nos itens (i) a (xi) acima, por meio das quais a Pessoa tenha criado um ônus sobre qualquer de seus bens de forma a garantir ou assegurar tal obrigação. A Dívida da Garantidora não deve, entretanto, incluir Dívidas Subordinadas ou (a) qualquer obrigação relacionada à dívida passada referente ao PIS - Programa de Integração Social, à COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, ao INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social e/ou ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, (b) qualquer contingência relativa a fundos de pensão (tais como previstas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 e contabilizadas em seu balanço patrimonial consolidado, nos termos da Deliberação CVM n.º 371/00) ou (c) qualquer obrigação incorrida em virtude do Programa de Eficientização de Energia;

“Pessoa” significa a Garantidora ou qualquer de suas subsidiárias;

“Dívida Subordinada” significa qualquer Dívida da Emissora ou de qualquer de suas subsidiárias que estejam, em todos os aspectos, subordinada às obrigações da Emissora com relação às Debêntures e cujas datas de pagamento de principal somente ocorram após o pagamento integral dos valores devidos aos titulares de Debêntures;

“EBITDA” significa, para qualquer período, o Lucro Líquido da Garantidora e de suas subsidiárias, calculado de forma consolidada para tal período, acrescido, desde que deduzido no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (a) despesa de impostos sobre o Lucro Líquido, (b) Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos, (c) despesa de amortização e depreciação, (d) perdas extraordinárias e não recorrentes e (e) outros itens operacionais que não configurem saída de caixa e que reduzam o Lucro Líquido, menos, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, (i) receitas financeiras, (ii) quaisquer ganhos extraordinários e não recorrentes, e (iii) outras receitas operacionais que aumentem o Lucro Líquido e que não configurem entrada de caixa;

“Lucro Líquido” significa, para qualquer período, o lucro líquido (ou prejuízo) da Garantidora e de suas subsidiárias, em bases consolidadas, para o período em questão e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo quaisquer ganhos resultantes de conversão de moedas); considerando que devem ser excluídos (a) o lucro líquido (ou prejuízo) de qualquer entidade, existente antes da data em que a referida entidade tornou-se uma subsidiária da Garantidora ou tenha sido incorporada ou fundida à Garantidora ou suas subsidiárias, (b) ganhos ou perdas relativos a disposição de ativos da Garantidora ou suas subsidiárias, (c) o efeito acumulado de modificações aos princípios contábeis, (d) quaisquer perdas resultantes da flutuação das taxas cambiais, (e) qualquer ganho ou perda realizado quando do término de qualquer plano de benefício de pensão de empregados, (f) lucro líquido de operações descontinuadas e (g) o efeito fiscal de quaisquer dos itens descritos nas alíneas (a) a (f) acima; e

“Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos” significa, em qualquer período, a despesa consolidada de juros brutos relacionada a empréstimos e outros financiamentos (incluindo quaisquer valores adicionais a serem pagos em virtude de tais obrigações sujeitas ao pagamento de juros), incluída na demonstração consolidada de resultado, sem dedução de qualquer receita proveniente de juros, da Garantidora ou suas subsidiárias para tal período, calculada de forma consolidada, incluindo, sem duplicação (ou na medida em que não esteja incluído ou adicionado) (i) quaisquer pagamentos ou taxas relacionados a cartas de crédito, aceites bancários ou instrumentos similares emitidos ou concedidos por conta da Garantidora ou de qualquer de suas subsidiárias em relação a empréstimo ou outro tipo de

financiamento; e (ii) parcelas de qualquer obrigação relacionada a contratos de locação ou arrendamento ou outro acordo de transferência de direito de uso, de bens móveis ou imóveis, pagas durante o referido período, determinadas em bases consolidadas, mas excluindo (x) os efeitos de qualquer variação cambial que não configurem movimentação de caixa e (y) na medida em que incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas, os juros pagos pela Garantidora e suas subsidiárias em relação a qualquer obrigação descoberta relativa a fundo de pensão (tais como previstas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 e contabilizadas em seu balanço patrimonial consolidado, nos termos da Deliberação CVM n.º 371/00).

B. Relação de Cobertura de Juros:

$$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos}} \geq 2,5 \text{ (dois inteiros e cinco décimos), para os trimestres fiscais e os exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009, inclusive.}$$

Para os fins do disposto no item B acima:

“Relação de Cobertura de Juros” significa, ao final de qualquer trimestre fiscal, a divisão do (a) somatório do EBITDA dos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data, pelo (b) somatório da Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos dos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data.

C. A Emissora e a Garantidora obrigaram-se a realizar o cálculo dos Índices e Limites Financeiros, apurados e revisados trimestralmente pelos auditores independentes da Garantidora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora. Os Índices e Limites Financeiros, bem como as informações de que tratam o item A. acima, serão apresentados ao Agente Fiduciário juntamente com o relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para cálculo dos referidos Índices e Limites Financeiros. O relatório contendo as informações descritas neste item C. será enviado ao Agente Fiduciário em observância aos prazos previstos na Escritura de Emissão.

D. Após o recebimento das informações descritas no item C. acima e observados os prazos previstos na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário poderá solicitar à Emissora, à Garantidora e aos respectivos auditores independentes eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

E. Os Índices e Limites Financeiros serão verificados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, no encerramento de cada trimestre contábil, com base nas informações referidas no item C acima. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos da Escritura de Emissão, deverá considerar o trimestre contábil a ser encerrado em 30 de junho de 2009.

A Data de Vencimento antecipado das Debêntures será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nos itens (iv), (v), (x), (xii), (xv) e (xviii) acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo os eventos previstos nos itens (i), (ii), (iii), (vi), (vii), (ix), (xi), (xiii), (xiv), (xvii), (xix), (xx) e (xxi) acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas referida abaixo, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 dias úteis.

No que se refere aos eventos descritos no item (xvi) acima, o vencimento antecipado das Debêntures será automaticamente declarado pelo Agente Fiduciário na hipótese de descumprimento, pela Emissora, de sua obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta estritamente aos fins descritos na Escritura de Emissão e que não seja regularizado no prazo estabelecido no próprio item (xvi). Na hipótese de descumprimento de qualquer outra obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão que não seja regularizado no prazo estabelecido no item (xvi) acima, exceto no que se refere à destinação dos recursos captados por meio da Oferta, o Agente Fiduciário deverá observar os procedimentos descritos na Escritura de Emissão e nos parágrafos abaixo.

No que se refere ao evento descrito no item (viii) acima, o vencimento antecipado das Debêntures será automaticamente declarado pelo Agente Fiduciário na hipótese de rebaixamento de ambos os *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora, ou seja, conforme súmulas/relatórios da Standard&Poor's e da Moody's America Latina. Na hipótese de rebaixamento de apenas um dos *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora, ou seja, conforme súmula/relatório da Standard&Poor's e da Moody's America Latina, o Agente Fiduciário deverá observar os procedimentos descritos abaixo neste Prospecto e na Escritura de Emissão.

Na ocorrência dos eventos indicados nos itens (i), (ii), (iii), (vi), (vii), (ix), (xi), (xiii), (xiv), (xvi), (xvii), (xix), (xx) e (xxi) acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, no prazo de até 2 dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre o eventual vencimento antecipado das Debêntures. Tal Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo máximo de 15 dias contados da data da primeira convocação ou no prazo máximo de 8 dias contados da data da segunda convocação, se aplicável.

Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada acima não delibere sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 75% das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura da Emissão, em até 5 dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Escritura de Emissão.

Multa e Juros Moratórios:

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos Debenturistas, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2%; e (ii) juros moratórios à razão de 1% ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos:

Sem prejuízo do disposto no parágrafo acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

Local de Pagamento:

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBOVESPA. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBOVESPA terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

Prorrogação dos Prazos:

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Assembleia Geral de Debenturistas:

Convocação

Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

A assembleia geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Aplicar-se-á à assembleia geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

As assembleias gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 dias em primeira convocação. A segunda convocação somente poderá ser realizada após decorrido, no mínimo, 8 dias da data marcada para a instalação da assembleia em primeira convocação.

Presidência

A presidência da assembleia geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao Debenturista eleito pelos demais Debenturistas presentes ou àquele que for designado pela CVM.

Quorum de Instalação

Nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, a assembleia geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas assembleias gerais de debenturistas.

O Agente Fiduciário deverá comparecer à assembleia geral de Debenturistas para prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Para efeito da constituição de quorum de instalação e deliberação serão consideradas “Debêntures em circulação” aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria ou que sejam de propriedade de seus acionistas controladores (diretos ou indiretos) ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como aos respectivos diretores ou conselheiros e parentes de até segundo grau de qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

Quorum de Deliberação

Nas deliberações da assembleia geral de Debenturistas, cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas assembleias gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvados quoruns específicos estabelecidos na Escritura de Emissão e nos parágrafos abaixo, serão tomadas, em primeira convocação, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures presentes, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

A substituição da fiança da Garantidora, bem como qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) nas datas e nas taxas de pagamento do Valor Nominal Unitário e/ou da Remuneração; (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (iv) nos eventos de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previstos na Escritura de Emissão, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% das Debêntures em circulação.

A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures e a definição da taxa substitutiva em caso de indisponibilidade, impossibilidade de aplicação ou extinção da Taxa DI, nos termos da Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% das Debêntures em circulação.

Publicidade:

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da 6ª Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos Debenturistas, a critério razoável da Emissora, em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser publicados sob a forma de “Aviso aos Debenturistas” no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio, edição nacional, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações exigidas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

Imunidade Tributária:

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, referido Debenturista deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 dias úteis antes da data prevista para o recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Público Alvo:

A Oferta é destinada a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta.

Classificação de Risco:

A Emissora contratou a Standard&Poor's e a Moody's para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures. A Standard&Poor's atribuiu rating brA+ e a Moody's atribuiu rating Aa2.br às Debêntures.

Destinação dos Recursos:

Os recursos captados por meio da Oferta serão utilizados para (i) pagamento do resgate antecipado compulsório das Notas Promissórias da 1ª Emissão, no valor de R\$100 milhões; e (ii) para reforço do capital de giro da Companhia. Para informações adicionais sobre a destinação dos recursos captados por meio da Oferta, inclusive sobre as Notas Promissórias da 1ª Emissão, ver seção “Destinação de Recursos” na página 86 deste Prospecto.

Declaração de Inadequação de Investimento:

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que necessitem de ampla liquidez em seus títulos, uma vez que o mercado secundário brasileiro para negociação de debêntures é restrito.

Local onde as Debêntures podem ser adquiridas:

Os interessados em adquirir Debêntures poderão contatar os Coordenadores nos endereços e telefones indicados na seção “Identificação dos Administradores, Coordenadores, Banco Mandatário e Escriturador, Agente Fiduciário, Consultores Legais e Auditores Independentes”, na página 59 deste Prospecto, nos quais poderão, também, obter cópia deste Prospecto.

Contrato de Distribuição

Nos termos da Lei n.º 6.385/76 e da Instrução CVM n.º 400/03, foi celebrado o Contrato de Distribuição, por meio do qual a Emissora contratou os Coordenadores para serem responsáveis pela colocação das Debêntures junto ao público investidor. O Contrato de Distribuição encontra-se disponível para consulta ou cópia na sede da Emissora ou dos Coordenadores, nos endereços indicados na seção “Identificação dos Administradores, Coordenadores, Banco Mandatário e Escriturador, Agente Fiduciário, Consultores Legais e Auditores Independentes”, na página 59 deste Prospecto.

De acordo com o Contrato de Distribuição, a Oferta será realizada conforme as condições descritas a seguir.

Regime e Prazo de Colocação

Os Coordenadores realizarão a colocação pública das Debêntures que compõem o Valor Total Inicial da 6ª Emissão sob o regime de garantia firme, de forma não solidária entre os Coordenadores, observada a seguinte alocação:

- (i) o Votorantim será responsável pela colocação, sob o regime de garantia firme, de 125.000 Debêntures, no valor em moeda corrente nacional, na Data de Emissão, de R\$125.000.000,00;
- (ii) o Itaú BBA será responsável pela colocação, sob o regime de garantia firme, de 68.000 Debêntures, no valor em moeda corrente nacional, na Data de Emissão, de R\$68.000.000,00;
- (iii) o BBI será responsável pela colocação, sob o regime de garantia firme, de 42.000 Debêntures, no valor em moeda corrente nacional, na Data de Emissão, de R\$42.000.000,00;
- (iv) o Citibank será responsável pela colocação, sob o regime de garantia firme, de 10.000 Debêntures, no valor em moeda corrente nacional, na Data de Emissão, de R\$10.000.000,00; e
- (v) o BNP Paribas será responsável pela colocação, sob o regime de garantia firme, de 5.000 Debêntures, no valor em moeda corrente nacional, na Data de Emissão, de R\$5.000.000,00.

A garantia firme de que trata o parágrafo acima não é aplicável ao Lote Adicional, que será distribuído pelos Coordenadores sob o regime de melhores esforços de colocação.

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT e do SND, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela ativos CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA e do BOVESPA FIX, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA, sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

O prazo máximo de colocação das Debêntures será de 5 dias úteis contados da data da publicação do Anúncio de Início.

Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será concluída em havendo a subscrição e integralização, durante o Prazo de Colocação, da totalidade das Debêntures. Os Coordenadores serão responsáveis pela subscrição e integralização das Debêntures objeto de garantia firme que não tenham sido subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, sendo a responsabilidade dos Coordenadores limitada à quantidade de Debêntures alocada para cada Coordenador, nos termos do Contrato de Distribuição e dos parágrafos acima.

Na hipótese de não conclusão da Oferta por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão da Emissora, por meio dos Coordenadores, os montantes utilizados na integralização de Debêntures no prazo a ser indicado no Anúncio de Início, que não será superior a 5 dias úteis contados da data de publicação de anúncio informando sobre a não conclusão da Oferta, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração.

Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, os investidores deverão fornecer recibo de quitação aos Coordenadores relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

Os Coordenadores poderão, a qualquer momento após a publicação do Anúncio de Encerramento e até a Data de Vencimento, revender as Debêntures eventualmente adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação, pelo saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado pela Remuneração, com ou sem aplicação de ágio ou deságio, conforme o caso, de acordo com a demanda do mercado e as condições mercadológicas prevalecentes à época. A revenda das Debêntures aqui mencionada deverá ser efetuada em observância à regulamentação aplicável.

O Preço de Integralização das Debêntures será o correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização, nos termos da Escritura de Emissão.

Plano de Distribuição das Debêntures

Os Coordenadores iniciarão a Oferta após o registro da Oferta junto à CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto ao público investidor. A colocação das Debêntures junto ao público investidor será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.

As Debêntures serão colocadas pelos Coordenadores junto a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409/04, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, assegurando (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento nas Debêntures ao perfil de risco dos investidores; (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente exemplares deste Prospecto, para leitura obrigatória, e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder; e (iv) a disponibilização de exemplares dos Prospectos aos investidores.

Os Coordenadores realizaram Procedimento de *Bookbuilding* para definição da Taxa Final.

A quantidade de Debêntures originalmente ofertadas de 250.000 Debêntures, foi aumentada em virtude da opção de distribuição do Lote Adicional, observado que a distribuição pública do Lote Adicional será realizada sob o regime de melhores esforços de colocação e observará as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas.

Não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures.

Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no âmbito da Oferta.

Os Coordenadores não concederão qualquer tipo de desconto aos investidores interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta.

Remuneração dos Coordenadores

Pelos serviços prestados na forma prevista no Contrato de Distribuição, os Coordenadores farão jus a um comissionamento equivalente a 1% incidente sobre o Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da efetiva subscrição e integralização das Debêntures, conforme descrito a seguir:

- (a) Comissão de Estruturação correspondente a 0,10% incidente sobre a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas;
- (b) Comissão de Coordenação correspondente a 0,10% incidente sobre a quantidade de Debêntures efetivamente emitidas;
- (c) Comissão de Colocação correspondente a 0,40% incidente sobre a quantidade de Debêntures efetivamente colocada por cada um dos Coordenadores no âmbito da Oferta; e
- (d) Prêmio de Garantia Firme correspondente a 0,40% incidente sobre a quantidade de Debêntures objeto de garantia firme de colocação prestada por cada um dos Coordenadores.

Além dos valores acima, os Coordenadores farão jus ao recebimento de Comissão de Sucesso equivalente a 25% do valor presente da economia gerada pela diferença entre (i) a remuneração máxima que poderia ser aplicada às Debêntures, correspondente a 133% da Taxa DI e (ii) a Taxa Final, sendo que a taxa de referência a ser utilizada para o cálculo do valor presente será baseada no mercado futuro da Taxa DI da BM&FBOVESPA válida para a Data de Vencimento das Debêntures.

O montante a ser pago pela Emissora aos Coordenadores nos termos do Contrato de Distribuição será deduzido do montante efetivamente pago pela Emissora aos Coordenadores na data de liquidação das Notas Promissórias da 1ª Emissão, no valor de R\$600.000,00.

Os valores mencionados acima deverão ser pagos pela Emissora a cada um dos Coordenadores na proporção do volume de garantia firme prestada por cada Coordenador, conforme descrito acima, na Data de Liquidação, não sendo restituíveis, parcial ou totalmente, em qualquer hipótese.

Nenhuma outra comissão ou prêmio serão contratados ou pagos pela Emissora aos Coordenadores, direta ou indiretamente, por força ou em decorrência do Contrato de Distribuição, sem a prévia manifestação da CVM.

Somente na hipótese de conclusão da Oferta estará a Emissora obrigada a efetuar o pagamento, aos Coordenadores, dos valores mencionados acima.

Os pagamentos dos valores mencionados acima serão realizados pela Emissora líquidos de deduções e retenções fiscais de quaisquer natureza, incluindo quaisquer outros tributos que, porventura, venham a ser criados e incidam sobre os referidos pagamentos, bem como quaisquer majorações das alíquotas dos tributos já existentes na data de assinatura do Contrato de Distribuição. Dessa forma, todos os pagamentos devidos aos Coordenadores serão acrescidos dos valores adicionais suficientes e necessários para que os valores líquidos recebidos pelos Coordenadores após referidas deduções ou retenções sejam idênticos aos valores que os Coordenadores receberiam caso tais deduções ou retenções não fossem aplicáveis (*gross up*). Sem prejuízo de outros tributos que sejam ou venham a ser aplicáveis, os valores adicionais acima mencionados devem levar em consideração as deduções e retenções referentes ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS; à Contribuição para o PIS; à COFINS; ao Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF; e à CSLL, de forma que os Coordenadores recebam a sua remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

Cronograma estimado das etapas da Oferta

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das etapas da Oferta, informando seus principais eventos:

Ordem dos Eventos	Eventos	Datas Previstas*
1	Protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBID, por meio do procedimento simplificado, nos termos da Instrução CVM n.º 471.	12/06/2009
2	Publicação de Fato Relevante sobre o protocolo do pedido de registro da Oferta na ANBID	15/06/2009
3	Disponibilização do Prospecto Preliminar ao público investidor	15/06/2009
4	Publicação de Aviso ao Mercado	24/06/2009
5	Início das apresentações para potenciais investidores	24/06/2009
6	Prazo para atendimento de exigências apresentadas pela ANBID	25/06/2009
7	Encaminhamento do pedido de registro da Oferta para a CVM	26/06/2009
8	Encerramento das apresentações para potenciais investidores	29/06/2009
9	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	13/07/2009
10	Obtenção do Registro da Oferta na CVM	21/07/2009
11	Publicação do Anúncio de Início e Disponibilização do Prospecto ao público investidor	24/07/2009
12	Liquidação da Oferta	24/07/2009
13	Publicação do Anúncio de Encerramento	27/07/2009

*As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, antecipações e atrasos.

Suspensão e cancelamento da Oferta

A Oferta poderá ser suspensa ou cancelada pela CVM, a qualquer tempo, nos seguintes casos:

- se estiver sendo processada em condições diversas das constantes da Instrução CVM n.º 400/03 ou do registro da Oferta; ou
- se for considerada ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro.

A Oferta deverá ser suspensa quando a CVM verificar ilegalidade ou violação de regulamentos sanáveis. O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo esse prazo de 30 dias supra sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro.

A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta.

A eventual suspensão ou cancelamento da Oferta, bem como quaisquer outras informações ou avisos a ela relativos serão divulgados ao mercado e aos investidores que tenham aceitado a Oferta imediatamente após a sua ocorrência, por meio de publicação nos mesmos meios de comunicação utilizados para a publicação do Anúncio de Início e deste Prospecto.

É facultada aos investidores, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aquisição das Debêntures até o 5º Dia Útil posterior ao recebimento da comunicação da suspensão nos termos indicados no parágrafo acima.

Todos os investidores que tenham adquirido as Debêntures, na hipótese do cancelamento da Oferta e os investidores que tenham revogado sua aquisição, na hipótese de suspensão, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Debêntures, deduzidos dos encargos e tributos devidos, corrigidos pela Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de integralização até a data de restituição dos valores pela Emissora aos investidores, os quais serão creditados na conta dos investidores, no prazo máximo de 5 dias úteis, a contar da comunicação da revogação aos investidores ou do recebimento da comunicação de revogação do investidor, no caso de suspensão.

Modificação ou revogação da Oferta

Havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Companhia e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação ou revogação da Oferta formulado pela Companhia em conjunto com os Coordenadores. Se deferido, a Oferta poderá, por iniciativa da própria CVM, ou a requerimento da Companhia em conjunto com os Coordenadores, ser prorrogada por até 90 dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos Debenturistas.

A revogação torna ineficazes a Oferta e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos aceitantes os valores dados em contrapartida às Debêntures, deduzidos dos encargos e tributos devidos, corrigidos pela Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de integralização até a data de restituição dos valores pela Emissora aos investidores, os quais serão creditados na conta dos investidores, no prazo máximo de 5 dias úteis contados da data em que a Oferta for revogada. Em caso de revogação da Oferta, os boletins de subscrição eventualmente firmados ficarão automaticamente cancelados.

A modificação da Oferta será imediatamente divulgada ao mercado, por meio de publicação nos mesmos meios de comunicação utilizados para a publicação do Anúncio de Início e deste Prospecto. O Coordenador Líder tomará as providências cabíveis para se assegurar de que os investidores, ao formalizarem sua adesão à Oferta, com a assinatura do boletim de subscrição, estão cientes de que a Oferta foi alterada e de que têm conhecimento dos novos termos e condições. Caso tenham assinado o boletim de subscrição anteriormente à modificação da Oferta, os investidores serão informados imediatamente pelo Coordenador Líder a respeito da modificação ocorrida e deverão, no prazo máximo de 5 dias úteis, a contar do recebimento da comunicação enviada diretamente pelo Coordenador Líder, confirmar seu interesse na aquisição das Debêntures, sendo presumida a manutenção da aceitação em caso de silêncio. Caso não haja manifestação expressa do investidor até o final do prazo de 5 dias úteis acima mencionado, será presumida a intenção do investidor em adquirir as Debêntures.

Demonstrativo do Custo da Oferta

O custo total incorrido pela Emissora com a Oferta encontra-se discriminado na tabela a seguir:

Item	Percentual sobre o Total da Oferta (%)	Montante (R\$)
Comissão de Coordenação e Estruturação	0,200	600.000,00
Comissão de Coordenação e Estruturação das Notas	-0,067	-200.000,00
Promissórias da 1ª Emissão		
Comissão de Colocação	0,400	1.200.000,00
Comissão de Colocação das Notas Promissórias da 1ª Emissão	-0,033	-100.000,00
Comissão de Prestação de Garantia Firme	0,333	1.000.000,00
Comissão de Prestação de Garantia Firme das Notas	-0,100	-300.000,00
Promissórias da 1ª Emissão		
Comissão de Sucesso	0,838	2.514.489,01
Subtotal I (i):	1,571	4.714.489,01
Agência de Rating	0,023	68.427,91
Auditoria independente – <i>Comfort Letter</i> *	0,077	230.000,00
Despesas com publicação *	0,040	118.935,18
Taxa de Registro na CVM	0,028	82.870,00
Assessoria Jurídica *	0,040	120.000,00
Impressão de Prospectos e outros materiais *	0,002	5.800,00
Taxa de Registro na ANBID *	0,005	15.000,00
Outras Despesas Gerais *	0,013	40.000,00
Subtotal II (ii):	0,227	681.033,09
Total Geral ((i) + (ii)):	1,799	5.395.522,10

(*) Valores estimados na Data de Emissão

Custo da Oferta por Debênture

Desse modo, o custo unitário de Distribuição, por Debênture, é de R\$10,32, levando-se em conta o Valor Nominal Unitário de R\$1.000,00 por Debênture, na Data de Emissão, como representado na tabela a seguir:

Preço por Debênture (R\$)*	Custo Unitário (R\$)	% sobre o Preço por Debênture*	Montante Líq./Debênture
1.000,00	17,99	1,799%	982,01
(*) Com base no Valor Nominal Unitário na Data de Emissão			
Montante da Emissão (R\$)	Custo Máximo (R\$)	Montante Líquido para a Emissora (R\$)	
300.000.000,00	5.395.522,10	294.604.447,90	

Os custos incorridos pela Emissora com a Oferta representam 0,06% da receita operacional bruta da Companhia no período iniciado em 31 de março de 2008 e encerrado em 31 de março de 2009, a qual corresponde a R\$8.164.811 mil. Dessa forma, não haverá qualquer impacto relevante na condição financeira ou nos resultados da Companhia em decorrência dos custos incorridos com a Oferta.

Relações da Companhia com os Coordenadores

A Companhia mantém relacionamento comercial com os Coordenadores que, na opinião dos mesmos, não gera qualquer conflito de interesse em relação à realização da 6ª Emissão e a coordenação da mesma pelos Coordenadores. A seguir são destacadas as principais operações realizadas pela Companhia com os Coordenadores que se encontram em vigor na data deste Prospecto:

Coordenador Líder

Na data deste Prospecto, o Coordenador Líder mantinha relacionamento comercial com a Emissora e com outras empresas integrantes do Grupo Light, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro.

Na data deste Prospecto, a Companhia e outras empresas integrantes do Grupo Light possuíam aplicações em produtos do Coordenador Líder (operações compromissadas e Certificados de Depósito Bancário – CDB) no montante aproximado de R\$133,1 milhões e haviam contratado o Coordenador Líder para prestação de fianças bancárias no valor aproximado de R\$29,9 milhões.

Adicionalmente, o Banco Votorantim atuou como Coordenador Líder das Notas Promissórias da 1ª Emissão e, na data deste Prospecto, detinha 30 notas promissórias de emissão da Companhia, em valor aproximado de R\$30 milhões.

Coordenadores

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA

O Itaú BBA e as demais instituições financeiras integrantes de seu conglomerado financeiro, no Brasil e no exterior, mantêm relacionamento comercial com a Companhia e com outras empresas integrantes de seu Grupo Econômico, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro.

Nesse contexto, o Itaú BBA realiza diversas operações de crédito com as empresas do grupo da Companhia. Na data deste Prospecto, as seguintes operações encontravam-se em aberto: (i) operação, por meio de programa de financiamento mediante repasse do BNDES contratado entre a Light Energia e o Itaú BBA, em 5 de novembro de 2007, no valor aproximado de R\$18,4 milhões, com vencimento em 15 de setembro de 2014 e taxa equivalente a TJLP + 4,3% a.a., dos quais aproximadamente R\$9,6 milhões haviam sido desembolsados na data deste documento; (ii) operação, por meio de programa de financiamento mediante repasse do BNDES contratado entre a Emissora e o Itaú BBA, em 5 de novembro de 2007, no valor de cerca de R\$148 milhões, com vencimento em 15 de setembro de 2014 e taxa equivalente a TJLP + 4,3% a.a., dos quais aproximadamente R\$125,2 milhões haviam sido desembolsados na data deste documento; (iii) diversas operações de derivativos (*swaps*), cujo notional total nesta data é de cerca de R\$13,5 milhões e vencimento final em 15 de junho de 2010; (iv) aplicações financeiras com o Grupo no valor de aproximadamente R\$48,4 milhões; e (v) CCB, emitida ao Itaú BBA em 18 de março de 2008, no montante de R\$50 milhões, com vencimento final em 15 de junho de 2009 e cuja taxa de juros será definida quando da tomada do crédito. Até a data deste Prospecto, o crédito não havia sido sacado pela Companhia.

Além disso, o Itaú BBA participou da 5ª Emissão de debêntures da Emissora, com emissão em 22 de janeiro de 2007 e vencimento em 22 de janeiro de 2014, como coordenador, mantendo em carteira própria 54.300 debêntures no valor aproximado de R\$543 milhões, remuneradas à taxa de CDI + 1,50% ao ano.

O Itaú BBA atuou como Coordenador das Notas Promissórias da 1ª Emissão e, na data deste Prospecto, detinha 27 notas promissórias de emissão da Companhia, em valor aproximado de R\$27,0 milhões.

Adicionalmente, o Itaú BBA é o Coordenador Líder da oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Light S.A., cujo pedido de análise simplificada, nos termos da Instrução CVM n.º 471/08, e solicitação à CVM do registro de oferta pública de distribuição foi protocolizado, na ANBID, em 10 de junho de 2009. Para maiores informações sobre a oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Light S.A., ver o item “Eventos Subsequentes Relevantes” na seção “Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e os Resultados Operacionais”, na página 98 deste Prospecto.

Nem o Itaú BBA ou qualquer outra sociedade do grupo Itaú receberá qualquer remuneração referente à Oferta além daquelas descritas no Contrato de Distribuição.

Relacionamento entre a Companhia e o BBI

Além da relação decorrente da Oferta, o BBI não possui qualquer relacionamento com a Companhia. Não obstante esta relação, a Companhia poderá no futuro, contratar o BBI para assessorá-la, inclusive, na realização de investimentos, na colocação de valores mobiliários ou em quaisquer outras operações pelos quais poderá receber comissões.

O BBI é uma instituição financeira controlada pelo Bradesco que, por sua vez, na data deste Prospecto, mantinha as seguintes operações com a Companhia e com outras empresas integrantes do Grupo Light: (i) operações de crédito via CCB no valor de R\$486,1 milhões, (ii) operação, por meio de programa de financiamento mediante repasse do BNDES contratado entre a Companhia e o Bradesco, em 5 de novembro de 2007, no valor de cerca de R\$122,5 milhões, com vencimento em 15 de setembro de 2014 e taxa equivalente a TJLP + 4,3% a.a., (iii) debêntures encarteiradas em tesouraria, referente à 5ª Emissão no valor de R\$322,5 milhões, (iv) aplicações no valor de R\$45 milhões, (v) serviços bancários, incluindo a arrecadação de faturas de energia elétrica e (vi) fianças no valor de R\$12,8 milhões.

Adicionalmente, o BBI atuou como Coordenador das Notas Promissórias da 1ª Emissão e, na data deste Prospecto, o Bradesco detinha 17 notas promissórias de emissão da Companhia, em valor aproximado de R\$17,0 milhões.

Relacionamento entre a Companhia e o Citibank

Na data deste Prospecto, o Citibank mantinha relacionamento comercial com a Emissora e com outras empresas integrantes do Grupo Light, de acordo com práticas usuais do mercado financeiro, com as seguintes operações em aberto: (i) serviços bancários em geral, incluindo a arrecadação de faturas de energia elétrica; (ii) contrato de abertura de linha de crédito no valor de R\$30 milhões com vencimento em 17 de agosto de 2009; e (iii) operações de derivativos "plain vanilla" de *swap* cambial, com valor nocional aproximado de R\$27 milhões e vencimentos entre setembro de 2009 e dezembro de 2010.

Além disso, o Citibank participou como coordenador da 5ª Emissão, com debêntures emitidas em 22 de janeiro de 2007 e com vencimento em 22 de janeiro de 2014, as quais são remuneradas à taxa de CDI acrescida de *spread* de 1,50% ao ano, tendo adquirido 8.000 debêntures no valor de R\$80 milhões.

Adicionalmente, o Citibank atuou como Coordenador das Notas Promissórias da 1ª Emissão e, na data deste Prospecto, detinha 4 notas promissórias de emissão da Companhia, em valor aproximado de R\$4,0 milhões.

Relacionamento entre a Companhia e o BNP Paribas

Além da Oferta, na data deste Prospecto, a Companhia mantinha junto ao BNP Paribas as seguintes operações: (i) aplicações financeiras no valor de R\$0,8 milhões; e (ii) debêntures encarteiradas em tesouraria, referente à 5ª Emissão no valor de aproximadamente R\$38,5 milhões.

Adicionalmente, o BNP Paribas atuou como Coordenador das Notas Promissórias da 1ª Emissão e, na data deste Prospecto, detinha 2 notas promissórias de emissão da Companhia, em valor aproximado de R\$2,0 milhões.

Operações vinculadas à Oferta

Além das operações descritas no item “Relações da Companhia com os Coordenadores” acima, a Companhia tomou empréstimo-ponte com os Coordenadores através da emissão de Notas Promissórias da 1ª Emissão a serem resgatadas antecipadamente de forma compulsória por meio desta Emissão. Para maiores informações sobre as Notas Promissórias da 1ª Emissão, ver a seção “Títulos e Valores Mobiliários”, na página 233 deste Prospecto.

DESCRIPTIVO PRELIMINAR

Esta seção contém um sumário elaborado com base nas informações constantes em outras seções do presente Prospecto, de forma que apresenta uma visão geral sobre a Companhia. A presente seção não pretende exaurir as informações a respeito da Companhia e tampouco substituir o restante deste Prospecto. Assim, a leitura deste sumário não substitui a leitura do restante do Prospecto, uma vez que o sumário não contém todas as informações que o investidor deve levar em consideração antes de investir nas Debêntures e deve, por isso, ser lido juntamente com as informações contidas nas seções “Fatores de Risco”, “Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e os Resultados Operacionais”, nas páginas 68 e 97 deste Prospecto, e nas demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas anexas a este Prospecto.

Visão Geral

A Companhia é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica e, na data deste Prospecto, aproximadamente 100% de sua receita é gerada pela prestação de serviços de distribuição de energia elétrica. Para informações adicionais sobre serviços prestados pela Companhia, veja a seção “Atividades” na página 155 deste Prospecto.

A Companhia distribui energia para 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro. São eles: (i) Rio de Janeiro (capital), (ii) Nova Iguaçu, (iii) Caxias (parte), (iv) São João de Meriti, (v) Belford Roxo, (vi) Paracambi, (vii) Japeri, (viii) Pirai, (ix) Barra do Pirai, (x) Valença, (xi) Miguel Pereira, (xii) Vassouras, (xiii) Quatis, (xiv) Paulo de Frontin, (xv) Barra Mansa, (xvi) Volta Redonda, (xvii) Carmo, (xviii) Itaguaí, (xix) Seropédica, (xx) Queimados, (xxi) Pinheiral, (xxii) Rio das Flores, (xxiii) Rio Claro, (xxiv) Mendes, (xxv) Nilópolis, (xxvi) Três Rios, (xxvii) Sapucaia, (xxviii) Paty do Alferes, (xxix) Paraíba do Sul, (xxx) Mesquita e (xxxi) Levy Gasparian. A área total atendida pela Companhia corresponde a 10.970 Km² do Estado do Rio de Janeiro, atingindo mais de 3,8 milhões de unidades consumidoras.

A atividade de distribuição de energia elétrica se caracteriza como um monopólio natural, situação onde a operação de apenas uma empresa em determinada região traz mais eficiência econômica do que a existência de concorrência. Este fenômeno é verificado nas chamadas “indústrias de rede”, tais como, além da distribuição de energia elétrica, o gás canalizado, o saneamento básico, a telefonia fixa e outros. Em outras palavras, o ente físico do sistema de rede - dos fios, dutos, manilhas e cabos coaxiais, conforme o caso - é que determina o monopólio natural.

Por ser atividade não competitiva, a distribuição de energia elétrica, estabelecida como concessão de serviço público, é regulada pelo Poder Concedente. No Brasil, a regulação é exercida pela ANEEL, vinculada ao MME.

A Companhia está obrigada, por força da regulamentação do setor de energia elétrica e do Contrato de Concessão, a fornecer energia elétrica para todos os Consumidores Cativos localizados em sua área de concessão. Para maiores informações a respeito da operação da Companhia, veja a seção “Atividades”, na página 155 deste Prospecto.

O setor elétrico brasileiro passa por fase de consolidação e reestruturação. A Companhia e seus acionistas são procurados por outras companhias do setor e seus sócios e analisam potenciais operações estratégicas constantemente. Não existe neste momento qualquer operação estratégica em fase de implementação envolvendo a Companhia e seus acionistas que seja de conhecimento da Companhia.

Pontos Fortes

A Companhia está inserida no Grupo Econômico cujo posicionamento no setor pode ser refletido nos seguintes pontos fortes:

Companhia integrada com atuação em área de concessão concentrada e desenvolvida. A controladora da Companhia, Light S.A., é a 5ª maior empresa integrada de energia elétrica no Brasil, com base na receita operacional líquida de 2008, atendendo 3,9 milhões de consumidores em uma área de concessão que inclui a região metropolitana do Rio de Janeiro, no Estado com 2º maior PIB do País, segundo dados mais recentes do IBGE referentes ao ano de 2006 e que, embora corresponda a 25% do território do Estado do Rio de Janeiro, consumiu no ano de 2008 cerca de 72% do total consumido no Estado, segundo dados da EPE. O Grupo Light ainda opera um parque gerador com uma Capacidade Instalada de 855 MW. Na visão da Companhia, a atuação nesses dois segmentos, conjugada com a atividade de comercialização, possibilita um balanceamento entre distribuição, oportunidades de crescimento e captura de valor por meio do segmento de geração e alavancagem da atividade de comercialização.

Equipe de gestão com vasta experiência no setor elétrico e gestão empresarial. Com o ingresso da RME no controle indireto da Companhia, em agosto de 2006, foi formada uma experiente equipe de executivos para a diretoria da Companhia, com ampla e comprovada experiência no setor elétrico e gestão empresarial, com a finalidade de implementar medidas que visam a busca de resultados, a eficiência operacional, o melhor relacionamento com clientes e também a sustentabilidade de seu negócio integrado. Este time inclui José Luiz Alquéres, ex-presidente da Eletrobrás e ex-membro de diversos conselhos de administração de empresas nacionais e multinacionais, Ronnie Vaz Moreira, ex-diretor Financeiro da Petrobras e Presidente da Globopar – Globo Comunicação e Participações S.A., Roberto Alcoforado, ex-Presidente da CELPE, e Paulo Henrique Born, ex-vice-presidente da Duke Energy International Geração Paranapanema S.A. Sob essa liderança, a Companhia realizou o processo de readequação de sua dívida e de estrutura de capital e implementou um bem sucedido plano de gestão, que resultou na redução do endividamento líquido, no aumento expressivo na taxa de arrecadação, redução da porcentagem do provisionamento para devedores duvidosos sobre a receita bruta, renegociação bem sucedida de recebíveis do setor público e na retomada do pagamento de dividendos e investimentos em projetos de geração.

Desenvolvimento e operação de projetos de geração de energia. O Grupo Light desenvolveu, implementou e opera um parque gerador que inclui 5 usinas hidrelétricas e 2 usinas elevatórias, com uma Capacidade Instalada de 855 MW. Desde 2003, todas as usinas, subestações e instalações associadas ao parque gerador estão certificadas nas normas NBR ISO 9001 (qualidade), NBR ISO 14001 (meio ambiente) e OHSAS 18001 (segurança e saúde ocupacional). Atualmente, desenvolvem-se três novos projetos de geração, em conjunto com a CEMIG GT, com entrada em operação prevista para ocorrer entre 2011 e 2014, que juntos possuem um potencial de adicionar 238 MW à sua Capacidade Instalada atual, na proporção de 49% para CEMIG GT e 51% para o Grupo Light. A experiência adquirida nesses projetos contribuirá significativamente para o desenvolvimento dos futuros empreendimentos de geração do Grupo Light.

Excelência na prestação de serviços. A Companhia presta serviços de reconhecida excelência a seus clientes e investe constantemente na melhoria da qualidade de seus serviços, através da aplicação de recursos em novos e modernos equipamentos, uso de tecnologias de ponta no atendimento ao consumidor e manutenção de um programa de treinamento de seu pessoal. No ano de 2008, os investimentos realizados na melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica e no aumento da capacidade de sua rede de distribuição totalizaram R\$85,4 milhões em comparação a R\$54,0 milhões em 2007 e R\$15,4 milhões em 2006, um aumento de 454,7% neste período. Estes investimentos permitem uma rede mais confiável, sujeita a menos desligamentos através da substituição da rede convencional por rede compactada, além de um menor tempo de desligamento, através da instalação de chaves telecomandadas.

Adequada estrutura de capital e forte geração de caixa. Nos últimos dois anos a Companhia priorizou a reestruturação de seu endividamento, com o pré-pagamento de dívidas anteriormente denominadas em moeda estrangeira e de custo mais elevado e alongamento do perfil da dívida com custos inferiores. Como resultado dessa estratégia e da decisão da BNDESPAR e de outros credores de trocarem seus créditos por ações da Companhia, sua dívida líquida passou de R\$2.844,4 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$1.552,5 milhões em 31 de março de 2009, o prazo médio de pagamento foi estendido de 3,3 anos para 4,4 anos, e o custo de captação em Reais foi reduzido de 12,9% a.a. para 12,0% a.a. Simultaneamente, a Companhia empreendeu melhorias operacionais, tais como, um expressivo aumento na taxa de arrecadação que passou de 93,0%, em 2006, para 98,2%, em 2008. Como resultado disso, a Companhia retomou o pagamento de dividendos e aprovou a distribuição de R\$640,4 milhões, baseada no lucro líquido realizado em 2007 e de R\$481,6 milhões com base no lucro líquido de 2008, e a Light S.A., nos mesmos períodos, distribuiu valores superiores a sua política de distribuição de no mínimo 50% do lucro líquido ajustado do exercício.

Base de clientes sem concentração industrial. A Companhia possui uma base de clientes concentrada nos segmentos residencial e comercial, diversificada, dependendo, em menor escala, do desempenho do segmento industrial. No período de 3 meses findo em 31 de março de 2009, 43,2% da eletricidade vendida em sua rede de distribuição no Mercado Cativo destinou-se a atender a demanda de clientes residenciais, 31,6% de clientes comerciais, 8,7% de clientes industriais e 16,5% de outros clientes. A Companhia acredita que sua carteira diversificada de clientes, aliada às características da renda per capita da região metropolitana do Rio de Janeiro, reduz os riscos de diminuição do consumo em sua área de concessão, dado que o mercado residencial tende a ser menos sensível às oscilações da economia quando comparado ao mercado industrial, que reage mais rapidamente a reduções no ritmo de desenvolvimento e crescimento econômico.

Acionistas comprometidos e com experiência no setor de infraestrutura. A RME, acionista controlador indireto da Companhia, possui quatro sócios, cada um deles com participação de 25%: CEMIG - *holding* de investimentos de capital misto com foco no setor elétrico e energia; AG Concessões - *holding* participante do controle de várias concessionárias de serviços públicos de saneamento, rodovias e aeroportos; Equatorial Energia - *holding* de investimentos de controle privado com foco no setor de energia elétrica e Luce Brasil FIP - investidor institucional. O perfil de seus acionistas, que mesclam robustez financeira, conhecimento técnico, competência administrativa e foco em resultados, transmite à Companhia larga experiência de atuação no setor de energia elétrica, além de outros setores regulados, e também profundo conhecimento financeiro.

Posição de liderança no relacionamento institucional e regulatório. A Companhia desenvolveu um novo modelo interno de relacionamento com os órgãos regulatórios e outras instituições, de forma a apresentar uma visão integrada da concessionária e do setor elétrico brasileiro. No âmbito regulatório foi criada a Diretoria de Desenvolvimento Sustentável da Concessão, propiciando um melhor entendimento pelo regulador das especificidades da área de concessão da Companhia, se traduzindo em um tratamento mais adequado nos processos de reajuste e revisão tarifária. No relacionamento institucional, destaca-se a atuação da Companhia junto a prefeituras, governo do Estado, Associação Comercial do Rio de Janeiro, dentre outras instituições, que permitiram a negociação de dívidas passadas de alguns desses órgãos com a Companhia, assim como a elaboração de parcerias com o objetivo de desenvolver sua área de concessão.

Estratégia

O principal objetivo do Grupo Econômico é gerar valor para os seus acionistas, por meio do constante crescimento nos mercados de distribuição, geração e comercialização de energia elétrica no Brasil. Para alcançar tal objetivo, o Grupo Econômico tem baseado a sua gestão na procura da eficiência operacional, com foco em aumento de receita combinado à redução das perdas e da inadimplência, na revisão de seus processos em busca de uma redução sustentável de seus custos gerenciáveis e na realização de investimentos prudentes.

Continuar a melhorar a eficiência operacional. O Grupo Light busca a melhoria de sua eficiência operacional, com a introdução de ferramentas de controle de custos, alocação dos projetos de investimento, revisão e renegociação dos contratos com fornecedores. Como parte desse processo, e com o objetivo de buscar o redimensionamento ótimo da estrutura corporativa do Grupo Light, foram implementados projetos que visam o redesenho de processos operacionais e administrativos e a redução de custos de forma sustentável. Entre esses projetos podemos citar a “Revisão do Modelo Organizacional da Diretoria de Clientes” e “Redesenho de Processos da Manutenção de Rede e de Processos de Operação e Manutenção de Subestações e Linhas de Transmissão de Alta Tensão”. Outro projeto implantado é o “Estruturando a Empresa do Futuro”, que busca definir um plano de modernização empresarial, de médio prazo, incluindo sistemas de informação necessários à sua transformação. A concepção parte da visão de que a empresa do futuro deve responder a diferentes demandas, tais quais a qualidade da sua inserção na sociedade e na economia, as ações condizentes para superar expectativas dos acionistas externos e ser um local onde os empregados sintam-se motivados. Também está em andamento o “Projeto de Simplificação das Áreas Corporativas e Revisão Seletiva de Processos”, de forma a buscar o redimensionamento ótimo da estrutura corporativa do Grupo Light.

Priorizar o plano de combate às perdas de energia. A área de concessão da Companhia enfrenta historicamente um elevado nível de perdas. Em 2008, o combate às perdas passou a ser uma das principais prioridades da Companhia. O programa está estruturado em diferentes campos de atuação que incluem um completo programa de combate às perdas, apoiado em tecnologias de última geração, a articulação institucional junto a outras instituições interessadas na redução da informalidade e ao governo por meio da participação em programas de urbanização de favelas e a conscientização da população acerca do conceito da ilegalidade e criminalidade da ação de furto de energia. A Companhia acredita que o sucesso na implementação dessa estratégia resultará em um impacto direto na receita e geração de caixa.

Ampliar a participação do segmento de geração de energia nas atividades do Grupo Light. Com o reequilíbrio financeiro alcançado após a conclusão de sua reestruturação, o Grupo Light retomou os investimentos em geração que acredita apresentar um grande potencial de retorno. Atualmente, o Grupo Light detém os direitos para exploração de três novos projetos em geração de energia de fonte hidrelétrica, que deverão entrar em operação entre 2011 e 2014, sendo (i) PCH Lajes, com previsão de Capacidade Instalada de 18 MW e cuja vigência da autorização expira-se em 2026; (ii) PCH Paracambi, com previsão de Capacidade Instalada de 25 MW e cuja vigência da autorização expira-se em 2031; e (iii) UHE Itaocara, com previsão de Capacidade Instalada de 195 MW e cuja vigência da concessão expira-se em 2036. Para realização desses projetos, em conjunto com a CEMIG GT, está em andamento um plano de investimentos da ordem de R\$515 milhões, entre 2009 e 2012. Com o objetivo de ampliar em 50% a sua participação nesse segmento, o Grupo Light continuará a buscar novas oportunidades de investimentos em ativos de geração, com rentabilidade compatível com o seu plano estratégico. Além dos projetos de expansão do parque gerador, a Light Energia possui 478 MW médio que estão contratados nos leilões de energia existente, que em janeiro de 2009 estavam com um preço médio de R\$63,58/MWh. Deste volume, 74,1% será descontratado em 2013 e o restante em 2014.

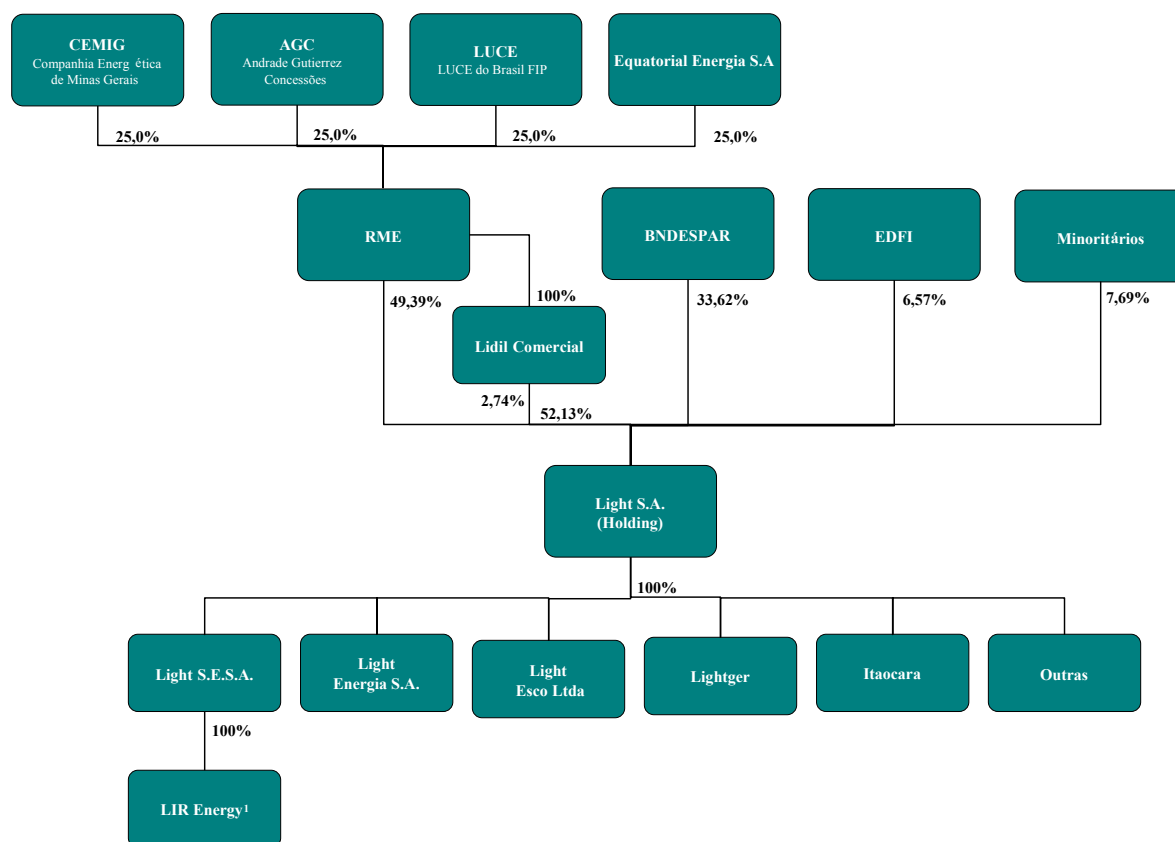
Atuar ativamente no segmento de comercialização de energia. No segmento de comercialização, o Grupo Light atualmente realiza um trabalho de fidelização de clientes no Mercado Cativo de distribuição, mediante a prestação de serviços de eficiência energética que reduzem o custo desses clientes com energia. A Companhia, pertence ao Grupo Econômico que também atua na venda de energia a clientes que estão no Mercado Livre e na venda de energia proveniente dos novos projetos de geração, em especial das PCHs Paracambi e Lajes, cujas entradas em operação são estimadas para a partir de 2011. Dado que estas atividades apresentam um baixo custo fixo para o Grupo Light e oferecem oportunidades de ganhos com as margens de comercialização, o Grupo Light pretende continuar ampliando a sua atuação no segmento de comercialização de energia e prestação de serviços com o objetivo de diversificar suas fontes de receita e promover a maior integração com a sua atividade de geração.

Estrutura Societária

Em agosto de 2006, o controle indireto da Companhia passou para a RME, sociedade composta por acionistas com destacada presença no setor elétrico brasileiro. Seguindo-se à entrada desse novo grupo controlador, a nova diretoria do Grupo Light concluiu o processo de readequação de sua dívida financeira e estrutura de capital e implementou um bem sucedido plano de gestão.

Dentre os resultados já alcançados, pode-se destacar a redução de 37,8% do endividamento líquido do Grupo Light entre 31 de dezembro de 2006 e 31 de dezembro de 2008, por meio, inclusive, da conversão de debêntures emitidas pela Companhia detidas pela BNDESPAR, o aumento expressivo na taxa de arrecadação que passou de 93,0%, em 2006, para 98,2%, em 2008, com a consequente redução do provisionamento para devedores duvidosos, de 4,9% da receita bruta de faturamento de energia em 2006 para 3,3% em 2008, a renegociação de recebíveis do setor público e a retomada do pagamento de dividendos e investimentos em projetos de geração.

O quadro a seguir mostra a estrutura societária simplificada do Grupo Light na data deste Prospecto:



¹ Conforme determinação da ANEEL, a LIR será extinta até dezembro de 2010.

Os acionistas da RME celebraram, ainda, Acordo de Acionistas que, além de disposições usuais, trata especificamente da gestão profissional da Light S.A. e de possíveis situações de conflito de interesses entre a Light S.A. e seus acionistas, nas quais os acionistas em conflito se absterão de deliberar.

Em 31 de maio de 2009, a estrutura societária e de controle da Light S.A., sociedade holding do Grupo Light e controladora da Companhia era a seguinte:

Acionistas	Ações	(%)
RME – Rio Minas Energia Participações S.A.	100.719.891	49,4
Lidil Comercial Ltda.	5.584.685	2,7
E.D.F. International*	13.391.345	6,6
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR*	68.555.917	33,6
Administradores	2.025	0,0
Ações em Tesouraria	0	0,0
Outros	15.680.197	7,7
Total	203.934.060	100,0

* Tais participações poderão ser alteradas após realização de oferta pública de distribuição secundária de ações da Light S.A. Para mais informações, ver seção “Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e os Resultados Operacionais”, item “Eventos Subsequentes Relevantes”, na página 97, deste Prospecto.

Em 31 de maio de 2009, a Light SESA era subsidiária integral da Light S.A.

Resultados Financeiros e Operacionais

A tabela a seguir contém alguns dos principais indicadores financeiros e operacionais da Companhia para os períodos indicados:

	Exercício Social encerrado			Trimestre encerrado	
	em 31 de dezembro de			em 31 de março de	
	2006	2007	2008	2008	2009
Receita bruta de vendas serviços (em milhões de reais)	7.766	7.855	7.894	1.971	2.242
Receita líquida de vendas (em milhões de reais)	4.743	4.755	5.101	1.234	1.370
(Prejuízo)/Lucro líq. do exercício (em milhões de reais)	(210)	1.008	918	76	155
EBITDA ¹ (em milhões de reais)	615	968	1.314	245	313
Energia faturada (em GWh)	18.192	18.231	18.224	4.803	4.985
Número de clientes (em milhares)	3.802	3.880	3.929	3.901	3.946
Perdas sobre Carga Fio ⁽²⁾ (em percentual)	20	21	20	21	21
DEC (em horas) ⁽²⁾	8	9	11	11	10
FEC (em vezes) ⁽²⁾	6	6	7	7	6

¹ EBITDA significa lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, resultado de equivalência patrimonial, imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, depreciação e amortização, (ganhos)/perdas na alienação de ativos e outros e participação dos empregados. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro elaborada de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, com os US GAAP ou com as IFRS, tampouco deve ser considerado como uma alternativa aos fluxos de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos ou alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou, ainda, como indicador de liquidez.

² Considerando os últimos 12 meses.

INFORMAÇÕES SOBRE A GARANTIDORA

Visão Geral

Em 2008, a Light S.A., incluindo suas subsidiárias, foi a 5ª maior empresa integrada de energia elétrica no Brasil, com base na receita operacional líquida de R\$5.386,6 milhões, sendo também classificada como a 4ª maior Distribuidora do Brasil, segundo dados da EPE, com volume de consumo de 23.698 GWh no mesmo período, e a 6ª maior empresa privada em geração de energia elétrica de fonte hidráulica, com Capacidade Instalada de 855 MW, segundo dados da ANEEL.

Em geração de energia, os 855 MW de Capacidade Instalada advêm do sistema gerador da Light Energia, composto por cinco usinas geradoras e duas usinas elevatórias, baseado no aproveitamento hidráulico dos rios Paraíba do Sul e Ribeirão das Lajes localizadas nos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. A energia assegurada é de 537 MW médio, dos quais 510 MW médio estão atualmente contratados e 27 MW médio estão livres para ser comercializados no mercado livre ou *spot*.

Adicionalmente, o Grupo Light possui um plano de investimento para o período de 2009 a 2012 de aproximadamente R\$515 milhões, já em andamento, para ampliação de sua Capacidade Instalada de geração para quase 1 GW por meio da construção de três novos projetos de geração, em conjunto com a CEMIG GT, que juntos possuem um potencial de adicionar 238 MW, na proporção de 49% para CEMIG GT e 51% para o Grupo Light, no período compreendido entre 2011 e 2014. Para tanto, em 20 de junho de 2008, foi celebrado um Memorando de Entendimento com a CEMIG e três Contratos de Consórcio com a CEMIG GT para o desenvolvimento em conjunto desses e de outros projetos de geração (vide seção “Visão Geral do Setor de Energia Elétrica”, item “Segmento de Geração de Energia Elétrica”, na página 146 deste Prospecto).

A Garantidora atua também no segmento de comercialização de energia, através de sua subsidiária Light ESCO, provendo soluções inovadoras em energia para seus clientes, comercializando energia por meio da intermediação em operações de compra e venda de energia e atendendo Consumidores Livres. A receita líquida de comercialização de energia aumentou significativamente, passando de R\$4,4 milhões, em 2006, para R\$30,8 milhões, em 2007, R\$78,4 milhões, em 2008, e R\$17,9 milhões, no 1º trimestre de 2009. O número de clientes atendidos passou de 11, em 31 de dezembro de 2006, para 40, em 31 de dezembro de 2007, 54 em 31 de dezembro de 2008 e 56 em 31 de março de 2009.

Capital Social

Em 31 de maio de 2009, o capital social da Garantidora, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$2.225.822.198,00, representado por 203.934.060 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, distribuídas da seguinte forma:

Acionistas	Ações	(%)
RME – Rio Minas Energia Participações S.A.	100.719.891	49,4
Lidil Comercial Ltda.	5.584.685	2,7
E.D.F. International*	13.391.345	6,6
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR*	68.555.917	33,6
Administradores	2.025	0,0
Ações em Tesouraria	0	0,0
Outros	15.680.197	7,7
Total	203.934.060	100,0

* Tais participações poderão ser alteradas após realização de oferta pública de distribuição secundária de ações da Light S.A. Para mais informações, ver seção “Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e os Resultados Operacionais”, item “Eventos Subsequentes Relevantes”, na página 97, deste Prospecto.

Breve descrição dos Principais Acionistas

A RME é o principal acionista da Garantidora e é detida pela CEMIG, AG Concessões, Equatorial Energia e Luce Brasil FIP, todas com participação igualitária no capital social.

CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais

A CEMIG atua nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica e foi constituída em Minas Gerais em 22 de maio de 1952 como sociedade de economia mista com responsabilidade limitada e prazo indeterminado de duração, de acordo com a Lei Estadual de Minas Gerais nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e o regulamento que a implementou, o Decreto Estadual de Minas Gerais nº 3.710 de 20 de fevereiro de 1952. É controlada pelo governo de Minas Gerais, sua sede social está estabelecida na Avenida Barbacena, 1.200, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, e seu principal número de telefone é (31) 3299-3711.

Andrade Gutierrez Concessões S.A.

A AG Concessões atua na área de infraestrutura no Brasil e no exterior, principalmente, nas áreas de portos, transporte público, energia elétrica, aeroportos, saneamento e rodovias. Seus principais acionistas são a Andrade Gutierrez Participações S.A., que detém 76,5% do capital da companhia e o International Finance Corporation (IFC) - braço do Banco Mundial (BIRD) para o setor privado, com 14,9%. Sua sede social está estabelecida na Av. do Contorno nº 8.123, Cidade Jardim, em Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil, e seu principal número de telefone é (31) 3290.6699.

Equatorial Energia S.A.

A Equatorial Energia é uma sociedade *holding* que tem como principal estratégia a expansão de sua operação de distribuição de energia nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, pela aquisição do controle, independente ou compartilhado, de outras Distribuidoras. É controlada pela PCP Latin America Power S.A. detentora de 55,45% das ações ordinárias. Suas ações são listadas em segmento do Novo Mercado na BM&FBOVESPA. Sua sede social está estabelecida no Loteamento Quintadinha, Alameda A, Quadra SQS, nº 100, São Luís, Maranhão, e seu principal número de telefone é (98) 3217-2123.

Luce Brasil Fundo de Investimento em Participações

Luce Brasil FIP é um fundo de investimento constituído nos termos da Instrução CVM 391/03 sob a forma de condomínio fechado. O objetivo do fundo é investir em ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis e/ou permutáveis em ações de emissão da RME, da Light S.A., da Companhia, ou de sociedade que detenha o Controle acionário da Companhia, ou de sociedade controlada ou coligada à Companhia ou que esteja sob Controle Comum ou ainda em sociedade que venha a ser criada e que se enquadre em tais características, participando do processo decisório das companhias investidas, na qualidade de acionista controlador isolado ou de participante do bloco de controle, e exercendo efetiva influência na definição de sua política estratégica e na sua gestão. O Luce Brasil FIP é administrado pela Mellon Serviços Financeiros Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, devidamente autorizada conforme Ato Declaratório nº 4.620, de 19 de dezembro de 1997, com sede estabelecida na Av. Presidente Wilson, nº 231 – 11º andar, Rio de Janeiro, e seu principal número de telefone é (21) 3974-4600. O Diretor responsável pela administração do Fundo perante a CVM, na forma da regulamentação em vigor é o Sr. José Carlos Lopes Xavier de Oliveira.

Informações Financeiras Seleccionadas da Garantidora

Balanço Patrimonial Consolidado

As tabelas abaixo apresentam os principais dados financeiros do balanço patrimonial consolidado da Garantidora para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, e para os trimestres encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, que devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras completas da Garantidora.

	Em 31 de dezembro de					Variação		
	% do ativo total	2007	% do ativo total	2008	% do ativo total	2007/2006	2008/2007	
2006	total		total		total			
Em milhares de reais, exceto percentuais ou quando indicado forma diversa								
Ativo Circulante								
Disponibilidades	695.108	8,0%	490.211	5,4%	590.126	6,2%	(29,5)%	20,4%
Consumidores, concess. e permissionárias	1.736.263	20,1%	1.345.109	14,9%	1.350.832	14,3%	(22,5)%	0,4%
Tributos a compensar	611.974	7,1%	697.848	7,7%	836.504	8,8%	14,0%	19,9%
Estoques	11.409	0,1%	13.256	0,1%	18.603	0,2%	16,2%	40,3%
Rendas a receber swap	-	0,0%	-	0,0%	6.671	0,1%	0,0%	100,0%
Serviços prestados	30.294	0,4%	60.217	0,7%	57.500	0,6%	98,8%	(4,5)%
Despesas pagas antecipadamente	247.730	2,9%	275.618	3,1%	383.291	4,1%	11,3%	39,1%
Outros créditos	54.950	0,6%	36.081	0,4%	107.879	1,1%	(34,3)%	199,0%
Total	<u>3.387.728</u>	<u>39,1%</u>	<u>2.918.340</u>	<u>32,3%</u>	<u>3.351.406</u>	<u>35,4%</u>	<u>(13,9)%</u>	<u>14,8%</u>
Ativo Não Circulante								
Total	<u>5.267.303</u>	<u>60,9%</u>	<u>6.111.740</u>	<u>67,7%</u>	<u>6.110.559</u>	<u>64,6%</u>	<u>16,0%</u>	<u>(0,0)%</u>
Ativo Realizável a Longo Prazo								
Consumidores, concess. e permissionárias	217.061	2,5%	326.066	3,6%	292.594	3,1%	50,2%	(10,3)%
Tributos a compensar	405.731	4,7%	1.253.753	13,9%	1.109.566	11,7%	209,0%	(11,5)%
Rendas a receber swap	-	0,0%	-	0,0%	4.413	0,0%	0,0%	100,0%
Depósitos vinculados a litígios	133.790	1,5%	166.132	1,8%	194.200	2,1%	24,2%	16,9%
Despesas pagas antecipadamente	322.589	3,7%	159.030	1,8%	129.435	1,4%	(50,7)%	(18,6)%
Outros créditos	112.210	1,3%	97.188	1,1%	26.420	0,3%	(13,4)%	(72,8)%
Total	<u>1.191.381</u>	<u>13,8%</u>	<u>2.002.169</u>	<u>22,2%</u>	<u>1.756.628</u>	<u>18,6%</u>	<u>68,1%</u>	<u>(12,3)%</u>
Ativo Não Realizável								
Investimentos	34.825	0,4%	13.157	0,1%	13.615	0,1%	(62,2)%	3,5%
Imobilizado líquido	3.715.235	42,9%	3.772.054	41,8%	4.059.358	42,9%	1,5%	7,6%
Intangível líquido	284.109	3,3%	271.090	3,0%	280.958	3,0%	(4,6)%	3,6%
Diferido	41.753	0,5%	53.270	0,6%	-	0,0%	27,6%	(100,0)%
Total	<u>4.075.922</u>	<u>47,1%</u>	<u>4.109.571</u>	<u>45,5%</u>	<u>4.353.931</u>	<u>46,0%</u>	<u>0,8%</u>	<u>5,9%</u>
Ativo Total								
Total	<u>8.655.031</u>	<u>100,0%</u>	<u>9.030.080</u>	<u>100,0%</u>	<u>9.461.965</u>	<u>100,0%</u>	<u>4,3%</u>	<u>4,8%</u>

	Em 31 de dezembro de					Variação		
		% do		% do	% do			
	2006	passivo total	2007	passivo total	2008	passivo total	2007/2006	2008/2007
Em milhares de reais, exceto percentuais ou quando indicado forma diversa								
Passivo Circulante								
Fornecedores	464.972	5,4%	488.441	5,4%	486.204	5,1%	5,0%	(0,5)%
Folha de pagamento	1.134	0,0%	2.058	0,0%	2.791	0,0%	81,5%	35,6%
Tributos	257.087	3,0%	305.568	3,4%	230.461	2,4%	18,9%	(24,6)%
Encargos financeiros	126.706	1,5%	47.747	0,5%	51.020	0,5%	(62,3)%	6,9%
Empréstimos e Financiamentos e debêntures	368.530	4,3%	92.675	1,0%	127.302	1,3%	(74,9)%	37,4%
Dividendos a pagar	-	0,0%	203.463	2,3%	499.638	5,3%	100,0%	145,6%
Obrigações estimadas	36.273	0,4%	51.768	0,6%	55.052	0,6%	42,7%	6,3%
Encargos setoriais - Contribuições do Consumidor	137.740	1,6%	115.510	1,3%	126.733	1,3%	(16,1)%	9,7%
Provisão para contingências	3.302	0,0%	2.237	0,0%	2.237	0,0%	(32,3)%	0,0%
Plano previdenciário e outros benefícios	74.084	0,9%	73.585	0,8%	87.744	0,9%	(0,7)%	19,2%
Outros débitos	272.957	3,2%	354.064	3,9%	519.757	5,5%	29,7%	46,8%
Total	<u>1.742.785</u>	<u>20,1%</u>	<u>1.737.116</u>	<u>19,2%</u>	<u>2.188.939</u>	<u>23,1%</u>	<u>(0,3)%</u>	<u>26,0%</u>
Passivo Não Circulante	<u>5.377.374</u>	<u>62,1%</u>	<u>4.601.165</u>	<u>51,0%</u>	<u>4.469.322</u>	<u>47,2%</u>	<u>(14,4)%</u>	<u>(2,9)%</u>
Passivo Exigível a Longo Prazo								
Fornecedores	29.769	0,3%	-	0,0%	-	0,0%	(100,0)%	0,0%
Encargos financeiros	68.132	0,8%	1.564	0,0%	-	0,0%	(97,7)%	(100,0)%
Empréstimos e Financiamentos e debêntures	2.671.406	30,9%	1.809.949	20,0%	1.992.099	21,1%	(32,2)%	10,1%
Tributos	279.182	3,2%	276.872	3,1%	324.743	3,4%	(0,8)%	17,3%
Provisão para contingências	1.241.322	14,3%	1.361.740	15,1%	998.460	10,6%	9,7%	(26,7)%
Plano previdenciário e outros benefícios	786.863	9,1%	818.330	9,1%	944.417	10,0%	4,0%	15,4%
Outros débitos	297.968	3,4%	329.532	3,6%	209.603	2,2%	-	(36,4)%
Total	<u>5.374.642</u>	<u>62,1%</u>	<u>4.597.987</u>	<u>50,9%</u>	<u>4.469.322</u>	<u>47,2%</u>	<u>(14,5)%</u>	<u>(2,8)%</u>
Resultados de Exercícios Futuros	2.732	0,0%	3.178	0,0%	-	0,0%	16,3%	(100,0)%
Patrimônio Líquido								
Capital Social	1.704.618	19,7%	2.220.355	24,6%	2.225.819	23,5%	30,3%	0,2%
Opções outorgadas reconhecidas	-	0,0%	-	0,0%	22.459	0,2%	0,0%	100,0%
Reservas de Lucro	-	0,0%	471.444	5,2%	555.426	5,9%	100,0%	17,8%
Prejuízos Acumulados	(169.746)	(2,0)%	-	0,0%	-	0,0%	(100,0)%	0,0%
Total	<u>1.534.872</u>	<u>17,7%</u>	<u>2.691.799</u>	<u>29,8%</u>	<u>2.803.704</u>	<u>29,6%</u>	<u>75,4%</u>	<u>4,2%</u>
Passivo Total	8.655.031	100,0%	9.030.080	100,0%	9.461.965	100,0%	4,3%	4,8%

	31 de Dezembro de 2008	% do ativo total	31 de Março de 2009	% do ativo total	Variação 2008/2009
Em milhares de reais, exceto percentuais ou quando indicado forma diversa					
Ativo Circulante					
Disponibilidades	590.126	6,2%	736.273	7,7%	24,8%
Consumidores, concess. e permissionárias	1.350.832	14,3%	1.495.599	15,7%	10,7%
Tributos a compensar	836.504	8,8%	706.820	7,4%	(15,5)%
Estoques	18.603	0,2%	19.877	0,2%	6,8%
Rendas a receber swap	6.671	0,1%	6.302	0,1%	(5,5)%
Serviços prestados	57.500	0,6%	68.291	0,7%	18,8%
Despesas pagas antecipadamente	383.291	4,1%	224.772	2,4%	(41,4)%
Outros créditos	107.879	1,1%	74.165	0,8%	(31,3)%
Total	3.351.406	35,4%	3.332.099	35,0%	(0,6)%
Ativo Não Circulante	6.110.559	64,6%	6.198.796	65,0%	1,4%
Ativo Realizável a Longo Prazo					
Consumidores, concess. e permissionárias	292.594	3,1%	297.458	3,1%	1,7%
Tributos a compensar	1.109.566	11,7%	1.080.068	11,3%	(2,7)%
Rendas a receber swap	4.413	0,0%	4.189	0,0%	(5,1)%
Depósitos vinculados a litígios	194.200	2,1%	196.587	2,1%	1,2%
Despesas pagas antecipadamente	129.435	1,4%	220.019	2,3%	70,0%
Outros créditos	26.420	0,3%	7.870	0,1%	(70,2)%
Total	1.756.628	18,6%	1.806.191	19,0%	2,8%
Investimentos	13.615	0,1%	18.640	0,2%	36,9%
Imobilizado líquido	4.059.358	42,9%	4.097.180	43,0%	0,9%
Intangível líquido	280.958	3,0%	276.785	2,9%	(1,5)%
Total	4.353.931	46,0%	4.392.605	46,1%	0,9%
Ativo Total	9.461.965	100,0%	9.530.895	100,0%	0,7%

	31 de Dezembro de 2008	% do passivo total	31 de Março de 2009	% do passivo total	Varição 2008/2009
Em milhares de reais, exceto percentuais ou quando indicado forma diversa					
Passivo Circulante					
Fornecedores	486.204	5,1%	550.002	5,8%	13,1%
Folha de pagamento	2.791	0,0%	1.845	0,0%	(33,9)%
Tributos	230.461	2,4%	145.489	1,5%	(36,9)%
Encargos financeiros	51.020	0,5%	60.136	0,6%	17,9%
Empréstimos e Financiamentos e debêntures	127.302	1,3%	161.297	1,7%	26,7%
Dividendos a pagar	499.638	5,3%	499.638	5,2%	0,0%
Obrigações estimadas	55.052	0,6%	63.634	0,7%	15,6%
Encargos setoriais - Contribuições do Consumidor	126.733	1,3%	108.727	1,1%	(14,2)%
Provisão para contingências	2.237	0,0%	2.237	0,0%	0,0%
Plano previdenciário e outros benefícios	87.744	0,9%	93.780	1,0%	6,9%
Outros débitos	519.757	5,5%	431.081	4,5%	(17,1)%
Total	2.188.939	23,1%	2.117.866	22,2%	(3,2)%
Passivo Não Circulante	4.469.322	47,2%	4.431.060	46,5%	(0,9)%
Passivo Exigível a Longo Prazo					
Empréstimos e Financiamentos e debêntures	1.992.099	21,1%	1.945.040	20,4%	(2,4)%
Tributos	324.743	3,4%	327.842	3,4%	1,0%
Provisão para contingências	998.460	10,6%	1.010.231	10,6%	1,2%
Plano previdenciário e outros benefícios	944.417	10,0%	924.219	9,7%	(2,1)%
Outros débitos	209.603	2,2%	223.728	2,3%	6,7%
Total	4.469.322	47,2%	4.431.060	46,5%	(0,9)%
Patrimônio Líquido					
Capital Social	2.225.819	23,5%	2.225.819	23,4%	0,0%
Opções outorgadas reconhecidas	22.459	0,2%	32.436	0,3%	44,4%
Reservas de Lucro	555.426	5,9%	555.426	5,8%	0,0%
Prejuízos Acumulados	-	0,0%	168.288	1,8%	100,0%
Total	2.803.704	29,6%	2.981.969	31,3%	6,4%
	9.461.965	100,0%	9.530.895	100,0%	0,7%

Demonstrações dos Resultados Consolidados

As tabelas abaixo apresentam os principais dados financeiros das demonstrações de resultado consolidado da Garantidora para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006, e para os trimestres encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, que devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras completas da Garantidora.

	Período findo em 31 de dezembro de					Variação		
	% da		% da		% da			
	Receita		Receita		Receita			
2006	Líquida	2007	Líquida	2008	Líquida	2007/2006	2008/2007	
Em milhares de reais, exceto percentuais ou quando indicado forma diversa								
Receita Operacional								
Fornecimento de energia elétrica	7.067.976	142,8%	7.093.519	142,1%	7.214.341	133,9%	0,4%	1,7%
Suprimento de energia elétrica	361.655	7,3%	405.536	8,1%	360.009	6,7%	12,1%	(11,2)%
Outras receitas	567.565	11,5%	639.310	12,8%	664.298	12,3%	12,6%	3,9%
Total	7.997.196	161,5%	8.138.365	163,0%	8.238.648	152,9%	1,8%	1,2%
Deduções à Receita Operacional								
ICMS	(1.892.362)	(38,2)%	(1.927.228)	(38,6)%	(1.949.018)	(36,2)%	1,8%	1,1%
Encargos do consumidor	(548.891)	(11,1)%	(644.584)	(12,9)%	(416.411)	(7,7)%	17,4%	(35,4)%
PIS/COFINS	(603.245)	(12,2)%	(571.883)	(11,5)%	(484.004)	(9,0)%	(5,2)%	(15,4)%
Outras	(1.975)	(0,0)%	(2.292)	(0,0)%	(2.571)	(0,0)%	16,1%	12,2%
Total	(3.046.473)	(61,5)%	(3.145.987)	(63,0)%	(2.852.004)	(52,9)%	3,3%	(9,3)%
Receita Operacional Líquida	4.950.723	100,0%	4.992.378	100,0%	5.386.644	100,0%	0,8%	7,9%
Custo com energia elétrica								
Energia Elétrica comprada para revenda	(2.862.552)	(57,8)%	(2.927.353)	(58,6)%	(3.063.177)	(56,9)%	2,3%	4,6%
Custo de Operação								
Pessoal	(144.826)	(2,9)%	(160.039)	(3,2)%	(141.964)	(2,6)%	10,5%	(11,3)%
Material	(15.758)	(0,3)%	(12.791)	(0,3)%	(13.987)	(0,3)%	(18,8)%	9,4%
Serviço de terceiros	(95.693)	(1,9)%	(118.984)	(2,4)%	(120.526)	(2,2)%	24,3%	1,3%
Provisões para contingências	(247.142)	(5,0)%	-	0,0%	-	0,0%	(100,0)%	0,0%
Depreciação e amortização	(277.942)	(5,6)%	(289.645)	(5,8)%	(275.887)	(5,1)%	4,2%	(4,7)%
Outras	(35.447)	(0,7)%	(16.059)	(0,3)%	(16.364)	(0,3)%	(54,7)%	1,9%
Total	(816.808)	(16,5)%	(597.518)	(12,0)%	(568.728)	(10,6)%	(26,8)%	(4,8)%
Lucro Operacional Bruto	1.271.363	25,7%	1.467.507	29,4%	1.754.739	32,6%	15,4%	19,6%
Despesas Operacionais								
Com Vendas	(445.768)	(9,0)%	(280.270)	(5,6)%	(315.476)	(5,9)%	(37,1)%	12,6%
Gerais e Administrativas	(391.040)	(7,9)%	(377.385)	(7,6)%	(247.581)	(4,6)%	(3,5)%	(34,4)%
Total	(836.808)	(16,9)%	(657.655)	(13,2)%	(563.057)	(10,5)%	(21,4)%	(14,4)%
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.516)	(0,0)%	-	0,0%	-	0,0%	(100,0)%	0,0%
Receita (despesa) financeira								
Receitas	415.797	8,4%	247.633	5,0%	270.149	5,0%	(40,4)%	9,1%
Despesas	(741.144)	(15,0)%	(563.601)	(11,3)%	(175.757)	(3,3)%	(24,0)%	(68,8)%
Total	(325.347)	(6,6)%	(315.968)	(6,3)%	94.392	1,8%	0,0%	(129,9)%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais								
Receitas	-	0,0%	-	0,0%	30.188	0,6%	0,0%	100,0%
Despesas	-	0,0%	-	0,0%	(8.751)	(0,2)%	0,0%	100,0%
Total	-	0,0%	-	0,0%	21.437	0,4%	0,0%	100,0%
Resultado Operacional	107.692	2,2%	493.884	9,9%	1.307.511	24,3%	358,6%	164,7%
Receita Não Operacional								
Receita Não Operacional	4.942	0,1%	17.890	0,4%	-	0,0%	262,0%	(100,0)%
Despesa Não Operacional	3.656	0,1%	(6.576)	(0,1)%	-	0,0%	(279,9)%	(100,0)%
Resultado Não Operacional	8.598	0,2%	11.314	0,2%	-	0,0%	31,6%	(100,0)%
Resultado Antes da Tributação e das Participações	116.290	2,3%	505.198	10,1%	1.307.511	24,3%	334,4%	158,8%
Provisão para IR e Contribuição Social	(249.028)	(5,0)%	(250.246)	(5,0)%	(161.410)	(3,0)%	0,5%	(35,5)%
IR e Contribuição Social Diferidos	-	0,0%	852.221	17,1%	(140.121)	(2,6)%	100,0%	(116,4)%
Lucro/(Prejuízo) Antes das Participações	(132.738)	(2,7)%	1.107.173	22,2%	1.005.980	18,7%	(934,1)%	(9,1)%
Participações	(17.753)	(0,4)%	(32.843)	(0,7)%	(31.527)	(0,6)%	0,0%	100,0%
Lucro/(Prejuízo) Líquido do Exercício	(150.491)	(3,0)%	1.074.330	21,5%	974.453	18,1%	(813,9)%	(9,3)%

	Período de três meses findo em 31 de Março de				Variação
	% da Receita Líquida		% da Receita Líquida		
	2008		2009	2009/2008	
Em milhares de reais, exceto percentuais ou quando indicado forma diversa					
Receita Operacional					
Fornecimento de energia elétrica	1.821.474	138,4%	2.101.390	146,2%	15,4%
Suprimento de energia elétrica	104.626	8,0%	84.151	5,9%	(19,6)%
Outras receitas	144.530	11,0%	140.094	9,7%	(3,1)%
Total	2.070.630	157,4%	2.325.635	161,8%	12,3%
Deduções à Receita Operacional					
ICMS	(503.528)	(38,3)%	(567.548)	(39,5)%	12,7%
Encargos do consumidor	(119.031)	(9,0)%	(191.230)	(13,3)%	60,7%
PIS/COFINS	(131.198)	(10,0)%	(128.041)	(8,9)%	(2,4)%
Outras	(1.127)	(0,1)%	(1.264)	(0,1)%	12,2%
Total	(754.884)	(57,4)%	(888.083)	(61,8)%	17,6%
Receita Operacional Líquida	1.315.746	100,0%	1.437.552	100,0%	9,3%
Custo do Serviço de Energia Elétrica	(923.231)	(70,2)%	(1.005.813)	(70,0)%	8,9%
Custo com energia elétrica					
Energia Elétrica comprada para revenda	(785.182)	(59,7)%	(871.993)	(60,7)%	11,1%
Custo de Operação					
Pessoal	(34.099)	(2,6)%	(32.589)	(2,3)%	(4,4)%
Material	(3.206)	(0,2)%	(3.667)	(0,3)%	14,4%
Serviço de terceiros	(27.146)	(2,1)%	(25.455)	(1,8)%	(6,2)%
Provisões para contingências	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Depreciação e amortização	(69.442)	(5,3)%	(67.410)	(4,7)%	(2,9)%
Outras	(4.156)	(0,3)%	(4.699)	(0,3)%	13,1%
Total	(138.049)	(10,5)%	(133.820)	(9,3)%	(3,1)%
Lucro Operacional Bruto	392.515	29,8%	431.739	30,0%	10,0%
Despesas Operacionais					
Com Vendas	(78.474)	(6,0)%	(77.433)	(5,4)%	(1,3)%
Gerais e Administrativas	(85.142)	(6,5)%	(81.094)	(5,6)%	(4,8)%
Total	(163.616)	(12,4)%	(158.527)	(11,0)%	(3,1)%
Resultado do Serviço	228.899	17,4%	273.212	19,0%	19,4%
Receita (despesa) financeira					
Receitas	54.058	4,1%	46.269	3,2%	(14,4)%
Despesas	(135.998)	(10,3)%	(71.021)	(4,9)%	(47,8)%
Total	(81.940)	(6,2)%	(24.752)	(1,7)%	(69,8)%
Receitas	19.349	1,5%	6.114	0,4%	(68,4)%
Despesas	(1.473)	(0,1)%	(833)	(0,1)%	(43,4)%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17.876	1,4%	5.281	0,4%	(70,5)%
Resultado Operacional	164.835	12,5%	253.741	17,7%	53,9%
Resultado Antes da Tributação e das Participações	164.835	12,5%	253.741	17,7%	53,9%
Provisão para IR e Contribuição Social	(63.013)	(4,8)%	(33.625)	(2,3)%	(46,6)%
IR e Contribuição Social Diferidos	10.839	0,8%	(44.620)	(3,1)%	(511,7)%
Lucro Antes das Participações	112.661	8,6%	175.496	13,3%	55,8%
Participações	(7.865)	(0,6)%	(7.208)	(0,5)%	(8,4)%
Lucro Líquido do Exercício	104.796	8,0%	168.288	12,8%	60,6%

Títulos e Valores Mobiliários Emitidos

Ações

As ações da Garantidora são negociadas na BM&FBOVESPA, sob o código "LIGT3", no segmento especial de listagem do Novo Mercado, conforme o Contrato de Participação no Novo Mercado, celebrado em 16 de fevereiro de 2006.

Programa Patrocinado de Depositary Receipts Nível 1

A CVM e a SEC aprovaram, em 17 de novembro de 2008, o Programa Patrocinado de Depositary Receipts Nível 1 da Garantidora, sob o número R0800161, para negociação no mercado de balcão americano de títulos lastreados em ações ordinárias de emissão da Light S.A.

Informações Periódicas

O formulário de informações anuais – IAN e o formulário de demonstrações financeiras padronizadas – DFP da Garantidora estão atualizados e disponíveis na CVM, inclusive no *website* www.cvm.gov.br.

Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Garantidora referentes aos exercícios sociais de 2006 e 2007; e KPMG Auditores Independentes foi responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Garantidora referentes ao exercício social de 2008 e pela revisão das informações financeiras do 1º trimestre do exercício social de 2008 e 2009.

Plano de Investimentos 2009/2012

A Garantidora, em conjunto com as suas subsidiárias, planeja investir aproximadamente R\$647 milhões em suas atividades de geração (incluindo novos projetos) durante o período de 2009 até 2012, R\$2.319 milhões em suas atividades de distribuição e R\$107 milhões em suas atividades de comercialização durante o mesmo período.

**IDENTIFICAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, COORDENADORES,
BANCO MANDATÁRIO E ESCRITURADOR, AGENTE FIDUCIÁRIO, CONSULTORES
LEGAIS E AUDITORES INDEPENDENTES**

Quaisquer outras informações sobre a Emissora, a Oferta, este Prospecto e quaisquer outros documentos relacionados à Oferta poderão ser obtidos junto à Emissora e aos Coordenadores. Abaixo, outrossim, seguem os dados para contato da Emissora, dos Coordenadores, do Banco Mandatário e Escriturador, do Agente Fiduciário, dos Consultores Legais e Auditores Independentes:

Emissora

Quaisquer informações sobre a Oferta poderão ser obtidas junto ao Departamento de Relações com Investidores da Companhia:

Light SESA

Avenida Marechal Floriano, 168, parte, 2º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20080-002

At.: Ronnie Vaz Moreira

Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Tel.: (21) 2211-2559

Fax: (21) 2291-9207

E-mail: ronnie.moreira@light.com.br

Website: www.light.com.br

Coordenador Líder

Banco Votorantim S.A.

Avenida Roque Petroni Junior, n.º 999, 16º andar
São Paulo – SP – 04007-910

At.: Sr. Roberto Roma

Tel.: (11) 3043-5612

Fax: (11) 3043-5645

E-mail: roberto.roma@bancovotorantim.com.br

Website: www.bancovotorantim.com.br

O Coordenador Líder designou o Sr. Roberto Roma como responsável por esclarecer quaisquer dúvidas e/ou prestar informações adicionais sobre a Oferta, as Debêntures e este Prospecto, inclusive para os fins de que trata o artigo 33, § 3º, inciso III, da Instrução CVM n.º 400/03.

O Coordenador Líder iniciou suas atividades em 31 de agosto de 1988 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários, sob a razão social Baltar Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., mais tarde alterada para Votorantim DTVM Ltda. O sucesso inicial da Votorantim DTVM Ltda. motivou sua transformação em banco múltiplo, conforme autorização concedida pelo Banco Central em 7 de agosto de 1991, após sua transformação em sociedade anônima em 25 de fevereiro de 1991.

Além dos serviços de banco comercial e de investimento prestados a clientes corporativos, o Coordenador Líder atua em operações de varejo (financiamento e crédito ao consumidor) por meio de suas subsidiárias BV Financeira S.A. CFI – Crédito Financiamento e Investimento e BV Leasing Ltda., na gestão de fundos de investimento, por meio da Votorantim Asset Management DTVM Ltda., e como corretora de valores mobiliários, por meio da Votorantim CTVM Ltda. O Coordenador Líder tem sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e filiais nas Cidades do Rio de Janeiro, Porto Alegre e Nassau (Bahamas).

Em 31 de dezembro de 2008, o Coordenador Líder estava posicionado entre os 10 maiores bancos em atuação no Brasil pelo critério de ativos totais, que atingiram R\$80,2 bilhões, representando um aumento de 4,93% quando comparado com os R\$76,4 bilhões atingidos em 31 de dezembro de 2007, segundo dados apresentados no site do Banco Central.

Até a data deste Prospecto, o Coordenador Líder havia participado como instituição líder, instituição subcontratada ou participante especial na colocação, no mercado local, de aproximadamente R\$31,9 bilhões em debêntures; R\$11,5 bilhões em notas promissórias comerciais; R\$6,2 bilhões em ações; e R\$4,7 bilhões em cotas de fundos de investimento em direitos creditórios.

Recentemente, o Banco do Brasil e a Votorantim Finanças S.A., acionista controlador do Coordenador Líder, firmaram parceria estratégica por meio da qual (i) 33.356.791.198 ações ordinárias de emissão do Coordenador Líder de titularidade da Votorantim Finanças S.A. foram cedidas ao Banco do Brasil pelo montante de R\$3,0 bilhões; e (ii) 7.412.620.277 novas ações preferenciais emitidas pelo Coordenador Líder, pelo valor de R\$1,2 bilhão, foram subscritas pelo Banco do Brasil. Referida parceria reforça e acelera a trajetória de crescimento do Coordenador Líder, alavancando sua capacidade de originação e distribuição nos segmentos em que atua.

Adicionalmente, nos termos do Fato Relevante divulgado ao mercado em 9 de janeiro de 2009 pela Votorantim Finanças S.A., controladora do Banco Votorantim, o Banco do Brasil pretende adquirir participação acionária do Banco Votorantim. Trata-se de parceria estratégica constituída mediante celebração de instrumento particular de contrato de compra e venda e subscrição de ações do Banco Votorantim pelo Banco do Brasil. Caso a referida operação seja aprovada pelo Banco Central, o Banco do Brasil passará a deter participação equivalente a 49,99% do capital votante e 50% do capital social. Essa parceria, uma vez aprovada, atenderá aos anseios do Banco do Brasil de consolidar e ampliar sua atuação em mercados como o de financiamento ao consumo, em especial o de financiamento a veículos e o crédito concedido fora do ambiente bancário. No momento, a referida aquisição encontra-se pendente de aprovação pelo Banco Central.

A parceria poderá proporcionar ao Banco do Brasil acesso a canais de distribuição alternativos, que são bem desenvolvidos no Banco Votorantim, como concessionárias, parceiros e lojas da BV Financeira S.A., o que atende à importância estratégica de viabilizar a venda de produtos e serviços nos pontos de consumo. Com a capacidade de originação de ativos e distribuição terceirizada do Banco Votorantim, e a solidez, presença nacional, ampla base de clientes, capacidade de captação e diversidade de produtos do Banco do Brasil, a parceria propiciará ganhos de escala e ampliação da capacidade de originação de operações de crédito.

O Banco Votorantim também tem atuação relevante em outras frentes negociais, como no segmento *corporate* e de mercado de capitais, mercado nos quais o Banco do Brasil deseja expandir seus negócios. Adicionalmente, o Banco Votorantim possui uma corretora de valores que passa a complementar o portfólio do Banco do Brasil e catalisa sobremaneira a atuação no mercado de capitais.

Coordenadores

Banco Itaú BBA S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 4º andar, São Paulo – SP – 04538-132

At.: Sr. Eduardo Prado Santos

Tel.: (11) 3708-8717

Fax: (11) 3708-8107

E-mail: epsantos@itaubba.com.br

Website: www.itaubba.com.br

O Itaú BBA é um banco de atacado, com ativos de R\$181,1 bilhões e patrimônio líquido de R\$12,0 bilhões em 31 de março de 2009. O Itaú BBA pertence ao grupo Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. (nova denominação do Itaú Unibanco Banco Múltiplo S.A., em fase de aprovação do Banco Central). O Itaú BBA visa atuar em parceria com as grandes empresas, provendo-lhes uma ampla variedade de serviços financeiros. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevideu e Bahamas, além de escritórios de representação em Buenos Aires, Nova Iorque e Xangai.

De acordo com o *ranking* ANBID, o Itaú BBA é um dos líderes de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, ocupando o primeiro lugar em 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 com participações de mercado de 26%, 20%, 19%, 24% e 46% respectivamente.

No mercado de renda fixa local, em 2008, o Itaú BBA participou de 35 emissões de dívida, cujo montante total alcançou R\$17,2 bilhões. Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures da Telemar Norte Leste S.A. (R\$2,6 bilhões), Duke Energy International – Geração Paranapanema S.A. (R\$341 milhões), Unidas S.A. (R\$ 250 milhões), da Telemar Participações S.A. (R\$1,6 bilhão), da Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações (R\$500 milhões) e da MRV Engenharia e Participações S.A. (R\$300 milhões). Em operações de notas promissórias coordenadas pelo Itaú BBA, destacam-se as operações da Companhia Energética do Ceará (Coelce) (R\$245 milhões), da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A. (R\$650 milhões), Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (R\$120 milhões), CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (R\$200 milhões) e da Invitel S.A. (R\$950 milhões). Destacam-se ainda as operações FIDC Paulista Veículos II (R\$100 milhões), CRI WT PIC II (R\$101,9 milhões) e CRI da BRC Securitizadora S.A. (R\$300 milhões).

No segmento de renda variável, em 2008 o Itaú BBA participou de 5 ofertas públicas de ações, cujo montante total alcançou R\$31,8 bilhões, atuando como coordenador e *bookrunner* do IPO da OGX Petróleo e Gás Participações S.A. (R\$6,7 bilhões) e, adicionalmente, como coordenador e *bookrunner* dos seguintes ofertas subsequentes (*follow-ons*): Redecard S.A. (R\$1,2 bilhão), Metalúrgica Gerdau S.A. (R\$1,5 bilhão), Gerdau S.A. (R\$2,9 bilhões) e Companhia Vale do Rio Doce (R\$19,4 bilhões). Em 2007, o Itaú BBA participou de 19 ofertas públicas de ações, das quais 14 operações de IPOs e 5 de *follow-ons*. O montante total dessas ofertas alcançou R\$22,5 bilhões.

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Paulista, 1450, 8º andar

São Paulo – SP– 01310-917

At.: Sr. João Carlos Zani

Tel.: (11) 2178-4800

Fax: (11) 2178-4880

E-mail: zani@bradescobbi.com.br

Website: www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas

O Bradesco, controlador do BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do País, conforme informação do Banco Central, e está presente em praticamente todos os municípios do Brasil. A atuação do Bradesco é sustentada por uma rede de atendimento com 13.365 pontos convencionais, entre eles, 4.559 agências e 5.959 unidades do Banco Postal. No quarto trimestre de 2008, o lucro líquido foi de R\$1,723 bilhões, patrimônio líquido de R\$35,306 bilhões e R\$482,141 bilhões em ativos totais.

O BBI é a empresa responsável pelo desenvolvimento de operações nos segmentos de renda variável, renda fixa, operações estruturadas, fusões e aquisições e financiamento de projetos.

Confirma-se seu relevante desempenho através dos seguintes destaques:

(i) líderes em operações de fusões e aquisições, em número de operações, ocupando a sexta posição, em valor, segundo o *ranking* ANBID de fechamento, dezembro de 2008;

(ii) iniciou operações em renda variável no 2º semestre de 2006, em dezembro 2007 alcançou a 8ª posição no *ranking* de originação e distribuição ANBID, e em dezembro de 2008 alcançou a 6ª posição;

(iii) possui longa experiência em operações de renda fixa e mantém posições de destaque nos últimos anos. Encerrou o primeiro trimestre de 2009 como líderes em operações de renda fixa no mercado doméstico - *ranking* de originação e distribuição ANBID - com participação de mercado de 29%. Em 2008, ocupou o 2º lugar, no mesmo *ranking*, com participação de 24% do volume total de emissões; e

(iv) em 2008, atuou como assessor e estruturador financeiro para importantes projetos de diferentes setores da economia, dentre os quais destacam-se as hidrelétricas do complexo Madeira e complexos portuários patrocinados pela LLX Logística. Obteve êxito na estruturação de financiamentos de longo prazo para dois projetos estruturados na modalidade Parceria Público Privada – PPP: a) assessoria financeira à Odebrecht Investimentos em Infraestrutura na estruturação de financiamentos de longo prazo, no montante total de R\$328,1 milhões, junto ao BNDES e ao InfraBrasil Fundo de Investimentos em Participações, para projeto de PPP de ampliação e operação de sistema de esgotamento sanitário do Município de Rio das Ostras, Estado do Rio de Janeiro, primeiro projeto de PPP na área de saneamento aprovado pelo BNDES e b) assessoria à Via Parque S.A. na estruturação de financiamento de longo prazo de R\$ 52,9 milhões junto ao Banco do Nordeste, para implantação da PPP Via Parque, no Estado de Pernambuco.

Banco Citibank S.A.

Avenida Paulista, 1111, 10º andar,
São Paulo – SP – 01311-920

At.: Sr. Gustavo Muller

Tel.: (11) 4009-2823

Fax: (11) 4009-7558

E-mail: gustavo.muller@citi.com

Website: www.citibank.com.br

O Citi, grupo do qual o Citibank. é parte, é um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, conforme informações divulgadas pela Bloomberg, Reuters relativas a setembro de 2008, atuando em 140 países e reunindo atualmente mais de 200 milhões de contas de clientes e cerca de 300 mil funcionários. No Brasil, o resultado de mais de nove décadas de atuação traduz-se num portfólio de mais de 400 mil correntistas, R\$ 1,3 bilhão de lucro líquido, R\$ 40,4 bilhões em ativos totais, R\$ 4,4 bilhões de patrimônio líquido e mais de 6,8 mil funcionários. Para o Citi, o Brasil é um dos mercados mais importantes da América Latina. Por isso, a organização mantém a estratégia de expansão e de investimentos, ampliando os negócios no País.

E, como parte integrante dessa organização, o Citibank, tem atuado continuamente e com relevante presença no segmento Citi Markets & Banking, com destaque para áreas de renda fixa e variável, fusões e aquisições, project finance e empréstimos sindicalizados.

Em 2006, o Citibank participou de diversas emissões de debêntures, totalizando R\$ 11,4 bilhões distribuídos a investidores. O Citibank participou como coordenador das três maiores transações de renda fixa realizadas no mercado de capitais brasileiro nos últimos anos (excetuadas as operações realizadas por sociedades de arrendamento mercantil), conforme informações sobre ofertas registradas constantes do site da CVM, quais sejam: Companhia de Bebidas das Américas - AmBev, Telemar Norte Leste S.A. - Telemar e Companhia Vale do Rio Doce - CVRD, sendo uma delas a primeira emissão de uma empresa investment grade em escala global.

Em 2007, o Citibank participou de diversas emissões de debêntures, totalizando R\$4,0 bilhões distribuídos a investidores. O Citibank participou como coordenador da única transação AAA realizada em 2007.

Em 2008, o Citibank participou de emissões no mercado de capitais brasileiro de renda fixa, totalizando R\$ 705 milhões distribuídos a investidores. O Citibank foi a única instituição financeira a participar nas duas últimas emissões públicas de debêntures em setembro e outubro de 2008, quais sejam a emissão pública de debêntures da Duke Energy International, Geração Paranapanema S.A., no valor de R\$340.000.000,00 e a emissão pública de debêntures da Sabesp, no valor de R\$200.000.000,00.

Em 2008, o Citi esteve em 4º lugar no ranking da ANBID no que diz respeito a mercado de capitais local.

Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitscheck, n.º 510, 12º andar, São Paulo – SP– 04543-906

At.: Sr. Luis Berlfein

Tel.: (11)3841 3405

Fax: (11)3841 3399

E-mail: luis.berlfein@br.bnpparibas.com

Website: www.bnpparibas.com.br

O BNP Paribas encontra-se presente no Brasil há mais de 50 anos, desde a abertura de seu primeiro escritório de representação em 1953. Desde então, o BNP Paribas vem ganhando destaque e espaço no mercado brasileiro.

Em 1981, com apenas um escritório no Brasil, o BNP Paribas adquiriu 45% do capital do Banco Cidade, um banco nacional, mantendo esta participação até 1995.

Durante este período, o banco passou a dar maior importância aos investimentos feitos no mercado financeiro brasileiro.

Em 1996, o BNP Paribas foi autorizado a se instalar no País e a operar no mercado doméstico brasileiro como banco múltiplo. Em 1998, o BNP Paribas atuou como líder em emissões internacionais de títulos de dívida em euro. Entre 1998 e 2000, o banco participou como líder em diversas emissões internacionais da República Brasileira em euro.

Com a realização da fusão global do BNP e do Banque Paribas, em 2000, passou a denominar-se Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Em 2000, como resultado da boa atuação de suas filiais brasileiras, o BNP Paribas implementou um projeto de desenvolvimento visando à diversificação e ampliação de suas atividades no País, com o aumento de seu capital, a criação de novos produtos e a realização de novas contratações. O BNP Paribas aumentou seus resultados no mercado brasileiro em 2001.

Hoje, o BNP Paribas atua em diversas áreas, tais como a de financiamentos, comércio exterior, mercado de capitais e fusões e aquisições. O BNP Paribas participa de emissões de títulos locais desde 2001, tendo participado das emissões de debêntures simples da NovaMarlim, Copel, CSN, Telefônica e Vale. Além disso, organizou a emissão de FDIC do Banco BGN.

O BNP Paribas também atua junto a empresas brasileiras e ao governo brasileiro na emissão de títulos no mercado externo, tendo realizado recentemente (i) emissão de *bonds* com vencimento em 2015 para República Federativa do Brasil, no valor de EUR500 milhões; (ii) emissão de *bonds* com vencimento em 2016 para Camargo e Corrêa S.A., no valor de US\$250 milhões; (iii) emissão de *bonds* com vencimento em 2016 para Banco Votorantim S.A., no valor de US\$200 milhões; (iv) emissão de *bonds* com vencimento em 2009 para Banco Fibra S.A., no valor de US\$75 milhões; (v) emissão de *bonds* com vencimento em 2008 para Banco Bradesco, no valor de US\$200 milhões e (vi) Securitização de recebíveis do Banco do Brasil S.A. no valor de US\$250 milhões.

Banco Mandatário e Escriturador

O Banco Mandatário e Escriturador pode ser contatado no seguinte endereço:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, s/n.º, Vila Yara, Osasco – São Paulo – 06029-900

At.: José Donizetti de Oliveira

Tel.: (11) 3684-3749

Fax: (11) 3684-2714

E-mail: 4010.donizetti@bradesco.com.br

Website: www.bradesco.com.br

Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário pode ser contatado no seguinte endereço:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, 4200, bloco 04, grupo 514
Rio de Janeiro – RJ – 22640-907
At.: Maurício Ribeiro
Tel.: (21) 3385-4565
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: Pentagono@pentagonotrustee.com.br
Website: www.pentagonotrustee.com.br

Consultores Legais

Os consultores legais da Companhia podem ser contatados no seguinte endereço:

Motta, Fernandes Rocha – Advogados
Avenida Almirante Barroso, 52, 5º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20031-000
At.: Julian Fonseca Peña Chediak / André Cantidiano
Tel.: (21) 2533-2200
Fax: (21) 2262-2459
E-mail: jchediak@mfra.com.br / acantidiano@mfra.com.br
Website: www.mfra.com.br

Os consultores legais dos Coordenadores podem ser contatados no seguinte endereço:

Mattos Filho, Veiga Filho, Marrey Jr. e Quiroga Advogados
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
São Paulo - SP – 01403-001
At.: Marina Procknor
Tel.: (11) 3147-7822
Fax: (11) 3147-7770
E-mail: marina@mattosfilho.com.br
Website: www.mattosfilho.com.br

Auditores Independentes

Nos últimos 3 exercícios sociais, a auditoria da Companhia foi conduzida pelos seguintes Auditores Independentes, que podem ser contatados nos endereços abaixo:

Auditores Independentes das Demonstrações Financeiras da Companhia do 1º e 2º trimestre do exercício social de 2006:

Mazars & Guerard Auditores Independentes
Rua da Assembleia, 10, Conjunto 4108
At.: Jean Marc Vin
Centro - Rio de Janeiro - RJ - 20011-901
Edifício Candido Mendes
Tel.: (21) 2262-3900
Fax.: (21) 2509-5143
E-mail: Jean-marc.vin@mazars.com.br
Website: www.mazars.com.br

Audidores Independentes das Demonstrações Financeiras da Companhia do 3º e do 4º trimestre do exercício social de 2006:

Walter Heuer Auditores e Consultores

Avenida Almirante Barroso, 2, 13º andar
Rio de Janeiro – RJ – 20031-000
At.: Gilson Miguel de Bessa Menezes
Tel.: (21) 2240-1332
Fax: (21) 2220-4624
E-mail: whrj@walterheuer.com.br
Website: www.walterheuer.com.br

Audidores das Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social de 2007:

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Avenida Presidente Wilson, 231, 22º andar
Centro - Rio de Janeiro – RJ – 20030-905
At.: William J. Ballantyne
Tel.: (21) 3981-0500
Fax: (21) 3981-0600
E-mail: wballantyne@deloitte.com.br
Website: www.deloitte.com.br

Audidores Independentes das Demonstrações Financeiras da Companhia do exercício social de 2008 e do 1º trimestre de 2009:

KPMG Auditores Independentes

Avenida Almirante Barroso 52, 4º andar
Centro - Rio de Janeiro – RJ – 20031-000
At.: Vânia Andrade de Souza
Tel.: (21) 3515-9400
Fax: (21) 3515-9000
E-mail: vasouza@kpmg.com.br
Website: www.kpmg.com.br

Declaração da Companhia

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, a Companhia declara que o Prospecto contém todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia e da Garantidora, suas respectivas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes.

A Companhia declara, ainda, que as informações contidas neste Prospecto e prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante a distribuição das Debêntures são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes em todos os aspectos relevantes, não sendo, de qualquer forma, enganosas ou ilusórias, tendo sido verificadas pelos Srs. Ronnie Vaz Moreira e Paulo Roberto Ribeiro Pinto, diretores estatutários da Companhia, signatários da declaração da Companhia, anexa a este Prospecto, na página 699.

Declaração do Coordenador Líder

Nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400/03, o Coordenador Líder declara que (i) o presente Prospecto contém as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Oferta, da Companhia e da Garantidora, suas respectivas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborado de acordo com as normas pertinentes; (ii) tomou as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas pela Companhia sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia perante a CVM e que venham a integrar este Prospecto sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido verificadas pelos Srs. Pedro Paulo Mollo Neto e Mario Thomazi, diretores estatutários do Coordenador Líder, signatários da declaração do Coordenador Líder anexa a este Prospecto, na página 703.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Light Serviços de Eletricidade S.A., sociedade por ações inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.444.437/0001-46, com seus atos constitutivos arquivados na JUCERJA sob NIRE n.º 33.001.064-48.
Sede	A sede da Companhia está localizada na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, 168, parte, Centro.
Data e Número de registro de companhia aberta da Light SESA na CVM	25 de novembro de 1968 Registro n.º 8036
Diretor de Relações com Investidores	Sr. Ronnie Vaz Moreira Avenida Marechal Floriano, 168, parte, Centro Rio de Janeiro – RJ – 20080-002 Tel.: (21) 2211-2995 Fax: (21) 2291-9207 E-mail: ronnie.moreira@light.com.br Website: www.light.com.br
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos acionistas da Light SESA é realizado em qualquer agência do Bradesco, ou através do e-mail ri@light.com.br e <i>website</i> www.light.com.br
Auditor Independente da Companhia	<u>Mazars & Guerard Auditores Independentes</u> foi responsável pela auditoria das demonstrações financeiras da Companhia referentes às informações trimestrais do 1º e do 2º trimestre do exercício social de 2006; <u>Walter Heuer Auditores e Consultores</u> foi responsável pela revisão das informações trimestrais do 3º e do 4º trimestre do exercício social de 2006; <u>Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes</u> foi responsável pela auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2007; <u>KPMG Auditores Independentes</u> foi responsável pela auditoria das demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2008 e às informações trimestrais do 1º trimestre do exercício social de 2009.
Acionista Controlador	A Companhia é subsidiária integral da Light S.A., que por sua vez, é controlada pela RME.
Títulos e Valores Mobiliários emitidos e em circulação até 31 de março de 2009	Notas Promissórias da 1ª Emissão, debêntures da 1ª Emissão, 4ª Emissão, 5ª Emissão e bônus de subscrição da Light S.A. atrelados às debêntures da 4ª Emissão. Para maiores informações a respeito, vide seção “Títulos e Valores Mobiliários”, na página 233 deste Prospecto.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio, edição nacional.
E-mail e Website para obtenção de informações pelos investidores e pelo mercado	E-mail: ri@light.com.br Website: www.light.com.br

DECLARAÇÕES E INFORMAÇÕES PROSPECTIVAS

Este Prospecto contém declarações e informações prospectivas sujeitas à riscos e incertezas, pois foram baseadas em intenções, crenças, premissas e expectativas atuais da administração da Companhia, bem como em informações disponíveis ao público em geral. Declarações e informações prospectivas também incluem expectativas sobre os resultados futuros possíveis ou presumidos a serem atingidos em decorrência das atividades desenvolvidas pela Companhia.

Os investidores devem estar cientes de que os fatores mencionados abaixo, além de outros discutidos neste Prospecto, particularmente alguns descritos na seção “Fatores de Risco” na página 68 do Prospecto, podem afetar os resultados futuros da Companhia e podem levar a resultados diferentes daqueles expressos nas declarações prospectivas elaboradas pela Companhia. Dentre tais fatores, destacam-se:

- as condições econômicas, políticas, demográficas e comerciais gerais do País, do Estado do Rio de Janeiro e da América Latina;
- prolongamento maior do que esperado da crise econômica mundial ou piora na economia brasileira mundial;
- as intervenções governamentais, que podem resultar em alterações nos tributos, tarifas ou ambiente regulatório no País e no Estado do Rio de Janeiro;
- políticas existentes e futuras do governo brasileiro e do governo do Estado do Rio de Janeiro, incluindo seus planos para futura expansão da geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no Estado;
- a variação das taxas de juros e inflação;
- a liquidez dos mercados financeiro e de valores mobiliários brasileiros;
- o nível de endividamento da Companhia;
- a capacidade da Companhia de implementar programas de investimentos, inclusive a capacidade da Companhia de obter financiamentos quando necessários e em condições adequadas;
- o aumento da concorrência no setor elétrico;
- a possível suspensão ou interrupção dos serviços da Companhia;
- a escassez de energia elétrica;
- a impossibilidade da Companhia de distribuir energia elétrica devido à escassez de água, interrupção de transmissão, problemas operacionais, técnicos ou danos físicos às suas instalações; e
- o término antecipado da concessão da Companhia por parte do Poder Concedente.

Essas informações são apresentadas nas seguintes seções deste Prospecto: “Sumário”; “Fatores de Risco”; “Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e os Resultados Operacionais”; “Visão Geral do Setor de Energia Elétrica”; e “Atividades”. As palavras “acredita”, “pode”, “planeja”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras de significados similares têm por objetivo identificar estimativas. Tais estimativas referem-se apenas à data em que foram expressas. Estimativas envolvem riscos e incertezas e não implicam garantia de desempenho futuro da Companhia. Em vista dos riscos e incertezas envolvidos, as estimativas e declarações futuras constantes deste Prospecto podem não vir a ocorrer e, ainda, os resultados e desempenho futuros da Companhia podem diferir substancialmente daqueles ora previstos em razão dos fatores mencionados acima.

Os investidores são alertados para não depositar confiança excessiva em declarações prospectivas.

FATORES DE RISCO

Antes de tomar uma decisão acerca da aquisição das Debêntures, os investidores devem considerar cuidadosamente todas as informações contidas na Escritura de Emissão e neste Prospecto, e, em especial, os riscos e incertezas mencionados abaixo. Os negócios, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser adversa e significativamente afetados por quaisquer desses fatores de risco ou, ainda, por outros fatores. Os riscos descritos abaixo são aqueles de conhecimento da Companhia na data deste Prospecto. Riscos adicionais, atualmente desconhecidos ou considerados irrelevantes, também podem produzir efeito adverso nos negócios da Companhia.

Riscos Relativos ao Brasil

O Governo Federal exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Condições políticas e econômicas adversas podem acarretar um efeito adverso para a Companhia.

O Governo Federal intervém frequentemente na economia brasileira e, ocasionalmente, impõe mudanças relevantes nas políticas monetária, de crédito, fiscal, dentre outras. As ações do Governo Federal para controlar a inflação e implementar outras políticas já incluíram, dentre outras medidas, aumento das taxas de juros, controle sobre preços e salários, desvalorização da moeda, controle de remessa de capital, limites nas importações, controles no consumo de energia elétrica e o congelamento de contas correntes.

A Companhia não tem controle sobre quais medidas ou políticas o Governo Federal pode vir a adotar no futuro, e tampouco, pode prevê-las. Os negócios, condições financeiras, resultados operacionais e o fluxo de caixa da Companhia poderão ser adversamente afetados por tais intervenções, bem como por outros fatores econômicos, tais como:

- aumentos na taxa de inflação;
- políticas cambiais;
- crescimento econômico nacional;
- instabilidade social;
- diminuição de liquidez dos mercados domésticos financeiro e de capitais;
- ambiente regulatório pertinente às atividades da Companhia;
- políticas monetárias;
- taxas de juros;
- controles sobre importação e exportação;
- políticas fiscais e alterações na legislação tributária;
- alterações nas normas trabalhistas; e
- outras questões políticas, diplomáticas, sociais e econômicas no Brasil ou que afetem o Brasil.

Medidas do Governo Federal para manter a estabilidade econômica, bem como a especulação sobre eventuais atos futuros do Governo Federal, podem gerar incertezas sobre a economia brasileira e uma maior volatilidade no mercado de capitais doméstico, bem como afetar adversamente os negócios, a condição financeira e os resultados da Companhia.

A instabilidade política pode prejudicar os resultados operacionais e o preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia.

O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado, crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço dos valores mobiliários de emissão de companhias listadas para negociação de seus valores mobiliários em bolsa de valores.

Nos últimos anos, de forma mais intensa, políticos brasileiros têm sido acusados de condutas antiéticas e ilegais. Essas acusações, investigadas pelo Congresso Nacional, incluem o financiamento irregular de campanhas e outras práticas eleitorais ilícitas, sonegação fiscal, influência de autoridades do Governo Federal em troca de apoio político e outras supostas acusações de corrupção. Diversos membros do partido ao qual pertence o atual Presidente do Brasil e outros integrantes do Governo Federal, incluindo o presidente de referido partido, renunciaram aos cargos para os quais foram eleitos ou nomeados. Não é possível prever quais serão os efeitos dessas acusações e investigações nas condições políticas e econômicas brasileiras ou no mercado brasileiro de valores mobiliários.

Durante as eleições presidenciais anteriores, os preços praticados no mercado de valores mobiliários brasileiro apresentaram-se voláteis. Incertezas sobre as medidas do Governo Federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco de investimento no Brasil e poderão ter um efeito adverso sobre os negócios e resultados operacionais das companhias brasileiras ou sobre o preço dos valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras.

A instabilidade da taxa de câmbio pode prejudicar a situação financeira, os resultados operacionais e os valores mobiliários de emissão da Companhia.

Nas últimas 4 décadas, a moeda brasileira tem se desvalorizado periodicamente. Ao longo desse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e uma série de políticas cambiais, inclusive controles de câmbio, desvalorizações súbitas, mini-desvalorizações (durante as quais a frequência dos ajustes oscilou entre diária e mensal) e sistemas de câmbio flutuante.

Nos últimos anos, houve uma volatilidade significativa do Real em relação ao Dólar e outras moedas. Por exemplo, a desvalorização do Real frente ao Dólar foi de 18,7% e 52,3% em 2001 e 2002, respectivamente. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar foi de 18,2% em 2003, 8,1% em 2004, 11,8% em 2005, 8,6% em 2006, 17,2% em 2007 e 31,94% em 2008. A Companhia não pode garantir que o Real não sofrerá uma desvalorização ou valorização frente ao Dólar no futuro. Em 31 de março de 2009, a taxa cambial Real/Dólar, calculada com base na cotação de fechamento “Ptax800”, divulgada pelo Banco Central, era de R\$2,3152 por US\$1,00, acumulando uma valorização do Real frente ao Dólar no 1º trimestre de 2009 de 0,93%. Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía operações com derivativos em aberto cujo valor nocional era US\$28,8 milhões, consistentes em *swaps* de obrigações denominadas em moeda estrangeira por obrigações denominadas em Real e cobrindo os desembolsos em moeda estrangeira até dezembro de 2010. Em 31 de março de 2009, o endividamento total consolidado em aberto da Companhia era de R\$2.151 milhões, dos quais 7% eram denominados em moeda estrangeira, sendo 98,7% em Dólares e 1,3% em outras moedas.

Adicionalmente, a desvalorização do Real frente ao Dólar aumenta os custos de compra de energia elétrica da usina de Itaipu, a maior fornecedora da Companhia, a qual reajusta os preços de energia elétrica com base nos custos em Dólar. O mesmo risco também se aplica ao custos de compra de energia elétrica da UTE Norte Fluminense, a qual possui uma fórmula de reajuste que, dentre outros fatores, também considera a variação do Dólar.

A desvalorização do Real frente ao Dólar pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil e gerar impacto negativo para a Companhia. A desvalorização normalmente dificulta o acesso aos mercados financeiros e de capitais internacionais e pode resultar na imediata intervenção do Governo Federal, incluindo políticas governamentais restritivas. A desvalorização aumenta as despesas financeiras decorrentes do endividamento em Dólar. Contrariamente, a apreciação do Real em relação ao Dólar pode levar à deterioração da conta corrente e do saldo dos pagamentos do Brasil, bem como impedir o crescimento das exportações.

A ocorrência dessas circunstâncias poderá afetar adversamente os negócios, resultados operacionais e financeiros, bem como os valores mobiliários de emissão da Companhia.

A Companhia pode ser adversamente afetada pela política monetária do Governo Federal e/ou pelo aumento nas taxas de juros.

O COPOM é responsável por estabelecer as metas das taxas de juros básicas para o sistema bancário brasileiro. Recentemente, a taxa de juros básica tem oscilado, tendo chegado a, aproximadamente, 45% em março de 1999 e caído para 15,25% em 17 de janeiro de 2001. De fevereiro a julho de 2002, o COPOM diminuiu a taxa básica de juros de 19,00% para 18,00% em julho de 2002. De outubro de 2002 a fevereiro de 2003, o COPOM aumentou a taxa básica de juros em 8,5 pontos percentuais, para 26,5% em 19 de fevereiro de 2003. A taxa básica de juros permaneceu em alta até junho de 2003, quando o COPOM iniciou a trajetória de decréscimo da taxa básica de juros. Posteriormente, ao longo dos anos de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, a taxa básica de juros voltou a sofrer variações por decisão do COPOM, sendo que, em 31 de março de 2009, a taxa básica de juros fixada era de 11,25% ao ano.

Em 31 de março de 2009, o endividamento total consolidado em aberto da Companhia era de R\$2.151 milhões, dos quais 93% eram denominados em Reais. Deste total, 76,7% eram sujeitos à Taxa DI, 22,9% em TJLP e 0,4% em outros índices. Adicionalmente, parte das tarifas cobradas pela Companhia (correspondente à CVA) é reajustada pela SELIC.

Conforme mencionado anteriormente, em 31 de março de 2009, a Companhia possuía operações com derivativos em aberto cujo valor nocional era US\$28,8 milhões. Como resultado dessas operações, os pagamentos de tais dívidas estão sujeitos à variação da Taxa DI, ao invés de riscos cambiais e/ou juros. Caso o Governo Federal aumente as taxas de juros ou adote outras medidas com relação à política monetária que resultem em um aumento significativo das taxas de juros, as despesas financeiras da Companhia poderão aumentar significativamente, afetando adversamente a liquidez, a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Além disso, a elevação das taxas de juros poderá ter impacto negativo no resultado da Emissora na medida em que poderá inibir o crescimento econômico e conseqüentemente a demanda por energia elétrica.

A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem afetar adversamente a economia brasileira e o mercado brasileiro de valores mobiliários e pode causar um significativo efeito negativo na Companhia.

Historicamente, o Brasil registrou taxas de inflação extremamente altas. Determinadas medidas do Governo Federal para combatê-la tiveram impacto negativo relevante sobre a economia brasileira. No passado, as medidas adotadas para combater a inflação, bem como a especulação sobre tais medidas, geraram clima de incerteza econômica no Brasil e aumentaram a volatilidade do mercado brasileiro de valores mobiliários. Os índices de inflação anuais foram de 7,75% e 9,81% em 2007 e 2008, respectivamente, de acordo com o IGP-M, 4,46% e 5,9% em 2007 e 2008, respectivamente, de acordo com o IPCA.

Medidas que possam ser tomadas no futuro pelo Governo Federal, inclusive para os efeitos de intervenção no mercado de câmbio, para ajustar ou fixar o valor do Real podem causar aumento das taxas de inflação e produzir efeitos prejudiciais nos negócios da Companhia, incluindo um aumento nos custos de financiamento em moeda estrangeira.

Caso o Brasil venha a vivenciar significativa inflação no futuro, não é possível prever se a Companhia será capaz de compensar os efeitos da inflação em sua estrutura de custos, por meio do repasse do aumento dos custos decorrentes da inflação para o preço das tarifas cobradas de seus clientes em valores suficientes e prazo hábil para cobrir um eventual aumento dos custos operacionais da Companhia, o que, não ocorrendo, poderá diminuir as margens líquidas e operacionais da Companhia. Pressões inflacionárias podem levar à intervenção do Governo Federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais que poderão ter um efeito adverso na Companhia, podendo afetar inclusive sua habilidade em acessar mercados financeiros estrangeiros.

Eventos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo de economias emergentes, podem afetar adversamente a economia brasileira e, o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros e a Companhia.

O mercado brasileiro de valores mobiliários é influenciado pelas condições econômicas e de mercado no Brasil e, em graus variados, pelas condições de mercado em outros países da América Latina e de outros países, sobretudo de economias emergentes. Ainda que as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação dos investidores aos acontecimentos em um outro país pode levar o mercado de capitais de outros países a sofrer flutuações e pode causar um efeito negativo na Companhia.

No passado recente, eventos políticos, econômicos e sociais em países de economia emergente, incluindo os da América Latina, afetaram adversamente a disponibilidade de crédito para empresas brasileiras no mercado externo, resultando em saída significativa de recursos do País e na diminuição na quantidade de moeda estrangeira investida no País.

A ocorrência de eventos políticos, econômicos e sociais em outros países de economia emergente que afetem o País, pelas razões indicadas acima, poderá ter um efeito adverso na Companhia, poderá impactar os valores mobiliários de emissão da Companhia e poderá tornar mais difícil para a Companhia acessar o mercado de capitais e financiar suas operações no futuro a termos aceitáveis ou simplesmente conseguir financiamento.

A crise financeira internacional pode afetar negativamente o crescimento econômico brasileiro, limitar o acesso da Companhia aos mercados financeiros e, portanto, causar impacto negativo na atividade e condição financeira da Companhia.

A crise financeira internacional e a consequente instabilidade do sistema financeiro internacional vêm afetando, e pode continuar a afetar, negativamente o crescimento econômico do Brasil e, por consequência, a economia do Estado do Rio de Janeiro. A crise atual reduziu a disponibilidade de liquidez e crédito para financiar a continuação e expansão das operações de atividade industrial em escala global. A falta de liquidez e de crédito, combinada com recentes perdas substanciais em mercados de ações de todo o mundo, inclusive no Brasil, pode resultar em uma extensa recessão econômica ou depressão global. Uma desaceleração prolongada na atividade econômica do Brasil pode vir a reduzir a demanda por alguns dos serviços prestados pela Companhia, o que prejudicaria os resultados operacionais da Companhia.

Ademais, a Companhia pode enfrentar dificuldades significativas de liquidez caso as condições nos mercados financeiros não melhorem. A capacidade de acesso aos mercados de capitais ou ao mercado de empréstimos bancários pode ser severamente restringida em momentos em que a Companhia gostaria, ou precisaria, acessar tais mercados, o que pode causar impacto na flexibilidade da Companhia para reagir à mudanças nas condições econômicas e negociais. A crise financeira pode afetar os credores da Companhia com relação às suas dívidas atuais, os clientes da Companhia e a capacidade de os prestadores de serviço da Companhia cumprirem suas obrigações. Se a crise financeira internacional se agravar, poderá causar efeitos adversos na demanda dos serviços prestados pela Companhia e na capacidade de financiar o crescimento planejado por ela.

Alterações nas leis tributárias brasileiras podem ter impacto adverso nos resultados operacionais da Companhia.

O Governo Federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias, as quais afetam os participantes do mercado brasileiro de energia, a Companhia, as Distribuidoras e os consumidores industriais. Essas mudanças incluem ajustes nas alíquotas aplicáveis e, ocasionalmente, imposição de tributos temporários cujos recursos são alocados para certos fins determinados pelo Governo Federal. Tais medidas podem aumentar as obrigações fiscais da Companhia, o que poderá, por sua vez, influenciar sua lucratividade, e afetar adversamente os resultados operacionais da mesma.

Caso a Companhia não consiga repassar aos consumidores o custo relativo a esses tributos adicionais, compensando referidos efeitos em sua estrutura de custos, os resultados operacionais e a condição financeira da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Riscos Relativos ao Setor Elétrico Brasileiro

A Companhia está sujeita a uma abrangente legislação e regulamentação impostas pelo Governo Federal e pela ANEEL, e não tem como prever o efeito de eventuais alterações na legislação ou na regulamentação ora em vigor sobre seus negócios e resultados operacionais.

Em decorrência da natureza de serviço público, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, que é amplamente regulada e supervisionada pelo Governo Federal, especialmente por meio do MME, bem como pela ANEEL e, eventualmente, por outras agências reguladoras estaduais.

O Governo Federal, especialmente por meio do MME e da ANEEL, exerce, historicamente, um importante grau de autoridade e influência sobre os negócios das companhias que atuam no setor elétrico brasileiro.

A ANEEL regulamenta diversos aspectos dos negócios das companhias que atuam no setor elétrico brasileiro, inclusive com relação à necessidade de investimentos, à realização de despesas e à determinação da receita, inclusive por meio da homologação dos valores das tarifas cobradas dos Consumidores Cativos, visando garantir a regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na prestação do serviço, bem como a modicidade tarifária.

Essas atividades são intensamente reguladas por meio de leis, decretos, medidas provisórias, portarias, resoluções, entre outros atos legislativos e regulamentares. Alterações na legislação ou na regulamentação relativas ao setor elétrico podem afetar adversamente a Companhia.

As tarifas cobradas pela Companhia pela venda de eletricidade a Consumidores Cativos são determinadas pela ANEEL, de acordo com o Contrato de Concessão, e as receitas operacionais da Companhia poderão ser substancial e adversamente afetadas se a ANEEL tomar decisões relacionadas às tarifas da Companhia que não lhe sejam favoráveis.

As tarifas da Companhia são determinadas de acordo com o Contrato de Concessão, regulamentação e decisões da ANEEL, que possui discricionariedade no exercício de suas atividades regulatórias.

Os contratos de concessão das Distribuidoras e a lei brasileira determinam um mecanismo de teto tarifário que permite três tipos de ajustes tarifários: (1) reajuste anual; (2) revisão periódica; e (3) revisão extraordinária.

As Distribuidoras podem requerer todo ano o reajuste anual, o qual é elaborado para compensar alguns efeitos da inflação nas tarifas e repassar aos consumidores certas mudanças nos custos estruturais das Distribuidoras que excedam seu controle, tais como o custo de compra da eletricidade pelas Distribuidoras e certos encargos regulatórios, incluindo taxas pelo uso de equipamentos de transmissão e distribuição.

Adicionalmente, a ANEEL realiza uma revisão periódica a cada cinco anos, a qual busca identificar variações nos custos bem como estabelecer o fator baseado na eficiência operacional de cada Distribuidora que será aplicado na indexação dos próximos ajustes tarifários anuais, cujo objetivo é compartilhar ganhos relacionados com os consumidores. As Distribuidoras também podem requerer uma revisão extraordinária de suas tarifas se custos imprevisíveis alterarem significativamente seus custos estruturais.

A segunda revisão tarifária periódica da Companhia ocorreu em novembro de 2008, cujo resultado provisório foi homologado pela Resolução Homologatória da ANEEL n.º 734, de 4 de novembro de 2008, e correspondeu a um reajuste de 4,70% no valor das tarifas de energia elétrica da Companhia. Com a conclusão dos aprimoramentos das metodologias para o segundo ciclo de revisões tarifárias, o resultado definitivo será estabelecido no próximo reajuste tarifário, em novembro de 2009, após deliberação do processo de consulta pública. A Companhia não pode assegurar que a ANEEL irá estabelecer tarifas favoráveis, especialmente no atual processo de revisão tarifária, ou em qualquer processo futuro de revisão tarifária. Adicionalmente, na medida em que os ajustes não sejam concedidos pela ANEEL no tempo adequado, os negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia podem ser substancial e adversamente afetados. Para maiores informações sobre a ANEEL, ver “Visão Geral do Setor de Energia Elétrica”, na página 127 do Prospecto.

Vale ressaltar que as decisões da ANEEL acerca das tarifas praticadas pela Companhia podem ser objeto de contestações judiciais por parte do Ministério Público, na defesa dos interesses difusos dos consumidores da área de concessão da Companhia, de órgãos de defesa dos consumidores ou dos próprios consumidores, dada a natureza de serviço público da atividade exercida pela Companhia. Nesse sentido, eventuais decisões desfavoráveis à Companhia nos questionamentos relacionados a revisões e reajustes tarifários concedidos pela ANEEL podem afetar negativamente os negócios, as condições financeiras e as receitas operacionais da Companhia.

A Companhia pode ser penalizada pela ANEEL pelo descumprimento dos termos do Contrato de Concessão, o que poderia resultar em multas, penalidades e, dependendo da gravidade do descumprimento, no término da concessão.

A Companhia desenvolve sua atividade de distribuição de acordo com o Contrato de Concessão celebrado com a União, de modo que a ANEEL, por sua vez, pode impor penalidades caso a Companhia descumpra qualquer disposição de tal contrato, incluindo os padrões mínimos de qualidade determinados pela ANEEL para a distribuição de energia elétrica, assim como para o aperfeiçoamento dos serviços. Dependendo da gravidade do descumprimento, essas penalidades incluem desde advertências e multas até a extinção da concessão.

Adicionalmente, a ANEEL tem o poder de pôr fim às concessões da Companhia antes de seus prazos estipulados nos contratos de concessão nos casos de falência ou dissolução, ou por meio de expropriação em decorrência de interesse público.

A Companhia não pode assegurar que não será penalizada pela ANEEL. O ressarcimento a que a Companhia fará jus com a revogação da concessão poderá não ser suficiente para a reversão do valor integral de certos ativos. Caso o Contrato de Concessão seja rescindido por culpa da Companhia, o valor efetivo do ressarcimento pela ANEEL poderá ser substancialmente reduzido por meio da imposição de multas ou penalidades. Da mesma forma, a imposição de multas ou penalidades para a Companhia ou a revogação da concessão pode afetar substancial e materialmente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

As regras para a venda de energia elétrica e as condições de mercado podem expor o Grupo Light à volatilidade dos preços no mercado 'spot'.

De acordo com as regras estabelecidas pela Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a Geradora pertencente a um grupo de empresas do setor de energia não pode vender energia diretamente para a Distribuidora desse mesmo grupo.

Como resultado, a Geradora tem que vender a eletricidade produzida em mercado regulado por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL ou no ACL. A legislação permite que Distribuidoras que contratam energia das Geradoras no ACR possam reduzir a quantidade de energia contratada até um certo limite, expondo as Geradoras ao risco de não alcançar preços adequados pela energia.

Contratos firmados no ACL com consumidores que são permitidos comprar energia diretamente de Geradoras ou de comercializadores de energia (os Consumidores Livres) também preveem a possibilidade de redução da energia originalmente contratada (aproximadamente 10%), o que pode afetar substancial e adversamente os negócios da Companhia, sua condição financeira e resultados operacionais.

Adicionalmente, o Grupo Light adota como estratégia contratar, por longo prazo, 95% de sua Energia Assegurada. Nos leilões iniciais realizados em 2004, o Grupo Light contratou 95% de sua Energia Assegurada, com prazos de vencimento que se darão em 2013 e 2014. O Grupo Light não pode assegurar que o volume total de energia será recontratado até as respectivas datas de vencimento de seus contratos, ficando o Grupo Light vulnerável aos preços vigentes no mercado *spot*. Do total da Energia Assegurada, 43,6% já foram recontratadas para entrega a partir de 2013.

Caso o Grupo Light fique impossibilitado de vender toda sua capacidade energética nos leilões ou no ACL, ele pode ser forçada a vendê-la no mercado *spot*, onde os preços são voláteis. Caso tal situação ocorra em momentos de baixa nos preços do mercado *spot*, a receita e resultados operacionais do Grupo Light podem ser substancial e adversamente afetados.

Caso o Grupo Light se veja na situação de não ter energia suficiente para honrar seus compromissos, terá que adquirir no mercado *spot* energia adicional para fazer face às suas necessidades de fornecimento e poderá vir a pagar um preço superior ao que obterá com o fornecimento a seus clientes, o que pode afetar substancial e adversamente os negócios do Grupo Light, sua condição financeira e resultados operacionais.

Estimativas incorretas da demanda de energia para as áreas de concessão da Companhia poderão afetar adversamente os seus resultados operacionais. A Companhia pode não conseguir repassar integralmente, por intermédio de suas tarifas, os custos de compras de energia.

A Companhia não pode garantir que sua previsão de demanda de energia será assertiva. Caso haja variações significativas entre as previsões de demanda de energia e o volume de energia adquirida, os resultados de suas operações poderão ser afetados adversamente.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que as Distribuidoras devem garantir o atendimento da totalidade de seus mercados, tendo a obrigação de informar ao MME sobre suas demandas de energia previstas para suas áreas de concessão para os 5 anos subsequentes. Caso a demanda prevista esteja incorreta e a Distribuidora adquira energia elétrica em quantidade menor do que a necessária, a Distribuidora deve corrigir suas contratações por meio dos leilões A-1, leilões de ajustes e MCS-D.

Isto porque caso as previsões de demanda se demonstrem muito aquém da real demanda de energia, e a Distribuidora não participe dos leilões e mecanismos de ajustes citados anteriormente, a Distribuidora deverá comprar, no mercado *spot* da CCEE, energia elétrica a um preço que se caracteriza por grande volatilidade e que pode apresentar valores muito superiores aos negociados nos leilões. Nesta situação, a Distribuidora pagará uma penalidade na CCEE e poderá não conseguir repassar aos consumidores todos os custos adicionais resultantes dessas compras.

Além disso, caso a contratação da Distribuidora exceda a real demanda de energia elétrica em mais de 3,0%, os ônus ou bônus do que excede àquele limite em relação ao mercado *spot* da CCEE passam a ser da Distribuidora, ou seja, não são transferidos aos consumidores.

Em suma, a nova legislação e a regulamentação do setor elétrico limitam a capacidade de repassar aos consumidores o custo da energia elétrica adquirida pelas Distribuidoras, caso esses custos excedam o Valor de Referência Anual estabelecido pela ANEEL. Para maiores informações, veja a seção “Visão Geral do Setor de Energia Elétrica”, subseção “Aspectos Regulatórios”, item “Modelo Setorial e Regras de Comercialização”, na página 130 deste Prospecto.

Os resultados operacionais da Companhia dependem de condições hidrológicas. O impacto de uma escassez de eletricidade e um racionamento de eletricidade relacionado poderia ter um efeito substancial adverso nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A energia hidroelétrica é a maior fonte de eletricidade no Brasil, representando em 2008 aproximadamente 88,8% da energia efetivamente gerada, segundo dados do ONS. Nos anos anteriores a 2001, a ocorrência de chuvas em volumes substancialmente menores que as médias históricas e a falta de expansão da Capacidade Instalada do SIN (em particular devido a entraves legais e regulatórios verificados no programa de expansão da capacidade termelétrica), resultaram na redução acentuada dos níveis dos reservatórios nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. Se o Brasil passar por mais um período de potencial ou efetiva escassez de energia elétrica, a Companhia poderá sofrer efeito substancial e adverso na condução dos seus negócios, nos resultados operacionais e na sua condição financeira.

O programa de “universalização” do governo brasileiro requer que as Distribuidoras, incluindo a Companhia, disponibilizem o serviço de eletricidade a certos consumidores de baixa voltagem e tenham certos custos operacionais que podem não ser vantajosos à Companhia.

Em 2002, o governo brasileiro começou a implementação de um programa de “universalização” destinado a disponibilizar eletricidade a consumidores de baixa renda que não teriam acesso a esse serviço de outra maneira. Sob esse programa, as Distribuidoras arcam com os custos iniciais da construção da infraestrutura necessária à disponibilização a esses consumidores de eletricidade. Ainda sob esse programa, a ANEEL estabeleceu metas para cada

Distribuidora, incluindo a Companhia, que caso não sejam respeitadas, podem levar à redução de tarifas compulsoriamente até que se atinja a meta. A Companhia entende que o programa de “universalização” pode levar a significativos gastos operacionais e de capital para a Companhia, uma vez que um significativo número dos seus consumidores estão qualificados ao recebimento dos benefícios deste programa. A Companhia está sujeita à discricionariedade da ANEEL no que toca à revisão de suas tarifas; assim, deve-se esperar até a próxima revisão periódica, o que ocorre a cada cinco anos, para repassar os custos do programa a seus consumidores. Em complementação, uma vez que o programa tem como objetivo principal disponibilizar energia elétrica a indivíduos de baixa renda, o capital investido compulsoriamente e os gastos operacionais podem não gerar benefícios para a Companhia comparativamente com os benefícios que poderiam normalmente ser gerados em investimentos feitos de acordo com a política de negócios da Companhia. Portanto, a Companhia pode ter um retorno inferior sob esse programa se a ANEEL não admitir uma compensação dos custos com o ajustamento das tarifas de maneira adequada.

A Companhia é responsável por quaisquer perdas resultantes da provisão inadequada de serviços de eletricidade e sua cobertura de seguros pode não cobrir inteiramente tais danos.

Nos termos da legislação brasileira, a Companhia tem responsabilidade objetiva por perdas e danos, diretos e indiretos, decorrentes de prestação de serviços de energia elétrica inadequados. Além disso, suas instalações de distribuição podem, juntamente a suas instalações de geração, ser responsabilizadas por perdas e danos causados a terceiros em decorrência de interrupções ou distúrbios nos sistemas de geração, transmissão ou distribuição, sempre que essas interrupções ou distúrbios não forem atribuíveis a um integrante identificado do ONS, independentemente de culpa. As contingências resultantes dessas interrupções ou distúrbios que não sejam cobertos pelas apólices de seguro da Companhia ou que ultrapassem os valores cobertos podem resultar em custos adicionais à Companhia e podem afetar substancial e adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Alterações nas leis e regulamentos ambientais e de segurança do trabalho podem afetar de maneira adversa os negócios das empresas do setor de energia elétrica, inclusive a Companhia.

A Companhia está sujeita a uma rigorosa legislação ambiental e de segurança do trabalho nas esferas federal, estadual e municipal no tocante, dentre outros, às emissões atmosféricas e às intervenções em áreas especialmente protegidas. A Companhia necessita de licenças e autorizações de agências governamentais para a condução de suas atividades. Na hipótese de violação ou não cumprimento de tais leis, regulamentos, licenças e autorizações, a Companhia pode sofrer sanções administrativas, tais como multas, interdição de atividades, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, ou estar sujeita a sanções criminais (inclusive seus administradores). O Ministério Público poderá instaurar inquérito civil e/ou, desde logo, promover ação civil pública visando o ressarcimento de eventuais danos ao meio ambiente e terceiros. As agências governamentais ou outras autoridades podem também editar novas regras mais rigorosas ou buscar interpretações mais restritivas das leis e regulamentos existentes, que podem obrigar a Companhia a gastar recursos adicionais na adequação ambiental, inclusive obtenção de licenças ambientais para instalações e equipamentos que não necessitavam anteriormente dessas licenças ambientais. As agências governamentais ou outras autoridades podem, ainda, atrasar de maneira significativa a emissão das licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento dos negócios da Companhia, causando atrasos em cronogramas de implantação de projetos e gerando, consequentemente, efeitos adversos nos negócios e resultados da Companhia. Qualquer ação neste sentido por parte das agências governamentais poderá afetar de maneira negativa os negócios do setor de energia elétrica e ter um efeito adverso para os negócios e resultados da Companhia.

A demora ou indeferimento, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou na renovação de licenças, assim como eventual impossibilidade da Companhia em atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a instalação e a operação dos empreendimentos, bem como o desenvolvimento das atividades da Companhia, podendo afetar adversamente os seus resultados operacionais.

Sem prejuízo do disposto acima, a inobservância da legislação ambiental ou das obrigações assumidas pela Companhia por meio da celebração de termos de ajustamento de conduta ou acordos judiciais poderá causar impacto adverso relevante na imagem, receitas e resultados operacionais da Companhia.

A construção, ampliação, operação e manutenção de instalações e equipamentos destinados à geração e distribuição de energia elétrica envolvem riscos significativos.

A construção, manutenção, expansão e operação de instalações e equipamentos para a geração e distribuição de energia envolvem vários riscos, incluindo:

- . incapacidade de obter permissões e aprovações governamentais;
- . indisponibilidade de equipamentos;
- . indisponibilidade dos sistemas de distribuição e/ou transmissão;
- . interrupção do fornecimento;
- . interrupções no trabalho;
- . greves e outras disputas trabalhistas;
- . agitações sociais;
- . interferências hidrológicas e meteorológicas;
- . problemas inesperados de engenharia e de natureza ambiental;
- . atrasos na construção e na operação, ou custos excedentes não previstos;
- . mudanças nos subsídios atualmente existentes;
- . necessidade de altos investimentos de capital; e
- . indisponibilidade de financiamentos adequados.

A Companhia não possui cobertura de seguros para alguns destes riscos. A ocorrência destes ou outros problemas poderá afetar adversamente a capacidade da Companhia de gerar e/ou distribuir energia em quantidade compatível com suas projeções ou com suas obrigações perante seus clientes, o que pode ter um efeito relevante adverso na situação financeira e no seu resultado operacional da Companhia.

A Companhia é controlada por poucos acionistas, que agem de forma coordenada, e seus interesses podem conflitar com os interesses da Companhia.

Na data deste Prospecto, a Companhia é controlada pela RME, sociedade cujo capital é dividido igualmente entre quatro acionistas, dentre os quais a CEMIG e a Equatorial, sociedades que participam do mercado de energia. Os acionistas da RME são signatários de Acordo de Acionistas regulando, entre outros, o exercício do poder de controle no Grupo Light. Os acionistas controladores poderão se ver em situação que configure conflito de interesses com os da Companhia. Em particular, os acionistas controladores controlam as decisões das assembleias gerais da Companhia e podem eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração. Os acionistas controladores podem dirigir as ações da Companhia em áreas como estratégica, financeira, distribuição, aquisição e alienação ou oneração de ativos.

Tendo em vista que parte substancial dos ativos da Companhia é dedicada ao fornecimento de um serviço público essencial, esses ativos não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência e não estarão sujeitos a penhora para garantia de juízo.

Parte substancial dos ativos da Companhia é considerada pelos tribunais brasileiros como dedicada ao fornecimento de serviço público essencial. Deste modo, esses ativos não estarão disponíveis para liquidação em caso de falência ou penhora para garantia de juízo e, na hipótese de falência, de acordo com os termos da concessão e da legislação brasileira, serão revertidos para o governo federal.

Caso eventuais indenizações a serem pagas pelo Governo Federal à Companhia por essas reversões sejam menores do que o valor de mercado dos ativos revertidos, essas restrições à liquidação e penhora poderão diminuir significativamente os valores a que a Companhia teria direito em caso de liquidação.

A Companhia não pode assegurar a renovação do Contrato de Concessão.

A Companhia desenvolve suas atividades de distribuição de acordo com o Contrato de Concessão celebrado com a União, que tem prazo até junho de 2026.

A Constituição Federal determina que qualquer concessão relativa a serviços públicos seja outorgada por meio de processo licitatório. Em 1995, esforçando-se para implementar essas disposições constitucionais, o governo brasileiro editou certas leis e regulamentos, conhecidos em conjunto como Lei de Concessões, regulando os procedimentos licitatórios para outorga de concessão. Conforme determina a Lei de Concessões, após modificações da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, mediante requisição da concessionária, as concessões existentes podem ter seus prazos estendidos pelo governo brasileiro por períodos adicionais de até 30 anos sem que precisem sujeitar-se a novo procedimento licitatório, desde que tal concessionária tenha atingido padrões mínimos de performance e que a proposta seja aceitável pelo governo brasileiro.

Tendo em vista o grau de discricionariedade concedido à ANEEL pela Lei de Concessões e pelos contratos de concessão com relação à renovação do prazo das concessões existentes, e dada a falta de precedentes duradouros com relação ao exercício pela ANEEL de tal discricionariedade e interpretação e aplicação da Lei de Concessões, a Companhia não pode assegurar que obterá novas concessões ou que suas concessões serão estendidas em termos tão favoráveis quanto os atualmente vigentes.

Riscos Relativos à Companhia e suas Operações

A Companhia depende em grande parte da economia do Estado do Rio de Janeiro.

O negócio da Companhia depende – e a Companhia acredita que continuará a depender – em grande medida das condições econômicas do Estado do Rio de Janeiro, o qual, por sua vez, é impactado pelas condições econômicas do País. A Companhia não pode assegurar que as condições econômicas no Estado do Rio de Janeiro lhe sejam favoráveis no futuro, assim como não pode assegurar que aumento de população na sua área de concessão resulte em crescimento correspondente da Companhia.

Caso a Companhia não consiga controlar com sucesso as perdas de energia, seus negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser substancial e adversamente afetados.

A Companhia sujeita-se a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas comerciais. Perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica. Perdas comerciais resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas totais de eletricidade da Companhia no primeiro trimestre de 2009 foram de 20,8% da Carga Fio, ao passo que em 2008 representaram 20,4% e em 2007 representaram 20,7%. Um aumento nas perdas de eletricidade afetaria substancial e adversamente os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia. Para maiores informações, vide seção “Atividades”, item “Perda de Energia Elétrica” na página 171 deste Prospecto.

A ANEEL considera provisoriamente para efeito de determinação da tarifa, somente um montante de 5,61% das perdas técnicas e 13,54% das perdas comerciais da Carga Fio da Companhia, totalizando 19,15% da Carga Fio. Assim, a diferença positiva entre o percentual de perdas técnicas e comerciais verificado pela Companhia e o padrão estabelecido pela ANEEL no ano em questão configura um prejuízo no resultado operacional da Companhia.

Devido às perdas técnicas e comerciais, o montante de eletricidade comprado pela Companhia é superior ao montante entregue e cobrado dos consumidores. Tal fato aumenta os custos de aquisição de eletricidade da Companhia, o que gera um efeito adverso nas margens operacionais da Companhia em razão de a Companhia poder não conseguir repassar integralmente aos consumidores tais custos adicionais.

Alterações na política de desenvolvimento do Governo Federal e/ou dificuldades da Companhia na obtenção de recursos podem limitar ou impedir o refinanciamento de sua dívida, sua capacidade de investimentos e a implementação de sua estratégia de desenvolvimento.

Em 31 de março de 2009, o endividamento consolidado total em aberto da Companhia era de R\$2.151 milhões, sendo 10,2% da dívida em Reais de curto prazo e 89,8% de longo prazo e 22% da dívida em Dólares de curto prazo e 78% de longo prazo.

A incapacidade em se obter recursos para o financiamento de sua estratégia de novos investimentos, em condições aceitáveis, poderá afetar adversamente os resultados da Companhia.

Consumidores usuários da rede da Companhia podem deixar de utilizá-la.

Parte significativa da receita operacional líquida, 8,9% em 2008 e 6,4% no 1º trimestre de 2009, da Companhia é proveniente do pagamento da TUSD pela utilização de sua rede por Consumidores Livres na área de concessão. No entanto, se tais Consumidores Livres conectarem-se diretamente à Rede Básica, a Companhia sofrerá uma perda de arrecadação. A Companhia não pode assegurar que seus maiores clientes Consumidores Livres não estejam avaliando atualmente a possibilidade de conectarem-se diretamente à Rede Básica ou de implantar projetos de autogeração, o que, em qualquer caso, poderá afetar substancial e adversamente os resultados operacionais da Companhia. Adicionalmente, a TUSD é uma tarifa estabelecida pela ANEEL com base na inflação e nos investimentos de expansão, manutenção e operação da rede verificados no ano anterior, de modo que os resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados na medida em que a TUSD não seja adequadamente reajustada pela ANEEL.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico obriga a Companhia a mudar a forma como compra a sua energia.

Sob a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a Companhia somente pode adquirir energia por meio de processo de licitação promovido pelo MME, no ACR da CCEE, sendo vedadas novas compras de energia elétrica diretamente de partes relacionadas, o chamado *self dealing*.

Assim, as Distribuidoras são obrigadas a comprar energia no mercado regulado, podendo, eventualmente, adquiri-la por preço superior ao praticado por suas partes relacionadas ou aos preços dos Contratos Iniciais, que foram extintos em 2005, o que poderá afetar negativamente a estrutura de custos das Distribuidoras, inclusive a da Companhia, e, portanto, impactar a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações.

Os resultados da Companhia podem ser afetados em decorrência do aumento nos atrasos e inadimplência de seus consumidores.

De acordo com a regulamentação da ANEEL, o provisionamento na conta de devedores duvidosos dos créditos faturados e vencidos depende da categoria do consumidor em questão: (i) 90 dias para os consumidores residenciais; (ii) 180 dias para os consumidores comerciais; (iii) 360 dias para os consumidores industriais e do setor público; e (iv) prazo definido caso a caso para Grandes Clientes. Historicamente, percentual significativo das contas dos consumidores da Companhia deixa de ser pago no respectivo vencimento, sendo que parte de tais quantias vencidas não são destinadas à conta de devedores duvidosos.

Nos últimos anos, a Companhia tem enfrentado dificuldades para cobrar o valor devido por consumidores que não pagam, nos respectivos vencimentos, as faturas referentes à energia elétrica fornecida, incluindo clientes prestadores de serviços essenciais, tais como hospitais privados.

Em 31 de março de 2009, o saldo total das faturas de consumo de energia elétrica vencidas totalizou R\$1.512,7 milhões, dos quais, segundo os critérios da ANEEL, R\$759,9 milhões estavam provisionados na conta de devedores duvidosos e R\$752,8 milhões vencidos mas não provisionados segundo os critérios da ANEEL, sendo que, do valor total de faturas vencidas, cerca de 79,9%, era devido havia mais de 90 dias. Durante o primeiro trimestre de 2009, a provisão para devedores duvidosos formada alcançou R\$60,2 milhões e foram efetuadas baixas de clientes incobráveis no montante de R\$201,5 milhões.

A Companhia não pode assegurar que conseguirá implementar todas as medidas necessárias à redução da inadimplência, ou tampouco que, se implementadas, tais medidas garantirão a redução da inadimplência. Caso isto ocorra, as condições financeiras e resultados operacionais da Companhia poderão ser adversamente afetados.

Disputas judiciais e administrativas podem afetar de forma adversa os resultados da Companhia.

Em 31 de março de 2009, a Companhia era parte em aproximadamente 45.912 ações judiciais e processos administrativos relacionados a matérias cíveis, fiscais, trabalhistas, ambientais e regulatórias, os quais somavam contingência estimada de R\$4,5 bilhões (o que não inclui processos não-quantificáveis ou com pedidos não-pecuniários). Em 31 de março de 2009, o valor de aproximadamente R\$1,004 bilhão estava provisionado no balanço da Companhia para fazer face às perdas prováveis em contenciosos judiciais ou administrativos.

Decisões ou acordos desfavoráveis com relação a esses processos ou disputas judiciais ou administrativas poderão resultar em desembolsos de caixa relevantes para a Companhia, o que poderá afetar significativamente a sua condição financeira de forma negativa. Adicionalmente, decisões ou acordos desfavoráveis em montante superior ao provisionado pela Companhia poderá ter um efeito adverso nos resultados. Para mais informações, ver a seção “Atividades”, item “Processos Judiciais e Administrativos”, na página 196 deste Prospecto.

Disputas contratuais, greves, reclamações trabalhistas e outros tipos de conflitos relacionados aos empregados da Companhia ou aos sindicatos que os representam podem causar efeito adverso nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia e em sua capacidade de manter os níveis ordinários de serviço ou de operar seus negócios na forma esperada pelos consumidores.

A terceirização de parte substancial das atividades da Companhia pode trazer consequências adversas relevantes na sua gestão.

Em 31 de março de 2009, a Companhia tinha em vigor contratos com 110 empresas terceirizadas, prestadoras de serviços, que, por sua vez, empregavam cerca de 6.378 pessoas para prestação de serviços à Companhia, tanto em atividades fim quanto nas atividades meio, tais como de corte e religamento de energia elétrica; e segurança, limpeza e vigilância, respectivamente, representando atualmente um custo médio mensal para a Companhia de R\$23 milhões.

Na hipótese de uma ou mais empresas terceirizadas, contratadas para atuarem na atividade-meio da Companhia, não cumprirem suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, a Companhia poderá ser condenada subsidiariamente em eventuais reclamações trabalhistas propostas. Em caso de ações judiciais trabalhistas relativas às empresas contratadas para prestar serviços na atividade fim da Companhia, tendo em vista o disposto na Súmula 331 do TST, existirá o risco de caracterização de vínculo empregatício entre os trabalhadores terceirizados e a Companhia. Em quaisquer dessas hipóteses, o resultado da Companhia poderá ser impactado adversamente.

Adicionalmente, existe atualmente uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro com o objetivo de impossibilitar a continuidade da terceirização tal como atualmente mantida pela Companhia. Em primeira instância a decisão judicial foi favorável ao Ministério Público do Trabalho e a Companhia interpôs recurso ordinário, o qual foi conhecido e provido por unanimidade pela 8ª Câmara do TRT, julgando improcedentes todos os pedidos formulados no processo. Esta decisão ainda não transitou em julgado.

A discussão sobre a possibilidade de terceirização de atividade-fim das empresas concessionárias de serviços públicos atualmente divide as opiniões dos Ministros do TST. É possível encontrar acórdãos que consideram válida referida terceirização, com base no artigo 25, §1º, da Lei 8987/95, bem como decisões que a consideram nula, com base no disposto pela Súmula 331 do TST.

Recentemente, a Seção Especializada em Dissídios Individuais do TST julgou um recurso de embargos envolvendo a Centrais Elétricas de Goiás, onde, por maioria de votos (8 a 6), declarou ilegal a terceirização de serviços ligados à atividade-fim da concessionária. O acórdão de tal decisão ainda não foi publicado, de forma que não puderam ser verificados os argumentos expostos.

Em razão do equilíbrio de votos (8 a 6 para a impossibilidade de terceirização da atividade-fim), não é possível afirmar qual será o posicionamento que prevalecerá no TST. Uma decisão final desfavorável à Companhia poderá impactar seus negócios, condições financeiras e resultados operacionais adversamente. Para mais informações, ver seção “Atividades”, item “Processos Judiciais e Administrativos”, na página 199 deste Prospecto.

A situação financeira da Companhia poderá ser adversamente afetada caso não prosperem as medidas administrativas e judiciais adotadas pela Companhia a respeito do momento da tributação de lucros apurados por Subsidiária no exterior, dentre outros assuntos conexos.

Em 1997 e 1998, a Light SESA emitiu títulos no exterior (“fixed rate notes”) adquiridos pelas suas subsidiárias LOI e LIR, com a finalidade de obter parte dos recursos necessários à aquisição do controle acionário da ELETROPAULO. O empréstimo com a LOI foi integralmente quitado em 9 de março de 2008 e, em 31 de março de 2009, a Light SESA devia à LIR US\$753,4 milhões, com vencimento previsto para ocorrer em abril de 2010.

Referidas operações com as subsidiárias LIR e LOI são objeto de discussão em 7 processos administrativos e 1 processo judicial e merecem destaque em razão do valor envolvido.

No Processo Administrativo n.º 18471.002113/2004-09, a Secretaria da Receita Federal do Brasil lançou o IR Fonte devido sobre os juros remetidos à LIR e à LOI, no valor histórico de R\$481,8 milhões, por entender que os *fixed rate notes* foram resgatados antes do prazo para fazer jus ao benefício de redução a zero da alíquota do IR Fonte. O lançamento foi julgado procedente em primeira instância administrativa e, posteriormente, a 4ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes deu provimento ao recurso da Light SESA. Em 31 de março de 2009, aguardava-se o julgamento, pela Câmara Superior de Recursos Fiscais, do recurso especial interposto pela União Federal exclusivamente para discutir o principal, uma vez que a multa ficou definitivamente reduzida para 75%. O valor envolvido em 31 de março de 2009 era de R\$479,9 milhões e não foi constituída provisão para esse fim, uma vez que os advogados da Light SESA estimam o risco de perda como remoto, sob o entendimento de que não houve a prática de operações irregulares.

Em três processos administrativos, a Secretaria da Receita Federal do Brasil exige diferenças de IRPJ e CSLL decorrentes da indevida apropriação de despesas financeiras e compensações levadas a efeito em 2001 e 2002. Em 31 de março de 2009, os três processos aguardavam julgamento de recursos no Conselho de Contribuintes.

Considerando que as novas autuações tiveram por fundamento os mesmos argumentos utilizados na primeira autuação, adicionado ao fato de o Banco Central e da 4ª Câmara do 1º Conselho de Contribuintes já haverem prolatado decisões no sentido de que as operações realizadas pela Light SESA não envolviam qualquer irregularidade cambial ou fiscal, os advogados da Light SESA entendem ser remoto o risco de perda. O valor atualizado do débito em 31 de março de 2009 era de R\$156,7 milhões e não foi constituída provisão contábil.

O quinto processo administrativo teve origem no recebimento, em 10 de novembro de 2008, de despacho não homologatório de compensações de créditos de IR Fonte sobre aplicações financeiras e IR Fonte de pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos, créditos esses decorrentes da apuração de Saldo Negativo de IRPJ no ano-base 2002. A não homologação teve por principal fundamento a ausência de liquidez e certeza dos créditos, visto que o processo administrativo n.º 18471.001351/2006-51 ainda está pendente de julgamento. Em 31 de março de 2009 aguardava-se a apreciação da manifestação de inconformidade apresentada pela Light SESA. O valor envolvido em 31 de março de 2009 era de R\$174 milhões, e não há provisão com base no entendimento dos advogados da Light SESA de risco possível de perda.

No mandado de segurança n.º 2003.51.01.005514-8, a Light SESA questiona a legalidade de norma que estabelece o momento da tributação de lucros apurados pelas subsidiárias no exterior - LIR e LOI. Há medida liminar vigente suspendendo a exigibilidade dos tributos e, em 31 de março de 2009, aguardava-se o julgamento do recurso de apelação da Light SESA, o qual foi recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo. O risco de perda é remoto segundo o entendimento dos advogados da Light SESA. Considerando que a discussão se resume ao momento da tributação, o valor encontra-se registrado em contas a pagar e, em 31 de março de 2009, o valor provisionado totalizava aproximadamente R\$292,7 milhões, considerando o principal e juros e já considerados os impactos da extinção da LOI e da distribuição de lucros realizada em março e abril de 2008. Sobre o valor referente ao lucro, a Companhia recolheu, nos termos da liminar vigente, IRPJ e CSLL no valor total de R\$31,1 milhões (março de 2008) e R\$10,8 milhões (abril de 2008).

A Light SESA recebeu, ainda, em 2 de setembro de 2008, dois despachos não homologatórios das compensações de IRPJ e CSLL constantes da Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação - PERDCOMP do exercício de 2005. A Secretaria da Receita Federal do Brasil entendeu que foi apurado imposto a pagar, e não saldo negativo, visto que os lucros de LIR e LOI foram adicionados à base de cálculo dos tributos, mas esses não foram recolhidos em razão da suspensão da exigibilidade assegurada pela liminar concedida no Mandado de Segurança n.º 2003.51.01.005514-8. Em 31 de março de 2009, aguardava-se a apreciação das manifestações de inconformidade apresentadas pela Light SESA. O valor envolvido em 31 março de 2009 era de R\$38,7 milhões, já acrescidos de juros e multa, e não há provisão constituída com base na estimativa de risco remoto dos advogados da Light SESA.

Decisões finais administrativas ou judiciais contrárias à Light SESA poderão afetar negativa e significativamente a situação financeira da Companhia. Para maiores informações, ver “Atividades”, item “Processos Judiciais e Administrativos”, na pág. 196 deste Prospecto.

Os recursos alocados pela Companhia para atender às suas obrigações previdenciárias podem ser inferiores ao valor estimado de tais obrigações, e, dessa forma, a Companhia talvez precise fazer contribuições adicionais aos planos de previdência complementar de seus empregados.

Os passivos relativos aos planos de previdência complementar dos empregados da Companhia alcançaram R\$1.005,4 milhões em 31 de março de 2009.

De acordo com relatório de avaliação atuarial emitido em 19 de janeiro de 2009, no 4º trimestre de 2008 a Braslight efetuou a mudança de sua tábua geral de mortalidade, passando a adotar a tábua AT-83. Esta mudança ocorreu para atender à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006. O resultado atuarial do exercício adicionado à alteração da tábua resultou em um aumento de R\$71,8 milhões no contrato de equacionamento do déficit.

Caso as estimativas atuariais da Companhia estejam incorretas, ou na hipótese de reduções a longo prazo nas taxas de juros, reduções nos valores de mercado dos valores mobiliários mantidos pelos planos ou de outras mudanças adversas, a posição financeira de seus planos pode ser significativamente prejudicada, afetando, portanto, a periodicidade e o nível crescente das contribuições a serem feitas pela Companhia aos planos de previdência dos seus empregados.

As obrigações da Companhia relativas a fundos de pensão podem ser maiores do que a Companhia estima atualmente e, como resultado, a Companhia pode ser obrigada a fazer contribuições adicionais aos planos de pensão dos empregados, o que pode afetar adversamente seus resultados.

Adicionalmente, os critérios de determinação do valor do aporte da Companhia para o cumprimento de suas obrigações previdenciárias com os participantes e assistidos dos seus planos de previdência complementar poderão ser revisados pela Secretaria de Previdência Complementar de forma a aumentar a obrigação da Companhia.

A Companhia poderá ser impelida a arcar com eventuais indenizações decorrentes de discussões a respeito da titularidade de seus imóveis.

A Companhia desenvolve suas atividades em vastas áreas territoriais, abrangendo diversos imóveis que, mesmo sendo utilizados há muitos anos, podem não estar regulares no tocante à sua situação jurídica, inclusive no que diz respeito à titularidade da propriedade.

A produção e distribuição de energia elétrica configura serviço essencial, de modo que as atividades exercidas em referidos imóveis, regulares ou não, estão protegidas pelo “Princípio da Continuidade do Serviço Público”. Porém, os imóveis que não são utilizados pela Companhia diretamente na distribuição de energia elétrica não gozam desta proteção. Não é possível descartar a possibilidade de a Companhia ser impelida a arcar com eventuais indenizações, com relação ao uso dos imóveis irregulares não sujeitos à referida proteção, o que poderá afetar adversamente os seus negócios e resultados operacionais.

Caso o Grupo Light não consiga cumprir seu programa de investimentos nos prazos adequados, a operação e o desenvolvimento dos seus negócios podem ser substancial e adversamente afetados.

O Grupo Light planeja investir aproximadamente R\$647 milhões em suas atividades de geração durante o período de 2009 até 2012, R\$2.319 milhões em suas atividades de distribuição e R\$107 milhões em outras atividades tais como comercialização durante o mesmo período. A capacidade do Grupo Light de concluir este programa de investimento depende de uma série de fatores, inclusive sua capacidade de obter e manter suas licenças ambientais (principalmente com relação às atividades de geração), de cobrar tarifas adequadas por seus serviços e seu acesso aos mercados de capitais nacional e internacional, além de várias outras circunstâncias operacionais e regulatórias.

De acordo com a nova metodologia para o 2º ciclo de revisões tarifárias das Distribuidoras, os investimentos em redes elétricas propostos pelas concessionárias são considerados pela ANEEL para fins de determinação do valor de revisão da tarifa de energia elétrica.

Na segunda revisão tarifária da Light SESA, ocorrida em novembro de 2008, a ANEEL considerou provisoriamente investimentos de R\$390 milhões anuais para o período de 2009 a 2013. Quando da próxima revisão tarifária, que ocorrerá em 2013, deverão ser levantados os investimentos efetivamente realizados pela Companhia e caso a Companhia não tenha investido o montante aprovado, essa diferença será reduzida da Parcela B, calculada na próxima revisão.

Não há certeza de que o Grupo Light disporá de recursos financeiros para concluir seu programa de investimentos proposto, sendo que a impossibilidade de fazê-lo poderá afetar de maneira adversa e relevante a sua operação e o desenvolvimento dos seus negócios.

Riscos Relativos às Debêntures

A Companhia é uma concessionária de serviços públicos e, portanto, nem todos os seus bens e ativos poderão ser objeto de execução para satisfazer as obrigações relativas às Debêntures.

Os bens vinculados à prestação de serviços públicos e vinculados à concessão detida pela Companhia (bens e instalações utilizados na distribuição de energia elétrica), cujo valor residual em 31 de dezembro de 2008 era de aproximadamente R\$3,1 bilhões, correspondente a 54% do ativo total da Companhia naquela data, não podem ser utilizados para satisfazer as obrigações relativas às Debêntures, devendo ser revertidos ao Poder Concedente ao final do prazo da concessão. Além disso, parte dos bens da Companhia está caucionada em favor de terceiros, os quais têm prioridade no recebimento dos montantes oriundos de eventual venda de tais bens, até o limite da dívida garantida.

Assim, na hipótese de inadimplemento das obrigações relativas às Debêntures pela Companhia, nem todos os seus bens e ativos poderão ser objeto de execução para satisfação dessas obrigações e os bens e ativos objeto de garantia de outras obrigações poderão ser utilizados apenas após a satisfação das dívidas por eles garantidas.

As obrigações da Companhia, constantes da Escritura de Emissão, estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece diversas hipóteses que ensejam o vencimento antecipado (automático ou não) das obrigações da Companhia com relação à 6ª Emissão, tais como decretação ou pedido de falência, pedido de autofalência, pedido ou início do processo de recuperação judicial ou extrajudicial ou procedimento da mesma natureza, da Companhia e/ou seus controladores diretos e/ou indiretos, não cumprimento de obrigações previstas na Escritura de Emissão e descumprimento de índices e limites financeiros. Não há garantias de que a Companhia disporá de recursos suficientes em caixa para fazer face ao pagamento das Debêntures na hipótese de ocorrência de eventual vencimento antecipado de suas obrigações, o que poderá acarretar em um impacto negativo relevante à Companhia e aos titulares das Debêntures. Para maiores informações sobre as hipóteses de vencimento antecipado, vide a Escritura de Emissão constante de anexo a este Prospecto.

Os contratos de empréstimos celebrados pela Companhia incluem cláusulas restritivas (covenants) e qualquer inadimplência resultante do não cumprimento dessas cláusulas poderá afetar adversamente sua situação financeira e sua capacidade de conduzir os negócios.

A Companhia é parte em diversos instrumentos financeiros, além de ter obtido financiamento por meio da 1ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures. Muitos de tais instrumentos exigem, dentre outras obrigações, a manutenção de determinados índices financeiros específicos e/ou o cumprimento de diversas obrigações de fazer e de não fazer restritivas às operações da Companhia. O descumprimento de quaisquer dessas cláusulas poderia implicar no pagamento imediato do saldo devedor remanescente de cada dívida, além de causar o vencimento antecipado cruzado de outros contratos (*cross acceleration*). Os ativos e fluxo de caixa da Companhia podem não ser suficientes para amortizar integralmente o valor da dívida decorrente de tais contratos, em caso de vencimento antecipado devido à inadimplência contratual.

Em razão da baixa liquidez do mercado secundário brasileiro de debêntures, os investidores poderão não conseguir alienar as Debêntures por eles adquiridas.

O mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures apresenta, historicamente, baixa liquidez. Não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado ativo e líquido para negociação das Debêntures que permita aos subscritores sua pronta alienação, caso estes assim decidam. Dessa forma, os Debenturistas podem ter dificuldade em realizar a venda das Debêntures no mercado secundário e, caso realizem a venda, esta poderá ocorrer por preço inferior ao seu valor nominal acrescido da Remuneração.

Eventual rebaixamento na classificação de risco da Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar a classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à Companhia são levados em consideração, tais como sua condição financeira, administração e desempenho de suas atividades. São analisadas, também, características da Oferta e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas pela Companhia e os fatores político-econômicos que podem afetar sua condição financeira. Dessa forma, as avaliações representam uma opinião quanto às condições da Companhia de honrar seus compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. Caso a classificação de risco seja rebaixada, a Companhia poderá encontrar dificuldades em realizar outras emissões de títulos e valores mobiliários, assim como os Debenturistas poderão ter prejuízo caso optem pela venda das Debêntures no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, um eventual rebaixamento, no futuro, da classificação de risco atribuída para as Debêntures pode obrigar esses investidores a alienar as Debêntures que detenham no mercado secundário.

Eventual questionamento sobre a validade da Estipulação da Taxa DI, divulgada pela CETIP, pode afetar adversamente os detentores das Debêntures.

A Súmula n.º 176 editada pelo STJ enuncia que é nula a cláusula contratual que sujeita o devedor ao pagamento de taxa de juros divulgada pela ANBID/CETIP. As Debêntures serão remuneradas com referência à taxa paga aos Depósitos Interbancários – DI, divulgada diariamente pela CETIP. Apesar de a referida súmula não vincular as decisões do Poder Judiciário, existe a possibilidade de, numa eventual disputa judicial, a validade da estipulação da Taxa DI ser questionada e/ou a Súmula n.º 176 vir a ser aplicada pelo Poder Judiciário para considerar que a Taxa DI não é válida como fator de Remuneração das Debêntures. Em se concretizando esta hipótese, o índice que vier a ser indicado pelo Poder Judiciário para substituir a Taxa DI poderá conceder aos titulares das Debêntures Remuneração inferior a atual Remuneração das Debêntures.

Na hipótese de decretação de falência da Companhia, os Debenturistas estarão subordinados aos demais credores da Companhia.

As Debêntures são simples, da espécie quirografária. Deve-se considerar que na hipótese de decretação de falência da Companhia, os Debenturistas estarão subordinados aos demais credores da Companhia que contarem com garantia real ou privilégio (em atendimento ao critério legal de classificação dos créditos na falência). Dessa maneira, nessa hipótese, tais investidores somente preferirão aos titulares de créditos subordinados aos demais credores da Companhia e aos acionistas em relação à ordem de recebimento de seus créditos. Em caso de falência da Companhia, não há garantia, portanto, de que os Debenturistas receberão a totalidade ou mesmo parte dos seus créditos.

Não há garantias da capacidade de pagamento da Garantidora.

As Debêntures da Oferta possuem garantia adicional fidejussória prestada pela Garantidora, sociedade controladora da Companhia. A Garantidora é uma sociedade *holding* pura que controla sociedades que atuam na área de distribuição, geração e comercialização de energia, obtendo receita por meio da distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio por suas controladas. Não há garantias de que tais controladas apresentarão lucros no futuro e/ou distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio à Garantidora, bem como não há garantia de que esta terá capacidade para honrar as obrigações relativas às Debêntures na hipótese de inadimplemento da Companhia.

Informações Acerca do Futuro da Companhia.

Este Prospecto contém informações acerca das perspectivas do futuro da Companhia que refletem as opiniões da mesma em relação ao seu desenvolvimento futuro e que, como em qualquer atividade econômica, envolvem riscos e incertezas. Embora a Companhia acredite que as informações acerca das perspectivas do seu futuro sejam baseadas em convicções e expectativas razoáveis, não há garantia de que o desempenho futuro da Companhia seja consistente com essas informações. Os eventos futuros poderão diferir sensivelmente das tendências aqui indicadas, dependendo de vários fatores discutidos nesta seção “Fatores de Risco” e em outras seções deste Prospecto. As expressões “acredita que”, “espera que” e “antecipa que”, bem como outras expressões similares, identificam informações acerca das perspectivas do futuro da Companhia. Os potenciais investidores são advertidos a examinar com toda a cautela e diligência as informações acerca do futuro da Emissora e não tomar decisões de investimento unicamente baseados em previsões futuras ou expectativas. A Companhia e os Coordenadores não assumem nenhuma obrigação de atualizar ou revisar qualquer informação acerca das perspectivas e do futuro da Companhia.

DESTINAÇÃO DE RECURSOS

Os recursos captados pela Emissora por meio da Oferta serão utilizados para (i) pagamento das Notas Promissórias da 1ª Emissão, no valor de R\$100 milhões; e (ii) para reforço do capital de giro da Emissora. Para maiores informações sobre as Notas Promissórias da 1ª Emissão, ver seção “Títulos e Valores Mobiliários, na página 233 deste Prospecto.

A Emissão não implicará em impacto negativo relevante na situação patrimonial e nos resultados da Emissora. Para maiores informações sobre os impactos da Emissão na situação patrimonial e nos resultados da Emissora, ver seção “Capitalização”, na página 89 deste Prospecto.

2. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

- **Capitalização**
- **Informações Financeiras Seleccionadas**
- **Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e os Resultados Operacionais**
- **Visão Geral do Setor de Energia Elétrica**
- **Atividades**
- **Administração**
- **Títulos e Valores Mobiliários**
- **Descrição do Capital Social e Dividendo**
- **Controladores**
- **Operações com Partes Relacionadas**
- **Práticas de Governança Corporativa**
- **Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CAPITALIZAÇÃO

Os impactos na situação patrimonial e financeira da Emissora, considerada a utilização dos recursos mencionada na seção “Destinação dos Recursos” na página 86 deste Prospecto, após a captação decorrente da Oferta, podem ser avaliados por meio da tabela abaixo, a qual apresenta o endividamento de curto e longo prazo da Companhia consolidado e a capitalização total da mesma em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008, bem como em 31 de março de 2008 e 2009. Essas informações foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia. Adicionalmente, foi inserida uma coluna para refletir o efeito *pro forma* da emissão e colocação da totalidade das Debêntures da 6ª Emissão.

A tabela seguinte deve ser analisada em conjunto com as seções “Informações Financeiras Seleccionadas” e “Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e os Resultados Operacionais”, nas páginas 97 deste Prospecto. Não houve qualquer alteração relevante na capitalização da Companhia desde 31 de março de 2009.

	31 de dezembro de		
	2006	2007	2008
	(Em milhares de reais)		
Ativos Financeiros (A) ¹	601.438	447.230	456.519
Total de Empréstimos e Financiamentos (B).....	3.234.774	1.940.328	2.158.183
Curto Prazo	495.236	140.378	176.670
Longo Prazo	2.739.538	1.799.950	1.981.513
Endividamento Líquido (C=B-A).....	2.633.336	1.493.098	1.701.664
Patrimônio Líquido (D).....	1.374.319	2.546.063	2.598.541
Capitalização Total (E=D+B).....	4.609.093	4.486.391	4.756.724

⁽¹⁾ Inclui numerário disponível e Aplicações Financeiras.

	31 de março de		
	2008	2009 (Real)	2009 (Ajustado) ²
	(Em milhares de reais)		
Ativos Financeiros (A) ¹	340.508	598.748	898.748
Total de Empréstimos e Financiamentos (B).....	1.931.918	2.151.267	2.451.267
Curto Prazo	154.841	218.674	218.674
Longo Prazo	1.777.077	1.932.593	2.232.593
Endividamento Líquido (C=B-A).....	1.591.410	1.552.519	1.552.519
Patrimônio Líquido (D).....	2.595.710	2.753.989	2.753.989
Capitalização Total (E=D+B).....	4.527.628	4.905.256	5.205.256

⁽¹⁾ Inclui numerário disponível e Aplicações Financeiras.

⁽²⁾ Ajustado para refletir a aplicação dos recursos obtidos com a colocação da totalidade das Debêntures.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS SELECIONADAS

As informações financeiras apresentadas abaixo quando relativas aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados foram elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Brasileiras, disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugadas com as normas específicas emanadas pela ANEEL e instruções da CVM, bem como, pelos boletins técnicos preparados pelo IBRACON.

As informações abaixo devem ser lidas e analisadas em conjunto com as demonstrações financeiras e respectivas notas explicativas, incluídas neste Prospecto, e com a seção “Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e os Resultados Operacionais”, na página 97 deste Prospecto.

Em decorrência da reestruturação referente à desverticalização das atividades de distribuição, geração e transmissão de energia elétrica, para dar cumprimento ao disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a análise dos valores indicados nesta seção referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e aos trimestres encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, deverá levar em consideração tal desverticalização de atividades.

As informações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007 apresentadas neste Prospecto foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos nessas datas, que foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras vigentes à época, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e foram auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. As demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2006 e de 2007 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade e também refletindo ajustes de exercícios anteriores, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Demonstrações Financeiras findas em 31 de dezembro de 2006			
	<u>Saldo</u>	<u>Ajustes/</u>	<u>Saldo</u>
	<u>Publicado</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Ajustado</u>
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Tributos a compensar	375.225	26.362	401.587
Ajuste de exercício anterior	375.225	26.362	401.587
<u>Ativo Permanente</u>			
Imobilizado	3.074.307	59.140	3.133.447
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(212.707)	59.140	(153.567)
<u>Passivo Circulante</u>			
Outros Débitos	118.776	59.140	177.916
<u>Patrimônio Líquido</u>	1.347.957	26.362	1.374.319
Lucros/Prejuízos acumulados	(2.974.876)	26.362	(2.948.514)
Ajuste de exercício anterior	-	26.362	26.362

As informações financeiras relativas ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 apresentadas neste Prospecto foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo nessa data, que foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras vigentes à época, as quais incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e foram auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, pela KPMG Auditores Independentes, conforme parecer incluído neste Prospecto, que contém parágrafos de ênfase referindo-se aos seguintes assuntos: (i) as demonstrações financeiras da Fundação de Seguridade Social Braslight, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram auditadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 29 de janeiro de

2009, com parágrafo de ênfase sobre a existência de saldo de R\$130.941 mil relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária, cuja realização depende de eventos futuros e caso não ocorra, pode afetar os ativos e o passivo atuarial da Companhia; (ii) em decorrência da segunda revisão tarifária periódica da controlada Light Serviços de Eletricidade S.A., prevista no Contrato de Concessão, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da controlada em 1,96%, a ser aplicado para o período a partir de 7 de novembro de 2008. Considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atinge 4,70%. Possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia e de sua controlada em períodos subsequentes; e; (iii) as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram examinadas por outros auditores independentes, que, sobre elas, emitiram parecer sem ressalva, datado de 13 de fevereiro de 2008. As Práticas Contábeis Brasileiras foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008, no entanto, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras vigentes até 31 de dezembro de 2007, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, não sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

As informações financeiras referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados, relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2009 e 2008 foram objeto de revisão especial por parte da KPMG Auditores Independentes, de acordo com as Normas e Procedimentos de Auditoria – 06 (NPA-06), emitidas pelo IBRACON e cujo relatório de revisão incluído neste prospecto contém parágrafos de ênfase referindo-se aos mesmos assuntos mencionados em (i) e (ii) acima e ao fato de que em decorrência das mudanças nas Práticas Contábeis Brasileiras durante 2008, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM no. 506/06.

Balanco Patrimonial

	31 de dezembro de					Variação		
	% do ativo		% do ativo		% do ativo			
2006 ⁽¹⁾	total	2007	total	2008	total	2006/2007	2007/2008	
Em milhares de Reais, exceto percentuais ou quando indicados de forma diversa								
Ativo Circulante	3.286.307	39,4%	2.861.982	33,1%	3.209.744	35,7%	-12,9%	12,2%
Disponibilidades	601.438	7,2%	447.230	5,2%	456.519	5,1%	-25,6%	2,1%
Créditos	2.348.794	28,2%	2.054.912	23,7%	2.187.783	24,4%	-12,5%	6,5%
Consumidores, concess. e permissionárias	1.711.334	20,5%	1.319.386	15,2%	1.319.906	14,7%	-22,9%	0,0%
Rendas a receber	-	0,0%	-	0,0%	6.671	0,1%	0,0%	100,0%
Tributos a compensar	607.584	7,3%	679.447	7,9%	811.125	9,0%	11,8%	19,4%
Serviços prestados	29.876	0,4%	56.079	0,6%	50.081	0,6%	87,7%	-10,7%
Estoques	10.153	0,1%	11.875	0,1%	14.666	0,2%	17,0%	23,5%
Outros	325.922	3,9%	347.965	4,0%	550.776	6,1%	6,8%	58,3%
Despesas pagas antecipadamente	245.277	2,9%	275.313	3,2%	383.021	4,3%	12,2%	39,1%
Outros créditos	80.645	1,0%	72.652	0,8%	167.755	1,9%	-9,9%	130,9%
Ativo Não-Circulante	5.051.266	60,6%	5.791.985	66,9%	5.770.868	64,3%	14,7%	-0,4%
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.662.634	19,9%	2.379.776	27,5%	2.137.412	23,8%	43,1%	-10,2%
Créditos	618.648	7,4%	1.578.529	18,2%	1.401.856	15,6%	155,2%	-11,2%
Consumidores, concess. e permissionárias	217.061	2,6%	326.066	3,8%	292.594	3,3%	50,2%	-10,3%
Tributos a compensar	401.587	4,8%	1.252.463	14,5%	1.104.849	12,3%	211,9%	-11,8%
Rendas a receber	-	0,0%	-	0,0%	4.413	0,0%	0,0%	100,0%
Depósitos vinculados a litígios	133.790	1,6%	166.032	1,9%	186.071	2,1%	24,1%	12,1%
Despesas pagas antecipadamente	322.589	3,9%	156.747	1,8%	129.435	1,4%	-51,4%	-17,4%
Outros créditos	587.607	7,0%	478.468	5,5%	420.050	4,7%	-18,6%	-12,2%
Ativo Permanente	3.388.632	40,6%	3.412.209	39,4%	3.633.456	40,5%	0,7%	6,5%
Investimentos	34.798	0,4%	13.102	0,2%	12.249	0,1%	-62,3%	-6,5%
Imobilizado	3.133.447	37,6%	3.190.334	36,9%	3.459.072	38,5%	1,8%	8,4%
Intangível	181.875	2,2%	167.609	1,9%	162.135	1,8%	-7,8%	-3,3%
Diferido	38.512	0,5%	41.164	0,5%	-	0,0%	6,9%	-100,0%
Ativo Total	8.337.573	100,0%	8.653.967	100,0%	8.980.612	100,0%	3,8%	3,8%

(1) Os valores apresentados estão refletindo reclassificações e/ou ajustes de exercícios anteriores, conforme quadro apresentado na página 90.

	31 de dezembro de					Variação		
	% do passivo		% do passivo		% do passivo			
	2006 ⁽¹⁾	total	2007	total	2008	total	2006/2007	2007/2008
Em milhares de Reais, exceto percentuais ou quando indicados de forma diversa								
Passivo Circulante	1.720.251	20,6%	1.662.279	19,2%	2.076.065	23,1%	-3,4%	24,9%
Empréstimos, Financiamentos	353.274	4,2%	27.364	0,3%	92.125	1,0%	-92,3%	236,7%
Debêntures	15.256	0,2%	65.311	0,8%	33.576	0,4%	328,1%	-48,6%
Fornecedores	461.549	5,5%	483.637	5,6%	462.225	5,1%	4,8%	-4,4%
Impostos, Taxas e Contribuições	251.200	3,0%	266.158	3,1%	180.699	2,0%	6,0%	-32,1%
Dividendos a pagar	-	0,0%	190.401	2,2%	481.564	5,4%	100,0%	152,9%
Provisões	173.321	2,1%	164.658	1,9%	179.597	2,0%	-5,0%	9,1%
Obrigações estimadas	32.961	0,4%	47.495	0,5%	51.314	0,6%	44,1%	8,0%
Provisão para contingências	3.302	0,0%	2.237	0,0%	2.237	0,0%	-32,3%	0,0%
Taxas regulamentares	137.058	1,6%	114.926	1,3%	126.046	1,4%	-16,1%	9,7%
Outros	465.651	5,6%	464.750	5,4%	646.279	7,2%	-0,2%	39,1%
Plano previdenciário e outros benefícios	72.620	0,9%	72.131	0,8%	86.589	1,0%	-0,7%	20,0%
Encargos financeiros	126.706	1,5%	47.703	0,6%	50.969	0,6%	-62,4%	6,8%
Folha de pagamento	1.010	0,0%	1.800	0,0%	2.506	0,0%	78,2%	39,2%
Outros débitos	265.315	3,2%	343.116	4,0%	506.215	5,6%	29,3%	47,5%
Passivo Não-Circulante	5.243.003	62,9%	4.445.625	51,4%	4.306.006	47,9%	-15,2%	-3,1%
Passivo Exigível a Longo Prazo	5.243.003	62,9%	4.445.625	51,4%	4.306.006	47,9%	-15,2%	-3,1%
Empréstimos, Financiamentos	1.825.171	21,9%	819.819	9,5%	1.035.964	11,5%	-55,1%	26,4%
Debêntures	846.235	10,1%	978.567	11,3%	945.549	10,5%	15,6%	-3,4%
Provisões	1.235.322	14,8%	1.355.691	15,7%	992.460	11,1%	9,7%	-26,8%
Provisão para contingências	1.235.322	14,8%	1.355.691	15,7%	992.460	11,1%	9,7%	-26,8%
Taxas regulamentares	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	1.336.275	16,0%	1.291.548	14,9%	1.332.033	14,8%	-3,3%	3,1%
Fornecedores	29.769	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%	0,0%
Encargos financeiros	68.132	0,8%	1.564	0,0%	-	0,0%	-97,7%	-100,0%
Plano previdenciário e outros benefícios	771.154	9,2%	801.532	9,3%	932.809	10,4%	3,9%	16,4%
Tributos	279.182	3,3%	276.872	3,2%	324.743	3,6%	-0,8%	17,3%
Outros débitos	188.038	2,3%	211.580	2,4%	74.481	0,8%	12,5%	-64,8%
Resultados de Exercícios Futuros	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Patrimônio Líquido	1.374.319	16,5%	2.546.063	29,4%	2.598.541	28,9%	85,3%	2,1%
Capital Social Realizado	4.315.556	51,8%	2.076.898	24,0%	2.082.362	23,2%	-51,9%	0,3%
Reservas de Capital	7.277	0,1%	5.341	0,1%	5.341	0,1%	-26,6%	0,0%
Reservas de Lucro	-	0,0%	461.888	5,3%	508.902	5,7%	100,0%	10,2%
Lucros/Prejuízos Acumulados	(2.948.514)	-35,4%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%	0,0%
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	0,0%	1.936	0,0%	1.936	0,0%	100,0%	0,0%
Passivo Total	8.337.573	100,0%	8.653.967	100,0%	8.980.612	100,0%	3,8%	3,8%

(1) Os valores apresentados estão refletindo reclassificações e/ou ajustes de exercícios anteriores, conforme quadro apresentado na página 90.

	31 de Dezembro de 2008	% do ativo total	31 de Março de 2009	% do ativo total	Varição 2008/2009
Em milhares de reais, exceto percentuais ou quando indicado forma diversa					
Ativo Circulante	3.209.744	35,7%	3.211.015	35,4%	0,0%
Disponibilidades	456.519	5,1%	598.748	6,6%	31,2%
Créditos	2.187.783	24,4%	2.223.280	24,5%	1,6%
Consumidores, concess. e permissionárias	1.319.906	14,7%	1.468.258	16,2%	11,2%
Rendas a receber	6.671	0,1%	6.302	0,1%	-5,5%
Tributos a compensar	811.125	9,0%	691.780	7,6%	-14,7%
Serviços prestados	50.081	0,6%	56.940	0,6%	13,7%
Estoques	14.666	0,2%	15.033	0,2%	2,5%
Outros	550.776	6,1%	373.954	4,1%	-32,1%
Despesas pagas antecipadamente	383.021	4,3%	224.153	2,5%	-41,5%
Outros créditos	167.755	1,9%	149.801	1,7%	-10,7%
Ativo Não-Circulante	5.770.868	64,3%	5.851.549	64,6%	1,4%
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.137.412	23,8%	2.177.910	24,0%	1,9%
Créditos	1.401.856	15,6%	1.377.743	15,2%	-1,7%
Consumidores, concess. e permissionárias	292.594	3,3%	297.458	3,3%	1,7%
Tributos a compensar	1.104.849	12,3%	1.076.096	11,9%	-2,6%
Rendas a receber	4.413	0,0%	4.189	0,0%	-5,1%
Depósitos vinculados a litígios	186.071	2,1%	186.421	2,1%	0,2%
Despesas pagas antecipadamente	129.435	1,4%	220.019	2,4%	70,0%
Outros créditos	420.050	4,7%	393.727	4,3%	-6,3%
Ativo Permanente	3.633.456	40,5%	3.673.639	40,5%	1,1%
Investimentos	12.249	0,1%	16.449	0,2%	34,3%
Imobilizado	3.459.072	38,5%	3.498.166	38,6%	1,1%
Intangível	162.135	1,8%	159.024	1,8%	-1,9%
Diferido	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Ativo Total	8.980.612	100,0%	9.062.564	100,0%	0,9%

	31 de Dezembro de 2008	% do passivo total	31 de Março de 2009	% do passivo total	Varição 2008/2009
Em milhares de reais, exceto percentuais ou quando indicado forma diversa					
Passivo Circulante	2.076.065	23,1%	2.036.030	22,5%	-1,9%
Empréstimos, Financiamentos	92.125	1,0%	112.586	1,2%	22,2%
Debêntures	33.576	0,4%	46.016	0,5%	37,1%
Fornecedores	462.225	5,1%	504.732	5,6%	9,2%
Impostos, Taxas e Contribuições	180.699	2,0%	126.539	1,4%	-30,0%
Dividendos a pagar	481.564	5,4%	481.564	5,3%	0,0%
Provisões	179.597	2,0%	169.337	1,9%	-5,7%
Obrigações estimadas	51.314	0,6%	59.331	0,7%	15,6%
Provisão para contingências	2.237	0,0%	2.237	0,0%	0,0%
Taxas regulamentares	126.046	1,4%	107.769	1,2%	-14,5%
Outros	646.279	7,2%	595.256	6,6%	-7,9%
Plano previdenciário e outros benefícios	86.589	1,0%	92.618	1,0%	7,0%
Encargos financeiros	50.969	0,6%	60.072	0,7%	17,9%
Folha de pagamento	2.506	0,0%	1.669	0,0%	-33,4%
Outros débitos	506.215	5,6%	440.897	4,9%	-12,9%
Passivo Não-Circulante	4.306.006	47,9%	4.272.545	47,1%	-0,8%
Passivo Exigível a Longo Prazo	4.306.006	47,9%	4.272.545	47,1%	-0,8%
Empréstimos, Financiamentos	1.035.964	11,5%	1.011.682	11,2%	-2,3%
Debêntures	945.549	10,5%	920.911	10,2%	-2,6%
Provisão para contingências	992.460	11,1%	1.004.231	11,1%	1,2%
Outros	1.332.033	14,8%	1.335.721	14,7%	0,3%
Plano previdenciário e outros benefícios	932.809	10,4%	912.781	10,1%	-2,1%
Tributos	324.743	3,6%	327.842	3,6%	1,0%
Outros débitos	74.481	0,8%	95.098	1,0%	27,7%
Patrimônio Líquido	2.598.541	28,9%	2.753.989	30,4%	6,0%
Capital Social Realizado	2.082.362	23,2%	2.082.362	23,0%	0,0%
Reservas de Capital	5.341	0,1%	5.341	0,1%	0,0%
Reservas de Lucro	508.902	5,7%	508.902	5,6%	0,0%
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	0,0%	155.448	1,7%	100,0%
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	1.936	0,0%	1.936	0,0%	0,0%
Passivo Total	8.980.612	100,0%	9.062.564	100,0%	0,9%

Demonstração de Resultados

	Exercício findo em 31 de dezembro de					Variação	
	% da		% da		% da		
	Receita		Receita		Receita		
	Líquida		Líquida		Líquida	2006/2007	2007/2008
	2006	2007	2008				
em milhares de reais, exceto percentuais ou quando indicado forma diversa							
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	7.766.172	163,7%	7.855.176	165,2%	7.893.652	154,7%	1,1%
Fornecimento de energia elétrica	7.067.976	149,0%	7.093.519	149,2%	7.214.341	141,4%	0,4%
Suprimento de energia elétrica	111.652	2,4%	113.797	2,4%	10.742	0,2%	1,9%
Outras receitas	586.544	12,4%	647.860	13,6%	668.569	13,1%	10,5%
Deduções da Receita Bruta	(3.023.108)	-63,7%	(3.099.987)	-65,2%	(2.792.564)	-54,7%	2,5%
ICMS	(1.892.362)	-39,9%	(1.917.751)	-40,3%	(1.935.264)	-37,9%	1,3%
Encargos do Consumidor	(536.070)	-11,3%	(636.625)	-13,4%	(405.122)	-7,9%	18,8%
PIS/COFINS	(592.940)	-12,5%	(543.699)	-11,4%	(450.260)	-8,8%	-8,3%
Outras	(1.736)	0,0%	(1.912)	0,0%	(1.918)	0,0%	10,1%
Receita Líquida de vendas e/ou Serviços	4.743.064	100,0%	4.755.189	100,0%	5.101.088	100,0%	0,3%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(3.617.058)	-76,3%	(3.475.161)	-73,1%	(3.569.624)	-70,0%	-3,9%
Pessoal	(129.873)	-2,7%	(142.496)	-3,0%	(120.610)	-2,4%	9,7%
Material	(14.483)	-0,3%	(12.060)	-0,3%	(11.653)	-0,2%	-16,7%
Serviço de terceiros	(87.189)	-1,8%	(112.109)	-2,4%	(111.920)	-2,2%	28,6%
Energia elétrica comprada para revenda	(2.866.914)	-60,4%	(2.930.884)	-61,6%	(3.060.020)	-60,0%	2,2%
Depreciação e amortização	(252.989)	-5,3%	(266.522)	-5,6%	(253.471)	-5,0%	5,3%
Provisões operacionais	(247.142)	-5,2%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%
Outras	(18.468)	-0,4%	(11.090)	-0,2%	(11.950)	-0,2%	-40,0%
Resultado Bruto	1.126.006	23,7%	1.280.028	26,9%	1.531.464	30,0%	13,7%
Despesas/Receitas Operacionais	(806.084)	-17,0%	(613.733)	-12,9%	(504.914)	-9,9%	-23,9%
Com Vendas	(445.891)	-9,4%	(274.473)	-5,8%	(308.295)	-6,0%	-38,4%
Gerais e Administrativas	(360.193)	-7,6%	(339.260)	-7,1%	(196.619)	-3,9%	-5,8%
Financeiras	(290.279)	-6,1%	(278.293)	-5,9%	159.186	3,1%	-4,1%
Receitas Financeiras	447.638	9,4%	278.238	5,9%	330.382	6,5%	-37,8%
Despesas Financeiras	(737.917)	-15,6%	(556.531)	-11,7%	(171.196)	-3,4%	-24,6%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	0,0%	-	0,0%	21.474	0,4%	100,0%
Outras Receitas Operacionais	-	0,0%	-	0,0%	30.090	0,6%	100,0%
Outras Despesas Operacionais	-	0,0%	-	0,0%	(8.616)	-0,2%	-100,0%
Resultado da Equivalência Patrimonial	5.592	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%
Resultado Operacional	35.235	0,7%	388.002	8,2%	1.207.210	23,7%	1001,2%
Resultado Não Operacional	8.375	0,2%	11.134	0,2%	-	0,0%	32,9%
Receitas	4.719	0,1%	17.654	0,4%	-	0,0%	274,1%
Despesas	3.656	0,1%	(6.520)	-0,1%	-	0,0%	-278,3%
Resultado Antes Tributação e Participações	43.610	0,9%	399.136	8,4%	1.207.210	23,7%	815,2%
Provisão para IR e Contribuição Social	(238.032)	-5,0%	(212.953)	-4,5%	(116.887)	-2,3%	-10,5%
IR Diferido	-	0,0%	852.221	17,9%	(142.904)	-2,8%	100,0%
Lucro Antes Participações	(194.422)	-4,1%	1.038.404	21,8%	947.419	18,6%	-634,1%
Participações/Contribuições Estatutárias	(15.901)	-0,3%	(30.319)	-0,6%	(29.255)	-0,6%	90,7%
Lucro/Prejuízo do Exercício	(210.323)	-4,4%	1.008.085	21,2%	918.164	18,0%	-579,3%

	Período de três meses findo em 31 de março de				Variação
	% da Receita		% da Receita		
	2008	Líquida	2009	Líquida	2008/2009
	em milhares de reais, exceto percentuais ou quando indicado forma diversa				
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.971.303	159,8%	2.242.462	163,7%	13,8%
Fornecimento de energia elétrica	1.821.474	147,6%	2.101.390	153,4%	15,4%
Suprimento de energia elétrica	1.958	0,2%	-	0,0%	-100,0%
Outras receitas	147.871	12,0%	141.072	10,3%	-4,6%
Deduções da Receita Bruta	(737.361)	-59,8%	(872.707)	-63,7%	18,4%
ICMS	(498.457)	-40,4%	(563.965)	-41,2%	13,1%
Encargos do Consumidor	(116.113)	-9,4%	(187.637)	-13,7%	61,6%
PIS/COFINS	(121.764)	-9,9%	(120.014)	-8,8%	-1,4%
Outras	(1.027)	-0,1%	(1.091)	-0,1%	6,2%
Receita Líquida de vendas e/ou Serviços	1.233.942	100,0%	1.369.755	100,0%	11,0%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(911.204)	-73,8%	(990.524)	-72,3%	8,7%
Pessoal	(30.595)	-2,5%	(29.777)	-2,2%	-2,7%
Material	(2.976)	-0,2%	(3.157)	-0,2%	6,1%
Serviço de terceiros	(25.171)	-2,0%	(23.214)	-1,7%	-7,8%
Energia elétrica comprada para revenda	(785.649)	-63,7%	(869.113)	-63,5%	10,6%
Depreciação e amortização	(63.801)	-5,2%	(61.905)	-4,5%	-3,0%
Provisões operacionais	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras	(3.012)	-0,2%	(3.358)	-0,2%	11,5%
Resultado Bruto	322.738	26,2%	379.231	27,7%	17,5%
Despesas/Receitas Operacionais	(150.643)	-12,2%	(136.561)	-10,0%	-9,3%
Com Vendas	(76.991)	-6,2%	(75.853)	-5,5%	-1,5%
Gerais e Administrativas	(73.652)	-6,0%	(60.708)	-4,4%	-17,6%
Financeiras	(71.711)	-5,8%	(19.682)	-1,4%	-72,6%
Receitas Financeiras	62.910	5,1%	50.902	3,7%	-19,1%
Despesas Financeiras	(134.621)	-10,9%	(70.584)	-5,2%	-47,6%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17.876	1,4%	5.281	0,4%	-70,5%
Outras Receitas Operacionais	19.349	1,6%	6.114	0,4%	-68,4%
Outras Despesas Operacionais	(1.473)	-0,1%	(833)	-0,1%	-43,4%
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Resultado Operacional	118.260	9,6%	228.269	16,7%	93,0%
Resultado Não Operacional	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Receitas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Despesas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Resultado Antes Tributação e Participações	118.260	9,6%	228.269	16,7%	93,0%
Provisão para IR e Contribuição Social	(45.539)	-3,7%	(20.650)	-1,5%	-54,7%
IR Diferido	9.993	0,8%	(45.535)	-3,3%	-555,7%
Lucro Antes Participações	82.714	6,7%	162.084	11,8%	96,0%
Participações/Contribuições Estatutárias	(7.214)	-0,6%	(6.636)	-0,5%	-8,0%
Lucro/Prejuízo do Exercício	75.500	6,1%	155.448	11,3%	105,9%

DISCUSSÃO E ANÁLISE DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

A análise e discussão da administração sobre a situação financeira e o resultado operacional consolidado da Light SESA apresentada a seguir deve ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto.

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas em conformidade com as Práticas Contábeis Brasileiras. As demonstrações financeiras da Companhia referentes às informações trimestrais do 1º e do 2º trimestre do exercício social de 2006 foram auditadas por Mazars & Guerard Auditores Independentes. As informações trimestrais do 3º e do 4º trimestre do exercício social de 2006 foram revisadas por Walter Heuer Auditores e Consultores. As informações referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 foram revisadas por Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independente.

As informações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007 apresentadas neste Prospecto foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos nessas datas, que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes à época, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e foram auditadas, de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Sobre essas demonstrações financeiras foi emitido parecer sem ressalva, datado de 13 de fevereiro de 2008 (exceto quanto aos assuntos mencionados nas notas explicativas nos 2, 7, 21 item (b) e 37 às demonstrações financeiras, para os quais a data é 22 de maio de 2009), contendo dois parágrafos de ênfase, sendo o primeiro devido ao fato de que as demonstrações do fluxo de caixa referentes a 31 de dezembro de 2007 e de 2006 estavam sendo apresentadas para propiciar informações suplementares sobre a companhia e não eram requeridas como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas; e sendo o segundo devido à reapresentação das demonstrações financeiras para contemplar ajustes e reclassificações efetuados pela Companhia.

As informações financeiras relativas ao balanço patrimonial e a demonstração do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 apresentadas neste Prospecto foram extraídas das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo nessa data, que foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras vigentes à época, as quais incluem as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, e foram auditadas de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, pela KPMG Auditores Independentes, conforme parecer incluído neste Prospecto, que contém parágrafos de ênfase referindo-se aos seguintes assuntos: (i) as demonstrações financeiras da Fundação de Seguridade Social Braslight, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram auditadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 29 de janeiro de 2009, com parágrafo de ênfase sobre a existência de saldo de R\$130.941 mil relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária perante a Receita Federal, cuja realização depende de eventos futuros e caso não ocorra, pode afetar os ativos e o passivo atuarial da Companhia; (ii) em decorrência da segunda revisão tarifária periódica da controlada Light Serviços de Eletricidade S.A., prevista no contrato de concessão, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da controlada em 1,96%, a ser aplicado para o período a partir de 7 de novembro de 2008. Considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atinge 4,70%. Possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia e de sua controlada em períodos subsequentes; e; (iii) as demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 foram examinadas por outros auditores independentes, que, sobre elas, emitiram parecer sem ressalva, datado de 13 de fevereiro de 2008. As Práticas Contábeis Brasileiras foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008, no entanto, as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras vigentes até 31 de dezembro de 2007, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da pela Lei nº 11.941/09, não sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

As informações financeiras referentes aos balanços patrimoniais e demonstrações de resultados, relativas aos trimestres encerrados em 31 de março de 2009 e 2008 foram objeto de revisão especial por parte da KPMG Auditores Independentes, de acordo com as Normas e Procedimentos de Auditoria – 06 (NPA-06), emitidas pelo IBRACON e cujo relatório de revisão incluído neste prospecto contém parágrafos de ênfase referindo-se aos mesmos assuntos mencionados em (i) e (ii) acima e ao fato de que em decorrência das mudanças nas Práticas Contábeis Brasileiras durante 2008, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM nº 506/06.

Tendo em vista que as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e de 2006 foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Brasileiras vigentes à época da apresentação das referidas demonstrações financeiras, as quais não incluem as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, e que as demonstrações financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008, bem como as informações financeiras referentes aos períodos de 3 meses encerrados em 31 de março de 2009 e 31 de março de 2008 foram elaboradas de acordo com as normas expedidas pela CVM, incluindo as alterações introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, as informações incluídas neste Prospecto apresentam limitações na sua comparabilidade

Esta seção contém estimativas e declarações futuras que envolvem riscos e incertezas. Os resultados reais da Companhia poderão diferir significativamente dos resultados discutidos nesta seção no que se refere a estimativas e declarações futuras, em decorrência de diversos fatores, inclusive, porém não limitado a, fatores descritos na seção “Fatores de Risco”, na página 69 deste Prospecto.

Considerações Iniciais

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabeleceu a obrigatoriedade de segregação das atividades de distribuição daquelas de geração e transmissão, que ficou conhecida como “desverticalização” e exigiu a reestruturação societária das empresas do setor. Tal reestruturação, no caso da Companhia, é resumida no item “Restrição de atividades das distribuidoras (desverticalização)”, na página 139 abaixo.

Em decorrência de tal reestruturação, a análise dos valores indicados nesta seção do Prospecto referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, e ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, bem como ao 1º trimestre de 2008 e 2009, deverá levar em consideração tal desverticalização de atividades.

Eventos Subsequentes Relevantes

Em 15 de maio de 2009, foram emitidas as Notas Promissórias da 1ª Emissão da Companhia que fazem jus a remuneração equivalente à acumulação de 125% da Taxa DI e, com vencimento previsto para 360 dias contados da data de sua emissão. As Notas Promissórias serão antecipadamente resgatadas pela Companhia por meio desta Emissão. Para maiores informações sobre as Notas Promissórias da 1ª Emissão, veja a seção “Títulos e Valores Mobiliários”, na página 233 deste Prospecto.

Em 10 de junho de 2009, foi protocolizado, na ANBID, pedido de análise simplificada, nos termos da Instrução CVM n.º 471/08, e solicitação à CVM do registro de oferta pública de distribuição secundária de ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal de emissão da Light S.A. As ações objeto de tal oferta são de titularidade da BNDES Participações S.A. – BNDESPar e da EDF International S.A.

Referida oferta será realizada em mercado de balcão não organizado, no Brasil, de acordo com a Instrução CVM n.º 400/03, para investidores brasileiros, incluindo esforços de colocação de ações emitidas pela Light S.A. no exterior.

O preço de alienação das ações objeto da oferta será fixado após a finalização do procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*), em conformidade com os artigos 23, parágrafo 1º, e 44 da Instrução n.º 400/03.

Conjuntura Macroeconômica Brasileira

A taxa de crescimento do PIB também influencia os resultados da Companhia. Uma desaceleração prolongada na atividade econômica no Brasil, decorrente da crise financeira internacional e seus efeitos no Estado do Rio de Janeiro, pode vir a reduzir a demanda por alguns dos serviços prestados pela Companhia, o que prejudicaria os resultados operacionais da Companhia.

O desempenho financeiro da Companhia pode ser afetado pela inflação, uma vez que uma parcela expressiva de seus custos e despesas operacionais é incorrida em reais e é reajustada pela inflação. A receita bruta de vendas da Companhia também é afetada pela inflação, uma vez que, de modo geral, a Companhia repassa parte dos aumentos nos custos para seus clientes por meio de aumentos de preços. A Companhia não pode prever, no entanto, se será capaz de repassar o aumento dos custos para seus clientes no futuro.

Os resultados da Companhia são afetados pela variação da taxa de câmbio. Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Companhia é denominada em moeda estrangeira, a Light SESA utiliza instrumentos financeiros derivativos (operações de “swap”) para redução dos riscos da variação cambial, os quais apresentaram um ganho de R\$11,1 milhões em 2008 e perda de R\$80,4 milhões em 2007. O valor líquido das operações de swap vigentes em 31 de março de 2009 era positivo em R\$10,0 milhões, enquanto em 31 de março de 2008, era negativo em R\$11,4 milhões. Em 31 de março de 2009, o endividamento total consolidado em aberto da Companhia era de R\$2.2 bilhões, dos quais 7% eram denominados em moeda estrangeira, sendo 98,7% em Dólares e 1,3% em outras moedas.

Adicionalmente, a desvalorização do Real frente ao Dólar aumenta os custos de compra de energia elétrica da usina de Itaipu Binacional, a maior fornecedora da Companhia, a qual reajusta os preços de energia elétrica com base nos custos em Dólar. O mesmo risco também se aplica ao custo de compra de energia elétrica da UTE Norte Fluminense, a qual possui uma fórmula de reajuste que, dentre outros fatores, também considera a variação do Dólar.

As despesas financeiras da Companhia são significativamente afetadas pelas elevadas taxas de juros praticadas no Brasil. As principais taxas de juros às quais a Companhia está sujeita são a TJLP e a Taxa DI. Em 31 de março de 2009, o endividamento consolidado total em aberto da Companhia era de R\$2,2 bilhões, dos quais 93% eram denominados em Reais. Deste total, 76,7% eram sujeitos à Taxa DI, 22,9% em TJLP e 0,4% em outros índices. Uma elevação significativa das taxas de juros pode reduzir a capacidade da Companhia de cumprir com as exigências de tais obrigações.

Desde a posse do atual Governo Federal, a economia brasileira vem apresentando um maior grau de estabilidade e, de maneira geral, o Governo Federal vem dando continuidade à política macroeconômica do governo anterior, priorizando a responsabilidade fiscal.

A crise financeira internacional e a consequente instabilidade do sistema financeiro internacional vêm afetando, e pode continuar a afetar, negativamente o crescimento econômico do Brasil. A crise atual reduziu a disponibilidade de liquidez e crédito para financiar a continuação e expansão das operações de atividade industrial em escala global. A falta de liquidez e de crédito, combinada com recentes perdas substanciais em mercados de ações de todo o mundo, inclusive no Brasil, pode resultar em uma extensa recessão econômica ou depressão global. Uma desaceleração prolongada na atividade econômica do Brasil pode vir a reduzir a demanda por alguns dos serviços prestados pela Companhia, o que prejudicaria os resultados operacionais da Companhia.

Ademais, a Companhia pode enfrentar dificuldades significativas de liquidez caso as condições nos mercados financeiros não melhorem. A capacidade de acesso aos mercados de capitais ou ao mercado de empréstimos bancários pode ser severamente restringida em momentos em que a Companhia gostaria, ou precisaria, acessar tais mercados, o que pode causar impacto na flexibilidade da Companhia para reagir à mudanças nas condições econômicas e negociais. A crise financeira pode afetar os credores da Companhia com relação às suas dívidas atuais, os clientes da Companhia e a capacidade de os prestadores de serviço da Companhia cumprirem suas obrigações. Se a crise financeira internacional se agravar, poderá causar efeitos adversos na demanda dos serviços prestados pela Companhia e na capacidade de financiar o crescimento planejado por ela.

A crise econômica no Brasil também impactou a taxa de arrecadação da Companhia, considerando a deterioração das condições de crédito no segmento do varejo e a redução do consumo dos Grandes Clientes. A taxa de arrecadação total da Companhia dos últimos 12 meses (96,6% do faturamento comercial) ficou 1,6 pontos percentuais abaixo do índice registrado em 2008. Especificamente quanto ao segmento de varejo, em 2008, o resultado para este segmento ficou em 94,22%, o que representa uma redução de 2,06 pontos percentuais em relação ao resultado de 2007. Para o 1º trimestre de 2009, a taxa obtida foi de 87,04%, sofrendo influência, além da deterioração das condições de crédito aos clientes do varejo, do aumento do consumo face à elevação de temperatura.

A tabela a seguir apresenta o crescimento real do PIB, a inflação, as taxas de juros e a valorização do Real frente ao Dólar, bem como a taxa de câmbio do Dólar nos períodos indicados.

	Ano encerrado em 31 de dezembro de			Trimestre encerrado em 31 de março de	
	<u>2006</u>	<u>2007</u>	<u>2008</u> (%)	<u>2008</u>	<u>2009</u>
Crescimento real do PIB	3,8	3,0	5,1	1,6 ⁽¹⁾	N/A
Inflação (IGP-M) ⁽²⁾	3,85	7,75	9,81	2,38	(0,92)
Inflação (IPCA) ⁽³⁾	3,14	4,45	5,90	1,52	1,23
Taxa DI ⁽⁴⁾	15,03	11,8	12,4	2,58	2,89
SELIC	13,3	11,3	13,8	12,8	11,3
Valorização do Real face ao Dólar	8,7	17,2	(31,94)	1,25	0,94
			(R\$)		
Taxa de câmbio do fim do período (US\$1.00)	2,1380	1,7713	2,3370	1,7491	2,3152
Taxa de câmbio média (US\$1.00)	2,1771	1,9483	1,8375	1,7379	2,3113

Fontes: FGV, Banco Central, IBGE e CETIP.

⁽¹⁾ Período de 12 meses ou 3 meses/Período de 12 meses ou 3 meses imediatamente anterior.

⁽²⁾ A Inflação (IGP-M) é o índice geral de preço do mercado medido pela FGV.

⁽³⁾ A Inflação (IPCA) é o índice de preços ao consumidor medido pelo IBGE.

⁽⁴⁾ A Taxa DI é a média das taxas diárias dos depósitos interfinanceiros praticadas no Brasil.

Fatores macroeconômicos que afetam os resultados das operações da Companhia

Os fatores descritos abaixo podem incidir sobre as operações ativas e passivas no negócio da Companhia. Muitos desses fatores estão relacionados na seção “Fatores de Risco”, na página 69 deste Prospecto, cuja leitura é recomendada.

Taxas de Juros

Durante o ano de 2005, devido ao esforço em atingir a meta de inflação, o Banco Central manteve a SELIC em níveis elevados, o que contribuiu para o desaquecimento da economia. A partir de novembro daquele ano, com a finalidade de incentivar a retomada do crescimento econômico, o Banco Central começou a reduzir a taxa básica de juros, terminando o ano com uma taxa de 18,0% ao ano. Durante o ano de 2006, o Banco Central manteve a redução em ritmo acelerado e no final do período a taxa básica de juros esteve em 13,25% ao ano. Em 2007 o Banco Central continuou a reduzir a taxa básica de juros, encerrando o ano a 11,25% ao ano. A partir de abril de 2008 o Banco Central retomou o processo de elevação das taxas de juros como medida de ajuste no hiato do produto, encerrando o ano com a taxa básica de 13,75% ao ano. Durante o primeiro trimestre de 2009, como consequência da repercussão interna da alta volatilidade no cenário macroeconômico externo, o Banco Central iniciou o processo de redução na SELIC, encerrando o mês de março com a taxa básica em 11,25% ao ano.

Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco” - “A Companhia pode ser adversamente afetada pela política monetária do Governo Federal e/ou aumento nas taxas de juros”, na página 69 deste Prospecto.

Taxas de Câmbio

Em decorrência de pressões inflacionárias, o Real sofreu desvalorizações frequentes nas últimas décadas. Durante todo esse período, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e fez uso de diferentes políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, pequenas desvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de câmbio flutuante, controles cambiais e 2 mercados de câmbio. As desvalorizações cambiais verificadas em períodos mais recentes resultaram em flutuações significativas nas taxas de câmbio do Real frente ao Dólar e outras moedas. O fato de o Real ter valorizado 8,6% e 17,2% frente ao Dólar em 2006 e 2007, respectivamente, e ter se desvalorizado em 31,9% em 2008 mostra a dificuldade em se determinar o seu comportamento no futuro. A taxa de câmbio Real/Dólar reportada pelo Banco Central em 31 de março de 2009 foi de R\$2,3152 por Dólar.

A desvalorização do Real frente ao Dólar aumenta os custos de compra de energia elétrica da usina de Itaipu, a maior fornecedora da Companhia, custos esses repassados à tarifa de energia elétrica.

Reajuste tarifário e inflação

Anualmente as empresas Distribuidoras elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica com base nas variações dos custos não gerenciáveis (denominados Parcela A) e pela variação do IGP-M para os custos gerenciáveis (denominados Parcela B). Esses pleitos são revisados e homologados pela ANEEL. Periodicamente, a ANEEL efetua a denominada “revisão tarifária ordinária” com a finalidade de adequar as tarifas das concessionárias, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro e a modicidade tarifária da concessão, através da determinação do índice denominado “Fator X”, que reduzirá o índice do IGP-M aplicado sobre a Parcela B. Para maiores informações, vide item “Reajuste das Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica”, na página 106 nesta seção do Prospecto.

Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco” – “A condição financeira e os resultados operacionais da Companhia podem ser negativamente afetados caso a ANEEL não aprove os reajustes ou as revisões de suas tarifas de distribuição em termos satisfatórios para a Companhia” e “A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la podem afetar adversamente a economia brasileira e o mercado brasileiro de valores mobiliários, bem como a condução dos negócios da Companhia”, nas páginas 69 e 71 deste Prospecto.

Volatilidade de preços

A compra de energia elétrica pela Companhia é baseada em estimativa do seu consumo nos períodos subsequentes. Desde a implantação do Novo Modelo do Setor Elétrico, as Distribuidoras são obrigadas a contratar energia elétrica em leilões. A Companhia é cotista das energias de Itaipu e Proinfa e tem um Contrato Bilateral de longo prazo firmado com a UTE Norte Fluminense. As eventuais sobras ou faltas de energia são vendidas ou compradas no mercado de curto prazo e, portanto, estão sujeitas à volatilidade dos preços desse mercado.

Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco” - “Estimativas incorretas da demanda de energia para as áreas de concessão da Companhia poderão afetar adversamente os seus resultados operacionais. A Companhia pode não conseguir repassar integralmente por intermédio de suas tarifas os custos de compra de energia”, na página 75 deste Prospecto.

Inadimplência, perda e furto de energia

A Companhia está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e do Contrato de Concessão, a fornecer energia elétrica para todos os consumidores localizados na área de concessão. O aumento na inadimplência dos consumidores pode impactar adversamente a receita da Companhia.

Historicamente, percentual significativo das contas dos consumidores da Companhia não é pago no respectivo vencimento. Além disso, em 31 de março de 2009, 0,3% dos consumidores da Companhia eram integrantes do poder público, representando percentual correspondente a 9,2% do faturamento, e apesar da melhora nos últimos anos dos índices de arrecadação desse grupo, a Companhia ainda enfrenta dificuldades para cobrar desses consumidores os valores devidos. A Companhia enfrenta, ainda, dificuldades para cobrar os clientes inadimplentes prestadores de serviços essenciais, inclusive hospitais privados.

A capacidade da Companhia de receber os pagamentos relativos aos serviços prestados depende da continuidade da solvência de seus consumidores e de sua capacidade de cobrar os valores devidos pelos consumidores. A Companhia não pode assegurar que conseguirá implementar todas as medidas necessárias à redução do inadimplemento, ou, tampouco, que tais medidas seriam suficientes para garantir a redução da inadimplência. A manutenção ou o aumento dos índices de inadimplência pode afetar negativamente o resultado das operações da Companhia, seus negócios e sua condição financeira.

Com relação a perdas de energia, a Companhia apresenta dois tipos de perda: perdas técnicas e perdas comerciais. As perdas técnicas acontecem no curso normal da distribuição de eletricidade, já que parte da eletricidade que é distribuída inevitavelmente se dissipa no curso da distribuição. As perdas comerciais são decorrentes da prática de conexões ilegais, furto de energia elétrica e fraudes de medidores pelos usuários (comumente referidas como “gatos”), bem como erros na

medição de consumo e no faturamento. A perda de energia elétrica fornecida pela Companhia decorre principalmente do alto índice de furto de energia ocorrido em sua área de concessão. O furto de energia elétrica fornecida pela Companhia gera a necessidade de aquisição, por parte da Companhia, de mais energia do que a efetivamente fornecida e faturada, aumentando seu custo de produtos vendidos e diminuindo sua margem operacional. Além disso, a Companhia não pode repassar aos seus clientes a totalidade dos custos com perdas por meio de aumentos de tarifa.

Desde 2003, o nível de perdas da Companhia apresenta um crescimento lento com tendência de estabilização. No entanto, não há como assegurar que as perdas de energia não aumentarão ou não irão prejudicar o cumprimento de metas de qualidade estabelecidas no Contrato de Concessão e na regulamentação da ANEEL. Caso a Companhia não consiga controlar de maneira satisfatória tal nível de perdas, os resultados da Companhia poderão ser afetados significativamente e adversamente.

Para maiores informações, veja a seção “Fatores de Risco” - “Os resultados da Companhia podem ser afetados em decorrência do aumento nos atrasos e inadimplência de seus consumidores” e “Caso a Companhia não consiga controlar com sucesso as perdas de energia, seu resultado operacional e sua condição financeira podem ser adversamente afetados”, nas páginas 75 e 78 deste Prospecto.

Capacidade de Pagamento das Debêntures por parte da Garantidora

Em 31 de dezembro de 2008, o EBITDA da Garantidora foi de R\$1.504,1 milhões. A participação da Light SESA na geração do EBITDA da Garantidora foi de 85,8%. Nesse sentido, caso o cálculo seja feito apenas em razão do EBITDA gerado anualmente e se desconsiderarmos a participação da Light SESA, a capacidade de pagamento das Debêntures pela Garantidora será de R\$ 213.582.200,00 ao ano.

Fatores que Afetam a Comparação dos Resultados da Companhia nos Períodos em Análise

Por força dos fatores abaixo descritos, os resultados da Companhia em certos períodos aqui analisados podem não ser diretamente comparáveis com os resultados verificados em períodos anteriores ou futuros, dado seu caráter não recorrente.

Resultado na Venda de Ativos Não Operacionais

A Companhia tem alienado ativos não operacionais (essencialmente bens imóveis). O resultado auferido a esse título foi de R\$21,5 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2008 (representando 1,8% do resultado antes de tributos/participações); de R\$11,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2007 (representando 2,8% do resultado antes de tributos/participações); e de R\$7,2 milhões no exercício social findo em 31 de dezembro de 2006 (representando 16,5% do resultado antes de tributos/participações). A Companhia pretende seguir com essa estratégia de alienação de ativos não operacionais com o intuito de gerar caixa. A partir da introdução da Lei nº 11.638/07, os montantes registrados na rubrica “Resultado Não Operacional”, que foi extinta pela referida Lei, foram reclassificados para a rubrica “Outras Receitas e Despesas Operacionais”. Tal reclassificação foi implementada a partir de 2008.

Alteração da Legislação Societária Brasileira

Na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Lei nº 11.941/09.

A Companhia optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 01 de janeiro de 2008, que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil. Entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008, e pela Lei nº 11.941/09, todos os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros e prejuízos acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras.

a) Sumário das principais práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09

- Instrumentos financeiros derivativos:

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para minimizar sua exposição aos riscos de mercado relacionados a variações cambiais. Esses instrumentos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Ganhos ou perdas resultantes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos no resultado do exercício.

As operações com instrumentos financeiros derivativos em 2007 eram contabilizadas no balanço patrimonial por seu valor de curva na data do balanço.

- Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários:

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumentos de dívida (debêntures) foram contabilizados no passivo exigível como redutor da rubrica Debêntures, e amortizados com base na mesma curva de amortização da dívida.

Até 31 de dezembro de 2007 tais custos eram contabilizados como despesas antecipadas e amortizadas de forma linear pelo prazo do empréstimo.

- Arrendamento mercantil financeiro:

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo, ou, se inferior, pelo valor presente do saldo de pagamentos mínimos previstos nos contratos de arrendamento financeiro, sendo depreciados pelas taxas de depreciação praticadas pela Companhia, de acordo com a natureza de cada bem.

Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante com base no valor presente das prestações remanescentes a pagar na data da transição. A diferença entre o valor presente e o valor total das prestações vincendas é apropriada na demonstração de resultados como despesa financeira pelo prazo remanescente do contrato por meio do método do custo amortizado e com base na taxa de juros efetiva.

Por ser permitido pelas Práticas Contábeis Brasileiras, este procedimento contábil já era adotado em 2007 pela Companhia.

- Ativo diferido:

O saldo do ativo diferido na data de transição foi revertido contra lucros acumulados.

- Ajustes a valor presente:

O saldo de contas a receber proveniente de parcelamentos de débitos foi ajustado a valor presente utilizando-se as taxas de juros que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento ou pagamento prefixada ou pós-fixada.

Até 31 de dezembro de 2007, ajustes a valor presente não eram requeridos pelas Práticas Contábeis Brasileiras.

- Investimentos no exterior:

Em conformidade com a Deliberação CVM nº 534/08, que aprovou o CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, as operações das controladas no exterior estão registradas diretamente nos ativos, passivos e resultados, integrados a contabilidade da Light SESA.

b) Efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09:

Segue conciliação do resultado de 2008 e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 considerando os efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07, com o resultado que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas.

	31/12/2008	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldos contábeis de acordo com a Lei nº 11.638/07	918.164	2.598.541
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08:		
Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	60	60
Ajustes a valor presente - Contas a receber	6.181	23.802
Diferido	(7.823)	33.367
Diferenças temporárias de IR e CSLL	538	(19.458)
Saldos contábeis sem os efeitos da Lei nº 11.638/07	917.120	2.636.312

Os efeitos tributários dos ajustes decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Lei nº 11.941/09, quando aplicáveis, foram registrados nas contas de patrimônio líquido nas quais foram contabilizados os referidos ajustes em contrapartida de contas patrimoniais de ativo ou passivo fiscal diferido.

Perdas por Queda no Valor de Recuperação, Depreciação e Amortização dos Ativos Imobilizado e Diferido

A Companhia reavalia periodicamente a necessidade de realizar testes sobre a recuperação dos ativos de longo prazo, baseada em vários indicadores, como o nível de lucratividade dos negócios e desenvolvimento tecnológico. Quando necessário na ocorrência de qualquer evento negativo, tal como uma queda significativa no valor de mercado do ativo imobilizado ou uma mudança adversa significativa na maneira como o ativo de longo prazo está sendo utilizado, fluxos de caixa são preparados para determinar se o valor contábil do ativo imobilizado e dos ativos diferidos são recuperáveis. Para estimar os fluxos de caixa futuros, a Companhia se utiliza de várias premissas e estimativas. Essas premissas e estimativas podem ser influenciadas por diferentes fatores internos e externos, tais como tendências econômicas, taxas de juros, taxas de câmbio, mudanças nas estratégias de negócios e nos tipos de serviços oferecidos ao mercado.

Provisão para contingências

Uma provisão para contingência é registrada quando existe uma obrigação legal sendo questionada, ou como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja necessário para saldar a obrigação. As provisões são registradas com base nas estimativas de risco envolvidas e analisadas caso a caso, de acordo com consultas realizadas aos advogados e consultores internos e externos, e considerando o julgamento da administração sobre as probabilidades estimadas e níveis de exposição à perda potencial. Embora a administração entenda que a provisão para contingências atualmente registrada seja suficiente, a liquidação dessas contingências poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de determinação.

Ativos e Passivos Fiscais Diferidos

O ativo e o passivo fiscais diferidos são reconhecidos com base nas diferenças entre os valores contábeis das demonstrações financeiras e os valores que servem de base para a tributação do ativo e passivo, usando as taxas da legislação em vigor. A administração da Companhia analisa regularmente o ativo fiscal diferido e reduz o seu valor de realização, conforme requerido pela legislação fiscal, baseado nas projeções futuras de lucro tributável e na expectativa de realização das diferenças temporárias. Na elaboração das análises utilizadas para revisar os ativos fiscais diferidos, cabe à Companhia fazer estimativas e estabelecer premissas significativas relacionadas à determinação do lucro tributável futuro. Para a determinação do lucro tributável futuro, a Companhia estima as receitas e despesas tributáveis futuras, as quais estão sujeitas a diferentes fatores internos e externos, como tendências econômicas, taxas de juros, alterações nas estratégias dos negócios e alterações no tipo e preço dos produtos e serviços que oferece e requisita ao mercado.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

As provisões para créditos de liquidação duvidosa são efetuadas com base na estimativa da administração da Companhia quanto a perdas prováveis no recebimento de créditos e levando em consideração as instruções da ANEEL. Nesta determinação, são levados em consideração fatores estatísticos de inadimplência, considerações econômicas e percentuais históricos de recuperação, entre outros. Este processo exige um determinado grau de discricionariedade por parte da administração em razão de incertezas das premissas envolvidas, tais como a situação financeira dos consumidores devedores, assim como tendências macroeconômicas. Caso o valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa seja diferente dos valores efetivamente recebidos, um aumento de tal provisão no futuro poderá ser necessário e o lucro líquido da Companhia poderá ser afetado. As despesas com créditos de liquidação duvidosa são registradas na demonstração de resultado, na linha de despesas com vendas.

Instrumentos Derivativos

A Companhia pode utilizar instrumentos derivativos, como *swaps* e contratos futuros de moeda, para gerir os riscos de variações cambiais e de taxas de juros. Esses instrumentos são registrados pelos seus valores justos em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. A determinação dos valores justos dos instrumentos derivativos envolve a utilização de julgamento e premissas por parte de nossa administração, que se alteradas podem impactar nossos resultados negativamente.

Pagamento baseado em ações

A Companhia possui planos para pagamento baseado em ações de sua própria emissão. As opções são registradas pelos seus valores justos em conformidade com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. A determinação dos valores justos de opções de ações envolve modelos de precificação que consideram a utilização de julgamento e premissas por parte de nossa administração, que se alteradas podem impactar nossos resultados negativamente.

Ajustes de Balanço – Transferência de Controle Acionário

A administração da Light S.A. e da Light SESA, eleita e empossada após a aquisição do controle da Light S.A. pela RME, deliberou pela realização de ajustes no balanço patrimonial da Light SESA, mediante a constituição de provisões de aproximadamente R\$ 443,7 milhões no resultado do período encerrado em 31 de julho de 2006 da Light SESA, conforme noticiado no aviso de fato relevante publicado no dia 10 de agosto de 2006. Tais provisões foram um dos principais causadores do prejuízo registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006. Para maior detalhamento dessas causas, vide seção “Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e os Resultados Operacionais”, item “Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006”, na página 121 deste Prospecto.

Segue abaixo a descrição das provisões acima mencionadas:

Descrição das Provisões	R\$ Milhões
1. Constituição adicional de provisões para contingências avaliadas como “prováveis”, em conformidade com a Deliberação CVM n.º 489/05, de processos judiciais de natureza cível, tributário, previdenciário e regulatório, assim como de procedimentos administrativos na área trabalhista.	157,8
2. Adequação na forma de contabilização das Parcelas remanescentes do Programa de Parcelamento Especial – PAES, de 31 de julho de 2003.	20,2
3. Provisionamento do déficit atuarial, refletindo basicamente os efeitos da adoção da tábua de mortalidade AT-83, em conformidade com a Resolução CGPC n.º 18, de 28 de março de 2006.	149,9
4. Ajuste ao valor de recuperação a valor presente de créditos parcelados em mais de 24 meses, sem juros e atualização monetária, de cliente de serviço público.	14,2
5. Ajuste ao valor de recuperação a valor presente de crédito tributário parcelado em mais de 24 meses, sem juros e atualização monetária, convertidos e homologados pelo Governo Estadual.	45,5
6. Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	35,4
7. Reconhecimento de gastos diferidos	20,7

Sistema de Atendimento e Gestão Comercial

Dentro do compromisso de prestar um serviço de qualidade para superar as expectativas do mercado e de seus clientes, a Light SESA fez investimento superior a R\$80 milhões em um novo Sistema de Atendimento e Gestão Comercial (CCS-SAP) durante o ano de 2006. Integrado às demais ações realizadas, esse sistema trouxe um novo conceito, permitindo maior agilidade, segurança e praticidade no atendimento aos clientes e no combate à inadimplência e perdas de energia.

Reajuste das Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica

Os valores das tarifas de energia elétrica (uso da rede e fornecimento) são reajustados anualmente pela ANEEL (“Reajuste Tarifário Anual”), revistos periodicamente (“Revisão Tarifária Periódica”) a cada 4 ou 5 anos, dependendo do contrato de concessão e, por fim, podem ser revistos em caráter extraordinário (“Revisão Tarifária Extraordinária”).

A ANEEL divide a receita das Distribuidoras em duas parcelas correspondentes aos seguintes custos: (i) custos não-gerenciáveis pela Distribuidora, chamados custos da Parcela A; e (ii) custos gerenciáveis pela Distribuidora, ou custos da Parcela B.

Os custos da Parcela A incluem, os seguintes itens:

- (i) custos de aquisição de energia elétrica obtidos dos leilões públicos promovidos pela ANEEL;
- (ii) custos de aquisição de energia elétrica de Itaipu;
- (iii) custos de aquisição de energia elétrica, conforme Contratos Bilaterais negociados livremente entre as partes e adquiridos anteriormente a 16 de março de 2004;
- (iv) custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição; e
- (v) encargos setoriais: CCC, CDE, RGR, TFSEE, PROINFA, ESS, ONS, P&D, e CFURH.

O repasse do custo de aquisição de energia elétrica às tarifas no âmbito dos contratos de fornecimento celebrados com a UTE Norte Fluminense S.A., celebrados antes da vigência da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico está sujeito a um limite máximo baseado no Valor Normativo estabelecido pela ANEEL para cada fonte de energia (tais como energia hidrelétrica, energia termelétrica ou fontes alternativas de energia). O Valor Normativo é reajustado anualmente para refletir aumentos nos custos incorridos pelas Geradoras com base na fonte térmica, por exemplo, gás natural. Este reajuste leva em consideração: (i) a inflação medida pelo IGPM; (ii) os custos incorridos em moeda estrangeira; e (iii) os custos de combustível (tal como gás natural). Os custos incorridos em moeda estrangeira não podem ultrapassar 25% dos custos das Geradoras.

A Parcela B compreende os custos que estão sob o controle das concessionárias tais como remuneração de base regulatória, depreciação e custos de operação e manutenção, sendo os custos operacionais os mais relevantes. A cada reajuste, a Parcela B é obtida como resultado da subtração entre a Parcela A e a Receita total auferida no período de Referência, que é definido como o período transcorrido entre o último reajuste e o que está em processamento, ou seja, a Parcela B é obtida residualmente.

O Reajuste Anual das tarifas baseia-se em uma fórmula paramétrica, definida no Contrato de Concessão. Nele, os custos da Parcela A são em geral integralmente repassados às tarifas. Os custos da Parcela B, por sua vez, são corrigidos de acordo com a variação do IGP-M, ajustado por um chamado Fator X (componente que busca induzir as Distribuidoras na busca da eficiência operacional). O resultado é o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT).

A tabela abaixo demonstra o Reajuste Tarifário Anual concedido para a Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e 2007, e a sua composição.

	2006	2007
Parcela A	3.194.692.537	3.099.235.518
Compra de Energia	2.128.149.383	2.111.734.797
Encargos	672.612.473	582.277.957
Encargos Transmissão	393.930.681	405.222.764
Parcela B	1.801.629.743	1.933.894.025
IGP-M	3,13%	6,28%
Fator X	1,26%	1,60%
Receita do ano anterior (RA0)	4.996.322.279	5.033.129.544
IRT	6,29%	0,51%
Recuperação de CVA - Adicionais Financeiros	269.858.765	(20.788.370)
IRT Final	11,69%	0,10%

Fonte: Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, não houve o Reajuste Tarifário Anual, uma vez que ocorreu a Revisão Tarifária Periódica da Companhia, conforme descrito abaixo.

Revisão Tarifária Periódica

A Revisão Tarifária Periódica ocorre a cada 5 anos. Essas revisões são realizadas pela ANEEL tendo como princípios: as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e a modicidade das tarifas.

Desta forma, nos processos de Revisão Tarifária Periódica implementados pela ANEEL, todos os custos da Parcela B são recalculados com vistas a assegurar que a Parcela B seja suficiente para: (i) a cobertura dos custos operacionais eficientes; (ii) a remuneração adequada dos investimentos prudentes considerados essenciais aos serviços objeto da concessão de cada Distribuidora; e (iii) determinar o Fator X.

O Fator X é utilizado para ajustar o IGP-M empregado nos reajustes anuais subsequentes. É definido com base em dois componentes: (a) ganhos previstos de produtividade; e (b) IPCA sobre a parcela mão-de-obra dos custos operacionais. Por conseguinte, quando da conclusão de cada reajuste tarifário, a aplicação do Fator X faz com que as Distribuidoras compartilhem seus ganhos de produtividade com os consumidores finais.

A tabela abaixo apresenta os resultados das Revisões Tarifárias Periódicas da Light SESA realizadas em 2003 e em 2008. Ressalta-se que tanto o reposicionamento tarifário quanto o Componente Xe do Fator X, referentes à revisão tarifária de 2008, são provisórios:

REVISÕES TARIFÁRIAS	2003	2008
1. Receita Verificada	R\$4.215.151.388	R\$5.102.841.274
2. Receita Requerida (Parcela A + Parcela B)	R\$4.418.946.578	R\$5.222.227.766
Parcela A	R\$2.739.125.934	R\$3.531.847.192
Parcela B	R\$1.679.820.645	R\$1.690.380.574
3. Receita Requerida Líquida	R\$4.212.090.944	R\$5.203.006.669
4. Reposicionamento Tarifário [(3 - 1)/1]	-0,07%	1,96%
5. Componente Xe do Fator X	1,22%	0,00%

Fonte: Companhia

Os consumidores da Companhia observaram, em média, um reajuste de suas contas de energia de 4,70% a partir de 7 de novembro de 2008.

A tabela a seguir indica os valores do número índice do IGP-M nos últimos 3 exercícios sociais:

	2006	2007	2008
Janeiro	338,083	349,593	378,900
Fevereiro	338,128	350,524	380,906
Março	337,339	351,717	383,731
Abril	335,921	351,869	386,38
Maio	337,185	352,020	392,592
Junho	339,712	352,936	400,382
Julho	340,312	353,920	407,446
Agosto	341,574	357,404	406,127
Setembro	342,561	361,997	406,557
Outubro	344,155	365,798	410,524
Novembro	346,746	368,322	412,104
Dezembro	347,842	374,804	411,575

Fonte: FGV

Revisão Tarifária Extraordinária

As Distribuidoras têm, ainda, direito a Revisão Tarifária Extraordinária, caso a caso, de maneira a assegurar o equilíbrio financeiro de seus contratos de concessão e a compensação por custos imprevistos que modifiquem de maneira significativa sua estrutura de custos.

Balanco Patrimonial

A seguir, são apresentadas as demonstrações financeiras e os resultados operacionais da Companhia e a análise de sua evolução de acordo com a administração da Companhia.

	31 de dezembro de						Variação	
		% do ativo		% do ativo		% do ativo		
	2006 ⁽¹⁾	total	2007	total	2008	total	2006/2007	2007/2008
Em milhares de Reais, exceto percentuais ou quando indicados de forma diversa								
Ativo Circulante	3.286.307	39,4%	2.861.982	33,1%	3.209.744	35,7%	-12,9%	12,2%
Disponibilidades	601.438	7,2%	447.230	5,2%	456.519	5,1%	-25,6%	2,1%
Créditos	2.348.794	28,2%	2.054.912	23,7%	2.187.783	24,4%	-12,5%	6,5%
Consumidores, concess. e permissionárias	1.711.334	20,5%	1.319.386	15,2%	1.319.906	14,7%	-22,9%	0,0%
Rendas a receber	-	0,0%	-	0,0%	6.671	0,1%	0,0%	100,0%
Tributos a compensar	607.584	7,3%	679.447	7,9%	811.125	9,0%	11,8%	19,4%
Serviços prestados	29.876	0,4%	56.079	0,6%	50.081	0,6%	87,7%	-10,7%
Estoques	10.153	0,1%	11.875	0,1%	14.666	0,2%	17,0%	23,5%
Outros	325.922	3,9%	347.965	4,0%	550.776	6,1%	6,8%	58,3%
Despesas pagas antecipadamente	245.277	2,9%	275.313	3,2%	383.021	4,3%	12,2%	39,1%
Outros créditos	80.645	1,0%	72.652	0,8%	167.755	1,9%	-9,9%	130,9%
Ativo Não-Circulante	5.051.266	60,6%	5.791.985	66,9%	5.770.868	64,3%	14,7%	-0,4%
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.662.634	19,9%	2.379.776	27,5%	2.137.412	23,8%	43,1%	-10,2%
Créditos	618.648	7,4%	1.578.529	18,2%	1.401.856	15,6%	155,2%	-11,2%
Consumidores, concess. e permissionárias	217.061	2,6%	326.066	3,8%	292.594	3,3%	50,2%	-10,3%
Tributos a compensar	401.587	4,8%	1.252.463	14,5%	1.104.849	12,3%	211,9%	-11,8%
Rendas a receber	-	0,0%	-	0,0%	4.413	0,0%	0,0%	100,0%
Depósitos vinculados a litígios	133.790	1,6%	166.032	1,9%	186.071	2,1%	24,1%	12,1%
Despesas pagas antecipadamente	322.589	3,9%	156.747	1,8%	129.435	1,4%	-51,4%	-17,4%
Outros créditos	587.607	7,0%	478.468	5,5%	420.050	4,7%	-18,6%	-12,2%
Ativo Permanente	3.388.632	40,6%	3.412.209	39,4%	3.633.456	40,5%	0,7%	6,5%
Investimentos	34.798	0,4%	13.102	0,2%	12.249	0,1%	-62,3%	-6,5%
Imobilizado	3.133.447	37,6%	3.190.334	36,9%	3.459.072	38,5%	1,8%	8,4%
Intangível	181.875	2,2%	167.609	1,9%	162.135	1,8%	-7,8%	-3,3%
Diferido	38.512	0,5%	41.164	0,5%	-	0,0%	6,9%	-100,0%
Ativo Total	8.337.573	100,0%	8.653.967	100,0%	8.980.612	100,0%	3,8%	3,8%

(1) Os valores apresentados estão refletindo reclassificações e/ou ajustes de exercícios anteriores, conforme quadro apresentado na página 90.

	31 de dezembro de					Variação		
	% do		% do		% do			
	passivo		passivo		passivo			
	2006 ⁽¹⁾	total	2007	total	2008	total	2006/2007	2007/2008
Em milhares de Reais, exceto percentuais ou quando indicados de forma diversa								
Passivo Circulante	1.720.251	20,6%	1.662.279	19,2%	2.076.065	23,1%	-3,4%	24,9%
Empréstimos, Financiamentos	353.274	4,2%	27.364	0,3%	92.125	1,0%	-92,3%	236,7%
Debêntures	15.256	0,2%	65.311	0,8%	33.576	0,4%	328,1%	-48,6%
Fornecedores	461.549	5,5%	483.637	5,6%	462.225	5,1%	4,8%	-4,4%
Impostos, Taxas e Contribuições	251.200	3,0%	266.158	3,1%	180.699	2,0%	6,0%	-32,1%
Dividendos a pagar	-	0,0%	190.401	2,2%	481.564	5,4%	100,0%	152,9%
Provisões	173.321	2,1%	164.658	1,9%	179.597	2,0%	-5,0%	9,1%
Obrigações estimadas	32.961	0,4%	47.495	0,5%	51.314	0,6%	44,1%	8,0%
Provisão para contingências	3.302	0,0%	2.237	0,0%	2.237	0,0%	-32,3%	0,0%
Taxas regulamentares	137.058	1,6%	114.926	1,3%	126.046	1,4%	-16,1%	9,7%
Outros	465.651	5,6%	464.750	5,4%	646.279	7,2%	-0,2%	39,1%
Plano previdenciário e outros benefícios	72.620	0,9%	72.131	0,8%	86.589	1,0%	-0,7%	20,0%
Encargos financeiros	126.706	1,5%	47.703	0,6%	50.969	0,6%	-62,4%	6,8%
Folha de pagamento	1.010	0,0%	1.800	0,0%	2.506	0,0%	78,2%	39,2%
Outros débitos	265.315	3,2%	343.116	4,0%	506.215	5,6%	29,3%	47,5%
Passivo Não-Circulante	5.243.003	62,9%	4.445.625	51,4%	4.306.006	47,9%	-15,2%	-3,1%
Passivo Exigível a Longo Prazo	5.243.003	62,9%	4.445.625	51,4%	4.306.006	47,9%	-15,2%	-3,1%
Empréstimos, Financiamentos	1.825.171	21,9%	819.819	9,5%	1.035.964	11,5%	-55,1%	26,4%
Debêntures	846.235	10,1%	978.567	11,3%	945.549	10,5%	15,6%	-3,4%
Provisões	1.235.322	14,8%	1.355.691	15,7%	992.460	11,1%	9,7%	-26,8%
Provisão para contingências	1.235.322	14,8%	1.355.691	15,7%	992.460	11,1%	9,7%	-26,8%
Taxas regulamentares	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Outros	1.336.275	16,0%	1.291.548	14,9%	1.332.033	14,8%	-3,3%	3,1%
Fornecedores	29.769	0,4%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%	0,0%
Encargos financeiros	68.132	0,8%	1.564	0,0%	-	0,0%	-97,7%	-100,0%
Plano previdenciário e outros benefícios	771.154	9,2%	801.532	9,3%	932.809	10,4%	3,9%	16,4%
Tributos	279.182	3,3%	276.872	3,2%	324.743	3,6%	-0,8%	17,3%
Outros débitos	188.038	2,3%	211.580	2,4%	74.481	0,8%	12,5%	-64,8%
Resultados de Exercícios Futuros	-	0,0%	-	0,0%	-	0,0%	0,0%	0,0%
Patrimônio Líquido	1.374.319	16,5%	2.546.063	29,4%	2.598.541	28,9%	85,3%	2,1%
Capital Social Realizado	4.315.556	51,8%	2.076.898	24,0%	2.082.362	23,2%	-51,9%	0,3%
Reservas de Capital	7.277	0,1%	5.341	0,1%	5.341	0,1%	-26,6%	0,0%
Reservas de Lucro	-	0,0%	461.888	5,3%	508.902	5,7%	100,0%	10,2%
Lucros/Prejuízos Acumulados	(2.948.514)	-35,4%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%	0,0%
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	0,0%	1.936	0,0%	1.936	0,0%	100,0%	0,0%
Passivo Total	8.337.573	100,0%	8.653.967	100,0%	8.980.612	100,0%	3,8%	3,8%

(1) Os valores apresentados estão refletindo reclassificações e/ou ajustes de exercícios anteriores, conforme quadro apresentado na página 90.

	31 de Dezembro de 2008	% do ativo total	31 de Março de 2009	% do ativo total	Varição 2008/2009
Em milhares de reais, exceto percentuais ou quando indicado forma diversa					
Ativo Circulante	3.209.744	35,7%	3.211.015	35,4%	0,0%
Disponibilidades	456.519	5,1%	598.748	6,6%	31,2%
Créditos	2.187.783	24,4%	2.223.280	24,5%	1,6%
Consumidores, concess. e permissionárias	1.319.906	14,7%	1.468.258	16,2%	11,2%
Rendas a receber	6.671	0,1%	6.302	0,1%	-5,5%
Tributos a compensar	811.125	9,0%	691.780	7,6%	-14,7%
Serviços prestados	50.081	0,6%	56.940	0,6%	13,7%
Estoques	14.666	0,2%	15.033	0,2%	2,5%
Outros	550.776	6,1%	373.954	4,1%	-32,1%
Despesas pagas antecipadamente	383.021	4,3%	224.153	2,5%	-41,5%
Outros créditos	167.755	1,9%	149.801	1,7%	-10,7%
Ativo Não-Circulante	5.770.868	64,3%	5.851.549	64,6%	1,4%
Ativo Realizável a Longo Prazo	2.137.412	23,8%	2.177.910	24,0%	1,9%
Créditos	1.401.856	15,6%	1.377.743	15,2%	-1,7%
Consumidores, concess. e permissionárias	292.594	3,3%	297.458	3,3%	1,7%
Tributos a compensar	1.104.849	12,3%	1.076.096	11,9%	-2,6%
Rendas a receber	4.413	0,0%	4.189	0,0%	-5,1%
Depósitos vinculados a litígios	186.071	2,1%	186.421	2,1%	0,2%
Despesas pagas antecipadamente	129.435	1,4%	220.019	2,4%	70,0%
Outros créditos	420.050	4,7%	393.727	4,3%	-6,3%
Ativo Permanente	3.633.456	40,5%	3.673.639	40,5%	1,1%
Investimentos	12.249	0,1%	16.449	0,2%	34,3%
Imobilizado	3.459.072	38,5%	3.498.166	38,6%	1,1%
Intangível	162.135	1,8%	159.024	1,8%	-1,9%
Diferido	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Ativo Total	8.980.612	100,0%	9.062.564	100,0%	0,9%

	31 de Dezembro de 2008	% do passivo total	31 de Março de 2009	% do passivo total	Varição 2008/2009
Em milhares de reais, exceto percentuais ou quando indicado forma diversa					
Passivo Circulante	2.076.065	23,1%	2.036.030	22,5%	-1,9%
Empréstimos, Financiamentos	92.125	1,0%	112.586	1,2%	22,2%
Debêntures	33.576	0,4%	46.016	0,5%	37,1%
Fornecedores	462.225	5,1%	504.732	5,6%	9,2%
Impostos, Taxas e Contribuições	180.699	2,0%	126.539	1,4%	-30,0%
Dividendos a pagar	481.564	5,4%	481.564	5,3%	0,0%
Provisões	179.597	2,0%	169.337	1,9%	-5,7%
Obrigações estimadas	51.314	0,6%	59.331	0,7%	15,6%
Provisão para contingências	2.237	0,0%	2.237	0,0%	0,0%
Taxas regulamentares	126.046	1,4%	107.769	1,2%	-14,5%
Outros	646.279	7,2%	595.256	6,6%	-7,9%
Plano previdenciário e outros benefícios	86.589	1,0%	92.618	1,0%	7,0%
Encargos financeiros	50.969	0,6%	60.072	0,7%	17,9%
Folha de pagamento	2.506	0,0%	1.669	0,0%	-33,4%
Outros débitos	506.215	5,6%	440.897	4,9%	-12,9%
Passivo Não-Circulante	4.306.006	47,9%	4.272.545	47,1%	-0,8%
Passivo Exigível a Longo Prazo	4.306.006	47,9%	4.272.545	47,1%	-0,8%
Empréstimos, Financiamentos	1.035.964	11,5%	1.011.682	11,2%	-2,3%
Debêntures	945.549	10,5%	920.911	10,2%	-2,6%
Provisão para contingências	992.460	11,1%	1.004.231	11,1%	1,2%
Outros	1.332.033	14,8%	1.335.721	14,7%	0,3%
Plano previdenciário e outros benefícios	932.809	10,4%	912.781	10,1%	-2,1%
Tributos	324.743	3,6%	327.842	3,6%	1,0%
Outros débitos	74.481	0,8%	95.098	1,0%	27,7%
Patrimônio Líquido	2.598.541	28,9%	2.753.989	30,4%	6,0%
Capital Social Realizado	2.082.362	23,2%	2.082.362	23,0%	0,0%
Reservas de Capital	5.341	0,1%	5.341	0,1%	0,0%
Reservas de Lucro	508.902	5,7%	508.902	5,6%	0,0%
Lucros/Prejuízos Acumulados	-	0,0%	155.448	1,7%	100,0%
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	1.936	0,0%	1.936	0,0%	0,0%
Passivo Total	8.980.612	100,0%	9.062.564	100,0%	0,9%

Demonstração de Resultados

	Exercício findo em 31 de dezembro de						Variação	
	% da		% da		% da			
	2006	Receita Líquida	2007	Receita Líquida	2008	Receita Líquida	2006/2007	2007/2008
em milhares de reais, exceto percentuais ou quando indicado forma diversa								
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	7.766.172	163,7%	7.855.176	165,2%	7.893.652	154,7%	1,1%	0,5%
Fornecimento de energia elétrica	7.067.976	149,0%	7.093.519	149,2%	7.214.341	141,4%	0,4%	1,7%
Suprimento de energia elétrica	111.652	2,4%	113.797	2,4%	10.742	0,2%	1,9%	-90,6%
Outras receitas	586.544	12,4%	647.860	13,6%	668.569	13,1%	10,5%	3,2%
Deduções da Receita Bruta	(3.023.108)	-63,7%	(3.099.987)	-65,2%	(2.792.564)	-54,7%	2,5%	-9,9%
ICMS	(1.892.362)	-39,9%	(1.917.751)	-40,3%	(1.935.264)	-37,9%	1,3%	0,9%
Encargos do Consumidor	(536.070)	-11,3%	(636.625)	-13,4%	(405.122)	-7,9%	18,8%	-36,4%
PIS/COFINS	(592.940)	-12,5%	(543.699)	-11,4%	(450.260)	-8,8%	-8,3%	-17,2%
Outras	(1.736)	0,0%	(1.912)	0,0%	(1.918)	0,0%	10,1%	0,3%
Receita Líquida de vendas e/ou Serviços	4.743.064	100,0%	4.755.189	100,0%	5.101.088	100,0%	0,3%	7,3%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(3.617.058)	-76,3%	(3.475.161)	-73,1%	(3.569.624)	-70,0%	-3,9%	2,7%
Pessoal	(129.873)	-2,7%	(142.496)	-3,0%	(120.610)	-2,4%	9,7%	-15,4%
Material	(14.483)	-0,3%	(12.060)	-0,3%	(11.653)	-0,2%	-16,7%	-3,4%
Serviço de terceiros	(87.189)	-1,8%	(112.109)	-2,4%	(111.920)	-2,2%	28,6%	-0,2%
Energia elétrica comprada para revenda	(2.866.914)	-60,4%	(2.930.884)	-61,6%	(3.060.020)	-60,0%	2,2%	4,4%
Depreciação e amortização	(252.989)	-5,3%	(266.522)	-5,6%	(253.471)	-5,0%	5,3%	-4,9%
Provisões operacionais	(247.142)	-5,2%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%	0,0%
Outras	(18.468)	-0,4%	(11.090)	-0,2%	(11.950)	-0,2%	-40,0%	7,8%
Resultado Bruto	1.126.006	23,7%	1.280.028	26,9%	1.531.464	30,0%	13,7%	19,6%
Despesas/Receitas Operacionais	(806.084)	-17,0%	(613.733)	-12,9%	(504.914)	-9,9%	-23,9%	-17,7%
Com Vendas	(445.891)	-9,4%	(274.473)	-5,8%	(308.295)	-6,0%	-38,4%	12,3%
Gerais e Administrativas	(360.193)	-7,6%	(339.260)	-7,1%	(196.619)	-3,9%	-5,8%	-42,0%
Financeiras	(290.279)	-6,1%	(278.293)	-5,9%	159.186	3,1%	-4,1%	-157,2%
Receitas Financeiras	447.638	9,4%	278.238	5,9%	330.382	6,5%	-37,8%	18,7%
Despesas Financeiras	(737.917)	-15,6%	(556.531)	-11,7%	(171.196)	-3,4%	-24,6%	-69,2%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	-	0,0%	-	0,0%	21.474	0,4%	0,0%	100,0%
Outras Receitas Operacionais	-	0,0%	-	0,0%	30.090	0,6%	0,0%	100,0%
Outras Despesas Operacionais	-	0,0%	-	0,0%	(8.616)	-0,2%	0,0%	-100,0%
Resultado da Equivalência Patrimonial	5.592	0,1%	-	0,0%	-	0,0%	-100,0%	0,0%
Resultado Operacional	35.235	0,7%	388.002	8,2%	1.207.210	23,7%	1001,2%	211,1%
Resultado Não Operacional	8.375	0,2%	11.134	0,2%	-	0,0%	32,9%	-100,0%
Receitas	4.719	0,1%	17.654	0,4%	-	0,0%	274,1%	-100,0%
Despesas	3.656	0,1%	(6.520)	-0,1%	-	0,0%	-278,3%	-100,0%
Resultado Antes Tributação e Participações	43.610	0,9%	399.136	8,4%	1.207.210	23,7%	815,2%	202,5%
Provisão para IR e Contribuição Social	(238.032)	-5,0%	(212.953)	-4,5%	(116.887)	-2,3%	-10,5%	-45,1%
IR Diferido	-	0,0%	852.221	17,9%	(142.904)	-2,8%	100,0%	-116,8%
Lucro Antes Participações	(194.422)	-4,1%	1.038.404	21,8%	947.419	18,6%	-634,1%	-8,8%
Participações/Contribuições Estatutárias	(15.901)	-0,3%	(30.319)	-0,6%	(29.255)	-0,6%	90,7%	-3,5%
Lucro/Prejuízo do Exercício	(210.323)	-4,4%	1.008.085	21,2%	918.164	18,0%	-579,3%	-8,9%

	Período de três meses findo em 31 de março de				Varição
	% da		% da		
	Receita		Receita		
	2008	Líquida	2009	Líquida	2008/2009
em milhares de reais, exceto percentuais ou quando indicado forma diversa					
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.971.303	159,8%	2.242.462	163,7%	13,8%
Fornecimento de energia elétrica	1.821.474	147,6%	2.101.390	153,4%	15,4%
Suprimento de energia elétrica	1.958	0,2%	-	0,0%	-100,0%
Outras receitas	147.871	12,0%	141.072	10,3%	-4,6%
Deduções da Receita Bruta	(737.361)	-59,8%	(872.707)	-63,7%	18,4%
ICMS	(498.457)	-40,4%	(563.965)	-41,2%	13,1%
Encargos do Consumidor	(116.113)	-9,4%	(187.637)	-13,7%	61,6%
PIS/COFINS	(121.764)	-9,9%	(120.014)	-8,8%	-1,4%
Outras	(1.027)	-0,1%	(1.091)	-0,1%	6,2%
Receita Líquida de vendas e/ou Serviços	1.233.942	100,0%	1.369.755	100,0%	11,0%
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(911.204)	-73,8%	(990.524)	-72,3%	8,7%
Pessoal	(30.595)	-2,5%	(29.777)	-2,2%	-2,7%
Material	(2.976)	-0,2%	(3.157)	-0,2%	6,1%
Serviço de terceiros	(25.171)	-2,0%	(23.214)	-1,7%	-7,8%
Energia elétrica comprada para revenda	(785.649)	-63,7%	(869.113)	-63,5%	10,6%
Depreciação e amortização	(63.801)	-5,2%	(61.905)	-4,5%	-3,0%
Provisões operacionais	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Outras	(3.012)	-0,2%	(3.358)	-0,2%	11,5%
Resultado Bruto	322.738	26,2%	379.231	27,7%	17,5%
Despesas/Receitas Operacionais	(150.643)	-12,2%	(136.561)	-10,0%	-9,3%
Com Vendas	(76.991)	-6,2%	(75.853)	-5,5%	-1,5%
Gerais e Administrativas	(73.652)	-6,0%	(60.708)	-4,4%	-17,6%
Financeiras	(71.711)	-5,8%	(19.682)	-1,4%	-72,6%
Receitas Financeiras	62.910	5,1%	50.902	3,7%	-19,1%
Despesas Financeiras	(134.621)	-10,9%	(70.584)	-5,2%	-47,6%
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	17.876	1,4%	5.281	0,4%	-70,5%
Outras Receitas Operacionais	19.349	1,6%	6.114	0,4%	-68,4%
Outras Despesas Operacionais	(1.473)	-0,1%	(833)	-0,1%	-43,4%
Resultado da Equivalência Patrimonial	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Resultado Operacional	118.260	9,6%	228.269	16,7%	93,0%
Resultado Não Operacional	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Receitas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Despesas	-	0,0%	-	0,0%	0,0%
Resultado Antes Tributação e Participações	118.260	9,6%	228.269	16,7%	93,0%
Provisão para IR e Contribuição Social	(45.539)	-3,7%	(20.650)	-1,5%	-54,7%
IR Diferido	9.993	0,8%	(45.535)	-3,3%	-555,7%
Lucro Antes Participações	82.714	6,7%	162.084	11,8%	96,0%
Participações/Contribuições Estatutárias	(7.214)	-0,6%	(6.636)	-0,5%	-8,0%
Lucro/Prejuízo do Exercício	75.500	6,1%	155.448	11,3%	105,9%

Informações Operacionais

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação	
	2006	2007	2008	2006/2007	2007/2008
Energia Faturada em (GWh)⁽²⁾:	18.192	18.231	18.224	0,2%	0,0%
Residencial	7.243	7.344	7.388	1,4%	0,6%
Industrial	2.279	2.011	1.875	-11,8%	-6,8%
Comércio, serviços e outras	5.622	5.756	5.852	2,4%	1,7%
Rural	45	49	49	8,9%	0,0%
Poder público	1.239	1.311	1.314	5,8%	0,2%
Iluminação pública	743	698	678	-6,1%	-2,9%
Serviço público	1.021	1.062	1.068	4,0%	0,6%
Total de energia faturada (milhares de R\$)⁽¹⁾:	5.173.464	5.152.064	5.291.827	-0,4%	2,7%
Total de clientes	3.801.694	3.880.527	3.928.689	2,1%	1,2%

(1) Vendas líquidas de ICMS

(2) Quantidades Estimadas

	Período de 3 meses findo em 31 de março de		Variação
	2008	2009	2008/2009
Energia Faturada em (GWh)⁽²⁾:	4.803	4.985	3,8%
Residencial	2.027	2.164	6,8%
Industrial	451	433	-4,0%
Comércio, serviços e outras	1.533	1.582	3,2%
Rural	13	13	0,0%
Poder público	336	360	7,1%
Iluminação pública	171	168	-1,8%
Serviço público	272	265	-2,6%
Total de energia faturada (milhares de R\$)⁽¹⁾:	1.331.261	1.508.489	13,3%
Total de clientes	3.901.149	3.945.954	1,1%

(1) Vendas líquidas de ICMS

(2) Quantidades Estimadas

Outros indicadores financeiros

	Exercício findo em 31 de dezembro de			Variação	
	2006	2007	2008	2006/2007	2007/2008
Em milhares de Reais, exceto percentuais					
EBTIDA					
Lucro (prejuízo) líquido segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil	(210.323)	1.008.085	918.164	-579,3%	-8,9%
Mais:					
Despesa (receita) financeira líquida	290.279	278.293	(159.186)	-4,1%	-157,2%
Resultado de equivalência patrimonial	(5.592)	-	-	-100,0%	0,0%
Imposto de renda e Contribuição social	238.032	(639.268)	259.791	-368,6%	-140,6%
Depreciação e amortização	295.176	301.837	287.057	2,3%	-4,9%
Ganhos/perdas na alienação de ativos e Outros	(8.375)	(11.134)	(21.474)	32,9%	92,9%
Participação dos empregados	15.901	30.319	29.255	90,7%	-3,5%
EBITDA⁽¹⁾	615.098	968.132	1.313.607	57,4%	35,7%

⁽¹⁾ EBITDA significa lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, resultado de equivalência patrimonial, imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, depreciação e amortização, (ganhos)/perdas na alienação de ativos e outros e participação dos empregados. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro elaborada de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, com os US GAAP ou com as IFRS, tampouco deve ser considerado como uma alternativa aos fluxos de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos ou alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou, ainda, como indicador de liquidez.

	Período de três meses findo em 31 de março de		Variação
	2008	2009	2008/2009
Em milhares de Reais, exceto percentuais			
EBTIDA			
Lucro (prejuízo) líquido segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil	75.500	155.448	105,9%
Mais:			
Despesa (receita) financeira líquida	71.711	19.682	-72,6%
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	0,0%
Imposto de renda e Contribuição social	35.546	66.185	86,2%
Depreciação e amortização	72.652	70.108	-3,5%
Ganhos/perdas na alienação de ativos e Outros	(17.876)	(5.281)	-70,5%
Participação dos empregados	7.214	6.636	-8,0%
EBITDA⁽¹⁾	244.747	312.778	27,8%

⁽¹⁾ EBITDA significa lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, resultado de equivalência patrimonial, imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, depreciação e amortização, (ganhos)/perdas na alienação de ativos e outros e participação dos empregados. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro elaborada de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, com os US GAAP ou com as IFRS, tampouco deve ser considerado como uma alternativa aos fluxos de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos ou alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou, ainda, como indicador de liquidez.

31 de março de 2009 comparado com 31 de dezembro de 2008

Análise do Balanço Patrimonial

Nas contas do ativo, as principais variações observadas foram:

Disponibilidades: Em 31 de março de 2009, o montante de disponibilidades era de R\$598,7 milhões, representando aumento de 31,2% em relação ao valor de R\$456,5 milhões apurado em 31 de dezembro de 2008, principalmente em função de empréstimos obtidos no montante de R\$22,7 milhões e acúmulo de caixa para pagamento de dividendos que ocorreu em 1º de abril de 2009.

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante): Em 31 de março de 2009, o saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias era de R\$1.765,7 milhões, representando aumento de 9,5%, quando comparado ao saldo de R\$1.612,5 milhões verificado em 31 de dezembro de 2008. Este crescimento foi impactado, principalmente, pelo faturamento do mês de março de 2009, que se mostrou significativamente maior se comparado ao de dezembro de 2008.

Tributos a compensar (circulante e não circulante): Em 31 de março de 2009, o valor de tributos a compensar era de R\$1.767,9 milhões, representando redução de 7,7% quando comparado ao valor de R\$1.916,0 milhões apurado em 31 de dezembro de 2008, em função, principalmente, das antecipações de IRPJ e CSLL que ocorrem ao longo do ano e que posteriormente são compensadas com a apuração real desses impostos ao final do exercício social.

Despesas pagas antecipadamente (circulante e não circulante): Em 31 de março de 2009, o valor de despesas pagas antecipadamente era de R\$444,2 milhões, representando redução de 13,3%, quando comparado aos R\$512,5 milhões em 31 de dezembro de 2008, principalmente em função da amortização de ativos regulatórios - “Parcela A” no montante de R\$75,1 milhões.

Outros créditos (circulante e não circulante): Em 31 de março de 2009, o saldo de outros créditos era de R\$543,5 milhões, significando redução de 7,5% em comparação ao saldo de R\$587,8 milhões em 31 de dezembro de 2008, devido principalmente a baixa por recebimento dos valores de subvenção baixa renda homologados pela ANEEL, além de transferência da CVA para a rubrica de despesa antecipada para a devida formação de ajustes financeiros que serão homologados no reajuste tarifário.

Investimentos: Em 31 de março de 2009, o valor dos investimentos era de R\$16,5 milhões, significando aumento de 34,3% quando comparado aos R\$12,3 milhões apurado em 31 de dezembro de 2008, principalmente devido à transferência de bens do ativo imobilizado para a rubrica de investimentos (“bens de renda”) proveniente de desativações ocorridas no período.

Nas contas do passivo, as principais variações observadas foram:

Fornecedores (circulante e não circulante): Em 31 de março de 2009, o saldo total de fornecedores era de R\$504,7 milhões apresentando aumento de 9,2%, em comparação com o valor de R\$462,2 milhões em 31 de dezembro de 2008, devido principalmente ao aumento dos preços de energia elétrica praticados nos leilões de energia e maior necessidade de compra no mercado *spot*.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de março de 2009, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures era de R\$2.151,3 milhões, sendo R\$ 2.091,2 referentes ao principal e R\$60,1 milhões aos encargos financeiros significando redução de 0,3% em comparação ao valor de R\$2.158,2 milhões dos quais R\$ 2.107,2 milhões referiam-se ao principal e R\$51 milhões aos encargos, verificados em 31 de dezembro de 2008, em decorrência de captação no montante de R\$19,7 milhões neste trimestre, além do cronograma normal de amortização da dívida.

Provisão para Contingências (circulante e não circulante): Em 31 de março de 2009, o valor das provisões para contingências era de R\$1.006,5 milhões, representando aumento de 1,2%, quando comparado ao valor de R\$994,7 milhões verificado em 31 de dezembro de 2008. Tal aumento deveu-se principalmente às atualizações monetárias do período.

Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados (circulante e não circulante): Esta conta registra o contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da Braslight, além das contribuições correntes a pagar. Em 31 de março de 2009, o valor devido a esse título era de R\$1.005,4 milhões, refletindo uma redução de 1,4% frente aos R\$1.019,4 milhões em 31 de dezembro de 2008, resultado principalmente da amortização de R\$23,1 milhões, além de atualização pelo IGP-DI mais juros de 6% ao ano no total de R\$9,1 milhões.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de março de 2009, o valor de outros débitos registrava R\$536,0 milhões, significando redução de 7,7%, face aos R\$580,7 milhões em 31 de dezembro de 2008, devido, principalmente ao pagamento, determinado pelo governo, do montante acumulado referente ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (“FNDCT”) e EPE no montante de R\$17,0 milhões, incremento na provisão regulatória no montante de R\$20,4 milhões, além da amortização da CVA.

Trimestre encerrado em 31 de março de 2009 comparado ao trimestre encerrado em 31 de março de 2008

Análise da Demonstração do Resultado

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta da Companhia no primeiro trimestre de 2009 foi de R\$2.242,5 milhões, representando um aumento de 13,8% comparando-se com a receita operacional de R\$1.971,3 milhões do mesmo período de 2008.

O aumento da receita se deu principalmente pelo crescimento de 3,7% do consumo faturado no mercado cativo entre os períodos, que no primeiro trimestre de 2009 totalizou 5.002 GWh (incluindo consumo próprio), em comparação ao valor de 4.822 GWh apurado no mesmo período de 2008. Esse crescimento ocorreu principalmente nas classes residencial e comercial, de 6,7% e 3,2% respectivamente, fruto do aumento da temperatura média no período em torno de 1,9°C.

Combinado com o crescimento do consumo, a receita operacional de 2009 também foi afetada positivamente pela aplicação da revisão tarifária ocorrida em novembro de 2008 e que gerou um aumento da tarifa da ordem de 4,70%.

Deduções à receita operacional

As deduções são representadas pelos encargos setoriais (CCC, encargo de capacidade emergencial, reserva global de reversão e encargo de aquisição de energia emergencial) e tributários (PIS, COFINS, ICMS e ISS). No período de três meses encerrado em 31 de março de 2009, as deduções da receita operacional atingiram R\$872,7 milhões, significando um aumento de 18,4% quando comparadas às deduções da receita operacional de R\$737,4 milhões verificadas no período de três meses encerrado em 31 de março de 2008. Tal aumento deve-se principalmente ao crescimento de R\$85,1 milhões nas despesas da CCC, em função da amortização de CVA originada no processo de Revisão Tarifária homologado em novembro de 2008, devido fundamentalmente à devolução de receita dos clientes Valesul, CSN e CSA.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida no trimestre encerrado em 31 de março de 2009 aumentou 11% em relação ao trimestre encerrado em 31 de março de 2008, em decorrência principalmente do aumento do fornecimento de energia elétrica e do aumento da tarifa homologada em novembro de 2008 da ordem de 4,7%.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda apresentou um aumento de 10,6% na comparação entre os trimestres encerrados em 31 de março de 2009 e 2008, passando de R\$785,6 milhões em 2008 para R\$869,1 milhões em 2009. Esse aumento é justificado pelo reajuste nos contratos de compra de energia, pelo IPCA e IGP-M, em novembro de 2008, além da valorização do dólar que impactou a tarifa de Itaipu e o preço médio da UTE Norte Fluminense.

Custos/Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$1.127,1 milhões no trimestre encerrado em 31 de março de 2009, significando um aumento de R\$65,2 milhões (equivalente a 6,1%) em comparação ao valor registrado no trimestre encerrado em 31 de março de 2008 (equivalente a R\$1.061,8 milhões). Tal variação pode ser atribuída principalmente ao aumento do custo com energia elétrica, contraposto à redução na provisão para contingências.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro do trimestre encerrado em 31 de março de 2009 foi negativo em R\$19,7 milhões em comparação ao resultado negativo de R\$71,7 milhões apurado no mesmo período de 2008, refletindo uma redução de R\$52,0 milhões. Tal redução nas despesas é decorrente principalmente: (i) da menor atualização monetária do passivo da Braslight, devido à queda do índice de inflação (IGP-DI) que corrige o saldo da dívida; (ii) da maior variação de caução da dívida em dólar em comparação ao custo do serviço da mesma dívida, o que gerou uma receita financeira que superou a despesa financeira oriunda da dívida bruta do Tesouro Nacional decorrente da valorização do dólar no período; e (iii) do ajuste a valor presente de recebíveis a longo prazo, em outras receitas financeiras.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No trimestre encerrado em 31 de março de 2009, a Companhia apurou lucro tributável de R\$228,3 milhões, superior ao trimestre encerrado em 31 de março de 2008, onde o lucro tributável registrou R\$118,3 milhões. As despesas com IRPJ e CSLL no trimestre encerrado em 31 de março de 2009 totalizaram R\$20,6 milhões, sendo que para o trimestre comparativo encerrado em 31 de março de 2008, registraram despesas de IRPJ e CSLL de R\$45,5 milhões.

Em 31 de março de 2008 foram contabilizados a resultado, Receitas de IRPJ e CSLL Diferidos no montante de R\$9,9 milhões, enquanto que no período relativo a 31 de março de 2009, registraram-se a resultado Despesas de IRPJ e CSLL Diferidos no montante de R\$45,5 milhões.

Lucro/Prejuízo do Exercício

O lucro líquido acumulado no trimestre encerrado em 31 de março de 2009 monta a R\$155,4 milhões, apresentando um aumento de 105,9% em relação ao lucro de R\$75,5 milhões no trimestre encerrado em 31 de março de 2008, por força dos fatores descritos acima.

Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007

Análise do Balanço Patrimonial

Nas contas do ativo, as principais variações observadas foram:

Disponibilidades: Em 31 de dezembro de 2008, o montante de disponibilidades era de R\$456,5 milhões, representando aumento de 2,1% em relação ao valor de R\$447,2 milhões apurado em 31 de dezembro de 2007, principalmente em função de entrada de caixa proveniente das atividades operacionais da Companhia no montante de R\$1.137,5, de empréstimos obtidos no montante de R\$263,9 milhões, além de pagamento de dividendos no montante de R\$541,2 milhões, amortização de financiamentos da ordem de R\$324,7 e investimentos em ativos no montante de R\$555,4.

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias era de R\$1.612,5 milhões, representando redução de 2%, quando comparado ao saldo de R\$1.645,5 milhões verificado em 31 de dezembro de 2007. Esta pequena variação pode ser explicada pelo aumento no fornecimento faturado compensado pelo aumento da provisão para devedores duvidosos.

Tributos a compensar (circulante e não circulante) Em 31 de dezembro de 2008, o valor de tributos a compensar era de R\$1.916 milhões, representando redução de 0,82% quando comparado ao valor de R\$1.931,9 milhões apurado em 31 de dezembro de 2007, em função, principalmente, de PIS e COFINS a compensar no montante de R\$84,3 milhões, que inicialmente foram classificados na rubrica de outros créditos e que foram transferidos durante o 1º semestre de 2008 para a rubrica de impostos a recuperar, pela constituição de novos créditos fiscais de IRPJ e CSLL no montante de R\$68,3 milhões, compensação dos mesmos no montante de R\$33,7 milhões e realização de IRPJ e CSLL diferidos referentes à reversão da provisão de PIS e COFINS no montante de R\$108,0 milhões.

Despesas pagas antecipadamente (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2008, o valor de despesas pagas antecipadamente era de R\$512,4 milhões, representando aumento de 18,6%, quando comparado aos R\$432,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, principalmente em função da constituição de novos ativos regulatórios provenientes da revisão tarifária ocorrida em novembro de 2008 além de amortização da “Parcela A”.

Outros créditos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2008, o saldo de outros créditos era de R\$587,8 milhões, significando aumento de 6,6% em comparação ao saldo de R\$551,1 milhões em 31 de dezembro de 2007, principalmente devido à constituição de créditos de subvenção de baixa renda, não homologados pela ANEEL e não recebidos pela Companhia. até 31 de dezembro de 2008, além de constituição de provisão de CVA, compensados pela transferência de PIS e COFINS a compensar para a rubrica de tributos a compensar no 1º semestre de 2008.

Investimentos: Em 31 de dezembro de 2008, o valor dos investimentos era de R\$12,3 milhões, significando redução de 6,1% quando comparado aos R\$13,1 milhões apurado em 31 de dezembro de 2007, mantendo-se no mesmo nível.

Nas contas do passivo, as principais variações observadas foram:

Fornecedores (circulante e não circulante): No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o saldo total de fornecedores era de R\$462,2 milhões apresentando redução de 4,4%, em comparação com o valor de R\$483,6 milhões em 31 de dezembro de 2007, devido ao fim do prazo de faturamento da RTE ocorrido em fevereiro de 2008 compensado pela frequente compra de energia no mercado spot.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2008, o saldo total de empréstimos, financiamentos e debêntures era de R\$2.158,2 milhões, significando aumento de 11,3% em comparação ao valor de R\$1.940,3 milhões verificado em 31 de dezembro de 2007 em decorrência de captação no montante de R\$263,9 milhões, além do cronograma normal de amortização da dívida.

Provisão para Contingências (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2008, o valor das provisões para contingências era de R\$994,7 milhões, representando redução de 26,7%, quando comparado ao valor de R\$1.357,9

milhões verificado em 31 de dezembro de 2007. Tal redução deveu-se principalmente à reversão da provisão referente ao processo de expansão da base de cálculo do PIS e da COFINS que foi transitado em julgado no período, constituindo decisão favorável à companhia no montante de R\$432,3 milhões, além de constituição de novas provisões para contingências avaliadas como prováveis e atualizações das previsões já existentes.

Plano previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2008, o valor devido a esse título era de R\$1.019,4 milhões, um aumento de 16,7% frente aos R\$873,7 milhões em 31 de dezembro de 2007, resultado da amortização de R\$76,9 milhões, além de atualização pelo IGP-DI mais juros de 6% ao ano no total de R\$150,9 milhões e R\$71,7 milhões referente a ajuste do contrato, decorrente principalmente da adoção da tabela de mortalidade AT-83.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2008, o valor de outros débitos registrava R\$580,7 milhões, significando aumento de 4,7%, face aos R\$554,7 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, devido, principalmente à reversão da provisão para perda atuarial no montante de R\$109,1 milhões, ao registro de valores referentes a devoluções aos consumidores no montante de R\$46,9 milhões, e ao aumento nos programas de desenvolvimento energético (P&D e PEE) no montante de R\$50,1 milhões, além de constituição de CVA.

Análise da Demonstração do Resultado

Receita Operacional Bruta

A receita operacional bruta do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, de R\$7.893,7 milhões, permaneceu praticamente inalterada, com crescimento de apenas 0,5% em relação à apurada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, principalmente em função de: (i) ajuste financeiro devido à redução na tarifa de conexão de geradoras e desconto para clientes livres autoprodutores e com fonte incentivada, com impacto de R\$32,0 milhões; (ii) registro do subsídio baixa renda com R\$30,8 milhões a mais que em 2007 e (iii) reajuste médio de 4,70%.

Deduções à Receita operacional

Houve uma redução de 9,9% entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e em 31 de dezembro de 2007, ou R\$307,4 milhões. Tal diminuição deve-se principalmente à redução de R\$270,3 milhões nas despesas da CCC, impactado pelo reconhecimento de adicionais financeiros, referente ao recálculo de CVA Energia de anos anteriores, distribuído de acordo com a metodologia da ANEEL, com impacto de R\$122,6 milhões em deduções da receita.

Receita Operacional Líquida

No ano de 2008, a receita líquida da Light SESA foi de R\$5.101,1 milhões, apresentando crescimento de 7,3% em relação a 2007. Tal aumento se deu principalmente em função do reconhecimento dos adicionais financeiros na revisão tarifária deste ano, bem como à alteração no mix de consumo, com maior crescimento das classes residencial e comercial.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$3.060,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, apresentando aumento de 4,4% na comparação com os custos de R\$2.930,9 milhões em 2007. Esse aumento é justificado pelo reajuste nos contratos de compra, pelo IPCA e IGP-M, em novembro de 2007 e novembro de 2008, e aquisições de energia no mercado *spot*, que se fizeram necessárias por estar a Companhia involuntariamente sub-contratada no volume de energia necessário para suas obrigações de distribuição em função da recotização da energia comprada de Itaipu (conforme Resolução Normativa nº 218, de 11 de abril de 2006), em razão da qual a Companhia teve seu contrato com a UHE Itaipu reduzido em 277 MW médios a partir de 2008. Em 2008 a Companhia teve que adquirir um saldo líquido de 475 GWh no mercado *spot* como resultado de uma redução no volume comprado de Itaipu.

Custos/Despesas operacionais

Em 2008, os custos e despesas operacionais, no valor de R\$4.074,5 milhões, ficaram em linha com o realizado em 2007, que montou R\$4.088,9. A manutenção deste patamar ocorreu principalmente devido ao aumento do custo com energia elétrica e da provisão para créditos de liquidação duvidosa compensados pela redução na despesa com provisão para contingências, na despesa de pessoal e na despesa com depreciação e amortização.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro passou de uma despesa líquida de R\$278,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 para uma receita líquida de R\$159,2 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, principalmente em função da reversão da provisão referente ao processo de expansão da base de cálculo do PIS e da COFINS, realizada no 2º trimestre de 2008, cujo montante foi de R\$432,4 milhões.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Companhia apurou lucro tributável de R\$1.177,9 milhões, superior ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, onde o lucro tributável foi de R\$368,8 milhões. As despesas com IRPJ e CSLL no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, totalizaram R\$116,9 milhões, sendo que para o exercício social comparativo encerrado em 31 de dezembro de 2007, registraram despesas de IRPJ e CSLL de R\$212,9 milhões.

Em 2008 foram contabilizados a resultado, despesas de IRPJ e CSLL diferidos no montante de R\$142,9 milhões, enquanto que no período relativo ao ano-calendário de 2007, registraram-se a resultado receitas de IRPJ e CSLL diferidos no montante de R\$852,2 milhões.

Lucro/Prejuízo do Exercício

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, a Companhia registrou um lucro de R\$918,2 milhões, uma redução de 8,9% frente ao lucro de R\$1.008,1 milhões registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, em função dos fatores descritos acima.

31 de dezembro de 2007 comparado com 31 de dezembro de 2006

Análise do Balanço Patrimonial

Nas contas do ativo, as principais variações ocorreram nas seguintes contas:

Disponibilidades: Em 31 de dezembro de 2007, o montante de disponibilidades era de R\$447,2 milhões, representando redução de 25,6% em relação aos R\$601,4 milhões apurados em 31 de dezembro de 2006. Tal redução deveu-se principalmente à amortização da dívida, no valor de aproximadamente R\$808 milhões, bem como o pagamento de dividendos no valor de R\$450 milhões e a aplicação em ativos no montante de R\$486,8 milhões, parcialmente compensado pela captação de empréstimos no montante de R\$681 milhões além do caixa gerado pela própria operação da Companhia no montante aproximado de R\$1.507,3 milhões.

Consumidores, concessionárias e permissionárias (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2007, o saldo de consumidores, concessionárias e permissionárias era de R\$1.645,4 milhões, apresentando uma redução de 14,7% quando comparado aos R\$1.928,4 milhões verificados em 31 de dezembro de 2006. Esta redução foi impactada pela redução da inadimplência, pela retomada do fluxo regular de pagamentos da CEDAE e da SuperVia, além de redução do provisionamento de RTE, constituídas para cobrir possíveis perdas com a inadimplência de clientes, bem como aumento da provisão para não recuperação da RTE e “energia livre”.

Tributos a compensar (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2007, o valor de tributos a compensar era de R\$1.931,9 milhões significando um aumento de 91,4% em comparação com o saldo de R\$1.009,2 milhões apurado em 31 de dezembro de 2006. Tal aumento se deu em função, principalmente, do reconhecimento de novos ativos fiscais diferidos devido ao atendimento cumulativo de todas as condicionais da Instrução CVM nº 371/02. Os ativos fiscais reconhecidos referem-se a diferenças temporárias e base negativa de IRPJ e CSLL.

Despesas pagas antecipadamente (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2007, o valor de despesas pagas antecipadamente era de R\$432,1 milhões, apresentando redução de 23,9% ante o saldo de R\$567,9 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2006, cuja redução deveu-se essencialmente pela amortização, durante o ano de 2007, do saldo da conta de compensação de CVA e de outros componentes financeiros constantes da tarifa.

Outros créditos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2007, o valor de outros créditos era de R\$551,1 milhões, apresentando redução de 17,5% ante o saldo de R\$668,2 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2006, em função principalmente da amortização de parte do montante da dívida relativa assunção da dívida pela Light Energia contemplada no Projeto de Desverticalização, além de redução da provisão para CVA, diante do menor custo de compra de energia elétrica.

Investimentos: Em 31 de dezembro de 2007, o valor dos investimentos era de R\$13,1 milhões, apresentando redução de 62,3% ante o saldo de R\$34,8 milhões apresentado em 31 de dezembro de 2006, em função da venda de imóvel não vinculado a atividade fim da empresa localizado na Praia do Flamengo.

Nas contas do passivo, as principais variações ocorreram nas seguintes contas:

Fornecedores (circulante e não circulante): No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, o valor de fornecedores era de R\$483,6 milhões significando um redução de 1,6% em comparação com o saldo de R\$491,3 milhões apurado em 31 de dezembro de 2006. Tal redução ocorreu principalmente devido ao aumento da provisão para perda com a restituição de “energia livre”, parcialmente compensado pelo aumento de materiais e serviços a pagar.

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2007, o saldo de empréstimos, financiamentos e debêntures (incluindo encargos financeiros) era de R\$1.940,3 milhões significando uma redução de 40% em comparação com o saldo de R\$3.234,8 milhões apurado em 31 de dezembro de 2006. Tal redução deveu-se, basicamente, pela conversão em ações de 654.541 debêntures da 4ª Emissão, causando uma redução de R\$713 milhões no saldo dessas debêntures e também pela amortização de R\$466 milhões da dívida representada pelo “Amended and Restated Indenture”, usando, principalmente, recursos obtidos pela 5ª emissão de debêntures.

Encargos Regulatórios (circulante e não circulante): Os encargos regulatórios foram reclassificados para o grupo “Outros Débitos”.

Provisão para Contingências (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2007, o saldo da provisão para contingências era de R\$1.357,9 milhões significando um aumento de 9,6% em comparação com o saldo de R\$1.238,6 milhões apurado em 31 de dezembro de 2006. Tal aumento se deu em função da constituição do adicional de provisões para contingências avaliadas como prováveis, principalmente de processos judiciais de natureza cível, tributária, previdenciária e regulatória, além de atualizações monetárias.

Plano previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2007, o valor devido a esse título era de R\$873,7 milhões significando um aumento de 3,5% em comparação com o saldo de R\$843,7 milhões apurado em 31 de dezembro de 2006, em resultado da diferença entre a amortização de R\$74,8 milhões e atualização pelo IGP-DI mais juros de 6% ao ano no total de R\$ 104,7 milhões.

Outros débitos (circulante e não circulante): Em 31 de dezembro de 2007, o valor de outros débitos era de R\$554,7 milhões significando um aumento de 22,3% em comparação com o saldo de R\$453,4 milhões apurado em 31 de dezembro de 2006. Tal variação foi decorrente principalmente do aumento da CVA e dos componentes financeiros repassados no reajuste tarifário anual de 2007.

Análise da Demonstração do Resultado

Receita Operacional Bruta

A energia faturada em 2007 totalizou 18.307 GWh (incluindo consumo próprio), praticamente estável em relação a 2006, principalmente devido ao comportamento estável do consumo e das tarifas de energia elétrica.

O reajuste tarifário tornado efetivo em 7 de novembro de 2006 teve efeito negativo médio de 0,1% para os consumidores.

O consumo de energia no Mercado Cativo da Companhia totalizou 18.307 GWh no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, praticamente igual ao consumo total de 18.260 GWh verificado no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006, refletindo aumento de 1,9% no consumo residencial (de 7.207 GWh em 2006 para 7.344 GWh em 2007) e de 3,1% no consumo da classe comercial (de 5.583 GWh em 2006 para 5.756 GWh em 2007), compensado pela redução de 14,3% no consumo industrial (de 2.347 GWh em 2006 para 2.011 GWh em 2007). Essa redução do consumo industrial se deve à saída para o Mercado Livre de 3 clientes em 2007 com consumo médio mensal aproximado de 1.800 MWh.

Deduções à receita operacional

O aumento de 2,5% entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006 e em 31 de dezembro de 2007, ou R\$76,9 milhões, deve-se principalmente à redução de R\$49,2 milhões da despesa de PIS/COFINS e do aumento de R\$100,5 milhões de encargos do consumidor.

Receita Operacional Líquida

A receita operacional líquida do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 totalizou R\$4.755,2 milhões, ficando em linha em relação à apurada no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, que montou a R\$4.743,1 milhões.

Energia Elétrica Comprada para Revenda

O custo com energia elétrica comprada para revenda apresentou um aumento de 2,2% na comparação entre os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007 e 2006, passando de R\$2.867 milhões em 2006 para R\$2.931 milhões em 2007, efeito conjunto do aumento do volume de energia comprada em 1,5%, e do aumento do preço médio do mix de energia em 6,6%. O aumento do preço deste mix é explicado pela entrada de energia comprada do leilão de 2007, que representou 3,9% do mix, sendo esta energia mais cara que nos leilões de 2005 e 2006; e pela alta do preço de Itaipu em 8,6%, apesar do decréscimo do dólar no período.

Custos/Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais atingiram R\$4.088,9 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, significando uma redução de R\$334,2 milhões (equivalente a 7,6%) em comparação ao valor registrado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 (equivalente a R\$4.423,1 milhões). Tal variação pode ser atribuída principalmente aos seguintes fatores:

- (a) No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a Companhia não constituiu provisões operacionais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, a Companhia constituiu provisões operacionais no valor de R\$247,1 milhões (para maiores informações, vide seção “Informações Financeiras Seleccionadas”, item “Ajustes de Balanço – Transferência de Controle Acionário” acima, na página 105 deste Prospecto);

- (b) forte redução do nível de inadimplência, impactando diretamente o nível de provisões para crédito de liquidação duvidosa, reduzindo de R\$379,0 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 para R\$199,5 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Receitas (Despesas) Financeiras

O resultado financeiro do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 foi negativo em R\$278,3 milhões contra um valor negativo de R\$290,3 milhões apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, refletindo uma redução de R\$12,0 milhões. Este resultado foi causado principalmente pela redução nas despesas financeiras da Companhia, como efeito da variação cambial sobre dívidas denominadas em moeda estrangeira e dos menores encargos em função da significativa redução do estoque de dívida entre referidos exercícios sociais.

Imposto de Renda e Contribuição Social

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a Companhia apurou lucro tributável de R\$368,8 milhões, sendo que para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006, o lucro tributável foi de R\$27,7 milhões. Em 2007, o registro de despesas de IRPJ e CSLL foi de R\$212,9 milhões e uma receita de IRPJ e CSLL Diferidos de R\$852,2 milhões, sendo que em 2006, o registro de despesas de IRPJ e CSLL foi de R\$238 milhões e nenhum resultado de IRPJ e CSLL diferido.

Lucro/Prejuízo do Exercício

O lucro líquido acumulado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 monta a R\$1.008,1 milhões, contra um prejuízo de R\$210,3 milhões no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006. Parte decorrente do reconhecimento dos créditos fiscais diferidos acumulados no valor de R\$852,2 milhões.

Posição da Dívida da Companhia

O endividamento consolidado total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2006 era de R\$3,2 bilhões, dos quais R\$0,5 bilhão com vencimento no curto prazo relacionado a empréstimos e financiamentos com terceiros e 1ª e 4ª emissões de debêntures.

O endividamento consolidado total da Companhia no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 era de R\$1.940 milhões, dos quais R\$140,4 milhões com vencimento no curto prazo relacionado a empréstimos e financiamentos com terceiros e 1ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures.

Além disso, R\$1.800 milhões apresentavam vencimento no longo prazo, sendo R\$821,4 milhões empréstimos e financiamentos com terceiros e R\$978,6 milhões relacionado a 1ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures.

O endividamento consolidado total da Companhia em 31 de dezembro de 2008 era de R\$2.158 milhões, dos quais R\$176 milhões com vencimento no curto prazo relacionado a empréstimos e financiamentos com terceiros e 1ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures.

Além disso, R\$1.982 milhões apresentavam vencimento no longo prazo, sendo R\$1.036 milhões empréstimos e financiamentos com terceiros e R\$946 milhões relacionado a 1ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures.

O endividamento total consolidado em aberto da Companhia em 31 de março de 2009 era de R\$2.151 milhões, dos quais R\$218 milhões com vencimento no curto prazo relacionado a empréstimos e financiamento com terceiros e 1ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures (conforme indicadas na tabela abaixo). Além disso, R\$ 1.933 milhão apresentava vencimento no longo prazo, sendo R\$ 1.012 milhão relativos a empréstimos e financiamentos com terceiros e R\$921 milhões relacionado a 1ª, 4ª e 5ª emissões de debêntures (conforme indicadas na tabela abaixo). Adicionalmente, em 31 de março de 2009, 7,1% do endividamento consolidado total em aberto da Companhia eram denominados em moeda estrangeira e 92,9% em moeda nacional. Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía operações com derivativos em moeda estrangeira, cujo saldo em aberto era equivalente a US\$28,8 milhões, representando 43,5% do saldo da dívida em moeda estrangeira.

POSIÇÃO DA DÍVIDA LIGHT SESA CONSOLIDADA - Data Base 31/03/09

RS MM	Curto Prazo	%	Longo Prazo	%	Total	%
Moeda Nacional	185.070	100,0%	1.813.335	100,0%	1.998.405,4	100,0%
Debêntures 1a. Emissão	15.643	8,5%			15.643	0,8%
Debêntures 4a. Emissão	14	0,0%	105	0,0%	119	0,0%
BNDES Finem	81.699	44,1%	359.644	19,8%	441.343	22,1%
Debêntures 5a. Emissão	53.756	29,0%	920.806	50,8%	974.562	48,8%
CCB Bradesco	26.822	14,5%	450.000	24,8%	476.822	23,9%
CCB ABN	927	0,5%	80.000	4,4%	80.927	4,0%
"Swap" de operações financeiras	-		-			
Outros	6.210	3,4%	2.780	0,2%	8.989	0,4%
Moeda Estrangeira	33.603	100,0%	119.258	100,0%	152.861	100,0%
Tesouro Nacional	25.358	75,5%	117.196	98,3%	142.554	93,3%
Financiamento à importação	6.461	19,2%	1.914	1,6%	8.375	5,5%
BNDES Fin. Importação	1.784	5,3%	148	0,1%	1.932	1,3%
Dívida Bruta	218.673	100,0%	1.932.593	100,0%	2.151.266	100,0%

Considerações sobre Liquidez e Endividamento

A Companhia tem obtido recursos a partir da sua atividade comercial, do mercado financeiro e de empresas ligadas, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Ao longo de 2008, a Companhia contraiu algumas dívidas, cujo montante não afetou significativamente a sua estrutura de liquidez, dentre as quais destacamos as seguintes:

- (i) Saque no montante de R\$80 milhões, em 27 de agosto de 2008, no âmbito da contratação da CCB, emitida pelo Banco ABN-Amro; e
- (ii) Saque no valor de R\$186,9 milhões em 2008 e de R\$19,7 milhões em 2009, no âmbito do “Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento mediante Repasse contratado com o BNDES, No. 10/449.739-2”, celebrado em 5 de novembro de 2007, no valor total de R\$521,7 milhões.

Capacidade de Pagamento

A Companhia pretende pagar o montante principal da sua dívida de curto e longo prazo, inclusive as Debêntures, e os juros incidentes com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa.

A tabela abaixo indica a evolução da dívida líquida sobre o EBITDA nos 3 últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e nos trimestres encerrados em 31 de março de 2008 e 2009, respectivamente, e a estrutura de capital da Companhia nos mesmos períodos:

	Exercício Social findo em 31 de dezembro de				
	2006	2007	2008	31 de março de 2008	31 de março de 2009
	(Em milhares de reais)				
EBITDA (Acumulado nos últimos 12 meses) ¹	615.098	968.132	1.313.607	915.354	1.380.263
Dívida Total Consolidada	3.234.774	1.940.328	2.158.183	1.931.918	2.151.266
Ativo Financeiro ²	(601.438)	(447.230)	(456.519)	(340.508)	(598.748)
Dívida Líquida	2.633.336	1.493.098	1.701.664	1.591.410	1.552.518
Dívida Líquida / EBITDA	4,28	1,54	1,30	1,74	1,12
Passivo Circulante	1.720.251	1.662.279	2.076.065	1.353.868	2.036.030
Passivo Exigível a Longo Prazo	5.243.003	4.445.625	4.306.006	4.394.937	4.272.545
Resultado de Exercícios Futuros					
Patrimônio Líquido	1.374.319	2.546.063	2.598.541	2.595.710	2.753.989
Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)	0,66	0,37	0,40	0,38	0,36
Passivo Total / (Passivo Total + Patrimônio Líquido)	0,84	0,71	0,71	0,69	0,70

¹ EBITDA significa lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, resultado de equivalência patrimonial, imposto de renda e contribuição social corrente e diferido, depreciação e amortização, (ganhos)/perdas na alienação de ativos e outros e participação dos empregados. O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro elaborada de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, com os US GAAP ou com as IFRS, tampouco deve ser considerado como uma alternativa aos fluxos de caixa para os períodos apresentados, não deve ser considerado como base para distribuição de dividendos ou alternativa para o lucro líquido como indicador do desempenho operacional ou, ainda, como indicador de liquidez.

² Inclui numerário disponível e Aplicações Financeiras.

Tendo em vista as evoluções positivas dos indicadores de “Dívida Líquida/EBITDA” e “Dívida Líquida / (Dívida Líquida + Patrimônio Líquido)”, os quais em 31 de março de 2009 estavam em 1,12 e 0,36, respectivamente, fica evidenciado que a Companhia possui uma estrutura de capital e situação de caixa suficientes e adequadas para quitar as Debêntures com sua própria geração de caixa.

Segue abaixo o perfil da dívida da Companhia, atual e após a 6ª Emissão:

<u>Atual</u>	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Após 2014
Principal	112.975	255.976	165.149	365.861	431.550	474.024	285.662
Juros ¹	60.071						
Após 6a. Emissão	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Após 2014
Principal	112.975	255.976	415.149	365.861	431.550	474.024	285.662
Juros ¹	60.071						

⁽¹⁾ Inclui somente os juros incidentes sobre a dívida de curto prazo contabilizados pela Companhia, dado que os juros incidentes sobre a dívida de longo prazo da Companhia são de difícil estimativa por estarem sujeitos a taxas de juros como CDI, SELIC e TJLP, as quais estão sujeitas a variações.

Operações Não Registradas nas Demonstrações Financeiras

Não há qualquer operação ocorrida no trimestre encerrado em 31 de março de 2009 que não esteja registrada nas demonstrações financeiras da Companhia.

Sazonalidade

As operações da Companhia estão sujeitas a variações de sazonalidade. Historicamente, o consumo de energia na área de concessão da Companhia tende a ser maior no primeiro e último trimestres do exercício social, em virtude das temperaturas usualmente mais elevadas nesses períodos e das festas de final de ano.

VISÃO GERAL DO SETOR DE ENERGIA ELÉTRICA

Matriz Energética Brasileira

O parque gerador brasileiro é predominantemente hidrelétrico, apesar do aumento da participação das usinas térmicas e de Biomassa. Segundo informações da ANEEL, em junho de 2009, o País possuía no total 2.069 empreendimentos em operação, e desconsiderando-se os montantes importados da Argentina, Venezuela e Uruguai e considerando-se a produção integral de Itaipu Binacional, a Capacidade Instalada do parque gerador brasileiro conectado ao SIN era de aproximadamente 104 GW, sendo aproximadamente 69,4% provenientes de hidrelétricas, 16,34% de termelétricas e 4,74% de Biomassa. Além disso, o Brasil conta com 2 usinas nucleares, que correspondem 1,79% do potencial instalado, e 33 usinas eólicas que correspondem a cerca de 0,37%. Tal predominância de hidrelétricas é oriunda, principalmente, de um período no qual se destacavam as seguintes características:

- disponibilidade de elevado potencial hidrelétrico;
- viabilidade na construção de grandes reservatórios de acumulação; e
- menor necessidade de desenvolvimento de grandes troncos de transmissão.

Desta forma, foi construído um sólido parque de geração, com ampla predominância hidrelétrica, considerando que o Brasil é um País extremamente rico em recursos hídricos, os quais são formados, sobretudo, por rios caudalosos e perenes. Esse fato, aliado à necessidade da redução da dependência em geração térmica, de custo bastante elevado até a década de 80, conduziu à predominância da hidroeletricidade na matriz energética nacional.

O Brasil sempre ocupou uma posição de destaque no cenário mundial no que diz respeito à hidroeletricidade, estando entre os países com maior capacidade hidrelétrica instalada. Conforme informado no Balanço Energético Nacional – BEN de 2008, elaborado pelo MME em conjunto com a EPE – Empresa de Pesquisa Energética, somente cerca de 29,6% do potencial hidrelétrico nacional foi explorado, já que sua maior parte se situa na Amazônia.

A região norte não está interligada ao SIN, e, em razão disso, tal região é denominada de Sistema Isolado, o qual compreende 45% do território nacional, porém representa somente 2% da demanda total do País

O Sistema Isolado é abastecido principalmente por fontes de geração térmica a óleo combustível e a óleo diesel. Para a substituição de tais fontes térmicas no Sistema Isolado por meio da implantação de usinas hidrelétricas, é previsto pela ANEEL o recebimento de incentivo do fundo formado com recursos da CCC para financiar tais empreendimentos.

A matriz energética do Brasil atualmente se apresenta conforme o quadro a seguir:

Empreendimentos em Operação						
Tipo	Capacidade Instalada		%	Total		%
	N.º de Usinas	(kW)		N.º de Usinas	(kW)	
<u>Hidro</u>	792	77.783.968	69,47	792	77.783.968	69,46
<u>Gás</u>	Natural	89	10.598.502	120	11.842.985	10,58
	Processo	31	1.244.483			
<u>Petróleo</u>	Óleo Diesel	763	3.724.578	783	4.989.772	4,46
	Óleo Residual	20	1.265.194			
<u>Biomassa</u>	Bagaço de Cana	270	3.956.678	331	5.318.775	4,75
	Licor Negro	14	1.023.798			
	Madeira	32	265.017			
	Biogás	8	41.874			
	Casca de Arroz	7	31.408			
<u>Nuclear</u>		2	2.007.000	2	2.007.000	1,79
<u>Carvão Mineral</u>	Carvão Mineral	8	1.455.104	8	1.455.104	1,30
<u>Eólica</u>		33	414.480	33	414.480	0,37
<u>Importação</u>	Paraguai		5.650.000		8.170.000	7,3
	Argentina		2.250.000			
	Venezuela		200.000			
	Uruguai		70.000			
Total	2.069	111.982.084	100	2.069	111.982.084	100

Fonte: ANEEL (junho de 2009)

Dados do MME preveem uma ligeira alteração na matriz energética brasileira nos próximos anos. Estima-se, por exemplo, que a participação hidrelétrica sofrerá uma pequena redução em sua participação, bem como a participação da importação deverá apresentar redução gradual, basicamente devido ao aumento da participação das fontes renováveis.

Atualmente, cerca de 38,8% da capacidade de geração instalada no Brasil é detida pelo Sistema Eletrobrás (incluindo metade da potência de Itaipu Binacional). O Sistema também é responsável por cerca de 59.765 km de extensão de linha de transmissão, representando 56% do total das linhas do Brasil.

Além disso, alguns estados brasileiros controlam empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, incluindo, entre outras, a Companhia Energética de São Paulo - CESP, em São Paulo, a CEMIG, em Minas Gerais, e a Companhia Paranaense de Energia - COPEL, no Paraná.

De acordo com o PDEE 2008/2017 (versão da Consulta Pública/2008), a Capacidade Instalada de geração do País deverá aumentar para 154,8 GW até 2017, dos quais 117,5 GW (75,9%) corresponderão à geração hidrelétrica e 37,3 GW (24,1%) à geração termelétrica e outras fontes. A expansão planejada na Capacidade Instalada apoia-se em larga medida nos empreendimentos situados na Bacia Amazônica, entre os quais podem ser destacadas as usinas já licitadas de Santo Antônio (3.150 MW médios) e Jirau (3.300 MW médios), que serão instaladas ao longo do Rio Madeira, e a usina de Belo Monte (11.181 MW médios), que será instalada ao longo do Rio Xingu, ainda não licitada.

	Em Operação				Em Construção			Empreendimentos Outorgados entre 1998 e 2008 *		
	Quantidade	Potência Outorgada (kw)	Potência Fiscalizadora (kw)	%	Quantidade	Potência Outorgada (kw)	%	Quantidade	Potência Outorgada (kw)	%
Central Geradora Hidrelétrica (CGH)	292	165.547	164.946	0,16	1	848	0,01	70	46.660	0,17
Central Geradora Undi-Elétrica (CGU)	-	-	-	-	-	-	-	1	50	0
Central Geradora Eolielétrica (EOL)	33	417.480	414.480	0,4	7	339.500	2,68	50	2.388.173	8,96
Pequena Central Hidrelétrica (PCH)	341	2.735.609	2.670.877	2,59	63	1.031.717	8,13	166	2.230.341	8,37
Central Geradora Solar Fotovoltaica (SOL)	1	20	20	-	-	-	-	1	5.000	0,02
Usina Hidrelétrica de Energia (UHE)	159	74.700.627	74.924.309	72,19	23	7.783.600	61,51	13	8.790.000	32,99
Usina Termelétrica de Energia (UTE)	1.244	26.394.865	23.591.727	22,73	33	3.527.623	27,81	176	13.182.910	49,48
Usina Termonuclear (UTN)	2	2.007.000	2.007.000	1,93	-	-	-	-	-	-
	2.072	106.450.148	103.792.543	100	126	12.654.288	100	478	27.003.134	100

* não iniciaram sua construção

Fonte: ANEEL (maio de 2009)

Balanço Oferta x Demanda

Introdução

Entre 1998 e 2007, o consumo total de energia elétrica no Brasil (consumo apurado na Rede Básica somado à autoprodução de energia) representou um crescimento acumulado de 38,2% no período. O PIB do País, no mesmo período, cresceu a uma taxa anual real média de 3,2% (representando crescimento acumulado de 31,8%), o que sinaliza a forte correlação entre o crescimento econômico do País e consumo de energia elétrica.

No ano de 2008, o consumo total de energia elétrica no Brasil se expandiu em 3,8% quando comparado a 2007, segundo dados da EPE.

O PDEE prevê um crescimento anual médio de 5,4% no consumo de energia elétrica no País para o período entre 2008 e 2017, o que implicaria necessidade de expansão da capacidade assegurada no SIN em 2,6 GW médio anual entre 2007 e 2012 e de 3,0 GW médio anual entre 2012 e 2017. A necessidade de expansão da Capacidade Instalada é estimada entre 3,5 GW médio anual e 4,5 GW médio anual para o primeiro quinquênio, e entre 4,0 GW médio anual e 5,2 GW médio anual para o segundo quinquênio de tal período.

Hidrelétricas de Grande Porte

A maior parte desta nova capacidade indicada advém de grandes projetos hidrelétricos com capacidade acima de 500 MW. Dentre os grandes projetos, destacam-se as hidrelétricas do Rio Madeira, Projetos Jirau e Santo Antônio, com 6,45 GW, usinas estas já licitadas e com previsão para entrada em operação comercial para os anos de 2012 e 2013, respectivamente, além dos projetos ainda pendentes de licitação como Belo Monte (com 11,2 GW para 2015), São Luiz Tapajós (com 8,4 GW para 2016), Teles Pires (com 1,8 GW para 2016), Marabá (com 1,8 GW para 2016) e Serra Quebrada (com 1,3 GW para 2017). A tabela abaixo resume os principais empreendimentos de geração projetados a entrarem em operação comercial até o ano de 2017.

Projetos de Geração hidráulica

Projeto	Rio/Fonte	Subsistema	Potência (MW)	Ano	Classificação
Belo Monte	Xingu	BM	11.000	2015	Indicativas
São Luiz Tapajós	Tapajós	TP	8.381	2016	Indicativas
Jirau	Madeira	RO/MD	3.300	2013	Leilão 2008
Santo Antônio	Madeira	RO/MD	3.150	2012	Leilão 2007
Teles Pires	Teles Pires	TP	1.820	2016	Indicativas
Marabá	Tocantins	N/Man	1.755	2016	Indicativas
Serra Quebrada	Tocantins	N/Man	1.328	2017	Indicativas
Esterito TOC	Tocantins	N/Man	1.087	2010	Com Concessão
Foz do Chapecó	Uruguai	S	855	2010	Com Concessão
São Manoel	Teles Pires	TP	746	2015	Indicativas
Itapiranga	Uruguai	S	725	2017	Indicativas
Sinop	Teles Pires	TP	461	2015	Indicativas
Torixoréu	Araguaia	SE/CO	408	2017	Indicativas
Mauá + PCH	Tibagá	S	350	2011	Leilão 2006
Baixo Iguaçu	Iguaçu	S	350	2013	Indicativas
Tabajara	Jiparaná	RO/MD	350	2016	Indicativas
Colider	Teles Pires	TP	342	2015	Indicativas
Água Limpa	Das Mortes	SE/CO	320	2015	Indicativas
Simplicio + PCH	Paraíba do Sul	SE/CO	306	2011	Leilão 2005
São Salvador	Tocantins	SE/CO	243	2009	Leilão 2006
Riacho Seco	São Francisco	NE	240	2015	Indicativas
Pai Querê	Pelotas	SE/CO	292	2014	Com Concessão
Foz do Apiacás	Teles Pires	TP	275	2015	Indicativas
Dardanelos	Aripuanã	SE/CO	261	2010	Leilão 2006
São Roque	Canoas	S	214	2016	Indicativas
Serra do Falcão	São Marcos	SE/CO	212	2010	Com Concessão
Salto Pilão	Itajaí	S	182	2010	Com Concessão
Belo Monte Complementar (1ª etapa da Casa de Força)	Xingu	N/Man	181	2015	Indicativas
Outros (< 180 MW)	-	-	3.919	-	-
70 Projetos		Total	32.760 MW		

Projetos	Capacidade MW
Acima de 500 MW	34.147
Entre 200 e 500 MW	4.624
Abaixo de 200 MW	4.282
Total	43.053

Fonte: PDE 2008-2017

Da estimativa de capacidade adicional acima, diversos projetos estão localizados em áreas sensíveis do ponto de vista ambiental, como a Bacia Amazônica e a Bacia Tocantins/Araguaia. Vários destes projetos ainda não possuem licenças ambientais, o que representa um risco à expansão da capacidade, considerando os acontecimentos recentes que atrasaram as licenças dos projetos do rio Madeira em mais de um ano.

Aspectos Regulatórios

Histórico

Ao longo das últimas décadas, o setor de energia elétrica era explorado no Brasil quase que exclusivamente pelo Governo Federal ou pelos governos estaduais. Contudo, a partir da década de 90, diversas medidas foram adotadas para reformular o setor elétrico brasileiro, visando aumentar o investimento privado, desonerar o setor público e eliminar restrições aos investimentos estrangeiros, incrementando, dessa forma, a concorrência e a Capacidade Instalada do setor.

Nesse sentido, a Constituição Federal passou a prever que a exploração dos serviços e instalações de energia elétrica e o aproveitamento energético dos cursos de água podem ser realizados não apenas diretamente pelo Governo Federal, mas também por particulares, por meio da outorga de concessões, permissões ou autorizações.

Em 1995, o Governo Federal promulgou a Lei de Concessões e a Lei nº 9.074/95, que estabeleceram normas para outorga e prorrogação das concessões e permissões de serviços públicos de energia elétrica existentes. No final de 1996, foi promulgada a Lei nº 9.427, 26 de dezembro de 1996, que instituiu a ANEEL e disciplinou o regime de concessão de serviços públicos de energia elétrica. O conjunto dessas leis: (i) passou a exigir que todas as concessões para prestação de serviços relacionados à energia elétrica fossem outorgadas por meio de processo licitatório, necessariamente na modalidade concorrência; (ii) passou a permitir que gradualmente determinados consumidores de energia elétrica que apresentassem demanda significativa, designados Consumidores Livres, adquirissem energia elétrica diretamente de concessionárias, permissionárias ou autorizatórias de geração de energia elétrica, ou de comercializadoras; (iii) criou a figura dos Produtores Independentes de Energia Elétrica que, por meio de concessão ou autorização, podem gerar e vender, por sua conta e risco, a totalidade ou parte de sua energia elétrica a Consumidores Livres, Distribuidoras e comercializadoras, dentre outros; (iv) concedeu aos fornecedores e respectivos consumidores de energia elétrica livre acesso aos sistemas de distribuição e transmissão; e (v) eliminou a necessidade de ser obtida concessão para construção e operação de usinas hidrelétricas com capacidade de 1MW a 30MW, as PCHs, as quais passaram a estar sujeitas a simples autorização.

Em 1997, foi promulgada a Lei n.º 9.478, de 6 de agosto de 1997, que criou o Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. Até então, o setor elétrico brasileiro era totalmente regulado pelo MME, que atuava por intermédio do DNAEE. O DNAEE possuía competência para outorgar concessões de geração, transmissão e distribuição de eletricidade e desempenhava importante papel no processo de fixação de tarifas. Atualmente, a outorga de concessões compete ao Governo Federal, como Poder Concedente, que atua por meio do MME, e a competência para fixação de tarifas é delegada à ANEEL.

Em 1998, o Governo Federal promulgou a Lei do Setor Elétrico, que dispôs, dentre outras, sobre as seguintes matérias: (i) criação de um órgão autorregulado responsável pela operação do mercado atacadista de energia e pela determinação dos preços de energia no mercado *spot*, substituído pela CCEE em 2004; (ii) exigência de que as Distribuidoras e Geradoras fizessem os Contratos Iniciais, normalmente compromissos de take-or-pay, com preços e quantidades aprovados pela ANEEL. A principal finalidade dos Contratos Iniciais era assegurar que as Distribuidoras tivessem acesso ao fornecimento estável de energia elétrica por preços que garantissem uma taxa de retorno fixa às Geradoras durante o período de transição para o novo modelo (2002-2005); (iii) criação do ONS, entidade responsável pela execução das atividades de coordenação e controle da operação da geração e da transmissão de energia elétrica no SIN; e (iv) separação das atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização (desverticalização).

Em 2000, o Decreto nº 3.371, de 24 de fevereiro, instituiu o Programa Prioritário de Termelétricidade – PPT, com a finalidade de diversificar a matriz energética brasileira e diminuir sua forte dependência das usinas hidrelétricas. Os benefícios conferidos às usinas termelétricas nos termos do PPT incluíam (i) fornecimento garantido de gás durante 20 anos, (ii) garantia do repasse de seu custo de aquisição pelas Distribuidoras, até o limite do valor normativo, de acordo com a regulamentação da ANEEL, e (iii) acesso garantido ao programa de financiamento especial do BNDES para o setor elétrico. Ainda em 2000, a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, estabeleceu obrigações a concessionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica no sentido de que passassem a aplicar, anualmente, determinados percentuais das respectivas receitas operacionais líquidas em P&D e programas de eficiência energética.

Em 2001, em consequência de grave crise energética enfrentada no País, que perdurou até o final de fevereiro de 2002, o Governo Federal implementou medidas que incluíram: (i) a instituição do Programa de Racionamento nas regiões mais afetadas pela escassez de energia elétrica, a saber, as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil; e (ii) a criação da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE, que aprovou uma série de medidas de emergência prevendo metas de redução do consumo de energia elétrica para consumidores residenciais, comerciais e industriais situados nas regiões afetadas pelo racionamento, por meio da introdução de regimes tarifários especiais que incentivavam a redução do consumo de energia elétrica. As metas para redução do consumo das classes residenciais e industriais chegavam a 20%. Tais medidas foram suspensas em março de 2002, em razão do aumento da oferta (graças à elevação significativa dos níveis dos reservatórios) e da redução moderada da demanda.

Em abril de 2002, o Governo Federal promulgou novas medidas, tais como o estabelecimento da RTE, com vistas a ressarcir as Distribuidoras pelas perdas incorridas durante o Programa de Racionamento, bem como a criação do PROINFA, visando incentivar o desenvolvimento de fontes alternativas de geração.

O Governo Federal estabeleceu ainda regras para universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica, o qual consiste no atendimento a todos os pedidos de fornecimento, inclusive aumento de carga, sem qualquer ônus para o consumidor solicitante, desde que atendidas às condições regulamentares exigidas. A ANEEL estabeleceu as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, prevendo as metas de universalização até 2014 e estipulando multas no caso de descumprimento destas por parte da Distribuidora. Os recursos provenientes das multas impostas serão aplicados prioritariamente no desenvolvimento da universalização do serviço público de energia elétrica, na forma da regulamentação da ANEEL.

Finalmente, em março de 2004, o Governo Federal promulgou a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, em um esforço para reestruturar o setor, tendo por meta principal proporcionar aos consumidores fornecimento seguro de energia elétrica com modicidade tarifária.

Penalidades

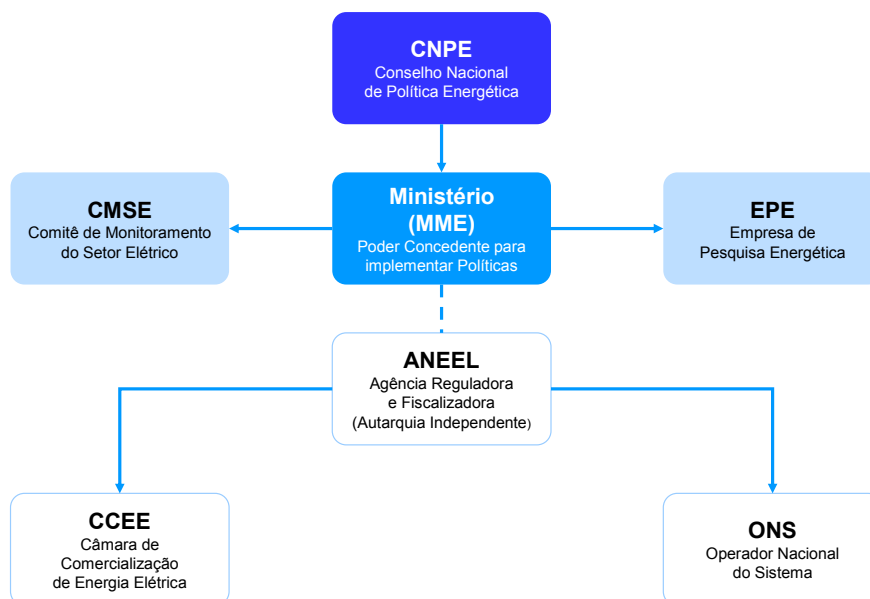
A regulamentação da ANEEL prevê a aplicação de penalidades aos agentes do setor elétrico, classificando-as com base na natureza e na relevância da violação. Para cada violação, as multas podem atingir até 2% do faturamento da concessionária no período de doze meses imediatamente anteriores à data da lavratura do auto de infração. Algumas das infrações que podem resultar em aplicação de multas referem-se à ausência de requerimento, pelo agente, de aprovação da ANEEL, relativa a: (i) assinatura de contratos entre partes relacionadas nos casos previstos na regulamentação; (ii) venda ou cessão de bens relacionados aos serviços prestados, bem como a imposição de quaisquer gravames (incluindo qualquer espécie de garantia, caução, fiança, penhor ou hipoteca) sobre a receita dos serviços de energia; ou (iii) alterações no controle do detentor da autorização, permissão ou concessão. No caso de contratos firmados entre partes relacionadas, a ANEEL pode impor, a qualquer tempo, restrições aos seus termos e condições e, em circunstâncias extremas, determinar sua rescisão.

Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

Em 2004, a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico introduziu alterações relevantes nas normas do setor elétrico brasileiro visando (i) fornecer incentivos aos agentes privados e públicos para construir e manter a capacidade de geração e (ii) garantir o fornecimento de energia no Brasil a tarifas módicas por meio de processos de leilões públicos de energia elétrica. As principais características da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico incluem:

- (i) criação de marco regulatório estável: estabelece a clara definição das funções e atribuições dos agentes institucionais;
- (ii) promoção da modicidade tarifária: o principal instrumento para modicidade tarifária é o leilão para contratação de energia pelas Distribuidoras, com o critério de menor tarifa. Adicionalmente, é estabelecida a restrição de atividades para Distribuidoras, de modo a assegurar que estas se concentrem exclusivamente na prestação do serviço público de distribuição, para garantir uma prestação mais eficiente e confiável aos Consumidores Cativos e a proibição da chamada autocontratação (*selfdealing*), de forma a incentivar as Distribuidoras a comprar energia elétrica pelos menores preços disponíveis ao invés de adquirir energia elétrica de partes relacionadas;
- (iii) garantia de segurança do suprimento: todas as Distribuidoras devem contratar 100% de sua carga. Cada contrato de venda de energia deve ter um lastro físico de geração, de forma que não existam contratos sem a correspondente capacidade física de suprimento. As Distribuidoras são incentivadas a sobrecontratarem em até 103% sua carga estimada, resguardado o direito de repassar o excedente às tarifas cobradas dos consumidores finais; e
- (iv) garantia de construção eficiente de novos empreendimentos (nova capacidade): novos projetos serão viabilizados por meio das seguintes medidas, as quais reduzem substancialmente os riscos do investidor, possibilitando o financiamento dos projetos a taxas mais atrativas, beneficiando, em última análise, o consumidor de energia:
 - (a) leilões específicos para outorga e contratação da energia gerada a partir de novos empreendimentos de geração de energia;
 - (b) celebração de Contratos Bilaterais de longo prazo entre as Distribuidoras e os vencedores dos leilões, com garantia de repasse dos custos de aquisição da energia às tarifas dos consumidores finais; e
 - (c) novos projetos de geração somente estarão habilitados a participar dos leilões de energia nova se obtiverem a respectiva licença ambiental prévia.

Estrutura institucional no novo modelo do setor elétrico



Fonte: Companhia / MME

Conselho Nacional de Política Energética – CNPE

Criado em agosto de 1997 para prestar assessoria ao Presidente da República no tocante ao desenvolvimento e criação da política nacional de energia. O CNPE é presidido pelo Ministro de Minas e Energia, sendo a maioria de seus membros ministros de Estado do Governo Federal. O CNPE foi criado com a finalidade de otimizar a utilização dos recursos energéticos do Brasil e assegurar o fornecimento de energia elétrica ao País.

Ministério de Minas e Energia – MME

O MME é o principal órgão do setor energético brasileiro, atuando como Poder Concedente em nome da União Federal e tendo como sua principal atribuição o estabelecimento das políticas, diretrizes e da regulamentação do setor. Com a promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Governo Federal, atuando principalmente por intermédio do MME, assumiu certas atribuições anteriormente de responsabilidade da ANEEL, incluindo a elaboração de diretrizes que regem a outorga de concessões e a expedição de normas que regem o processo licitatório para concessões de serviços públicos e instalações de energia elétrica.

Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL

Respeitada a competência do MME, o setor elétrico brasileiro é regulado pela ANEEL, autarquia federal autônoma. Com a promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a principal responsabilidade da ANEEL passou a ser regular e fiscalizar o setor elétrico segundo a política determinada pelo MME e com as atribuições a ela delegadas pelo Governo Federal, por meio do MME. As atuais responsabilidades da ANEEL incluem, dentre outras: (i) fiscalização de concessões para atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive aprovação de tarifas de energia elétrica; (ii) promulgação de regulamentação para o setor elétrico, circunscrita aos limites legais; (iii) implementação e regulamentação da exploração das fontes de energia, incluindo a utilização de energia hidrelétrica; (iv) promoção do processo licitatório para outorga de novas concessões; (v) solução de litígios administrativos entre entidades Geradoras e compradoras de energia elétrica; e (vi) definição dos critérios e metodologia para determinação das tarifas de distribuição e transmissão.

Operador Nacional do Sistema – ONS

O ONS criado em 1998, é uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com representação por Consumidores Livres e empresas que se dedicam à geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, além de outros agentes privados, tais como importadores e exportadores. O principal papel do ONS é coordenar e controlar as operações de geração e transmissão no SIN, de acordo com a regulamentação e supervisão da ANEEL. Os objetivos e principais responsabilidades do ONS incluem: (i) planejamento da operação da geração e transmissão; (ii) organização e controle da utilização do SIN e interconexões internacionais; (iii) garantia de acesso à rede de transmissão de maneira não discriminatória a todos os agentes do setor; (iv) fornecimento de subsídios para o planejamento da expansão do sistema elétrico; (v) apresentação ao MME de propostas de ampliações da Rede Básica; (vi) proposição de normas para operação do sistema de transmissão para posterior aprovação pela ANEEL, e (vii) elaboração de um programa de despacho otimizado com base na disponibilidade declarada pelos agentes geradores.

Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE

O MAE era organizado como uma pessoa jurídica de direito privado, sujeita à autorização, fiscalização e regulamentação da ANEEL. Em 2004, o MAE foi extinto e suas atividades, ativos e passivos foram absorvidos pela CCEE, criada por força da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, sob a forma de pessoa jurídica de direito privado e sob a regulação e fiscalização da ANEEL. A finalidade da CCEE é viabilizar a comercialização de energia elétrica no SIN, promovendo, desde que delegado pela ANEEL, os leilões de compra e venda de energia elétrica no ACR. A CCEE é responsável: (i) pelo registro de todos os CCEAR e os contratos resultantes dos leilões de ajustes, bem como dos montantes de potência e energia dos contratos celebrados no ACL; e (ii) pela contabilização e liquidação dos montantes de energia elétrica comercializados no mercado de curto prazo, dentre outras atribuições. A CCEE é integrada pelos concessionários, permissionários e autorizados de serviços de energia elétrica e pelos Consumidores Livres.

Empresa de Pesquisa Energética - EPE

Em agosto de 2004, o Governo Federal editou o Decreto n.º 5.184 que criou a EPE e aprovou seu estatuto social. A EPE é uma empresa pública federal, responsável pela condução de estudos e pesquisas destinadas a subsidiar o planejamento do setor energético. Os estudos e pesquisas desenvolvidos pela EPE subsidiam a formulação, o planejamento e a implementação de ações do MME no âmbito da política energética nacional.

Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico - CMSE

Também em agosto de 2004, o Governo Federal editou o Decreto n.º 5.175 que criou o CMSE – Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico, o qual é presidido e coordenado pelo MME e composto por representantes da ANEEL, da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível da CCEE, da EPE e do ONS. As principais atribuições do CMSE incluem: (i) acompanhar as atividades do setor energético; (ii) avaliar as condições de abastecimento e atendimento ao mercado de energia elétrica; e (iii) elaborar propostas de ações preventivas ou saneadoras visando a manutenção ou restauração da segurança no abastecimento e no atendimento eletroenergético, encaminhando-as ao CNPE.

Concessões

Aqueles que pretenderem construir ou operar instalações de geração, transmissão ou distribuição de energia elétrica no Brasil deverão solicitar a outorga de concessão, autorização e/ou permissão ao Poder Concedente. A Companhia é uma concessionária de serviços públicos de energia elétrica, no Estado do Rio de Janeiro.

Por meio das concessões, o Poder Concedente confere aos interessados direitos para gerar, transmitir ou distribuir energia elétrica na respectiva área de concessão durante um determinado período. Tal período tem geralmente a duração de 35 anos para novas concessões de geração e de 30 anos para novas concessões de transmissão ou distribuição. De acordo com o disposto na Lei n.º 9.074/95, os prazos das concessões existentes ou contratadas em períodos anteriores a dezembro de 2002 poderão ser prorrogados uma única vez pelo período de 20 anos, mediante solicitação prévia do concessionário e anuência da ANEEL e do MME.

A Lei de Concessões estabelece, dentre outras disposições, as condições que a concessionária deverá cumprir na prestação de serviços de energia elétrica, os direitos dos consumidores de energia elétrica, e as obrigações da concessionária e do Poder Concedente. Ademais, a concessionária deverá cumprir com o regulamento vigente do setor elétrico. As principais disposições da Lei de Concessões estão descritas de forma resumida, abaixo:

- Serviço adequado. A concessionária deve prestar serviço adequado a fim de satisfazer parâmetros de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade, cortesia na sua prestação, modicidade nas tarifas e acesso ao serviço.
- Servidões. O Poder Concedente pode declarar quais são os bens necessários à execução de serviço ou obra pública de necessidade ou utilidade pública, nomeando-os de servidão administrativa, em benefício de uma concessionária. Neste caso, a responsabilidade pelas indenizações cabíveis é da concessionária.
- Responsabilidade objetiva. A concessionária é a responsável direta por todos os danos que sejam resultantes da prestação de seus serviços, independentemente de culpa.
- Mudanças no controle societário. O Poder Concedente deverá aprovar qualquer mudança direta ou indireta no controle societário da concessionária.
- Intervenção do Poder Concedente. O Poder Concedente poderá intervir na concessão com o fim de assegurar a adequação na prestação do serviço, bem como o fiel cumprimento das normas contratuais, regulamentares e legais pertinentes, caso a concessionária falhe com suas obrigações. No prazo de 30 dias da intervenção, um representante do Poder Concedente deverá iniciar procedimento administrativo no qual é assegurado à concessionária o direito de ampla defesa. Durante o prazo do procedimento administrativo, um interventor indicado por decreto do Poder Concedente ficará responsável pela prestação dos serviços objeto da concessão. Caso o procedimento administrativo não seja concluído em 180 dias após a entrada em vigor do decreto, cessa a intervenção e a concessão retorna à concessionária. A administração da concessão também retornará à concessionária caso o interventor decida pela não extinção da concessão e o seu termo contratual ainda não tenha expirado.
- Extinção antes do Termo Contratual. A extinção do Contrato de Concessão poderá ser determinada por meio de encampação, caducidade, rescisão, anulação do processo licitatório que conferiu a concessão, falência ou extinção da concessionária. Encampação é a retomada do serviço pelo Poder Concedente durante o prazo da concessão, por razões relativas ao interesse público, as quais deverão ser expressamente declaradas por lei autorizativa específica. A caducidade poderá ser declarada pelo Poder Concedente quando: (i) o serviço estiver sendo prestado de forma inadequada ou deficiente, tendo por base as normas, critérios, indicadores e parâmetros definidores da qualidade do serviço; (ii) a concessionária descumprir suas obrigações estipuladas no Contrato de Concessão ou disposições legais ou regulamentares concernentes à concessão; (iii) a concessionária paralisar o serviço ou concorrer para tanto, ressalvadas as hipóteses decorrentes de caso fortuito ou força maior; (iv) a concessionária perder a capacidade técnica, operacional ou econômica de prestar o serviço de forma adequada; (v) a concessionária não cumprir as penalidades eventualmente impostas pelo Poder Concedente, nos prazos devidos; (vi) a concessionária não atender intimação do Poder Concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço; ou (vii) a concessionária for condenada em sentença transitada em julgado por sonegação de tributos, inclusive contribuições sociais. A concessionária tem o direito à ampla defesa no procedimento administrativo que declarar a caducidade da concessão e poderá recorrer judicialmente contra tal ato. A concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados nos bens reversíveis que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados. Nos casos de caducidade, deverão ser descontados da indenização os valores das multas contratuais e dos danos por ela causados.
- Termo contratual. Quando do advento do termo contratual, todos os bens, direitos e privilégios transferidos à concessionária que sejam materialmente relativos à prestação dos serviços de energia elétrica, serão revertidos ao Poder Concedente. Após o advento do termo contratual, a concessionária tem o direito de ser indenizada pelos investimentos realizados em bens reversíveis que não tenham sido completamente amortizados ou depreciados.

Ambientes paralelos para comercialização de energia elétrica

Nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as operações de compra e venda de energia elétrica serão realizadas em dois diferentes segmentos de mercado que funcionam no âmbito da CCEE: (i) o ACR, no qual as Distribuidoras adquirem a energia necessária para atender seus Consumidores Cativos, por meio de licitações reguladas pela ANEEL e operacionalizadas pela CCEE; e (ii) o ACL, onde os Consumidores Livres e comercializadoras de energia elétrica comercializam energia livremente.

Cabe destacar que as Geradoras podem participar dos dois ambientes de contratação, enquanto as comercializadoras estão restritas ao ACL, só podendo vender energia para as Distribuidoras em leilões de ajustes por meio de contratos de curto prazo.



Fonte: Companhia / CCEE

Ambiente de Contratação Regulada – ACR

No ACR, as Distribuidoras compram suas necessidades projetadas de energia elétrica para distribuição a seus Consumidores Cativos. As Distribuidoras deverão contratar a compra de energia elétrica de Geradoras por meio de licitação, na modalidade leilão, coordenada pela ANEEL, diretamente ou por intermédio da CCEE. Compras de energia são feitas por meio de dois tipos de contratos: (i) contratos de quantidade de energia, e (ii) contratos de disponibilidade de energia. Adicionalmente, as Distribuidoras poderão ter como supridores:

- (i) usina de Itaipu Binacional: as Distribuidoras com cotas compulsórias estabelecidas pela ANEEL adquirem integralmente a energia proveniente de Itaipu que for alocada ao Brasil. Esta energia é comercializada pela Eletrobrás. A tarifa associada à energia gerada em Itaipu Binacional é estabelecida em Dólar e contratada de acordo com tratado internacional celebrado entre Brasil e Paraguai. Em consequência, o preço da energia elétrica de Itaipu aumenta ou diminui de acordo com a variação da relação entre o Real e o Dólar. As alterações no preço de venda da energia elétrica gerada em Itaipu Binacional são repassadas integralmente para as tarifas de fornecimento das Distribuidoras quando do reajuste tarifário;
- (ii) geradores com os quais a Distribuidora tenha celebrado Contratos Bilaterais antes da edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, ou seja, todos os contratos celebrados até 16 de março de 2004;
- (iii) geração distribuída: representada por usinas de pequeno porte conectadas diretamente às instalações de distribuição de uma Distribuidora; e
- (iv) usinas integrantes do PROINFA, cuja energia é comercializada pela Eletrobrás.

Nos termos dos CCEAR por quantidade de energia resultantes das licitações no ACR, as Geradoras hidrelétricas se comprometem a fornecer certa quantidade de energia elétrica e assumem o risco de o fornecimento de energia elétrica ser, porventura, prejudicado por condições hidrológicas e baixo nível dos reservatórios, entre outras condições, que poderiam interromper ou reduzir o fornecimento de energia elétrica, caso em que as unidades geradoras ficarão obrigadas a comprar energia elétrica de outra fonte para atender seus compromissos de fornecimento. Nos termos dos CCEARs associados a novos empreendimentos termoeletricos, os contratos foram celebrados na modalidade por disponibilidade de energia e as receitas das unidades geradoras estão garantidas. Eventuais exposições financeiras no mercado *spot* são assumidas pelos agentes de distribuição, garantido o repasse ao consumidor final, sem prejuízo da aplicação de penalidades às Geradoras termoeletricas pela indisponibilidade adicional da usina.

Ambiente de Contratação Livre - ACL

O ACL engloba as vendas de energia elétrica livremente negociada entre Geradoras, Produtores Independentes de Energia Elétrica, autoprodutores, comercializadoras de energia elétrica, importadores de energia elétrica e Consumidores Livres. O ACL também incluirá Contratos Bilaterais existentes entre Geradoras e Distribuidoras, que tenham sido firmados antes da edição da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, os quais permanecerão em vigor até o seu respectivo término.

Modelo setorial de energia elétrica e regras de comercialização

O modelo setorial pode ser resumido em dois importantes pontos: (i) toda Distribuidora de energia elétrica tem a obrigatoriedade de contratar a totalidade de sua carga; e (ii) todo agente vendedor de energia elétrica deve apresentar o correspondente lastro físico para a venda de energia (mediante Energia Assegurada por empreendimento de geração própria ou de terceiros). Os agentes que descumprirem esta obrigação ficarão sujeitos às penalidades impostas pela regulamentação setorial editada pela ANEEL.

A aquisição de energia elétrica no ACR se dá, principalmente, por meio de leilões de energia elétrica, promovidos pelo MME. As Distribuidoras devem cumprir a obrigação de atender à totalidade de seu mercado. Caberá ao MME a definição do montante total de energia a ser ofertado no ACR e a relação de empreendimentos de geração aptos a integrar os leilões a cada ano.

O artigo 17 do Decreto n.º 5163, de 2004 estabeleceu que, a partir de 2005, todo agente de distribuição, comercializador, autoprodutor ou Consumidor Livre deve declarar, até 1º de agosto de cada ano, sua previsão de mercado ou carga, para cada um dos 5 anos subsequentes. Cada agente de distribuição deve declarar, até 60 dias antes de cada leilão de energia proveniente de empreendimentos existentes ou de energia proveniente de novos empreendimentos, os montantes de energia que deve contratar nos leilões (segundo o artigo 18 do Decreto n.º 5163, de 2004). Além disto, as Distribuidoras devem especificar a parcela de contratação que pretendem dedicar ao atendimento a Consumidores Potencialmente Livres.

Ainda segundo o novo modelo, os leilões dedicados ao ACR, de energia proveniente de novos empreendimentos de geração ocorrem: (i) 5 anos antes do início da entrega da energia (denominados leilões “A-5”); e (ii) 3 anos antes do início da entrega da energia (denominados leilões “A-3”). Há, ainda, leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes realizados no ano anterior ao de início da entrega da energia (leilões “A-1”) e para ajustes de mercado, com início de entrega em até 4 meses posteriores ao respectivo leilão (segundo artigo 32 do Decreto n.º 5163, de 2004). Os editais dos leilões são elaborados pela ANEEL, com observância das diretrizes estabelecidas pelo MME, especialmente no que diz respeito à utilização do critério de menor tarifa no julgamento.

Os vencedores de cada leilão de energia realizado no ACR devem firmar os CCEARs, com cada Distribuidora, em proporção às respectivas declarações de necessidade, com o objetivo de diluir os riscos de crédito. A única exceção a esta regra se refere ao leilão de ajuste, no qual cada Distribuidora declara o volume de compra de energia, limitada a 1% da carga contratada do ano (exceto para os anos de 2008 e 2009, quando o limite será de 5%), e o preço máximo que está disposto a pagar. Por esse motivo, os contratos são específicos entre os agentes vendedores e de distribuição interessado. Os CCEARs provenientes dos leilões “A-5” ou “A-3” terão prazo de 15 a 30 anos, enquanto que os CCEARs provenientes dos leilões “A-1” terão prazo de 5 a 15 anos, definido pelo MME (segundo artigo 27 do Decreto n.º 5163, de 2004). Os contratos provenientes do leilão de ajuste terão prazo máximo de 2 anos. Os contratos provenientes dos leilões de energia alternativa terão prazo mínimo de 10 e máximo de 30 anos.

Para os CCEARs decorrentes de leilões de energia proveniente de empreendimentos existentes, há três possibilidades de redução das quantidades contratadas, quais sejam: (i) compensação pela saída de consumidores que se tornarem Consumidores Livres, a partir do segundo ano subsequente ao da declaração que deu origem à respectiva compra; (ii) redução, a critério da Distribuidora, de até 4% ao ano do montante inicialmente contratado para adaptar-se aos desvios do mercado face às projeções de demanda, a partir do segundo ano subsequente ao da declaração que deu origem à respectiva compra; e (iii) adaptação às variações de montantes de energia estipuladas nos contratos de geração firmados antes de 16 de março de 2004, desde que previstas anteriormente a tal data ou relativas a ampliações de PCHs.

No que se refere ao repasse dos custos de aquisição de energia elétrica dos leilões às tarifas dos consumidores finais, foi criado o Valor Anual de Referência - VR, que é uma média ponderada dos custos de aquisição de energia elétrica decorrentes dos leilões “A-5” e “A-3”, calculado para o conjunto de todas as Distribuidoras, o qual será o limite máximo para repasse dos custos de aquisição de energia proveniente de empreendimentos existentes, nos leilões de ajuste, leilões de energia nova e para a contratação de geração distribuída.

O Valor de Referência Anual é um estímulo para que as Distribuidoras façam a aquisição das suas necessidades de energia elétrica nos leilões “A-5”, cujo custo de aquisição é, teoricamente, inferior ao da energia contratada nos leilões “A-3” e o Valor de Referência Anual é aplicado como limite de repasse às tarifas dos consumidores nos 3 primeiros anos de vigência dos contratos de energia provenientes de novos empreendimentos respeitados os limites estabelecidos no artigo 36 do Decreto n.º 5163, de 2004. A partir do 4º ano, os custos individuais de aquisição são repassados integralmente para os leilões cujo suprimento terá início a partir de 1º de janeiro de 2010. O custo da energia dos leilões realizados até 2008 foram integralmente repassados, visto que o período entre os anos de 2005 e 2008 foi considerado como de transição. Excepcionalmente, conforme o art. 39 do Decreto n.º 5163, será integral o repasse dos custos de aquisição de energia adquirida nos leilões de energia de novos empreendimentos de 2005 e 2006, com início de entrega em 2008 e 2009.

Há que se ressaltar a existência das seguintes limitações ao repasse dos custos de aquisição de energia pelas Distribuidoras:

- (i) impossibilidade de repasse dos custos referentes à contratação de energia elétrica correspondente a mais de 103% de sua carga anual. Entretanto, com o objetivo de incentivar as Distribuidoras a sobrecontratarem e, admitindo o nível de incerteza na previsão de suas necessidades, o MME estabeleceu que as Distribuidoras terão o direito de repassar integralmente a seus respectivos consumidores os custos relacionados à energia elétrica por elas adquirida, inclusive a um nível de sobrecontratação de até 103%;
- (ii) quando a contratação ocorrer em um leilão “A-3” e exceder 2% do consumo do agente de distribuição no ano “A-5”, o direito de repasse deste excedente estará limitado ao menor dentre os custos de contratação relativos aos leilões “A-5” e “A-3”;
- (iii) o repasse do custo da energia adquirida em leilões de novos empreendimentos, corresponde à diferença positiva entre o limite inferior de recontração de energia existente (96% da quantidade de energia elétrica dos contratos que se extinguirem no ano dos leilões, subtraídas eventuais reduções), e a energia declarada no respectivo leilão de energia existente será limitado ao Valor de Referência da Energia Existente – VRE, obtido pela aplicação de um redutor ao VR;
- (iv) a contratação de energia proveniente de empreendimentos existentes nos leilões “A-1” realizados nos anos de 2006 a 2008 não poderá exceder a 1% do consumo das Distribuidoras no ano anterior ao leilão, observado que o repasse do custo referente à parcela que exceder este limite estará limitado a 70% do valor médio do custo de aquisição de energia elétrica proveniente de empreendimentos existentes para entrega a partir de 2007 até 2009; e

- (v) caso as Distribuidoras não atendam a obrigação de contratar a totalidade da sua necessidade no ano civil, a energia elétrica adquirida no mercado *spot* será repassada aos consumidores ao menor valor entre o PLD (Preço de Liquidação de Diferenças) e o Valor de Referência Anual, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

Outra opção de gerenciar os riscos de desvios de mercado é o MCSD, por meio do qual as Distribuidoras podem trocar CCEAR a preço de custo. Neste mecanismo as Distribuidoras deficitárias poderão absorver: (i) CCEAR de energia existente associados a redução de CCEAR por Distribuidoras que tiverem saída de consumidores para o mercado livre; (ii) redução de CCEAR por Distribuidoras cujos Contratos Bilaterais preveem início de fornecimento após a realização de tal leilão, desde que firmados antes do Novo Modelo, ou relativos à ampliação de PCHs; e (iii) redução de CCEAR por Distribuidoras que apresentarem variação de mercado acima do previsto. Também está prevista a modalidade de MCSD *Ex-Post*, processado após o final do ano, momento em que as Distribuidoras sobrecontratadas cederiam os direitos dos contratos, mas não os contratos às Distribuidoras deficitárias, a preço de custo, quando o preço de liquidação das diferenças for inferior ao preço médio dos CCEARs, sem causar perdas para as cedentes. Em caso contrário, a cessão dos direitos dos contratos é gratuita.

Restrição de atividades das Distribuidoras (desverticalização)

As Distribuidoras integrantes do SIN não poderão: (i) desenvolver atividades relacionadas à geração ou transmissão de energia elétrica; (ii) comercializar energia no mercado livre; (iii) deter, direta ou indiretamente, qualquer participação em qualquer outra sociedade, ressalvadas aquelas para captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à prestação do serviço de distribuição, de acordo com o art. 4º, parágrafo 5º, da Lei n.º 9.074, de 7 de julho de 1995, com redação dada pela Lei n.º 10.848, de 15 de março de 2004; ou (iv) desenvolver atividades que não tenham relação com suas respectivas concessões, com exceção das permitidas por lei ou no contrato de concessão pertinente. As Geradoras não poderão ser coligadas ou controladas de Distribuidoras. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico concedeu um período de transição de 18 meses para as empresas adaptarem-se a essas regras (findo em setembro de 2005), podendo a ANEEL prorrogar tal prazo por igual período, uma única vez, na hipótese de as empresas não conseguirem atender às exigências dentro do prazo prescrito. Excepcionalmente, as Distribuidoras que estivessem tomando as medidas para atender às regras supracitadas tiveram permissão para celebrar novos contratos sem atender às referidas restrições até dezembro de 2004.

Eliminação do direito à autocontratação (*self-dealing*)

Tendo em vista que a compra de energia elétrica para distribuição a Consumidores Cativos é efetuada somente no ACR, a compra de até 30% de suas necessidades de energia elétrica de partes relacionadas não é mais permitida às Distribuidoras (*self-dealing*), exceto no contexto de contratos devidamente aprovados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. As Distribuidoras podem, no entanto, comprar energia elétrica de partes relacionadas, quando participarem dos processos licitatórios para compra de energia elétrica no ACR e a geradora vencedora da licitação for uma parte relacionada da Distribuidora.

Contratos celebrados anteriormente à Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico expressamente determina que os contratos celebrados pelas Distribuidoras e aprovados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico não podem ser alterados para refletir qualquer prorrogação de seus prazos, aumento de preços ou quantidades de energia elétrica já contratadas, com exceção dos Contratos Iniciais.

De acordo com a Lei do Setor Elétrico, desde o ano de 2002 até o ano de 2005, a energia elétrica contratada sob os Contratos Iniciais foi sendo reduzida em 25% a cada ano. As Geradoras têm permissão para comercializar sua energia elétrica excedente não contratada no ACR ou no ACL, podendo realizar leilões públicos para comercializar qualquer quantidade não contratada com Consumidores Livres ou comercializadoras de energia elétrica.

Leilões de energia nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico

O portfólio de contratos de compra de energia de uma Distribuidora é formado por uma diversidade de contratos de energia nova e existente. As novas regras procuram atender dois objetivos, de certa forma conflitantes: (i) assegurar o suprimento futuro num setor essencial para o crescimento econômico; e (ii) garantir a modicidade tarifária para os Consumidores Cativos. Para isto, a nova regulamentação busca repartir entre Geradoras, Distribuidoras e consumidores do setor elétrico os riscos relativos a sobre e a subcontratação de energia.

No caso das Distribuidoras, foram criados mecanismos de incentivos e penalidades que procuram induzir uma estratégia de contratação que garanta o abastecimento de 100% do mercado em condições de grande incerteza na demanda, evitando tanto a sobrecontratação quanto a subcontratação de energia elétrica, buscando sempre as fontes de menor custo. Para isto, a nova regulamentação estabeleceu um conjunto de instrumentos para gerência de risco para Distribuidoras, o que torna a estratégia de contratação ainda mais complexa.

Leilões de Energia Existente:

Segundo dados da CEEE, desde 7 de dezembro de 2004, quando se realizou o primeiro leilão, até a data deste Prospecto foram realizados sete Leilões de Energia Existente, cujos procedimentos e objetivos encontram-se anteriormente descritos. Tanto no sexto quanto no sétimo e último Leilão de Energia Existente, realizados, respectivamente, em 6 de dezembro de 2007 (com início de suprimento para 2008), e 28 de novembro de 2008 (com início de suprimento para 2009), deixou de haver negociação por falta de oferta. Nos demais leilões, foram negociados 19.805 MW médios, a um preço médio ponderado de R\$66,4/MWh, tendo se verificado uma tendência de acréscimo no preço do MWh nas contratações com prazos de fornecimento mais longos.

A Companhia participou de seis dos sete Leilões de Energia Existente, tendo negociado os seguintes montantes de energia:

- a. 1º Leilão de Energia Existente – Com relação à venda de energia, foram negociados pela Companhia, através de contratos com maturidade de 8 anos: a) 380 MW médios do produto 2005-08, ao preço de fechamento de R\$51,73/MWh ; e b) 130 MW médios do produto 2006-08, ao preço de fechamento de R\$61,12 /MWh. Estes 510 MW médios negociados pela Companhia corresponderam a 3% da energia total vendida no leilão. No tocante à compra de energia, foram negociados pela Companhia, através de contratos com maturidade de 8 anos: a) 39.517.668,082 MWh (563,5 MW médios) do produto 2005-08, ao preço médio de venda de R\$57,51/MWh; b) 44.515.444,972 MWh (634,8 MW médios) do produto 2006-08, ao preço médio de venda de R\$67,33/MWh; e c) 8.549.692,490 MWh (121,9 MW médios) do produto 2007-08, ao preço médio de venda de R\$75,46/MWh. Como resultado final, os 92.582.805,544 MWh (1320,2 MW médios) adquiridos pela Companhia naquela ocasião corresponderam a 7,762% da energia total negociada no leilão;
- b. 2º Leilão de Energia Existente – Foram adquiridos pela Companhia, através de contratos com maturidade de 8 anos, 4.746.411,574 MWh (67,7 MW médios) do produto 2008-08, ao preço médio de venda de R\$83,13/MWh. Como resultado final, os 4.746.411,574 MWh (67,7 MW médios) negociados pela Companhia naquela ocasião corresponderam a 5,11% da energia total negociada no leilão;
- c. 3º Leilão de Energia Existente – Foram vendidos pela Companhia, verticalizada à época, através de contratos com maturidade de 3 anos, 315.648,000 MWh (12,25 MW médios) do produto 2006-03, ao preço de fechamento de R\$63,89/MWh. Como resultado final, os 315.648,000 MWh negociados pela Companhia naquela ocasião corresponderam a 11,77% da energia total negociada no leilão;
- d. 4º Leilão de Energia Existente – Não houve negociação de energia por parte da Companhia;
- e. 5º Leilão de Energia Existente – A Companhia não participou;
- f. 6º Leilão de Energia Existente – Leilão com prazo de duração de 5 anos e início de suprimento em 2008. No entanto, não houve negociação por falta de oferta.
- g. 7º Leilão de Energia Existente – Leilão com prazo de duração de 5 anos e início de suprimento em 2009. No entanto, não houve negociação por falta de oferta.

Leilões de Energia Nova:

Entende-se por energia nova a energia elétrica produzida por novos empreendimentos de geração ou por empreendimentos existentes, mas que ainda não dispunham, em 16 de março de 2004, de contrato de compra e venda de energia homologado pela ANEEL.

Segundo dados da CEEE, desde o primeiro leilão, ocorrido em 16 de dezembro de 2005, realizaram-se sete Leilões de Energia Nova, que, segundo dados disponibilizados no site do CCEE, resultaram numa oferta de 13.887 MW médios para venda, com tarifas médias variando entre R\$106,95 (no caso do 1º Leilão de Energia Nova - Produto Hidro – com início de suprimento em 2008 e maturidade de 30 anos) e R\$145,23/MWh (no caso do 7º Leilão de Energia Nova - Produto 2008 - Outras Fontes – com início de suprimento em 2013 e maturidade de 15 anos). O volume financeiro envolvido foi da ordem de R\$294,8 bilhões.

A Companhia participou como compradora de energia de seis dos sete Leilões de Energia Nova descritos acima, tendo negociado os seguintes montantes de energia:

- 1º Leilão de Energia Nova – Com relação aos empreendimentos hidrelétricos, foram negociados pela Companhia, através de contratos com maturidade de 30 anos: a) 674.030,224 MWh (2,6 MW médios) do produto 2008H30, ao preço médio de venda de R\$106,95/MWh; b) 647.508,302 MWh (2,5 MW médios) do produto 2009H30, ao preço médio de venda de R\$114,28/MWh; e c) 9.346.332,22 MWh (35,5 MW médios) do produto 2010H30, ao preço médio de venda de R\$115,04/MWh. No tocante aos empreendimentos termoeletrônicos, foram negociados pela Companhia, através de contratos com maturidade de 15 anos: a) 2.662.893,635 MWh (20,3 MW médios) do produto 2008T15, ao preço médio de venda de R\$132,26/MWh; b) 6.017.055,174 MWh (45,8 MW médios) do produto 2009T15, ao preço médio de venda de R\$129,26/MWh; e c) 4.531.649,965 MWh (34,5 MW médios) do produto 2010T15, ao preço médio de venda de R\$121,81/MWh. Como resultado final, os 23.879.469,520 MWh adquiridos pela Companhia naquela ocasião corresponderam a 4,23% da energia total negociada no leilão;
- 2º Leilão de Energia Nova – Com relação aos empreendimentos hidrelétricos, foram adquiridos pela Companhia, através de contratos com maturidade de 30 anos, 5.217.594,639 MWh (19,8 MW médios) do produto H30, ao preço médio de venda de R\$126,77/MWh. No tocante aos empreendimentos termoeletrônicos, foram negociados pela Companhia, através de contratos com maturidade de 15 anos, 1.659.530,868 MWh (12,6 MW médios) do produto T-15, ao preço médio de venda de R\$132,39/MWh. Como resultado final, os 6.877.125,507 MWh (32,5 MW médios) adquiridos pela Companhia naquela ocasião corresponderam a 1,93% da energia total negociada no leilão;
- 3º Leilão de Energia Nova – Com relação aos empreendimentos hidrelétricos, foram adquiridos pela Companhia, através de contratos com maturidade de 30 anos, 12.950.470,676 MWh (49,2 MW médios) do produto H30, ao preço médio de venda de R\$120,86/MWh. No tocante aos empreendimentos termoeletrônicos, foram negociados pela Companhia, através de contratos com maturidade de 15 anos, 6.088.314,430 MWh (46,3 MW médios) do produto T-15, ao preço médio de venda de R\$137,44/MWh. Como resultado final, os 19.038.785,106 MWh (95,5 MW médios) negociados pela Companhia naquela ocasião corresponderam a 8,65% da energia total negociada no leilão;
- 4º Leilão de Energia Nova – Foram adquiridos pela Companhia, através de contratos com maturidade de 15 anos, 19.587.605,612 MWh (149,0 MW médios) referentes aos empreendimentos termoeletrônicos, ao preço médio de venda de R\$134,67/MWh. Como resultado final, os 19.587.605,612 MWh negociados pela Companhia naquela ocasião corresponderam a 11,42% da energia total negociada no leilão;

- 5º Leilão de Energia Nova – Com relação aos empreendimentos hidrelétricos, foram adquiridos pela Companhia, através de contratos com maturidade de 30 anos, 4.988.492,904 MWh (19,0 MW médios) do produto H30, ao preço médio de venda de R\$129,14/MWh. No tocante aos empreendimentos termoeletrônicos, foram negociados pela Companhia, através de contratos com maturidade de 15 anos, 5.571.065,137 MWh (42,4 MW médios) do produto T-15, ao preço médio de venda de R\$128,37/MWh. Como resultado final, os 10.559.558,041 MWh (61,3 MW médios) negociados pela Companhia naquela ocasião corresponderam a 2,65% da energia total negociada no leilão;
- 6º Leilão de Energia Nova – A Companhia não participou; e
- 7º Leilão de Energia Nova – Com relação aos empreendimentos hidrelétricos, foram adquiridos pela Companhia, através de contratos com maturidade de 30 anos, 1.516.154,701 MWh (5,8 MW médios) do produto H30, ao preço médio de venda de R\$98,98/MWh. No tocante aos empreendimentos oriundos de outras fontes de geração, foram negociados pela Companhia, através de contratos com maturidade de 15 anos, 18.818.648,967 MWh (143,1 MW médios) do produto OF-15, ao preço médio de venda de R\$145,23/MWh. Como resultado final, os 20.334.803,668 MWh (148,9 MW médios) negociados pela Companhia naquela ocasião corresponderam a 4,76% da energia total negociada no leilão.

Leilões de Ajuste:

Segundo dados da CEEE, até a data deste Prospecto, realizaram-se nove Leilões de Ajuste, sendo que nos oito primeiros foram negociados 3.261,5 GWh, segundo dados disponibilizados no site do CCEE. Conforme Edital 001/2009 – CCEE, o nono e último Leilão de Ajuste foi realizado no dia 20 de fevereiro de 2009, com a contratação de 8.668,4 GWh equivalendo a um total de R\$1.262,8 milhões. As quantidades de MW médio negociados revelaram-se as maiores até então e os preços da energia situaram-se em torno do Valor de Referência (R\$145,77/MWh).

A Companhia participou de quatro dos nove Leilões de Ajuste descritos acima, tendo negociado os seguintes montantes de energia:

- 1º Leilão de Ajuste – Não houve negociação de energia;
- 2º Leilão de Ajuste – A Companhia não participou;
- 3º Leilão de Ajuste – A Companhia não participou;
- 4º Leilão de Ajuste – A Companhia não participou;
- 5º Leilão de Ajuste – Não houve negociação de energia;
- 6º Leilão de Ajuste – Foram adquiridos pela Companhia 131.760,00 MWh (30 MW médios) do produto LIG121SE, pelo valor de R\$139,05/MWh, correspondentes a 9,09% da energia total negociada no leilão;
- 7º Leilão de Ajuste – Não houve negociação de energia por parte da Companhia;
- 8º Leilão de Ajuste – Não houve negociação de energia por parte da Companhia; e
- 9º Leilão de Ajuste – Foram negociados pela Companhia 216.672 MWh (74 MW médios) do produto LIG0403SE e 591.111,5 MWh (80,5 MW médios) do produto LIG1003SE, ambos pelo valor de R\$145,77/MWh, correspondentes a 9,3% da energia total negociada no leilão.

Leilão de Energia de Fontes Alternativas:

Os “Leilões de Fontes Alternativas” foram regulamentados por meio do Decreto n.º 6048, de 27 de fevereiro de 2007, tendo por objetivo estabelecer mais um mecanismo para atender o mercado consumidor das Distribuidoras.

Segundo dados da CEEE, nesse leilão, realizado em 18 de junho de 2007, foram adquiridos um total de 12.096.528,00 MWh (46 MW médios), através de contratos com maturidade de 30 anos para os empreendimentos hidrelétricos ao preço médio de R\$134,99/MWh, e um total de 18.409.440,00 MWh (140 MW médios) através de contratos com maturidade de 15 anos para os termoeletricos ao preço médio de R\$138,85/MWh. A energia contratada será entregue a partir de 1 de janeiro de 2010.

Nesta oportunidade foram adquiridos pela Companhia 1.121.714,985 MWh referentes aos empreendimentos hidrelétricos e 1.707.113,387 MWh referentes aos empreendimentos termoeletricos, correspondentes a 9,27% da energia total negociada no leilão.

Leilão UHE Santo Antônio:

O aproveitamento hidrelétrico de Santo Antônio foi indicado como projeto de geração com prioridade de licitação e implantação por meio da Resolução CNPE n.º 04, de 28 de setembro de 2007. O “Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente da Usina Hidrelétrica Santo Antônio” foi realizado em 10 de dezembro de 2007 e a quantidade negociada foi de 1.442,01 MW médios, que totalizará 379.236,14 GWh em 30 anos. A energia contratada será entregue a partir de janeiro de 2012 e o preço final de venda ficou em R\$78,87/MWh.

Segundo dados da CEEE, nesta oportunidade foram adquiridos pela Companhia 10.060.753,354 MWh, correspondentes a 2,653% da energia total negociada no leilão.

Leilão UHE Jirau:

Segundo dados da CEEE, em 19 de maio de 2008 realizou-se o “Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente da Usina Hidrelétrica Jirau”, que resultou em um preço de venda de energia de R\$71,37/MWh. A UHE Jirau agregará, em 2016 (data prevista para ocorrer à conclusão da planta), ao SIN 3.300 MW de potência instalada, produzindo 1.975,3 MW médios de energia elétrica. A ANEEL licitou, em 26 de novembro de 2008, para implantação, operação e manutenção do Madeira as linhas de transmissão e subestações que deverão integrar o complexo do Rio Madeira, em Rondônia, ao sistema interligado, com deságio médio de 7,15%.

O consórcio vencedor do Leilão da UHE Jirau, formado pelas empresas Suez Energy South América Participações Ltda. (50,1%), Camargo Corrêa Investimentos em Infra-Estrutura S.A. (9,9%), Eletrosul – Centrais Elétricas S.A. (20%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco – CHESF, informou que negociará 30% da Energia Assegurada no ACL, devendo os 70% restantes ser comercializados no ACR, pelo preço de venda do Leilão em contratos de 30 anos e com início de suprimento em janeiro de 2013.

Nesta oportunidade foram adquiridos pela Companhia 17.521.478,628 MWh, correspondentes a 5,026% da energia total negociada no leilão.

Escassez de energia e racionamento

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que em situação de redução compulsória do consumo de energia elétrica em certa região, a ser decretado pelo Poder Concedente, que afete um comprador de energia elétrica, todos os CCEARs por quantidade registrados na CCEE terão seus valores ajustados na mesma proporção da redução de consumo.

Encargos setoriais

Reserva Global de Reversão – RGR

A RGR foi criada pelo Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957. A RGR refere-se a um valor anual estabelecido pela ANEEL com a finalidade de prover recursos para reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. As concessionárias fazem recolhimentos mensais da quota de RGR à Eletrobrás, a gestora dos recursos arrecadados, a uma taxa anual equivalente a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço, respeitado o limite máximo equivalente a 3% da receita operacional líquida anual. A Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, previu a expiração da RGR em 2010.

Uso de Bem Público

O Governo Federal também impôs um encargo aos Produtores Independentes que se utilizam de recursos hídricos (com exceção das PCHs), o chamado Fundo de Uso de Bem Público, muito similar à RGR, calculado anualmente pela ANEEL com base no uso do bem público por cada Produtor Independente e pago mensalmente. Os Produtores Independentes estão obrigados a fazer contribuição ao Fundo de Uso de Bem Público, a partir de uma data estipulada até o final do prazo da concessão. A Eletrobrás recebeu os pagamentos deste encargo até 31 de dezembro de 2002, a partir de quando os pagamentos passaram a ser feitos para o MME. Todos os pagamentos subsequentes foram efetuados diretamente ao Governo Federal.

Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis – CCC

A CCC, criada pelo Decreto n.º 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem como finalidade o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis (óleo combustível, óleo diesel e carvão) para geração de energia termoeletrônica.

Os recursos da CCC são administrados pela Eletrobrás. O papel da ANEEL é o de fixar os valores das cotas anuais da CCC que são recolhidos nas contas de luz pelas Distribuidoras. As contribuições anuais são calculadas, para cada Distribuidora, proporcionalmente ao seu mercado, com base em estimativas do custo de combustível necessário às usinas térmicas para o ano subsequente.

Os subsídios da CCC do Sistema Interligado foram progressivamente eliminados no prazo de 3 anos com início em 2003 para usinas termelétricas construídas antes de fevereiro de 1998 e, atualmente, pertencentes ao SIN. As usinas termelétricas construídas após essa data não terão direito a subsídios da CCC. Em abril de 2002, o Governo Federal estabeleceu que os subsídios da CCC continuassem a ser pagos às usinas térmicas localizadas em sistemas isolados durante um período de 20 anos com o fim de promover a geração de energia elétrica nessas regiões.

Até 2005, as cotas de CCC eram estabelecidas para os seguintes sistemas elétricos: (i) Sistema Interligado Sul/Sudeste/Centro-Oeste; (ii) Sistema Interligado Norte/Nordeste; e (iii) Sistemas Isolados. De acordo com a Lei n.º 9.648/98 e a Resolução ANEEL n.º 261, de 13 de agosto de 1998, a partir de 1º de janeiro de 2006, ficou extinto o benefício da CCC para geração de energia elétrica nos Sistemas Interligados.

Conta de Desenvolvimento Energético – CDE

Em abril de 2002, o Governo Federal criou a CDE, por meio da Lei n.º 10.438, de 26 de abril de 2002, objetivando promover: (i) o desenvolvimento energético dos Estados; (ii) a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, PCHs, Biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelo SIN; e (iii) a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional. A CDE terá a duração de 25 anos e seus recursos serão movimentados pela Eletrobrás.

Os recursos da CDE são provenientes dos (i) pagamentos anuais realizados a título de uso de bens públicos, (ii) das multas aplicadas pela ANEEL aos concessionários, permissionários e autorizados; e (iii) dos pagamentos das cotas anuais por todos os agentes que comercializem energia com consumidores finais.

Os recursos da CDE poderão ser utilizados, ainda, para subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade tarifária de fornecimento de energia aos consumidores da subclasse residencial baixa renda quando os recursos provenientes do adicional de dividendos devidos à União pela Eletrobrás, associado às receitas adicionais auferidas pelas Geradoras com a comercialização de energia elétrica nos leilões públicos não forem suficientes. São considerados consumidores de baixa renda aqueles atendidos por circuito monofásico, com consumo mensal situado entre 80 e 220 kWh/mês e que comprove sua inscrição no cadastro único do Governo Federal ou sua condição de beneficiário do programa Bolsa Família do Governo Federal até 27 de fevereiro de 2006.

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE

A ANEEL também cobra uma taxa de fiscalização dos agentes e concessionárias que prestam serviços de energia elétrica. Essa taxa é denominada Taxa TFSEE. A TFSEE foi criada de acordo com a Lei n.º 9.427, de 26 de dezembro de 1996 e regulamentada pelo Decreto n.º 2.410, de 28 de novembro de 1997, e é equivalente a 0,5% do benefício econômico anual realizado pela concessionária. A determinação do “benefício econômico” tem como base a Capacidade Instalada de Geradoras e concessionárias de transmissão autorizadas ou os faturamentos anuais das Distribuidoras.

Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

De acordo com a Lei n.º 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias de serviço público de geração e transmissão de energia são obrigadas a investir anualmente ao menos 1% de sua receita operacional líquida em P&D, com exceção das companhias que geram energia por meio de fontes eólica, solar, Biomassa e PCH.

Até 31 de dezembro de 2010, as concessionárias e permissionárias do serviço público de distribuição devem aplicar 0,50% de sua receita operacional líquida para P&D e 0,50% para programas de eficiência energética. A partir de 1º de janeiro de 2011, as porcentagens passam a ser 0,75% e 0,25%, respectivamente.

ONS

As Distribuidoras pagam mensalmente valores relativos ao custeio das atividades do ONS. Anualmente, o ONS submete à aprovação da ANEEL seu orçamento e os valores das contribuições mensais de seus associados.

Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH

A CFURH foi criada pela Lei n.º 7.990, de 28 de dezembro de 1989. De acordo com a Lei n.º 9.648, de 27 de maio de 1998, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como os órgãos da administração direta da União, recebem uma compensação financeira das Geradoras pelo aproveitamento de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica. A origem dessa arrecadação tem como base de cálculo a energia elétrica produzida, em que se aplica um percentual de 6,75%, sendo que 6% são pagos para os Estados e os Municípios nos quais a planta ou o reservatório se localizam, ao Ministério de Meio Ambiente, ao MME e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT (criado pelo Decreto-Lei n.º 716 de 31 de julho de 1969, e restabelecido pela Lei n.º 8.172 de 18 de janeiro de 1991) e 0,75% são destinados à Agência Nacional de Águas. Ressalte-se que esse encargo não é aplicável às PCHs, em virtude da isenção estabelecida na Lei do Setor Elétrico.

Segmento de Geração de Energia Elétrica

As características físicas do Brasil, em especial a grande extensão territorial e a existência de rios caudalosos, foram determinantes para a implantação de um parque gerador de energia elétrica de base predominantemente hidráulica, fonte primária renovável de geração de energia.

Processo de Outorga

Nos termos da Constituição Federal de 1988, os potenciais de energia hidráulica são bens da União (art. 20, VII), sendo assegurada aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, bem como a órgãos da administração direta da União, participação no resultado da exploração de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica ou compensação financeira por essa (art. 20, § 1º).

A Constituição Federal também estabelece que compete à União, explorar (diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão) o aproveitamento energético dos cursos de água (art. 21, XII, b, XII, b).

A concessão ou permissão contemplará os seguintes aproveitamentos:

- Aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência superior a 1.000 kW e a implantação de usinas termelétricas de potência superior a 5.000 kW, destinados a execução de serviço público (Lei 9.074/95, art. 5º);
- Aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência superior a 1.000 kW, destinados à produção independente de energia elétrica (Lei 9.074/95, art. 5º); e
- Aproveitamento de potenciais hidráulicos de potência superior a 10.000 KW, destinados ao uso exclusivo de autoprodutor – UBP (Lei 9.074/95, art. 5º).

A autorização será concedida para:

- Implantação de usinas termelétricas, de potência superior a 5.000 KW, destinada a uso exclusivo do autoprodutor (Lei 9.074/95, art. 7º);
- Aproveitamento de potenciais hidráulicos, de potência superior a 1.000 Kw e igual ou inferior a 10.000 kW, destinados a uso exclusivo do autoprodutor (Lei 9.074/95, art. 7º);
- Aproveitamento de potencial hidráulico de potência superior a 1.000 kw e igual ou inferior a 30.000 kW, destinado a produção independente ou autoprodução, mantidas as características de pequena central hidrelétrica (Lei 9.427/96, art. 26); e
- Acréscimo de capacidade de geração, objetivando o aproveitamento ótimo do potencial hidráulico (Lei 9.472/96, art.26).

Sendo assim, os agentes de geração são classificados em:

- Agentes de Geração: titular de concessão, permissão ou autorização para fins de geração de energia elétrica;
- Autoprodutor: titular de concessão, permissão ou autorização para produzir energia elétrica para seu uso exclusivo; e
- Produtor Independente: pessoa jurídica ou consórcio de empresas titular de concessão, permissão ou autorização para produzir energia elétrica destinada ao comércio de toda ou parte da energia produzida, por sua conta e risco.

Remuneração das Geradoras

Ao contrário das Distribuidoras, as Geradoras não têm, em seus contratos de concessão, a fixação de tarifas, tampouco mecanismos de reajuste e revisão destas.

Anteriormente ao Novo Modelo do Setor Elétrico, as Geradoras comercializavam a sua energia por meio de Contratos Iniciais, os quais tinham tarifas fixadas pela ANEEL, conforme previsto na Lei do Setor Elétrico ou por meio de Contratos Bilaterais cujos preços eram livremente negociados entre as partes.

Desde a promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as Geradoras somente podem vender sua energia para as Distribuidoras por meio de leilões públicos conduzidos pela ANEEL e operacionalizados pela CCEE. No ACL, as Geradoras podem vender sua energia a preços livremente negociados a comercializadoras, Distribuidoras com mercado inferior a 500GWh/ano e Consumidores Livres.

Nos Contratos Bilaterais firmados e homologados pela ANEEL anteriormente à promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, os preços negociados entre as Geradoras e Distribuidoras eram, geralmente, influenciados pela limitação de repasse dos custos de aquisição de energia às tarifas cobradas pelas Distribuidoras de seus consumidores finais. O repasse de energia adquirida por meio desses contratos é limitado por um valor estabelecido pela ANEEL chamado de “Valor Normativo”. Para os Contratos Bilaterais celebrados sob a vigência da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, a limitação ao repasse de custos pelas Distribuidoras é baseada no Valor de Referência Anual, conforme descrito acima.

Essas limitações ao repasse pelas Distribuidoras dos custos de aquisição de energia acabam influenciando os preços de energia ofertados pelas Geradoras, uma vez que estes devem ser inferiores ao Valor de Referência Anual para serem competitivos e passíveis de aprovação pela ANEEL.

As Geradoras hidráulicas contam, ainda, com o MRE, o qual tem por objetivo compartilhar riscos hidrológicos, de forma a ter assegurada a receita correspondente à sua Energia Assegurada.

Os geradores, membros do MRE, que produziram energia além de seus níveis de Energia Assegurada são compensados por custos variáveis de Operação e Manutenção - O&M e custos com o pagamento de *royalties* pelo uso da água. As geradoras do MRE que não tiverem gerado seus níveis de Energia Assegurada devem pagar custos de Operação e Manutenção - O&M e custos com os *royalties* pelo uso da água às geradoras que produziram acima de seus respectivos níveis de Energia Assegurada durante o mesmo período. Atualmente, a TEO – Tarifa de Energia de Otimização paga pelas Geradoras que recebem alocação de energia do MRE é de R\$8,18/MWh para todas as Geradoras que forneceram seu adicional de energia gerada ao MRE (conforme determinado na Resolução Normativa da ANEEL n.º 755/2008).

Segmento de Distribuição de Energia Elétrica no Brasil

Até meados da década de 1990, o setor de distribuição de energia elétrica no Brasil era explorado em sua quase totalidade por empresas estatais. Nos dias de hoje, após diversos processos licitatórios, é bastante fragmentado, operando com 64 Distribuidoras em todo território nacional, das quais as 10 maiores representaram 59% da energia vendida, em 2008.

Atualmente, as Distribuidoras só podem oferecer serviços a seus clientes cativos dentro das respectivas áreas de concessão, sob condições e tarifas reguladas pela ANEEL. Dessa forma, se a Distribuidora decidir por praticar algum desconto no valor da tarifa regulada, deve ser levado em consideração o princípio da isonomia.

Em 2008, segundo dados da EPE, o segmento de distribuição de energia elétrica no Brasil demandou 392.764 GWh, dos quais 24,1% foram para clientes residenciais, 45,8 % para clientes industriais, 15,8% para clientes comerciais e 14,3% para outros tipos de clientes. O número total de clientes residenciais, em 31 de dezembro de 2008, era de aproximadamente 53,9 milhões.

A distribuição é efetuada por 64 concessionárias, sendo 24 empresas privadas (37%), 21 privatizadas (34%), 4 municipais (6%), 8 estaduais (12%) e 7 federais (11%), conforme mapa e gráfico abaixo:



Fonte: ANEEL

Consumo de Energia Elétrica

Consumo Nacional

O quadro a seguir demonstra a evolução histórica do consumo de energia elétrica na rede do Brasil, por classe de consumo, desde 1995 (em GWh):

Ano	Residencial	Comercial	Industrial e Outros	Total
1995	63.581	32.291	154.010	249.882
1996	69.056	34.775	155.910	259.741
1997	74.071	38.180	163.303	275.554
1998	79.378	41.587	165.482	286.447
1999	81.291	43.588	166.839	291.718
2000	83.613	47.510	175.505	306.628
2001	73.770	44.668	164.100	282.538
2002	72.752	45.407	172.136	290.295
2003	76.143	48.375	182.638	307.156
2004	78.577	50.082	193.373	322.032
2005	83.193	53.492	198.726	335.411
2006	85.810	55.222	207.226	348.258
2007	89.885	58.647	229.830	378.362
2008	94.660	62.156	235.948	392.764

Fonte: EPE.

Vale ressaltar a queda no consumo de energia no período do racionamento (2001 e 2002) em que, na maior parte do País, os consumidores foram forçados a reduzir consumo per capita em 20%. Para conseguir atender essa exigência, foi necessário adaptar hábitos cotidianos para atingir o uso mais eficiente da energia, herança esta que o consumidor incorporou em seu dia a dia, e também pela saída de consumidores que antes compravam energia das Distribuidoras e hoje compram energia livremente (Consumidores Livres).

A tabela abaixo apresenta o consumo no Brasil de Consumidores Cativos e Consumidores Livres por região, por classe de consumo no ano de 2008.

Consumo total de energia elétrica (clientes cativos e livres) em 2008

Região / Classe	Residencial	Industrial	Comercial	Outros	Total
	GWh	GWh	GWh	GWh	GWh
Brasil	94.660	179.977	62.156	55.971	392.764
Sudeste	51.410	101.834	35.016	25.931	213.651
Centro – Oeste	7.117	6.196	4.808	5.448	23.568
Sul	15.366	29.948	10.456	11.275	67.044
Nordeste	15.785	29.251	8.910	10.806	64.753
Norte	4.983	12.748	2.966	3.051	23.748
Light SESA*	7.388	6.823	6.144	3.343	23.689

Fonte: EPE / LIGHT

* Considera energia medida dos Clientes Livres.

No primeiro trimestre de 2009, o segmento de distribuição de energia elétrica no Brasil demandou 93.858 GWh, dos quais 26,9% foram consumidos pelos clientes residenciais, 40,6 % para clientes industriais, 17,6% para clientes comerciais e 14,9% para outros tipos de clientes. Em março de 2009, o País contava com 54,5 milhões de residências cadastradas nas Distribuidoras. O quadro abaixo apresenta o consumo acumulado de janeiro a março de 2009, de Consumidores Cativos e Consumidores Livres por região do Brasil, por classe de consumo e seus respectivos crescimentos, bem como a variação em relação ao mesmo período de 2008:

Consumo total de energia elétrica (clientes cativos e livres) no 1º trimestre de 2009

Região / Classe	Residencial		Industrial		Comercial		Outros		Total	
	GWh	var %	GWh	var %	GWh	var %	GWh	var %	GWh	var %
Brasil	25.212	5,9	38.085	-12,5	16.565	5,3	13.995	1,2	93.857	-3,1
Sudeste	13.716	6,0	20.662	-16,2	9.326	4,9	6.106	0,5	49.810	-5,2
Centro – Oeste	7.871	8,7	1.391	-1,0	1.269	9,8	1.275	9,4	5.806	6,6
Sul	4.162	4,8	6.504	-10,4	2.928	5,9	3.199	-0,7	16.793	-2,4
Nordeste	4.231	5,6	6.572	-8,3	2.318	3,6	2.675	0,7	15.796	-1,7
Norte	1.232	5,8	2.956	-2,9	724	6,2	740	5,0	5.652	1,1
Light SESA*	2.163	6,7	889	-12,9	1.670	4,2	867	1,7	5.589	1,6

Fonte: EPE / LIGHT

* Considera energia medida dos Clientes Livres.

Consumo regional

A Companhia desenvolve suas atividades na região Sudeste do País, particularmente no Estado do Rio de Janeiro. O Estado do Rio de Janeiro faz divisa com os Estados de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, formando, juntamente com estes estados, a região mais desenvolvida do País, que respondeu, segundo dados mais recentes do IBGE, referentes ao ano de 2006 por 56,8% do PIB brasileiro. O Estado do Rio de Janeiro, que, em 2006 gerou 12,3% do PIB nacional naquele mesmo ano, possui, atualmente, uma área de cerca de 43.766,6 Km² (0,5% do território nacional), dividida em 92 municípios com cerca de 4,5 milhões de residências particulares, equivalentes a 10% do total nacional, concentrando uma população total de aproximadamente 15,6 milhões de habitantes (8,4% da população brasileira) e uma população ativa de aproximadamente 6,7 milhões de habitantes. Segundo dados do Centro de Informação e Dados do Rio de Janeiro (Fundação CIDE), a densidade populacional do Estado é uma das maiores do País, com 352,6 habitantes/km².

As Distribuidoras que atendem o Estado do Rio de Janeiro são Light SESA, Ampla Energia e Serviços S.A. e Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF. Em quantidade de Consumidores Cativos, a Light SESA detinha 59%, Ampla 40% e CENF 1%, tendo como base o primeiro trimestre de 2009.

Segundo o PDEE para o período de 2008 a 2017, que contempla uma visão integrada da expansão da demanda e da oferta de fontes energéticas, o crescimento da demanda por energia elétrica na região sudeste, onde se situa a área de concessão da Companhia, é estimado em cerca de 4,7% ao ano, em média.

Tarifas de Distribuição de Energia Elétrica

A tarifa média de fornecimento no Brasil tende a ter seu valor mais baixo se comparado a outros países, em razão de haver no Brasil um parque de geração de energia predominantemente hidrelétrico, cabendo destacar o potencial brasileiro de energia renovável a ser explorado.

O mecanismo de controle tarifário foi, historicamente, uma forma de incentivar a substituição de outras fontes de energia pela hidrelétrica. No entanto, as altas taxas de juros e o uso das tarifas como instrumento de controle inflacionário, iniciado na década de 80, reduziram o incentivo a investir em geração, aumentando a possibilidade de um racionamento.

Após a criação da ANEEL, em 1997, a agência passou a regular as tarifas praticadas pelas Distribuidoras, tendo por base o contrato de concessão que estabelece, dentre outros, as tarifas a serem praticadas e os respectivos critérios de reajuste/revisão. Nesse ambiente regulatório, a tarifa é diferenciada de acordo com o tipo de consumidor (classe de consumo) e a tensão do fornecimento (grupo/subgrupo).

A estrutura da tarifa de distribuição é composta por custos de compra de energia, distribuição, transmissão, tributos, encargos setoriais e sociais. Destaca-se que a Distribuidora é o agente que arrecada e repassa estes custos para todos os setores.

Reajustes e Revisões Tarifárias

Os valores das tarifas de energia elétrica (uso da rede e fornecimento) são reajustadas anualmente pela ANEEL (reajuste periódico anual), revistas periodicamente (revisão tarifária periódica) a cada 4 ou 5 anos, dependendo do contrato de concessão e, por fim, podem ser revistos em caráter extraordinário (revisão tarifária extraordinária).

A ANEEL divide a receita das Distribuidoras em duas parcelas correspondentes aos seguintes custos: (i) custos não-gerenciáveis pela Distribuidora, chamados custos da Parcela A; e (ii) custos gerenciáveis pela Distribuidora, ou custos da Parcela B.

Os custos da Parcela A incluem os seguintes itens:

- (i) custos de aquisição de energia elétrica obtidos dos leilões públicos promovidos pela ANEEL;
- (ii) custos de aquisição de energia elétrica de Itaipu Binacional;
- (iii) custos de aquisição de energia elétrica em Contratos Bilaterais;
- (iv) custos referentes aos encargos de conexão e uso dos sistemas de transmissão e distribuição; e
- (v) encargos setoriais: CCC, CDE, RGR, TFSEE, PROINFA, ESS, ONS, P&D, e CFURH.

O repasse do custo de aquisição de energia elétrica sob contratos de fornecimento celebrados antes da vigência da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico às tarifas está sujeito a um limite máximo baseado no valor normativo estabelecido pela ANEEL para cada fonte de energia, tais como energia hidrelétrica, energia termelétrica ou fontes alternativas de energia. O valor normativo é reajustado anualmente para refletir aumentos nos custos incorridos pelas Geradoras. Este reajuste leva em consideração: (i) a inflação; (ii) os custos incorridos em moeda estrangeira; e (iii) os custos de combustível (tal como gás natural). Os custos incorridos em moeda estrangeira não podem ultrapassar 25% dos custos das Geradoras.

A Parcela B compreende os custos que estão sob o controle das concessionárias, tais como os custos de capital e os custos de operação e manutenção, sendo os custos operacionais os mais relevantes. A cada reajuste, a Parcela B é obtida como resultado da subtração da Parcela A da receita total auferida no período de referência, que é definido como o período transcorrido entre o último reajuste e o que está em processamento, ou seja, a Parcela B é obtida residualmente.

O reajuste periódico anual das tarifas baseia-se em uma fórmula paramétrica, definida no Contrato de Concessão. Nele, os custos da Parcela A são em geral integralmente repassados às tarifas. Os custos da Parcela B, por sua vez, são corrigidos de acordo com a variação do IGP-M, ajustado por um elemento chamado fator X (componente que busca induzir as Distribuidoras na busca da eficiência operacional). O resultado é o Índice de Reajuste Tarifário Anual (IRT).

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 ou 5 anos (cada contrato tem um período distinto, e no caso da Companhia a revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos). Essas revisões são realizadas pela ANEEL tendo como princípios: (i) as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, (ii) os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional e (iii) os estímulos à eficiência e a modicidade das tarifas. Desta forma, nos processos de revisão tarifária periódica implementados pela ANEEL, todos os custos da Parcela B são recalculados com vistas a assegurar que a Parcela B seja suficiente para: (i) a cobertura dos custos operacionais eficientes; (ii) a remuneração adequada dos investimentos prudentes considerados essenciais aos serviços objeto da concessão de cada Distribuidora; e (iii) determinar fator X.

O fator X é utilizado para ajustar o IGP-M empregado nos reajustes anuais subsequentes e é definido com base em dois componentes: (a) ganhos previstos de produtividade; e (b) IPC-A sobre a parcela mão-de-obra dos custos operacionais. Por conseguinte, quando da conclusão de cada reajuste tarifário, a aplicação do fator X faz com que as Distribuidoras compartilhem seus ganhos de produtividade com os consumidores finais.

Em 2006, a ANEEL deu início ao aperfeiçoamento das metodologias utilizadas no primeiro ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, através da audiência pública 008/2006.

Esta audiência culminou na Resolução nº 234/2006, que estabeleceu “os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica”.

Em 20 de dezembro de 2007, a ANEEL deu início à audiência pública 052/20007, com o objetivo de obter subsídios e informações adicionais para o aprimoramento da Resolução Normativa ANEEL nº 234/2006. Os temas abordados foram empresa de referência, fator X, perdas técnicas, perdas não técnicas, receitas irrecuperáveis e base de remuneração regulatória. O processo da audiência pública terminou em 25 de novembro de 2008, com a homologação da Resolução Normativa ANEEL nº 338/2008, que alterou os conceitos gerais, as metodologias aplicáveis e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de Revisão Tarifária Periódica das concessionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica.

Ademais, as Distribuidoras têm direito a revisão tarifária extraordinária, caso a caso, de maneira a assegurar o equilíbrio financeiro de seus contratos de concessão e a compensação por custos imprevistos que modifiquem de maneira significativa sua estrutura de custos.

Segmento de Comercialização de Energia Elétrica no Brasil

A comercialização de energia teve início no Brasil na segunda metade da década de 90, quando os mercados desregulamentados de energia elétrica começaram a surgir a partir da Lei nº 9.074/95, que criou a figura do Consumidor Livre. A partir de então, o mercado livre teve franco crescimento e hoje é responsável por cerca de 25% da energia consumida no Brasil. Através do eficiente gerenciamento de riscos, as comercializadoras ajudam a garantir energia a preços estáveis e garantem liquidez e transparência ao mercado de energia elétrica.

Os agentes comercializadores atuam basicamente de três maneiras: (i) *trader* - compra e vende energia elétrica em nome próprio, em mercados livres e organizados, assumindo os riscos do mercado; (ii) *broker* - intermedeia as negociações e os contatos entre o vendedor e o comprador, utilizando seus conhecimentos do mercado para gerar novos negócios; e (iii) Consultor – realiza estudos de prospecção e viabilidade, assim como presta serviços no ambiente livre na CCEE.

Consumidor Livre

De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, o Consumidor Potencialmente Livre é aquele com demanda igual ou superior a 3 MW, atendido em tensão igual ou superior a 69 kV ou em qualquer tensão, desde que o suprimento tenha se iniciado após 7 de julho de 1995, podendo optar entre: (i) continuar sendo atendido pela Distribuidora local; (ii) comprar energia elétrica diretamente de um Produtor Independente ou de autoprodutores com excedentes (mediante autorização da ANEEL); ou (iii) comprar energia elétrica por meio de um comercializador.

A legislação ainda prevê a existência dos consumidores “especiais”, que são aqueles com demanda contratada entre 500 kW e 3 MW, atendidos em qualquer tensão, que podem optar por adquirir energia de fontes incentivadas (eólica, Biomassa, PCHs). Estes consumidores recebem um incentivo para consumo desta energia através da concessão de desconto na componente “fio” da TUSD que pode variar de 50% até 100%.

A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico deixa claro que as Distribuidoras não podem vender energia elétrica a um Consumidor Livre diretamente.

A lei estabelece, ainda, que a opção de o Consumidor Livre voltar a ser um Consumidor Cativo deverá ser feita com antecedência mínima de 5 anos. Esse prazo foi estipulado levando-se em consideração a determinação de que as Distribuidoras devem contratar o montante de energia elétrica de acordo com as suas próprias previsões, feitas com 5 anos de antecedência. O novo modelo permite, mas não obriga, à Distribuidora flexibilizar estes prazos.

A legislação, a princípio, estabeleceu algumas condições e limites mínimos de consumo e tensão para definir quais os consumidores que poderiam fazer a opção para a categoria de Consumidor Livre. Estes limites seriam reduzidos ao longo dos anos, de forma a permitir que, cada vez mais, um número maior de consumidores pudesse fazer a opção por tal categoria, até chegar o momento em que todos os consumidores, de todas as classes, pudessem escolher quem será seu fornecedor de energia elétrica. Atualmente, a demanda necessária para que os consumidores façam essa opção é de 3 MW.

A lei assegurou aos fornecedores e respectivos Consumidores Livres acesso aos sistemas de distribuição e transmissão de concessionárias e permissionárias de serviço público, mediante ressarcimento dos encargos de uso da rede elétrica e dos custos de conexão.

Com estas medidas, busca-se proteger tanto o Consumidor Cativo como a Distribuidora, evitando que a saída do Consumidor Livre possa onerar a tarifa dos Consumidores Cativos.

Segmento de Transmissão de Energia Elétrica no Brasil

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias é feito utilizando-se uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230kV, que se denomina Rede Básica.

As linhas de transmissão no Brasil são normalmente extensas, uma vez que as grandes usinas hidrelétricas estão geralmente situadas a distâncias consideráveis dos centros consumidores de energia. Hoje, o País está quase totalmente interligado. Apenas o Amazonas, Roraima, Acre, Amapá, Rondônia e parte do Pará ainda não fazem parte do SIN. Nestes Estados, o abastecimento é feito por pequenas usinas termelétricas ou por usinas hidrelétricas situadas próximo às suas capitais.

O SIN permite que as diferentes regiões permutem energia entre si, quando uma delas apresenta queda no nível dos reservatórios. Como o regime de chuvas é diferente nas regiões Sul, Sudeste, Norte e Nordeste, as linhas de transmissão de mais alta tensão (500kV ou 750kV) possibilitam que os pontos com produção insuficiente de energia elétrica provenientes de energia hidráulica sejam abastecidos por centros de geração em situação favorável, compensando as variações nos regimes hidrológicos.

Qualquer agente do setor elétrico que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica. Também o Consumidor Livre tem este direito assegurado, uma vez atendidas certas exigências técnicas e legais. É o chamado livre acesso, que é assegurado em lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do ONS, que tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do SIN.

Tarifas e Encargos de Uso dos Sistemas de Distribuição e Transmissão

A ANEEL fiscaliza e regulamenta o acesso aos sistemas de distribuição e transmissão e estabelece as tarifas e encargos pelo uso e acesso a tais sistemas. As tarifas são a TUSD e a TUST. Além disso, as Distribuidoras do sistema interligado Sul/Sudeste pagam encargos pelo transporte da energia de Itaipu Binacional e algumas Distribuidoras que acessam o sistema de transmissão de uso compartilhado pagam encargos de conexão. Segue abaixo maior detalhamento desses custos e receitas.

TUSD. A TUSD é paga por concessionárias, agentes de geração, autoprodutores e Consumidores Livres, pelo uso do sistema de distribuição de uma Distribuidora à qual estão conectados, sendo revisada anualmente, levando-se em conta, principalmente, dois fatores: a inflação verificada no ano e os investimentos de expansão, manutenção e operação da rede verificadas no ano anterior, de acordo com a variação de seus componentes. A TUSD compreende os custos de operação e manutenção da rede, encargos setoriais, remuneração dos investimentos e suas depreciações. Atualmente a TUSD é composta por duas parcelas. Uma denominada “TUSD encargos” cobrada com base no consumo de energia, e outra, a “TUSD fio”, cobrada pela demanda contratada. O encargo mensal a ser pago pelo respectivo agente conectado ao sistema de distribuição, por ponto de conexão, é calculado pela multiplicação do montante de uso, em kW, pela tarifa estabelecida pela ANEEL, em R\$/kW.

A diminuição da arrecadação decorrente da saída do Consumidor Livre não impõe necessariamente à Distribuidora redução nas suas margens de lucro, uma vez que a remuneração dos investimentos se dá ainda por meio da TUSD, tarifa que permanece sendo auferida pela Distribuidora, exceto para os casos de consumidores com carga entre 500 kW e 3 MW que migram para o mercado livre por meio da aquisição de energia elétrica de produtores a partir de fontes alternativas de geração de energia elétrica, nos quais tais consumidores têm direito a um desconto na TUSD, que pode variar de 50% a 100%. Tais descontos são repassados aos demais Consumidores Cativos quando dos reajustes tarifários seguintes. Porém, os clientes que se tornam Consumidores Livres deixam de pagar a RTE criada para compensar Distribuidoras e Geradoras pelas perdas sofridas durante o racionamento. Assim, a saída do Consumidor Livre pode afetar a capacidade de uma Distribuidora de recuperar o valor integral da RTE.

TUST. A TUST é paga por Distribuidoras, Geradoras e Consumidores Livres pela utilização da Rede Básica e é reajustada anualmente de acordo com a inflação e com as receitas anuais permitidas para as empresas concessionárias de transmissão determinadas pela ANEEL. Segundo os critérios estabelecidos pela ANEEL, os proprietários das diferentes partes da rede de transmissão principal transferiram a coordenação de suas instalações ao ONS em troca do recebimento de pagamentos regulados dos usuários de sistemas da transmissão. Os usuários de rede assinaram contratos com o ONS que lhes conferem o direito de utilizar a rede de transmissão em troca do pagamento de tarifas publicadas pela ANEEL. Outras partes da rede detidas por empresas de transmissão, mas que não são consideradas parte integrante da Rede Básica, são disponibilizadas diretamente aos usuários interessados que pagam uma taxa específica.

Encargo de Conexão. Para fazer uso das instalações de transmissão e/ou de distribuição, e pagar a TUST e/ou a TUSD acima referidas, o usuário deve se conectar a essas instalações de transmissão e/ou de distribuição, sendo que deverão assinar Contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão – CCTs com as concessionárias de transmissão que detêm essas instalações e/ou CCDs, com as Distribuidoras locais, conforme o caso. Os encargos de conexão são valores devidos pelo Acessante em decorrência da prestação de serviço pela acessada, seja de elaboração de projeto, de construção e instalação de equipamentos, implantação de SMF, leitura e/ou operação e manutenção de instalações elétricas que viabilizem a conexão, obtido a partir de custos modulares definidos pela ANEEL.

Encargo de Transporte de Itaipu Binacional. A usina de Itaipu Binacional utiliza-se de rede exclusiva de transmissão em corrente alternada e em corrente contínua. Esse sistema não é considerado parte da Rede Básica, ou seja, instalações de transmissão do SIN, de propriedade de concessionárias de serviço público de transmissão, definida segundo critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 67, de 8 de junho de 2004, e tampouco da rede de conexão e sua utilização é remunerada através de encargo específico denominado “Transporte de Itaipu”, pago pelas empresas que detêm cota de Itaipu Binacional, rateado entre essas empresas na proporção de suas cotas-partes.

ATIVIDADES

Histórico e Visão Geral das Atividades do Grupo Light

Em 9 de junho de 1904, foi constituída em Toronto a “The Rio de Janeiro, Light and Power Co. Ltd.”, que, no dia 30 de maio de 1905, foi autorizada a prestar serviços de transporte e fornecimento de gás na cidade do Rio de Janeiro. Nesse mesmo ano, a “The Rio de Janeiro, Light and Power Co. Ltd.” adquiriu o controle acionário da empresa belga “Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro”, concessionária de iluminação a gás na cidade do Rio de Janeiro, que foi responsável pela prestação desse serviço até 1969, ano em que seu controle foi transferido para o Governo Estadual.

A “The Rio de Janeiro, Light and Power Co. Ltd.” e a “Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro” passaram por uma série de reestruturações societárias e, a partir de 1947, começaram a concentrar suas atividades na área de energia elétrica, retirando-se dos setores de transporte, fornecimento de gás e iluminação.

Em 1967, em decorrência de nova reestruturação societária, foi criada a Companhia, sob a denominação social de Light Serviços de Eletricidade S.A., com sede em São Paulo, tendo sido aprovada pelo Decreto Federal n.º 61.232, de 23 de agosto de 1967, com atuação nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Em 25 de novembro de 1968, a Companhia obteve registro de companhia aberta na CVM. Em 12 de janeiro de 1979, a Eletrobrás adquiriu o controle acionário da Light SESA.

Em 26 de março de 1981, o governo do Estado de São Paulo adquiriu da Eletrobrás o subsistema de São Paulo, o qual era anteriormente atendido pela Companhia, dando origem à ELETROPAULO, controlada pelo governo do Estado de São Paulo.

Em 25 de janeiro de 1996, a assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia aprovou a cisão da Companhia e da ELETROPAULO, com a finalidade de privatizá-las separadamente. Em 21 de maio daquele mesmo ano, a Companhia foi privatizada em leilão realizado na BVRJ, ocasião na qual o consórcio, formado pela (i) EDFI, (ii) AES Coral Reef LLC e (iii) AES Treasury Cove, (iv) Houston Industries Energy, Inc. (atual Reliant Energy) e (v) CSN, adquiriu o controle acionário da Companhia pelo valor de aproximadamente US\$1,7 bilhão.

Em 4 de junho de 1996, a Companhia celebrou o Contrato de Concessão com o Poder Concedente, tendo por objeto a exploração dos serviços públicos de energia elétrica em parte do Estado do Rio de Janeiro. A concessão compreende geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, por um período de 30 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão.

Posteriormente, em 15 de abril de 1998, a ELETROPAULO foi adquirida pela Companhia e pela LightGás Ltda., subsidiária da Companhia, pelo valor de R\$2.026.732.419,60.

A partir de 2000, a EDFI decidiu adquirir a participação dos outros acionistas controladores da Companhia, tendo concluído em 2002 a aquisição da participação do último acionista co-controlador, a AES. Em contrapartida ao negócio celebrado com a AES, esta assumiu o controle da ELETROPAULO, tendo a EDFI assumido sozinha o controle da Light SESA.

Em julho de 2005, após a conclusão da renegociação de sua dívida, a Light SESA passou a integrar o Novo Mercado, criado em 2000 pela BOVESPA, do qual participam apenas as empresas que adotam as melhores práticas de governança corporativa, incluindo princípios de transparência de informações, prestação de contas e equidade de direitos.

Em 14 de janeiro de 2006, a Companhia concluiu a implementação do Projeto de Desverticalização de suas atividades em virtude do disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que resultou na criação de uma nova estrutura para atender à exigência de separação das atividades de distribuição, geração e transmissão de energia. A Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que as concessionárias, permissionárias e autorizadas de serviço público de distribuição de energia elétrica que atuam no SIN, tal como é o caso da Companhia, não podem desenvolver, dentre outras, atividades de geração e transmissão de energia elétrica, bem como qualquer outra atividade estranha ao objeto da concessão, como participação em outras sociedades.

Com a conclusão do Projeto de Desverticalização, o Grupo Light passou a ser composto pela (i) Light S.A., uma sociedade *holding*, que controla as empresas operacionais do Grupo Light, (ii) Light Energia., cujo objeto é a geração e transmissão de energia elétrica, (iii) Light SESA, cujo objeto é a distribuição de energia elétrica, e (iv) Light ESCO, cujo objeto social é a comercialização de energia elétrica, dentre outras (conforme indicado no organograma abaixo).

O Projeto de Desverticalização não acarretou qualquer alteração no controle final das sociedades do Grupo Light e envolveu, basicamente: (i) a transferência de bens, direitos e obrigações da Companhia para a Light Energia, incluindo as concessões de transmissão e geração de energia elétrica, sendo que a totalidade do capital social da Light Energia é detido pela Light S.A.; (ii) a incorporação das ações representativas do capital da Companhia pela Light S.A.; e (iii) a transferência para a Light S.A. das participações societárias detidas pela Companhia em atividades alheias à distribuição de energia elétrica, por meio de redução do capital social da Companhia, com a exceção das participações nas sociedades LIR e LOI. A LIR e a LOI são sociedades com sede no exterior, cuja participação da Companhia foi autorizada pela ANEEL, por meio do Despacho ANEEL n.º 3010, de 19 de dezembro de 2006, somente até que seja declarada a extinção das dívidas da Companhia perante tais sociedades estrangeiras. A extinção da LOI ocorreu em março de 2008 e a extinção da LIR será em abril de 2010.

A partir de 22 de fevereiro 2006, tendo em vista o Projeto de Desverticalização, as ações de emissão da Light SESA deixaram de ser negociadas no Novo Mercado e as ações de emissão da Light S.A. passaram a integrar este segmento.

A RME celebrou com a EDFI, em 28 de março de 2006, contrato de compra e venda de ações ordinárias representativas de 79,57% do capital votante e total da Light S.A., remanescendo a EDFI com uma participação de aproximadamente 10%. A operação envolveu a compra de 100.719.912.441 ações ordinárias de emissão da Light S.A. e a totalidade das cotas representativas do capital social da Lidil, sociedade que detém 5.584.685.448 ações ordinárias de emissão da Light S.A., resultando na transferência de 106.304.597.889 ações de emissão da Light S.A. A conclusão da operação, com a transferência das ações de emissão da Light S.A. e de cotas da Lidil, pela EDFI para a RME, se efetivou em 10 de agosto de 2006.

O preço total de compra das 106.304.597.889 ações ordinárias de emissão da Light S.A. foi de US\$319.809.871,91, o que corresponde a um preço de US\$3,01 por lote de 1 mil ações. No entendimento da Companhia e de seus consultores legais, o valor pago pela RME pelas cotas da Lidil é irrelevante. O preço foi integralmente pago pela RME em moeda corrente nacional, concomitantemente à efetiva transferência das ações da Light S.A. e cotas da Lidil.

Atualmente, a sede da Companhia fica localizada na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, Rio de Janeiro – RJ. O objeto social da Companhia, definido no artigo 2º do seu Estatuto Social, consiste na “exploração de serviços públicos de energia elétrica, nas áreas referidas no Contrato de Concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar, sendo-lhe vedadas quaisquer outras atividades de natureza empresarial, salvo aquelas que estiverem associadas a este objeto - tais como: uso múltiplo de postes mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente e que sejam contabilizadas em separado, podendo, para tanto, participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista”. Seu prazo de duração é indeterminado.

Comercialização. A Light ESCO é uma sociedade de comercialização de energia que atua no mercado livre e de fontes alternativas/incentivadas de energia, além de ser uma prestadora de serviços de energia e de infraestrutura, voltada para soluções energéticas eficientes para seus clientes.

A Light ESCO foi autorizada pela ANEEL a atuar como agente comercializador por meio do Despacho n.º 823, de 25 de abril de 2006.

Visão Geral das Atividades da Companhia

Produtos e Serviços oferecidos pela Companhia

A Companhia é uma concessionária de serviço público de distribuição de energia elétrica e, na data deste Prospecto, aproximadamente 100% de sua receita é gerada pela prestação de serviços de distribuição de energia elétrica. As demais receitas da Companhia decorrem, por exemplo, de aluguel de postes e pequenos serviços excepcionais prestados aos consumidores, as quais, todavia, não possuem valor relevante.

Mercado de Atuação

A Companhia distribui energia para 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro. São eles: (i) Rio de Janeiro (capital), (ii) Nova Iguaçu, (iii) Caxias (parte), (iv) São João de Meriti, (v) Belford Roxo, (vi) Paracambi, (vii) Japeri, (viii) Pirai, (ix) Barra do Pirai, (x) Valença, (xi) Miguel Pereira, (xii) Vassouras, (xiii) Quatis, (xiv) Paulo de Frontin, (xv) Barra Mansa, (xvi) Volta Redonda, (xvii) Carmo, (xviii) Itaguaí, (xix) Seropédica, (xx) Queimados, (xxi) Pinheiral, (xxii) Rio das Flores, (xxiii) Rio Claro, (xxiv) Mendes, (xxv) Nilópolis, (xxvi) Três Rios, (xxvii) Sapucaia, (xxviii) Paty do Alferes, (xxix) Paraíba do Sul, (xxx) Mesquita e (xxxi) Levy Gasparian. A área total atendida pela Companhia corresponde a 10.970 Km² do Estado do Rio de Janeiro, atingindo mais de 3,9 milhões de unidades consumidoras.

Clientes

A Companhia está obrigada, por força da regulamentação do setor de energia elétrica e do Contrato de Concessão, a fornecer energia elétrica para todos os Consumidores Cativos localizados em sua área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Companhia tem o direito de cortar o fornecimento de energia elétrica dos consumidores que deixem de efetuar o pagamento das faturas, observadas as formalidades impostas pela ANEEL, exceto para consumidores que prestem serviço público essencial.

Para maiores informações sobre a quantidade de energia faturada pela Companhia, vide seção "Atividades", item "Características da Área de Concessão", na página 166 deste Prospecto.

Informações financeiras relevantes

A tabela a seguir apresenta informações financeiras e operacionais da Companhia nos períodos indicados:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			Trimestre encerrado em 31 de março de	
	2006	2007	2008	2008	2009
Receita líquida total (R\$ milhões)	4.743	4.755	5.101	1.234	1.370
Energia elétrica faturada (GWh)	18.259	18.307	18.292	4.822	5.002
Receita por empregado (R\$ milhares)	1.228	1.311	1.499	351	394
Clientes por empregado (milhares)	984	1.070	1.055	1.112	1.136
Energia faturada por empregado (MWh)	4.727	5.047	5.377	1.375	1.440

Pontos Fortes

A Companhia está inserida no Grupo Econômico cujo posicionamento no setor pode ser refletido nos seguintes pontos fortes:

Companhia integrada com atuação em área de concessão concentrada e desenvolvida. A controladora da Companhia, Light S.A., é a 5ª maior empresa integrada de energia elétrica no Brasil, com base na receita operacional líquida de 2008, atendendo 3,9 milhões de consumidores em uma área de concessão que inclui a região metropolitana do Rio de Janeiro, no Estado com 2º maior PIB do País, segundo dados mais recentes do IBGE referentes ao ano de 2006 e que, embora corresponda a 25% do território do Estado do Rio de Janeiro, consumiu no ano de 2008 cerca de 72% do total consumido no Estado, segundo dados da EPE. O Grupo Light ainda opera um parque gerador com uma Capacidade Instalada de 855 MW. Na visão da Companhia, a atuação nesses dois segmentos, conjugada com a atividade de comercialização, possibilita um balanceamento entre distribuição, oportunidades de crescimento e captura de valor por meio do segmento de geração e alavancagem da atividade de comercialização.

Equipe de gestão com vasta experiência no setor elétrico e gestão empresarial. Com o ingresso da RME no controle indireto da Companhia, em agosto de 2006, foi formada uma experiente equipe de executivos para a diretoria da Companhia, com ampla e comprovada experiência no setor elétrico e gestão empresarial, com a finalidade de implementar medidas que visam a busca de resultados, a eficiência operacional, o melhor relacionamento com clientes e também a sustentabilidade de seu negócio integrado. Este time inclui José Luiz Alquéres, ex-presidente da Eletrobrás e ex-membro de diversos conselhos de administração de empresas nacionais e multinacionais, Ronnie Vaz Moreira, ex-diretor Financeiro da Petrobras e Presidente da Globopar – Globo Comunicação e Participações S.A., Roberto Alcoforado, ex-Presidente da CELPE, e Paulo Henrique Born, ex-vice-presidente da Duke Energy International Geração Paranapanema S.A. Sob essa liderança, a Companhia realizou o processo de readequação de sua dívida e de estrutura de capital e implementou um bem sucedido plano de gestão, que resultou na redução do endividamento líquido, no aumento expressivo na taxa de arrecadação, redução da porcentagem do provisionamento para devedores duvidosos sobre a receita bruta, renegociação bem sucedida de recebíveis do setor público e na retomada do pagamento de dividendos e investimentos em projetos de geração.

Desenvolvimento e operação de projetos de geração de energia. O Grupo Light desenvolveu, implementou e opera um parque gerador que inclui 5 usinas hidrelétricas e 2 usinas elevatórias, com uma Capacidade Instalada de 855 MW. Desde 2003, todas as usinas, subestações e instalações associadas ao parque gerador estão certificadas nas normas NBR ISO 9001 (qualidade), NBR ISO 14001 (meio ambiente) e OHSAS 18001 (segurança e saúde ocupacional). Atualmente, desenvolvem-se três novos projetos de geração, em conjunto com a CEMIG GT, com entrada em operação prevista para ocorrer entre 2011 e 2014, que juntos possuem um potencial de adicionar 238 MW à sua Capacidade Instalada atual, na proporção de 49% para CEMIG GT e 51% para o Grupo Light. A experiência adquirida nesses projetos contribuirá significativamente para o desenvolvimento dos futuros empreendimentos de geração do Grupo Light.

Excelência na prestação de serviços. A Companhia presta serviços de reconhecida excelência a seus clientes e investe constantemente na melhoria da qualidade de seus serviços, através da aplicação de recursos em novos e modernos equipamentos, uso de tecnologias de ponta no atendimento ao consumidor e manutenção de um programa de treinamento de seu pessoal. No ano de 2008, os investimentos realizados na melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica e no aumento da capacidade de sua rede de distribuição totalizaram R\$85,4 milhões em comparação a R\$54,0 milhões em 2007 e R\$15,4 milhões em 2006, um aumento de 454,7% neste período. Estes investimentos permitem uma rede mais confiável, sujeita a menos desligamentos através da substituição da rede convencional por rede compactada, além de um menor tempo de desligamento, através da instalação de chaves telecomandadas.

Adequada estrutura de capital e forte geração de caixa. Nos últimos dois anos a Companhia priorizou a reestruturação de seu endividamento, com o pré-pagamento de dívidas anteriormente denominadas em moeda estrangeira e de custo mais elevado e alongamento do perfil da dívida com custos inferiores. Como resultado dessa estratégia e da decisão da BNDESPAR e de outros credores de trocarem seus créditos por ações da Companhia, sua dívida líquida passou de R\$2.844,4 milhões em 31 de dezembro de 2006 para R\$1.552,5 milhões em 31 de março de 2009, o prazo médio de pagamento foi estendido de 3,3 anos para 4,4 anos, e o custo de captação em Reais foi reduzido de 12,9% a.a. para 12,0% a.a. Simultaneamente, a Companhia empreendeu melhorias operacionais, tais como, um expressivo aumento na taxa de arrecadação que passou de 93,0%, em 2006, para 98,2%, em 2008. Como resultado disso, a Companhia retomou o pagamento de dividendos e aprovou a distribuição de R\$640,4 milhões, baseada no lucro líquido realizado em 2007 e de R\$481,6 milhões com base no lucro líquido de 2008, e a Light S.A., nos mesmos períodos, distribuiu valores superiores a sua política de distribuição de no mínimo 50% do lucro líquido ajustado do exercício.

Base de clientes sem concentração industrial. A Companhia possui uma base de clientes concentrada nos segmentos residencial e comercial, diversificada, dependendo, em menor escala, do desempenho do segmento industrial. No período de 3 meses findo em 31 de março de 2009, 43,2% da eletricidade vendida em sua rede de distribuição no Mercado Cativo destinou-se a atender a demanda de clientes residenciais, 31,6% de clientes comerciais, 8,7% de clientes industriais e 16,5% de outros clientes. A Companhia acredita que sua carteira diversificada de clientes, aliada às características da renda per capita da região metropolitana do Rio de Janeiro, reduz os riscos de diminuição do consumo em sua área de concessão, dado que o mercado residencial tende a ser menos sensível às oscilações da economia quando comparado ao mercado industrial, que reage mais rapidamente a reduções no ritmo de desenvolvimento e crescimento econômico.

Acionistas comprometidos e com experiência no setor de infraestrutura. A RME, acionista controlador indireto da Companhia, possui quatro sócios, cada um deles com participação de 25%: CEMIG - *holding* de investimentos de capital misto com foco no setor elétrico e energia; AG Concessões - *holding* participante do controle de várias concessionárias de serviços públicos de saneamento, rodovias e aeroportos; Equatorial Energia - *holding* de investimentos de controle privado com foco no setor de energia elétrica e Luce Brasil FIP - investidor institucional. O perfil de seus acionistas, que mesclam robustez financeira, conhecimento técnico, competência administrativa e foco em resultados, transmite à Companhia larga experiência de atuação no setor de energia elétrica, além de outros setores regulados, e também profundo conhecimento financeiro.

Posição de liderança no relacionamento institucional e regulatório. A Companhia desenvolveu um novo modelo interno de relacionamento com os órgãos regulatórios e outras instituições, de forma a apresentar uma visão integrada da concessionária e do setor elétrico brasileiro. No âmbito regulatório foi criada a Diretoria de Desenvolvimento Sustentável da Concessão, propiciando um melhor entendimento pelo regulador das especificidades da área de concessão da Companhia, se traduzindo em um tratamento mais adequado nos processos de reajuste e revisão tarifária. No relacionamento institucional, destaca-se a atuação da Companhia junto a prefeituras, governo do Estado, Associação Comercial do Rio de Janeiro, dentre outras instituições, que permitiram a negociação de dívidas passadas de alguns desses órgãos com a Companhia, assim como a elaboração de parcerias com o objetivo de desenvolver sua área de concessão.

Objeto Social

O objeto social da Companhia, definido no artigo 2º do seu Estatuto Social, consiste na “exploração de serviços públicos de energia elétrica, nas áreas referidas no Contrato de Concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar, sendo-lhe vedadas quaisquer outras atividades de natureza empresarial, salvo aquelas que estiverem associadas a este objeto - tais como: uso múltiplo de postes mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente e que sejam contabilizadas em separado, podendo, para tanto, participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista”.

Relacionamento com Clientes

Sistema de Gestão Comercial (CCS/BW/CRW)

O Sistema de Gestão Comercial, implantado em outubro de 2006, passou a ser o grande diferencial no relacionamento da Companhia com seus clientes. A solução é constituída pelos módulos CRM (Gerenciamento do Relacionamento com o cliente), CCS (Faturamento, Cobrança e Arrecadação) e BW (Informações Gerenciais), totalmente integrada com os demais sistemas da Light SESA.

O novo sistema trouxe diversos benefícios, conforme indicados abaixo.

- Implantação realizada sem impacto para os clientes externos.
- Melhora nos indicadores de gestão como reclamações, redução de revisões de contas, etc.
- Forte integração com os demais sistemas da Companhia.
- Redução de equipe de *backoffice* com a automatização de processos.
- Melhoria na gestão, principalmente no relacionamento com o cliente e na cobrança com a visão do cliente.
- Padronização dos processos de varejo e Grandes Clientes.
- Agrupamento de contratos para um mesmo cliente.
- Eficiência na identificação e normalização de possíveis fraudadores.
- Melhoria na qualidade do cadastro de clientes.
- Inteligência comercial: todos os clientes e produtos em uma base única e consolidação do cadastro.
- Gerenciamento por clientes e não por unidade consumidora com gerenciamento de histórico de contatos, solicitações recorrentes e alertas especiais.
- Melhoria no atendimento comercial: disponibilidade durante 24 horas por dia, 7 dias por semana, de forma que há maior agilidade no tocante ao agendamento de visitas, visão única do cliente e consolidação dos canais de comunicação (agências, teleatendimento, agência virtual, denúncias e ouvidoria).
- Satisfação do cliente: maior controle e rapidez na execução dos serviços de campo (novas ligações, religações, troca de medidor, etc.).
- Melhoria dos processos comerciais: maior controle da qualidade do faturamento, maior eficiência no processo de cobrança e no combate ao furto de energia.

Canais de Atendimento

Atualmente, a Light SESA possui os seguintes canais de atendimento aos clientes: 29 Agências Comerciais, 7 postos de autoatendimento, 1 Agência Móvel, o *website* www.light.com.br (“Agência Virtual” e “Clique Light”); *Call Center* - para o segmento Varejo (“Disque-Light 24horas”, “Disque-Light Emergência” e “Disque-Light deficientes auditivos”) e Grandes Clientes (“Emergência Grandes Clientes”); além da Ouvidoria. Para as comunidades de baixa renda são:

Metropolitana	Bairro	Comunidades atendidas
Centro de Referência em Eficiência Energética da Rocinha Estrada da Gávea 561 loja 01 nosso Shopping Rocinha – São Conrado 24223349 - 33222517	São Conrado	Complexo da Rocinha
Agência Maré RA Praça Pedro Torres, s/nº - Baixa do Sapateiro - Complexo da Maré 22706690	Bonsucesso	Complexo Maré

Regional Oeste	Bairro	Comunidade Atendidas
Posto Dois Irmãos R. Marcelo Gordilho, 11 – Dois Irmãos - Curicica	Curicica	Complexo Curicica
Posto Gardênia Azul R. Peroba, 378 – Gardênia Azul	Gardênia	Gardênia Azul Chico City Vila Esperança
Posto Cidade de Deus Av. Edgard Werneck 1693 – Box 20 – Mercado Popular de Cidade de Deus	Jacarepaguá	Cidade de Deus

Regional Baixada	Bairro	Comunidade Atendidas
Posto Parque São Francisco Alameda N.S. de Lourdes Qd.72 Lt.3 Prados Verdes – Ass. de Morad. – N. Iguaçu	N. Iguaçu	Pq São Francisco Prados Verdes Nova Sepetiba Santa Clara do Guandú
Posto N.ª. Santana-Miguel Couto Estrada Miguel Couto S/N lote 1 quadra A no Município Belford Roxo	Belford Roxo	Miguel Couto Jardim Nova Era Shangrilá Caioaba Jardim Pernambuco
Posto Vila Pauline R. Bela Vista, 04 – Vila Pauline – Belford Roxo – Associação de Moradores	Belford Roxo	Vila Pauline Parque Palmeiras Campo do América Cabuçu Campo Belo

Pela busca contínua pela qualidade dos serviços prestados aos clientes e para reduzir os custos operacionais, a Light SESA investiu em melhorias constantes nos seus canais de atendimento e relacionamento durante o ano de 2008.

A Agência Virtual ganhou novas funcionalidades possibilitando maior facilidade de acesso pelos clientes. Com isso, houve um aumento significativo na utilização deste canal: de 7% em janeiro de 2007, para 19,66% em dezembro de 2008, com relação ao percentual de utilização da Agência Virtual em relação aos demais canais de atendimento, sendo importante informar ainda que 100% dos atendentes neste canal são portadores de necessidades especiais, o que reforça o nosso compromisso com a responsabilidade social.

Como exemplo de nova funcionalidade implantada, podemos citar a impressão de segunda via de conta de instalações com contrato encerrado, com o objetivo de facilitar a regularização de débitos junto à Light SESA. Além disso, também passamos a disponibilizar as faturas em aberto de unidades consumidoras com contrato encerrado. Registramos 295 mil acessos de procura para esse Serviço (de janeiro de 2009 a março de 2009), evitando a utilização de outros canais, com custo operacional mais elevado, para o mesmo fim.

Outra novidade no canal, implantada em dezembro de 2008, permite que os clientes com débitos de até R\$2 mil possam negociar e solicitar o parcelamento dos mesmos através da Agência Virtual, sem que para isso seja necessário o seu comparecimento a uma agência comercial. O novo serviço, já registrou mais de 19 mil acessos.

O *website* oferece também o acompanhamento de serviços que geram uma grande quantidade de contatos e protocolos de reclamações. O cliente pode acompanhar pela Agência Virtual o andamento de sua solicitação aberta - em qualquer um dos canais da empresa, através do número de protocolo. No período de janeiro a março de 2009, foram registrados 5 mil acessos.

Já para o *Call Center*, a Light SESA investiu em treinamentos intensivos, reciclagens de 100% da operação, campanhas motivacionais, e novo modelo de gestão para melhorar o nível de serviço, reduzir o tempo médio de atendimento e fila de espera. Está em processo, a atualização da ferramenta intranet, que tem o objetivo de atualizar os scripts de atendimento e processos comerciais, que também contribui para a redução de custos operacionais.

Para garantir a gravação dos atendimentos realizados no *Call Center*, a Companhia investiu na compra do gravador HiCorder e da URA (Unidade de Resposta Audível). Os atendimentos são gravados e armazenados por tempo indeterminado e podem ser resgatados a qualquer momento. Para garantir o armazenamento dos atendimentos, o backup das gravações é feito diariamente, em mídia DVD. Com a compra do HiCorder e da URA, a Light SESA passou a ser 100% responsável pela gestão destas ferramentas e pelo suporte técnico dos equipamentos.

O objetivo desses projetos, entre outros, é melhorar os resultados da Companhia nos índices relacionados à qualidade do atendimento e, conseqüentemente, nos índices de satisfação do cliente.

As agências de atendimento, por sua vez, estão sendo gradativamente reformadas e remodeladas de acordo com a nova identidade visual com um novo conceito de atendimento, mais eficiente e moderno, onde diversas facilidades e serviços são oferecidos como: “Caixa-Rápido”, “Terminal de Autoatendimento”, “Folheteria Informativa”, “Disque Light Direto” e “Agência Virtual”.

Vale ressaltar ainda que, no ano de 2007, as agências de atendimento adotaram um novo modelo de gestão, que permite o monitoramento remoto e a visualização de imagem, possibilitando à distância a observação dos atendimentos presenciais, fluxo da agência, além da aplicação de feedback aos atendentes monitorados. Esta inovação assegura a produtividade, o controle e a gestão inteligente das demandas de atendimento em cada uma das agências. Foi implantado também um sistema de avaliação do atendimento realizado pelo cliente, logo após a conclusão do atendimento, esse sistema chama-se OPINE e obteve 95% de aprovação (fevereiro 2009).

É importante citar que a Companhia oferece aos seus atendentes comerciais (agências) curso de linguagem brasileira de sinais – Libras, para melhor atender à necessidade de seus clientes portadores de deficiência auditiva.

As agências comerciais começaram a gravar os atendimentos em agosto de 2008. Para garantir a qualidade das gravações de 100% dos atendimentos, foi implantado em fevereiro de 2009 o projeto de instalação interna dos microfones. O projeto piloto foi realizado na agência de Nova Iguaçu e Carioca. O projeto será expandido para as demais agências.

O atendimento presencial, com o objetivo de aumentar a arrecadação, passou a oferecer também a opção de pagamento da conta de energia elétrica com o cartão de débito VISA. O projeto inclui 25 agências comerciais, são elas: Bangu, Barra da Tijuca, Barra do Pirai, Barra Mansa, Belford Roxo, Campo Grande, Carioca, Caxias, Copacabana, Ilha do Governador, Itaguaí, Jacarepaguá, Madureira, Méier, Miguel Pereira, Nova Iguaçu, Penha, Queimados, Rua Larga, Santa Cruz, São João do Meriti, Sapucaia, Três Rios, Valença, Vassouras e Volta Redonda. Desde a implantação do piloto até abril de 2009 o valor da arrecadação foi de R\$1,1 milhão.

A Light SESA lançou em 2008 o projeto da “Agência Móvel”. Através desse canal de atendimento itinerante, a Companhia está presente no dia a dia dos consumidores, nas praças, no interior, nos eventos sociais, entre outros.

Para melhorar a qualidade do atendimento foi implantado, em janeiro de 2009, novo modelo e sistema de monitoria de todos os canais de atendimento com o objetivo de alinhar os processos comerciais de todos os canais com as normas internas e regulamentos vigentes, buscando a satisfação do cliente e qualidade no atendimento para gerar melhores resultados nas pesquisas do setor e nos indicadores, além de reduzir a quantidade de processos judiciais contra a empresa.

A Light SESA também investe em criação de centrais de atendimento instaladas nas próprias comunidades como uma estratégia de facilitar o atendimento das demandas comunitárias, melhorando assim, o relacionamento com seus clientes e dando maior agilidade na prestação dos serviços. Hoje são sete espaços organizados como postos de atendimentos beneficiando mais de 70.000 domicílios. São eles: Parque Dois Irmãos (Curicica), Gardênia Azul (Gardênia), Cidade de Deus, Parque São Francisco (Nova Iguaçu), Vila Pauline (Belford Roxo), Miguel Couto (Belford Roxo) e a Rocinha que a partir de maio 2009 terá sua antiga agência transformada em um Centro de Referência em Eficiência Energética que, além de ações educacionais em prol da eficiência energética dará apoio as ações comerciais da Light”. Como canal de atendimento ao Poder Público, a Light SESA possui uma Gerência específica para esse relacionamento. A mesma atende aos clientes pertencentes aos poderes públicos federal, estadual e municipal, tais como universidades, hospitais, associações e clubes, além de clientes que prestam serviços públicos tais como transportes e telecomunicações.

Outro canal muito importante para Light SESA é a Conta de Energia. A Light SESA possui um elevado índice de aprovação deste canal de relacionamento 81% (satisfeitos ou muito satisfeitos), segundo pesquisa Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee 2008. Através deste canal também são realizadas ações de relacionamento comercial com cliente (promoções exclusivas) e de apoio a instituições como o Hospital Mario Kroeft de Câncer, Hanseníase, e a Operação Sorriso, que visa assistir as crianças com lábio leporino.

Vale ressaltar que, na pesquisa anual da Satisfação com os Serviços Executados, realizada em 2008 pelo Instituto VOX POPULI - que tem como objetivo avaliar os serviços comerciais prestados pela Light SESA; conhecer o grau de satisfação dos clientes residenciais do varejo com a qualidade do atendimento e serviços prestados pela empresa; identificar os pontos fortes e os de melhorias e aprimorar constantemente o nosso desempenho, o resultado alcançado pela empresa foi 92,02% de aprovação.

Em pesquisa realizada, no início de janeiro de 2009, pelo Instituto Brasileiro de Relações com o Cliente (IBRC), a Light SESA foi classificada entre as empresas de alto nível de conformidade, atingindo entre 90% a 100%. A pesquisa foi realizada um mês após a criação do Decreto n.º 6.523/08 que regulamenta a atividade do SAC. Este resultado classificou a Light SESA entre as melhores empresas no quesito Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC). Esse resultado apresenta a melhora continua no atendimento prestado, uma vez que na primeira pesquisa similar atingimos o resultado de conformidade de 80%. Além de cumprir a regulamentação, leis e decretos vigentes, a Gerência de Atendimento trabalha constantemente para alcançar a excelência no atendimento¹.

Em janeiro de 2009, a Light SESA foi classificada como segunda empresa do setor elétrico que mais respeita o consumidor, a partir de pesquisa realizada pela Revista Consumidor Moderno.

¹ Fonte: Jornal O Globo, 12/12/08

No âmbito de qualidade do atendimento, a Light SESA foi finalista do 10º Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente, categoria Energia Elétrica (abril de 2009). Esse é um importante prêmio de relações de consumo do Brasil, que valoriza a transparência das ações das empresas com o cliente e o seu foco na total satisfação do consumidor.

Para o segmento de Grandes Clientes, a Companhia disponibiliza uma estrutura exclusiva de atendimento que conta com as seguintes coordenações:

Coordenação de Clientes Corporativos. Atende aos clientes com faturamento de energia elétrica superior a R\$3 milhões anuais e com grande potencial de desenvolvimento de novos negócios. Estes clientes são subdivididos por atividade econômica: (i) supermercados, (ii) shopping centers, (iii) metalurgia, (iv) siderurgia, (v) indústria química pesada, (vi) indústria de bebidas, (vii) indústria farmacêutica e (viii) telecomunicações. Além do atendimento personalizado prestado por executivos de contas especializados, são realizados eventos dirigidos para referida carteira de clientes, por meio dos quais se busca estabelecer uma aproximação ainda maior com os mesmos, que permita antecipar suas necessidades.

Coordenação do Espaço Grandes Clientes. Atende aos clientes com faturamento de energia elétrica inferior a R\$3 milhões anuais (*middle market*). Os clientes contam com analistas comerciais especializados que prestam todo o atendimento com o suporte de plataforma de telecomunicação exclusiva, número especial, contando com e-mail e chat personalizado.

Coordenação de Gestão e Serviços. Atende de forma personalizada todas as solicitações de novas ligações em média e alta tensão contando com analistas treinados para esclarecimento de dúvidas técnicas e para o acompanhamento do processo de ligação nova.

Outros canais de relacionamento e comunicação são disponibilizados para o “Grande Cliente” da Light SESA, a saber:

O “Espaço Grandes Clientes” de atendimento personalizado da Light SESA. Localizado na sede da Companhia, conta com 2 salas de atendimento privado e 1 sala de reunião para garantir a privacidade e o conforto do grande cliente. Nesta agência, o cliente pode acessar pessoalmente o seu executivo de contas para solicitar informações, tirar dúvidas sobre o fornecimento e o faturamento de energia elétrica e solicitar serviços. A agência funciona de segunda a sexta, das 8:30 às 16:30 hs e o cliente é atendido sem necessidade de fila ou senha.

O website www.light.com.br/empresas. Oferece informações sobre legislação, produtos e serviços, além de descrever todos os processos de atendimento aos Grandes Clientes. O cliente conta com um endereço de e-mail exclusivo (grandes.clientes@light.com.br) para tirar dúvidas ou realizar consultas junto a equipe comercial. Este canal de comunicação também é monitorado através de envio de e-mails e posterior avaliação do tempo e qualidade da resposta.

O “Call Center de Emergência Exclusivo” para os Grandes Clientes funciona 24 horas através de número gratuito 0800 e tem como objetivo registrar e atender as solicitações emergenciais da carteira de Grandes Clientes, tais como falta de luz e problemas no fornecimento de energia elétrica em geral.

Atualmente, os canais de atendimento aos Grandes Clientes da Companhia são: (i) coordenações de clientes corporativos, espaço Grandes Clientes e serviços; (ii) “Espaço Grandes Clientes”; (iii) ouvidoria; e (iv) conselho de consumidores (fórum que conta com a participação de representantes dos consumidores residencial, comercial, industrial, rural e poder público).

Investimentos e Desinvestimentos Recentes Relevantes

A tabela abaixo indica os recentes investimentos e desinvestimentos relevantes da Companhia realizados ou a serem realizados nos períodos indicados abaixo:

Gerência de Planejamento e Gestão
Evolução Anual do Econômico - Em R\$ MM

Realizado	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008	1º Tri 2009
Investimentos	136,9	280,8	434,8	61,4
Expansão da Rede	7,2	152,3	158,2	27,9
Novas Ligações		99,0	99,1	20,6
Aumento de Capacidade	7,2	53,3	59,1	7,2
Recuperação de Energia		46,3	156,0	18,5
Melhoria de Qualidade	41,8	32,0	81,5	12,5
Otimização Estruturas	41,8	24,6	65,9	6,8
Manutenção Preventiva		7,4	15,6	5,7
Tecnologia da Informação	87,9	34,9	30,3	1,8
Frota / Prédios		15,3	8,8	0,7
Desinvestimentos	-	28,0	16,7	1,4
Prédio Praia do Flamengo		28,0	-	-
Prédio Real Grandeza		-	16,3	-
Lote Via Light		-	0,4	-
Prédio Barra Mansa		-	-	0,6
Casas Lajes		-	-	0,8

Parcerias e Convênios

A Companhia não possui parcerias e convênios, salvo aqueles descritos nas seções “Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural” e “Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos e/ou Serviços”, nas páginas 252 e 176 deste Prospecto.

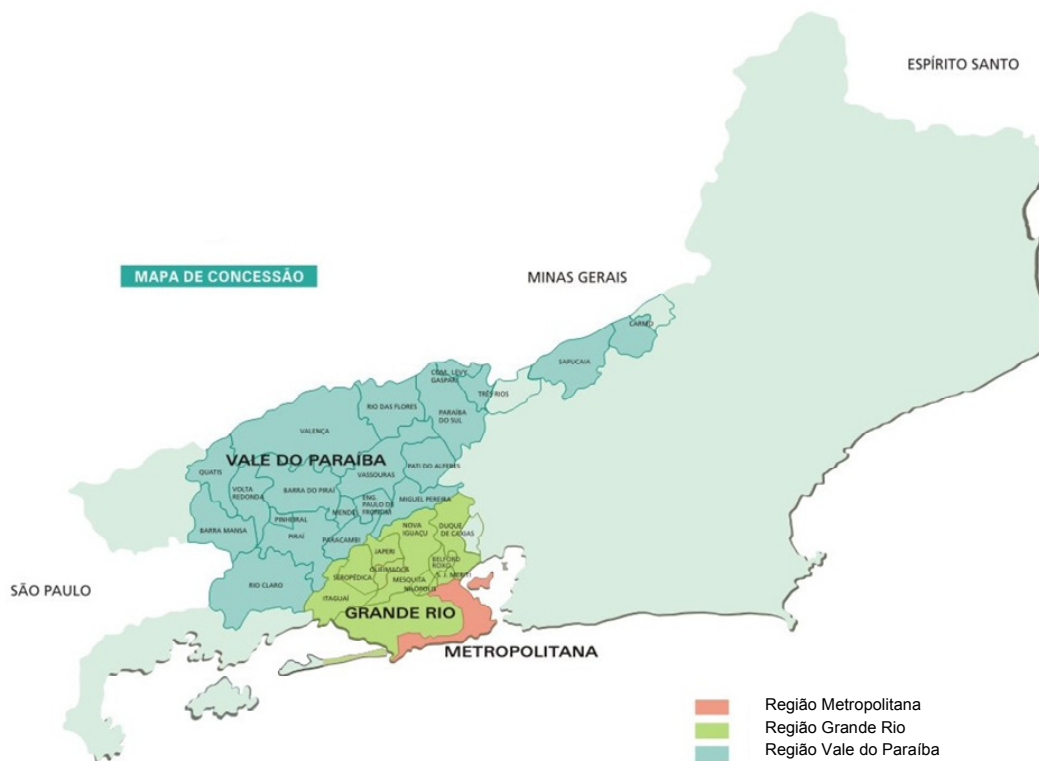
Características da área de Concessão

A área de concessão da Light SESA corresponde a 25% do Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital do Estado. As vendas de energia da Light SESA correspondem a 72% de toda a energia elétrica consumida no Estado do Rio de Janeiro em 2008².

² Fonte: Companhia.

Em 31 de março de 2009, a Companhia atendia 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, correspondendo a uma área de 10.970 km², atendida por 45.641 km de rede de distribuição, com um total de 3,9 milhões de clientes e 34 agências de atendimento, conforme ilustra o mapa abaixo³:

3,9 milhões de clientes
27 agências e 9 postos de autoatendimento
31 municípios do Estado do Rio de Janeiro - área 10.970 km²
45.641 km de rede de distribuição (aérea e subterrânea)



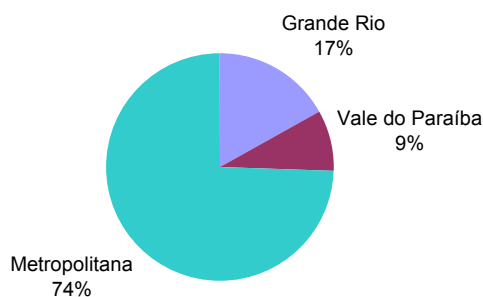
³ Fonte: Companhia.

Os clientes da Emissora e respectivo consumo estão assim distribuídos regionalmente dentro da área de concessão da Companhia:

Região	Nº contas (mil)
Grande Rio	1.001
Vale do Paraíba	401
Metropolitana	2.526
Total Light	3.929

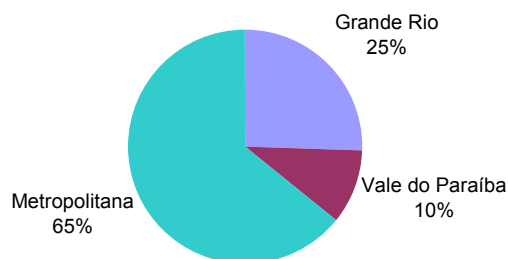
Fonte: Companhia.

Estrutura de Consumo - MWh - 2008



Fonte: Companhia.

Estrutura do Nº de Contas - 2008



As tabelas abaixo apontam a evolução anual do número de clientes da Companhia por classe, em números absolutos e em percentual em relação ao número total de clientes da Companhia nos períodos indicados:

Evolução do número de clientes por classe (valores em milhares):

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2006	2007	2008
Residencial	3.496	3.576	3.624
Industrial	13	12	12
Comercial	272	270	269
Demais	21	22	23
Total	3.802	3.880	3.929

Fonte: Companhia.

Participação percentual dos clientes por classe:

	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de		
	2006	2007	2008
Residencial	92,0	92,1	92,3
Industrial	0,3	0,3	0,3
Comercial	7,1	7,0	6,8
Demais	0,6	0,6	0,6
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Companhia.

Cientes, análise da demanda e tarifas

A Companhia presta serviços de distribuição de eletricidade a 5.435 Grandes Clientes, assim distribuídos: (i) 164 grandes grupos privados; (ii) 4.944 empresas de médio porte; e (iii) 327 instituições do Poder Público, incluindo prestadoras de serviços públicos essenciais. O atendimento aos Grandes Clientes representa aproximadamente 43,1% do total do faturamento anual da Companhia.

Em 2008, a energia faturada no Mercado Cativo da Companhia atingiu 18.292 GWh. Em 2008, a composição desse faturamento por grupo de consumidores foi aproximadamente a seguinte: (a) 40,4% provenientes do segmento residencial, (b) 32,0% provenientes do segmento comercial, (c) 10,3% provenientes do segmento industrial, e (d) 17,4% provenientes de outros consumidores. No mercado livre e concessionárias a energia faturada foi de 5.502 GWh e 2.619 GWh, respectivamente.

No primeiro trimestre de 2009, a energia faturada no Mercado Cativo da Companhia atingiu 5.002 GWh. No mesmo período, a composição desse faturamento por grupo de consumidores foi aproximadamente a seguinte: (a) 43,3% provenientes do segmento residencial, (b) 31,6% provenientes do segmento comercial, (c) 8,7% provenientes do segmento industrial, e (d) 16,4% provenientes de outros consumidores. No mercado livre e concessionárias, no primeiro trimestre de 2009, a energia transportada foi de 587 GWh e 623 GWh, respectivamente.

A tabela abaixo aponta a evolução anual do número de clientes da Companhia por classe, nos períodos indicados:

Nº de Contas Faturadas	31/12/2006	31/12/2007	Posição em: 31/12/2008	30/03/2008	30/03/2009
Residencial	3.496.597	3.575.553	3.624.425	3.596.265	3.641.624
Industrial	13.380	12.794	12.164	12.538	12.083
Comercial	271.568	269.905	269.088	270.112	269.191
Rural	10.641	10.900	10.904	10.917	10.940
Poder Público	8.844	9.502	9.981	9.501	10.064
Iluminação Pública	148	195	417	193	430
Serviço Público	1.187	1.251	1.382	1.299	1.290
Consumo Próprio	328	427	328	324	332
Total	3.801.693	3.880.527	3.928.689	3.901.149	3.945.954

Sistema de Distribuição

A distribuição de energia elétrica consiste no transporte de energia da fronteira com a Rede Básica até o ponto de entrega aos consumidores finais.

Ao término de 2008, a Companhia possuía 1 linha em 230 kV e 284 linhas em 138 kV. Essas linhas distribuem energia elétrica do ponto de ligação à Rede Básica para as subestações de energia. Todos os clientes que se conectam a essas linhas de transmissão, sejam Consumidores Livres ou Geradoras, devem pagar uma tarifa pelo uso do sistema.

A Companhia tem uma rede de distribuição (1.871 linhas de 6kV, 13.8kV e 25kV) em que predominam linhas aéreas, apesar de dispor de um dos maiores sistemas distribuidores subterrâneo do Brasil. Os Grandes Clientes industriais e comerciais recebem energia elétrica em alta tensão, enquanto os consumidores industriais e comerciais de menor porte e os residenciais recebem energia elétrica em tensões menores. Ao término do 1º trimestre de 2009, a Companhia possuía 70.900 transformadores aéreos de distribuição, 6.607 transformadores subterrâneos de distribuição, e 199 subestações fixas de distribuição (8.854MVA), com uma rede de distribuição total de aproximadamente 45.641 km (39.842 de rede aérea e 5.799 de rede subterrânea), sendo 20.021 km de média tensão e 23.620 km de baixa tensão.

Otimização Operativa

No contexto do plano de valorização, adotado pela Companhia para o período de 2009 e 2010 com o objetivo de valorizar o Grupo Econômico da Companhia, está inserido o Projeto V7 – *Up Grade* do Sistema Elétrico que objetiva atender ao crescimento do mercado e os requisitos regulatórios com a máxima eficiência operacional, eliminando sobrecargas, restrições operativas, obsolescências e vulnerabilidades da rede e modernizando o sistema elétrico e seus processos operacionais, dentro da visão de integração de toda a área fio.

Estão previstos para 2009 no segmento de transmissão a instalação de 2 novas subestações – Recreio e Marapicu (região da Baixada) – bem como a ampliação de potência em 4 subestações, aumentando a potência instalada em 258 MVA, e automação de 5 outras subestações com início da unificação dos sistemas SCADA no Centro de Operação. Serão iniciadas ainda as obras para implantação de 3 novas subestações de transmissão em 2010. No segmento de distribuição serão construídas 4 novas subestações – SESD, 35 novos circuitos alimentadores em 13,8kV e ampliada a potência em 5 outras subestações de distribuição, sendo ainda dado sequência ao programa de automação em 14 SESD. Destaque especial deve ser dado ao programa de blindagem de rede, que consiste em instalar o padrão *space cable* na rede de MT e a baixa tensão multiplexada no mesmo nível da média tensão, totalizando 850 km na BT e esperados 470 km na média tensão, com melhoria da robustez da rede e ação de recuperação de energia face dificuldade de acesso à rede de baixa tensão. Também em 2009 será iniciado o projeto de cadastramento georeferenciado da rede elétrica e ainda a modernização da rede subterrânea. Em 2009 também será iniciado o Projeto PALM que consiste no despacho de dados técnicos e comerciais via PDA para atendimentos de emergência e serviços comerciais, com evidentes reflexos na melhoria da prestação de serviços aos clientes e redução no custo operacional. O programa de investimento no sistema elétrico está orçado em R\$369 milhões.

Desempenho do Sistema

O nível de qualidade e eficiência de um sistema de distribuição é geralmente avaliado a partir dos seguintes indicadores, definidos e regulados pela Resolução n.º ANEEL 024/2000:

- DEC – medida em horas, e
- FEC – medida em quantidade de interrupções.

O ano de 2008 foi marcado por extenso programa de investimento no sistema elétrico da Light SESA considerando a necessidade de atender ao crescimento da carga bem como atender aos requisitos regulatórios no tocante à qualidade do fornecimento de energia aos clientes, associado a reduzir a obsolescência de equipamentos e prover maior robustez da rede e a ampliação da automação no sistema de distribuição.

Dentre os investimentos realizados, destacam-se a substituição de 647 km de rede convencional por rede compacta (*spacer-cable*) minimizando os riscos de curto-circuito e o impacto ambiental, considerando-se que 52% das ocorrências nos circuitos de média tensão se dão por contato físico com a rede, bem como a instalação de 373 chaves telecomandadas visando maior agilidade no restabelecimento de energia, sempre que necessário. Foram construídas 3 subestações de distribuição – SESD e 1 subestação de transmissão – SETD, 31 novos circuitos alimentadores e acrescidos 247 MVA em ampliação de subestações. A realização destas melhorias provocou um maior número de desligamentos programados, acarretando em um aumento de 154,8% na participação do DEC motivada por ocorrências programadas. O primeiro trimestre de 2008, face a condições atmosféricas adversas, contribuiu também para o patamar alcançado do DEC, totalizado em 11,06 horas. O indicador FEC manteve-se dentro da base histórica, situando-se em 6,74 vezes. Acrescente-se que a partir da realização do plano de robustez da rede já se alcançou, ainda em 2008, uma redução de 9,3% no DEC e 8,3% no FEC, considerando-se as ocorrências não programadas de abril a dezembro.

No ano de 2008, os investimentos realizados na melhoria da qualidade do fornecimento de energia elétrica e no aumento da capacidade de sua rede de distribuição totalizaram R\$85,4 milhões em comparação a R\$54,0 milhões em 2007 e R\$15,4 milhões em 2006, um aumento de 454,7% neste período.

Após um período de deterioração dos indicadores de qualidade, em função do aumento do número de desligamentos programados, no 1º trimestre de 2009, os indicadores já voltam a apresentar melhora em relação ao mesmo período de 2008, mesmo em condições meteorológicas semelhantes, conforme indicado na tabela abaixo.

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			Período de 12 meses encerrado em 31 de março de	
	2006	2007	2008	2008	2009
DEC (horas)	7,98	9,08	11,06	10,95	9,70
FEC (vezes)	6,30	6,39	6,74	6,96	6,22

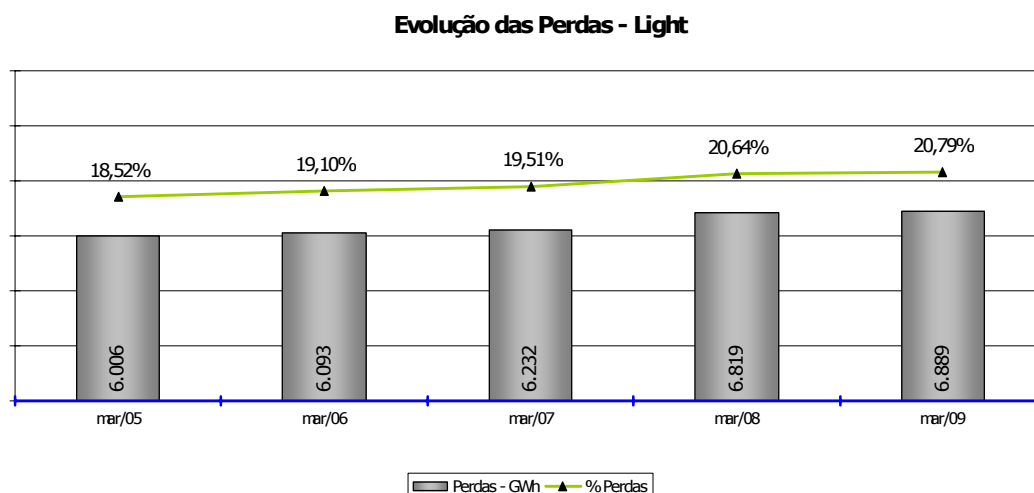
Fonte: Companhia.

Perdas de energia elétrica

O negócio de distribuição de energia elétrica envolve perdas de energia. Essas perdas são de natureza técnica e não técnica. Existe, na área de concessão da Companhia, uma cultura de informalidade que se traduz em comportamentos de evasão fiscal e não pagamento de faturas de concessionárias de serviço público e de redes de TV a cabo, bem como de furto de energia elétrica.

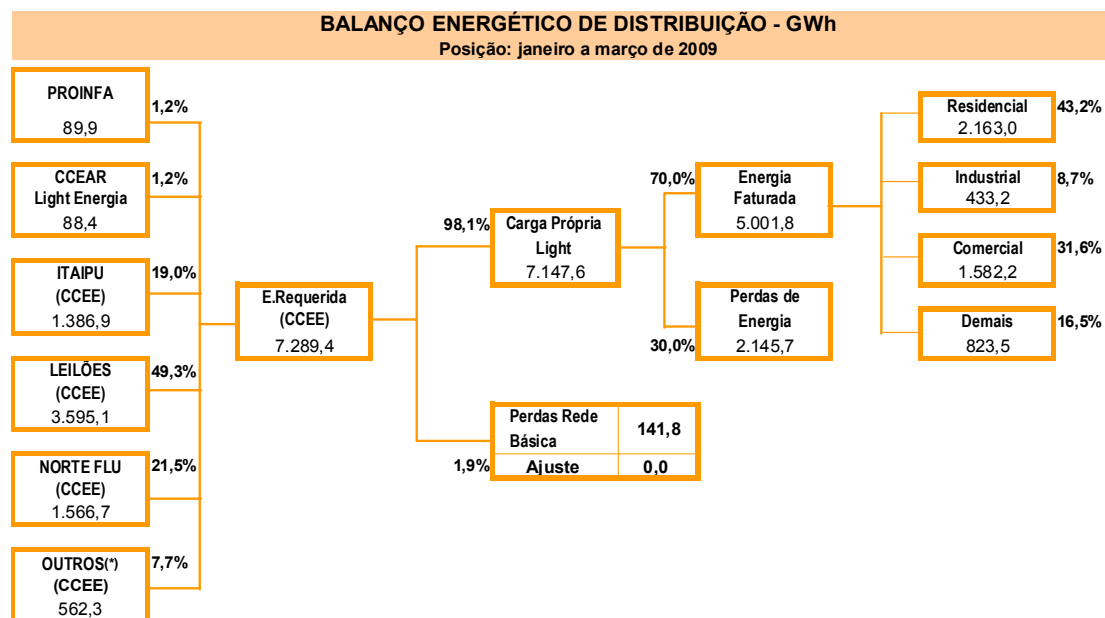
Em 31 de março de 2009, o índice de perdas (valor acumulado nos últimos 12 meses) foi de 20,8% em relação à Carga Fio (6.885 GWh), representando um crescimento de 0,37 pontos percentuais em relação às perdas totais do ano de 2008, quando representaram 20,42% da Carga Fio. Em 2007, as perdas totais foram de 20,6% da Carga Fio. Este aumento foi influenciado pela temperatura maior neste trimestre, principalmente pelo uso de aparelhos de ar condicionado.

O gráfico seguinte⁴ apresenta os resultados apurados nos trimestres encerrados em 31 de março de 2005, 2006, 2007, 2008 e 2009:



⁴ Fonte: Companhia.

O diagrama a seguir⁵ apresenta o fluxo de energia simplificado do sistema de distribuição da Light SESA, no 1º trimestre de 2009, quantificando os volumes de energia requerida, a carga própria, o total de energia faturada e o total de perdas.



(*) Outros = Compra no Spot - Venda no Spot.

(**) ajuste no faturamento referente à carga ainda não contabilizada na CCEE.

OBS: 1) Na Light S.A existe eliminação de venda/compra de Energia Elétrica entre as empresas

2) dados de compra de energia do dia 17 / 04 / 2009 (sujeitos a alteração).

No primeiro trimestre de 2009, as ações convencionais de combate às perdas, que incluem as atividades regulares de inspeção e normalização de clientes, abrangeram mais de 69 mil consumidores, representando um acréscimo de 32% de consumidores em relação ao mesmo trimestre de 2008.

As melhorias implementadas nos processos de recuperação de energia, como o de negociação dos débitos de clientes com fraude constatada e a implementação de novas tecnologias, proporcionaram no primeiro trimestre de 2009 um incremento de 99% na energia do plano de combate às perdas em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando um montante de 54,3 GWh.

De forma complementar ao processo convencional de combate às perdas, a Companhia vem investindo em novas tecnologias de medição e blindagem da rede elétrica. Este último programa, que envolve a substituição da rede convencional por cabos multiplexados e o nivelamento dos condutores de baixa com os de alta tensão, objetiva impedir o acesso de terceiros à rede para a realização de ligações diretas. Nos próximos meses, a Companhia ampliará a força de trabalho de forma a alavancar o processo, cuja meta para o ano é alcançar 850 km de rede blindada.

⁵ Fonte: Companhia.

Matéria-Prima e Relacionamento com Fornecedores

A principal matéria-prima utilizada pela Companhia no desempenho de suas atividades é a energia elétrica. O percentual do custo de energia elétrica comprada (matéria-prima para distribuição) sobre os custos totais da Companhia representou 77% no trimestre encerrado em 31 de março de 2009.

Para maiores informações sobre os contratos de compra e venda de energia celebrados entre a Companhia e os geradores de energia elétrica, ver item “Contratos Relevantes Operacionais” deste Prospecto.

Além disso, a Companhia está sempre em busca da melhoria de seu relacionamento com os fornecedores de equipamentos e prestadores de serviços contratados pela Companhia. Para maiores informações sobre tais contratos, ver item “Contratos Comerciais Relevantes com Fornecedores e Prestadores de Serviços” deste Prospecto.

Índice de Inadimplência e Procedimentos de Cobrança

Em 2007, com o objetivo de reduzir a inadimplência foram definidas diversas ações em conformidade com as especificidades de cada segmento de clientes, visando uma maior otimização dos recursos e maior velocidade dos processos.

Com referidas ações, a taxa de arrecadação total da Companhia acumulada atingiu 99,42% em 31 de dezembro de 2007, que comparada ao resultado alcançado em 2006, que foi de 93,02%, resultou em uma melhoria de 6,40 p.p. neste indicador. Com relação ao ano de 2008, a Companhia atingiu em 31 de dezembro uma taxa acumulada de 98,25%, uma pequena redução de 1,17 p.p se levado em consideração todo o cenário de crise internacional que atingiu a economia desde o último quadrimestre do ano. Ainda assim, esse resultado representa um crescimento de 5,23 p.p em relação ao ano de 2006, início da gestão da RME. A taxa de arrecadação dos últimos 12 meses foi de 96,6% do faturamento comercial, 1,6 pontos percentuais. abaixo do índice registrado em 2008. A redução na taxa de arrecadação pode ser explicada pela: (i) crise econômica no Brasil que deteriorou as condições de crédito no segmento do varejo; (ii) redução do consumo dos Grandes Clientes, também ocasionada pela crise econômica; e (iii) intensificação nas ações de repressão às perdas de energia, com o aumento do faturamento de consumos passados, que por serem parcelados impactam negativamente a taxa de arrecadação.

Segmento do Varejo

Para o segmento do varejo, a Companhia promoveu a unificação de sua estrutura organizacional responsável pelas ações de cobrança. Atuou fortemente com a utilização do corte no fornecimento de energia elétrica, executando uma média de 45 mil cortes/mês, no ano de 2007, e uma média de 70 mil para o ano de 2008, sendo este instrumento de muita eficácia para o incremento da arrecadação. Utilizou, também, a estratégia de inscrever o consumidor inadimplente junto aos órgãos de proteção ao crédito CDL RIO – Clube de Diretores Lojistas do Rio de Janeiro e SERASA, especialmente para os clientes localizados em área de risco, onde o corte não é possível de ser realizado, promovendo o apontamento de 416 mil CPF/MF no ano de 2007 e 400 mil no ano de 2008.

Além disso, a Companhia renegociou os contratos com as empresas de cobrança externa, visando torná-los mais atrativos, além de ter implementado o protesto de títulos direcionado para clientes como hospitais, onde o corte no fornecimento é tarefa delicada. Para os maiores faturamentos deste segmento, implantou uma célula exclusiva de tratamento destes clientes, com uma nova sistemática de cobrança, onde o foco foi reduzir o prazo entre o vencimento da fatura e o aviso de corte.

O conjunto destas ações resultou em um incremento na taxa de arrecadação de 93,75%, obtida em dezembro de 2006 para 96,28%, em 31 de dezembro de 2007, representando uma receita adicional de R\$109,8 milhões. Em 2008, o resultado para este segmento ficou em 94,22%, o que representa uma redução de 2,06 pontos percentuais em relação ao resultado de 2007, fortemente impactado pela crise internacional que fez com que as taxas de inadimplência do mercado, em geral, registrassem as maiores altas dos últimos anos. Para o 1º trimestre de 2009, a taxa obtida foi de 87,04% que sofreu influência do aumento do consumo face à elevação de temperatura, que aumenta o valor da conta devido ao uso de ar-condicionado, e da deterioração das condições de crédito aos clientes do varejo.

Segmentos de Média e Alta Tensão – Clientes Privados

A estratégia adotada no ano de 2007 para o segmento de média e alta tensão, com uma política de contato permanente com os clientes, estabelecimento e cumprimento de prazos rigorosos para a suspensão de fornecimento, conforme prevê a Resolução ANEEL n.º 456/00 e a utilização de ferramentas como a negativação e o protesto, teve continuidade no ano de 2008. Isso possibilitou a manutenção das expressivas taxas de arrecadação que ficaram acima da faixa dos 100% do faturamento. A taxa de arrecadação obtida em dezembro de 2007 ficou em 101,08%, e atingiu, em 31 de dezembro de 2008, o patamar de 100,01%. Já com relação ao 1º trimestre de 2009, a taxa acumulada foi de 98,01% que também sofreu um ligeiro impacto pelas condições de crédito do mercado.

Um alinhamento maior com a área jurídica viabilizou a antecipação de acordos em processos judiciais de cobrança, resultando na recuperação de dívidas antigas e a normalização do fluxo corrente de pagamentos dos clientes.

Poder Público Municipal

A Companhia ampliou a atuação institucional junto às prefeituras de sua área de concessão, adotando uma política calcada em ações de aproximação e de reciprocidade, que possibilitou o êxito em negociações importantes para a Light SESA.

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro retomou o fluxo regular de pagamentos de seus principais órgãos e, com a recuperação de dívidas de exercícios anteriores a 2007, atingiu uma taxa de arrecadação de 125,5% em 31 de dezembro de 2007 e de 103,69% em 31 de dezembro de 2008. Com relação ao 1º trimestre de 2009, a taxa acumulada ficou em 74,63% face à demora na aprovação dos orçamentos. Contudo, a situação foi regularizada e os pagamentos retomados a partir de abril de 2009.

Outros municípios também equacionaram seus débitos com a Companhia via parcelamentos de débitos, atingindo uma taxa de arrecadação de 102,1% em 31 de dezembro de 2007 e 107,26% em dezembro de 2008. No 1º trimestre de 2009, a taxa obtida foi de 101,38% do total faturado.

Poder Público Estadual

Em janeiro de 2007, o Estado do Rio de Janeiro e a Companhia estreitaram o relacionamento institucional, e retomaram a negociação das dívidas acumuladas pelo Governo Estadual. O resultado dessas ações culminou no reconhecimento de parte das dívidas relativas às gestões anteriores e na retomada do fluxo mensal de pagamentos pela atual gestão, registrando uma taxa de arrecadação de 86,53% em dezembro de 2007 e de 121,81% em dezembro de 2008, representando um crescimento de 35,28 pontos percentuais. Com relação ao 1º trimestre de 2009, a taxa foi de 66,79% sendo que esta também foi fortemente impactada pela demora na aprovação do orçamento do Estado. Contudo, a situação foi regularizada e os pagamentos retomados a partir de abril de 2009.

Poder Público Federal

Com um plano de atuação contínua junto aos principais órgãos federais, foi possível recuperar a regularidade de pagamentos de vários clientes desse segmento. Com a recuperação de dívidas passadas, foi possível alcançar um índice de arrecadação de 101,7% em 31 de dezembro de 2007. O resultado da atuação sobre esse segmento já significou a recuperação de cerca de R\$ 30 milhões para a Companhia, equivalentes a 70% dos débitos desses clientes no início de 2007. No ano de 2008, este plano de atuação foi intensificado o que possibilitou superar o resultado do ano anterior e a taxa de arrecadação acumulada obtida em 31 de dezembro de 2008 foi de 102,49% do total faturado. No 1º trimestre de 2009 este segmento, assim como os 2 outros órgãos públicos já mencionados, também teve seu resultado impactado pela não aprovação do orçamento e a taxa obtida foi de 94,47%.

CEDAE

Merece destaque no ano de 2007, a retomada do fluxo regular de pagamentos pela CEDAE, juntamente com a repactuação de débitos acumulados no montante de R\$118 milhões em 59 parcelas de R\$ 2 milhões, com pagamento das parcelas através de crédito automático na conta da Companhia. No final de 2007, o índice de arrecadação atingido foi de 110,3% e com um expressivo crescimento de 25,48 pontos percentuais encerrou o ano de 2008 com uma taxa de 135,81% do total faturado. No 1º trimestre de 2009 a CEDAE continua honrando tanto o pagamento dos fluxos mensais quanto o pagamento do parcelamento e a taxa obtida foi de 129,95%.

SuperVia

Em 12 de abril de 2007, foi firmado um acordo entre a Companhia e a SuperVia, tendo como principais desdobramentos o parcelamento do saldo devedor em 168 prestações mensais sucessivas de valores progressivos, que variam de R\$500 mil a R\$1,2 milhão, com carência de 12 meses para o pagamento da 1ª parcela e a retomada do pagamento das faturas mensais de energia elétrica a partir de abril de 2007.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, a SuperVia honrou rigorosamente todos os termos do acordo, projetando um índice de arrecadação de 108,2% no final do ano. Em 2008 manteve a mesma regularidade e encerrou o ano com uma taxa de 109,10%. No 1º trimestre de 2009, a taxa acumulada ficou em 81,70% do total faturado face à postergação para junho de 2009 do pagamento da conta mensal de fevereiro 2009.

A tabela a seguir mostra a evolução dos valores de contas a receber da Companhia nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e no trimestre encerrado em 31 de março de 2009:

	31 de dezembro de			
	2006	2007	2008	31/03/2009
CIRCULANTE				
Fornecimento faturado	1.410.124	1.442.665	1.729.885	1.710.218
Fornecimento não faturado	249.409	273.111	260.361	289.296
Parcelamento de débitos	382.390	149.560	140.874	153.435
	<u>2.041.923</u>	<u>1.865.336</u>	<u>2.131.120</u>	<u>2.152.949</u>
Comercialização no âmbito do CCEE	13.177	16.691	-	-
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica - TUSD	21.317	21.411	22.099	22.741
Créditos a recuperar na tarifa	27.951	40.894	67.977	52.507
Energia livre – ressarcimento a geradoras	67.914	16.354	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	152.260	37.866	-	-
	<u>282.619</u>	<u>133.216</u>	<u>90.076</u>	<u>75.248</u>
	<u>2.324.542</u>	<u>1.998.552</u>	<u>2.221.196</u>	<u>2.228.197</u>
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(579.060)	(667.895)	(901.290)	(759.939)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - RTE	-	(11.271)	-	-
	<u>1.745.482</u>	<u>1.319.386</u>	<u>1.319.906</u>	<u>1.468.258</u>
NÃO CIRCULANTE				
Parcelamento de débitos	88.974	326.066	292.594	297.458
Encargo Energia Livre - PIS/COFINS	28.310	28.310	-	-
(-) Provisão para energia livre - PIS/COFINS	(28.310)	(28.310)	-	-
Energia livre - ressarcimento a geradoras	214.965	146.206	-	-
(-) Provisão para energia livre	(185.196)	(146.206)	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	253.768	281.634	-	-
(-) Provisão para recomposição Tarifária Extraordinária - RTE	(189.598)	(281.634)	-	-
	<u>182.913</u>	<u>326.066</u>	<u>292.594</u>	<u>297.458</u>

Concorrência

A atividade da Companhia, de distribuição de energia elétrica, se caracteriza como um monopólio natural, situação onde a operação de apenas uma empresa em determinada região traz mais eficiência econômica do que a existência de concorrência. Este fenômeno é verificado nas chamadas “indústrias de rede”, englobando, além da distribuição de energia elétrica, o gás canalizado, saneamento básico, telefonia fixa e outros. Em outras palavras, o ente físico do sistema de rede - dos fios, dutos, manilhas e cabos coaxial, conforme o caso - é que determina o monopólio natural.

O serviço de transporte de energia é remunerado por meio da TUSD. Dessa forma, os Consumidores Livres localizados dentro da área de concessão da Companhia devem utilizar a rede de distribuição da Companhia para ter acesso à energia elétrica, remunerando a Companhia por meio da TUSD.

O Decreto nº 5.597, de 26 de novembro de 2005, autorizou os Consumidores Livres a pararem de pagar as tarifas TUSD para as Distribuidoras caso tenham rede própria que os permita conectar-se diretamente à Rede Básica.

Embora a migração de Consumidores Livres possa afetar o resultado operacional da Companhia, a redução da receita derivada de tal migração geralmente não causa redução das margens de lucro, pois a remuneração pelo uso da Rede Básica que decorre da TUSD continua a ser recebida mesmo depois da migração.

Relação de Dependência dos Mercados Nacionais e/ou Estrangeiros

A Companhia desenvolve suas atividades em território brasileiro, mais especificamente em sua área de concessão que está limitada ao Estado do Rio de Janeiro, de forma que os seus negócios dependem diretamente do mercado nacional e do desempenho deste. O modo de condução dos negócios e os resultados da Companhia são influenciados pelo crescimento econômico nacional, notoriamente o do Estado do Rio de Janeiro, e consequente demanda de energia, sendo que crescimento econômico e demanda por energia são, em linhas gerais, diretamente proporcionais. Por esse motivo, a Companhia não depende diretamente do mercado estrangeiro para a condução de seus negócios.

Efeitos da Ação Governamental nos Negócios da Companhia

A Companhia atua em ambiente altamente regulado pelo governo brasileiro, estando assim sujeita aos efeitos de ações governamentais e regulação específica. Para detalhes sobre as ações governamentais e regulamentação específica às quais a Companhia se sujeita, veja a seção “Visão Geral do Setor de Energia Elétrica”, na página 127 deste Prospecto.

Programa de Investimentos

A Companhia vem investindo em busca de melhorias do sistema de alta tensão, visando à otimização do sistema e em projetos de aumento da confiabilidade e segurança operacional das subestações e linhas de 138 kV. Em 2008, a Companhia aplicou R\$547,0 milhões em aquisições de imobilizado e benfeitorias destinadas à melhoria e expansão do seu sistema elétrico (incluindo-se os encargos financeiros capitalizados), e até 31 de março de 2009, havia aplicado R\$72,0 milhões. Grande parte desse volume de recursos foi direcionada à atividade de distribuição, destacando-se as aplicações em programas de combate às perdas de energia, e melhoria da qualidade do serviço, instalações de medidores, ligações de novos consumidores, bem como aplicações na implantação do novo Sistema de Faturamento e modernização dos equipamentos de informática.

Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos ou Serviços

O Programa de P&D da Companhia está pautado na busca de inovações para fazer frente aos desafios tecnológicos da empresa e de mercado, objetivando assim a alocação e aplicação eficiente desses recursos.

O processo de elaboração do Programa de P&D da Companhia tem sido marcado pela efetiva participação da alta direção da Light SESA na definição das diretrizes estratégicas e dos temas prioritários, o que garante, ao final do processo, o desenvolvimento de projetos alinhados aos interesses prioritários da Companhia.

Em função da nova regulamentação de maio de 2008, o Programa de P&D passou a possuir em novembro de 2008, um Plano Estratégico para Investimentos em P&D, para um horizonte de 5 anos.

Ínsito no Programa de P&D da Light SESA iniciado em junho de 2008, estava o projeto n.º 01/07, “Agenda de Planejamento Estratégico Integrado à Inovação Tecnológica”, cujo objetivo é o desenvolvimento de uma metodologia e de um sistema que otimize o planejamento integrado do Programa de P&D com a inovação tecnológica. Assim, esse projeto deu suporte a prospecção de linhas de pesquisa de interesse da Light SESA, integradas ao Planejamento estratégico global da empresa.

Essas 18 linhas de pesquisa buscam projetos com as melhores soluções tecnológicas para as áreas da empresa:

- (i) Inserção competitiva de fontes energéticas renováveis e alternativas;

- (ii) Impactos ambientais e inovação em gestão ambiental;
- (iii) Mensuração monetária de danos e medidas mitigadoras na exploração de energia elétrica;
- (iv) Mitigação de riscos, novos EPIs, inspeção e manutenção de sistemas elétricos;
- (v) Tecnologia, indicadores e avaliação de resultados de projetos de eficiência energética;
- (vi) Potencialização de capacidade de carregamento e de extensão de vida útil de equipamentos e linhas de transmissão;
- (vii) Modelagem de redes;
- (viii) Integração de centrais eólicas e de fontes de geração distribuída;
- (ix) Otimização do despacho e gerenciamento da carga;
- (x) Transmissão de dados por redes elétricas (telemonitoramento, telecontrole, teleproteção, comunicação);
- (xi) Qualidade, poluição, distúrbio e ressarcimento econômico no sistema elétrico;
- (xii) Predição, segmentação, identificação e gestão de perdas comerciais;
- (xiii) Sistemas de medição controle e gerenciamento de energia;
- (xiv) Aspectos regulatórios, metrológicos e de avaliação de conformidade;
- (xv) Novos cenários, integração e disponibilização da rede elétrica a outros negócios e serviços;
- (xvi) Gestão de pessoas e tecnologias cognitivas;
- (xvii) Desenvolvimento comercial da interação concessionária/cliente;
- (xviii) Sustentabilidade.

O Programa de P&D é elaborado de acordo com a Lei n.º 9.991, de 24 de julho de 2000, que define a obrigatoriedade das concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica investirem, até 31 de dezembro de 2010, 0,50% de sua receita operacional líquida em Programas de P&D e 0,50% em eficiência energética. A partir de 1º de janeiro de 2011, as porcentagens passam a ser 0,75% e 0,25%, respectivamente.

Em 2008, a Light SESA desenvolveu 59 projetos, com investimentos da ordem de R\$9 milhões.

A partir de dezembro de 2008, a Light SESA iniciou o processo de contratação de novos projetos sob as regras da nova regulamentação da ANEEL e, até março deste ano, estavam em execução um total de 74 projetos. Essa nova regulamentação traz como um dos pontos mais importantes, a opção ou não, por parte das concessionárias, da avaliação inicial do projeto pela agência reguladora.

A Light SESA, a partir de um critério interno fez avaliações prévias, retrabalhando suas propostas para que a opção por iniciar os projetos sem submetê-los à avaliação inicial da ANEEL, fosse feito de forma a mitigar os riscos inerentes ao processo regulatório. Assim, a empresa ganha mais rapidez no atendimento às suas demandas tecnológicas. Outra questão fundamental da nova regulamentação é a inserção de novas fases na cadeia de inovação (cabeça de série, lote pioneiro e inserção no mercado) que permitem que o projeto avance até sua utilização final pelo mercado.

A partir dessas mudanças no processo de P&D, a Light SESA além de valorizar a pesquisa acadêmica, passa a contribuir também para o desenvolvimento industrial ao avançar na cadeia de inovação dos projetos. Entre eles, destacam-se os Espaçadores poliméricos para rede compacta de distribuição (Lote Pioneiro e Inserção no Mercado) e o Projeto de transformador de distribuição autoprotetido compacto 85°C (cabeça de série).

Propriedade Intelectual

Marcas

No Brasil, a propriedade de uma marca adquire-se somente pelo registro validamente expedido pelo INPI, órgão responsável pelo registro de marcas e patentes no País, sendo então assegurado ao titular seu uso exclusivo em todo o território nacional por um prazo determinado, passível de renovações para uma determinada classe de serviços ou produtos. Durante o processo de registro, o depositante tem apenas uma expectativa de direito para utilização das marcas depositadas, aplicadas para a identificação de seus produtos ou serviços.

A principal marca da Companhia é a marca “Light”, a qual identifica a Companhia e distingue os serviços por ela prestados ao mercado consumidor. Esta marca se encontra devidamente registrada junto ao INPI em diferentes formas, como por exemplo, marca nominativa e marca mista.

Além disso, a Companhia também é titular do registro de outras marcas importantes junto ao INPI como “Alerta Light”, “Energia Solidária”, “Planeta Energia”, “Centro Cultural Light” e “Light nas Escolas”.

Ainda, a Companhia tenta obter junto ao INPI o registro da marca “Demanda Plus Light”, que identifica um pacote especial de serviços oferecido pela Companhia, considerada uma marca relevante para a Light SESA. Porém, inicialmente, o pedido de registro da marca “Demanda Plus Light” foi indeferido pelo INPI, que considerou a marca não passível de registro por tratar-se de expressão de propaganda. Em 04 de junho de 2007, a Companhia entrou com recurso contra o indeferimento do pedido de registro, negando que a marca em questão seria utilizada como meio de propaganda. O processo de registro da marca atualmente aguarda decisão do INPI.

Patentes

Destaca-se ainda o pedido de patente depositado pela Companhia junto ao INPI, em 8 de junho de 2005, no que se refere à invenção de “Selo de Segurança com Indicador Químico de Violação”, o qual ainda está sob análise do INPI. Trata-se de um selo químico para lacrar medidores, equipado com um sensor químico que permita detectar visualmente a sua violação. Referida invenção é classificada como de alta relevância pela Companhia, pois com a implementação de referido selo em seus produtos, a Companhia poderá evitar inúmeras fraudes.

O outro pedido de patente depositado pela Companhia juntamente ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações – CPqD perante o INPI, em 6 de agosto de 2007, refere-se à invenção do “Sensor e Sistema para Detecção da Corrosão em Camada de Zinco sobre Aço”. Trata-se de um sensor que detecta a corrosão na alma de aço dos cabos CAAA (cabo de alumínio com alma de aço). Referida invenção também é classificada como de alta relevância pela Companhia, pois detecta o grau de corrosão e desta forma evita o rompimento destes cabos, e consequentemente a interrupção do fornecimento de energia. A patente está em processo de registro perante o INPI, e desde 18 de março de 2008 está no período de sigilo, que perdurará pelo período de 18 meses.

Domínios

A Companhia é titular de diversos nomes de domínio no Brasil, dentre os quais “light.com.br”, “lightempresas.com.br” e “lightenergia.com.br”, que se encontram devidamente registrados junto ao Núcleo de Informação e Coordenação de Ponto BR – NIC.BR, órgão competente para registros de domínios no País.

Softwares

A Companhia utiliza diversos programas de computador devidamente licenciados na gestão de suas atividades, dos quais destacamos:

- Sistema de Gestão da Distribuição (SGD): uma solução integrada para gestão otimizada dos recursos da rede elétrica de distribuição, provendo maior segurança, eficiência e confiabilidade e permitindo a redução de perdas e melhoria dos índices de interrupção de energia;
- Softwares SAP: diversos sistemas da SAP para diferentes áreas da Companhia, como Contabilidade e Faturamento;
- eCONTROLMI: módulo funcional da plataforma Hemera para automatização da medição de consumidores de energia elétrica residenciais; e
- FPW: sistema que opera a folha de pagamento dos colaboradores da Light.

Seguros

Em 31 de março de 2009, a Companhia possuía seguros visando a cobertura de seus principais ativos e riscos derivados de suas atividades, dentre os quais é possível citar:

(i) Seguro de Riscos Operacionais, que cobre os danos materiais dos seus ativos (prédios, móveis e máquinas) decorrentes de incêndio, explosão, desentulho, alagamentos, terremoto, quebra de maquinário e danos elétricos. A importância segurada é de R\$2.259 milhões, com limite máximo de indenização no valor de R\$348,9 milhões e o valor da franquia é limitado a R\$528,6 mil. Este seguro tem vigência até 31 de outubro de 2009.

(ii) Seguro de Responsabilidade Civil Geral, que objetiva o reembolso de indenizações que a Companhia venha a ser compelida a pagar, em decorrência de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora em função de sua responsabilidade civil por danos involuntários, materiais e/ou pessoais causados a terceiros em virtude da execução de sua atividade, incluindo danos decorrentes de poluição, contaminação ou vazamentos súbitos. Tem uma importância segurada no valor de R\$18,3 milhões, e franquia de R\$913,8 mil. O prêmio total pago na vigência 2008/2009 foi de R\$504,5 mil. Este seguro tem vigência até 25 de setembro de 2009.

(iii) Seguro Transporte Internacional, que cobre danos ocasionados aos bens importados durante o trajeto que a mercadoria percorre para chegar até as dependências da Companhia, incluindo aqueles ocasionados durante os embarques de carga. O limite segurado é de US\$1,5 milhões e a franquia é de 1% do valor da mercadoria ou carga sinistrada e o prêmio é pago a cada evento. Este seguro tem vigência até 1 de junho de 2009.

(iv) Seguro Garantia, que garante até o valor da importância segurada fixada na apólice, o ressarcimento de eventuais prejuízos decorrentes de inadimplemento da Companhia, em relação às suas obrigações de pagamento pela energia adquirida do segurado, conforme contratos de compra e venda de energia elétrica. Em 31 de março de 2009, dos 36 contratos de compra e venda de energia, oriundos dos leilões realizados pela CCEE, 8 apresentavam as respectivas apólices de seguro garantia, totalizando R\$5,8 milhões, sem franquia. O prêmio total pago na vigência 2008/2009 foi de R\$50,3 mil. Este seguro tem vigência até 31 de dezembro de 2009.

(v) Seguro Compreensivo Empresarial, que cobre 19 localidades da Companhia contra danos decorrentes de riscos de incêndio, danos elétricos e perda de receita com aluguel em decorrência de sinistro coberto. A importância segurada é R\$9,4 milhões e o limite máximo de indenização no valor de R\$2,4 milhões. O valor da franquia é de 10% dos prejuízos, limitado a um mínimo de R\$0,5 mil. O prêmio total pago na vigência 2009/2010 foi de R\$1,6 mil. Este seguro tem vigência até 4 de maio de 2010

Além das apólices listadas acima, a Companhia também possui seguros de:

Seguro de Vida em Grupo – Empregados
Seguro de Vida em Grupo – Executivos
Seguro de Acidentes Pessoais – Estagiários
Seguro de Vida – Diretores e Conselheiros
Seguro Automóvel – Frota Diretoria
Seguro Viagem

A Companhia acredita que suas apólices contratadas junto a renomadas seguradoras refletem as condições usuais de mercado para os tipos de seguros contratados e abrangem coberturas em escopo e montantes considerados suficientemente adequados pela sua administração e por consultores de seguros, considerando o porte da Companhia e os riscos inerentes às suas operações, não havendo, na data deste Prospecto, quaisquer pendências relativas a sinistros ocorridos e/ou em fase de negociação com as seguradoras.

O montante de prêmios de seguros pagos pela Companhia para o ano de 2008 e o trimestre encerrado em 31 de março de 2009, corresponde a R\$2,0 milhões e R\$170,4 mil, respectivamente.

Bens móveis e imóveis de propriedade da Companhia

A Companhia possui diversos imóveis próprios, alguns destinados à prestação dos serviços concedidos nos termos do Contrato de Concessão e outros desvinculados à prestação desses serviços. Em 31 de março de 2009, o valor contábil líquido dos ativos fixos da Companhia era de R\$3,5 bilhões, basicamente representado por subestações, linhas de transmissão e demais imóveis da estrutura de atendimento e administração.

Em 31 de março de 2009, diversos imóveis de propriedade da Companhia estavam penhorados em ações judiciais e execuções fiscais e trabalhistas, dentre os quais os mais relevantes constam na tabela abaixo. A Companhia não onera imóveis operacionais, como subestações, cuja eventual perda ou restrição ao uso possa comprometer a realização de suas atividades, uma vez que, segundo a legislação que rege o setor elétrico, a alienação, oneração ou cessão de bens necessários e vinculados à prestação do serviço concedido não podem ser feitas sem a prévia autorização da ANEEL. Dessa forma, os imóveis passíveis de constituição de ônus restringem-se aos desvinculados do serviço.

IMÓVEL	PENHORA (Valores em R\$)
Imóvel Grajaú (Associação Atlética)R. José Patrocínio, 171	4.801.852,47
R. Bergamo, n.º 320	19.923.589,68
Rua Comendador Lisboa, 39	39.053,06
Rua Venceslau, 192, 1º ao 7º andar.	98.212,92
Estrada do Tindiba, 1608	7.459,70

A Companhia celebra contratos de locação de imóveis, na qualidade de locadora e locatária sendo que alguns deles estão vigendo por prazo indeterminado, o que pode implicar na necessidade de desocupação do imóvel, no prazo de 30 (trinta) dias, em caso de denúncia do contrato pelo proprietário.

A Companhia possui os alvarás necessários à regular operação de suas atividades para todos os imóveis por ela utilizados.

Aspectos Ambientais

Responsabilidade Ambiental

As atividades da Companhia estão sujeitas à legislação municipal, estadual e federal, que dispõe amplamente sobre proteção ao meio ambiente. A Constituição Federal outorgou ao Governo Federal e aos governos estaduais competência para legislar sobre a proteção ambiental. Os governos municipais também podem editar leis e normas ambientais relativas a questões de interesse local. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

As violações à legislação ambiental podem caracterizar crime, atingindo tanto os administradores como a própria pessoa jurídica da Companhia. Podem, ainda, acarretar penalidades administrativas como multas de até R\$50 milhões (aplicáveis em dobro ou no seu triplo em caso de reincidência) e suspensão temporária ou definitiva da atividade poluidora. Ressalte-se que tais sanções serão aplicadas independentemente da obrigação de reparar a degradação imposta ao meio ambiente e a terceiros afetados.

Na esfera civil, os danos ambientais implicam responsabilidade solidária e objetiva, direta e indireta. Isso significa que a obrigação de reparação poderá afetar a todos os direta ou indiretamente envolvidos, independentemente da comprovação de culpa dos agentes. Como consequência, a contratação de terceiros para proceder a qualquer intervenção nas operações da Companhia, como a disposição final de resíduos, não exime a responsabilidade da contratante por eventuais danos ambientais causados pela contratada. Além disso, a legislação ambiental também prevê a possibilidade de ocorrer a desconsideração da personalidade jurídica da sociedade sempre que esta se fizer necessária para a integral reparação do dano ambiental causado.

O processo de distribuição de energia elétrica pode acarretar problemas ou impactos ambientais, que variam segundo os aspectos que lhes deram origem e suas respectivas magnitudes. Entretanto, dentro da política ambiental corporativa adotada para as sociedades do Grupo Light definida pelo Sistema de Gestão Ambiental implantado e certificado de acordo com a norma NBR ISO 14001, esses aspectos e impactos são identificados, avaliados e tratados, dentro de um plano de ação, com objetivos e metas bem definidos.

A Companhia vem desenvolvendo diversos projetos e programas voltados para preservação do meio ambiente em sua área de concessão, consolidando-se cada vez mais como empresa ambientalmente responsável, à medida que, a cada ano, eleva o número de ações ambientais empreendidas, seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável.

Dentre essas ações, merecem destaque:

- implantação do Sistema de Gestão Ambiental, fundamentado na norma NBR ISO 14001, já com 182 empreendimentos certificados (para obter maiores informações a respeito dos empreendimentos certificados, veja a seção “Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural”, na página 252 deste Prospecto);
- implantação de programas visando melhorar o seu desempenho ambiental, tais como “Coleta Seletiva de Resíduos”, Redução do “Conflito Rede/Árvore”, “Projeto Emissões Zero”, “Produção + Limpa”, “Projeto Desperdício Zero” e outras medidas de prevenção e controle da poluição (para obter maiores informações a respeito desses e de outros programas desenvolvidos pela Companhia, veja a seção “Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural”, na página 252 deste Prospecto);
- substituição de aproximadamente 650 km de rede aérea de distribuição para redução de “conflito rede/árvore” por meio da instalação de cabos cobertos, pré-reunidos e multiplexados;
- parcerias com universidades, que têm permitido a realização de projetos ambientais de P&D, com benefícios não somente à conservação dos recursos ambientais disponíveis na área de concessão do Grupo Light, mas também à comunidade acadêmico-científica, enfim à sociedade como um todo (para obter maiores informações a respeito desse tema, veja a subseção “Pesquisa e Desenvolvimento de Novos Produtos e/ou Serviços” na seção “Atividades”, na página 176 deste Prospecto).

Não houve, até o momento, paralisação de quaisquer atividades da Companhia em decorrência de desrespeito às leis ou regulamentos ambientais.

A Companhia não adota quaisquer padrões internacionais relativos à proteção ambiental. Entretanto, cumpre notar que a Companhia observa a NBR ISO 14001 (que apesar de ser uma norma brasileira, está fundamentada na norma ISO 14001 internacional), aderiu ao Pacto Global para mudanças climáticas (integrando a Comissão de Meio Ambiente do Comitê Brasileiro do Pacto Global) e passou a integrar o Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE. Para obter maiores informações a respeito desse tema, veja a seção “Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural”, na página 252 deste Prospecto.

Licenciamento Ambiental

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial do empreendimento quanto para as ampliações nele procedidas. As atividades cujos impactos são considerados significativos estão sujeitas à elaboração de EIA-RIMA e à implementação de medidas de compensação ambiental (investimentos em unidades de conservação de, pelo menos, 0,5% do custo total do empreendimento).

Para os empreendimentos de impacto ambiental regional ou realizados em áreas de interesse ou domínio da União, a competência para licenciar é atribuída ao IBAMA. Com exceção dos casos em que o licenciamento ambiental está sujeito à competência do IBAMA, no Estado do Rio de Janeiro, a Comissão Estadual de Controle Ambiental - CECA e o INEA - Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro são competentes para a análise das atividades e emissão de licenças ambientais, bem como para a imposição de condições, restrições e medidas de controle pertinentes. Alguns municípios, a partir de convênio firmado com o INEA-RJ, passaram a licenciar atividades de baixo impacto ambiental e abrangência local.

O processo de licenciamento ambiental segue, basicamente, 3 estágios subsequentes: licença prévia, licença de instalação e licença de operação.

- Licença prévia. A licença prévia comprova a viabilidade ambiental de uma instalação ou atividade e estabelece os requisitos básicos e as condições ambientais a serem satisfeitas durante as fases subsequentes de implementação. Se a instalação ou atividade for considerada como sendo potencialmente causadora de significativa degradação ambiental, um EIA-RIMA deve ser elaborado e encaminhado para exame do órgão ambiental licenciador, como condição para a emissão da licença prévia;
- Licença de instalação. A licença de instalação autoriza a construção de uma instalação e estabelece as medidas de controle e outras condições ambientais a serem atendidas antes do início da fase operacional. A comprovação da implementação das condições estabelecidas pela licença prévia, bem como a elaboração de um projeto ambiental básico e programas ambientais relevantes são pré-requisitos para a emissão de uma licença de instalação; e
- Licença de operação. A licença de operação autoriza a operação de uma instalação ou atividade pelo período estabelecido na licença, que pode ser renovada. O solicitante deve comprovar a implementação do projeto ambiental básico e a conformidade com as condições ambientais da licença de instalação.

A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, consiste em crime ambiental, além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas tais como multas de até R\$10 milhões e interdição de atividades.

Os projetos da Companhia geralmente exigem a renovação de suas licenças operacionais aproximadamente a cada 5 anos. As renovações devem ser solicitadas dentro de 120 dias a contar do vencimento da licença.

A situação das redes de distribuição de energia elétrica configura exceção ao quadro apresentado. Isto por que a Companhia apenas requer o licenciamento das mesmas quando o empreendimento vier a ser implantado numa área de proteção ambiental ou quando notificado pela autoridade ambiental.

A realização de podas ou supressão de vegetação ao longo das redes de distribuição de energia elétrica da Companhia, para fins de manutenção, depende da prévia obtenção de autorização junto aos órgãos ambientais em alguns municípios da área de concessão, ou quando se tratam de áreas ou exemplares arbóreos especialmente protegidos pela legislação ambiental.

Atualmente, todos os requerimentos de ligações ou extensões de redes feitos à Companhia são analisados pelo sistema GEDIS (Gestão de Distribuição), onde estão lançados os limites das áreas de proteção ambiental federais e estaduais. Caso seja verificado que as ligações ou extensões de rede deverão ser instaladas dentro desses limites, é solicitada a respectiva licença ambiental.

No contexto da transmissão de energia, importantes construções já licenciadas estão em fase de instalação, com o objetivo de atender à crescente demanda energética do Estado do Rio de Janeiro. São elas: as subestações Recreio e Marapicu e suas respectivas linhas de transmissão, localizadas nos municípios do Rio de Janeiro e Nova Iguaçu, respectivamente. Além desses empreendimentos, a Light SESA desenvolve uma importante obra de modernização da subestação Copacabana, que a transformará em uma subestação compactada e com suas estruturas abrigadas.

Em virtude das exigências legais e regulatórias nos planos federal, estadual e municipal, e conforme as melhores práticas do setor de energia elétrica, a Companhia detém, válidas e em vigor, as autorizações e licenças ambientais relevantes para o válido exercício de suas atividades, inexistindo qualquer circunstância material impeditiva da normal condução dessas atividades.

Política de Terceirização

No que diz respeito à terceirização, em 31 de março de 2009, a Companhia mantinha contrato com 110 empresas prestadoras de serviços, para o desempenho de diversas atividades para a Companhia, a saber: manutenção, expansão, operação das redes de distribuição, atendimento a cliente (ligação, desligamento, corte, religação, *call center*), recuperação de energia, leitura e entrega de contas, manutenção, operação do sistema, suporte à tecnologia da informação, limpeza e manutenção predial, segurança e suporte administrativo.

Na hipótese de uma ou mais empresas terceirizadas, contratadas para atuarem na atividade-meio da Companhia, não cumprirem suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, a Companhia poderá ser condenada subsidiariamente em eventuais reclamações trabalhistas propostas. Por outro lado, em relação às empresas contratadas para prestar serviços na atividade-fim da Companhia, em vista do disposto na Súmula 331 do TST, existe o risco de caracterização de vínculo empregatício entre os trabalhadores terceirizados e a Companhia, em caso de ações judiciais trabalhistas. Em quaisquer dessas hipóteses, o resultado da Companhia poderá ser impactado adversamente.

A Companhia estima que, em 31 de março de 2009, aproximadamente 6.176 profissionais encontravam-se envolvidos na prestação de serviços objeto dos referidos contratos.

Empregados

Em 31 de março de 2009, a Companhia contava com 3.474 empregados e 90 estagiários de níveis técnico e superior na Light SESA. Todos os estagiários possuem termos de compromisso devidamente firmado com suas respectivas instituições de ensino e desempenham funções relacionadas aos seus respectivos cursos.

Além disso, em janeiro de 2009, a Companhia selecionou 27 jovens talentos, implementando seu Programa de “Trainee” Light.

A tabela que segue indica o número de empregados da Companhia em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 e em 31 de março de 2009, bem como sua divisão por funções:

Natureza do Cargo	dez/06	%	dez/07	%	dez/08	%	mar/09	%
Gerencial	245	6,4%	230	6,3%	206	5,9%	211	6,1%
Profissional	588	15,3%	565	15,6%	586	16,8%	597	17,2%
Técnica	1404	36,4%	1550	42,7%	1435	41,2%	1433	41,2%
Operacional	1118	29,0%	995	27,4%	943	27,1%	918	26,4%
Administrativa	499	12,9%	287	7,9%	312	9,0%	315	9,1%
Total Global	3854	100,00%	3627	100,00%	3482	100,00%	3474	100,00%

Fonte: Companhia.

Programas de Recursos Humanos

A fim de garantir que as diretrizes estratégicas e os planos táticos da Companhia passem a fazer parte do dia a dia dos empregados da Companhia, em 2007, foi lançado um programa inovador de engajamento de 100% dos seus empregados na missão e valores da empresa.

Em 2008, a Companhia lançou um novo plano tático, um plano de valorização que tem como objetivo dobrar o valor de mercado da empresa em 2 anos, buscando a liderança setorial. Para viabilizar tal plano, faz-se necessária uma importante mudança cultural dos empregados, a fim de garantir a adoção de uma postura mais pró-ativa e de protagonismo no ambiente de trabalho e na vida.

No âmbito da Diretoria de Gente da Companhia, essa mudança representa a implantação de uma sólida cultura de resultados e valorização do mérito, que faz parte do Projeto Cultura de Resultados e Mérito.

Para suportar esse novo contexto empresarial e engajar todos os empregados em tal plano, a Academia Light lançou o Programa Mais Valor. Dentre os programas de capacitação e gestão do conhecimento, incluem-se a Academia Light e o investimento em treinamento, que, em 2008, foi de R\$2,953 milhões.

A Companhia adota, ainda, um modelo de gestão participativa, estimulando o diálogo entre as equipes e seus líderes e consolidando a cultura de resultados.

Política de Remuneração e Benefícios

A Companhia possui uma política de remuneração composta por salário mensal, benefícios e remuneração variável (Programa de Participação nos Lucros e Resultados).

O pacote de benefícios sociais da Companhia engloba, principalmente, auxílio alimentação, auxílio-creche, complementação de auxílio-doença, assistência social e psicológica, exame periódico de saúde, plano de saúde, plano dental, seguro de vida, bolsa de estudo do Colégio 1º de Maio, cesta básica, cesta de natal e licença para acompanhamento hospitalar de dependentes.

Além destes, a Companhia patrocina planos de previdência privada, administrados pela Braslight, identificados respectivamente como Plano “A”, Plano “B” e Plano “C”.

Os Planos “A” e “B”, na modalidade de benefício definido, não recebem novas adesões de participantes desde 1º de novembro de 1997, data da instituição do Plano “C”, o qual se caracteriza como sendo um plano misto, uma vez que os benefícios programados são estruturados na modalidade de contribuição definida durante a fase de acumulação e os demais na modalidade de benefício definido.

Os benefícios oferecidos nos Planos “A” e “B” são: suplementação de aposentadoria por invalidez, suplementação de aposentadoria por tempo de serviço, benefício proporcional diferido, suplementação de aposentadoria por idade, suplementação de pensão, pecúlio, suplementação de auxílio-doença, suplementação de abono anual, resgate e portabilidade.

Os benefícios assegurados pelo Plano “C” são: renda de aposentadoria plena e, opcionalmente, sua reversão em pensão por morte; renda de aposentadoria antecipada reduzida e, opcionalmente, sua reversão em pensão por morte; aposentadoria por invalidez e sua reversão em pensão por morte; auxílio-doença e sua reversão em pensão por morte; pensão por morte de participante ativo; abono anual, benefício proporcional diferido, resgate e portabilidade.

A Companhia participa com 100% do valor da contribuição básica e 50% do valor da contribuição adicional realizadas pelo empregado. Para ter direito aos benefícios de aposentadoria, o empregado precisa ter no mínimo 55 anos de idade e 3 anos de tempo de contribuição. Além disso, a Companhia faz o custeio integral das despesas administrativas com a gestão previdenciária dos planos.

Em 28 de agosto de 2001, foram assinados pela Braslight e pela Light SESA dois instrumentos particulares de contrato para equacionamento de déficit técnico, refinanciamento das reservas a amortizar e da operação com a patrocinadora, um relativamente aos Planos “A” e “B” e outro ao Subplano de Benefícios Definido Saldado do Plano C, ambos patrocinados pela Light SESA e administrados pela Braslight. Os instrumentos foram aprovados pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC, conforme correspondência datada de 2 de outubro de 2001.

Como forma de pagamento, estabeleceu-se um período de 25 anos, através de 300 prestações mensais consecutivas, vencida a primeira prestação em 31 de julho de 2001 e as demais prestações no último dia útil de cada mês subsequente a julho de 2001, sendo que para o pagamento da parcela de incremento do déficit técnico oriundo da mudança da tábua de mortalidade, foi concedida uma carência inicial de 60 meses, que se encerrou no mês de junho de 2006.

De acordo com relatório de avaliação atuarial emitido em 19 de janeiro de 2009, no 4º trimestre de 2008 a Braslight efetuou a mudança de sua tábua geral de mortalidade, passando a adotar a tábua AT-83. Esta mudança ocorreu para atender à Resolução CGPC nº 18, de 28 de março de 2006. O resultado atuarial do exercício adicionado à alteração da tábua resultou em um aumento de R\$71,8 milhões no contrato de equacionamento do déficit.

Plano de Participação nos Resultados

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados está atrelado ao resultado do EBITDA da Companhia e o pagamento dele é composto por duas partes, sendo uma fixa e outra variável. O valor a distribuir corresponde a 2% do EBITDA, limitando-se, em sua parcela fixa, a R\$17,0 milhões por ano. A parte variável é resultante do alcance de metas globais e do alcance de metas específicas de cada área. Os executivos possuem um programa específico, vinculado ao resultado de metas individuais e corporativas. Contemplado o programa destinado aos executivos da Light SESA, o valor total distribuído em abril de 2007 foi de R\$16,1 milhões referente ao exercício de 2006, em abril de 2008 de R\$28,9 milhões referente ao exercício de 2007 e em abril de 2009 de R\$29,1 milhões referente ao exercício de 2008.

Plano de Opção de Compra de Ações

A Light S.A. possui Plano de Incentivo de Longo Prazo, nas modalidades de Opção de Compra de Ações e de Opções Fantasma, destinados exclusivamente aos executivos do Grupo Light, conforme explicado na seção “Administração”, item “Plano de Opção de Compra de Ações”, na página 231 deste Prospecto. Os demais empregados da Companhia não possuem qualquer plano de opção de compra de ações da Companhia.

Passivos Relevantes e Contingências Trabalhistas Relevantes

Todos os passivos e contingências trabalhistas relevantes estão indicados na seção “Atividades – Processos Judiciais e Administrativos”, na página 199 deste Prospecto.

Relação com Sindicatos e Acordos Coletivos

Os empregados da Companhia são representados pelo SINTERGIA e pelo SENGE-RJ. O último acordo coletivo foi negociado com vigência para o período de 1º de maio de 2009 a 30 de abril de 2010. Nos últimos 3 anos não houve greves ou paralisações. No último acordo coletivo, foi concedido reajuste de 5,6%, não incluindo *trainees* e o corpo gerencial da Companhia. Dentre os benefícios ou vantagens previstos no acordo coletivo, destacam-se os seguintes: (i) abono compensatório no valor de R\$850,00; (ii) auxílio-refeição; (iii) auxílio-creche; e (iv) cesta natalina; (v) antecipação de 13º salário; (vi) reenquadramento para ocupantes do cargo de agente de suporte comercial Junior; e (vii) salário piso para ocupantes do cargo de engenheiros.

As relações da Light SESA com os sindicatos são pautadas em princípios de reconhecimento de sua representatividade, baseadas em confiança mútua, transparência e princípios éticos, assegurando aos seus colaboradores proteção contra qualquer ato de discriminação que atente à liberdade sindical. A Light SESA e os sindicatos firmaram dois acordos formais: o Acordo Coletivo de Trabalho e o Acordo de Responsabilidade Social, que abrangem 100% dos empregados, sendo que este último é parte integrante dos contratos de serviços terceirizados, ficando, desta forma, a responsabilidade por garantir seu cumprimento, estendida às empresas contratadas. Em 2008, através de termo aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, a Light SESA e o sindicato majoritário instituíram Comissão de Conciliação Prévia – CCP, com o objetivo de conciliar conflitos individuais do trabalho.

Medicina e Segurança do Trabalho

No campo da segurança e saúde Ocupacional, a Light SESA adotou ações de relevante valor no campo da prevenção de acidentes, incorporando no seu modelo de gestão o conceito de força de trabalho no qual a mão de obra terceirizada contratada é elegível às ações de prevenção, similares àquelas desenvolvidas para seu quadro de empregados próprios. Dentre suas ações, integrou a taxa de frequência de acidentados da força de trabalho como um dos indicadores para fins de pagamento da Participação nos Lucros e Resultados, reestruturou o comitê permanente de prevenção de acidentes (CPPA), implantou em setembro de 2008, o Sistema de Gestão do Trabalho Seguro – SGTS, especialmente desenvolvido para as concessionárias do setor elétrico, com base em cinco grandes temas: liderança, gestão de riscos, educação, controle e monitoramento, de onde partem todos os elementos que o constituem, estabelecendo assim, um sistema de gestão para controle e redução dos níveis de riscos associados às atividades da empresa.

A Companhia está comprometida com iniciativas capazes de garantir um ambiente de trabalho adequado, digno e seguro, bem como preservar a saúde dos funcionários, atualizando, anualmente, o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional e o Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.

Qualidade de Vida

Entre as ações voltadas para a promoção da saúde dos colaboradores, destaca-se o Programa de Qualidade de Vida – Energia Vital, que visa à prevenção e ao controle dos riscos com relação a doenças graves.

Esse programa passou por uma reestruturação em 2007, quando foram reavaliadas suas ações, com base na avaliação dos indicadores de saúde, tais como: (i) Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional (PCMSO), (ii) Pesquisa de Clima Organizacional e (iii) Mapeamento do Perfil de Saúde, realizado em parceria com a Amil, gestora do plano de saúde corporativo. Tal realinhamento considerou, ainda, as diretrizes do movimento de promoção da saúde do Ministério da Saúde.

As principais ações desenvolvidas no âmbito do Programa de Qualidade de Vida, no último triênio, foram:

- Programa de Redução de Obesidade, Semana do Coração, Controle de Diabetes, Colesterol e Hipertensão, para gestão de risco de doenças cardiovasculares;
- conscientização relativa aos males do fumo, riscos de câncer de pele, realização de exames médicos para identificação precoce do câncer de próstata, mama, abdominais, pélvicos e de tireoide;
- conscientização dos colaboradores, estagiários e jovens aprendizes a respeito das doenças sexualmente transmissíveis, inclusive a Aids;
- criação de um espaço de reflexão para colaboradores que estejam vivendo o momento da maternidade/paternidade (Programa Bebê Saúde);
- visitas domiciliares de médico e assistente social para acompanhamento de colaboradores portadores de doenças;
- divulgação permanente aos colaboradores de dicas de saúde, através dos veículos de comunicação interna;
- Campanha Anual de Prevenção à Gripe e Demais Doenças Respiratórias, possibilitando uma redução no número de doentes e, em consequência, também do absenteísmo;
- Programa de Prevenção e Tratamento à Dependência Química, visando a assegurar um ambiente de trabalho isento do uso indevido do álcool e de outras drogas, promovendo a saúde dos colaboradores, sua segurança, da comunidade e do meio ambiente;
- levantamento do Perfil de Saúde, possibilitando a intervenção precoce, a orientação e o tratamento relativo aos fatores de risco das doenças identificadas; e
- realização de Programa Corporativo de Ginástica Holística, lançado em 2007, com o objetivo de prevenir, tratar e orientar as mais variadas patologias posturais e não apenas as suas consequências, com implementação prevista para o ano de 2008, abrangendo os três principais prédios da Light SESA.

As atividades da Light SESA não apresentam alta incidência ou alto risco de doenças específicas para seus colaboradores ou para a comunidade em que atua.

Contratos Relevantes Operacionais

Contratos de Concessão

Em 4 de junho de 1996, a Companhia e a União celebraram o Contrato de Concessão, cujo objeto é a exploração de serviços públicos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica em áreas e instalações, relacionadas em documento anexo ao referido contrato (no caso da distribuição, cidade e parte dos demais municípios do Rio de Janeiro), onde é autorizada a atuar. A concessão tem vigência de 30 anos, terminando, portanto, em 4 de junho de 2026, podendo esse prazo ser prorrogado a critério exclusivo do Poder Concedente.

Com a proibição imposta às Distribuidoras de atuar na geração e na transmissão (acima de 230 kv) e a consequente desverticalização da Companhia, o Contrato de Concessão foi desmembrado em um contrato de concessão de serviços públicos de distribuição, um de geração e um de transmissão, por meio de aditivos.

O Contrato de Concessão proíbe transferir, ceder ou de qualquer forma alienar ações que impliquem a transferência do controle acionário majoritário da concessionária, sem a prévia anuência do Poder Concedente.

Além disso, o Contrato de Concessão estabelece que as concessões considerar-se-ão extintas: (i) pelo advento do termo final do contrato; (ii) pela encampação dos serviços; (iii) pela caducidade; (iv) pela rescisão; (v) pela anulação decorrente de vício ou irregularidade constatados no procedimento ou no ato de sua outorga; e (vi) em caso de falência ou extinção da concessionária. Extinta a concessão, os bens vinculados e as prerrogativas conferidas à concessionária serão revertidas ao Poder Concedente, sendo que apenas a parcela dos bens não amortizada será indenizada.

Em termos de grau de liberdade gerencial, o Contrato de Concessão define que a concessionária de serviço público (i) é obrigada a observar, além do Contrato de Concessão, a legislação, as normas e as instruções e as determinações do Poder Concedente; (ii) tem ampla liberdade na direção de seus negócios, investimentos, pessoal e tecnologia; (iii) que a ela compete captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços; (iv) que deverá submeter à aprovação do Poder Concedente os contratos celebrados entre a concessionária e partes relacionadas; (v) que poderá oferecer em garantia de financiamento os direitos decorrentes da concessão, desde que não comprometa a prestação dos serviços (aprovação caso a caso pela ANEEL); e (vi) que a venda, a cessão, ou dação em garantia dos bens imóveis ou de partes essenciais das instalações dependem de prévia e expressa autorização do Poder Concedente.

As principais obrigações definidas para a concessionária de serviço público são: (i) fornecer eletricidade aos consumidores de sua área de concessão; (ii) atender, nos prazos fixados, aos pedidos de ligação; (iii) não dispensar tratamento diferenciado aos usuários de uma mesma classe de consumo; (iv) só suspender o serviço se o consumidor não efetuar os pagamentos devidos, não cessar prática que configure utilização irregular da energia elétrica, ou não adequar suas instalações aos requisitos de segurança exigidos; (v) adotar tecnologia, equipamentos, instalações e métodos que garantam os níveis de qualidade, continuidade e confiabilidade estabelecidos; (vi) manter e melhorar os níveis de continuidade do fornecimento em cada conjunto; (vii) assegurar aos consumidores o ressarcimento de danos que lhe sejam causados em função dos serviços concedidos; (viii) realizar as obras necessárias ao fornecimento até o ponto de entrega; e (ix) instalar, por sua conta, os equipamentos de medição do fornecimento.

O Contrato de Concessão foi assinado também pelos então acionistas da Companhia, na qualidade de intervenientes anuentes, quais eram: EDFI, Houston Industries Energy, Inc. (atual Reliant Energy), AES Coral Reef LLC, CSN BNDESPAR e INVESTLIGHT. Estes se comprometeram a introduzir no Estatuto Social da Companhia disposição no sentido de não transferir, ceder ou de qualquer forma alienar, gratuita ou onerosamente, ações que implicassem a transferência do controle acionário majoritário da Companhia, sem a prévia anuência do Poder Concedente. Atualmente, em caso de transferência de ações representativas do controle acionário, o acionista controlador indireto da Companhia, a RME, deve assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do Contrato de Concessão e às normas legais e regulamentares da concessão.

O Contrato de Concessão prevê, ainda, que a fiscalização a qual a concessionária de serviço público estará submetida abrangerá as áreas técnica, contábil, comercial e econômico-financeira, podendo estabelecer diretrizes ou sustar ações que considere incompatíveis com as exigências da prestação dos serviços, inclusive podendo determinar o desfazimento de qualquer contrato celebrado quando verificar que dele possam resultar danos aos serviços concedidos, ou tratamento diferenciado a consumidores.

O Contrato de Concessão estabelece que a Companhia estará sujeita à aplicação das penalidades previstas nas normas legais e regulamentares (para maiores informações veja a seção “Fatores de Risco – Riscos Relativos ao Setor Elétrico Brasileiro”, na página 73 deste Prospecto) ou no Contrato de Concessão (multa de até 0,1% do faturamento dos 12 meses anteriores à infração), aplicadas mediante procedimento administrativo em que se assegure amplo direito de defesa caso (i) deixe de fornecer, nos prazos que lhe forem estabelecidos, as informações e dados de natureza técnica, contábil e financeira, requisitados pela fiscalização do Poder Concedente; (ii) deixe de adotar, nos prazos estabelecidos pela fiscalização, as providências indicadas para restabelecer a regularidade ou garantir a qualidade e eficiência dos serviços concedidos; (iii) deixe de atender, nos prazos fixados pelas normas dos serviços, aos pedidos de ligação, de ampliação ou de melhoramento das instalações elétricas; ou (iv) descumpra norma legal ou regulamentar, determinação do Poder Concedente ou qualquer disposição e cláusula do Contrato de Concessão.

O Contrato de Concessão prevê, ainda, que caso a concessionária de serviço público não cumpra as penalidades, ou não atenda à intimação do Poder Concedente no sentido de regularizar a prestação dos serviços nos devidos prazos, poderá ser decretada a caducidade da concessão. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá o Poder Concedente desapropriar o bloco de ações de controle da Companhia e levá-lo a leilão público, sendo que o montante líquido da indenização a ser paga pelas ações desapropriadas será, exclusivamente, o apurado no leilão.

Segundo o Contrato de Concessão, a Companhia cobrará as tarifas definidas no Contrato de Concessão, reajustadas e/ou revisadas de acordo com as seguintes regras:

(i) reajuste tarifário anual em 7 de novembro de cada ano, por fórmula paramétrica que considera a variação real dos custos com os encargos setoriais e compra de energia (custos externos à empresa) e a variação do IGPM deduzido ou acrescido de um fator X (definido por ocasião das revisões tarifárias) para o restante. O reajuste tarifário anual da Companhia, homologado pela ANEEL por meio da Resolução Homologatória n.º 563, de 7 de novembro de 2007, correspondeu a um reajuste médio de 0,10%, sendo 0,51% relativos ao reajuste tarifário anual econômico e -0,41% referentes aos componentes financeiros a ser percebido pelos consumidores, correspondendo a um efeito médio de -4,79% percebido pelos consumidores.

(ii) revisão tarifária periódica a cada 5 anos, considerando as alterações na estrutura de custos e de mercado, as tarifas de empresas similares e os estímulos à eficiência e a modicidade das tarifas. A primeira revisão ordinária da Companhia ocorreu em 7 de novembro de 2003, 7 anos após a assinatura do Contrato de Concessão. A segunda revisão tarifária ocorreu em 7 de novembro de 2008, cujo resultado provisório foi homologado pela Resolução Homologatória da ANEEL n.º 734, de 4 de novembro de 2008, e correspondeu a um reajuste de 4,70% no valor das tarifas de energia elétrica da Companhia, sendo 1,96% relativos ao reposicionamento tarifário e 2,30% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica.

(iii) revisão tarifária extraordinária, visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, a qualquer tempo, mediante solicitação da Companhia, caso haja alterações significativas nos custos desta.

Para maiores informações sobre os reajustes e revisões tarifários veja a seção “Informações Financeiras Seleccionadas”, item “Reajustes das tarifas de Distribuição de Energia Elétrica”, na página 106 deste Prospecto.

Em 28 de setembro de 2005, a Companhia assinou termo aditivo ao Contrato de Concessão, com o objetivo de, dentre outras coisas, alterar as condições de estabelecimento de tarifas aplicáveis à prestação dos serviços outorgados à Companhia, por força do Decreto n.º 5.163, de 30 de julho de 2004, que determinou algumas alterações no Contrato de Concessão. Este Decreto, entre outras medidas, prevê: (i) a aplicação do mecanismo da CVA para as variações resultantes dos custos de aquisição de energia elétrica não considerados no último reajuste tarifário das Distribuidoras; e (ii) que, nos reajustes tarifários dessas empresas, o cálculo do preço médio de compra de energia, na data do reajuste, considere o volume contratado para os 12 meses seguintes.

A regulamentação prevê que as Distribuidoras podem cobrar tarifas menores do que aquelas homologadas pela ANEEL, desde que mantida a isonomia de tratamento entre os consumidores da mesma classe de consumo e subgrupo tarifária, sem afetar os níveis tarifários das demais classes e, por fim, não implique em pleitos quanto à recuperação do equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

A Resolução Normativa ANEEL n.º 153, de 14 de março de 2005, regulamentou a forma de aplicação da Conta de Compensação de Variações do Custo de Aquisição de Energia Elétrica, de maneira que as diferenças de preços de aquisição de energia em relação ao preço médio considerado no último reajuste/revisão sejam apuradas e repassadas às tarifas da Distribuidora.

Outras modificações relevantes são: (i) inclusão, como Parcela A, e para efeito de reajustes tarifários, das despesas com P&D, eficiência energética, energia adquirida de geração própria e PROINFA; (ii) inclusão do conceito de “Perdas no Sistema de Distribuição”, a ser utilizado quando das revisões tarifárias, no cálculo da compra de energia; e (iii) exclusão do PIS e da COFINS das tarifas para efeito do cálculo dos reajustes tarifários. Tais tributos, agora, são cobrados dos consumidores de forma destacada na fatura de fornecimento de energia elétrica, e não mais embutidos na tarifa.

Tendo em vista a anuência do Poder Concedente com relação à transferência do controle acionário indireto da Companhia para a RME, conforme Resolução Autorizativa n.º 641 da ANEEL, de 25 de julho de 2006, o Contrato de Concessão deverá ser objeto de novo aditamento para refletir a referida transferência do controle acionário indireto da Companhia, além da separação das atividades acima mencionada.

Contratos de Compra de Energia

Atualmente, a carteira de contratos da Companhia é composta de 106 contratos de compra e venda de energia no ACR (CCEARs), oriundos dos leilões do MME, sendo 39 de Leilões de Energia Existente, 55 de Leilões de Energia Nova e 12 contratos firmados em razão do 9º Leilão de Ajuste, além daqueles contratos celebrados pela Companhia com a UTE Norte Fluminense, Itaipu e Proinfa.

A seguir estão relacionados os principais contratos de compra de energia celebrados pela Companhia:

Leilão / Produto	Total de Contratos	Energia Contratada MWmédio	Preço* R\$/MWh	% da Carteira
Leilões de Energia Existente	39	1.375,9	77,33	46,2%
1º Leilão de Energia Existente:	29	1.265,2	76,54	42,5%
Produto 2005 - 8anos	10	540,0	68,88	18,1%
Produto 2006 - 8anos	11	608,3	80,67	20,4%
Produto 2007 - 8anos	8	116,8	90,41	3,9%
2º Leilão de Energia Existente:	10	67,68	97,00	2,3%
Produto 2008 - 8anos	10	67,7	97,00	2,3%
MCSD	Diversos	43,1	69,60	1,4%
Leilões de Energia Nova	55	86,7	146,34	2,9%
1º Leilão de Energia Nova:	30	56,7	147,17	1,9%
Produto 2008 - Hidro - 30 anos	6	2,6	121,20	0,1%
Produto 2008 - Termo - 15 anos	10	20,3	151,30	0,7%
Produto 2009 - Hidro - 30 anos	4	2,5	129,57	0,1%
Produto 2009 - Termo - 15 anos	10	31,4	148,00	1,1%
2º Leilão de Energia Nova:	25	30,0	144,78	1,0%
Produto 2009 - Hidro - 30 anos	12	19,8	141,55	0,7%
Produto 2009 - Termo - 15 anos	13	10,2	151,07	0,3%
Leilão de Ajuste - 2009	12	92,2	145,77	3,1%
UTE Norte Fluminense	1	725,0	151,19	24,3%
Itaipu	1	645,5	112,56	21,7%
Proinfa	1	54,7	198,17	1,8%
Total	106	2.980,1		100,0%

* Preços médios em Abril/2009.

Fonte: Companhia.

A Companhia contratou 2.980,1 MW médios de energia elétrica para o ano de 2009. Deste total, 1.375,9 MW médios (46,2%) foram contratados nos Leilões de Energia Existente realizados em 2004 e 2005; 725 MW médios (24,3%) com a UTE Norte Fluminense S.A.; e 645,5 MW médios (21,7%) com Itaipu. Os demais 233,6 MW médios (7,8% do total) referem-se a contratos dos Leilões de Energia Nova realizados em 2005 e 2006 (86,7 MW médios), do Proinfa (54,7 MW médios) e do 9º Leilão de Ajuste (92,2 MW médios).

Itaipu se localiza na fronteira do Brasil com o Paraguai, e está sujeita ao tratado bilateral entre os dois países segundo o qual o Brasil é obrigado a comprar volumes específicos da energia elétrica gerada por referida usina.

As Distribuidoras que possuem concessões no Centro-Oeste, Sul e Sudeste do Brasil foram, pela Lei n.º 5.899, 5 de julho de 1973, obrigadas a absorver parte da energia elétrica que o Brasil deve comprar de Itaipu. Os montantes que tais companhias devem comprar são regulados por contratos de adesão, cujas tarifas atualmente são de US\$25,03/kW. A ANEEL determina anualmente o volume de energia a ser vendido por Itaipu. A Companhia paga pela compra de energia de Itaipu conforme a razão entre o volume estabelecido pela ANEEL e sua cota estabelecida por lei, independentemente de Itaipu gerar tal volume de energia elétrica. Os montantes de energia elétrica que as companhias são obrigadas a comprar de Itaipu são estabelecidos conforme o tratado bilateral para cobrir as despesas operacionais e os pagamentos de principal e juros das dívidas de Itaipu, denominadas em Dólares, bem como o custo de transmissão de energia para as suas áreas de concessão.

A Lei n.º 5.899, 5 de julho de 1973, também estabeleceu, em seu artigo 9º, que a potência contratada seria rateada na proporção da energia vendida por estas distribuidoras a seus consumidores finais, no ano anterior aquele em que os contratos foram celebrados. Em seu parágrafo único, resta claro que, caso a evolução do mercado de energia elétrica de qualquer dentre as concessionárias mencionadas venha a justificar revisão das potências e da energia por elas contratadas, admitir-se-á tal procedimento, desde que a revisão pretendida possa ser compensada pela revisão das potências e da energia contratadas pelas restantes empresas concessionárias e a juízo do MME.

A partir de 2004, com a promulgação da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, e a oferta abundante de energia, com preços bastante atrativos, verificou-se uma grande migração dos clientes elegíveis por lei como potencialmente livres para o efervescente mercado livre, notadamente nas regiões mais industrializadas. Com esse movimento, verificou-se uma redução expressiva nos volumes dos mercados cativos das maiores Distribuidoras se comparados aos do ano anterior, alterando de forma bem significativa a relatividade dos mercados entre as distribuidoras cotistas de Itaipu. Foi essa alteração nos mercados finais que motivou a ANEEL a promover a redistribuição da energia de Itaipu entre referidas Distribuidoras por meio da publicação da Resolução Normativa n.º 218, de 11 de abril de 2006. Com essa publicação, as 4 maiores Distribuidoras, dentre elas a Light SESA, tiveram uma redução expressiva no contrato com Itaipu já para 2008, com afetação em 2009, ensejando uma contratação agressiva em termos de volume.

Considerando que a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico estabelece que a aquisição de energia deverá se dar somente no ambiente regulado, e que não houve, oferta de contratos de energia para cobrir o déficit contratual para os anos de 2008 e 2009, através da Nota Técnica ANEEL n.º 018/2008, a ANEEL reconheceu como involuntárias as exposições das Distribuidoras devido à redução da quota parte de Itaipu, permitindo o repasse às tarifas dos consumidores finais, do custo da energia adquirida no Mercado de Curto Prazo para cobertura do déficit. Para o ano de 2009, em 20 de fevereiro desse ano foi realizado o 9º leilão de Ajuste. Nesse leilão a Light SESA contratou o montante de energia para atender 100% de sua carga, eliminando qualquer exposição ao mercado de curto prazo.

Importante mencionar que as regras de comercialização em vigor preveem isenção de aplicação de penalidades por subcontratação nos casos em que todos os esforços de reposição contratual forem feitos e comprovados pelas empresas afetadas.

Além dos contratos em vigor em 2009, relacionados anteriormente, a Companhia comprou energia para início de entrega a partir de 2010.

A tabela a seguir sumariza volume e preços desta energia adquirida pela Companhia em cada um dos leilões realizados nos termos da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. Para maiores informações sobre a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e sobre os leilões de energia já realizados de acordo com seus termos, veja a seção “Visão Geral do Setor de Energia Elétrica”, na página 127 deste Prospecto.

Leilão / Produto	Energia Contratada MW médio	Preço* R\$/MWh
------------------	-----------------------------	----------------

Início da entrega em 2010:	236,2	
1º Leilão de Energia Nova:	70,0	
Produto 2010 - Hidro - 30 anos	35,5	132,34
Produto 2010 - Termo - 15 anos	34,5	140,70
1º Leilão de Fontes Alternativas:	17,2	
Produto 2010 - Hidro - 30 anos	4,3	148,10
Produto 2010 - Termo - 15 anos	13,0	152,33
4º Leilão de Energia Nova:	149,0	
Produto 2010 - Termo - 15 anos	149,0	147,39

Início da entrega em 2011:	95,5	
3º Leilão de Energia Nova:	95,5	
Produto 2011 - Hidro - 30 anos	49,2	136,95
Produto 2011 - Termo - 15 anos	46,3	155,74

Início da entrega de 2012 a 2016:	99,6	
5º Leilão de Energia Nova:	61,3	
Produto 2012 - Hidro - 30 anos	19,0	140,55
Produto 2012 - Termo - 15 anos	42,4	139,72
Leilão de Santo Antônio - 2012 - 30 anos	38,3	84,89

Início da entrega de 2013 a 2016:	215,5	
Leilão de Jirau - 2013 - 30 anos	66,6	74,66
7º Leilão de Energia Nova:	148,9	
Produto 2013 - Hidro - 30 anos	5,8	101,69
Produto 2013 - Outras Fontes - 15 anos	143,1	149,21

* Preços médios em Abril/2009.
Fonte: Companhia.

CUSD e CCD

A Companhia firmou CUSDs e CCDs para atender Consumidores Livres, Distribuidoras que têm instalações conectadas à malha de distribuição da Companhia, bem como agentes de geração cujas usinas estão conectadas ao sistema de distribuição da Companhia ou às demais instalações de transmissão (DIT's), no nível de 138 kV, de propriedade de Furnas, consideradas como instalações no âmbito do sistema de distribuição que estão disponibilizadas à Companhia através de contratos de conexão.

Os números de CUSD da Companhia, até 31 de março de 2009, são os seguintes: (i) 7 CUSDs e 6 CCDs firmados com agentes de geração (Furnas, Light Energia, Petrobrás, pelas UTEs, Barbosa Lima Sobrinho e Governador Leonel Brizola, Santa Fé Energética, Bonfante Energética e Monte Serrat Energética); (ii) 3 CUSDs e 3 CCDs firmados com Distribuidoras (AMPLA Energia e Serviços S.A., CEMIG e Energisa); e (iii) 73 CUSDs e 73 CCDs firmados com Consumidores Livres, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

Acessante	Vigência
Energisa	Até a extinção da concessão ou da autorização da Acessante
CEMIG	Até a extinção da concessão ou da autorização da Acessante
AMPLA	Até a extinção da concessão ou da autorização da Acessante
FURNAS	Até a extinção da concessão ou da autorização da Acessante
Light Energia	Até a extinção da concessão ou da autorização da Acessante
Barbosa L.Sobrinho (ex-Eletrobolt)	Até a extinção da concessão ou da autorização da Acessante
Gov. L.leonel Brizola (ex-Termorio)	Até a extinção da concessão ou da autorização da Acessante
Santa Fé Energética	Até a extinção da concessão ou da autorização da Acessante
Bonfant Energética	Até a extinção da concessão ou da autorização da Acessante
Monte Serrat Energética	Até a extinção da concessão ou da autorização da Acessante
Consumidores Livres	Ano Calendário (Jan a Dez), automaticamente renovados
Montante de Receita	R\$53.074.938,35

(*) verificado de janeiro a março de 2009.

Fonte: Companhia.

Na data deste Prospecto, nenhum dos contratos mencionados neste item “CUSD e CCD” eram objeto de processo de renegociação entre os contratantes e a Companhia. Observa-se que, na hipótese de renegociação dos referidos contratos em termos e condições insatisfatórias e/ou desfavoráveis e/ou inadequadas às expectativas e interesses da Companhia em relação aos termos e condições previamente estabelecidos, esta renegociação poderá acarretar em perdas na receita da Companhia.

Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura e Contratos de Uso de Postes

Em 31 de março de 2009, estavam em vigor 28 contratos de compartilhamento de infraestrutura (uso de postes), sendo que o aditivo de 4 deles estavam em fase final de negociação. O faturamento anual correspondente a estes contratos em 2006 foi da ordem de R\$19,6 milhões, em 2007, de R\$18,4 milhões e, em 2008, de R\$20,4 milhões.

Merece destaque o contrato celebrado com a Telemar, com parcela anual de R\$16,23 milhões (referente ao período de janeiro a dezembro de 2009) e vigência até 31 de dezembro de 2009.

Na data deste Prospecto, nenhum dos contratos mencionados neste item “Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura e Contratos de Uso de Postes” eram objeto de processo de renegociação entre os contratantes e a Companhia. Observa-se que, na hipótese de renegociação dos referidos contratos em termos e condições insatisfatórias e/ou desfavoráveis e/ou inadequadas às expectativas e interesses da Companhia em relação aos termos e condições previamente estabelecidos, esta renegociação poderá acarretar em perdas na receita da Companhia.

Light ESCO

A Light ESCO, subsidiária integral da Light S.A., é uma empresa integradora de soluções energéticas e atua em parceria com o cliente para encontrar as melhores alternativas para aquisição e otimização do uso da energia. Sua atividade está subdividida em 2 segmentos de atuação: comercialização de energia no mercado livre, incluindo fontes energéticas alternativas e prestação de serviços de energia e infraestrutura.

Em 2008, na atividade de comercialização de energia, a Light ESCO atuou na compra e venda direta de energia (*trader*), na intermediação de negociações de compra e venda de energia (*broker*) e na representação e consultoria para Consumidores Livres. Na atividade de *trader*, a Light ESCO comercializou 434 GWh referentes a uma carteira de 45 clientes, da qual constam empresas como a Unilever e a Pilkington. Na atividade de *broker*, foram negociados 1.325 GWh para uma carteira de 10 clientes, na qual se destacam empresas como a Gerdau, Rede Globo e Vulcan.

Adicionalmente, foram celebrados contratos de longo prazo de venda de energia de cerca de 220 MW médios. Os contratos de longo prazo preveem uma receita consolidada de cerca de mais de R\$3,5 bilhões. Destaca-se a negociação com a Votorantim para venda de até 100 MW médios em contrato que termina em 2027, sendo que com esse contrato, o atendimento às necessidades energéticas do Grupo Votorantim totaliza para o Grupo Light uma receita prevista de cerca de R\$2 bilhões até 2027.

No primeiro trimestre de 2009, a Light ESCO comercializou diretamente 111,8 GWh, referente a uma carteira de 47 clientes na atividade de *trader* e 273,4 GWh para uma carteira de 9 clientes na atividade de consultoria e *broker*, totalizando 56 clientes atendidos. Novos clientes foram agregados ao portfólio tais como Dedini, Rhodia e a Eletropaulo.

A atividade de prestação de serviços também apresentou evolução, aumentando seu portfólio de clientes mediante a oferta de novos serviços, sendo que em 2008 se destacou o início da construção da subestação de 138kV para a Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz. Também foram celebrados dois contratos para retrofit (reforma) de centrais de água gelada em grandes condomínios empresariais, destacando-se o prédio da Academia Brasileira de Letras. Além disso, houve a constituição de uma sociedade de propósito específico (SPE) entre a Light ESCO, Ecoluz e BR Distribuidora para desenvolver projetos de Eficiência Energética na automação dos sistemas de ar condicionado, reforma e modernização dos sistemas de iluminação de 32 unidades em todo o Brasil de uma grande empresa concessionária de telecomunicações.

No primeiro trimestre de 2009 dois projetos foram fechados: modernização da Central de Água Gelada do Edifício Quartier Ipanema e a construção de subestação de 138 kV e reforma do sistema de geração de água gelada do PROJAC da Rede Globo.

Contratos Financeiros Relevantes

Os principais contratos de financiamento celebrados pela Companhia e em vigor em 31 de março de 2009 são brevemente resumidos abaixo.

(a) Contrato de empréstimo externo entre a Companhia e sua subsidiária LIR, em 1998, com vencimento único em abril de 2010, no valor original de US\$875,0 milhões e juros equivalente à taxa fixa de 10,5% a 12,5% ao ano. Em 31 de março de 2009, a Companhia devia US\$753,4 milhões à LIR, incluindo principal e encargos, já considerando o pré-pagamento parcial realizado pela Light SESA com recursos captados por meio de CCBs emitidas junto ao Bradesco (vide item b abaixo).

(b) CCBs, emitidas ao Bradesco em 18 de outubro de 2007, no montante total de R\$450 milhões, com vencimento final em outubro de 2017 e juros equivalentes à taxa de CDI acrescida de *spread* de 0,85% ao ano, com carência de 5 anos para amortização. Tais recursos foram utilizados da seguinte forma: (i) o equivalente a US\$160 milhões (aproximadamente R\$340 milhões) para pré-pagar parcialmente a dívida *intercompany* supra referida com a sua subsidiária LIR, que por sua vez utilizou tais recursos para quitar integralmente *Credit Linked Notes* junto ao Deutsche Bank; e (ii) o restante para suprir o montante não-financiado pelo BNDES do plano de investimentos do período compreendido entre junho de 2006 e dezembro de 2008 (vide item l abaixo).

(c) Contrato de financiamento para a importação de equipamentos, celebrado com o Société Generale, em 20 de julho de 2000, cujo saldo devedor em 31 de março de 2009 era de R\$4,4 milhões. Tal contrato tem prazo de vigência até dezembro de 2009 e prevê juros equivalentes   variação da taxa Libor, acrescida de *spread* de 0,65% a.a..

(d) Contrato de financiamento para a import  o de equipamentos, celebrado com o Kreditanstalt fur Wiederaufbau – KfW em 3 de novembro de 2000, com vencimento em 2010. A taxa de juros sob tais contratos equivale à variação da taxa Libor, acrescida de *spread* de 0,65% a.a.. O saldo devedor em 31 de março de 2009 era de R\$4,0 milhões.

(e) 2 contratos para equacionamento de déficit técnico, refinanciamento das reservas a amortizar e da operação da patrocinadora com a Braslight, um relativo aos Planos A e B e outro referente ao “Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C”, celebrados em 28 de agosto de 2001 (aditado em 6 de fevereiro de 2006). No contrato relativo aos Planos A e B, a Light SESA se compromete a transferir para a Braslight o montante de R\$ 346,7 milhões, necessário ao equilíbrio financeiro-actuarial dos planos, enquanto que no contrato referente ao “Subplano de Benefício Definido Saldado do Plano C”, a Light SESA se compromete a transferir para a Braslight o montante de R\$ 188,3 milhões, também necessário ao equilíbrio financeiro-actuarial do plano em questão. Os referidos montantes serão pagos em 25 anos, em 300 prestações mensais e consecutivas, tendo a primeira vencido em 31 de julho de 2001. Foram também celebrados, em 28 de agosto de 2001, 2 contratos de constituição de garantia que estabelecem que, na hipótese de inadimplemento da Light SESA, os recursos mantidos por esta em conta-corrente centralizadora, utilizada para o recebimento dos créditos detidos contra seus consumidores em razão da prestação de serviços de distribuição de energia elétrica serão bloqueados até o valor do débito acrescido dos encargos, e transferidos para conta-corrente de titularidade da Braslight. Para tanto, a Light SESA, se compromete a manter no conjunto de intervenientes do contrato, instituições financeiras responsáveis pela arrecadação mensal de, no mínimo, 110% do valor do total das parcelas do contrato. A tabela abaixo identifica os prazos de vencimento, taxas de juros e o saldo devedor, em 31 de março de 2009, relativos a tais contratos:

Financiamento para equacionamento do déficit do Plano:	Vencimento	Taxa de Juros	Saldo Devedor (em 31 de dezembro de 2007)
Plano A/B	Julho de 2026	6%a.a. (atualização pelo IGP-DI)	R\$772,6 milhões
Plano C	Julho de 2026	6%a.a. (atualização pelo IGP-DI)	R\$232,8 milhões
Total			R\$1005,4 milhões

(f) 15 contratos de financiamento celebrados com a Eletrobrás, cujos créditos obtidos por força de tais contratos foram destinados a: (i) cobertura financeira parcial do programa de eletrificação rural da Light SESA, que integra o programa de eletrificação rural – “Programa Luz no Campo”, do MME; (ii) cobertura financeira parcial de programas de melhoria da eficiência energética de pontos de iluminação pública da Light SESA, que integra o “Programa Nacional de Iluminação Pública Eficiente – ReLuz”, do MME, em diversos municípios do Rio de Janeiro; (iii) cobertura financeira para construção de suporte do suprimento de energia elétrica e eletrificação rural para fins de irrigação no Estado do Rio de Janeiro - Proni; e (iv) cobertura financeira dos custos diretos das obras de seu programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – “Programa Luz para Todos”, do MME. O valor devido por força de tais contratos são garantidos pela vinculação de receita operacional da Light SESA, bem como representado por notas promissórias emitidas pela Light SESA no valor de cada parcela mensal devida. A tabela a seguir identifica, com relação a cada um de tais contratos, as taxas de juros, os valores devidos em 31 de março de 2009 e os prazos de pagamento:

Contrato	Data de Celebração	Juros	Saldo devedor em 31 de março de 2009 (Em R\$ Mil)	Amortização
ECF-2170/2002	25/11/02	5% a.a.	126	36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 30 do mês subsequente ao do término da carência de 24 meses.
ECF-2484/2005	23/02/2006	5% a.a.	753	60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 30 do mês subsequente ao do término da carência de 14 meses.
ECF-2504/2005	23/02/2006	5% a.a.	845	60 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 30 do mês subsequente ao do término da carência de 24 meses.
ECF-2296/2003	10/08/2004	5% a.a.	146	36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 30 do mês subsequente ao do término da carência de 24 meses.

ECF-2297/2003	8/03/2004	5% a.a.	4.357	36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 30 do mês subsequente ao do término da carência de 24 meses.
ECF-2340/2004	12/05/2004	5% a.a.	70	36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 30 do mês subsequente ao do término da carência de 24 meses.
ECF-2341/2004	12/05/2004	5% a.a.	128	36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 30 do mês subsequente ao do término da carência de 24 meses.
ECF-2342/2004	12/05/2004	5% a.a.	965	36 parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 30 do mês subsequente ao do término da carência de 24 meses.
ECFS-093/2005	12/09/2005 (aditado em 9/04/2007)	5% a.a.	1.040	80 parcelas trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 15 do mês subsequente ao do término da carência de 7 anos.
IRD 856/88	17/10/1988	5% a.a.	60	80 parcelas trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 15 do mês subsequente ao do término da carência de 7 anos.
IRD 857/88	17/10/1988	5% a.a.	11	80 parcelas trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 15 do mês subsequente ao do término da carência de 7 anos.
IRD 858/88	17/10/1988	5% a.a.	13	80 parcelas trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 15 do mês subsequente ao do término da carência de 7 anos.
IRD 859/88	17/10/1988	5% a.a.	8	80 parcelas trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 15 do mês subsequente ao do término da carência de 7 anos.
IRD 860/88	17/10/1988	5% a.a.	38	80 parcelas trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 15 do mês subsequente ao do término da carência de 7 anos.
IRD 888/89	22/03/1989	8% a.a.	5	80 parcelas trimestrais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira no dia 15 do mês subsequente ao do término da carência de 7 anos.

(g) 2 contratos de confissão e consolidação de dívida celebrados com a União em 26 e 29 de abril de 1996, respectivamente. O primeiro de tais contratos, no valor de R\$ 1,8 milhão, decorre de dívidas contraídas junto a bancos comerciais estrangeiros, pagas aos credores externos mediante permuta por bônus emitidos pela União, em Dólares, conforme o acordo denominado “Brazil Investment Bond Exchange Agreement”. O contrato vigorará até 15 de setembro de 2014 ou até a satisfação integral das obrigações da Light SESA, devendo o principal ser pago semestralmente, no 3º Dia Útil imediatamente anterior a 15 de março e a 15 de setembro de cada ano, vencendo-se a primeira parcela em 10 de março de 1999 e a última em 11 de setembro de 2013. Como garantia de pagamento da dívida objeto do contrato, a Light SESA vinculou à União receitas próprias, objeto de depósito perante o Banco do Brasil ou perante quaisquer instituições financeiras integrantes da rede bancária. Para tanto, a Light SESA obriga-se a, durante a vigência do contrato, manter conta de depósitos no Banco do Brasil, suprimindo-a com recursos suficientes para cobrir os compromissos decorrentes do contrato, e autorizar o Banco do Brasil a efetuar débitos na mencionada conta de depósitos para pagamento das obrigações financeiras pactuadas no contrato, inclusive eventuais despesas que venham a ser exigidas pelos credores externos. Este contrato está sujeito a taxa fixa de juros de 6% a.a.. O segundo contrato, celebrado em 29 de abril de 1996, no valor de R\$153,2 milhões, refere-se a obrigações externas, decorrentes de contratos de empréstimo de médio e longo prazo junto a credores externos, não depositados no Banco Central, objeto de permuta por bônus emitidos pela União.. Esse contrato vigorará até 15 de abril de 2024 ou até a satisfação integral das obrigações da Light SESA, sendo que os vencimentos iniciais, finais e únicos para o pagamento do principal da dívida variam de acordo com o tipo de cada bônus. Além da vinculação de receitas da Light SESA, nos mesmos termos acima descritos, em garantia do pagamento do principal da dívida, foi efetuada caução, pela Light SESA, dos Bônus de Descontos e Bônus ao Par, referida a 30 de novembro de 1995, nos valores equivalentes a US\$4,5 milhões e US\$6,4 milhões, respectivamente, destinada a amortizar os valores de principal, correspondentes aos Bônus de Desconto e Bônus ao Par, quando da exigência de tais pagamentos, em 11 de abril de 2024. Este contrato está sujeito a taxa de juros que variam entre taxa Libor acrescida de *spread* de 0,8125% (Bônus de Desconto, Bônus de Redução Temporária de Juros e Bônus de Juros Atrasados) ou 0,875% (Bônus de Conversão de Dívida e Bônus de Dinheiro Novo), 6% a.a fixa (Bônus ao Par) ou 8% a.a. fixa (Bônus de Capitalização). O saldo devedor total sob tais contratos em 31 de março de 2009, era de R\$142 milhões.

(h) 24 contratos de *swap* celebrados com os bancos Citibank, BNP Paribas, Itaú BBA e Unibanco. A tabela abaixo identifica as principais condições de tais contratos:

Banco	Contrato Vinculado	Swap n.º/Nota de Negociação n.º	Valor-base (R\$)	Valor-base (US\$)	Data de Início	Data de Vcto	Taxa de juros	Índice	USD/BRL
Unibanco	(3)	SW200705150	13.184.197,11	6.935.400,90	19/06/07	09/04/09	US\$ + 6,07%	100% CDI	1,901000
BNP Paribas	(2)	12-01	75.218,60	39.567,91	19/06/07	15/05/09	US\$ + 6,05%	100% CDI	1,901000
Itaú BBA	(4)	109807060051400	1.786.200,63	939.611,06	19/06/07	05/06/09	US\$ + 6,06%	100% CDI	1,901000
Itaú BBA	(4)	109807060051100	844.247,31	444.106,95	19/06/07	26/06/09	US\$ + 6,05%	100% CDI	1,901000
Unibanco	(3)	08D02179	62.316,18	36.335,97	04/04/08	15/07/09	US\$ + 3,30%	100% CDI	1,7150
Unibanco	(3)	08D02180	61.804,06	36.037,35	04/04/08	17/08/09	US\$ + 3,30%	100% CDI	1,7150
Citibank	(1)	NYSWP080955053B	125.537,09	73.199,47	04/04/08	10/09/09	US\$ + 3,32%	100% CDI	1,7150
Unibanco	(3)	08D02181	61.150,13	35.656,05	04/04/08	15/09/09	US\$ + 3,31%	100% CDI	1,7150
Citibank	(1)	NYSWP080955052B	10.762.122,69	6.275.290,20	04/04/08	09/10/09	US\$ + 3,40%	100% CDI	1,7150
Unibanco	(3)	08D02182	60.401,28	35.219,41	04/04/08	15/10/09	US\$ + 3,30%	100% CDI	1,7150
Unibanco	(3)	08D02183	59.810,35	34.874,84	04/04/08	16/11/09	US\$ + 3,35%	100% CDI	1,7150
Citibank	(1)	NYSWP080955051B	1.580.560,16	921.609,42	04/04/08	08/12/09	US\$ + 3,41%	100% CDI	1,7150
Unibanco	(3)	08D02184	59.047,15	34.429,82	04/04/08	15/12/09	US\$ + 3,40%	100% CDI	1,7150
Citibank	(1)	NYSWP080955048B	770.377,54	449.199,73	04/04/08	28/12/09	US\$ + 3,48%	100% CDI	1,7150
Unibanco	(3)	08H14855	51.670,00	31.849,84	25/08/08	15/01/10	US\$ + 4,42%	100% CDI	1,6223
Unibanco	(3)	08H14856	51.149,12	31.528,77	25/08/08	17/02/10	US\$ + 4,32%	100% CDI	1,6223
Unibanco	(3)	08H1457	114.191,67	70.388,75	25/08/08	10/03/10	US\$ + 4,32%	100% CDI	1,6223
Unibanco	(3)	08H14858	50.527,04	31.145,31	25/08/08	15/03/10	US\$ + 4,32%	100% CDI	1,6223
Unibanco	(3)	08H14859	9.553.126,20	5.888.631,08	25/08/08	12/04/10	US\$ + 4,53%	100% CDI	1,6223
Unibanco	(3)	08H14860	50.033,39	30.841,02	25/08/08	15/04/10	US\$ + 4,32%	100% CDI	1,6223
Unibanco	(3)	08H14861	691.696,53	426.367,83	25/08/08	15/06/10	US\$ + 4,45%	100% CDI	1,6223
Citibank	(1)	NYSWP090415012B	167.173,18	73.970,43	10/02/09	10/09/10	US\$ + 2,80%	100% CDI	2,2600
Citibank	(1)	NYSWP090415011B	12.456.835,12	5.511.873,95	10/02/09	10/10/10	US\$ + 2,80%	100% CDI	2,2600
Citibank	(1)	NYSWP090415009B	850.241,24	376.212,94	10/02/09	27/12/10	US\$ + 2,80%	100% CDI	2,2600

28.763.348,98

(1) Instrumento particular de Contrato para a realização de operações de *swap* e outras do mercado de derivativos e outras avenças, celebrado entre o Citibank e a Companhia em 13 de dezembro de 2002.

(2) Instrumento Particular de Contrato de Swap e Outras Avenças celebrado, em 18 de março de 2002, entre o BNP Paribas e a Companhia.

(3) Acordo Geral sobre Operações de Derivativo – Swap n.º 437.587-9.

(4) Convênio 1829, que ainda se encontra em fase de negociação entre o Itaú BBA e a Companhia.

(i) 49 cartas de fiança garantindo valores discutidos em processos administrativos e judiciais, sendo 20 cartas de fiança relacionadas a leilões de energia e 29 cartas de fiança garantindo questões diversas. O montante garantido em 31 de março de 2009 correspondia a R\$170 milhões;

(j) Contrato de financiamento à importação celebrado com o BNDES, no valor de R\$8,5 milhões, datado de 27 de março de 1998 e com vencimento final previsto para 15 de abril de 2010 que visa, basicamente, prover recursos para investimentos em geração, transmissão e telecomunicações, em especial: (i) motorização da barragem UHE Santa Branca, (ii) restauração e modernização da UHE Ilha dos Pombos, (iii) construção e modernização de várias subestações, e (iv) expansão e modernização dos sistemas de transmissão e telecomunicações.

(k) 3 escrituras de emissão de debêntures, da 1ª, 4ª e 5ª emissões, a primeira subscrita pelo BNDES, a segunda subscrita em sua quase totalidade pela BNDESPAR e a terceira subscrita por Itaú BBA, Bradesco, Unibanco, Citibank e BNP Paribas. Para maiores informações a respeito da 1ª, 4ª e 5ª emissão de debêntures da Companhia, veja a seção “Títulos e Valores Mobiliários”, na página 233 deste Prospecto.

(l) Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse contratado com o BNDES n.º 10/449.739-2, celebrado em 5 de novembro de 2007, com vencimento em 15 de setembro de 2014, no valor total de R\$521,7 milhões, sendo o saldo devedor, em 31 de março de 2009, equivalente a R\$441,3 milhões. Sobre o valor do empréstimo incidem juros à razão de 4,3% acima da TJLP, ajustados na forma do contrato. Em tal contrato atuam como agentes repassadores dos recursos do BNDES: Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Banco Santander S.A., Caixa Econômica Federal, Banco Safra S.A. e Banco Alfa de Investimento S.A.. A Light SESA e a Light S.A. integram referido instrumento na qualidade de prestadores de garantia. A operação visa financiar a implementação do programa de investimentos da Companhia, compreendido no período de junho de 2006 e dezembro de 2008, composto por obras de expansão, modernização e adequação de sistemas de distribuição e transmissão de energia elétrica, em municípios da área de atuação da Companhia no Estado do Rio de Janeiro. Em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas, a Companhia, além de fiança solidária outorgada pela Light S.A., efetuou a vinculação de 3,94% de sua receita operacional líquida mensal, e constituição de conta reserva com saldo de 3 meses do serviço da dívida, incluindo principal e juros, conforme “Termo de Vinculação de Receitas e Penhor de Contas Vinculada e Reserva”, firmado em 5 de novembro de 2007.

(m) Contrato de abertura de crédito rotativo, contratado com o Citibank,, no valor de R\$30 milhões, celebrado em 17 de fevereiro de 2009, para fins de reforço de capital de giro e pagamento de bens e serviços adquiridos pela Companhia. Tal contrato tem prazo de vigência até agosto de 2009 e a taxa de juros incidente será definida quando da tomada do crédito. Até a data deste Prospecto, o crédito não havia sido sacado pela Companhia.

(n) CCB, emitida ao Itaú BBA em 18 de março de 2008, no montante de R\$50 milhões, com vencimento final em 15 de junho de 2009 e com taxa de juros a ser definida quando da tomada do crédito. Até a data deste Prospecto, o crédito não havia sido sacado pela Companhia

(o) CCB, emitida ao Banco ABN-Amro em 27 de agosto de 2008, no montante de R\$80 milhões, com vencimento final em 17 de agosto de 2010 e juros equivalentes à taxa de CDI acrescida de spread de 0,95% ao ano. Os recursos foram utilizados para reforçar o capital de giro da Companhia.

Com relação aos itens (j), (k) e (l) acima mencionados, é comum a todos os contratos com o BNDES a garantia através da vinculação de parcela da receita proveniente da prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Light SESA. A tabela abaixo identifica os prazos de vencimento, taxas de juros e o saldo devedor, em 31 de março de 2009, sob tais contratos com o BNDES:

R\$ Mil	mar/09	%
Moeda Nacional	456.986	99,6%
Debentures 1a. Emissão	15.643	3,4%
BNDES Finem	441.343	96,6%
Moeda Estrangeira	1.932	0,4%
BNDES Fin. Importação	1.932	100,0%
Total	458.918	

Na data deste Prospecto, nenhum dos contratos mencionados neste item “Contratos Financeiros Relevantes” eram objeto de processo de renegociação entre os contratantes e a Companhia. Observa-se que, na hipótese de renegociação dos referidos contratos em termos e condições insatisfatórias e/ou desfavoráveis e/ou inadequadas às expectativas e interesses da Companhia em relação aos termos e condições previamente estabelecidos, esta renegociação poderá acarretar em perdas na receita da Companhia.

Contratos comerciais relevantes com fornecedores e prestadores de serviço

Dentre os contratos celebrados pela Companhia com fornecedores e prestadores de serviço, de acordo com as práticas e os valores de mercado, destacam-se os indicados abaixo, pela relevância que possuem do ponto de vista financeiro e estratégico para a Companhia.

Empresa contratada	Objeto	Prazo	Valor contratado (R\$ milhões)
(i) Empresa Tejofran de Saneamento Serviços Ltda.; (ii) ALTM S.A. Tecnologia e Serviços de Manutenção; (iii) Promig – Projetos e Construções Elétricas de Minas Gerais Ltda.; (iv) Medral Engenharia Ltda.; e (v) Serviços Urbanos Ltda.	Serviços de manutenção de rede elétrica aérea e subterrânea de baixa tensão e média tensão, emergência aérea e subterrânea, medição de carga, poda, inspeção e reparo de câmaras, ligação e desligamento, expansão de redes aéreas e subterrâneas, e respectivo	30 de junho de 2010	255,1
(i) Areva Transmissão & Distribuição; (ii) ABB Ltda.	Construção das subestações Copacabana, Marapicu, Fio Cruz	3 de março de 2010; e 30 de dezembro de 2009, respectivamente	72,4
(i) Engeletrica – Serv. Espec. de Engen.; (ii) Provider Ltda.; e (iii) Empresa Tejofran de Saneamento Serviços Ltda.; (iv) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Serviços de leitura de medidores e entrega de faturas	15 de agosto de 2011; 15 de agosto de 2011; 15 de agosto de 2011; e 18 de junho de 2011	56,3
(i) Indica Assessoria e Serviços Ltda.; e (ii) Serviços Urbanos Ltda.	Serviços de recuperação de energia	31 de março de 2010	43,4
AES Communications Rio de Janeiro	Serviço de telecomunicações e aluguel de circuitos	01 de fevereiro de 2010 e 30 de junho de 2010	42
(i) Empresa Tejofran de Saneamento Serviços Ltda.; (ii) Soter Sociedade Técnica de Engenharia; (iii) Promig – Projetos e Construções Elétricas de Minas Gerais Ltda.; (iv) Medral Engenharia Ltda.; e (v) Serviços Urbanos Ltda.	Serviços de Blindagem de rede	30 de junho de 2010; 31 de outubro de 2009; 30 de junho de 2010; 30 de junho de 2010 e 30 de junho de 2010, respectivamente	37,3
(i) Bearingpoint S/A; (ii) Finity Serviços de Consultoria; (iii) Accenture do Brasil Ltda; (iv) Soluziona Ltda; e (v) SAP Brasil	Serviços de outsourcing, manutenções corretivas, evolutivas do Sistema SAP e manutenção do SGD	30 de novembro de 2011; 31 de julho de 2011; 21 de maio de 2011; 31 de dezembro de 2009; e 30 de junho de 2009, respectivamente	33,3
Tivit Atendimentos Telefônicos S.A.	Serviços de teleatendimento por meio do Disque-LIGHT	15 de julho de 2010	32,5
Armazéns Gerais Columbia S.A.	Serviços de operação logística de materiais e/ou equipamentos que contemplam as atividades de armazenagem e transporte	20 de maio de 2010	25,7
Service Informática Ltda e CPM Braxis S.A.	Serviços de outsourcing Data Center, Service Desk e redes de telecom.	13 de julho de 2013 e 30 de junho de 2011	21,3
Telemar Norte Leste S.A	Telefonia fixa e serviço 0800	5 de julho de 2010	20,5
(i) ALTM S.A. Tecnologia e Serviços de Manutenção; (ii) Building Services de Engenharia; (iii) Álamo Engenharia S.A.; (iv) Primus Tec – Instalações de Energia Elétrica Ltda.; e (v) Tecconstru – Serviços Técnicos de Construções Ltda.	Serviços de manutenção em subestações e em linhas de transmissão	30 de junho de 2010; 16 de abril de 2009; 01 de março de 2010; 30 de junho de 2010; e 19 de agosto de 2010 respectivamente	19,4
Provider Ltda.	Serviços de monitoramento e atendimento presencial em agências	15 de agosto de 2011	16,7
Print Laser Service Ltda.	Impressão de faturas	4 de novembro de 2011.	10,2
Serdele Serviços de Eletricidade Ltda.	Serviços de rede em comunidades carentes	30 de junho de 2010	7,4
(i) Ficap S/A.; (ii) Brascopper CBC Brasileira de Condutores Ltda.; (iii) Eletro Metalurgica Ciafundi Ltda; (iv) Prysmian Energia Cabos e Sistemas; (v) General Cable do Brasil S/A; (vi) Cearca S/A – Condutores Elétricos de Cobre e Alumínio; (vii) Phelps Dodge Internacional Brasil; (viii) Induscabos Condutores Elétricos Ltda.; (ix) Nexans do Brasil S.A. e (x) Wirex Condutores do Brasil S.A.	Fornecimento de cabos utilizados na expansão e manutenção das redes de distribuição	17 de março de 2010; 05 de março de 2010; 6 de novembro de 2009; 14 de março de 2010; 19 de julho de 2009; 5 de março de 2010; 19 de julho de 2009; 17 de março de 2010; 10 de abril de 2010; e 15 de março de 2010 respectivamente.	205,3
(i) Romagnole Produtos Elétricos S/A; (ii) ABB LTDA; (iii) Cemec Constrs. Eletromecanicas S.A.; (iv) Eletrotrafo Comercial Elétrica; e (v) Weg Equipamentos Elétricos	Fornecimento/reparo de transformadores aéreos utilizados na rede de distribuição	30 de novembro de 2009; 6 de junho de 2009; 11 de março de 2010; 14 de janeiro de 2010; 7 de dezembro de 2009, respectivamente	60,2
Landis+Gyr Equipamentos de Medição	Fornecimento de medidores eletrônicos	12 de maio de 2009	26,6

(i) Tyco Elettronics Brasil Ltda; (ii) Niled Brasil Ltda; (iii) Incesa Industria de Componentes Elétricos; (iv) Intelli Ind. de Terminais Elétricos; (v) Comercial Usaço Ltda; (vi) Polimetal Ligas e Metais Ltda.; (vii) Fci Brasil Ltda.; e (viii) 3M do Brasil Ltda.	Fornecimento de conectores utilizados na rede de distribuição	24 de fevereiro de 2010; 12 de fevereiro de 2010; 2 de março de 2010; 16 de fevereiro de 2010; 12 de fevereiro de 2010; 12 de fevereiro de 2010; 11 de fevereiro de 2010 respectivamente	13,8
Romagnole Produtos Elétricos S.A.	Fornecimento de ferragens utilizados na rede de distribuição	28 de fevereiro de 2010	10,5
Indústria Eletromecânica Balestro Ltda.	Fornecimento de para-raios utilizados na rede de distribuição	20 de agosto de 2009	7,8
Plastimax Indústria e Comércio Ltda.	Fornecimento de caixas de medidores	19 de fevereiro de 2010	7,6
Romagnole Produtos Elétricos S.A.	Fornecimento de postes utilizados na rede de distribuição	26 de novembro de 2009	5,8
3M do Brasil Ltda.	Fornecimento de emendas utilizadas na rede de distribuição	13 de agosto de 2009	5

Contratos de confidencialidade e não concorrência

Em 31 de março de 2009, a Companhia não possuía relevantes contratos de confidencialidade e não concorrência com terceiros.

Processos Judiciais e Administrativos

Em 31 de março de 2009, a Companhia era parte em aproximadamente 45.912 ações judiciais e procedimentos administrativos, sendo 41.228 de natureza cível (excluídos os processos regulatórios e ambientais), 722 de natureza tributária e previdenciária e 3.962 de natureza trabalhista, as quais somavam uma contingência estimada em aproximadamente R\$4,5 bilhões (o que não inclui processos não quantificáveis ou com pedidos não pecuniários).

A Companhia tem por política constituir provisão contábil para as contingências cuja perda é considerada como provável, assim determinada em razão do prognóstico avaliado pelos seus assessores legais, considerado o estágio dos processos e a jurisprudência formada nos tribunais superiores e quando o prejuízo é quantificável.

Em 31 de março de 2009, a provisão para contingências oriundas de processos administrativos e judiciais de natureza tributária, cível, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória totalizava R\$1,004 bilhão, e sua composição pode ser resumidamente demonstrada como segue:

(valores em R\$ milhões)	Curto prazo	Longo prazo
Trabalhistas	0,6	158,0
PIS/COFINS		217,2
PIS/COFINS – RGR e CCC		17,8
INSS – auto de infração		38,3
INSS – trimestralidade		94,4
Lei n.º 8.200		20,3
ICMS		88,0
Contribuição social		27,4
Ações cíveis / Juizado Especial Cível		257,0
Contribuição sobre Intervenção no Domínio Econômico - CIDE		4,7
Outras contingências fiscais		3,0
Outras	1,6	77,9
TOTAL	2,2	1.004

Com exceção das questões descritas nos itens abaixo, a Companhia acredita que não haja processo judicial ou administrativo pendente que, no caso de decisão final desfavorável, resultará em um efeito material adverso em sua situação financeira ou resultado operacional.

A seguir será apresentado um breve resumo dos principais aspectos dos processos em que a Companhia figura no polo passivo ou ativo, utilizando-se como critério de escolha as ações com valor envolvido acima de R\$1,0 milhão e outras ações que a Companhia e seus consultores externos julgam relevante destacar.

Processos Cíveis

Em 31 de março de 2009, a Companhia figurava como parte em ações cíveis que somavam 41.228 processos, dos quais 12.550 tramitavam na justiça comum estadual e federal, com pedidos que somavam R\$488,5 milhões, 28.678 que tramitavam em juizados especiais cíveis, envolvendo um valor total de pedidos quantificados em R\$399,0 milhões. Em 31 de março de 2009, a Companhia havia provisionado o total de R\$257,0 milhões em relação aos processos de natureza cível.

As ações judiciais de natureza cível de maior relevância referem-se às seguintes matérias:

Plano Cruzado

São ações movidas contra a Light SESA, relativas ao aumento da tarifa de energia elétrica aprovado pelas Portarias n.º 38, de 27 de fevereiro de 1986 e n.º 45, de 04 de março de 1986, publicadas pelo extinto DNAEE, que contrariavam o Decreto-lei n.º 2.283/86 (decreto do Plano Cruzado), o qual previa que todos os preços ficariam congelados. Não é possível à Companhia apurar o valor total dessas ações.

Entre os autores dessas ações existem consumidores industriais, comerciais e residenciais, sendo que a Companhia classifica como provável a hipótese de perda para as ações movidas por consumidores industriais, e remotas as hipóteses de perda para as ações de consumidores de outras classes. Dentre essas ações destacamos:

- Ação movida pela Valesul, em que a Light SESA já foi vencida em todas as instâncias. A Valesul iniciou a execução de sentença ainda em janeiro de 2004, e em 13 de julho de 2006 a Companhia depositou o valor de R\$19,7 milhões, para fins de garantia do juízo, com vistas ao oferecimento de impugnação. Em 22 de novembro de 2007, foi proferida decisão determinando o levantamento da diferença existente entre o depósito judicial efetuado pela Companhia e o valor do principal apontado pela Valesul como devido, tendo sido expedido mandado de levantamento no valor de R\$3,9 milhões. Os advogados da Companhia consideraram provável o risco de perda dessas ações, sendo que, com relação a um excesso de execução objeto de impugnação pela Light SESA, o risco de perda é remoto. Em 31 de março de 2009, a provisão constituída pela Companhia para este caso era de R\$17,0 milhões.
- Ação movida pela CSN em face da Light SESA. Não obstante tenha sido dado provimento ao recurso de apelação da Light SESA no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, foi determinada pelo STJ a subida do recurso especial interposto pela CSN. Contra esta decisão, a Companhia opôs embargos de declaração. Tendo em vista o recurso oposto, bem como a questão processual discutida, o risco de perda dessa ação é considerado possível pelos advogados da Companhia responsáveis pela ação. Em 31 de março de 2009, a provisão constituída pela Light SESA para essa ação era de R\$71,8 milhões, que corresponde ao valor da eventual condenação.
- Ação civil pública movida pela Associação Brasileira de Consumidores de Água e Energia Elétrica – ASSOBRAEE por meio da qual se busca a declaração da nulidade da portaria DNAEE n.º 38/86 e 45/86 e a restituição do indébito, isto é, 20% de todos os valores recebidos entre março e novembro de 1986. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda dessa ação, não havendo, em 31 de março de 2009, qualquer provisão para a mesma. Não é possível estimar o valor envolvido nessa ação.

A Companhia possuía, em 31 de março de 2009, a quantia de R\$108,6 milhões provisionada, referente a todas as ações relacionadas às referidas portarias. Embora não seja possível determinar o valor envolvido nessas ações, o cálculo para a provisão foi efetuado levando-se em consideração apenas as ações referentes a clientes industriais que juntaram as faturas do período reconhecido como devido pela jurisprudência.

Eletroplessão e Responsabilidade Civil por Acidentes

A Light SESA figura como ré em ações propostas por vítimas e/ou por sucessores de vítimas de acidentes envolvendo a sua rede de eletricidade, pelas mais diversas causas. Entre elas, destacam-se 8 ações de responsabilidade civil decorrentes de acidentes por eletroplessão, em que os valores pleiteados em cada uma somam mais de R\$1,0 milhão, estimando-se suas eventuais condenações num total de aproximadamente R\$14,8 milhões. Os advogados da Companhia consideram provável o risco de perda dessas ações. Em 31 de março de 2009, a provisão constituída pela Companhia para estes casos era de R\$14,8 milhões.

Existem, ainda, 2 ações de responsabilidade civil cuja contingência estimada totaliza o valor de R\$4,8 milhões. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda nestas ações, não havendo, em 31 de março de 2009, qualquer provisão constituída para as mesmas.

Juizado Especial Cível

Em 31 de março de 2009, a Light SESA possuía cerca de 28.678 ações, no valor de R\$399 milhões, em trâmite perante os Juizados Especiais Cíveis, tendo encerrado cerca de 19.865 no ano de 2008, enquanto foram iniciados 23.519 novos processos no mesmo período. Os valores das causas variam até o equivalente a 40 salários mínimos, e os valores pagos aos reclamantes, durante o ano de 2008, somavam aproximadamente o total de R\$29,9 milhões, sendo que grande parte das discussões referem-se a relações de consumo. Os advogados da Companhia consideram, para o cálculo do prognóstico de perdas, a média do valor das condenações dos últimos 12 meses multiplicado pelo total do número de processos. Em 31 de março de 2009, a provisão constituída pela Companhia para essas ações era de aproximadamente R\$33,0 milhões.

Ação movida pela Cerisa pela rescisão de contratos

Trata-se de ação movida por Cerisa Construções e Engenharia Ltda. em face da Light SESA e ALTM, que versa sobre 11 contratos executados entre a autora e a Light SESA, com previsão de remuneração global de R\$58 milhões. A autora alega não ter recebido a remuneração prevista, ter sofrido pedidos de falência e ter adquirido enorme passivo trabalhista, e pede a condenação dos réus ao pagamento de (a) indenização pela rescisão branca dos contratos, correspondendo a 50% dos valores não executados dos contratos celebrados pela Light SESA; (b) R\$1,8 milhão correspondentes à diferença entre o valor mínimo garantido e o executado em contrato celebrado (posteriormente) entre a autora e ALTM; (c) valor correspondente ao passivo trabalhista da autora, originado do descumprimento dos acordos celebrados; (d) saldo decorrente das dívidas financeiras da autora, incluindo as multas, as taxas de juros e os demais encargos aplicados pelas instituições financeiras, a ser apurado em perícia; (e) danos morais no valor de R\$500 mil, e (f) verbas sucumbenciais. Não é possível à Companhia estimar o valor envolvido nessa ação. A Light SESA, em 31 de março de 2009, tinha provisionado o valor de R\$7,4 milhões para essa ação, mas a Companhia acredita que, caso a autora tenha seus pedidos julgados procedentes, uma eventual condenação poderá ultrapassar o valor provisionado. Os advogados da Light SESA responsáveis por essa ação consideram possível o risco de perda.

Ação movida pela CSN por danos causados por falha de serviço da Light SESA

Trata-se de ação de indenização que tramita na 3ª Vara Cível do Rio de Janeiro, movida pela CSN em face da Light SESA, na qual pleiteia indenização pelos prejuízos causados pelas oscilações e interrupções de energia, incluindo lucros cessantes. Os advogados da Companhia consideram provável o risco de perda dessa ação. Em 31 de março de 2009, a provisão constituída pela Companhia para essa ação era de R\$18,5 milhões. De acordo com o entendimento dos advogados da Companhia, o exato valor envolvido nessa ação somente poderá ser conhecido em fase de liquidação de sentença, podendo superar substancialmente o valor provisionado.

Ação movida pela ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos

Trata-se de ação ordinária movida pela ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos contra a Light SESA, pela qual a ECT pretende proibir a Light SESA de entregar as contas de energia elétrica aos consumidores por meio de terceiros, por se caracterizar um serviço postal, atividade a ser prestada com exclusividade pela ECT.

A Light SESA foi, ainda, notificada extrajudicialmente pela ECT para cessar a divulgação e arrecadação de serviços de seguros. Embora a ação seja declaratória, eventual sentença contra a Light SESA implicará em alteração de sua maneira atual de envio das faturas para a maior parte de seus clientes. A ação foi julgada procedente e desde de 10 de agosto de 2005 aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pela Light SESA. Em 31 de março de 2009 não era possível à Companhia estimar o valor total envolvido nessa ação e a Companhia não havia constituído qualquer provisão. Os advogados responsáveis consideravam provável o risco de perda.

Ações discutindo o valor do contrato de compra e venda de energia – Valor do Custo Variável de Energia (CVU) – Recomposição

Existem 4 ações movidas por usinas termelétricas em face da ANEEL e de diversas concessionárias discutindo acerca do valor do contrato de compra e venda de energia (Valor do Custo Variável de Energia – CVU) a ser aplicado nos CCEARs celebrados entre as autoras e as rés concessionárias de distribuição em virtude do 1º leilão de Energia Nova (Edital de Leilão n.º 002/2005). Não há como estimar o valor envolvido nessas ações. Os advogados responsáveis consideram remoto o risco de perda, uma vez que caso concedida qualquer recomposição o valor deverá ser repassado à tarifa, não tendo provisão constituída.

Ações discutindo a TUSD

A Valesul moveu ação judicial em face da Light SESA, requerendo pagar a TUSD de suas PCHs com base no contrato celebrado no ano de 1991 e não com base na regulamentação atual, depositando em juízo os valores que estão sendo discutidos, e requerendo, ainda, a restituição do que pagou a maior, no valor histórico de R\$6,6 milhões. A ação foi julgada improcedente em primeira instância, tendo a autora interposto recurso, ainda pendente de julgamento. Os valores históricos mensais glosados nas faturas de energia da autora, até 31 de março de 2009, somavam R\$48,5 milhões. Caso a ação seja julgada procedente, a Light SESA perderá importante receita, além de ter que devolver o valor pago a maior. Tendo em vista que os valores envolvidos nessa ação tratam, em grande parte, de receitas auferidas mensalmente, não há como estimar o valor da contingência. Os advogados da Light SESA consideram possível o risco de perda nessa ação, razão pela qual não há provisão constituída.

Há, ainda, duas ações movidas por Valesul, CSN e Siderúrgica Barra Mansa contra a Light SESA. A primeira foi ajuizada pela Valesul e CSN, conjuntamente, e a segunda foi ajuizada pela Siderúrgica Barra Mansa. Na primeira ação as autoras impetraram mandado de segurança em face do presidente da Companhia, com o objetivo de não recolherem os encargos da TUSD estipulados pelas Resoluções n.ºs 666/02, 790/02 e 152/03, buscando, assim, o direito de pagar apenas os encargos da TUSD Fio, excluindo os outros cinco encargos estipulados pela ANEEL. A sentença julgou procedente o pedido, mas a Light SESA recorreu e teve sua apelação provida, o que gerou a interposição de recurso especial e recurso extraordinário pelas autoras. Em 2 de outubro de 2008, foi o julgado o recurso especial e o STJ negou provimento ao recurso da CSN e VALESUL, mantendo a decisão favorável à Light SESA proferida pelo Tribunal Regional Federal. Em sede de recurso extraordinário foi negado seguimento ao recurso em abril de 2009. Atualmente, aguarda-se o trânsito em julgado da decisão e baixa do processo ao tribunal de origem.

Já a Siderúrgica Barra Mansa alega ser autoproductora e sustenta a ilegalidade da cobrança da “TUSD Energia Ponta” e “TUSD Energia Fora de Ponta”, estabelecidas pela Resolução ANEEL n.º 591/03, uma vez que adquire sua energia como Consumidora Livre. A sentença julgou extinto o feito, sem julgamento do mérito, por inadequação da via eleita, uma vez que a pretensão autoral necessita de dilação probatória. Foi interposto recurso de apelação, o qual aguarda o julgamento.

Tendo em vista que a determinação judicial para o depósito em juízo foi revertida, a Companhia não possui o valor atualizado das demandas. O valor histórico glosado até a reversão da referida determinação judicial é de R\$5,1 milhões em relação à CSN e R\$3,4 milhões em relação à Valesul. Os advogados responsáveis consideravam possível o risco de perda dessas ações, não havendo, em 31 de março de 2009, qualquer provisão para as mesmas.

Já a Siderúrgica Barra Mansa alega ser autoproductora e sustenta a ilegalidade da cobrança da “TUSD Energia Ponta” e “TUSD Energia Fora de Ponta”, estabelecidas pela Resolução ANEEL n.º 591/03, uma vez que adquire sua energia como Consumidora Livre. A sentença julgou extinto o feito, sem julgamento do mérito, por inadequação da via eleita, uma vez que a pretensão autoral necessita de dilação probatória. Foi interposto recurso de apelação, o qual aguarda o julgamento.

Ação de prestação de contas

Trata-se de ação de prestação de contas pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial (“CBEE”) sob a alegação de que a Light SESA não estaria repassando os valores arrecadados de seus consumidores à título de Encargo de Capacidade Emergencial – ECE. Alega-se que o valor de “Contas a Pagar” da Light SESA encontra-se no montante de R\$94,0 milhões, sendo R\$91,0 milhões referente ao inadimplemento de seus clientes. A CBEE afirma ter recebido correspondência prestando informações não satisfatórias, razão pela qual ajuizou a ação. O valor histórico envolvido na causa é de R\$94,0 milhões. Em 31 de março de 2009, os advogados da Companhia consideravam possível o risco de perda desta ação e, por se tratar de ação de prestação de contas, não tendo pedido condenatório, não há provisionamento.

Existem ainda diversas ações individuais para que a Light SESA se abstenha de cobrar o Encargo de Capacidade Emergencial, não sendo possível estimar o valor envolvido. No entanto, quanto ao assunto, ressalta-se que o STF já declarou, através do Recurso Extraordinário n.º 576189, a constitucionalidade da cobrança do referido encargo.

Ações de Indenização

Trata-se de ação movida por COLLET e SONS S/A Engenharia Comércio e Indústria em face da Light SESA, onde a autora sustenta ter sofrido prejuízo quando da prestação de serviços à Companhia, face a inúmeros impedimentos técnicos para prestação de serviços nas subestações, além do atraso nos projetos e no início do contrato. Foi proferida sentença julgando parcialmente procedente o pedido para condenar a ré a pagar à autora a quantia de R\$30.375,80, referentes aos danos emergentes, atualizado desde 15 de dezembro de 1997, data do último pagamento feito pela ré, com correção monetária e juro. Após a prolação da sentença foi interposto recurso de apelação cível, pendente de julgamento. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda desta ação, cujo valor envolvido é de R\$4 milhões, não havendo qualquer provisão para a referida ação.

Ação movida por Mercadinho Vitória 163 Ltda. onde a autora alega que o medidor instalado no local está registrando um consumo muito superior ao real, já tendo, inclusive, sido constatado um erro percentual de até 76% pelo INMETRO. Em razão do registro elevado, a Autora está em débito e requer lucros cessantes, dano material e moral, além de devolução em dobro do que pagou a mais. Requer também seja antecipada a tutela para que seja substituída a medição, sejam enviadas faturas mensais de acordo com o consumo previsto pelo INMETRO, seja determinada a Companhia se abster de efetuar o corte no fornecimento e seja invertido o ônus da prova. Foi deferida tutela antecipada para que fosse realizada a substituição do medidor. Atualmente o processo encontra-se em fase de perícia. Em 31 de março de 2009 os advogados da Companhia estimavam que o valor envolvido na demanda era de R\$1 milhão. Consideravam o prognóstico possível e, por esta razão, não há qualquer valor provisionado.

Ação movida por Lojão das Épocas Ltda. e outros em razão de incêndio ocorrido em sua loja, cuja responsabilidade atribuem à Light SESA. O processo está em fase de perícia. Em 31 de março de 2009, os advogados da Companhia consideravam provável o risco de perda nesta ação e há provisionado o valor de R\$2 milhões.

Ação Banco Santos

A Light SESA moveu em face do Administrador Judicial do Banco Santos S.A. e Banco Central ação ordinária acerca das aplicações financeiras, compensação do CDB e RDB com débitos referente ao *Contrato de Swap* N.04c07730. Em 02 de dezembro de 2005, foi publicada sentença julgando extinto o processo, em razão da transação efetuada pelas partes que proporcionou a compensação pretendida. Em 15 de setembro de 2006, o Banco Central interpôs apelação, pendente de julgamento, contra a sentença proferida, visando receber honorários advocatícios no valor de R\$3 milhões. Os advogados da Companhia consideram remoto o risco de perda. Em 31 de março de 2009, não havia qualquer valor provisionado para a referida ação.

Mandado de Segurança LIR & LOI

Trata-se de mandado de segurança impetrado pela Light SESA em face do diretor da ANEEL, onde busca a autora o cancelamento de parte da multa imposta através do Despacho ANEEL nº 2.324/2007, referente à suposta irregularidade na constituição das empresas subsidiárias LIR e LOI. Em 4 de setembro de 2007 foi deferido o pedido liminar da impetrante mediante depósito judicial efetuado pela Companhia no montante de R\$1.617.365,14. Em 27 de novembro de 2007, foi prolatada sentença de improcedência. Interposto o recurso de apelação recebido apenas no efeito devolutivo e, após a interposição do agravo de instrumento, foi proferido despacho que o recebe em ambos os efeitos, devolutivo e suspensivo. Atualmente aguardam-se as contra-razões da ANEEL para a subida dos autos ao Tribunal e a distribuição do recurso de apelação. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda da referida ação e não há valor provisionado.

Ação Bingo Tijuca Ltda.

Trata-se de ação movida por Bingo Tijuca Ltda. onde o autor, em síntese, alega que: a) prepostos da ré compareceram no local indicado e, sob a alegação de irregularidades no aparelho medidor, procederam a suspensão do fornecimento de energia elétrica; b) encaminharam o funcionário da empresa para a delegacia de polícia local; c) ao se dirigir à sede da ré, tomou conhecimento acerca de débito existente em nome da empresa na quantia aproximada a R\$1.000,000,00 decorrentes da irregularidade no consumo constatada, que alega desconhecer. Em razão dos fatos alegados, pleiteia a declaração de inexistência de irregularidades e do débito apontado. Atualmente o processo está em fase de provas. Os advogados da Companhia, em 31 de março de 2009, consideravam provável o risco de perda desta ação e há provisão no valor de R\$1 milhão.

Cobrança de Honorários Advocatícios

O escritório Miguez de Mello Advogados promove ação de cobrança de honorários advocatícios em face da Light SESA, na qual pleiteia o valor de R\$10,7 milhões, a título de êxito pelo julgamento de improcedência de uma ação rescisória movida pela União perante o TRF da 2ª Região. Houve perícia nos autos, que se encontram na conclusão para a prolação de sentença. Os advogados da companhia consideram possível o risco de perda.

Ações Cíveis Públicas

Em 31 de março de 2009, havia 49 ações cíveis públicas ou populares movidas em face da Light SESA. Não foi possível estimar o valor total envolvido em cada uma dessas ações, em virtude da natureza e abrangência dos respectivos pedidos. Dentre essas ações, cabe destacar:

Tarifa

- Questionamentos quanto ao reposicionamento tarifário da Light SESA de 2003 – Por meio da Resolução ANEEL n.º 591, de 6 de novembro de 2003, foi estabelecido o percentual de 4,15% para o reposicionamento tarifário da Light SESA. Entre as ações propostas relacionadas a esse percentual, cabe destacar as seguintes: (i) ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal; cujo valor envolvido é de R\$432,1 milhões; (ii) ações cíveis públicas movidas pelo Ministério Público Estadual e pela Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (sem valores estimados); e (iii) ação civil pública, movida pela AFCONT – Associação Fluminense do Consumidor e do Trabalhador (sem valores estimados). Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perdas destas ações, não havendo, em 31 de março de 2009, provisão em relação às referidas ações cíveis públicas.
- Ação movida pelo Ministério Público Federal, em que este alega que a ANEEL deixou de observar benefício fiscal que ajudaria a modicidade tarifária, sustentando que desde 2003 a Light SESA está cobrando dos seus usuários valores superiores aos que efetivamente seriam devidos. Não é possível estimar os valores envolvidos nessa ação. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda dessa ação, não havendo, em 31 de março de 2009, qualquer provisão constituída para a mesma.

Suspensão e Interrupção do Fornecimento

- Ação Civil Pública movida pela AFCONT – Associação Fluminense do Consumidor e do Trabalhador, em que se pleiteia que a Light SESA se abstenha de interromper o fornecimento de energia elétrica e de exigir o pagamento do débito unilateralmente calculado por estimativa de consumo acrescido de retroativo, condicionando o restabelecimento da energia elétrica ao pagamento de tal débito, mesmo que entenda ter havido alguma irregularidade. O pleito foi deferido em sede antecipação de tutela, contra a qual foi interposto recurso, que suspendeu seus efeitos. Não é possível estimar os valores envolvidos nesta ação. Os advogados externos da Companhia consideram possível o risco de perda dessa ação e, em 31 de março de 2009, não havia provisão constituída.

- Indenização pelo corte do fornecimento de energia elétrica em vários Municípios por até 3 dias em consequência de vendaval e tempestade que ocorreram no Estado do Rio de Janeiro em 7 de setembro de 2002. Diante disso, foi ajuizada ação civil pública requerendo a reparação de todos os danos causados aos consumidores que sofreram com o corte de energia. Foi prolatada sentença julgando parcialmente procedente os pedidos, para condenar a Light SESA a ressarcir os consumidores de energia elétrica do valor correspondente a um trinta avos da tarifa básica, multiplicado pelo número de dias em que não se prestou o serviço, a ser apurado em liquidação, sendo certo que o valor a que se faz referência é o da tarifa básica à época dos fatos, corrigida monetariamente e acrescida dos juros legais, não sendo, portanto, possível informar o valor envolvido, vez que dependerá de liquidação de sentença. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda dessa ação e, em 31 de março de 2009, a Companhia não havia constituído qualquer provisão para a mesma.
- Existe ainda uma ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal contra a Light SESA, em que se discute a proibição da suspensão do fornecimento de energia elétrica para entidades públicas ou particulares prestadoras de serviços públicos. Os advogados da Companhia consideram o risco de perda provável em relação aos órgãos públicos que prestam serviço essencial e aqueles relacionados à segurança e saúde e possível em relação aos demais órgãos públicos. Não é possível estimar os valores envolvidos nesta ação. Em 31 de março de 2009, não havia provisão constituída.

Cobrança de débitos anteriores

- Ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro em que se pleiteia que a Light SESA se abstenha de impor a terceiros obrigação pelos débitos relativos a anteriores ocupantes do imóvel, e pagamento de indenização por danos materiais e morais a que a Light SESA tiver dado causa, inclusive com a devolução em dobro das cobranças efetuadas indevidamente. A ação foi julgada procedente em ambas as instâncias, e em 5 de março de 2009 foi proferida decisão indeferindo o seguimento dos recursos especial e extraordinário interpostos pela Light SESA. Em 31 de março de 2009, aguardava-se julgamento dos agravos de instrumento tempestivamente interpostos. O valor da condenação dependerá de liquidação de sentença, momento no qual eventuais usuários lesados deverão, caso a caso, buscar ressarcimento de prejuízos, provando o fato gerador de seu direito. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda dessa ação e, em 31 de março de 2009, não havia provisão constituída.

Taxas e Encargos (Contribuição de Iluminação Pública, Encargo de Capacidade Emergencial, Encargos Financeiros)

- Ação movida pelo Núcleo de Defesa do Consumidor – Nudecon e Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro contra a Light SESA, por meio da qual se questionam os encargos financeiros incidentes sobre os contratos de parcelamentos de débitos realizados com os usuários inadimplentes. Os advogados da Companhia consideram provável o risco de perda dessa ação, mas não foi constituída qualquer provisão. O valor eventualmente a ser restituído dependerá da comprovação, por cada consumidor, dos encargos incorridos, o que será apurado em liquidação de sentença, não havendo, no atual estágio, estimativa do valor envolvido nesta demanda.

Equipamentos

- Há duas ações movidas pela Associação Brasileira de Consumidores de Água e Energia Elétrica – ASSOBRAEE contra a Light SESA. Em uma delas, a ASSOBRAEE sustenta que a Light SESA supostamente faz uso de medidores de consumo de energia elétrica que não teriam sido aprovados pelo INMETRO. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão. Cabe destacar, por fim, que, de acordo com a Companhia, não é possível avaliar o valor envolvido nesta demanda, que dependeria das eventuais providências de remoção e substituição dos medidores questionados. Na outra, a ASSOBRAEE pleiteia que a Light SESA cumpra a Lei Estadual n.º 4.901/06, que estabelece a instalação de medidores de consumo de água, eletricidade, telefonia e gás no interior da propriedade do consumidor e em local visível, tendo, inclusive, formulado pedido liminar a este respeito. Os advogados consideram possível o risco de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão. Não é possível avaliar, no atual estágio, o valor envolvido nesta demanda, que dependeria das eventuais providências de remoção e substituição dos medidores questionados. Em relação à Lei Estadual n.º 4.901/06, há, ainda, em curso ação direta de inconstitucionalidade movida pela ABRADDEE no STJ e, também, ação ordinária movida pela Light SESA e outros, conforme descrito abaixo.

Compra e Venda da Light S.A. pela RME

Em 18 de novembro de 2008, a Companhia e alguns de seus administradores e acionistas tiveram ciência da Ação Popular movida no foro da capital do estado de Minas Gerais por uma pessoa física, em que se alegam, entre outros, irregularidades na compra do controle acionário da Light S.A. Em 31 de março de 2009, aguardava-se a citação de todos os réus para que se iniciasse o prazo de resposta. Não é possível estimar o valor envolvido nesta ação. Os advogados que patrocinam a ação consideram remota a probabilidade de perda dessa ação e, em razão do assunto, não há valor provisionado.

Ações Cíveis Relevantes em que a Light SESA é Autora

Dentre as ações de maior relevância em que a Light SESA figura como autora, podem ser destacadas as seguintes:

- Ação ordinária movida pela Light SESA em face da Fazenda Estadual do Rio de Janeiro arguindo a inconstitucionalidade da Lei Estadual n.º 4.901/06, que estabelece a instalação de medidores de consumo de água, eletricidade, telefonia e gás no interior da propriedade do consumidor e em local visível, sob pena de multa por descumprimento equivalente ao consumo verificado no local. A Light SESA requereu a antecipação da tutela para que a Fazenda Estadual do Rio de Janeiro se abstenha de aplicar qualquer sanção em caso de descumprimento da referida lei, a qual foi deferida. O processo se encontra em fase de produção de provas. Em 31 de março de 2009, os advogados da Companhia consideravam possível o risco de perda desta ação, razão pela qual não há provisionamento. Não há como informar o valor da contingência para esta ação, uma vez que, com a perda desta, a Companhia poderá encontrar maior dificuldade no acesso aos medidores e, por consequência, maior dificuldade na medição e cobrança dos valores devidos.
- As ações movidas em face da SuperVia e CEDAE, de cobrança de valores, encontram-se suspensas em razão de acordos celebrados entre a Light SESA e as referidas empresas. Haverá desistência das ações após o integral cumprimento dos Contratos de Confissão de Dívida firmados entre as partes, e não há notícias de descumprimento dos mesmos até a data deste Prospecto. Para mais informações, vide a seção “Índice de Inadimplência e Procedimentos de Cobrança” acima, na página 173 deste Prospecto.
- Ação ordinária, com pedido de tutela antecipada, movida por Light SESA, Ampla Energia e Serviços S.A. e Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo - CENF em face do Estado do Rio de Janeiro, visando suspender os efeitos da Lei n.º 4.724/06 que determina que as empresas concessionárias de serviços públicos fornecedoras de energia elétrica, no Estado do Rio de Janeiro, quando da realização de vistoria técnica no medidor do usuário residencial, deverão expedir notificação pessoal com aviso de recebimento a ser enviada para o endereço do consumidor, apresentando dia e hora da vistoria, salvo quando do registro da queixa-crime de furto de energia na delegacia competente. A referida lei determina, ainda, que a vistoria técnica deverá ser marcada em prazo superior a 48 horas da entrega do aviso de recebimento pelo usuário. Foi indeferida a tutela antecipada e, após manifestação do Ministério Público, aguarda-se a prolação da sentença. Não é possível estimar o valor envolvido nesta ação. Os advogados da Companhia consideravam, em 31 de março de 2009, possível o risco de perda desta ação e não há qualquer valor provisionado.

Processos Tributários

Em 31 de março de 2009, a Companhia figurava como parte em aproximadamente 722 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e previdenciária, no valor de R\$3.532,0 milhões, dos quais R\$511,2 milhões encontravam-se provisionados. A composição da provisão pode ser resumidamente demonstrada como segue:

Contingências Fiscais	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	31/03/2009	31/12/2008
PIS/COFINS	217.156	214.237
PIS/COFINS – RGR e CCC	17.829	17.709
INSS – auto de infração	38.298	37.756
INSS – trimestralidade	94.440	92.677
Lei nº 8.200	20.341	20.063
ICMS	88.039	76.610
Contribuição Social	27.318	27.076
CIDE	4.653	4.593
Outros	3.158	3.102
TOTAL	511.232	493.823

PIS e COFINS – Lei nº 9.718/98

A Light SESA discutia em dois mandados de segurança a constitucionalidade das alterações introduzidas pela Lei nº 9.718/98, quais sejam, a ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS e a majoração da alíquota da COFINS de 2% para 3%. No primeiro mandado de segurança, em 12 de agosto de 2008, transitou em julgado decisão do STF que reconheceu, em definitivo, a inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo. Por consequência, a Light SESA reverteu a provisão no montante de R\$432,3 milhões, em contrapartida à rubrica “despesa financeira” no resultado do exercício de 2008.

No segundo mandado de segurança, a Light SESA defende a decadência do direito das autoridades fiscais constituírem o crédito tributário das contribuições do PIS e da COFINS do período compreendido entre fevereiro de 1999 e fevereiro de 2004, exigidas na carta de cobrança expedida em 31 de janeiro de 2007. Em 31 de março de 2009 aguardava-se sentença de primeiro grau, bem como o julgamento de recurso da União Federal em face da decisão liminar concedida. Os advogados da Light SESA consideram o risco de perda possível em relação à majoração da alíquota das contribuições exigidas no período atingido pela decadência. O valor da contingência integralmente provisionado representava de R\$217,1 milhões em 31 de março de 2009.

IRPJ e CSLL - IPC/BTNF – Lei nº 8.200/91

Em ação ordinária, a Light SESA obteve êxito em relação ao reconhecimento do seu direito de não realizar a correção monetária das demonstrações financeiras de 1990 na forma prevista pela Lei nº 8.200/91, bem como do seu direito de registrar contabilmente a diferença ocorrida durante o ano-base de 1990 entre o IPC e o BNTF (saldo credor de correção monetária). A União interpôs recurso extraordinário contra o acórdão integralmente favorável à Light SESA. Em 31 de março de 2009, o seu julgamento estava sobrestado até o julgamento de *leading case*.

Adicionalmente, a Light SESA impetrou mandado de segurança para deduzir da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, imediata e integralmente, as despesas de amortização dos exercícios de 1991 e 1992, cujo reconhecimento foi postergado para o ano-calendário de 1993 pela Lei nº 8.200/91. O processo foi julgado prejudicado, assegurado, porém, o direito da Companhia de compensar os valores indevidamente recolhidos. Paralelamente, com objetivo de evitar a decadência, as autoridades fazendárias lançaram administrativamente as diferenças não recolhidas de IRPJ, CSLL e Imposto sobre Lucro Líquido – ILL, sendo que, com relação a este último, já há decisão definitiva favorável à Light SESA.

Em vista dos precedentes jurisprudenciais existentes, os advogados da Companhia consideram provável o risco de perda em relação ao IRPJ e possível para a CSLL. O valor da contingência do IRPJ, em 31 de março de 2009, e provisionado, era de aproximadamente R\$20,3 milhões. O valor da eventual contingência de CSLL era de aproximadamente R\$9,3 milhões e não havia provisão constituída.

CSLL – Dedução dos juros sobre o capital próprio

Com base em liminar concedida em mandado de segurança, a Light SESA retificou a sua Declaração do IRPJ do ano-calendário de 1996, e deduziu, da base de cálculo da CSLL, a despesa com o pagamento de juros sobre o capital próprio. Tal dedução era autorizada, expressamente, apenas pela legislação do IRPJ. Em 31 de julho de 2001, a Secretaria da Receita Federal, para prevenir a decadência, lançou a diferença de CSLL, originando processo administrativo. Ao formalizar o lançamento da CSLL, foram aplicados, indevidamente, multa de 75% e juros de mora, totalizando o valor de R\$17,3 milhões. Em 31 de março de 2009, aguardava-se o julgamento do recurso administrativo interposto pela Light SESA e do reexame necessário contra a sentença parcialmente favorável proferida no processo judicial. Os advogados da Companhia entendem que é provável o risco de perda na esfera administrativa, ao passo que é apenas possível o risco de perda na esfera judicial. O valor da contingência e da provisão, em 31 de março de 2009, era de R\$20,2 milhões, o que não contempla o valor da multa aplicada. Considerando o valor da multa, o valor da contingência chegaria a R\$25 milhões.

CSLL – Dedução de COFINS

Execução fiscal contra a Light SESA para cobrança de diferenças de CSLL não recolhidas no ano base de 1996, decorrentes da dedução da COFINS que se encontrava com exigibilidade suspensa por medida judicial. A Light SESA efetuou depósito judicial do débito, equivalente a R\$10,3 milhões, em novembro de 2008, e opôs embargos à execução que aguardavam julgamento em 31 de março de 2009. Os advogados da Companhia estimam o risco de perda como possível e há provisão no valor de R\$7,2 milhões.

CSLL – Dedução de PIS e COFINS - exigibilidade suspensa

A Light SESA defende-se em processo administrativo que exige diferenças de CSLL não recolhidas entre 2001 e 2004, em virtude da dedução de PIS e COFINS que se encontravam com a exigibilidade suspensa por força de medida judicial. Em 31 de março de 2009, aguardava-se julgamento pela Câmara Superior de Recurso Fiscal do Recurso Especial interposto pela Light SESA. Os advogados responsáveis pela causa estimam o risco de perda como possível. Os valores envolvidos somavam R\$8,4 milhões, em 31 de março de 2009, e não havia provisão constituída.

A Companhia recebeu, ainda, dois despachos decisórios não reconhecendo o direito creditório pleiteado, relativo ao saldo negativo de CSLL, anos calendário de 2002 e 2003, bem como não homologando a compensação efetuada com débito de COFINS relativo ao mês de abril de 2004. Aguarda-se julgamento das manifestações de inconformidade apresentadas. Os advogados da Companhia estimam o risco de perda como possível e os valores envolvidos somam R\$4,8 milhões.

ICMS – Ativos vinculados à atividade – limitações ao crédito

A Light SESA discute a constitucionalidade das limitações temporais ao aproveitamento de créditos de ICMS decorrentes de aquisições de bens para o ativo fixo - aproveitamento no decorrer do prazo de vida útil do bem, em decorrência da Lei do Estado do Rio de Janeiro n.º 3.188. Aguarda-se julgamento do recurso extraordinário da Light SESA pelo STF. Os advogados responsáveis pela causa consideram possível o risco de perda, tendo a Light SESA, todavia, obtido parecer de seus consultores legais no sentido de que o risco de perda é provável. O valor envolvido é de R\$148,8 milhões e a contingência restringe-se ao efeito intertemporal cuja provisão era de R\$84,2 milhões, em 31 de março de 2009.

ICMS – Ativos não vinculados à atividade

Por ter se creditado do ICMS na aquisição de ativo não vinculado a sua atividade, a Light SESA defende-se em um processo administrativo. Os tribunais superiores firmaram entendimento no sentido contrário à tese defendida pela Light SESA, razão pela qual o risco de perda é provável. Em 31 de março de 2009 os valores envolvidos em ambos os casos somavam R\$1,96 milhões e não havia provisão constituída.

PIS e COFINS – exclusão do RGR e da CCC - inaplicabilidade de multa sobre débitos incluídos em parcelamento

Em processos administrativos e judicial, a Light SESA discute a aplicação ou não da multa de mora sobre os débitos incluídos no Parcelamento Especial (PAES – Lei nº 10.684/2003). Os débitos incluídos no parcelamento referiam-se à discussão sobre a inclusão das receitas de RGR e CCC nas bases de cálculo do PIS e da COFINS. Depois da adesão ao parcelamento, remanesceu apenas a discussão sobre a aplicação ou não da multa. Após a decisão desfavorável no processo administrativo, a Light SESA impetrou mandado de segurança para discutir a aplicação de multa de ofício sobre os débitos incluídos no PAES. Em 31 de março de 2009, aguardava-se julgamento do recurso de apelação interposto pela União Federal contra a sentença favorável à Light SESA. Há, ainda, um processo administrativo em que se discute essa questão, no qual a Light SESA aguarda intimação da decisão que negou provimento ao recurso voluntário interposto. Os advogados da Light SESA entendem que o risco de perda é possível. O valor total da contingência estava integralmente provisionado, em 31 de março de 2009, no valor de R\$17,8 milhões. Não há provisão para o valor da SELIC sobre a multa.

CIDE – Importação de serviço da França – assistência técnica e transferência de tecnologia

A Light SESA impetrou mandado de segurança para afastar a incidência da CIDE (Lei nº 10.168/00) sobre royalties (assistência técnica ou transferência de tecnologia), dado que os rendimentos derivados dos contratos pactuados com prestadores de serviços domiciliados na França podem submeter-se a carga máxima de tributação de 15%, nos termos da Convenção Brasil/França. Em 31 de março de 2009 aguardava-se o julgamento do recurso de apelação da Light SESA. Os advogados da Companhia estimam o risco de perda como provável. Para a CIDE não recolhida a Light SESA mantém provisão no montante de R\$4,7 milhões em 31 de março de 2009, sendo certo que a contribuição vem sendo recolhida desde dezembro de 2003.

FGTS - Aumento de alíquota e Multa

A Light SESA discute judicialmente a constitucionalidade da exigência da contribuição de 0,5% adicional aos recolhimentos mensais ao FGTS, bem como da contribuição de 10% adicional à multa rescisória de FGTS, instituídas pelos artigos 1º e 2º da Lei Complementar n.º 110/01. Com respaldo na liminar e na sentença favorável então vigente, a Light SESA deixou de efetuar os recolhimentos das mencionadas contribuições no período de janeiro de 2002 a janeiro de 2003. Em razão da procedência parcial do recurso de apelação interposto pela União para determinar a incidência das contribuições instituídas pela Lei Complementar n.º 110/01, em 13 de julho de 2007 a Light SESA efetuou o depósito no valor de R\$2,2 milhões para suspender a exigibilidade do crédito tributário. Em 31 de março de 2009 aguardava-se o julgamento de agravo de instrumento interposto pela Light SESA, perante o STF, em face da decisão que não admitiu o seu recurso extraordinário. Os advogados da Companhia estimam ser possível o risco de perda em relação às contribuições devidas a partir de 1º de janeiro de 2002. Em 31 de março de 2009, o valor da contingência somava R\$3,1 milhões, estando integralmente provisionada.

Instrução Normativa n.º 86/2001 – Apresentação de arquivos magnéticos

A Light SESA foi autuada pelo atraso na entrega dos arquivos magnéticos referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005, sendo exigida a multa equivalente a 0,02% por dia de atraso, limitada a 1% e calculada sobre a receita bruta da Companhia no respectivo período. Em 31 de março de 2009, aguardava-se o julgamento do recurso voluntário da Light SESA, interposto contra a decisão de 1ª instância que manteve integralmente o lançamento. O valor da contingência, em 31 de março de 2009, era de R\$227,7 milhões e não há provisão constituída. O risco de perda é avaliado como possível.

PAES – Programa de Parcelamento Especial

Em 31 de julho de 2003, a Light SESA formalizou a sua adesão ao PAES e iniciou o pagamento de débitos tributários de PIS e COFINS, no valor original de R\$51,4 milhões em 120 parcelas mensais, acrescido de juros correspondentes à variação mensal da TJLP. Com o intuito de elucidar diferenças com relação ao saldo devedor apontado nos sistemas da Secretaria da Receita Federal e, principalmente, para assegurar o seu direito de não ser excluída do Programa de Parcelamento Especial - PAES e de obter certidões de regularidade fiscal, a Light SESA

impetrou mandado de segurança e medida cautelar nominada, no âmbito da qual foi concedida parcialmente a liminar determinando que a Fazenda Nacional se absteresse de excluir a Light SESA do Programa de Parcelamento Especial - PAES. A liminar pleiteada no mandado de segurança foi parcialmente deferida, para o fim de determinar que as autoridades impetradas procedessem à imediata regularização do sistema Programa de Parcelamento Especial - PAES, excluindo os débitos que não foram incluídos pela Light SESA, realizando-se, por via de consequência, todos os expedientes burocráticos para que o valor da respectiva parcela mensal fosse corrigido. Em 31 de março de 2009, aguardava-se prolação de sentença. De acordo com o entendimento da Companhia, do total de 120 parcelas, em 31 de março de 2009, 51 parcelas que representam o saldo a pagar de R\$10,4 milhões estavam pendentes. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda desta ação, razão pela qual não foi constituída qualquer provisão.

IRPJ, CSLL, COFINS e PASEP – Denúncia Espontânea – Multa de Mora

Em mandados de segurança e em execução fiscal, a Light SESA discute a inexigibilidade de multa de mora em pagamentos complementares ou em atraso de IRPJ, CSLL, COFINS e PASEP, relativos a diversas competências. Em 31 de março de 2009, a contingência era de aproximadamente R\$27,2 milhões e não havia provisão constituída. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda dessa ação.

ICMS – Perdas comerciais de energia elétrica

Em três processos administrativos, o Estado do Rio de Janeiro exige as diferenças de ICMS decorrentes da ausência do estorno proporcional do crédito, devido à perda de energia elétrica no sistema de distribuição. Em dois processos aguarda-se o julgamento de recurso de ofício, dado que as impugnações da Light SESA foram julgadas procedentes. No outro processo administrativo a Light SESA perdeu em 1ª e 2ª instâncias administrativas, aguardando-se, atualmente, julgamento do recurso interposto pela mesma ao Conselho Pleno. O valor atualizado da possível contingência, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R\$568,7 milhões e não havia provisão constituída. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda dessas ações.

ICMS – Baixa renda

Em processo administrativo, o Estado do Rio de Janeiro exige o ICMS supostamente devido e não recolhido, calculado sobre o repasse de subvenções federais entre maio de 2002 e julho de 2004. Em 31 de março de 2009, aguardava-se julgamento em 1ª instância e o valor da possível contingência era de aproximadamente R\$63,8 milhões e não há provisão constituída. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda dessa ação.

ICMS – MAE

Em processo administrativo, o Estado do Rio de Janeiro está cobrando da Light SESA o ICMS supostamente devido durante o período de novembro de 1999 a outubro de 2001, incidente sobre a venda de energia de curto prazo no âmbito do MAE, bem como sobre o fornecimento de energia para agentes comercializadores e Distribuidoras localizados dentro do Estado do Rio de Janeiro (operações internas). A Companhia entende que, por não se tratar de venda aos consumidores finais, tais operações não estariam sujeitas ao regime de substituição tributária. Em 31 de março de 2009, aguardava-se julgamento em 1ª instância e o valor da possível contingência, não provisionada, era de aproximadamente R\$54,9 milhões. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda dessa ação.

ICMS – TUST e TUSD

Em cinco processos administrativos, a Light SESA é cobrada de ICMS sobre a TUST e a TUSD. Em três desses processos aguarda-se a decisão de 1ª instância administrativa. Em dois deles, o lançamento foi julgado procedente em 1ª instância e a Light SESA interpôs recurso voluntário, que se encontra pendente de julgamento. Em 31 de março de 2009, o valor da possível contingência era de aproximadamente R\$28,3 milhões e não havia provisão constituída. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda dessa ação.

ICMS – ALUVALE

Em execuções fiscais e em processo administrativo, a Light SESA discute o fornecimento de energia elétrica a consumidores industriais eletrointensivos com o diferimento de ICMS notadamente para a consumidora Vale do Rio Doce Alumínio S.A. - ALUVALE. A controvérsia reside no enquadramento da ALUVALE como consumidora industrial eletrointensiva ou não. As execuções fiscais estão todas com o juízo garantido mediante a apresentação de carta de fiança. Em uma das execuções fiscais, houve decisão desfavorável à Light SESA, sendo que serão interpostos os devidos recursos. As demais aguardam julgamento em 1ª instância. O valor da possível contingência, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R\$168,8 milhões e não havia provisão constituída. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda dessa ação.

ICMS – RHEEM

A Light SESA é demandada em processo administrativo, em virtude de transferência de crédito acumulado da empresa Rheem Embalagens Ltda. – RHEEM, para aquisição de insumos e matéria-prima no Estado do Rio de Janeiro provenientes da Companhia Siderúrgica Nacional, principal fornecedora da RHEEM. Atualmente, aguarda-se julgamento de recurso voluntário da Light SESA. O valor atualizado da possível contingência, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R\$42,0 milhões e não havia provisão constituída. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda dessa ação.

PIS e COFINS – repasse nas faturas de energia elétrica

A Light SESA é ré em 6 ações judiciais ajuizadas pelos consumidores questionando a legalidade/constitucionalidade do repasse do custo de PIS/COFINS na fatura de energia elétrica ao consumidor final. A Light SESA apresentou contestação em face das referidas ações alegando que o procedimento adotado está de acordo com a legislação inerente à matéria. O valor envolvido nas demandas é inestimável. Não é possível estimar o valor envolvido nas demandas. Os advogados da Light SESA entendem que o risco de perda é possível, não havendo provisão constituída.

COFINS – compensação com IRPJ

A Light SESA recebeu uma carta cobrança referente à não homologação da compensação relativa a débitos de COFINS, compensados em função de saldo negativo de IRPJ do ano-base 1998. A compensação não foi homologada pelo fato de o Fisco considerar insubsistente o saldo negativo de IRPJ apurado pela Light SESA. A Light SESA apresentou manifestação de inconformidade em face desta cobrança, que se encontra pendente de julgamento. O valor envolvido no processo é de R\$64,4 milhões e os advogados da Light SESA entendem que o risco de perda do processo é possível, não havendo provisão constituída.

ISS – serviços regulados

Em dois processos administrativos e uma execução fiscal exige-se da Light SESA o ISS sobre serviços prestados e conexos à atividade de fornecimento de energia elétrica. A discussão versa sobre a inclusão dos referidos serviços na lista anexa ao Decreto Lei n.º 406/68, a qual taxativamente prevê os serviços passíveis de tributação pelo ISS. Em 31 de março de 2009 aguardava-se o julgamento dos recursos da Light SESA perante o Conselho de Contribuintes do Município do Rio de Janeiro. Na execução fiscal, aguardava-se o julgamento dos embargos opostos pela Light SESA, tendo sido oferecido um imóvel a penhora. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda. O valor envolvido, em 31 de março de 2009, era de R\$16,2 milhões e não havia provisão constituída.

Execuções Fiscais – RJ – multas

O Município do Rio de Janeiro ajuizou contra a Light SESA 178 execuções fiscais, até o momento, cobrando multa por infrações de diversas naturezas (irregularidades de obras, podas danosas de árvores e outras). A Companhia apresentou exceção de pré-executividade em todas as execuções. O valor histórico das multas já recebidas é de R\$4,4 milhões. No entanto, a Companhia ainda está sujeita a receber novas execuções fiscais. Os advogados da Companhia avaliam como remoto o risco de perda das cobranças notadamente prescritas e como de risco possível aquelas não prescritas, razão pela qual não há provisão constituída.

ITBI

Para afastar a incidência do ITBI incidente sobre os ativos de geração e transmissão de energia elétrica que foram desverticalizados, a Light SESA e a Light Energia ingressaram com ação ordinária em face dos Municípios Paracambi; Barra do Pirai, Pirai, Mangaratiba, Seropédica, Itaguaí, Carmo, Volta Grande e Além Paraíba, e impetraram mandado de segurança em face do Município de Rio Claro. Na ação ordinária aguarda-se decisão de 2ª instância do recurso interposto pela Light SESA, em razão da decisão de 1ª instância desfavorável. No mandado de segurança aguarda-se julgamento do recurso interposto pela Light SESA perante o STF. Os advogados da Companhia estimam ser possível o risco de perda, não sendo possível informar o valor envolvido. Em 31 de março de 2009, não havia provisão constituída.

IUEE

A Light SESA questiona judicialmente o imposto único sobre energia elétrica originado pelo processo administrativo nº 768-50022/77. A Companhia efetuou depósito judicial no valor de R\$3,4 milhões em 15 de julho de 2004, e foi proferida sentença julgando improcedente o pedido autoral. Foi interposto recurso de apelação pela Light SESA, que aguarda julgamento. O prognóstico de perda é considerado possível pelos advogados da Light SESA e não foi possível aferir o valor atualizado da demanda.

Contribuição ao Salário de Educação

A Light SESA foi autuada para exigir os valores de contribuição social do salário educação recolhidos a menor, em razão de supostas deduções indevidas. No momento aguarda-se decisão de 1ª instância administrativa. O prognóstico de perda é considerado possível pelos advogados da Light SESA e o valor atualizado em 31 de março de 2009 é de R\$8,1 milhões, não tendo sido constituída provisão.

ICMS – Turn Key

Em duas execuções fiscais exige-se da Light SESA o pagamento de diferenças de ICMS decorrentes do creditamento indevido na entrada de mercadorias não sujeitas à tributação, sob a alegação de que as notas fiscais emitidas pela empresa Collet & Sons, no âmbito de um contrato de construção civil de empreitada global (sistema Turn Key), referem-se a mercadorias utilizadas no local da obra na consecução do serviço. Ambas as execuções aguardam julgamento de 1ª instância. Os advogados da Companhia estimam o risco de perda como possível e informam que o valor atualizado, em 31 de março de 2009, da possível contingência era de R\$1,0 milhão, não tendo sido constituída provisão.

Taxa CACEX

A Light SESA defende, em dois processos judiciais, e em um processo administrativo, a validade das compensações de débito de COFINS de outubro de 2001 com crédito da Taxa CACEX. A ação originária do crédito foi julgada parcialmente procedente e a ação que discute o débito teve sentença procedente. Ambas aguardam julgamento da apelação. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda, e o valor total envolvido foi depositado em juízo, em março de 2007, no equivalente a R\$858 mil. Não há provisão constituída.

Compensação PIS/COFINS

A Secretaria da Receita Federal glosou a compensação de débitos de PIS/COFINS relativos ao período de janeiro de 2003 com crédito de PIS/COFINS de setembro de 2002 por entender que tal crédito deveria ser revertido para pagamento dos valores discutidos em mandados de segurança. A Light SESA apresentou manifestação de inconformidade que foi indeferida. Desta decisão foi apresentado recurso voluntário, que aguarda julgamento. O prognóstico de perda é considerado possível pelos advogados da Light SESA e o valor atualizado em 31 de março de 2009 era de R\$1,0 milhão, não tendo sido constituída provisão.

PASEP

A Light SESA, em ação ordinária que se encontra em fase recursal, pleiteia a repetição do valor histórico de R\$17,0 milhões (referente a janeiro de 1995), indevidamente pago a título de PASEP. Em face desse crédito, entre setembro de 1999 e agosto de 2002, a Light SESA compensou o montante histórico de R\$82,0 milhões, restando um saldo de R\$12,3 milhões, em setembro de 2002. Tal compensação foi, entretanto, glosada pela Receita Federal. Em 31 de março de 2009 aguardava-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Light SESA em face da decisão que não conheceu da sua manifestação de inconformidade. Paralelamente, a Receita Federal ajuizou, indevidamente, execução fiscal para cobrança do valor compensado, a qual se encontra suspensa, aguardando desfecho do processo administrativo. O valor da contingência, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R\$237,0 milhões e não havia provisão constituída. Os advogados da Companhia consideram remoto o risco de perda dessa ação.

IPTU, ITR, TCLLP, TCLD e TIP

Em 31 de março de 2009, havia aproximadamente 176 processos relativos ao IPTU, TCLLP, TCLD, TIP e ITR, sendo que os advogados indicam o risco de perda possível para a maioria das ações. O valor total envolvido e provisionado nos processos cujo risco de perda é provável é de R\$20,1 milhões.

IPTU e ITR - Reservatórios de Lajes e Tocos

Em 31 de março de 2009, havia 2 processos judiciais de IPTU, 3 processos de ITR, 232 processos administrativos vigentes e 464 processos administrativos encerrados desfavoravelmente à Companhia, que, em 31 de março de 2009, ainda não haviam sido objeto de cobrança via execução fiscal, todos referentes aos 116 imóveis existentes na região dos Reservatórios de Lajes e Tocos.

O complexo hidrelétrico de Lajes e Tocos é composto de inúmeros reservatórios e barragens, sem mencionar usinas elevatórias e Geradoras. Suas unidades principais ficam situadas nos Municípios de Pirai, Barra do Pirai e Rio Claro, em distâncias que variam de 70 a 100 quilômetros da cidade do Rio de Janeiro. Adicionalmente, para administrar tal complexo, a Light SESA possui uma unidade ao lado do quilometro 56 da rodovia Presidente Dutra (BR-116).

No que tange aos processos de IPTU, desde o exercício de 1995, o Município de Rio Claro busca cobrar pretensos créditos de IPTU sobre 116 imóveis nos Reservatórios na área em comento. Em todos os casos, a Light SESA defende-se mediante impugnação aos lançamentos de IPTU efetuados em cada ano alegando (i) nulidade das cobranças por falta de seus requisitos básicos, notadamente o número de inscrição constante no carnê do IPTU, que não guarda semelhança com as informações constantes nas Certidões de Registro Geral de Imóveis; (ii) que o IPTU não poderia ser cobrado uma vez que se trata de área de preservação permanente, nos termos da legislação que cita; (iii) que o próprio Município de Rio Claro, em sua Lei n.º 128 considera as áreas de preservação ambiental como inaproveitáveis, e, por isso, isentas de IPTU; (iv) ilegalidade das Leis Municipais no que tange ao conceito de zona urbana – art. 32, §1º do Código Tributário Nacional e art. 6º, I do Código Tributário Municipal; e (v) impossibilidade de cobrança de IPTU sobre empresas fornecedoras de energia elétrica, por força do disposto no art. 155, § 3º, Constituição Federal. Todas as impugnações foram indeferidas e os processos administrativos foram arquivados.

A região que compõe o Complexo de Lajes e Tocos não tem como ser considerada zona urbana de acordo com o §1º do artigo 32, Código Tributário Nacional, uma vez que não conta com estradas, meio fio, calçamento, abastecimento de água, sistema de esgotos sanitários, iluminação ou escolas.

Com relação ao ITR, discute-se a sua incidência, nos anos de 1998 a 2000, sobre os mesmos 116 imóveis objeto da cobrança de IPTU nos processos acima. Nestes casos, a defesa da Light SESA pautou-se nas alegações de que a totalidade da área do Reservatório de Lajes e Tocos é Área de Preservação Permanente (“APP”) e patrimônio nacional e, portanto, devem ser retiradas da base de cálculo do ITR, reduzindo-o, no caso, a zero e que não pode haver cobrança de ITR sobre empresas fornecedoras de energia elétrica.

O valor atualizado dessas demandas, em relação aos processos de ITR, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R\$25,1 milhões. Com relação aos processos de IPTU, o valor atualizado envolvido era de R\$277,0 milhões. Em 31 de março de 2009, não havia provisão constituída. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda dessas ações.

ICMS - demanda contratada – consumidores

A Light SESA figura como ré em diversos processos cujo objeto é a não incidência do ICMS sobre a parcela de demanda contratada. Em apertada síntese, os consumidores alegam que o ICMS deve ser apurado limitando-se à quantidade de energia elétrica efetivamente utilizada. Considerando que a Light SESA é mera arrecadadora do tributo e não o sujeito ativo da relação tributária, o risco de perda efetivo na ação judicial é de possível a remoto. Dentre referidos casos, destaca-se o processo pelo Meridien do Brasil Turismo Ltda., no qual a Light SESA foi condenada a restituir o ICMS sobre energia não consumida. Em 31 de março de 2009 aguardava-se parecer da contadoria judicial sobre os valores a serem restituídos pela Light SESA. Segundo os advogados da Light SESA, os valores restituídos poderão ser recuperados em ação de regresso em face do Estado do Rio de Janeiro. Não há provisão constituída.

ICMS - demanda contratada – Fazenda Estadual

Em 94 notas de lançamentos e 6 autos de infrações o Estado do Rio de Janeiro está cobrando da Light SESA as parcelas de ICMS sobre demanda contratada não recolhidas por força de decisões judiciais em processos movidos pelos consumidores de energia elétrica. Nos processos judiciais, os consumidores discutem a citada incidência tributária, sendo que há decisões determinando o depósito judicial da parcela controversa, a cargo dos próprios consumidores e/ou decisões determinando que a Light SESA, nas faturas, exclua o ICMS incidente sobre a demanda contratada e não utilizada. As impugnações apresentadas pela Light SESA aguardam julgamento. Os advogados da Light SESA entendem que o risco de perda desses processos é remoto, não havendo provisão constituída. O valor envolvido em 31 de março de 2009 era de R\$51,7 milhões.

CPMF – câmbio simbólico

A Light SESA, em sede de mandado de segurança, discute a não incidência da CPMF em operações de câmbio simbólico, posto que tais operações não implicam movimentação ou transmissão de valores que representem uma circulação escritural ou física de moeda. Foi proferida sentença denegando a segurança pleiteada. Atualmente, aguarda-se julgamento do recurso de apelação interposto pela Light SESA. O valor discutido foi integralmente depositado em juízo, em 26 de julho de 2005, no montante histórico de R\$3,6 milhões, não havendo provisão contabilizada. Os advogados da Companhia entendem que o prognóstico de perda para essa ação é provável.

ICMS – Ativos Telecom

A Light SESA sofreu autuação que originou processo administrativo para o pagamento de ICMS em virtude do creditamento na aquisição de sistemas de telecomunicações, os quais foram posteriormente revendidos à Light Telecom Ltda. As autoridades fazendárias alegam que o creditamento foi indevido uma vez que os ativos não eram vinculados à atividade fim da Light SESA. Esta se defende argumentando que os bens destinavam-se à modernização dos controles operacionais e interligação entre subestações de teleproteção do sistema elétrico, bem como à futura utilização na prestação de serviços de telecomunicação para terceiros, os quais foram revendidos para sociedade especialmente constituída para este fim. Encerrada desfavoravelmente a esfera administrativa, foi efetuado o depósito judicial e ajuizada medida cautelar para suspender a exigibilidade do débito. A Light SESA ajuizará ação ordinária para discutir o referido débito. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda, sendo que o valor atualizado da contingência, em 31 de março de 2009, era de R\$1,6 milhão e não havia provisão constituída.

Outras contingências de natureza tributária

Destacamos os assuntos cujo valor total envolvido, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R\$1.349,4 milhões. Considerando-se que o risco de perda de tais ações é remoto (com exceção dos processos referentes a taxa pelo uso do solo, cujo risco de perda é remoto ou possível), não há provisão constituída para as mesmas. Quanto ao processo discriminado no item ‘ii’ abaixo, considerando que se discute, essencialmente, o momento da tributação, o valor envolvido encontra-se contabilmente registrado em “contas a pagar”.

Essas ações versam, em linhas gerais, sobre:

- (i) Instrução Normativa nº 86/2001 - apresentação de arquivos magnéticos, referente ao ano de 2001, cujo valor envolvido era de R\$65,2 milhões;
- (ii) IRPJ e CSLL - lucros auferidos no exterior e não disponibilizados pelas subsidiárias LIR e LOI desde 1996, bem como a exigência da inclusão dos resultados de equivalência patrimonial na apuração do IRPJ e da CSLL para os períodos até 2002 e posteriores, cujo valor envolvido era de R\$292,7 milhões;
- (iii) IRPJ e CSLL - glosa de compensação do exercício de 2005 – constatação da apuração de um imposto a pagar, visto que os lucros apurados pela LIR/LOI foram oferecidos à tributação, mas os tributos não foram recolhidos em razão da suspensão da exigibilidade do crédito por mandado de segurança, cujo valor envolvido era de R\$38,7 milhões;
- (iv) IR Fonte - cabimento do benefício de redução a zero da alíquota sobre títulos remetidos à LIR e à LOI, a exigência das diferenças de IRPJ e CSLL decorrentes da indevida apropriação de despesas financeiras nos anos de 2001 e 2002, bem como a glosa da compensação efetuada com crédito de saldo negativo de IRPJ relativo ao ano-calendário de 2001, cujo valor envolvido era de R\$636,6 milhões;
- (v) IRPJ - glosa de compensações de IR sobre aplicações financeiras e de pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos, decorrentes da apuração do saldo negativo de IRPJ no ano-base 2002, cujo valor envolvido era de R\$174,0 milhões;
- (vi) COFINS - glosa de compensação com créditos de FINSOCIAL - diferenças decorrentes da utilização de índices de correção monetária assegurados em mandado de segurança impetrado posteriormente à ação que reconheceu os créditos propriamente ditos, cujo valor envolvido era de R\$142,1 milhões;
- (vii) A Light SESA é ré em ações movidas pelo município do Estado do Rio de Janeiro, que buscam cobrar tributos em face da ocupação do solo por postes. Em relação à ocupação do solo, os artigos 21, XII, alínea "b", e artigo 22, inciso IV, da Constituição Federal, determinam que somente à União é dado legislar sobre energia, em geral. Além disso, o Decreto Federal n.º 84.398/80 (atualizado pelo Decreto n.º 86.859/82) garante às Distribuidoras a ocupação de faixas de domínio público sem ônus. A jurisprudência do STJ considera ilegal esse tipo de cobrança, seja como taxa, seja como preço público, já que não se cuida de serviço público de natureza comercial ou industrial. Ao revés, trata-se de utilização das vias públicas para a prestação de serviço em benefício da coletividade, qual seja, o fornecimento e a distribuição de energia elétrica, donde exsurge a ilegalidade de cobrança, razão pela qual são consideradas remotas as hipóteses de perda nas referidas ações judiciais. Em 31 de março de 2009, o valor atualizado dessa contingência não havia sido apurado, tendo em vista que o risco de perda nessa ação era considerado remoto ou possível pelos advogados da Companhia.

Processos Previdenciários

A Light SESA sofreu fiscalizações do INSS no segundo semestre de 1999 e de 2004. Na primeira fiscalização, foram lavradas 11 Notificações Fiscais de Lançamento de Débito - NFLD, no valor histórico de R\$49,1 milhões, as quais estão atualmente em fase de discussão judicial. As NFLDs referem-se a:

- (i) pagamento de abonos, de parcelas da participação em lucros e resultados (PLR) sem o recolhimento da contribuição previdenciária incidente (5 NFLDs);
- (ii) compensação de valores supostamente recolhidos a maior na competência setembro/1989 trimestralidade (1 NFLD);
- (iii) responsabilidade solidária da Companhia pelo recolhimento da contribuição previdenciária de prestadores de serviços (4 NFLDs); e
- (iv) falta de retenção (1 NFLD, que foi paga pela Companhia).

Na segunda fiscalização, ocorrida em novembro de 2004, foram lavradas 15 NFLDs no valor histórico de R\$91,4 milhões. Essas NFLDs referem-se a:

- (i) não retenção de 11% sobre a nota fiscal/fatura de prestadores de serviços (1 NFLD);
- (ii) compensação de valores supostamente recolhidos a maior nas competências julho, agosto e setembro/1989 - trimestralidade (4 NFLDs);

- (iii) responsabilidade solidária da Companhia pelo recolhimento da contribuição previdenciária de prestadores de serviços (8 NFLDs); e
- (iv) falta de recolhimento do SAT (2 NFLDs).

Sobre estas autuações, destacamos o seguinte:

Trimestralidade

Com relação à discussão sobre a trimestralidade da contribuição, o objeto da disputa consiste nos efeitos da lei que alterou a alíquota da contribuição previdenciária de 10% para 20%, em julho de 1989. A Light SESA, com base em dois diferentes argumentos (trimestralidade e majoração da alíquota), entende que havia recolhido indevidamente a contribuição após a vigência da nova lei e, por esta razão, efetuou compensações que foram questionadas pelo INSS. Embora a Light SESA esteja segura da razoabilidade da conduta por ela adotada, há larga posição jurisprudencial contrária à tese defendida pela Light SESA, razão pela qual existe provável risco de perda da demanda. Em 31 de março de 2009, o valor envolvido e provisionado para essa discussão era de R\$94,4 milhões.

Essa questão é tratada nas seguintes NFLD's (e respectivos processos judiciais):

- NFLD n.º 35.065.292-9 (Execução Fiscal n.º 2001.51.01.516215-3 e Embargos à Execução Fiscal n.ºs 2001.51.01.525682-2 e 2001.51.01.525683-4): após a garantia do juízo, por carta de fiança bancária, os embargos à execução foram julgados improcedentes em 29 de junho de 2006. Desta forma, a Light SESA efetuou o depósito no valor de R\$5,9 milhões, tendo em vista natureza definitiva da execução. A Light SESA apresentou recurso de apelação ao Tribunal Regional Federal que está pendente de julgamento. O risco de perda é considerado como provável pelo advogado que patrocina a ação e o valor envolvido, em 31 de março de 2009, era de R\$7,4 milhões.

- NFLD n.ºs 35.496.205-1 e 35.441.890-4 (Ação Anulatória n.º 2004.51.01.007864-5): a Companhia depositou o valor total da discussão e a Ação Anulatória ainda não foi julgada em primeira instância (indeferido o pedido da Light SESA de realização de perícia contábil). Processo aguarda o julgamento final da Ação Declaratória n.º 99.00.189574, onde, em Apelação (Apelação Cível n.º 2002.02.010114237), a Light SESA ganhou a ação, mas, no momento, aguarda-se decisão definitiva neste sentido do STJ. O risco de perda é considerado como remoto pelo advogado que patrocina o caso. O valor envolvido, em 31 de março de 2009, era de R\$13,2 milhões.

- NFLD n.ºs 35.496.204-3 e 35.496.206-0 (Mandado de Segurança n.º 2004.51.01.0183933; Execução Fiscal n.º 2004.51.01.532749-0 e Embargos à Execução Fiscal n.º 2005.51.01.506210-3): após a garantia do juízo, por carta de fiança bancária, foram opostos os embargos à execução. Em 22 de novembro de 2006 foi publicada sentença julgando extinto o processo sem julgamento do mérito, tendo em vista litispendência apontada em relação ao Mandado de Segurança n.º 2004.51.01.018393-3. Atualmente o processo encontra-se aguardando julgamento do Recurso de Apelação interposto pela Light SESA. Com relação ao Mandado de Segurança, foi negada a segurança e a Light SESA apresentou apelação, ainda não julgada no Tribunal Regional Federal. O risco de perda é considerado pelos advogados que patrocinam a causa como provável e o valor envolvido, em 31 de março de 2009, era de R\$73,7 milhões.

Solidariedade

No que se refere às disputas sobre solidariedade da Light SESA, esta foi considerada responsável pelo recolhimento de INSS relativo a empregados dos prestadores de serviços. Parte da contingência é considerada como de risco provável, não tendo a Companhia, no entanto, a possibilidade de mensurar o valor exato da contingência, tendo em vista que houve comprovação parcial dos pagamentos. Para essa questão, a Light SESA tinha provisionado, em 31 de março de 2009, o valor de R\$5,5 milhões.

Essa questão é tratada nas seguintes NFLD's (e respectivos processos judiciais):

- NFLD n.ºs 35.065.295-3, 35.064.296-1 e 35.065.297-0 (Ação Anulatória n.º 2000.51.01.032717-2; Execução Fiscal n.º 2001.51.01.528208-0 e Embargos à Execução Fiscal n.º 2001.51.01.532069-0): após a garantia do juízo, por depósito do valor envolvido, os embargos à execução foram julgados procedentes, em 02 de abril de 2008 e o INSS apelou, o que aguarda julgamento no Tribunal Regional Federal. O risco de perda é considerado pelos advogados que patrocinam a causa como remoto e o valor envolvido, em 31 de março de 2009, era de R\$12,9 milhões.

- NFLD n.º 35.065.298-8 (Ação Anulatória n.º 2001.51.01.013064-2): após a garantia do juízo, por depósito do valor envolvido, a ação ainda não foi julgada, mas já houve perícia contábil parcialmente favorável à Light SESA. Desde 16 de março de 2009, o processo encontra-se na conclusão, para julgamento. O risco de perda é considerado pelos advogados que patrocinam a causa como possível e o valor envolvido, em 31 de março de 2009, era de R\$7,7 milhões.

- NFLD n.ºs 35.496.207-8, 35.496.208-6, 35.464.146-8 e 35.464.147-6 (Ação Anulatória n.º 2003.51.01.023681-7): após a garantia do juízo, por depósito do valor envolvido, a ação ainda não foi julgada, pois a Light SESA requereu a expedição de ofícios para encontrar as empresas prestadoras de serviços. O risco de perda é considerado pelos advogados que patrocinam a causa como possível e o valor envolvido, em 31 de março de 2009, era de R\$1,2 milhões.

- NFLD n.ºs 35.496.209-4, 35.496.210-8, 35.464.148-4 e 35.464.149-2 (Ação Anulatória n.º 2003.51.01.025602-6): após a garantia do juízo, por depósito do valor envolvido, a ação foi julgada improcedente em 1ª instância. A sentença foi anulada em 2ª instância e determinada a produção de prova pericial, decisão essa mantida pelo STJ, em julgamento ocorrido em 23 de abril de 2009. O risco de perda é considerado pelos advogados que patrocinam a causa como possível e o valor envolvido, em 31 de março de 2009, era de R\$409 mil.

Outras Autuações

O não pagamento de contribuição previdenciária foi questionado em algumas autuações, dentre as quais as principais são as seguintes: (i) não recolhimento sobre o valor pago a título de abono de fim de ano previsto em acordo coletivo ao longo de cinco meses, razão pela qual teria restado descaracterizada a natureza transitória do benefício; e (ii) não recolhimento sobre o valor pago a título de participação em lucros e resultados (PLR) de 1998 em várias competências distintas, quando a legislação determina que tal deve ser feito, no máximo, duas vezes por ano (uma parcela em cada semestre) O risco de perda nesses casos afigura-se remoto e o valor envolvido e provisionado, em 31 de março de 2009, era de R\$32,8 milhões.

Processos Trabalhistas

Em 31 de março de 2009, existiam cerca de 3.962 ações trabalhistas em andamento contra a Companhia, no montante quantificado até o momento em R\$485,6 milhões. O valor provisionado para estas ações, considerando apenas aquelas com prognóstico provável, em 31 de março de 2009, era de R\$158,0 milhões. Os processos são originários dos seguintes municípios do Estado do Rio de Janeiro: Barra do Pirai, Duque de Caxias, Itaguaí, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Rio de Janeiro, São Gonçalo, São João do Meriti, Três Rios e Volta Redonda.

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas contra a Light SESA envolvem as seguintes matérias: adicional de periculosidade, equiparação salarial, indenização prevista na Lei 9.029/98, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas terceirizadas, diferença da multa de 40% do FGTS decorrente da correção por expurgos inflacionários e horas extras.

Cabe ressaltar que, além das ações usuais com os tipos de pedido citados acima, há 17 processos em que ex-empregados brasileiros da Light SESA pedem equiparação salarial e isonomia de condições (benefícios) a empregados estrangeiros, o que, em tese, pode gerar valores altos de contingência. Destes, dois processos foram encerrados, sendo que um transitou em julgado com improcedência mantida e, no outro, foi feito acordo no valor de R\$300 mil, em razão do risco que oferecia quanto ao dano moral, restando 15 processos em andamento.

Ações Cíveis Públicas Trabalhistas

Atualmente existem duas ações cíveis públicas relevantes, movidas pelo Ministério Público do Trabalho, conforme abaixo:

Intermediação de Temporários

Trata-se de ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho pleiteando contra a Light SESA e a Solução Recursos Humanos Ltda.: (a) liminarmente, (i) que a Light SESA se abstenha de absorver de quaisquer empresas fornecedoras e a Solução Recursos Humanos Ltda. de fornecer a todos e quaisquer tomadores/contratantes, mão-de-obra temporária (Lei 6.019/74), com previsão de aplicação de multa diária no valor de R\$500,00 por descumprimento; (ii) que não mais permita que haja a consecução de trabalho não eventual, não extraordinário, nem substituição transitória de pessoal permanente, sob o manto dissimulado da contratação temporária; (iii) a suspensão imediata do fornecimento e a tomada de mão-de-obra dos trabalhadores temporários; e (b) definitivamente, (iv) declaração de que todas as subcontratações de "temporários" foram ilegais; (v) em face da Solução Recursos Humanos Ltda. que não mais promova a intermediação de temporários; (vi) em face da Light SESA, que não mais contrate temporários.

Em função da declaração de incompetência do juiz original da causa, aguarda-se a remessa e distribuição dos autos a uma das varas do trabalho do Distrito Federal. O valor contingenciado, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R\$13,8 milhões. Não é possível estimar o risco de perda desta ação e não há valor provisionado.

Fornecimento de Mão de Obra

Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público do Trabalho cujos pleitos principais são: (i) pedido de antecipação de tutela para proibir a contratação de empresas para mero fornecimento de mão de obra com exceção do trabalho temporário, (ii) condenação da Light SESA para que não possa contratar terceiros para mero fornecimento de mão de obra e nem ligados à atividade fim ou meio desenvolvida pela Light SESA. Na hipótese de descumprimento, pleiteia-se a aplicação de multa diária de R\$10 mil por trabalhador encontrado de forma irregular, reversíveis ao Fundo de Amparo ao Trabalhador.

A sentença foi procedente, confirmando no mérito a antecipação dos efeitos da tutela e condenando a Light SESA a pagar indenização por dano moral à coletividade no valor de R\$10 milhões. A Light SESA interpôs embargos declaratórios, que foram improcedentes, recurso ordinário e ação cautelar. A ação cautelar foi deferida, dando efeito suspensivo ao recurso ordinário. Em 25 de março de 2009, o recurso ordinário da Light SESA foi conhecido e provido por unanimidade pela 8ª Câmara do TRT, julgando improcedentes todos os pedidos formulados no processo. Até a data de elaboração do presente Prospecto, ainda não havia vencido o prazo para o Ministério Público do Trabalho apresentar o recurso cabível contra essa decisão. O cálculo de risco deste processo ainda não foi efetuado em razão da complexidade da questão. Não é possível estimar o valor envolvido nem o risco de perda desta ação. Em 31 de março de 2009, não havia provisão constituída.

Sobre o objeto desta ação civil pública, qual seja, a discussão sobre a possibilidade de terceirização de atividade-fim das empresas concessionárias de serviços públicos, há atualmente opiniões divergentes entre os Ministros do TST. É possível encontrar acórdãos que consideram válida referida terceirização, com base no artigo 25, §1º, da Lei 8987/95, bem como decisões que a consideram nula, com base no disposto pela Súmula 331 do TST.

Recentemente, a Seção Especializada em Dissídios Individuais do TST julgou um recurso de embargos envolvendo a Centrais Elétricas de Goiás, onde, por maioria de votos (8 a 6), declarou ilegal a terceirização de serviços ligados à atividade-fim da concessionária. O acórdão de tal decisão ainda não foi publicado, de forma que não puderam ser verificados os argumentos expostos.

Em razão do equilíbrio de votos (8 a 6 para a impossibilidade de terceirização da atividade-fim), não é possível se afirmar que esse será o posicionamento que prevalecerá no TST.

Outras Ações Relevantes

Adicional de Periculosidade

Trata-se de reclamação trabalhista, atuando o SINTERGIA como substituto processual de aproximadamente 700 reclamantes. A matéria versada neste processo é diferença de adicional de periculosidade – salário base para remuneração. A Light SESA alegou que, apesar de o enunciado 191 do TST ter sofrido revisão estabelecendo como base de cálculo a remuneração e não o salário, no seu caso específico, esta base está prevista em acordo coletivo. A sentença de 1º grau julgou a reclamação procedente em parte, entendendo ser devido o adicional de periculosidade com sua integração em todas as parcelas. O Tribunal Regional do Trabalho determinou que os autos fossem enviados para a 1ª Instância para que fossem julgados os embargos de declaração apresentados pela Light SESA, alegando omissão da sentença quanto ao julgamento das preliminares aduzidas na contestação, o que ainda não ocorreu. Os advogados da Companhia consideram possível o risco de perda dessa ação, razão pela qual não há valor provisionado. Em 31 de março de 2009, o valor da contingência era de R\$50,5 milhões.

Hora Extra – Intervalo Refeição

Trata-se de reclamação trabalhista ajuizada em setembro de 2008, atuando o SINTERGIA como substituto processual de aproximadamente 208 reclamantes, dentre eles 177 empregados ativos. A natureza deste processo versa sobre hora extra referente ao intervalo para refeição dos empregados que laboram em rodízio no período anterior à vigência do Acordo Coletivo 2007/2008. Este processo encontra-se em fase de instrução. Não foi possível apurar o valor da contingência. Não é possível estimar o risco de perda desta ação. Em 31 de março de 2009, não havia provisão constituída.

Processos Ambientais

A maioria dos processos mais relevantes que tratam das questões ambientais refere-se à Light Energia, e não à Light SESA. Ambas as companhias mantêm constante acompanhamento das matérias de natureza ambiental, e muitas vezes os contatos com os mais diversos órgãos públicos acabam por tratar de assuntos ou soluções de interesse tanto da Light Energia, quanto da Light SESA, razão pela qual são aqui destacados os principais processos administrativos.

Autos de Infração - IBAMA

A Light SESA é parte em 3 autos de infração lavrados pelo IBAMA, cujos valores somam R\$48.564,00 (1999). Os três processos estão em fase de análise pelo órgão para realização de Termo de Compromisso para a redução da multa em 90%. Não há qualquer valor provisionado.

Autos de Infração – FEEMA

A Light SESA é parte em 2 autos de infração lavrados pela FEEMA, cujos valores somam R\$14.500,00 (2006). Não há qualquer valor provisionado.

Inquéritos civis e procedimentos preparatórios - Ministério Público Estadual e Federal

A Light SESA está envolvida em 27 inquéritos civis ou procedimentos preparatórios instaurados pelo Ministério Público. Não é possível estimar o valor total da contingência relativa a esses processos, tendo em vista que não há valor atribuído aos mesmos, não havendo, portanto, qualquer valor provisionado. Os principais assuntos relacionados a esses processos são: (i) impactos ambientais causados pelo Complexo de Lajes; (ii) ocupações e construções no entorno dos reservatórios (APP); e (iii) poda de árvores.

Inquéritos criminais

A Light SESA está envolvida em 3 inquéritos criminais de natureza ambiental. Não é possível estimar o valor total da contingência relativa a esses processos, tendo em vista que não há valor atribuído aos mesmos, não havendo, portanto, qualquer valor provisionado. Os principais assuntos relacionados a esses processos são: (i) suposta supressão de vegetação em área de preservação permanente (ii) licenciamento ambiental.

Ação Civil Pública e Ação de Cobrança – Município de Barra do Piraí

Ação civil pública proposta pelo Município de Barra do Piraí contra a Light SESA, em que o autor pleiteia a reparação e a recomposição de diversos danos ambientais ocasionados pela construção das barragens de Santa Cecília e Santana, como parte integrante do sistema de transposição de águas da Bacia do Rio Paraíba do Sul para a Bacia do Rio Guandu, alimentando as usinas de Fontes, Nilo Peçanha e Pereira Passos. Atualmente, o feito encontra-se sobrestado para tentativa de acordo entre as partes.

Relacionada a esta ação civil pública, existe uma ação de cobrança que tem por objeto o alegado descumprimento de obrigações quando da construção das usinas de Santa Cecília e Santana, especialmente quanto ao assoreamento e reflorestamento da região. O valor da causa indicado é de R\$1,04 milhão. O julgamento da causa depende igualmente da perícia e não há como estimar o valor de uma possível condenação. A Light SESA vem buscando a celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o intuito de extinguir as duas ações.

A soma do valor de causa das duas ações, em 31 de março de 2009, era de aproximadamente R\$16,0 milhões, dos quais R\$6,0 milhões encontravam-se provisionados. Os advogados da Companhia consideram o risco de perda em ambas as ações possível, visto que a Companhia vem negociando termo de ajustamento de conduta (TAC) com o Município de Barra do Piraí e o Ministério Público Federal, no valor da provisão.

Exceto pela ação civil pública e a ação de cobrança aqui mencionadas, a Companhia não figura no polo passivo em ações judiciais relevantes relativas aos aspectos ambientais de suas atividades.

Procedimentos Administrativos Regulatórios

Com relação aos procedimentos administrativos regulatórios, a Companhia tem por política constituir provisão contábil apenas em relação aos processos administrativos referentes a autos de infração, independentemente da classificação do risco de perda. Em 31 de março de 2009, o valor total das contingências oriundas de processos administrativos junto à ANEEL e a provisão constituída era de R\$57,8 milhões.

Segue abaixo breve descrição dos principais processos administrativos na ANEEL em que a Light SESA é parte.

- Termo de Notificação n.º 080/2007: Em 16 de agosto de 2007, a ANEEL emitiu o termo de notificação n.º 080/2007 sob o fundamento de ter a Light SESA aplicado a tarifa de consumidores de baixa renda para consumidores que não fariam jus a tal tarifa, repercutindo, assim, no valor final da subvenção econômica recebida pela Light SESA em decorrência da aplicação da referida tarifa, conforme detalhado pela ANEEL no Relatório de Fiscalização RF-LIGHT-04/2007-SFE. Segundo amostragem da ANEEL, o valor homologado e aferido a maior pela Light SESA no período de maio de 2002 a dezembro de 2006 seria de R\$219,5 milhões. A Light SESA respondeu ao Termo de Notificação justificando os valores, com base na regulamentação e legislação a respeito e aguarda a resposta da ANEEL. Os advogados da Light SESA consideram provável o risco da Light SESA ter de restituir parte do subsídio já recebido. O valor da contingência integralmente provisionada é de R\$53,4 milhões.
- Termo de Notificação n 021/2009 SFF: Em 29 de janeiro de 2009, a ANEEL emitiu o termo de notificação n.º 021/2009, sob o fundamento de que a Companhia não observou algumas normas e procedimentos legais obrigatórios, tendo sido apontados os seguintes problemas, nos termos do Relatório de Fiscalização 272/2008 SFF: a) existência de certidões com pendências; b) ausência de entrega de relatório de

recomendações pela administração da Companhia; c) ausência de envio de informações a ANEEL, em tempo hábil, sobre as alterações de atos constitutivos; d) celebração de contratos de aluguéis com partes relacionadas sem a prévia anuência da ANEEL; e) existência de valores registrados na conta de “112.01.9 (-) Arrecadação em Processo de Classificação”, sem evidência de regularização por prazo superior a 30 dias; f) existência de divergências entre os saldos operacional e contábil, bem como entre os saldos ativo e passivo – ECE/EAE; g) ausência de utilização de Ordem de Compra – ODC, bem como de apresentação de informações à ANEEL; h) desativação de bens integrantes do acervo patrimonial da Companhia sem a observância dos procedimentos descritos nos itens “a”, “b” e “e” do artigo 1º da Resolução n.º 20, de 3 de fevereiro de 1999; e i) registro de bens no ativo imobilizado, sem a indicação de seu valor de aquisição. A Light SESA manifestou-se a respeito, em 20 de fevereiro de 2009, e atualmente aguarda a posição da ANEEL.

- Auto de Infração n.º 009/2005 SFF: Oriundo do Termo de Notificação n.º 139/2004-SFF, este auto de infração foi lavrado em 15 de março de 2005, sob o argumento de ter a Light SESA: (i) constituído sem a anuência prévia da ANEEL as empresas controladas LIR Energy Limited e Light Overseas Investments; (ii) realizado com essas empresas operações sem a anuência da ANEEL; (iii) descumprido a determinação da ANEEL de cancelamento das operações e encerramento das atividades das empresas. Após apresentação de recurso, a multa associada ao item (iii), no importe de aproximadamente R\$3,431 milhões, foi excluída, e foram mantidas as multas associadas aos itens (i) e (ii), que somadas totalizavam aproximadamente R\$3,431 milhões. Atualmente, o referido auto de infração está sendo discutida na esfera judicial, vez que a Companhia efetuou o pagamento da penalidade associada ao item (ii), mas com relação à multa do prevista no item (i) do Auto, foi impetrado Mandado de Segurança contra o ato do Diretor-Geral da ANEEL, tendo sido realizado o depósito judicial no valor de R\$1.655 (valor original, equivalente a aproximadamente R\$1,143 milhões, corrigido pela taxa SELIC até a data do depósito). Após sentença proferida em 23 de novembro de 2007, que denegou a segurança do referido Mandado, foram opostos Embargos de Declaração pela Companhia, os quais posteriormente rejeitados por decisão proferida em 17 de dezembro de 2007. Contra a sentença, a Companhia ainda interpôs Recurso de Apelação, em 25 de janeiro 2008, requerendo efeito suspensivo a tal recurso. Em 10 de setembro de 2008, foi publicada decisão que recebeu a apelação apenas com efeito devolutivo. Por fim, em 17 de setembro 2008 foi protocolado o Agravo de Instrumento n. 2008.0.00.046455-8, para obter efeito suspensivo ao Recurso de Apelação, evitando-se o levantamento dos valores depositados em juízo nesta ação. O Agravo de Instrumento foi distribuído ao Desembargador Federal Daniel Paes Ribeiro, que ainda não se manifestou sobre o pedido de tutela antecipada ora pleiteado.
- Auto de Infração n.º 048/2008 SFF: Oriundo do Termo de Notificação n.º 166/2007-SFF, este auto de infração foi lavrado em 30 de maio de 2008, sob o fundamento de a Light SESA não ter encaminhado os relatórios referentes ao Encargo de Capacidade Emergencial (ECE) e o Encargo de Aquisição de Energia (EAE) nos meses de maio, junho, julho e agosto de 2007, aplicando penalidade de multa no valor de R\$58,4 mil. A Light SESA interpôs recurso em 16 de junho de 2008, tendo a Procuradoria Federal da ANEEL apontado a existência de erro material na lavratura do Auto de Infração, que possibilitaria majoração da multa inicialmente aplicada. Em 19 de dezembro de 2008 Light SESA manifestou-se sobre o parecer da Procuradoria Federal e aguarda julgamento pela Diretoria da ANEEL.

ADMINISTRAÇÃO

A administração da Companhia compete a um Conselho de Administração e a uma Diretoria.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração da Companhia é composto de, no mínimo, 5 e, no máximo, 11 membros efetivos e seus respectivos suplentes, todos com mandato unificado de 2 anos, sendo permitida a reeleição. Cabe à Assembleia Geral eleger os membros do Conselho de Administração, sendo que o presidente e o vice-presidente são escolhidos pelos conselheiros na primeira reunião realizada após a eleição.

Na Assembleia Geral Ordinária da Light SESA realizada em 18 de março de 2009, foi eleito um membro titular do Conselho de Administração, o Sr. Sergio Alair Barroso em substituição ao Conselheiro Wilson Nélío Brumer, até então Presidente do Conselho, que renunciou ao mandato nessa mesma data. A duração de seu mandato coincidirá com o término do mandato dos demais conselheiros. Segue abaixo a lista dos conselheiros de administração da Companhia:

Conselheiro	Suplente	Início do mandato	Fim do mandato ¹
Eduardo Borges de Andrade	João Pedro Amado Andrade	17 de março de 2008	2010
Aldo Floris	Lauro Alberto de Luca	17 de março de 2008	2010
Carlos Augusto Leone Piani	Ana Marta Horta Veloso	17 de março de 2008	2010
Djalma Bastos de Moraes	João Baptista Zolini Carneiro	17 de março de 2008	2010
Firmino Ferreira Sampaio Neto	Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa	17 de março de 2008	2010
Ricardo Coutinho de Sena	Paulo Roberto Reckziegel Guedes	17 de março de 2008	2010
Carlos Roberto Teixeira Junger	Ricardo Simonsen	9 de julho de 2009	2010
Sérgio Alair Barroso	Luiz Fernando Rolla ³	18 de março de 2009	2010
José Luiz Silva ²	Carmen Lúcia Claussen Kanter	17 de março de 2008	2010

¹ O término do mandato dos membros do Conselho de Administração eleitos em 17 de março de 2008 e 18 de março de 2009 ocorrerá na Assembleia Geral Ordinária que aprovar as contas do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.

² José Luiz Silva é o conselheiro que representa os empregados da Companhia.

³ A data de início de mandato do Sr. Luiz Fernando Rolla é 17 de março de 2008.

Os conselheiros da Light SESA também fazem parte da composição do Conselho de Administração da Light S.A., adicionando-se a este Conselho, os Conselheiros Independentes: Elvio Lima Gaspar e seu suplente Joaquim Dias de Castro, indicados pelo BNDESPAR, acionista minoritário da Companhia, e Ruy Flaks Schneider e seu suplente Almir José dos Santos.

Na reunião do Conselho de Administração, realizada em 3 de abril de 2009, foram eleitos o Sr. Eduardo Borges de Andrade para o cargo de Presidente e o Sr. Aldo Floris para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração da Light S.A., ambos com mandato de um ano.

Segue uma breve descrição da qualificação profissional de cada membro efetivo e suplente do Conselho de Administração da Companhia:

Conselheiros Efetivos:

Eduardo Borges de Andrade (presidente do Conselho de Administração)

Nascido em 30 de abril de 1938. Em 1961, iniciou sua carreira na Construtora Andrade Gutierrez S.A., como Engenheiro de Campo. Passou por diversos dos principais cargos da empresa: em 1969, foi Diretor de Obras, em 1973, foi Diretor de Operações e, em 1978, assumiu a função de Diretor Superintendente da Construtora Andrade Gutierrez S.A., onde foi o principal executivo até 2001. Exerceu o cargo de Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Concessões Rodoviárias de 2000 a 2001. Atualmente, é membro titular do conselho de administração da Andrade Gutierrez S.A., Presidente do conselho de administração da AG Concessões e membro titular do conselho de administração da Companhia de Concessões Rodoviárias. Graduação: (i) Engenheiro Civil, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais; e (ii) pós-graduação em administração de empresas, formado pela FGV. Endereço comercial: Avenida do Contorno, 8123, Cidade Jardim – Belo Horizonte – MG – CEP 31110-910.

Aldo Floris (vice-presidente do Conselho de Administração)

Nascido em 14 de fevereiro de 1949. O Sr. Floris começou a trabalhar no mercado financeiro como consultor de investidores privados em 1967. Em 1973, ingressou no Liberal CCVM Ltda. como acionista. Em 1984 tornou-se seu acionista controlador. De 1983 a 1985, o Sr. Floris foi membro do conselho da Companhia Técnica Monteiro Aranha S.A.. Foi membro do conselho da BVRJ de 1982 a 1990. Foi Diretor Presidente do Bank of America – Liberal S.A. de 1989 a 2001. Membro do conselho da VALEPAR S.A. e da Companhia Vale do Rio Doce de 1997 a 2003. Membro do conselho da Conservation International, uma organização não governamental internacional para o desenvolvimento sustentável. Membro do conselho curador da Fundação Getúlio Vargas. Graduação: Economista, formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço comercial: Praia de Botafogo, 228, Ala A, sala 601, Edifício Argentina – Botafogo – RJ – CEP 22359-900.

Carlos Augusto Leoni Piani

Nascido em 24 de abril de 1973. Diretor Presidente da Equatorial Energia e da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR desde março de 2007, e Conselheiro de Administração da Companhia Energética do Maranhão - CEMAR desde março de 2006. Na CEMAR, também foi Diretor Presidente de março de 2006 a março de 2007 e Vice-Presidente Administrativo Financeiro e Diretor de Relações com Investidores entre maio de 2004 e março de 2006. Antes, trabalhou durante 6 anos no Banco Pactual S.A. Entre 2000 e 2004, coordenou a gestão de fundos de capital de risco administrados pela Área de Investimentos do Pactual. Neste período, atuou como membro do conselho de administração da Proteus Soluções em Tecnologia da Informação S.A., Visionnaire S.A., Extracta Moléculas S.A., Padtec S.A., Pini S.A, Automatos International Ltd. e SpringWireless Ltd. e como conselheiro fiscal suplente da ELETROPAULO. Entre 1998 e 2000, trabalhou na área de Finanças Corporativas em operações voltadas para os setores de infraestrutura. Antes do Pactual, trabalhou em 1997 na Ernst & Young Auditores Independentes S/S como analista do Departamento de Business Valuation. Graduação: Informática pela PUC-RJ e em Administração de Empresas pelo IBMEC. Título de CFA Charterholder pelo CFA Institute em 2003 e concluiu o curso Owners and President Management (OPM) Program da Harvard Business School em 2008. Endereço comercial: Av. Borges de Medeiros, 633 sala 708 - Offices Shopping Leblon - Rio de Janeiro - RJ - CEP. 22430-041.

Djalma Bastos de Moraes

Nascido em 16 de março de 1937. Presidente da CEMIG, foi Diretor-Presidente da Companhia de Gás de Minas Gerais - GASMIG, Presidente da Telecomunicações de Minas Gerais S.A., Ministro de Estado das Telecomunicações, Vice-Presidente da Petrobrás Distribuidora S.A. Graduação: Engenheiro, formado pelo Instituto Militar de Engenharia. Endereço comercial: Avenida Barbacena, 1200, 18º andar - Belo Horizonte – MG - CEP 30190-131.

Firmino Ferreira Sampaio Neto

Nascido em 14 de maio de 1946. Presidente do conselho de administração da Equatorial Energia desde março de 2006 e Conselheiro da CEMAR desde maio de 2004. Foi Presidente da Eletrobrás entre os anos de 1996 e 2001 e Presidente da Eletrobrás Termonuclear entre os anos de 2000 e 2001. Por 14 anos foi Presidente e Diretor Financeiro da COELBA- Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia. Membro do conselho de administração de Furnas, Itaipu, Companhia Hidroelétrica do São Francisco, Eletrosul Centrais Elétricas S.A., Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. - Gerasul, CEMIG, Empresa Energética de Mato Grosso do Sul S.A. - ENERSUL, Centrais Elétricas Matogrossenses S.A. - CEMAT. Graduação: Economista pela UFBA e pós-graduado em Planejamento Industrial pela SUDENE/IPEA/FGV. Endereço comercial: Av. Colares Moreira 477, Renascença II - São Luis - Maranhão - CEP: 65075-441.

Ricardo Coutinho de Sena

Nascido em 4 de março de 1948. Foi Auxiliar Técnico das Empresas Seta Construtora S.A. entre 1971 e 1972 e da M.Roscoe S.A. Engenharia, Indústria e Comércio entre 1972 e 1973, onde também exerceu o cargo de Engenheiro de Orçamentos entre 1973 e 1974. Foi Diretor Administrativo-Financeiro da M.Roscoe do Paraná S.A. Construções Industriais entre 1974 e 1976 e Gerente Financeiro da M.Roscoe S.A. Engenharia, Indústria e Comércio entre 1976 e 1977, onde também exerceu o cargo de Gerente de orçamento entre 1977 e 1981. Após esse período, exerceu os cargos de Chefe de Departamento de Orçamento da Construtora Andrade Gutierrez S.A. entre 1981 e 1992, e de Superintendente de Concessões entre 1993 e 2001. Desde 2001, exerce o cargo de Diretor Presidente da AG Concessões. É também Diretor da AGC Participações Ltda. Participa, também, dos conselhos de administração das seguintes empresas: Companhia de Concessões Rodoviárias, Dominó Holding S.A., Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e Water Port S.A. Graduação: Engenheiro Civil, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais. Endereço comercial: Avenida do Contorno, 8123, Cidade Jardim – Belo Horizonte – MG – CEP 31110-910.

Carlos Roberto Teixeira Junger

Nascido em 30 de maio de 1955. Auditor na Secretaria da Receita Federal do Brasil, auditor na Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), assessor no Departamento de Custos de Furnas, e participação em grupo especial para o acordo de não bitributação com a receita federal dos Estados Unidos da América (IRS). Graduação: Contador – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Pós Graduado em administração tributária na USP (1981). Endereço comercial: Praia de Botafogo, 228 - Ala A - Sala 601 - Ed. Argentina - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - CEP. 22359-900.

Sérgio Alair Barroso

Nascido em 9 de setembro de 1949. Secretário de Desenvolvimento Econômico do Estado de Minas Gerais, presidente do Conselho de Administração da Fertilizantes Fosfatados S.A. - Fosfertil, Ultrafertil S.A. e Fertilizantes Administração e Participação S.A., consultor e sócio de negócios na área de agronegócio, responsabilidade social e investimentos ambientais. Foi presidente da Cargill Agrícola S.A. de 1998 a 2007. Graduação: Economia pela Universidade São Lucas – SP e mestrado em economia internacional pela Universidade de Boston, EUA. Endereço comercial: Rua Rio de Janeiro, 471 – 16º andar - Centro - Belo Horizonte MG - CEP: 30160-040.

José Luiz Silva

Nascido em 16 de agosto de 1948. Responsável pelo 1º Sistema de Atendimento Comercial por telefone (Ligue Light), Chefe de Seção responsável pelas Agências Comerciais Centro Sul, Chefe de Seção de Sindicância, Gerente Operacional do Disque-Light, Representante da área comercial na implantação do Sistema SGD e Consultor atualmente na área comercial, cargos esses ocupados na Companhia. Graduação: Administrador de empresas, formado pela Sociedade Unificada de Ensino Superior e Cultura – SUESC e MBA executivo pela COPPEAD - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço comercial: Avenida Marechal Floriano, 168, Bl.4, 6º andar, Centro – RJ – CEP 20080-002.

Conselheiros Suplentes:

João Pedro Amado Andrade

Nascido em 21 de dezembro de 1981. Membro do Comitê Executivo da Andrade Gutierrez S.A. desde dezembro de 2003. Graduação: Administração de empresas na PUC-RJ e Business pela AUP – The American University of Paris. Endereço comercial: Praia de Botafogo, 300 - 4º andar - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ – CEP: 22250-040.

Lauro Alberto de Luca

Nascido em 20 de abril de 1948. Diretor do Banco Liberal S.A.. Fez estágio de aperfeiçoamento e de especialização no Brasil e exterior, destacando-se nas seguintes instituições: Merrill Lynch Corporation, The First Boston Corporation, Goldman Sachs & Co., Mabon, Nugent & Co., Salomon Brothers, E. F. Hutton & Company Inc., Dean Witter & Co. Incorporated, Discount Corporation. Participou, também de vários Congressos e Seminários de Economia, Política Monetária, Mercados Futuros e Mercadorias. Iniciou suas atividades profissionais na FGV em 1969. Exerceu cargo em instituições financeiras, como diretor na Open S.A. CCVM, Investcorp S.A. DTVM e Ativa S.A. CTV. Em fevereiro de 1986, foi eleito membro do conselho de administração da Bolsa Brasileira de Futuros. Em novembro de 1989, assumiu a Diretoria de Operações do Banco Liberal S.A. que depois passou a ser Bank of America. Atualmente é sócio gerente da FLB Consultoria e Participações Ltda. Graduação: Economista, formado pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro. Endereço comercial: Praia de Botafogo, 228, Ala A, sala 601, Edifício Argentina, Botafogo – RJ – CEP 22359-900.

Ana Marta Horta Veloso

Nascida em 29 de julho de 1968. Ingressou na Equatorial Energia em 2008 como diretora. Atuou anteriormente (2006/2008) no UBS Pactual, na gestão de recursos dos ex-sócios do Pactual, com foco em investimentos de longo prazo. Antes do Pactual, trabalhou por 12 anos no BNDES, com foco em mercado de capitais, ocupando vários cargos executivos, realizando operações de renda variável e acompanhando posições da carteira da BNDESPAR. Entre 2000 e 2001, integrou a equipe de análise de empresas (*research sell side*) do Banco Pactual, como analista sênior, cobrindo os setores elétrico, saneamento e *media*. Já participou do conselho de administração de diversas empresas: Klabin S.A. (2003/2004), VALE (suplente - 2003/2004), Acesita S.A. (2003/2004), Valepar S.A. (2003), Net Serviços de Comunicação S.A. (1999). Atualmente, é membro titular do conselho de administração da CEMAR. Graduação: Ciências Econômicas, pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e Mestrado em Economia Industrial pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Endereço comercial: Praia de Botafogo, 300, 10º andar, Botafogo – RJ – CEP 22250-040.

João Batista Zolini Carneiro

Nascido em 4 de maio de 1958. Superintendente de Participações da CEMIG e Diretor Administrativo-Financeiro da Rosal Energia S.A., conselheiro de diversas empresas do Grupo CEMIG e professor de Finanças do Ibmecc-MG. Graduação: Economista, formado pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Endereço comercial: Avenida Barbacena, 1200, 1º andar Ala2, Santo Agostinho - Belo Horizonte – MG – CEP 30190-131.

Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa

Nascido em 22 de agosto de 1961. Conselheiro independente da Equatorial Energia desde março de 2006. Presidente Executivo da Associação Brasileira dos Agentes Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel). Professor de regulação do IBMEC. Trabalhou na Eletronorte – Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. e na CHESF, tendo atuado também como assessor da Subcomissão de Energia e da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Durante quatro anos, foi diretor da ANEEL. Graduação: Engenheiro Mecânico pela Universidade de Brasília (UnB), com formação técnica complementar em sistemas auxiliares de usinas hidrelétricas, turbinas hidráulicas e projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) e MBA pela FIA-USP. Endereço comercial: SHS Quadra 06 - Conj. A - Bl. C - Sala 1115 - Ed. Business Center Tower - Brasília - DF - CEP:70.322-915.

Paulo Roberto Reckziegel Guedes

Nascido em 25 de outubro de 1961. Atualmente trabalha no Grupo Andrade Gutierrez na empresa AG Concessões, como Diretor de Desenvolvimento de Negócios. Trabalhou na Construtora Andrade Gutierrez S.A - Unidade de Novos Negócios como Gerente de Projetos (1993-1999). Entre os anos de 1983 e 1993 trabalhou na Construtora Sultepa S.A., como Superintendente Operacional (1991-1993), na sociedade Consórcio Conesul Ltda. e na companhia Construtora Sultepa S.A. como Engenheiro Supervisor (1987-1991), engenheiro Chefe de Obras (1986-1987) e engenheiro auxiliar (1983-1986). Graduação: Engenheiro Civil, formado pela Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, de Porto Alegre; MBA em Gestão Empresarial, pela Fundação Dom Cabral/MG – 1997; Arquitetura, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (incompleto); e Direito, pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC-MG (em andamento). Endereço comercial: Avenida do Contorno, 8123, Cidade Jardim – Belo Horizonte – MG – CEP 31110-910.

Ricardo Simonsen

Nascido em 10 de julho de 1961. Trabalhou no mercado financeiro entre 1990 e 1998, (i) no Banco Liberal, atuando no apoio técnico à tesouraria do banco e posteriormente no apoio à área econômica, (ii) no Banco Graphus, como responsável pela área econômica, (iii) no Bankers Trust, atuando na estruturação de operações no mercado de capitais do País e na análise econômica voltada para a alocação estratégica de recursos, e (iv) no Banco Pactual, atuando na área corporate, participando de diversas operações de fusão, aquisição, venda e reestruturação de empresas, assim como na estruturação de produtos para investimentos. Em 1999 ingressou na Fundação Getúlio Vargas, tornando-se chefe do Centro de Estudos de Finanças do IBRE, responsável pelo desenvolvimento de projetos e estudos nesse campo. Em 2003 tornou-se diretor técnico da FGV Projetos (cargo que ocupa até hoje), unidade de consultoria da Fundação Getúlio Vargas, com escritórios no Rio de Janeiro e em São Paulo, com atuação nos campos de administração, economia e finanças junto a empresas públicas e privadas, tornando-se responsável pelo conteúdo técnico de todas as consultorias da instituição e pela supervisão dos trabalhos realizados. Desde 2003 é também membro do comitê de governança e sustentabilidade da VALE, órgão responsável por avaliar as práticas de governança corporativa da Companhia, o funcionamento do conselho de administração e recomendar melhorias ao código de ética e ao sistema de gestão. Graduação: Engenheiro mecânico pela PUC-RJ, mestre e doutor em economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV). Endereço comercial: Praia de Botafogo, 190 / 6º andar - Rio de Janeiro - RJ -CEP: 2250-900.

Luiz Fernando Rolla

Nascido em 17 de fevereiro de 1949. Iniciou sua carreira na CEMIG em 1974 e ocupou os seguintes cargos: Superintendente de Programação e Controle Financeiro sendo responsável pela coordenação de planejamento de longo prazo, controle orçamentário, análise de custos e *project finance*. Últimos Cargos e/ou Funções de destaque: Superintendente de Relações com Investidores, sendo responsável pela implantação dos programas de ADR nível I e II na New York Stock Exchange e Nível I de Governança na BOVESPA. Foi eleito o Melhor Profissional de Relação com Investidores por diversos anos pela APIMEC e, ainda, pela IR Magazine (2006). Graduação: Engenheiro Elétrico, formado pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Endereço comercial: Avenida Barbacena, 1200, 18º andar - Belo Horizonte – MG - CEP 30190-131

Carmen Lucia Claussen Kanter

Nascida em 5 de julho de 1950. Diretora Institucional Adjunta da APIMEC-RJ, ocupou o cargo de Gerente de Relações com Investidores da Light SESA, foi gerente de captação de recursos da NUCLEBRAS, gerente de análise de crédito imobiliário do BANERJ, Diretora Financeira do INVESTLIGHT, Diretora do IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores e membro do conselho da APIMEC-RJ. Foi membro do conselho de curadores da Braslight, membro do Conselho do IBRI, membro do conselho da Associação Brasileira dos Analistas do Mercado de Capitais - ABAMEC - RJ e Diretora Presidente do IBRI-RJ. Graduação: Arquiteta, formada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ; Administração Financeira – PLANFAP – MME; MBA Marketing 2001 – COPPEAD. Endereço comercial: Avenida Rio Branco, 103, 21º andar, Centro – RJ – CEP 20040-001.

Diretoria

A Diretoria da Companhia é composta por um Diretor Presidente e por, no máximo, 8 Diretores, com prazo de gestão de 3 anos, permitida a reeleição. Atualmente, a Diretoria é composta por 7 membros, contando com o Diretor Presidente, conforme a tabela abaixo:

Diretor	Cargo	Início do mandato	Fim do mandato
José Luiz Alquéres	Diretor Presidente	10 de agosto de 2006	10 de agosto de 2009
Ronnie Vaz Moreira	Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores	10 de agosto de 2006	10 de agosto de 2009
Roberto Manoel Guedes Alcoforado	Diretor Vice-Presidente de Operações e de Clientes	10 de agosto de 2006	10 de agosto de 2009
Ana Silvia Corso Matte	Diretora de Gente	10 de agosto de 2006	10 de agosto de 2009
Paulo Henrique Siqueira Born	Diretor de Desenvolvimento Sustentável e das Concessões	10 de agosto de 2006	10 de agosto de 2009
Luiz Fernando de Almeida Guimarães	Diretor de Geração	4 de julho de 2008	10 de agosto de 2009
Paulo Roberto Ribeiro Pinto	Diretor de Novos Negócios e Institucional	10 de agosto de 2006	10 de agosto de 2009

O diretor de relações com investidores da Companhia, Sr. Ronnie Vaz Moreira, tem endereço comercial na sede da Companhia, na Avenida Marechal Floriano, 168, parte, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP 20080-002. O contato com o mesmo pode ser feito através do telefone (21) 2211-2995, do fax (21) 2291-9207, do email ronnie.moreira@light.com.br, ou através do *website* da Companhia (www.light.com.br).

José Luiz Alquéres (Diretor Presidente)

Nascido em 31 de março de 1944. É o Diretor-Presidente da Light S.A., controladora da Light SESA, distribuidora de energia no Rio de Janeiro. O Sr. José Luiz Alquéres tem atuado como:

- Presidente da ALSTOM do Brasil, líder global em energia e sistemas de transportes elétricos no Brasil;
- Presidente da MDU do Brasil Ltda., companhia investidora nos setores de mineração e energia.
- Membro do Conselho Estratégico das seguintes empresas:
 - ALCOA do Brasil (produtor de alumínio);
 - Banco CALYON do Brasil (ex-Crédit Lyonnais);
 - HOLCIM S.A. (produtor de cimento);
 - CEMIG (geração e distribuição de energia do Estado de Minas Gerais);
 - Energias do Brasil (Distribuidora no Estado de São Paulo, Espírito Santo e Minas Gerais).

José Luiz Alquéres é Vice-Presidente honorário do World Energy Council (Conselho Mundial de Energia), Vice-Presidente da ABDIB – Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base, Membro do Conselho da Aliança Francesa de São Paulo e membro do CCE (Conselheiros do Comércio Exterior da França). Além de suas responsabilidades profissionais, José Luiz Alquéres é uma figura ativa na comunidade de negócios, presidindo a Associação Franco-Brasileira para Cultura e Cooperação, e, ainda, sendo membro do Conselho do Museu de Belas Artes e da Cruzada do Menor. Foi Secretário Nacional de Energia (1992), Presidente da Eletrobrás (1993 – 1994), Diretor do BNDESPAR (Subsidiária de Participação em Ações do Banco Nacional de Desenvolvimento, em 1992) e, desde 1978 é Diretor-Executivo e Membro do Conselho em diversas empresas tais como: Eletrobrás (3 anos), Light SESA (4 anos), Companhia de Eletricidade do Estado do Rio de Janeiro - CERJ (um ano, como CEO), Itaipu, Furnas, CHESF, CEMIG, Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. - Escelsa, CEG, CPFL Energia S.A., Companhia de Gás de São Paulo - COMGAS e outras. Foi autor dos livros “Energia para Gerações”, publicado pela Shell do Brasil (2003), “Petrópolis” (em conjunto com Mario Bhering), publicado em 2002 e, ainda, “Desafio da Infraestrutura no Brasil”, publicado pela ALSTOM (2005). Graduação: Engenheiro Civil, formado pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro PUC-RJ e Pós-graduação em Planejamento Regional e Energético nos Estados Unidos e França. Endereço comercial: Avenida Marechal Floriano, 168/ B11, 2º andar, Centro – RJ – CEP 20080-002

Ronnie Vaz Moreira (Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores)

Nascido em 17 de setembro de 1957. Ronnie Vaz Moreira é o Vice Presidente de Finanças e Relações com Investidores da Companhia. Foi um dos membros da Diretoria no consórcio da RME desde março de 2006. De março de 2002 até julho de 2005, foi Presidente da Globo Comunicações e Participações S.A. - Globopar. De outubro 2001 até fevereiro 2002 – Diretor Executivo (Finanças Corporativas) do Deutsch Bank. De junho 1999 até Setembro 2001 o Sr. Vaz Moreira foi Diretor de Finanças e Relação com Investidores da Petrobras – Petróleo Brasileiro S.A. Sênior Vice Presidente do ABN Amro Bank na área de Financiamento de Projetos e Assessor para a América Latina & Caribe, com sede em São Paulo. Graduação: Bacharel em Ciência Contábeis pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e Master em International Management pela Thinderbird, pela - American Graduate School of International Management. Endereço comercial: Avenida Marechal Floriano, 168/ B11, 2º andar, Centro – RJ – CEP 20080-002

Roberto Manoel Guedes Alcoforado (Diretor Vice-Presidente de Operações e de Clientes)

Nascido em 1 de julho de 1949. Atuou na CHESF como Assessor de Departamento, Chefe de Divisão, Chefe de Departamento, Superintendente, nas áreas de engenharia e financeira, Secretário Geral, Chefe de Gabinete do Presidente, Diretor de Planejamento e Operação. Foi requisitado pela Eletrobrás para ocupar o cargo de Diretor Econômico-Financeiro da COSERN no programa de gestão compartilhada para privatização da empresa. Na COSERN após a privatização participou do *takeover* e foi diretor da área de distribuição acumulando a Vice-Presidência. Após a privatização da CELPE integrou a equipe responsável pelo *takeover* da CELPE, tornando-se diretor da área de distribuição, Vice-Presidente e Presidente. Graduação: Engenheiro Eletricista, formado pela Universidade Federal de Pernambuco e Mestrado em Eletrônica no ITA. Endereço comercial: Avenida Marechal Floriano, 168/ B11, 2º andar, Centro – RJ – CEP 20080-002.

Ana Silvia Corso Matte

Nascida em 30 de maio de 1958. Trabalhou na Telsul Telecomunicações S.A. de novembro de 2003 a agosto de 2006 como Diretora de Recursos Humanos do Grupo Telsul. Atuou de junho de 2000 a maio de 2003 nas Sendas S.A. como Diretora de Desenvolvimento Org. e de Recursos Humanos. Entre setembro de 1997 e maio de 2000, trabalhou na CSN como Diretora de Recursos Humanos. Também trabalhou na BELCOSA Distribuidora de Cosméticos – WELLA (alemã) como gerente de Recursos Humanos, no Sistema Jornal do Brasil como Gerente de Divisão de Recursos Humanos e Gerente de Relações Trabalhistas e com Empregados e na COBAL – Cia. Brasileira de Alimentos como Advogada Jr. e Chefe Assessoria Jurídica. Graduação: Direito pela UFRGS-Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Pós-graduada em Recursos Humanos, pela PUC-IAG-Rio de Janeiro. MBA pelo PDG/EXEC (hoje IBMEC/Rio de Janeiro). Endereço comercial: Avenida Marechal Floriano, 168/ B11, 2º andar, Centro – RJ – CEP 20080-002.

Paulo Henrique Siqueira Born

Nascido em 16 de março de 1956. Entre março de 2000 e junho de 2006 foi Vice Presidente da Duke Energy International, Brasil, onde foi responsável pelas áreas de Assuntos Regulatórios, Estudos Energéticos e de Transmissão e Gerenciamento de Risco. Como destaque recente de sua atuação na Duke Energy, pode-se mencionar a coordenação da atuação da Empresa nos leilões de energia existente (2004-2005). De 2002 a 2006 foi também Conselheiro da CBIEE – Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica e Vice-Presidente da Apine – Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica. Entre 2000 e 2001 foi membro do Comitê Executivo do MAE. Teve participação chave na negociação do Acordo Geral do Setor Elétrico, que atenuou os efeitos da crise do racionamento de energia (2001), através do estabelecimento em Lei da chamada RTE. Tem cerca de vinte anos de experiência no setor elétrico brasileiro, tendo passado grande parte de sua carreira na Companhia Paranaense de Energia - Copel (1978-1997). Foi Superintendente de Planejamento da Empresa entre 1995 e 1997. Nesse período, representou a Empresa e teve intensa atuação no Grupo Coordenador para o Planejamento dos Sistemas Elétricos (GCPS). Foi Coordenador Técnico Brasileiro do Subcomitê de Planejamento e Estudos Ambientais da Comissão para Integração Elétrica Regional – CIER (1996-1997). Atuou de forma destacada nas reformas setoriais empreendidas pelo Governo Federal entre 1996 e 1998 (Projeto RE-SEB). Durante o ano de 1998, primeiro ano de existência da ANEEL, foi Assessor Especial da Diretoria daquela agência. Nesse ano estava sendo definida a regulamentação relativa ao modelo setorial que então estava sendo implementado. Na Eletropaulo, em 1998, foi Superintendente para o Mercado Atacadista de Energia Elétrica. Entre muitas publicações, pode-se destacar a co-autoria do livro “Tarifas de Energia Elétrica: Aspectos Metodológicos e Conceituais”, editado em 1994 pela Organização Latino-Americana e do Caribe para o Desenvolvimento Energético – OLADE, Quito, Equador (em Espanhol) e pela MM Editora, São Paulo, SP (em Português). Graduação: Engenheiro Civil, formado pela Universidade Federal do Paraná, e Master of Sciences nas áreas de Sistemas de Recursos Hídricos e Economia, pela Universidade Cornell, Nova York, EUA. Endereço comercial: Avenida Marechal Floriano, 168/ B11, 2º andar, Centro – RJ – CEP 20080-002.

Luiz Fernando Guimarães

Nascido em 8 de junho de 1948. Trabalhou inicialmente no setor elétrico estatal (na Eletrosul e na Itaipu Binacional), atuando em projetos como UHE Itaipu, UHE Salto Osório, UTE Jorge Lacerda II e outras. A partir de 1980 passou a atuar em Empresas de Projeto (Engevix e Enge – Rio), coordenando projetos como: Projeto Executivo UHE Tucuruí (Eletrobrás), Inventário da Bacia do Rio Paraíba do Sul (Furnas), Projeto de Viabilidade UHE Sapucaia (Furnas), Projeto Básico de UHE Sobragi e Picada (CPM), Estudos de Auto Geração para Vale do Rio Doce, Estudos de Aumento da Capacidade Geradora do Complexo Hidroelétrico de Lajes (Light). A partir de 1996 passou a trabalhar no Grupo Parapanema e no Grupo Votorantim, ocupando cargos de conselheiro e presidente de conselhos deliberativos, membro de comitês técnicos, de comitês de operação e de comitês de meio ambiente. Graduação: engenheiro civil formado pela Universidade Federal Fluminense em 1971, com pós-graduação em Pesquisa Operacional na mesma universidade, com tese defendida em 1978. Endereço comercial: Avenida Marechal Floriano, 168/ B11, 2º andar, Centro – RJ – CEP 20080-002.

Paulo Roberto Ribeiro Pinto

Nascido em 29 de junho de 1950. Atuou como Diretor Financeiro de Furnas; Diretor de Gestão Corporativa e Financeira da Eletrobrás; Diretor Econômico-Financeiro da CHESF; Vice-Diretor Econômico-Financeiro do DNAEE, do MME, Diretor responsável pela área financeira e de relações com os investidores da Light SESA. Graduação: Bacharel em Ciências Contábeis - Faculdade de Economia e Finanças do Rio de Janeiro; Especialização em Engenharia Econômica e Administração Industrial - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Endereço comercial: Avenida Marechal Floriano, 168/ B11, 2º andar, Centro – RJ – CEP: 20080-002.

Compete ao Conselho de Administração eleger e destituir o diretor presidente e os demais membros da Diretoria, fixando-lhes as atribuições, inclusive designando o diretor que acumulará a função de diretor de relações com investidores.

Em reunião realizada em 9 de janeiro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou estabelecer a nova estrutura administrativa para a Diretoria da Light SESA, de acordo com os seguintes cargos, atribuições e responsabilidades:

Cargo	Atribuições e Responsabilidades
Diretor Presidente:	<ul style="list-style-type: none"> (1) orientação e supervisão das atividades dos demais diretores; (2) supervisão da comunicação e da auditoria interna; e (3) demais atribuições conferidas pelo Estatuto Social ou pelo Conselho de Administração.
Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores	<ul style="list-style-type: none"> (1) mercado de capitais; (2) contabilidade; (3) gestão tributária; (4) tesouraria; (5) controladoria; (6) suprimentos, controles, logística e estoque; (7) Braslight Fundação de Seguridade Social; (8) tecnologia de informação; e (9) supervisão da área jurídica.
Diretor de Novos Negócios e Institucional	<ul style="list-style-type: none"> (1) novos negócios; (2) gestão de participações societárias da Companhia; (3) relações institucionais; (4) relação com partes relacionadas; (5) eficiência energética; (6) patrocínios; e (7) suporte aos conselhos.
Diretor de Gente	<ul style="list-style-type: none"> (1) recrutamento e seleção; (2) remuneração; (3) desenvolvimento profissional; (4) relacionamento com sindicatos; (5) benefícios; (6) questões trabalhistas; (7) serviços gerais; (8) patrimônio; e (9) segurança do trabalho e medicina ocupacional.
Diretor de Desenvolvimento Sustentável e das Concessões	<ul style="list-style-type: none"> (1) plano estratégico; (2) contratos, leis e regulamentos relacionados a concessões, permissões e autorizações; (3) relacionamento com os órgãos regulatórios do setor de energia; (4) tarifas; (5) gestão integrada de riscos; (6) inteligência estratégica; (7) política ambiental e de sustentabilidade; e (8) pesquisa e desenvolvimento.

Diretor de Geração

- (1) geração de energia;
- (2) transmissão de energia pertencente à Light Energia;
- (3) venda de energia própria; e
- (4) suporte técnico de meio ambiente.

Diretor Vice-Presidente de Operações e de Clientes

- (1) distribuição;
- (2) área comercial;
- (3) mercado;
- (4) comercializadora;
- (5) relacionamento com Grandes Clientes;
- (6) compra de energia;
- (7) rede de distribuição de alta tensão; e
- (8) operação do sistema.

Nenhum diretor ou conselheiro da Companhia durante os últimos cinco anos foi condenado em ou teve qualquer processo judicial ou administrativo instaurado contra si, cujo objeto fosse relacionado a atividade empresarial de companhia aberta, com exceção do que segue.

Foi movida ação popular no foro da capital do Estado de Minas Gerais, em que se alegam, entre outros, irregularidades na compra do controle acionário da Light S.A. e em que são réus os seguintes administradores da Companhia: João Batista Zolini, Paulo Roberto Ribeiro Pinto, José Luiz Alquéres, Paulo Roberto Reckziegel Guedes, Aldo Floris, Lauro Alberto de Luca, Ronnie Vaz Moreira, Luiz Fernando Rolla, Eduardo Borges de Andrade, José Luiz Silva, Ricardo Coutinho de Sena, Carmen Lúcia Claussen Kanter e Ana Marta Horta Veloso.

Adicionalmente, os membros do conselho de administração da Companhia Srs. Aldo Floris e Lauro Alberto de Luca receberam penas de inabilitação, para o exercício de cargos de direção na administração ou gerência em instituições na área de fiscalização do Banco Central, com fundamento no artigo 44, parágrafo segundo da Lei 4.595/64, pelo prazo de um ano nos processos nº BACEN PT 0101071248 e BACEN PT 0101071131 julgados pela Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (“CRSFN”) que versavam sobre operações com realização sistemáticas de prejuízos. Ambos os processos foram objetos de pedidos de reconsideração.

O membro do conselho de administração da Companhia Sr. Djalma Moraes responde diversas ações cíveis e penais em virtude do exercício do cargo de presidente da CEMIG, sociedade de economia mista distribuidora de energia no Estado de Minas Gerais.

O diretor da Companhia Sr. Ronnie Vaz Moreira é réu em ação civil pública, que tramita na 21ª Vara Federal do Rio de Janeiro, e em ação que tramita no Tribunal de Contas da União, relacionadas à contratações realizadas pela Petrobras, da qual foi diretor.

Conselho Fiscal

O Estatuto Social da Companhia prevê a existência não permanente de um Conselho Fiscal, que poderá ser instalado mediante solicitação de acionistas que representem, no mínimo, 2% das ações com direito a voto. O Conselho Fiscal será composto por, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a assembleia geral elegerá seus membros e estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação. Até a data deste Prospecto, o Conselho Fiscal da Companhia não havia sido instalado.

Remuneração

A remuneração dos diretores estatutários é composta por uma parcela fixa e uma parcela variável, calculada com base no desempenho apurado por metas e pelo resultado. A política de remuneração dos diretores estatutários da Light SESA compreende, outrossim, benefícios de seguro de vida, plano de assistência médica e odontológica, bem como a possibilidade de participação no plano de aposentadoria complementar oferecido aos empregados da Companhia.

Os conselheiros de administração da Companhia percebem, pelo exercício da função, uma remuneração mensal fixa, cujo montante total está incluso no valor anual aprovado pela assembleia geral ordinária como remuneração anual global dos membros do conselho de administração e da diretoria.

Adicionalmente, a Companhia possui Plano de Opção de Compra de Ações. Para mais informações sobre tal plano, ver seção “Administração”, item “Plano de Opção de Compra de Ações”, na página 231 deste Prospecto.

No exercício de 2007, as assembleias gerais da Light S.A., da Light SESA e da Light Energia aprovaram a destinação de R\$12.450.000, a título de remuneração global dos administradores, sendo as parcelas fixa e variável, efetivamente pagas, de R\$5.609.654,00 e a parcela variável de R\$1.524.643,00, além da parcela relativa a benefícios, no valor de R\$386.981,00. Com relação especificamente à Light SESA, o valor da remuneração paga aos membros dos conselhos de administração e da diretoria da Companhia totalizou R\$10,1 milhões. Ainda, os membros da diretoria podem participar do mesmo plano de aposentadoria complementar oferecido aos empregados, do tipo contribuição variável.

Para o exercício de 2008, as assembleias gerais da Companhia, da Light S.A. e da Light Energia aprovaram a destinação de R\$10.811.000,00 a título de remuneração global dos administradores, sendo a parcela fixa de R\$6.257.000,00 (57,88%) e a parcela variável de R\$4.554.000,00 (42,12%). Em relação especificamente à Companhia, assembleia geral ordinária realizada em 17 de março de 2008 aprovou por unanimidade a remuneração anual global dos membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia para o exercício de 2008 no valor de aproximadamente R\$8,7 milhões, cuja distribuição será determinada pelo conselho de administração da Companhia.

Para o exercício de 2009 as assembleias gerais da Companhia, da Light S.A. e da Light Energia, aprovaram a destinação de R\$16.311.172,00 a título de remuneração global dos administradores, sendo a parcela fixa de R\$8.553.406,00 e a parcela variável de R\$7.757.766,00. Em relação especificamente à Companhia, a assembleia geral ordinária realizada em 18 de março de 2009 aprovou por unanimidade a remuneração anual global dos membros do conselho de administração e da diretoria da Companhia para o exercício de 2009 no valor de aproximadamente R\$13,4 milhões, cuja distribuição será determinada pelo conselho de administração da Companhia.

Relação entre os Administradores e a Companhia

Não há relação familiar entre os membros do conselho de administração e da diretoria e entre esses e os acionistas, diretos ou indiretos, da Companhia, com exceção dos conselheiros Eduardo Borges de Andrade e João Pedro Amado Andrade, que possuem relação familiar entre si e com alguns dos controladores da AG Concessões, integrante do grupo de controle da Companhia.

Exceto quanto às opções de compra de ações outorgadas aos administradores descritas nesta seção, no item “Plano de Opção de Compra de Ações”, na página 231 deste Prospecto, não há contratos ou outras obrigações relevantes entre os administradores e a Companhia.

Títulos e Valores Mobiliários

Exceto pelas ações de emissão da Companhia detidas pelos membros do Conselho de Administração constantes da lista abaixo, os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração e os membros da Diretoria não são proprietários ou detentores, direta ou indiretamente, de qualquer ação da Companhia ou de qualquer título ou valor mobiliário conversível em ações de emissão da Companhia, tampouco são titulares de direito de subscrição ou aquisição, sob qualquer forma, de ações de emissão da Companhia, que não os decorrentes de lei.

Conselheiro	Quantidade de Ações da Light SESA
Aldo Floris	1*
Carlos Augusto Leoni Piani	1*
Djalma Bastos de Moraes	1*
Eduardo Borges de Andrade	1*
Firmino Ferreira Sampaio Neto	1*
Ricardo Coutinho de Sena	1*
Ricardo Simonsen	1*
Sérgio Alair Barroso	1*
José Luiz Silva	1*
Suplente	
Lauro Alberto de Luca	1*
Ana Marta Horta Veloso	1*
João Baptista Zolini Carneiro	1*
João Pedro Amado Andrade	1*
Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa	1*
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	1*
Carlos Roberto Teixeira Junger	1*
Luiz Fernando Rolla	1*
Carmen Lúcia Claussen Kanter	1*

*Ação detida a título fiduciário.

Plano de Opção de Compra de Ações

Os membros da administração da Companhia são beneficiados pelo Plano de Opção de Compra de Ações da Light S.A. Em assembleia geral extraordinária da Light S.A. realizada em 3 de março de 2008 foram aprovados o Plano de Incentivo de Longo Prazo, na modalidade de Opção de Compra de Ações, e o Plano de Incentivo de Longo Prazo, na modalidade de Opções Fantasma, conforme proposta de deliberação previamente aprovada pelo conselho de administração da Light S.A., em reunião realizada no dia 13 de fevereiro de 2008, que têm como objetivos (i) a atração e retenção dos executivos; (ii) o alinhamento dos interesses dos executivos aos objetivos e interesses de acionistas; (iii) o compartilhamento, com os executivos da Light S.A., do sucesso e criação de valor; e (iv) a criação de uma visão de longo prazo e sustentabilidade.

Poderão fazer jus ao Plano de Incentivo de Longo Prazo na modalidade de Opção de Compra de Ações os atuais diretores da Light S.A. (também diretores da Companhia), incluindo o diretor jurídico não estatutário e o presidente do Instituto Light, desde que não sejam indicados pelo conselho de administração da Light S.A. para participarem do Plano de Incentivo de Longo Prazo na modalidade de Opções Fantasma.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo na modalidade de Opção de Compra de Ações está limitado à concessão de opções de compra de 6.917.733 ações, que representavam, na data da aprovação do plano e na data deste Prospecto, um total de 3,4% do total de ações da Light S.A. O preço de exercício será de R\$21,49 por opção de compra de uma ação ordinária, deduzido de eventuais valores pagos por ação aos acionistas a título de dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital, entre a data de aprovação do plano e o exercício da opção. As opções poderão ser exercidas, em uma única oportunidade, a partir de 10 de agosto de 2010 até no máximo 10 de agosto de 2011, salvo no caso de venda secundária de ações de emissão da Companhia pelos seus atuais controladores, hipótese na qual os beneficiários poderão exercer suas opções de compra antes de 10 de agosto de 2010. Caso o contrato de trabalho ou mandato dos beneficiários venha a cessar por iniciativa do Conselho de Administração da Companhia antes do respectivo prazo de carência ou os atuais acionistas da RME deixem de deter, direta ou indiretamente, pelo menos 50% do bloco de controle da Companhia, haverá antecipação do prazo de carência para o exercício das opções de compra.

Em caso de (i) cancelamento de registro da companhia aberta; (ii) saída da Companhia do Novo Mercado; ou (iii) operação de reorganização societária na qual a Companhia resultante dessa reorganização não seja admitida para negociação no Novo Mercado, as opções de compra serão liberadas para serem exercidas no todo ou em parte pelos respectivos beneficiários.

O Plano de Incentivo de Longo Prazo na modalidade de Opções Fantasma (*Phantom Stock*) atribui aos seus executivos o direito a um bônus pecuniário de performance de longo prazo (BLP), com base na variação de uma Unidade de Valor da Light (UVL), a qual é medida anualmente durante o prazo de vigência do Plano de acordo com o valor de mercado da Light S.A., seu valor econômico e o valor dos dividendos que distribuir. Essa modalidade não atribui ao seu titular o direito de subscrever ou comprar ações ou adquirir a condição de acionista da Light S.A., nem qualquer direito ou privilégio inerente a tal condição, não gerando, portanto, qualquer diluição do capital social da Light S.A.

Estão habilitados a participar do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia na modalidade de Opções Fantasma os executivos que ocupam os cargos de diretoria da Companhia, inclusive o diretor jurídico não estatutário e o presidente do Instituto Light, bem como os superintendentes da Companhia e de suas controladas que apresentem desempenho superior diretamente relacionado à geração de resultados sustentáveis e criação de valor a longo prazo. O Conselho de Administração da Companhia decidirá sobre a participação de outros executivos no Plano.

As opções concedidas nesta modalidade poderão ser exercidas entre 31 de dezembro de 2010 e 31 de dezembro de 2013, desde que atingida pelo participante uma meta mínima de performance, variável conforme a UVL do ano de exercício.

Nos casos de demissão sem justa causa do beneficiário antes do respectivo prazo de carência haverá o exercício antecipado das Opções Fantasma. Caso tal demissão ocorra após o respectivo prazo de carência, as Opções Fantasma pendentes serão automática e antecipadamente exercidas.

A quantidade de opções a serem outorgadas em 2008, 2009 e 2010, na modalidade Opções Fantasma, não excederá o valor bruto de R\$18,2 milhões.

Até a data do presente Prospecto haviam sido outorgadas 4.150.640 Opções de Compra de Ações e 2.767.093 Opções de Compra de Ações, respectivamente aos diretores José Luiz Alquéres e Ronnie Vaz Moreira, sendo que a cada opção corresponde uma ação de emissão da Companhia.

O programa aprovado para o exercício de 2008 contempla 1.540.146 “Opções Fantasmas”, correspondentes a, aproximadamente, R\$16,0 milhões. O participante não poderá exercer nenhuma Opção até 31 de dezembro de 2010, e a partir dessa data poderá exercer até 50% de suas Opções no primeiro ano seguinte (2011), mais 25% de suas Opções no segundo ano seguinte (2012) e no terceiro ano seguinte (2013) o participante poderá exercer a totalidade das Opções restantes.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Informações sobre Títulos e Valores Mobiliários

Além das ações em que se divide o capital social da Companhia, esta somente emitiu até a data deste Prospecto, os valores mobiliários descritos abaixo. Ademais, na data deste Prospecto, não existem valores mobiliários da Companhia negociados em bolsa de valores.

1ª Emissão de debêntures

A escritura da 1ª Emissão de debêntures da Companhia foi celebrada em 16 de fevereiro de 1998. Foram emitidas 13 mil debêntures simples, não conversíveis em ações da Light SESA, com valor unitário de R\$10 mil, em 2 séries, sendo a primeira série no valor total de R\$105 milhões e a segunda série no valor total de R\$ 25 milhões. Em 6 de janeiro de 1999, a escritura de emissão das debêntures da 1ª Emissão foi aditada para cancelar a segunda série, ficando a emissão limitada ao valor de R\$105 milhões. As debêntures da 1ª Emissão da Companhia têm vencimento previsto para 1 de janeiro de 2010 e são remuneradas a juros de 4% a.a., a título de *spread*, acrescido da TJLP divulgada pelo BNDES, computados na base de 360 dias, calculados sobre o valor nominal atualizado das debêntures da 1ª Emissão. Em 31 de março de 2009, o saldo a ser ainda desembolsado pela Light SESA para liquidação da dívida objeto das debêntures da 1ª Emissão era de R\$15,6 milhões. O agente fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Light SESA previstas na escritura de emissão das debêntures da 1ª Emissão, caso se verifique: (a) mudança do controle, direto ou indireto, da Light SESA sem a prévia anuência do BNDES; ou qualquer dos seguintes eventos, dentre outros, não sanados em 30 dias contados a partir do aviso escrito enviado pelo agente fiduciário: (i) vencimento antecipado de qualquer dívida em razão de inadimplência contratual, cujo montante possa vir a prejudicar o cumprimento das obrigações pecuniárias previstas na escritura de emissão; e (ii) falta de cumprimento de qualquer obrigação prevista no “Contrato de Garantia de Subscrição e Integralização de Debêntures não Conversíveis em Ações e Outras Avenças”, firmado com o BNDES.

A Light SESA poderá, a qualquer tempo, efetuar o resgate das debêntures da 1ª Emissão em circulação. Dentre as obrigações da Light SESA constantes da respectiva escritura de emissão, destacam-se as seguintes: (i) vincular em favor dos titulares de debêntures da 1ª Emissão parcela da receita proveniente da prestação de serviços de energia elétrica ou de outros recursos que, com idêntica finalidade que vierem a substituí-la, destinada à Light SESA, equivalente a 1,4 vezes o valor correspondente ao valor das prestações de amortização do principal e encargos acessórios vencíveis em cada período; (ii) celebrar Contrato Bancário objetivando operacionalizar a vinculação da receita, com a instituição financeira depositária dos recursos mencionados, cujo contrato não poderá ser alterado sem aprovação dos debenturistas reunidos em assembleia geral; (iii) não criar ou permitir qualquer gravame em percentual superior a 30% sobre todas e quaisquer receitas e ativos da Light SESA sem prévia autorização dos debenturistas reunidos em assembleia geral, salvo as porventura já existentes; e (iv) não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 dias em mora relativamente ao pagamento de juros e/ou principal das debêntures.

Em 31 de março de 2009, o valor unitário da debênture da 1ª Emissão era equivalente a R\$1.497,02728819444.

2ª emissão de debêntures

As debêntures da 2ª emissão foram renegociadas no âmbito do processo de renegociação do perfil da dívida da Companhia (concluído em julho de 2005), sendo que não resta nenhuma debênture da 2ª emissão da Companhia em circulação.

3ª emissão de debêntures

As debêntures da 3ª emissão venceram em outubro de 2002, tendo sido integralmente pagas (e resgatadas) pela Companhia.

4ª Emissão de debêntures da Light SESA e bônus de subscrição da Light S.A.

O valor total da 4ª Emissão de debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia foi de R\$767,3 milhões. Acionistas minoritários também subscreveram debêntures objeto de referida emissão e posteriormente as converteram em ações de emissão da Light SESA.

Em 16 de maio de 2007, o BNDESPAR exerceu o direito conferido por 654.541 bônus de subscrição de emissão da Light S.A. os quais encontravam-se vinculados às debêntures emitidas pela Light SESA. Em contrapartida, o BNDESPAR recebeu 61.700.307.365 ações de emissão da Light S.A. que representavam 31,4% do capital social da Light S.A. Posteriormente, em 19 de outubro de 2007, o BNDESPAR exerceu o direito conferido por 72.727 bônus de subscrição. Em contrapartida, o BNDESPAR recebeu 6.855.610.655 ações de emissão da Light S.A. que representavam 2,3% do capital social da Light S.A. Tais debêntures são remuneradas a juros de 4% a.a., a título de *spread*, acrescido da TJLP divulgada pelo BNDES, computados na base de 360 dias, calculados sobre o valor nominal atualizado das debêntures, observada sistemática constante da respectiva escritura.

O 2º Aditamento à 4ª Emissão foi celebrado em 22 de outubro de 2007.

Em 31 de março de 2009, o saldo a ser ainda desembolsado pela Light SESA para liquidação da dívida objeto das debêntures da 4ª Emissão era de R\$0,119 milhões. As debêntures foram emitidas em 30 de junho de 2005 e o prazo de vencimento expira-se no dia 30 de junho de 2015. O prazo de carência para qualquer pagamento a título de principal ou juros é de 6 meses a partir da data de emissão das debêntures. As debêntures serão amortizadas em 72 parcelas mensais e sucessivas, vencendo a primeira no dia 30 de julho de 2009. As debêntures contam com garantia real (penhor de recebíveis) e flutuante (conta vinculada e uma conta reserva).

Em decorrência da implementação do Projeto de Desverticalização e a consequente criação da Light S.A., que passou a controlar integralmente a Companhia, as ações de emissão da Light SESA ficaram desprovidas de liquidez e deixaram de ser admitidas à negociação no Novo Mercado.

Como forma de garantir que os titulares das debêntures da 4ª emissão pudessem exercer o respectivo direito à conversão em ações da Companhia, foi criada a possibilidade de os mesmos se tornarem acionistas da Light S.A., conforme deliberação tomada no dia 12 de janeiro de 2006 pela assembleia geral extraordinária da Light S.A. Assim, foi deliberada a emissão particular de bônus que foram atribuídos gratuitamente aos titulares das debêntures da 4ª Emissão, na proporção de 1 bônus para cada debênture, os quais são indissociavelmente acoplados às debêntures e que conferem o direito à subscrição de ações ordinárias de emissão da Light S.A.

Dessa forma, o titular de debêntures da 4ª emissão, passou a ter a opção de exercer o direito conferido pelo bônus de subscrição, que lhe garante idêntica quantidade de ações da Light S.A. a que teria direito na Light SESA, caso a debênture fosse convertida nos termos originalmente contratados.

Para exercer o direito conferido pelo bônus de subscrição de ações da Light S.A., o debenturista oferece à Light S.A., em pagamento da subscrição, as debêntures da Light SESA, que são imediatamente convertidas em ações de emissão Light SESA para a Light S.A.

Cumprе ressaltar que os acionistas minoritários da Companhia à época subscreveram debêntures da 4ª Emissão, no valor total de R\$ 767,3 milhões, e posteriormente as converteram em ações de emissão da Light SESA. Além disso, o debenturista BNDESPAR exerceu seu direito de conversão em 16 de maio de 2007, convertendo 654.541 debêntures em ações.

Apenas 0,02% das debêntures desta emissão ainda se encontram em circulação, visto que 99,98% do total emitido foi convertido em ações da Light S.A. entre o período de agosto de 2005 e 31 de março de 2009.

Em 31 de março de 2009, o valor unitário da debênture da 4ª Emissão era equivalente a R\$1.094,77.

5ª Emissão

As 100 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, de uma única série, da 5ª Emissão da Companhia, emitidas em 22 de janeiro de 2007, com valor unitário na respectiva data de emissão equivalente a R\$10 mil, totalizando o montante de R\$1 bilhão foram integralmente subscritas pelo Itaú BBA, Bradesco, Unibanco, Citibank e BNP Paribas. As debêntures da 5ª Emissão têm prazo de 7 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 22 de janeiro de 2014.

A amortização do principal será efetuada trimestralmente a partir de 22 de janeiro de 2008. A remuneração das debêntures, a ser paga trimestralmente a partir da respectiva data de emissão, contempla juros remuneratórios incidentes sobre seu valor nominal unitário não amortizado e estabelecido com base na acumulação da Taxa DI, acrescida exponencialmente de *spread* de 1,75% ao ano, com base em um ano de 252 dias úteis. O acréscimo sobre a Taxa DI acima referido foi reduzido para 1,50% em 11 de julho de 2007, em observância ao disposto na respectiva escritura de emissão, pois a agência de classificação de risco Standard and Poor's atribuiu classificação de risco "brA-". O agente fiduciário das debêntures da 5ª Emissão poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações da Light SESA nas hipóteses previstas na escritura da 5ª Emissão.

As debêntures da 5ª Emissão poderão ser objeto de amortização antecipada mediante aviso prévio da Emissora com antecedência mínima de 5 dias úteis, nos termos previstos na escritura de emissão.

Em 31 de março de 2009, o valor unitário da debênture da 5ª Emissão era equivalente a R\$9.745,6207519.

Notas Promissórias da 1ª Emissão

Em 15 de maio de 2009, a Companhia emitiu 100 notas promissórias comerciais, em série única, com valor nominal unitário de R\$1 milhão, perfazendo o montante total de R\$100 milhões, as quais foram objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009. As Notas Promissórias da 1ª Emissão fazem jus a remuneração equivalente à acumulação de 125% da Taxa DI, a ser paga semestralmente. As Notas Promissórias da 1ª Emissão serão amortizadas em parcela única, no vencimento final, previsto para 360 dias contados da data de emissão. As Notas Promissórias da 1ª Emissão contam com aval da Light S.A.

Os recursos captados por meio da oferta restrita da 1ª Emissão de notas promissórias serão utilizados pela Companhia para reforçar o seu capital de giro. As Notas Promissórias da 1ª Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado, as quais, uma vez observadas, poderão ensejar a imediata exigibilidade do pagamento, pela Companhia, do valor nominal unitário acrescido da remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de emissão até a data do seu efetivo pagamento, nos termos da regulamentação aplicável, do contrato de coordenação e distribuição pública e das cédulas.

Nos termos do contrato de coordenação e distribuição pública, a Companhia compulsoriamente resgatará as Notas Promissórias da 1ª Emissão antecipadamente por meio desta Emissão.

Política para Negociação de Valores Mobiliários

Em 31 de março de 2009, a Companhia não possuía política para aquisição de valores mobiliários de sua própria emissão.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL E DIVIDENDOS

Distribuição do capital social

Em 31 de maio de 2009, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, era de R\$2.082.364.785,47, representado por 203.934.060.011 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal.

A distribuição do capital social da Companhia, em 31 de maio de 2009, é apresentada a seguir:

Acionistas	Ações Ordinárias	(%)
Light S.A.	203.934.060.011	100,00
Total	203.934.060.011	100,00

Descrição das últimas alterações do capital social

As últimas alterações do capital social foram devidas à capitalização de créditos da EDFI e do BNDES na Light SESA, bem como às alterações decorrentes do Projeto de Desverticalização e à conversão de debêntures da 4ª Emissão pelos acionistas minoritários.

A capitalização dos créditos da EDFI foi feita através de um aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Light SESA realizada em 14 de outubro de 2005, no valor de R\$990,8 milhões, com a emissão de 88.983.083.153 ações, respeitado o direito de preferência dos acionistas minoritários.

A capitalização dos créditos do BNDES foi feita através de um aumento de capital aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária da Light SESA realizada em 19 de dezembro de 2005, no valor de R\$53,4 milhões, com a emissão de 4.795.197.259 ações, respeitado o direito de preferência dos acionistas minoritários.

O Projeto de Desverticalização completou a redução de capital social da Light SESA em R\$99,2 milhões, sem alteração do número de ações representativas do capital social. Tal redução de capital constituiu a 3ª e última etapa do projeto de reorganização societária da Light SESA destinado em atendimento ao disposto na Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico e foi suportada exclusivamente pela Light S.A., que, em contrapartida, recebeu os seguintes investimentos detidos pela Companhia: (i) Light Energia, no valor de R\$77,4 milhões; (ii) Lightger, no valor de R\$3,3 milhões; (iii) Light Hidro, no valor de R\$50 mil; (iv) Light ESCO, no valor de R\$7,6 milhões; (v) Instituto Light, no valor de R\$3,8 mil; e (vi) Itaocara, no valor de R\$849 mil; e, ainda, disponibilidades no montante de R\$10 milhões, em moeda corrente. A participação da Companhia na HIE, sociedade que não possui expressão contábil, foi transferida à Light S.A. pelo valor simbólico de R\$1,00.

Em 30 de junho de 2005, foram emitidas 767.252 debêntures da 4ª Emissão da Companhia, conversíveis em ações da Light SESA, objeto da deliberação adotada na Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 3 de junho de 2005, pelo valor nominal de R\$1 mil, num montante total de R\$767,3 milhões. A BNDESPAR subscreveu 727.268 debêntures da 4ª Emissão e as 39.984 debêntures restantes foram subscritas pelos acionistas minoritários da Light SESA (que posteriormente migraram para a Light S.A.). Para maiores informações a respeito das debêntures da 4ª emissão, veja a seção “Títulos e Valores Mobiliários”, na página 233 deste Prospecto.

Em 16 de fevereiro de 2007, a Assembleia Geral Extraordinária da Light SESA aprovou uma redução de capital, no valor de R\$3 bilhões, visando absorver os prejuízos acumulados até 30 de setembro de 2006.

No período de agosto de 2005 até 30 de abril de 2009, foram convertidas 767.121 debêntures detidas pelos acionistas minoritários da Light SESA (que posteriormente migraram para a Light S.A.), implicou em aumentos de capital da Companhia num montante de R\$834,7 milhões, com a emissão de 72.263.081.267 ações.

Alterações na participação dos membros do grupo de controle nos últimos 3 exercícios sociais

Transferência de controle da Light S.A.

No dia 10 de agosto de 2006, operou-se a transferência do controle da Light S.A. para a RME. O controle da Light S.A. (por sua vez, detentora de 100% das ações de emissão da Companhia) era exercido pela EDFI, detentora de 85,39% das ações ordinárias que, adicionadas à participação de 4,18% detida por sua controlada Lidil, perfaziam 89,57% do capital votante e total da Light S.A.

Nesse sentido, a RME celebrou com a EDFI, em 28 de março de 2006, contrato de compra e venda de ações ordinárias representativas de 79,57% do capital votante e total da Light S.A., remanescendo a EDFI com uma participação de aproximadamente 10%. A operação envolveu a compra de 100.719.912.441 ações ordinárias de emissão da Light S.A. e a totalidade das cotas representativas do capital social da Lidlil, sociedade que detém 5.584.685.448 ações ordinárias de emissão da Light S.A., resultando na transferência de um total de 106.304.597.889 ações de emissão da Light S.A. A conclusão da operação, com a transferência das ações da EDFI para a RME e de cotas da Lidlil, pela EDFI para a RME, se efetivou em 10 de agosto de 2006.

O preço total de compra das 106.304.597.889 ações ordinárias de emissão da Light S.A. foi de US\$ 319.809.871,91, o que corresponde a um preço de US\$ 3,01 por lote de 1 mil ações. No entendimento da Companhia e de seus consultores legais, o valor pago pela RME pelas cotas da Lidlil é irrelevante. O preço foi integralmente pago pela RME em moeda corrente nacional, concomitantemente à efetiva transferência das ações da Light S.A. e cotas da Lidlil.

Em decorrência da aquisição do controle da Light S.A., a RME promoveu em 10 de maio de 2007 oferta pública de aquisição (OPA) do restante das ações ordinárias de emissão da Light S.A. em circulação, com a finalidade de assegurar aos outros acionistas minoritários da Light S.A. tratamento igualitário àquele dado à EDFI na aquisição do poder de controle acionário. Nenhum acionista aderiu à oferta.

Debêntures conversíveis e bônus de subscrição

Conforme divulgado por meio de anúncio de Fato Relevante datado de 5 de setembro de 2005, a Light SESA, então titular de concessões para a exploração das atividades de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, como forma de atender à determinação do artigo 20, da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, modelou projeto de reorganização societária que, submetido à ANEEL, transformou-se, após a edição da Resolução Autorizativa n.º 307/05, no denominado Projeto de Desverticalização.

O Projeto de Desverticalização consistiu em: (i) transferência de bens, direitos e obrigações da Companhia para Light Energia, e consequente transferência das concessões de transmissão e geração de energia elétrica para a Light Energia; (ii) criação de sociedade holding denominada Light S.A. e subsequente incorporação de 100% das ações representativas do capital social da Companhia (e das demais sociedades integrantes do Grupo Light) pela Light S.A.; e (iii) transferência para a Light S.A. das participações societárias detidas pela Companhia em atividades alheias à distribuição de energia elétrica, por meio de redução do capital social da Companhia, à exceção das participações societárias detidas pela Companhia nas sociedades LIR e LOI (cuja manutenção de participação societária pela Light SESA foi permitida pela ANEEL até o vencimento da dívida da Companhia com essas empresas, que deverá ocorrer em março de 2008 e em abril de 2010, respectivamente).

Nesse contexto, as ações de emissão da Light SESA ficaram desprovidas de liquidez e deixaram de ser admitidas à negociação no Novo Mercado.

Os acionistas da Light SESA não sofreram qualquer prejuízo, na medida em que, em decorrência da incorporação de ações supramencionada, passaram à qualidade de acionistas da Light S.A.

Como forma de garantir que os titulares das debêntures conversíveis em ações de emissão da Companhia, da 4ª emissão, pudessem exercer o respectivo direito à conversão, a Companhia criou a possibilidade de os mesmos se tornarem acionistas da Light S.A. conforme deliberação tomada no dia 12 de janeiro de 2006 pela Assembleia Geral Extraordinária da Light S.A. Assim, foi deliberada a emissão particular de bônus de subscrição que foram atribuídos gratuitamente aos titulares das debêntures da 4ª Emissão, na proporção de 1 bônus de subscrição para cada debênture, os quais são indissociavelmente acoplados às debêntures e que conferem o direito à subscrição de ações ordinárias de emissão da Light S.A. Para maiores informações a respeito, veja a seção “Títulos e Valores Mobiliários”, na página 233 deste Prospecto.

Em decorrência do exercício de bônus de subscrição, entre 10 de agosto de 2006 até 30 de abril de 2009, 742.882 debêntures foram convertidas em ações da Light SESA, o que implicou no aumento do capital social da Companhia em montante de R\$809,5 milhões, correspondente a 70.027.771.730 ações. Como consequência do exercício dos bônus de subscrição atrelados às debêntures da 4ª Emissão, a posição do grupo controlador Light S.A., a RME, passou de 79,57% para 52,2% do capital votante da Light S.A. O número de debêntures da 4ª Emissão em circulação até a data deste prospecto é de 131.

Ações em Tesouraria

A Companhia não possui ações em tesouraria.

Principais Acionistas

A Light SESA é subsidiária integral da Light S.A. Em 31 de março de 2009, a Light S.A. possuía a seguinte composição acionária:

Acionistas	Ações	(%)
RME – Rio Minas Energia Participações S.A.	100.719.891	49,4
Lidil Comercial Ltda.	5.584.685	2,7
EDF International	13.391.345	6,6
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	68.555.917	33,6
Administradores	2.025	0,0
Ações em Tesouraria	0	0,0
Outros	15.680.197	7,7
Total	203.934.060	100,00

A RME é controlada pela CEMIG, AG Concessões, Equatorial Energia e Luce Brasil FIP, todas com participação igualitária no capital social.

Composição Acionária

(i) Acionistas com mais de 5% das Ações da Light SESA, em 31 de maio de 2009:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA		
ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE ¹	%
LIGHT S.A.	203.934.060.011	100,00%
Total	203.934.060.011	100,00%

(ii) Acionistas com mais de 5% das Ações da Light S.A., em 31 de maio de 2009:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA		
ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE ¹	%
GRUPO CONTROLADOR:		
RME Rio Minas Energia Participações S.A. (*)	100.719.891	49,39
Lidil Comercial Ltda. ²	5.584.685	2,74
OUTROS:		
BNDES Participações S.A – BNDESPAR (*) ¹	68.555.917	33,62
EDF Internacional S.A.(**) ¹	13.391.345	6,57
Administradores	2.025	0,00
Minoritários	15.680.197	7,69
Total	203.934.060	100,00

(*) Empresa de Capital Fechado

(**) Empresa Estrangeira

¹ Tais participações poderão ser alteradas após realização de oferta pública de distribuição secundária de ações da Light S.A. Para mais informações, ver seção “Discussão e Análise da Administração sobre as Demonstrações Financeiras e os Resultados Operacionais”, item “Eventos Subsequentes Relevantes”, na página 97, deste Prospecto.

² A RME detém 100% da participação da Lidil.

(iii) Acionistas com mais de 5% das ações da RME, em 31 de maio de 2009:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA		
ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE	%
CEMIG - Companhia Energética de Minas Gerais (*)	177.327.393	25
Andrade Gutierrez Concessões S.A.(*)	177.327.393	25
Equatorial Energia S.A. (*)	177.327.393	25
Luce Brasil Fundo de Invest em Particip.(**)	177.327.393	25
Pactual Energia Participações S.A.(*)	0	-
Total	709.309.572	100,00

(*) Empresa de Capital Aberto
(**) Fundo de Investimento

(iv) Acionistas com mais de 5% das ações da CEMIG, em 31 de maio de 2009:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA					
ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS		AÇÕES PREFERENCIAIS		
	QUANTIDADE ¹	%	QUANTIDADE	%	% Total
Estado de Minas Gerais e outras Entidades do Estado	110.569.812	50,97	5.132.708	1,84	23,31
Southern Electric Brasil Part. Ltda.	71.506.613	32,96	-	-	14,41
Outros	34.846.969	16,07	274.245.411	98,16	62,28
Total	216.923.394	100,00	279.378.119	100,00	100,00

(v) Acionistas com mais de 5% das ações da AG Concessões, em 31 de maio de 2009:

Acionistas	Acoes Ordinarias		Acoes Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Andrade Gutierrez Participações S.A.	42.464.341	76,48%	40.634.482	73,18%	83.098.823	74,83%
IFC - International Finance Corporation	8.246.717	14,85%	8.246.717	14,85%	16.493.434	14,85%
AG Invest Fundo de Investimento em Participações	4.806.293	8,66%	4.806.294	8,66%	9.612.587	8,66%
Eduardo Borges de Andrade	1	0,00%	1.830.072	3,30%	1.830.073	1,65%
Sergio Lins Andrade	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Álvaro Furtado de Andrade	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Ângela Gutierrez	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Espólio de Roberto Gutierrez	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Ricardo Coutinho de Sena	1	0,00%	0	0,00%	1	0,00%
Lúcio Otávio Ferreira	0	0,00%	1	0,00%	1	0,00%
Outros	8.022	0,01%	7.807	0,01%	15.829	0,01%
Total	55.525.379	100,00%	55.525.373	100,00%	111.050.752	100,00%

(vi) Acionistas com mais de 5% das ações da Andrade Gutierrez Participações S.A., em 31 de maio de 2009:

Composição dos acionistas da Andrade Gutierrez Participações S.A. com mais de 5 das ações de cada espécie e classe, até o nível de pessoa física						
Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Andrade Gutierrez S.A. ¹	233.761.338	100,0	467.522.687	100,0	701.284.025	100,0
Outros	5	0,0	0	0,0	5	0,0
Total	233.761.343	100,0	467.522.687	100,0	701.284.030	100,0

¹ Nenhum acionista da Andrade Gutierrez S.A. detém, de forma indireta, mais de 5% do capital social da Light S.A.

(vii) Acionistas com mais de 5% das ações da Andrade Gutierrez S.A., em 31 de maio de 2009:

Acionistas	Acoes Ordinarias		Acoes Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
Administradora Santana Ltda.	238.663.825	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora São Miguel Ltda.	238.663.825	33,33%	477.336.173	33,33%	715.999.999	33,33%
Administradora Santo Estevão S/A.	238.663.825	33,33%	477.336.173	33,33%	716.000.000	33,33%
Outros	13	0,00%	0	0,00%	9	0,00%
Total	715.991.488	100,00%	1.432.008.519	100,00%	2.148.000.007	100,00%

(vii) Cotistas com mais de 5% das ações da Administradora Santana Ltda., em 31 de maio de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Angela Gutierrez	99.998	33,33%
Cristiana Gutierrez	99.998	33,33%
Espólio de Roberto Gutierrez	99.970	33,32%
Outros	34	0,02%
Total	300.000	100,00%

(viii) Cotistas com mais de 5% das ações da Administradora São Miguel Ltda., em 31 de maio de 2009:

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	200	0,00%
Vera Furtado de Andrade	200	0,00%
Travessia Participações Ltda	1.455.200	7,66%
Guvidala Participações Ltda	1.497.200	7,88%
Nadja Participações Ltda	1.404.800	7,40%
Cristália Participações Ltda	1.431.200	7,54%
Água Branca Participações Ltda	1.392.800	7,33%
Verdigris Participações Ltda	1.372.400	7,23%
Marrote Participações Ltda	1.196.000	6,31%
Marília Furtado de Andrade	1.261.200	6,64%
Laura Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Heloisa Furtado de Andrade	1.320.000	6,95%
Flávio Furtado de Andrade	1.203.600	6,34%
Alvaro Furtado de Andrade	1.376.400	7,25%
Luciana Furtado Andrade	1.368.000	7,20%
Paulo Furtado de Andrade	1.390.800	7,32%
Total	18.990.000	100,00%

Composição dos cotistas da Travessia Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Paulo Furtado de Andrade	1.455.200	100,00%
Total	1.455.201	100,00%

Composição dos cotistas da Guvidala Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Álvaro Furtado de Andrade	1.497.200	100,00%
Total	1.497.201	100,00%

Composição dos cotistas da Nadja Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física

Cotistas	Cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Luciana Furtado de Andrade	1.404.800	100,00%
Total	1.404.801	100,00%

Composição dos cotistas da Cristália Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Heloisa Furtado de Andrade	1.431.200	100,00%
Total	1.431.201	100,00%

Composição dos cotistas da Água Branca Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Laura Furtado de Andrade	1.392.780	100,00%
Gabriela Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Mariana da Cunha Pereira	5	0,00%
Rafael Andrade da Cunha Pereira	5	0,00%
Camila da Cunha Ferreira	5	0,00%
Total	1.392.801	100,00%

Composição dos cotistas da Verdigris Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Marília Furtado de Andrade	1.372.400	100,00%
Total	1.372.401	100,00%

Composição dos cotistas da Morrote Participações Ltda. com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física

Cotistas	cotas	%
Gabriel Donato de Andrade	1	0,00%
Flávio Furtado de Andrade	1.196.000	100,00%
Total	1.196.001	100,00%

(ix) Acionistas com mais de 5% das ações da Administradora Santo Estevão S.A., em 31 de maio de 2009:

Composição dos cotistas da Administradora Santo Estevão S/A com mais de 5% de cotas até o nível de pessoa física

Acionistas	ações	%
Sergio Lins Andrade	4.986.587	99,72%
Outros	13.776	0,28%
Total	5.000.363	100,00%

(x) Acionistas com mais de 5% das ações da Equatorial Energia, em 31 de maio de 2009:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA		
ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE ¹	%
PCP LATIN AMERICA POWER S.A.	58.671.559	55,45
Janus Capital Management LLC *	6.362.610	6,01
Minoritários	40.783.707	38,54
Total	105.817.876	100,0

* A Janus Overseas Fund é um investidor institucional com sede no exterior

(xi) Acionistas com mais de 5% das ações do PCP Latin America Power S.A., em 31 de maio de 2009:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA		
ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS	
	QUANTIDADE ¹	%
FIP PCP	390.240.616	100,00
Gilberto Sayão Silva	1	0,00
Total	390.240.617	100,00

(xii) Acionistas com mais de 5% das cotas do Fundo de Investimentos em Participação PCP, em 31 de maio de 2009:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA		
QUOTISTAS	COTAS	
	QUANTIDADE ¹	%
FIMCP PCP Brasil	270	100,00
Total	270	100,00

(xiii) Acionistas com mais de 5% das cotas do Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado PCP Brasil, em 31 de maio de 2009:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA		
QUOTISTAS	COTAS	
	QUANTIDADE ¹	%
André Santos Esteves	280.584.667	22,94
Gilberto Sayão Silva	257.779.181	21,08
Outros*	684.528.933	55,98
Total	1.222.892.781	100,00

* Nenhuma destas pessoas físicas possui, individualmente, mais de 5% do capital da Companhia.

(xiv) Acionistas com mais de 5% das ações do Fundo Luce Brasil FIP, em 31 de maio de 2009:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA		
QUOTISTAS	COTAS	
	QUANTIDADE ¹	%
Luce Investment Fund Energy Series	133.067.080	75,00
Outros	44.355.693	25,00
Total	177.422.773	100,00

(xv) Acionistas com mais de 5% das ações do Luce Investment Fund Energy Series, em 31 de maio de 2009:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA		
QUOTISTAS	COTAS	
	QUANTIDADE ¹	%
LIL, LLC	3.416,14937	88,75
Outros	433,02925	11,25
Total	3.849,17862	100,00

(xvi) Acionistas com mais de 5% das ações do LIL, LLC, em 31 de maio de 2009:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA		
QUOTISTAS	COTAS	
	QUANTIDADE ¹	%
Liberal International Ltd	100	100,00
Outros	0,00	0,00
Total	100	100,00

(xvii) Acionistas com mais de 5% das ações do Liberal International Ltd, em 31 de maio de 2009:

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA		
QUOTISTAS	COTAS	
	QUANTIDADE ¹	%
Aldo Floris	3.400.000	100,00
Outros	0,00	0,00
Total	3.400.000	100,00

Posição dos Controladores e Administradores da Light SESA:

31 de março de 2009

ACIONISTAS	Quantidade de Ações Ordinárias (Em unidades)	%
Controladores	203.933.777.993	100
Conselho de Administração	18	0
Total	203.933.778.011	100

Posição dos Controladores, Administradores, Membros do Conselho Fiscal e ações em circulação da Light S.A.:

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO POSIÇÃO EM: 31 de maio de 2009

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS em unidade (2)	
	QUANTIDADE ¹	%
Controladores	106.304.597	52,1
Administradores		
Conselho de Administração	25	0,0
Diretoria	2.000	0,0
Conselho Fiscal (1)	0	-
Ações em Tesouraria	-	-
Ações em Circulação:		
BNDES Participações	68.555.918	33,6
EDF Internacional S.A.	13.391.345	6,6
Outros(minoritários)	15.680.175	7,7
Total	203.934.060	100,0
Ações em Circulação	97.627.438	47,9

(1) O Conselho Fiscal da Light S.A. é de funcionamento permanente.

(2) A Light S.A possui apenas ações ordinárias por estar no Novo Mercado da Bovespa.

Assembleias Gerais

As Assembleias Gerais de Acionistas da Companhia realizam-se: (a) ordinariamente, nos 4 primeiros meses seguintes ao encerramento de cada exercício social; e (b) extraordinariamente, sempre que o Conselho de Administração achar conveniente ou nos casos previstos em lei. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Acordo de Acionistas

Em 23 de março de 2006, CEMIG, AG Concessões, Pactual Latin America Power Fund Ltda. e JLA celebraram Acordo de Acionistas da RME para regular suas relações, como acionistas da RME e, em consequência, como controladores indiretos da Companhia, especialmente no que se refere: (i) ao exercício do direito de voto na RME, exercício este que, por sua vez, compreende o exercício do poder de controle indireto da Companhia; (ii) à negociação pelas partes de ações, direitos de subscrição ou valores mobiliários conversíveis em ações de emissão da RME e/ou da Light S.A.; e (iii) à eleição de administradores da RME e/ou da Light S.A.

O Pactual Latin America Power Fund Ltda. foi substituído por Pactual Energia Participações S.A. após transferência das ações que detinha na RME e respectiva adesão ao Acordo de Acionistas da RME. A Pactual Energia Participações S.A. foi sucedida no Acordo de Acionistas da RME pela PCP Energia Participações, a qual por sua vez incorporada, em 12 de fevereiro de 2008, pela Equatorial Energia. JLA foi posteriormente sucedida pelo Luce Brasil FIP. Todos os acionistas sucessores assinaram termo de adesão ao Acordo de Acionistas da RME, assumindo todas as obrigações e direitos dos acionistas anteriores.

O Acordo de Acionistas da RME trata, entre outras, da hipótese de conflito de interesses estabelecendo que sempre que surjam situações de conflito de interesses entre as partes e a RME ou a Light S.A., tal parte deverá comunicar às demais a existência e a natureza do conflito. Segundo o Acordo de Acionistas da RME, entende-se por conflito de interesses toda situação que implique em vantagem para uma das partes ou qualquer parte a elas relacionadas em detrimento da Light S.A. ou da RME, considerando a participação acionária de qualquer uma das partes em qualquer sociedade que tenha objeto social igual ou semelhante ao da Light S.A. e de suas controladas.

Os negócios realizados entre alguma das partes do Acordo de Acionistas da RME ou qualquer parte a elas relacionada e a RME ou a Light S.A., e qualquer de duas controladas, devem ser conduzidos e realizados em condições de mercado. A decisão sobre a realização de tais negócios cabe ao conselho de administração da RME ou da Light S.A., conforme o caso, devendo os conselheiros indicados pela parte que pretende realizar referido negócio abster-se de votar e de participar da reunião. Neste caso, a decisão será tomada pela maioria dos demais membros.

O Acordo de Acionistas da RME encontra-se devidamente arquivado na sede da Companhia e na CVM. O prazo de vigência do Acordo de Acionistas da RME é de 30 anos.

Dividendos

Até 28 de setembro de 2007, nem a Companhia nem a Light S.A. adotavam política de distribuição de dividendos. Nesta data, o conselho de administração da Light S.A. aprovou a política de dividendos da Light S.A., na qual é estabelecido o objetivo de se pagar um dividendo mínimo de 50% do lucro líquido ajustado, em períodos semestrais ou anuais. Tal política de dividendos foi homologada pela Assembleia Geral Extraordinária, em 3 de março de 2008.

A política de dividendos da Light S.A., contudo, não a impede de, em determinadas circunstâncias, declarar dividendos inferiores a 50% do lucro líquido ajustado. Assim, a critério do conselho de administração da Light S.A., a distribuição de dividendos superiores ao mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado estará sujeita à verificação de compatibilidade com os seguintes fatores: condições financeiras da Light S.A., condições macroeconômicas, revisões e reajustes tarifários, mudanças regulatórias, estratégia de crescimento ou planos de investimento, e demais fatores considerados relevantes.

A Light S.A. poderá, a critério de seu conselho de administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou em períodos menores, observadas as prescrições legais. Adicionalmente, o conselho de administração da Light S.A. poderá, conforme inciso VIII, do artigo 11, de seu Estatuto Social, e ouvido o conselho fiscal, declarar, no curso do exercício social e até a assembleia geral, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta de lucros apurados em balanço semestral, trimestral ou em período menor de tempo ou de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço, bem como deliberar sobre a aprovação e o pagamento de juros sobre o capital próprio.

No dia 13 de fevereiro de 2008, o conselho de administração da Light S.A. aprovou, por unanimidade, a convocação de assembleia geral extraordinária da Light S.A. para a apreciação da política de dividendos da Light S.A. aprovada pelo conselho em 28 de setembro de 2007. A referida assembleia geral extraordinária realizou-se em 3 de março de 2008, no entanto, a política de dividendo não pôde ser apreciada em razão da não realização de *quorum* suficiente para aprovar tal matéria.

Em reunião realizada em 28 de setembro de 2007, o Conselho de Administração da Light SESA declarou o pagamento de dividendos no valor de R\$450 milhões, com base em balanço patrimonial de 30 de junho de 2007, a serem divididos pela quantidade de ações subscritas até 26 de outubro de 2007, à conta de lucros líquidos acumulados, de acordo com o parágrafo 2º, do artigo 204, da Lei das Sociedades por Ações.

Na mesma data, o conselho de administração da Light S.A. deliberou o pagamento de R\$518 milhões, com base em balanço patrimonial de 30 de junho de 2007, a serem divididos pela quantidade de ações subscritas até 26 de outubro de 2007, à conta de lucros líquidos acumulados, de acordo com o parágrafo 2º, do artigo 204, da Lei das Sociedades por Ações. Tal valor correspondeu a 71% do lucro líquido apurado no período.

O valor total de dividendos pagos pela Light SESA à Light S.A. como única acionista, referente ao exercício de 2007, foi de R\$640,4 milhões, aprovados na assembleia geral ordinária de 17 de março de 2008.

Em 17 de março de 2008, a assembleia geral ordinária da Light S.A. aprovou a destinação do resultado do exercício de 2007, com o pagamento de dividendos no valor de R\$684,3 milhões (R\$3,36 por ação), dos quais R\$480,9 milhões foram pagos em 21 de novembro de 2007 a título de dividendos intermediários por deliberação do Conselho de Administração, e R\$203,5 milhões foram pagos em 31 de março de 2008. O valor ficou acima do mínimo de 50% estabelecido pela política de distribuição de dividendos da Companhia.

Em 18 de junho de 2008, a Assembleia Geral Extraordinária da Light S.A. rratificou a destinação do resultado do exercício social de 2007 para constar a aprovação do pagamento de R\$518 milhões distribuídos pelo Conselho de Administração em reunião de 28 de setembro de 2007, que foram pagos em 21 de novembro de 2007, que somados aos dividendos aprovados na Assembleia Geral Ordinária de 17 de março de 2008, totalizam dividendos R\$721,5 milhões, correspondente a um *dividend yield* de 12,4%.

Em Reunião do Conselho de Administração da Light SESA, realizada em 7 de novembro de 2008, foram declarados dividendos no mesmo montante, de R\$350,8 milhões. Na mesma data, em Reunião de Conselho de Administração da Light S.A., foram declarados dividendos de R\$350,8 milhões à conta de Reserva de Lucros existente no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2007, a serem divididos pela quantidade de ações subscritas até 7 de novembro de 2008.

Em assembleia geral ordinária da Light SESA, realizada em 18 de março de 2009, foi aprovado o pagamento de dividendos no valor total de R\$481,6 milhões, sendo a primeira parcela de R\$398,8 milhões paga em 1º de abril de 2009 e a segunda parcela de R\$82,7 milhões a ser paga em 26 de novembro de 2009. Nessa mesma data, a Assembleia Geral Ordinária da Light S.A. aprovou o pagamento de dividendos, relativos ao resultado do exercício de 2008, no valor total de R\$499,6 milhões. O pagamento foi dividido em duas parcelas, sendo que a primeira de R\$407,9 milhões, ou R\$ 2,00/ação, teve início de pagamento em 2 de abril de 2009, e a segunda parcela, no montante de R\$91,8 milhões, ou R\$0,45/ação, está agendada para 27 de novembro de 2009.

Política de Divulgação de Informações

A Companhia possui, conforme disposto na Instrução CVM n.º 358/02, uma “Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes”, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca de informações relevantes que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

Informação relevante consiste em qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de assembleia geral ou dos órgãos de administração da Companhia, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia, que possa influir de modo ponderável: (i) na cotação dos valores mobiliários de emissão da Companhia; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter os valores mobiliários de emissão da Companhia; ou (iii) na determinação de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários de emissão da Companhia.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores da Companhia divulgar e comunicar à CVM e às bolsas de valores em que as ações da Companhia sejam admitidas à negociação qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante às bolsas de valores e ao público em geral.

A Instrução CVM n.º 358/02 prevê uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante. Referida informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia.

Todas as Pessoas Vinculadas (acionistas controladores, diretores, membros do Conselho de Administração, do conselho fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, gerentes e empregados que tenham acesso frequente a informações relevantes) assinaram termo de adesão à “Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes” e guardam sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de serem obrigados indenizar a Companhia e as demais Pessoas Vinculadas pelos prejuízos em que venham a incorrer, além das demais penalidades cabíveis de acordo com a legislação.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Para fins desta seção do Prospecto, são consideradas operações com partes relacionadas os negócios realizados entre a Light SESA, seus controladores, diretos ou indiretos, bem como sociedades ligadas, coligadas, sujeitas a controle comum ou que, simplesmente, integrem o Grupo Light.

Processo de tomada de decisão da Companhia no tocante à realização de operações com partes relacionadas

As operações com partes relacionadas celebradas pela Companhia são todas celebradas no melhor interesse da Companhia, em bases equitativas e condições usuais de mercado. A realização de negócios com partes relacionadas obedece ao mesmo critério e processo de tomada de decisão aplicáveis aos demais negócios celebrados pela Companhia, passando por discussões e aprovações pelo comitê de finanças do Conselho de Administração e pelo próprio Conselho de Administração, além da Diretoria da Companhia, inclusive com observância, sempre que aplicável, do disposto no artigo 115 da Lei das Sociedades por Ações.

Dentre as operações com partes relacionadas abaixo indicadas, cabe destacar a circunstância de que o Instrumento de Assunção de Dívida, celebrado pela Companhia e a Light Energia decorreu da necessidade de segregação das atividades de distribuição das de geração e transmissão de energia elétrica, por força da Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico. Assim, tendo em vista a necessidade de transferir ativos da Light SESA para a Light Energia, fez-se necessário que a Light Energia igualmente assumisse parcela das dívidas da Light SESA com terceiros, na mesma proporção dos ativos transferidos, tudo conforme aprovação específica da ANEEL.

Operações da Companhia com partes relacionadas e impacto nas demonstrações financeiras da Companhia

A tabela a seguir descreve os contratos em vigor celebrados entre a Light SESA e partes relacionadas:

Relações da Light SESA com integrantes do grupo	Valor Original (R\$ Mil)	Data		Saldo Remanescente em 31.03.2009 (R\$ Mil)	Impacto	Condições Contratuais 31/3/2009
		Início	Vencimento			
CCEAR celebrado com a CEMIG	614.049,0	Jan/2006	Dez/2015	588.871,0	As operações de compra de energia impactam as despesas operacionais com compras de energia elétrica da Companhia.	Preço praticado no mercado
CCEAR nº 336/2004, celebrado com a Light Energia	85.797,95	Dez/2004	Dez/2012	45.812,91	As operações de compra de energia impactam as despesas operacionais com compras de energia elétrica da Companhia.	Preço praticado no mercado
CCEAR nº 406/2004, celebrado com a CEMIG	423.367,09	Dez/2004	Dez/2013	286.793,25	As operações de compra de energia impactam as despesas operacionais com compras de energia elétrica da Companhia.	Preço praticado no mercado
CCEAR nº 721/2004, celebrado com a Light Energia	52.153,04	Dez/2004	Dez/2013	35.332,23	As operações de compra de energia impactam as despesas operacionais com compras de energia elétrica da Companhia.	Preço praticado no mercado
CCEAR nº 1074/2005, celebrado com a CEMIG	31.406,92	Abr/2005	Dez/2015	30.777,71	As operações de compra de energia impactam as despesas operacionais com compras de energia elétrica da Companhia.	Preço praticado no mercado
CCEAR nº 3287/2006, celebrado com a CEMIG	225.085,07	Jan/2007	Dez/2038	250.083,32	As operações de compra de energia impactam as despesas operacionais com compras de energia elétrica da Companhia.	Preço praticado no mercado

CCEAR – Contrato de Ajuste nº 01076/2009, celebrado com a CEMIG	9.389,92	Fev/2009	Junho/2009	6.771,65	As operações de compra de energia impactam as despesas operacionais com compras de energia elétrica da Companhia	Preço praticado no mercado
CCEAR – Contrato de Ajuste nº 01087/2009, celebrado com a CEMIG	16.591,03	Fev/2009	Dez/2009	14.670,23	As operações de compra de energia impactam as despesas operacionais com compras de energia elétrica da Companhia	Preço praticado no mercado
CUSD no. 03/2003 celebrado com a CEMIG	Variável, a ser calculado conforme fórmula prevista no contrato.	Nov/2003	Indeterminado	171,0	Tal operação impacta a receita bruta da Companhia.	Preço praticado no mercado
CUSD celebrado com a CEMIG (rede básica)	-	Dez/2002	Indeterminado	1.530,0	Estes encargos impactam as despesas operacionais com compras de energia elétrica da Companhia.	Preço praticado no mercado
CCEAR celebrado com a Light Energia	137.951,0	Jan/2006	Dez/2015	84.922,0	As operações de compra de energia impactam as despesas operacionais com compras de energia elétrica da Companhia.	Preço praticado no mercado
CUSD celebrado com a Light Energia	-	Nov/2003	Indeterminado	2.945,0	Tal operação impacta a receita bruta da Companhia.	Preço praticado no mercado
CUSD celebrado com a Light Energia (rede básica)	-	Dez/2002	Indeterminado	219,0	Estes encargos impactam as despesas operacionais com compras de energia elétrica da Companhia.	Preço praticado no mercado
CUSD nº 05/2005, celebrado com a Light Energia	-Variável, a ser calculado conforme fórmula prevista no contrato.	Dez/2005	Indeterminado	-	Estes encargos impactam as despesas operacionais com compras de energia elétrica da Companhia.	Preço praticado no mercado
CCD nº 05/2005, celebrado com a Light Energia	-	Dez/2005	Indeterminado	239,0	Estes encargos impactam as despesas operacionais com compras de energia elétrica da Companhia.	Preço praticado no mercado
Aluguel de parte do edifício pertencente à Light SESA à Light Energia. O contrato é resultante da Desverticalização (Lei nº 10.848 de 13.03.2004) e prevê reajuste anual de acordo com o IGPM.	26.965,0	Out/2005	Set/2010	27,0	A receita advinda desses aluguéis impacta positivamente a “Receita Bruta de Serviços” na demonstração de resultado do exercício.	IGP-M

Contrato de Assunção de dívida celebrado entre Light SESA e Light Energia de acordo com o projeto Desverticalização (Lei nº 10.848 de 13.03.2004). A taxa de juros equivale à média daquelas cobradas em dívidas com terceiros.	524.736,0	Dez/2005	Jan/2015	434.270,0	O impacto desta operação vislumbra-se no saldo de “Créditos” do ativo circulante e ativo realizável de longo prazo no balanço patrimonial da Light SESA e as receitas financeiras a ela associadas refletem-se na rubrica de “Receitas Financeiras” na demonstração de resultado do exercício.	Mix de taxas (6% a.a., Libor +13/16, U\$Treasury, 8% a.a., Libor + 7/8, Cesta BNDES+4% a.a., e Libor + 0,65% a.a.)
Compromisso de aluguel de imóvel celebrado entre Light SESA e Light Esco.	-	Out/2007	Indeterminado	3,0	A receita advinda desses aluguéis impacta positivamente a “Receita Bruta de Serviços” na demonstração de resultado do exercício.	IGP-M
Contrato de empréstimo (FINEM) celebrado com o BNDES.	549.331,0	Nov/2007	Set/2014	441.343,0	O impacto destas operações vislumbra-se no saldo de “Empréstimos, Financiamentos e Debêntures” do passivo circulante e passivo exigível de longo prazo no balanço patrimonial da Light SESA e as despesas financeiras a elas associadas refletem-se nas “Despesas Financeiras” na Demonstração de Resultado do Exercício.	TJLP + 4,3% a.a
Contrato de Linha de Crédito celebrado com o BNDES.	14.147,0	Mar/1999	Abr/2010	1.932,0	Tal operação impacta o caixa, o passivo e o resultado da despesa financeira da Companhia.	TJLP + 2,5% a.a
Subscrição de Debêntures não conversíveis da 1ª emissão pelo BNDES.	105.000,0	Jan/1998	Jan/2010	15.643,0	Tal operação impacta o passivo da companhia, o resultado da despesa financeira e o caixa da Companhia.	TJLP + 4% a.a.
Subscrição de Debêntures da 4ª emissão pelo BNDES.	767.252,0	Jun/2005	Jun/2012	-	Tal operação impacta o passivo da companhia, o resultado da despesa financeira e o caixa da Companhia.	TJLP + 4% a.a.
Plano Previdenciário da Fundação de Seguridade Social BRASLIGHT ² .	525.434,0	Jun/2001	Jun/2026	1.005.399,0	Tal operação impacta o passivo da companhia, o resultado da despesa financeira e o caixa da Companhia. ¹	IGP-DI + 6% a.a

¹ Com a desverticalização, a Light Energia passou a assumir perante a Braslight parte do passivo atuarial referente aos funcionários que migraram para seu quadro.

² Contrato de equacionamento do déficit atuarial da Braslight.

Além dos contratos indicados na tabela acima, em 31 de março de 2009, encontravam-se em vigor o contrato de empréstimo externo entre a Companhia e sua subsidiária LIR e o Contrato de Abertura de Crédito para Financiamento Mediante Repasse contratado com o BNDES, conforme descrito na seção “Atividades”, item “Contratos Financeiros Relevantes”, na página 193 deste Prospecto.

Operações futuras com partes relacionadas

Não há previsão de operações futuras com partes relacionadas.

PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Essa seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pela Companhia, e deve ser analisada conjuntamente com as seções “Descrição do Capital Social e Dividendos” e “Administração”, nas páginas 236 e 222 deste Prospecto.

O Grupo Light vem trabalhando pela melhoria contínua de suas práticas de governança corporativa, adotando princípios de transparência nas informações prestadas, equidade de direitos para todos os acionistas, independentemente de sua condição de controlador ou minoritário, e prestação de contas dos atos da administração e dos administradores. A Companhia entende que tais práticas são essenciais para a gestão estratégica e eficiente de seu negócio, e, portanto, base para criação de valor.

Novo Mercado

As ações da Light S.A. são negociadas na BM&FBOVESPA desde 28 de julho de 2005 (a partir de 16 de fevereiro de 2006 sob o código “LIGT3”), no segmento especial de listagem do Novo Mercado, conforme o Contrato de Participação no Novo Mercado, celebrado em 16 de fevereiro de 2006.

Para ser listada no Novo Mercado, a Light S.A. adaptou o seu Estatuto Social às regras desse segmento de mercado e seus controladores e administradores comprometeram-se contratualmente a adotar um conjunto de práticas de governança corporativa e de concessão de direitos adicionais aos acionistas minoritários.

Dentre as obrigações assumidas estão: (i) o compromisso de assegurar que suas ações, representando 25% do capital social da Light S.A., estejam em circulação no mercado num prazo de 3 anos; (ii) fornecer informações periódicas nos padrões exigidos pela regulamentação aplicável ao Novo Mercado, que inclui a utilização de padrão contábil internacional; (iii) garantia de compra das ações detidas por acionistas minoritários, em caso de venda de controle, nas mesmas condições negociadas pelo controlador; (iv) ressarcimento aos acionistas de quem tenham adquirido ações até 6 meses antes no caso de aquisição de controle; e (v) adesão à Câmara de Arbitragem do Mercado.

As empresas do Grupo Light devem obedecer ao Código de Ética, instituído com base nos valores empresariais e na cultura corporativa e que refletem a integridade dos procedimentos a serem adotados por cada uma das empresas do Grupo Light em suas relações e com o meio em que atuam, nos diversos níveis.

Manual de Governança Corporativa

Em reunião de Conselho de Administração da Companhia realizada em 6 de novembro de 2006, foi aprovado o “Manual de Governança Corporativa da Light S.A.”, que foi revisado em 22 de junho de 2007, com a finalidade de homologar as boas práticas de governança corporativa da Light S.A., procurando desta forma agregar valor à Light S.A. e aos seus acionistas, facilitando seu acesso ao capital de terceiros e contribuindo para sua perenidade. O documento versa sobre objetivos e princípios da governança corporativa e a forma de funcionamento e atribuição das diversas instâncias de gestão da Light S.A. – conselho de administração, comitês do conselho, diretoria executiva. O “Manual de Governança Corporativa da Light S.A.” aplica-se à Companhia.

IBGC

De acordo com o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas e/ou quotistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. O Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa publicado pelo IBGC objetiva indicar práticas que permitam (i) aumentar o valor da sociedade; (ii) melhorar seu desempenho; (iii) facilitar seu acesso ao capital a custos mais baixos; e (iv) contribuir para sua perenidade; sendo que os princípios básicos inerentes a esta prática são a transparência, a equidade, a prestação de contas e a responsabilidade corporativa.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC, a Companhia adota:

- emissão exclusiva de ações ordinárias;
- manutenção e divulgação de registro informando a quantidade de ações relativas a cada sócio;
- política “uma ação igual a um voto”;
- contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros, sendo que esta mesma empresa não é contratada para prestar outros serviços, assegurando a total dependência;
- estatuto social claro quanto à (i) forma de convocação da assembleia geral; (ii) competências do conselho de administração e da diretoria; (iii) sistema de votação, eleição, destituição e mandato dos membros do conselho de administração e da diretoria;
- transparência na divulgação dos relatórios anuais da administração;
- a assembleia geral de acionistas tem competência para deliberar sobre: (a) aumento ou redução do capital social e outras reformas do estatuto social; (b) eleger ou destituir, a qualquer tempo, conselheiros de administração e conselheiros fiscais; (c) tomar, anualmente, as contas dos administradores e deliberar sobre as demonstrações financeiras; e (d) deliberar sobre transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da sociedade; e
- previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal.

Sarbanes-Oxley Act

A Companhia não é obrigada a adotar os procedimentos de governança corporativa estabelecidos pelo *Sarbanes-Oxley Act*, lei promulgada pelos Estados Unidos da América aplicáveis às companhias que possuem ações listadas para negociação na bolsa de valores de Nova York e na NASDAQ.

Código de Ética

Em setembro de 2003, foi lançado o Código de Ética da Companhia, formalizando a relação da Companhia com seus clientes, empregados, acionistas, fornecedores, o poder público e a sociedade. Para maiores informações, veja a seção “Políticas de Responsabilidade Social, Patrocínio e Incentivo Cultural”, na página 252 deste Prospecto.

Missão da Light SESA

A “missão” da Companhia é: “ser uma grande empresa brasileira comprometida com a sustentabilidade, respeitada e admirada pela excelência do serviço prestado aos seus clientes e à comunidade, pela criação de valor para seus acionistas e por se constituir em “um ótimo lugar para se trabalhar”.

POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL

A Companhia é uma empresa voltada para a satisfação de seus clientes e funcionários. Para isto, a Companhia investe na modernização de seus serviços e processos, buscando padrões de qualidade e eficiência para tornar-se referência dentre as empresas do setor elétrico.

Quando olhamos para a trajetória centenária do Grupo Light no Rio de Janeiro, constatamos a sua intensa e importante participação no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro. Na implantação de linhas de bondes elétricos, sistemas de distribuição de gás ou de infraestrutura de iluminação pública, o Grupo Light sempre esteve à frente de movimentos que, ao longo dos anos, mostraram ser a semente de novos polos de desenvolvimento.

Hoje, o Rio de Janeiro não é o centro das decisões políticas e administrativas do Brasil, mas o compromisso do Grupo Light e, conseqüentemente, da Companhia permanece: contribuir para o progresso do Estado do Rio de Janeiro e para a preservação de sua cultura, componente fundamental para o pleno exercício da cidadania. Em função de seu estreito compromisso com a comunidade, a Companhia realiza uma infinidade de ações voltadas para um relacionamento mais orgânico com a comunidade, os clientes, o poder público e seus funcionários, buscando sempre estabelecer vínculos mais estreitos com o espaço social em que o Grupo Light e a Light SESA se inserem.

Somadas, essas ações revelam o grande investimento que vem sendo feito pelo Grupo Light e pela Companhia no âmbito da responsabilidade social, tanto do ponto de vista financeiro como da qualidade e do conteúdo de referidas ações.

Entretanto, com o objetivo de ganhar mais organicidade, coerência e eficácia no que se refere às necessidades operacionais e principalmente, na articulação, comunicação e sinergia, no ano de 2006 a Light S.A. revitalizou o Instituto Light, por meio do qual é implementada uma política de responsabilidade social coerente com as necessidades da sociedade em que se insere, com foco em programas de desenvolvimento urbano, sociais, meio ambiente e educacionais..

Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE

Em 2007, a sustentabilidade passou a integrar a missão do Grupo Light, expressando o comprometimento com as melhores práticas de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade empresarial, baseadas no conceito *triple bottom line*, isto é, “econômico-financeiro, social e ambiental”. Coroando esse compromisso, desde 1º de dezembro de 2007, a Light S.A. foi selecionado pela BOVESPA, juntamente com a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP, ANBID, APIMEC, IBGC, IFC, Instituto ETHOS de Empresas, o Ministério do Meio Ambiente e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA para integrar a carteira 2007 do Índice de Sustentabilidade Empresarial - ISE, criado pela BOVESPA em consonância com o *Dow Jones Sustainability Index* da bolsa de valores de Nova Iorque, que busca identificar as maiores empresas socialmente responsáveis, sustentáveis e rentáveis para aplicação de recursos, denominados “investimentos socialmente responsáveis”. Em 2008, a Light S.A. foi novamente selecionada para integrar a carteira ISE-BOVESPA. De acordo com a BOVESPA⁶, tais aplicações consideram que empresas sustentáveis geram valor para o acionista no longo prazo, pois estão mais preparadas para enfrentar riscos econômicos, sociais e ambientais.

Pacto Global

O Pacto Global (*The Global Compact*) é uma iniciativa conjunta internacional das seguintes agências das Nações Unidas, que visa contribuir para a prática da responsabilidade social corporativa, na busca de uma economia global mais sustentável e inclusiva: (i) o Alto Comissariado para Direitos Humanos, (ii) o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA, (iii) a OIT, (iv) a Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial – UNIDO, e (v) o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD⁷. Por meio do Pacto Global, espera-se incentivar a comunidade empresarial a adotar valores fundamentais e internacionalmente aceitos nas áreas de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção na condução dos negócios.

A Light S.A. aderiu aos princípios do Pacto Global em 11 de junho de 2007, passando a integrar a Comissão de Meio Ambiente do Comitê Brasileiro do Pacto Global.

⁶ <http://www.bovespa.com.br/Mercado/RendaVariavel/Indices/FormConsultaApresentacaoP.asp?indice=ISE>, em 23 de fevereiro de 2008.

⁷ http://www.pactoglobal.org.br/pg_oqe.php, em 23 de fevereiro de 2008.

Políticas adotadas pelo Grupo Light

Como principais instrumentos de engajamento quanto às práticas de responsabilidade socioambiental e alinhamento às diretrizes do Pacto Global, o Grupo Light possui o Código de Ética, o Acordo de Responsabilidade Social, a Política Social Corporativa e a Política Ambiental.

Código de Ética

O Código de Ética da Light SESA, formalizado em 2003, representa o compromisso com os valores e princípios a serem adotados para se alcançar a “missão” da Companhia. A nova gestão da Light SESA revisou os valores e princípios organizacionais.

O Código de Ética resume os conceitos fundamentais que a Companhia valoriza e com os quais a comunidade de trabalho se compromete com o intuito de cumprir a “missão” da Companhia. Ele é composto por 4 partes:

- (i) “Valores dos colaboradores da Light SESA”: foco nos resultados, mérito, coragem e perseverança, comportamento ético e solidário e alegria;
- (ii) “Princípios de Ação Coletiva”: voltados para clientes, acionistas, fornecedores, sociedade, comunicação, e poder público;
- (iii) “Guia Prático do Comportamento na Light SESA”: trata de temas como legislação aplicável, conflito de interesses, atividades políticas, corrupção, presentes, proteção dos ativos, confidencialidade, manifestação pública, assédio, empregados, meio ambiente e utilização de recursos de informática; e
- (iv) “Comitê de Ética da Light SESA”.

Assim, os princípios do Código de Ética permeiam todos os setores da sociedade, sendo que os gestores e empregados são responsáveis pela divulgação e fiscalização do cumprimento dos valores e princípios éticos entre clientes, fornecedores, acionistas, governo, órgãos reguladores e demais segmentos da sociedade, de forma a garantir a condução dos negócios da Companhia dentro dos padrões éticos definidos no Código de Ética.

Acordo de Responsabilidade Social

O Acordo de Responsabilidade Social, assinado junto com os sindicatos representativos dos empregados, reforça o envolvimento da direção da Light SESA e de todos os empregados nas ações de responsabilidade social, permitindo, inclusive, o fortalecimento do diálogo social no âmbito da Companhia.

Dentre os principais temas tratados no Acordo de Responsabilidade Social, vale ressaltar: “Respeito aos Direitos Humanos”, “Saúde e Segurança”, “Treinamento e Mobilidade”, “Proteção Social”, “Luta contra as Discriminações”, “Antecipação e Acompanhamento das Reestruturações Industriais”, “Participação dos Empregados nos Resultados da Empresa”, “Ajuda à Integração das Pessoas em Situação de Deficiência”, “Envolvimento em Programas de Desenvolvimento Econômico e Social”, “Diálogo entre Empregados e Gestores e Diálogo Social”.

Política de Diversidade da Força de Trabalho

Política formal da empresa que define a inclusão de pessoas portadoras de deficiência no grupo de empregados da Light SESA e estabelece o compromisso da empresa em buscar a equidade de gênero dentro de seus quadros.

Política Social Corporativa

A Política Social Corporativa adotada em 2007 tem como objetivo consolidar em uma única peça as principais diretrizes da Light SESA, incluindo os principais pontos já contemplados no Código de Ética e no Acordo de Responsabilidade Social, são essas:

- (i) estar alinhado com os princípios de proteção e de defesa dos direitos humanos das Nações Unidas, inclusive aqueles constantes da “Declaração Universal dos Direitos do Homem”, da “Declaração sobre a Eliminação de Discriminação contra a Mulher”, assim como da “Declaração dos Direitos da Criança”;
- (ii) estar alinhado com os 10 princípios do Pacto Global e os princípios previstos nas convenções fundamentais da OIT, salvo aqueles que, no todo ou em parte, contrariem a Constituição Federal;
- (iii) selecionar os fornecedores com base em requisitos de qualidade referentes à ética e ao cumprimento das convenções da OIT, com atenção especial para o combate ao uso do trabalho forçado e obrigatório, ao uso do trabalho infantil e à exploração das crianças, à qualquer forma de discriminação, bem como para práticas voltas à manutenção da saúde e da segurança dos trabalhadores e da preservação do meio ambiente;
- (iv) exercer a cidadania e a ética, conforme definido no Código de Ética da Light SESA;
- (v) desenvolver ações sociais nas comunidades do entorno da Light SESA, conforme diretrizes da política de atendimento às comunidades adotada pela Companhia;
- (vi) buscar, junto aos consumidores e à sociedade, soluções para os problemas urbanos que interferem na prestação de serviços, por meio das ações do Instituto Light;
- (vii) combater qualquer forma de assédio moral;
- (viii) apoiar a elaboração de políticas públicas por meio de propostas ou posicionamento formal;
- (ix) favorecer o envolvimento dos empregados da Companhia em ações de voluntariado e de solidariedade, num âmbito associativo ou institucional, dando ênfase aos serviços de proximidade e de assistência às pessoas, entre outros tipos de ações voluntárias de utilidade; desenvolver ações pedagógicas sobre o uso eficiente da energia junto às crianças, no âmbito de parcerias com as escolas, e junto aos moradores de bairros desfavorecidos, bem como informar ao grande público sobre os riscos ligados ao uso da eletricidade (aparelhos elétricos, etc.), a fim de prevenir os acidentes;
- (x) não adotar quaisquer ações discriminatórias na gestão dos recursos humanos;
- (xi) assegurar, através da política de contratação e promoção da Companhia, que não haverá discriminação nos percursos profissionais, no acesso aos diversos cargos e nos níveis de remuneração de trabalho;
- (xii) desenvolver uma política de acolhida dos trabalhadores portadores de necessidades especiais, baseada num programa de contratação voluntarista e em ações específicas de integração e de acompanhamento do percurso profissional (adaptação dos postos de trabalho e das edificações, sensibilização das equipes, etc.), sendo que em caso de surgimento ou de evolução de uma deficiência, serão buscadas as soluções mais apropriadas com relação à adaptação do posto de trabalho ou do emprego;
- (xiii) implementar ações de sensibilização de seus empregados em contato com os clientes, para o atendimento aos portadores de necessidades especiais;
- (xiv) a origem (étnica, nacional, cultural, religiosa, familiar, regional, etc.) do profissional não deve constituir, de forma alguma, um motivo para descartar uma contratação, da mesma forma que nenhum tipo de emprego deve ser reservado ou vetado a um empregado devido à sua origem;
- (xv) respeitar o engajamento sindical de seus empregados, assegurando-lhes, em particular, uma proteção contra qualquer ato de discriminação que atente à liberdade sindical, sendo que assim, a atenção também será dada ao acompanhamento da evolução profissional dos empregados que exercem responsabilidades sindicais ou de representação do pessoal;
- (xvi) não efetuar qualquer tipo de financiamento e/ou doação a candidatos a cargos públicos e/ou partidos políticos; e
- (xvii) promover junto aos fornecedores os 10 princípios do Pacto Global.

Política Ambiental

A Política Ambiental da Light SESA foi elaborada por ocasião do atendimento ao requisito normativo da NBR ISO 14001, fundamentalmente durante a implantação do Sistema de Gestão Ambiental e é considerada a forma de declaração de suas intenções e princípios em relação ao seu desempenho ambiental global. Criada em 03 de abril de 2001, tem por objetivo selar a inserção da componente ambiental nas atividades da Companhia.

A Política Ambiental revela os compromissos assumidos, fundamentalmente, quanto às ações de fomento às boas práticas de gestão ambiental, tais como: preservação ambiental; conservação de recursos naturais; educação ambiental; prevenção da poluição; comunicação com partes interessadas e melhoria contínua de seu desempenho ambiental.

Política Ambiental do Grupo Light

As empresas do Grupo Light, em suas atividades de geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, têm como diretrizes preservar e conservar o meio ambiente em toda a sua área de atuação na região sudeste, exercendo uma postura pró-ativa e contribuindo para o crescimento da consciência ambiental.

A Política Ambiental do Grupo Light estabelece os seguintes compromissos:

- (i) incorporar a variável ambiental nas etapas de planejamento, construção, manutenção e operação de seus empreendimentos;
- (ii) buscar novas tecnologias, insumos economicamente viáveis e aperfeiçoar processos que minimizem os impactos no meio ambiente, visando a prevenção da poluição;
- (iii) utilizar de forma racional os recursos ambientais, considerando os preceitos do desenvolvimento sustentável;
- (iv) garantir o cumprimento da legislação ambiental, dos compromissos ambientais assumidos e de outros requisitos pertinentes;
- (v) assegurar os treinamentos necessários para os empregados visando à melhoria do seu desempenho ambiental;
- (vi) apoiar o desenvolvimento de ações de educação ambiental no que se refere às atividades da organização;
- (vii) promover o diálogo com comunidades e partes interessadas, objetivando a troca de informações e soluções participativas;
- (viii) conscientizar todos os seus empregados e prestadores de serviço da importância da responsabilidade individual para atingir os objetivos e metas ambientais da organização; e
- (ix) monitorar e avaliar periodicamente o seu desempenho ambiental, de modo a assegurar a melhoria contínua de seu Sistema de Gestão Ambiental.

Projetos Ambientais

Certificação do Sistema de Gestão Ambiental

Em novembro de 2008, a Light SESA conquistou a certificação da expansão do Sistema de Gestão Ambiental, fundamentado na norma NBR ISO 14001/2004, de 93 novas instalações e a recertificação de outras 12 instalações. Hoje, já são 105 unidades certificadas: subestações, linhas de transmissão, usinas hidrelétricas, agências comerciais e postos de autoatendimento.

Coleta Seletiva

A coleta seletiva e a reciclagem nas usinas, assim como nas unidades Rua Larga, e Frei Caneca, foram intensificadas e são hoje entendidas como estratégicas à continuidade do programa que se estenderá à outras unidades na medida em que o Sistema de Gestão Ambiental é implantado.

Periodicamente, realiza-se treinamento das empresas contratadas pela “Gerência de Patrimônio” que executam os serviços de limpeza e manutenção predial. À esses colaboradores foram apresentados os requisitos sobre a coleta seletiva de papel, papelão e outros resíduos de forma a separar os resíduos perigosos dos não-perigosos.

A construção de uma central de resíduos nas dependências da Light SESA, foi fundamental para confiabilidade do processo de segregação junto aos empregados.

As Centrais de Resíduos das unidades Rua Larga e Frei Caneca dispõem, desde agosto de 2008, de uma equipe para gerenciar os resíduos sólidos e destiná-los para reciclagem, o que contribui em muito para a eficiência da coleta seletiva. Em 2009 está prevista a construção de uma nova Central de Resíduos no Centro de Distribuição de Materiais da Light SESA, o que aumentará consideravelmente o volume de material destinado à reciclagem.

Medidas de Prevenção e Controle da Poluição

A Central de Tratamento de Óleo é responsável pela distribuição, bombeamento e monitoramento da qualidade de todo o óleo mineral isolante utilizado nos equipamentos da Light SESA (10 milhões de litros, aproximadamente). Foram regenerados 216 mil litros de óleo somente entre 2007 e 2008.

Além desses projetos, a Light SESA inaugurou em outubro de 2008 um novo processo de regeneração do óleo utilizado para isolar chaves de manobra da rede de distribuição subterrânea, que vai reaproveitar 80 mil litros do isolante por ano.

A Light SESA iniciou em 2008 o acompanhamento das informações dos fornecedores de produtos que contenham óleo ou sejam de madeira (postes e cruzetas), além de outros materiais adquiridos em conformidade com critérios ambientais - Selo Verde, Selo Procel, certificação florestal, dentre outros.

Uso de Papel de Origem Certificada

No ano de 2008, todo o papel consumido pela organização foi reciclado ou de origem certificada pelo Conselho de Manejo Florestal (Forest Stewardship Council). Essa certificação garante que a madeira utilizada para produção do papel provém de um processo produtivo manejado de forma ambientalmente adequada, socialmente justa e economicamente viável, em cumprimento a todas as leis vigentes sobre a matéria.

Projeto Emissões Zero

A Companhia acredita que as mudanças climáticas só poderão ser contornadas com a atuação efetiva e integrada de todas as esferas da sociedade. Decidida a fazer a sua parte, a Light SESA concluiu em 2008 o seu primeiro Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE), referente às atividades do período 2006-2008. Os resultados permitirão à empresa avaliar o seu desempenho ambiental, além de gerenciar suas emissões e estudar novas formas de reduzi-las, em complementação às que já vem sendo praticadas.

Foram consideradas emissões provenientes de *fontes estacionárias* (como geradores e máquinas abastecidos a diesel/gasolina e consumo de energia elétrica), *fontes móveis* (frota de carros leves, caminhões, etc), emissões *fugitivas* (como gases refrigerantes), *descarte de resíduos e tratamento de efluentes líquidos*.

As *emissões diretas e indiretas* foram contabilizadas separadamente das originadas por empresas fornecedoras de serviços; classificadas como *outras emissões indiretas*, essas últimas compreendem a frota terceirizada e o descarte de resíduos em aterros sanitários.

Os resultados indicaram que as emissões diretas constituem o maior volume produzido pela Light SESA, especialmente devido à contribuição do gás SF₆ - substância utilizada para isolar equipamentos necessários à transmissão de energia elétrica.

Mas, ao longo dos últimos três anos tem sido observada redução nas emissões da Light SESA, refletindo, entre outros fatores, o maior investimento feito na manutenção dos equipamentos isolados por SF₆ e a utilização de veículos movidos a álcool e gás natural.

A atualização da frota para veículos mais novos e modelos flex, movidos a álcool (553 em 2008) é um exemplo de ações desenvolvidas pela Light SESA para contribuir com o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), um dos mecanismos de flexibilização criados pelo Protocolo de Kyoto para auxiliar o processo de redução de emissões de gases do efeito estufa ou de captura (sequestro) de carbono por parte de alguns países. A gestão da frota interna passa por manutenções regulares e corretivas, sempre executadas por fornecedores de serviço autorizado, com o objetivo de diminuir possíveis vazamentos e emissões de gases de efeito estufa.

Projeto Desperdício Zero

De acordo com o conceito de Logística Reversa, a Light SESA passará a reutilizar seus materiais inservíveis em parceria com empresas de recuperação, reciclagem e destinação de materiais, para assegurar que os materiais operacionais retornem à forma original com o menor gasto de energia e o menor impacto ambiental possíveis.

Outras Iniciativas

Além disso, a empresa instalou 11 novos transformadores que possuem estrutura em alumínio e óleo isolante do tipo vegetal, biodegradável, que propicia um grau maior de segurança ambiental.

Os novos equipamentos foram instalados no trecho adjacente à reserva ecológica situada entre os bairros Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes. Os equipamentos foram fabricados a pedido da Light SESA e são os primeiros desse tipo no País. A Companhia não utiliza mais transformadores isolados por ascarel, cujo descarte foi concluído em 2007.

Revitalização das Fazendas Históricas do Ciclo do Café na região do Vale do Paraíba

A Companhia iniciou em 2007 projetos, com parceiros públicos e privados, para revitalizar as fazendas históricas do ciclo do café na área do Vale do Paraíba. A 1ª fase do projeto foi concluída em 2008. A 2ª fase, que contempla o Inventário das Fazendas Históricas do Ciclo do Café, será concluída em julho deste ano.

Jardim Botânico do Rio de Janeiro

A Companhia patrocina a equipe de pessoal para apoio operacional e a execução de serviços de manutenção e conservação do arboreto do Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Patrocínio concedido pelo Grupo Light

No que se refere à concessão de patrocínio, os projetos a serem patrocinados pelo Grupo Light devem observar os quesitos abaixo e devem ser encaminhados à Light S.A.:

- (i) ter importância para a economia e a valorização da cultura e do esporte da área de concessão das empresas do Grupo Light e contribuir para o bem estar do fluminense e do carioca;
- (ii) ter escala e perspectiva de grande público, ou nichos especializados formadores de opinião;
- (iii) valorizar as iniciativas privadas e individuais, observando sempre a sinergia com as políticas públicas do esporte e da cultura; e
- (iv) ter compromisso com a “missão” e os “valores” do Grupo Light e com a sustentabilidade e harmonizar-se com os interesses estratégicos do Instituto Light, do Centro Cultural Light e da Academia Light.

Encontra-se em fase de elaboração, uma política formal de patrocínio do Grupo Light. Em 2008 foram realizados os seguintes investimentos em patrocínio:

Categoria	Recursos Incentivados	Recursos próprios
Institucionais	4.554.652,13	1.109.930,43
Empresariais	3.321.286,52	814.757,31
Instituto Light	2.534.360,37	506.872,08
Centro Cultural Light	3.344.230,39	674.646,08
Total	13.754.529,71	3.106.205,90

Projetos socioambientais desenvolvidos pela Light SESA voltados para as comunidades

Para facilitar o acesso dos clientes de baixa renda aos serviços comerciais, a Light SESA instalou, em 1998, o primeiro posto de atendimento na favela da Maré. A procura pelo posto de atendimento foi um sucesso, e, hoje, o mesmo já foi transformado em uma agência. Em 2000, foi aberta uma agência na favela da Rocinha.

Para dar continuidade a implantação destes postos de atendimento e agências, foi elaborado, em 2006, o “Relatório de Impacto e Recomendação”, com diagnóstico e recomendações.

Foram abertos 7 novos postos de atendimento nas seguintes localidades: Parque Dois Irmãos, Gardênia Azul, Vale do Ipê, Vila Pauline, Cidade de Deus, Prados Verdes e Pavão Pavãozinho. O atendimento é feito com atendentes comunitários das próprias comunidades.

Na busca da excelência do atendimento e da adequabilidade das ações às características específicas dos clientes de baixo poder aquisitivo, em 2004, foi criada a “Gerência de Atendimento às Comunidades”, responsável pelo planejamento, alocação de recursos, acompanhamento e execução técnica e comercial das ações voltadas para as comunidades do entorno da Light SESA.

A Light SESA vem realizando várias ações com impacto positivo para as comunidades atendidas pela empresa, dentre as quais podemos destacar as ações indicadas abaixo.

Tarifa Social

A Tarifa Social oferece descontos de até 66% no valor da tarifa das contas de energia elétrica para os clientes residenciais de baixa renda com circuito monofásico que consomem até 220 KWh por mês. Foram elaborados folhetos explicativos para que durante as ações nas comunidades, a Light SESA pudesse orientar os clientes onde e como fazer para conseguir a inscrição no “Cadastro Único do Governo Federal”, que é condição para ter direito a Tarifa Social.

Agências e Postos de Atendimento – Excelência no Atendimento e Geração de Renda para as Comunidades

Desde 1998, a Light SESA vem implantando locais de atendimento comercial nas comunidades em que os clientes tem dificuldade de se deslocar. Este processo, que representa um diferencial da Light SESA, foi consolidado em 2007. Atualmente a Light SESA possui 6 postos de atendimento em funcionamento (3 na região oeste e 3 na baixada) e um Centro de Eficiência Energética da Rocinha em contratação. Os postos de atendimento nas comunidades funcionam com jovens do local, selecionados e treinados pela Light SESA. Atualmente a Companhia possui 12 atendentes comunitários.

Comunidade Eficiente

Desde meados de 2002, a Light SESA vem implementando o “Projeto Comunidade Eficiente”, que vem mostrando bons resultados relativos à aprendizagem, por parte da população de baixa renda, sobre o uso racional de energia. O projeto está assentado sobre o tripé da sustentabilidade: geração de renda, economia de energia e inclusão social.

O “Projeto Comunidade Eficiente” mostrou que é possível atender as necessidades e demandas em relação à energia elétrica das comunidades de baixa renda, principalmente das favelas cariocas, de modo a promover uma melhoria no relacionamento com as comunidades frente ao crescente fenômeno social de violência envolvendo o entorno da Companhia.

Até o momento, o “Projeto Comunidade Eficiente” já atendeu 246 comunidades e 216 mil clientes de baixa renda. Por se tratar de localidades de extrema complexidade, as ações estão sempre associadas ao conceito de cidadania e responsabilidade social, buscando gerar outros ganhos aos moradores. Para os participantes, foi elaborado um “Plano Comercial”, que estabelece propostas especiais, com facilidades de parcelamento de saldo devedor e atualização cadastral.

O projeto foi desenvolvido em 3 frentes de trabalho: educativo, doação de equipamentos eficientes, e regularização técnica e comercial.

Em 2007, foram atendidos 85 mil clientes em 85 comunidades de baixa renda, incluindo projetos de distribuição de energia elétrica. Em 2008, foram atendidas 57 comunidades, com total de 46,7 mil clientes.

Educativo: com seleção, contratação e treinamento de jovens na própria comunidade, que passam a ser os multiplicadores de conceitos de sustentabilidade e eficiência energética. Cabe a estes jovens a visita domiciliar para explicar a cada família os conceitos. Alguns se transformaram em atendentes comerciais nas agências ou postos locais. O trabalho educativo também se desenvolve em reuniões locais, em eventos, gincanas, concursos e promoção de cursos especiais.

Doação de equipamentos eficientes: busca ajudar os moradores a reduzir seus consumos, através da substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes e da troca de refrigeradores, com recolhimentos das geladeiras antigas e com descarte do gás CFC de maneira adequada. Concomitantemente, são realizadas reformas das instalações elétricas das casas em péssimas condições que oferecem perigo iminente aos clientes, principalmente crianças. Associações de moradores e instituições beneficentes locais também são reformadas.

Regularização técnica e comercial: com objetivo de reduzir o impacto de perdas comerciais, o programa executa redes de distribuição, além de normalizar os ramais de ligação dos clientes. O padrão de entrada é doado, de maneira a possibilitar a instalação do medidor sem que onerar o cliente.

Além da doação de padrão de entrada de medição, lâmpadas e geladeiras eficientes, são realizadas obras de melhorias das instalações elétricas das casas muito precárias e de entidades comunitárias (creches, associação de moradores, posto de saúde), além da construção de sistema de distribuição de energia elétrica nas áreas de maior expansão da comunidade.

O projeto possibilita a redução do consumo destes clientes, revertendo valores significativos de orçamento às famílias. Os principais números do projeto são apresentados a seguir:

Resultados das ações desenvolvidas nas comunidades:

	2006	2007	2008
Comunidades atendidas	80	85	57
Clientes visitados para trabalho educativo	75.000	85.000	46.729
Padrão entrada doados	-	9.760	13.000
Lâmpadas fluorescentes doadas	40.000	94.400	123.000
Mão de obra contratada nas comunidades	76	76	46

Agência de Famílias

Buscando fortalecer ações sociais desenvolvidas em comunidades, a Light SESA estabeleceu em novembro de 2006, parceria com o Banco da Providência, através de apoio à “Feira da Providência” e às “Agências de Família”.

As “Agências de Família” fazem parte do “Programa de Inclusão Social”. Promovem o desenvolvimento de famílias abaixo da linha de pobreza, por meio do acesso a seus direitos tais como: documentação, escolaridade, capacitação para o trabalho e aumento de renda. São 20 agências no município do Rio de Janeiro, que atendem 2.000 famílias por ano, beneficiando 77 comunidades. Com esta parceria, as agências passam a difundir, nas comunidades, o conceito de eficiência energética.

Estas agências são coordenadas pelo Banco da Providência e, em 2006, a Companhia passou a apoiar esta iniciativa, com financiamento e elaboração de metodologia para capacitação de líderes comunitários

Centro de Inclusão Digital – CDI

Com o objetivo de promover o crescimento e o desenvolvimento das diversas comunidades baixa renda em que atua, em setembro de 2006, a Light SESA tornou-se mantenedora oficial do “Comitê para a Democratização da Informática – CDI-RJ”, que é uma ONG voltada para a promoção e inclusão digital, com a construção e o exercício da cidadania por meio de 94 “Escolas de Informática e Cidadania – EIC”. Com esta parceria, as EIC passam a difundir, por intermédio de sua metodologia de ensino, os conceitos de eficiência energética.

Em março de 2007, foi inaugurada a EIC no Centro Cultural Light para atender funcionários, seus familiares, prestadores de serviços, comunidades e escolas públicas do entorno.

O investimento permitiu a capacitação de educadores, em tópicos voltados para eficiência energética, segurança das redes de distribuição, ética e cidadania. Foi elaborada metodologia específica que também inclui o acompanhamento dos cursos e manutenção dos equipamentos da rede.

Desde 2006 a parceria da Light SESA com o CDI já promoveu a inclusão digital e capacitação de 9.800 alunos nas Escolas de Informática e Cidadania.

Pré-vestibular

Tem como objetivo contribuir com as comunidades da Maré e do Caju no aumento dos níveis de escolaridade e, consequentemente, propiciar uma geração de renda para os jovens que ingressam nas universidades.

Faz parte do material pedagógico, a inclusão do conceito “Consumo Sustentável”, onde a partir do “Manual do Agente Comunitário”, é levado aos estudantes o tema “Eficiência Energética”. Nestas turmas também são destacados temas como riscos elétricos e construção de moradias adequadas. Todo o material foi desenvolvido pelo Grupo Light e disponibilizado aos educadores.

A Light SESA, além de financiar o projeto, realiza palestras educativas, acompanha a sua execução, através de relatórios mensais de gastos, e os seus resultados.

Ao todo, mais de 400 jovens destas comunidades já estão cursando ou formados em universidades públicas e privadas (como a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, que fornece bolsas de estudo).

Via Sacra da Rocinha

Nos três últimos exercícios, o Grupo Light patrocinou o evento na Rocinha, onde durante a Semana Santa, os moradores encenam o caminho percorrido por Cristo nas escadarias da comunidade.

Educação Ambiental

Em 2008, a Light SESA iniciou uma parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Pirai para a realização do Projeto de Inclusão Sócio-Ambiental, do qual participam também o Centro de Triagem de Animais Silvestres do Ibama (CETAS-Unidade Seropédica), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UniRio) e a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Com duração prevista para três anos, o projeto já atendeu aproximadamente 800 pessoas, entre alunos, empregados da Light SESA e comunidades atendidas pela Escola de Lajes.

Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Em 2008, a Light SESA concluiu 2 pesquisas que contribuíram para melhorar o conhecimento dos clientes de baixa renda:

- (i) elaboração de ferramenta computacional para estimar consumo e potencial de conservação de energia elétrica em comunidades de baixo poder aquisitivo; e
- (ii) desenvolvimento de estratégia de combate à perda comercial a partir de aspectos socioculturais das comunidades de baixa renda.

Centro Cultural Light

A população do Estado do Rio de Janeiro sempre teve na Light SESA mais do que uma Distribuidora. Desde a sua criação, no início do século passado, a Light SESA se constituiu em um importante agente do desenvolvimento do País, contribuindo decisivamente para moldar a nova paisagem urbana da então Capital Federal. Hoje, o Rio de Janeiro já não é o centro das decisões políticas e administrativas do Brasil, mas o compromisso da Companhia permanece: contribuir para o progresso do Estado e para a preservação de sua cultura, componente fundamental para o pleno exercício da cidadania.

Uma das melhores expressões do cuidado com que a Light SESA trata o passado e contribui para o futuro do Rio de Janeiro é o Centro Cultural Light, que funciona desde 1994 no prédio histórico da sede da Companhia, no centro da cidade. A importância deste prédio para a memória do Rio de Janeiro levou o Governo Federal a decretar o tombamento de sua fachada, em 1985. Entre as várias utilizações que teve desde que foi construído, e uma das mais curiosas, o prédio abrigou, em 1911 uma garagem de bondes.

Guardião de um rico acervo histórico sobre a Light SESA, a Cidade e o Estado do Rio de Janeiro, o Centro Cultural Light já teve no apoio às artes um de seus principais focos.

O Centro Cultural Light se caracteriza hoje como um espaço de referência, sendo o único no Estado do Rio de Janeiro, que oferece de forma lúdica informações e experimentos sobre a história da eletricidade.

Em 2008, o Centro Cultural Light foi visitado por mais de 40 mil pessoas, que puderam desfrutar das atividades e conhecer não apenas o rico acervo que compõe a memória da Light, mas também as exposições temporárias e o belo espaço da instituição.

O Centro Cultural Light em 2008:

Projeto Cultural	Objetivo	Público
Centro Cultural Light para Estudantes	Visita monitorada por estagiários, que cobre um circuito com três horas e meia de duração: Planeta Energia, peça teatral “A Roda do Tempo”, Espaço Memória, Pequena Galeria e exposições temporárias	18.943 estudantes e professores de 284 instituições de ensino do RJ, além de visitantes avulsos
Música no Museu	Projeto musical incentivado, com o objetivo de formar plateias e renovar o público da música erudita brasileira.	Estudantes, visitantes e público regular do Centro Cultural Light
Terças Musicais	Projeto musical incentivado que resgata a vida e a obra de personagens que criaram tendências e ajudaram a construir parte da história musical contemporânea do Brasil. Realizado em parceria com a Sociedade <i>Viva Cazusa!</i>	Visitantes, empregados e público em geral
Sempre Bossa Nova	Projeto musical incentivado em homenagem aos 50 anos da Bossa Nova. Durante quatro meses o projeto promoveu 12 shows no Teatro da Light e uma exposição da obra de Antonio Nery.	Visitantes, empregados e público em geral

MPB 12:30 em ponto	Projeto musical incentivado com artistas consagrados da MPB.	Visitantes, empregados e público em geral
Cartola de todos os tempos	Projeto musical incentivado que realizou seis espetáculos musicais com grandes nomes do samba carioca ao longo de quatro meses, enfocando as várias fases da trajetória do grande sambista.	Visitantes, empregados e público em geral
Rindo à-toa com Chico Anysio e seus amigos	Espetáculo teatral incentivado formado por esquetes e apresentado por Chico Anysio e seus amigos	Visitantes, empregados e público em geral
Tempero Musical	Projeto musical incentivado que promoveu shows de MPB na hora do almoço com consagrados músicos da MPB	15.000 pessoas, entre visitantes, empregados e público em geral

Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social

Considerando o profundo compromisso com a comunidade, a Light SESA implementa diversas ações voltadas para um estreito relacionamento com a comunidade, clientes, poder público e com os seus funcionários, refletindo assim sua preocupação com a responsabilidade social.

Nesse sentido, em 2007, foi reestruturado o Instituto Light que tem como “missão” contribuir para o aprimoramento das condições econômicas e sociais da área de concessão da Light SESA, através de programas que vinculem responsabilidade social com o interesse funcional e o domínio geográfico da Companhia, apoiando a promoção do bem público e, ao mesmo tempo, a lucratividade de longo prazo da Companhia.

Para cumprir sua “missão”, o Instituto Light identificou alguns eixos estratégicos de atuação e está elaborando programas diversificados em cada um deles, a saber: “Urbano”, “Ambiental”, “Institucional”, “Social e Cultural”.

O Instituto Light é a interface da Companhia com os consumidores e com a sociedade na discussão e busca de soluções para os problemas urbanos que interferem na prestação de serviços. Por meio de seus diversos eixos de atuação, é um espaço de participação e colaboração, promovendo ainda a cultura e preservando a memória do Grupo Light e do Rio de Janeiro.

O Instituto Light engloba tanto os programas de natureza sistêmica e efeito multiplicador, quanto apoia a formação de políticas públicas, promovendo a criação de um banco de propostas de reformas institucionais e cumprindo o papel social de uma instituição que facilita a ação e acompanha os resultados de outras instituições públicas. O Instituto Light atua também como incubadora de iniciativas de interesse social, buscando sinergias com entidades públicas e privadas das mais diversas.

Eixo Urbano - Políticas urbanas, planejamento urbano, combate à informalidade

Uma iniciativa importante nesse eixo é o apoio ao projeto urbanístico de recuperação e revitalização da antiga Rua Larga, hoje Avenida Marechal Floriano, onde está localizada a sede da Light, e de todo o seu entorno.

Uma iniciativa do projeto foi o seminário “Arrumando a Casa – Revitalização da Região da Rua Larga”, realizado na Associação Comercial do Rio de Janeiro, para promover o intercâmbio de informações sobre a situação urbanística da Rua Larga, iniciativas para sua recuperação e possíveis ações em torno da sua renovação.

O Instituto Light também atua em projetos como a “Participação nos projetos de urbanização de favelas do PAC” e a “Expansão da Via Light”, desenvolvidos pelo Governo do Estado e pela Prefeitura do Rio de Janeiro.

Eixo Social - Incentivo à ciência, à história e à literatura

Ciência - Museu da Energia: O espaço será dedicado a fomentar o interesse pela ciência, com foco na energia elétrica. Os visitantes terão oportunidade de conhecer vários temas relacionados à energia elétrica e os benefícios e responsabilidades decorrentes de sua utilização, sobretudo nos aspectos de eficiência energética e combate ao desperdício, com ênfase no papel do consumidor.

História - A Casa do Rio de Janeiro: A proposta é apresentar, através de uma experiência divertida e educativa, o impacto causado pela chegada da luz elétrica e dos serviços urbanos à cidade do Rio de Janeiro, na virada do século XX.

Leitura - Alegria de Ler: Voltado para jovens das instituições de ensino e comunidades no entorno da sede da Light, no centro do Rio de Janeiro, o projeto busca despertar o interesse pela leitura e pela escrita, de modo a incentivar o crescimento cultural e educacional da área. O Módulo I (agosto 2007 a fevereiro 2008) beneficiou 420 alunos, enquanto o Módulo II (agosto 2008 a março 2009) conta com 860 participantes.

Eixo Ambiental - Conservação do meio ambiente e uso racional da energia

Um dos principais projetos deste eixo é o “Parque das Ruínas de São João Marcos”, que prevê a criação de um parque turístico no local e de um centro de visitação, onde uma exposição mostrará os trabalhos arqueológicos realizados e contará a história da cidade, que na década de 1960 deu lugar a uma represa da Light. O projeto pretende contribuir para a preservação histórica, cultural e ambiental da região do Vale do Paraíba e para o desenvolvimento da indústria turística no Vale do Paraíba.

O estudo de viabilidade do uso de ônibus elétricos no transporte de passageiros é outra iniciativa apoiada pelo Instituto Light, que faz parte da estratégia da empresa de incentivar a melhoria da qualidade de vida na cidade do Rio de Janeiro, com deslocamentos mais rápidos e redução do uso dos combustíveis tradicionais, de modo a promover a sustentabilidade do planeta.

Eixo Cultural - Valorização do patrimônio histórico, cursos e publicações

Patrimônio Histórico - Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba - Mais de 100 fazendas em 23 municípios da região foram mapeadas e tiveram sua história registrada nos três volumes do “Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba”, publicado com o apoio do Instituto Light. O inventário, acompanhado de um Manual de Conservação com informações que orientam os proprietários sobre o restauro e a manutenção das edificações, foi distribuído para as bibliotecas da região, além dos proprietários das fazendas e do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (INEPAC), no Rio de Janeiro.

Cursos e publicações - A formação histórica e física do Rio de Janeiro foi apresentada, de forma didática e acessível, nos seguintes cursos: História urbana do Rio de Janeiro; Geologia do Rio de Janeiro; Geografia Ambiental do Rio de Janeiro – O meio físico; Geografia Ambiental do Rio de Janeiro – Ecossistemas; Geografia Ambiental do Rio de Janeiro – Clima

O apoio à formação do Dicionário Houaiss e a publicação dos livros “Light – A história da empresa que modernizou o Brasil”, “Estudos sobre a Rio Light”, “Coleção Princesa Isabel – Fotografia do Século XIX” e “História da iluminação pública”, entre outros, são iniciativas que promovem temas culturais e a preservação da memória da empresa.

Educação Musical - O Instituto Light apoia a Orquestra Infantil Maestro José Siqueira, que está formando 30 jovens em instrumentos de cordas - violinos, violas, violoncelos e contrabaixos. Outros 20 jovens estão sendo iniciados na prática coral. Os alunos que compõem o projeto são estudantes de colégios próximos à Light e filhos de empregados da empresa.

Eixo Institucional - Desempenho de instituições públicas e promoção do serviço público eficaz

O Instituto Light promove o acompanhamento do desempenho de instituições públicas, no sentido de mobilizar a sociedade para monitorar a transparência, a efetividade e a eficiência dos programas governamentais. Com propostas de reformas institucionais aplicáveis ao governo do Rio de Janeiro e às prefeituras da área de concessão da Light, o instituto promove o serviço público eficaz.

Além dos projetos listados anteriormente, ressaltamos o “Programa Iluminar”, desenvolvido pela “Diretoria de Gente”, que tem por objetivo principal abrir espaço profissional para jovens com deficiência neuropsíquicas. Criado em 2005, referido programa conta com 10 jovens incluídos em atividades laborais nas dependências do Grupo Light.

O projeto objetiva ainda desenvolver uma programação que inclua a pessoa com deficiência, agregando valores humanitários e éticos presentes e necessários ao paradigma organizacional das empresas socialmente responsáveis; desenvolver nos empregados da Companhia valores como solidariedade, ética, respeito à diversidade e cooperação, incentivados pela convivência diária com o jovem deficiente na Companhia; fortalecer o “Programa de Sustentabilidade da Light SESA”, proporcionando maior conscientização de sua importância para todos os parceiros e interlocutores da Companhia, e, ainda, acolher e apoiar as famílias e seus dependentes com deficiência, possibilitando a inclusão dos jovens no mercado de trabalho, dando visibilidade a sua existência e criando um ambiente instrutivo e seguro, propiciando meios para uma ação inclusiva.

A Light SESA contrata portadores de deficiências há mais de 14 anos. Em 2008 foram admitidas 55 pessoas para compor esse quadro, que já contabiliza 147 profissionais, com atuação nas áreas de administração, atendimento ao público, faturamento, cobrança e na agência virtual, entre outras. Esse total é 20,5% maior que o de 2007. Vários parceiros apoiam a Light SESA no recrutamento desses profissionais, entre os quais o Instituto Brasileiro dos Direitos das Pessoas com Deficiência (IBDD) e instituições como Assidef, SINE, Cead, CVI, Apael e Andef. No processo de adequação plena à legislação em vigor, a Light SESA assinou com o Ministério Público do Trabalho um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que prevê a divulgação das oportunidades profissionais para pessoas portadoras de deficiência no banco de vagas da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda.

Dentro do que preconiza a Política de Diversidade da Força de Trabalho da Light SESA, implementada em 2008, além da inserção profissional, a Light SESA estimula a formação desses empregados. Um programa específico, elaborado pela Academia Light, inclui um módulo básico de integração à empresa e capacitação em competências básicas administrativas, rotinas, procedimentos e sistemas internos, pacote Office e língua portuguesa. Quem ainda não concluiu o ensino médio é direcionado para o curso supletivo, desenvolvido em parceria com o SESI.

Uma série de *workshops* de sensibilização, desenvolvidos com o intuito de preparar a organização para receber os novos empregados portadores de deficiência envolveram aproximadamente 90 empregados, desde os principais líderes da organização até os profissionais das áreas receptoras.

Prêmios

Campanha de segurança da Light SESA ganha prêmio da ABCE – maio 2008

A campanha *Sua Vida Vale Mais*, voltada para a segurança do trabalho, conquistou o prêmio da I Mostra de Práticas de Comunicação para Prevenção de Acidentes com o Público Interno, promovida pela Associação Brasileira de Concessionárias de Energia Elétrica (ABCE). A Light SESA concorreu com CPFL, Elektro, CEMAR e Duke Energy, em evento que teve o hotel Pestana de São Paulo como cenário, dias 13 e 14 de maio.

Dividida em fases, a campanha utilizou banners, adesivos para veículos e cartões postais enviados para as residências, envolvendo também as famílias. Um dos pontos mais importantes é que todos os “modelos” usados na campanha foram os próprios empregados da Light SESA com comportamento exemplar na questão da segurança.

Selo Empresa Cidadã (Adesão da Light SESA ao Maternidade Cidadã) – maio de 2008

As funcionárias da Light SESA já têm direito a ficar mais tempo com seus bebês após o parto. É que a companhia de energia aderiu à Lei Estadual n.º 5.160/2007, de autoria do deputado Coronel Jairo, que amplia o período de licença-maternidade de 120 dias para 180 dias. A companhia de energia, que sempre esteve na vanguarda dos acontecimentos, principalmente os que envolvem o cotidiano da população e o desenvolvimento sustentável do Rio de Janeiro, recebeu o Selo Empresa Cidadã pela adesão.

Gestão com foco na sustentabilidade garante à Light SESA Top Social 2008 – junho 2008

Com o *case* “*Light: a transformação de uma empresa com foco na sustentabilidade*”, a Light SESA conquistou em junho do ano passado o Top Social de Responsabilidade Social 2008, a primeira premiação do gênero no Brasil. Instituído pela ADVB (Associação dos Dirigentes de Vendas e Marketing do Brasil), o prêmio tem como objetivo “*reconhecer as organizações que tenham demonstrado visão quanto à importância do desenvolvimento social como fator de crescimento de uma sociedade que deixa de buscar somente o lucro e também desempenha o papel de agente social*”, segundo definição da ADVB.

Light SESA no ranking das 50 empresas mais sustentáveis – junho 2008

A Light SESA aparece em 3º lugar no ranking de empresas que prestam serviços públicos e 45º no ranking geral de uma pesquisa inédita para eleger as 50 empresas mais sustentáveis do País.

Realizada pela Mídia B, a pesquisa analisou a cobertura jornalística sobre sustentabilidade do setor empresarial ao longo de 2007, com foco nas ações das empresas em meio ambiente, transparência, relações com fornecedores, clientes e comunidade.

Num universo de 440 empresas analisadas, a pesquisa selecionou as 50 organizações citadas de forma positiva pelas publicações Exame, Isto É Dinheiro, Época Negócios e AméricaEconomia em 2007.

A Light SESA é premiada com Marketing Best de Responsabilidade Social - julho 2008

Reconhecida como exemplo de corporação que respeita e promove ações de responsabilidade social, a Light SESA conquistou o Marketing Best de Responsabilidade Social 2008 na sétima edição do prêmio, um dos mais importantes do Brasil na área de Marketing.

Criado em 2002, o Marketing Best de Responsabilidade Social destaca as organizações que desenvolvem ações sociais voltadas tanto para o público interno quanto para as comunidades com as quais se relacionam. A premiação é oferecida pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Editora Referência e Media Mundo Marketing School.

Light SESA é premiada por programas de Engajamento e Liderança – julho 2008

O Programa de Engajamento, que levou 100% dos empregados às salas de aula, foi distinguido com o Prêmio Ser Humano – Oswaldo Checchia 2008 na modalidade Gestão de Pessoas, Categoria Empresarial, oferecido pela Associação Brasileira de Recursos Humanos.

O Programa de Desenvolvimento de Lideranças, integrado ao Programa de Engajamento, recebeu o reconhecimento pela Associação Brasileira de Recursos Humanos em nível nacional. A Light SESA concorreu com 84 grandes empresas brasileiras.

Light SESA ganha o prêmio Nacional de Responsabilidade Socioambiental Empresarial – outubro 2008

Oferecido pelo Instituto Ambiental Biosfera, esse prêmio reconhece empresas que incentivam ou promovem iniciativas de sucesso nas áreas social, ética, ambiental e de desenvolvimento sustentável. Para chegar ao resultado, uma comissão avaliadora constituída por 180 membros do conselho diretor e consultivo do Instituto Biosfera, analisou os perfis de projetos e ações socioambientais de empresas representativas de vários setores da sociedade, além de conversar com representantes das comunidades e dos consumidores.

Light S.A. pela segunda vez entre as empresas que compõem o ISE-Bovespa – novembro 2008

A Light S.A. foi selecionada pela Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) para integrar, pelo segundo ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) que vai vigorar de 1º de dezembro de 2008 a 30 de novembro de 2009. A lista das empresas que compõem a carteira foi divulgada em 25 de novembro pela Bovespa.

Light SESA é reconhecida como Empresa Cidadã – novembro 2008

A Light SESA foi certificada pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RJ) como Empresa Cidadã, por seu compromisso com a Responsabilidade Social, ao lado de outras 34 empresas cariocas.

A certificação valoriza as empresas brasileiras que documentam, por meio de Balanço Social IBASE, os investimentos nas áreas social e ambiental. A premiação é fruto de uma parceria entre o Conselho, a Firjan, a Fecomércio e o Departamento de Contabilidade da UFRJ.

Centro Cultural Light recebe prêmio Acessibilidade Nota 10 – novembro 2008

Para a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ), a Light SESA é “nota 10” em acessibilidade: O Centro Cultural Light conquistou a categoria Bronze do Prêmio Acessibilidade Nota 10, com que a assembleia reconhece as empresas que se preocupam com o direito de ir e vir de todos os cidadãos e assegura a acessibilidade aos portadores de deficiências. O prêmio diz respeito à acessibilidade nas dependências do Centro Cultural Light, espaço cultural integrado à sede da empresa, na Avenida Marechal Floriano, voltado para promover a cultura e a história da Companhia, sempre muito ligada à própria história do Rio de Janeiro.

Distinções concedidas ao diretor-presidente e executivos da Light SESA

Título de Cidadão Valenciano – março 2008

O diretor-presidente da Light SESA, José Luiz Alquéres, recebeu o Título de Cidadão Valenciano, concedido pela Câmara Municipal de Valença. A resolução para o oferecimento da condecoração, de iniciativa do vereador Vítor Emmanuel Couto, elogia os relevantes serviços prestados por Alquéres à cidade.

Cidadão Honorário de Pirai – junho de 2008

O diretor-presidente da Light SESA, José Luiz Alquéres, recebeu o Título de Cidadão Honorário de Pirai, concedido pela Câmara Municipal da cidade. A resolução para o oferecimento da condecoração, de iniciativa do vereador Sebastião Paulino, elogia o empenho do executivo em prol do progresso do município.

Líder do Ano do Setor Elétrico – dezembro 2008

O diretor-presidente José Luiz Alquéres foi eleito “Líder do Ano do Setor Elétrico Brasileiro” pelo Fórum de Líderes Empresariais. A indicação foi feita por empresários do setor, em reconhecimento a uma intensa e importante atuação na área de energia ao longo de sua trajetória profissional e, em especial, nos últimos dois anos, como presidente da Light SESA. Alquéres compartilhou o prêmio com Djalma Bastos de Moraes, diretor-presidente da CEMIG.

Título de Cidadão Barrense – dezembro 2008

Título concedido ao diretor-presidente, José Luiz Alquéres, e ao Superintendente de Relações Institucionais, Eduardo Camillo, pela Câmara Municipal de Barra do Pirai/RJ. A indicação partiu do Prefeito da cidade, José Anchite, em agradecimento à atitude solidária da empresa para com a cidade durante um período recente de fortes temporais. A Companhia colaborou no resgate da população atingida, com cessão de veículos e equipamentos.

Prêmio IT Leaders – outubro de 2008

O CIO Marcelo Carreras conquistou o Prêmio IT Leaders 2008 no setor energia. Realizado pelo jornal COMPUTERWORLD, o prêmio é o reconhecimento do talento e da competência dos profissionais de TI que mais se destacaram ao longo do ano. Para chegar a esses nomes, a equipe editorial do jornal, em conjunto com a PriceWaterhouseCoopers, realiza uma pesquisa com cerca de 400 CIOs em todo o País. Eles respondem a um questionário, preparado e analisado por especialistas do setor, que avalia os principais aspectos relacionados à TI, sob a ótica da gestão de riscos. São agraciados 12 CIOs de diferentes setores da economia.

Título de Cidadão Itaguaense – julho de 2008

O Superintendente da Regional Grande Rio, Ivson Vasconcellos, recebeu o título de Cidadão Itaguaense, concedido pela Câmara Municipal de Itaguaí, em reconhecimento ao bom relacionamento e serviços prestados pela Companhia ao município.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

- Demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e respectivo parecer dos Auditores Independentes e relatório da Administração
- Demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e respectivo parecer dos Auditores Independentes e relatório da Administração
- Informações Trimestrais da Companhia relativas ao primeiro trimestre de 2008 e de 2009 e relatório de revisão especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 e 2006 e respectivo parecer dos Auditores Independentes e relatório da Administração

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.



- ✓ RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2007
- ✓ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
- ✓ PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Perfil Corporativo

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é a 3ª maior distribuidora de energia elétrica do país, com uma área de concessão que abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, com área total de 10.970 Km², servindo cerca de 10 milhões de pessoas, do total de 15,4 milhões de habitantes do Estado. Em 2007 a Companhia distribuiu 18.307 GWh de energia faturada. [colocar cativo + livre]

Contexto Operacional

Ambiente Econômico

Durante 2006, o real valorizou-se frente ao dólar sem grande volatilidade. O dólar fechou o ano cotado a R\$1,77 com uma desvalorização de 17,2% em relação ao real, tendo, portanto, impacto favorável na parte da dívida da Companhia exposta à variação cambial, apesar da significativa redução deste montante durante o ano. A inflação medida pelo IGP-M, índice utilizado no reajuste de tarifas da Companhia foi de 7,7% em 2007.

O Banco Central continuou sua política de redução gradual dos juros. A taxa básica SELIC encerrou 2007 a 11, 25% a.a., em comparação a 13,3% a.a. no fechamento de 2006. Essa redução beneficiou a Companhia na medida em que ela reduz o custo de sua dívida.

Em 2007 foi iniciado o 2º Ciclo de Revisão Tarifária das distribuidoras de energia elétrica, que tem como princípios: as alterações na estrutura de custos e de mercado da concessionária, os níveis de tarifas observados em empresas similares no contexto nacional e internacional, os estímulos à eficiência e a modicidade das tarifas. As metodologias que serão utilizadas pela ANEEL para o 2º ciclo de Revisão Tarifária ainda estão em desenvolvimento, gerando uma incerteza do resultado deste ciclo para as distribuidoras. Em 20 de Dezembro de 2007, a ANEEL publicou a Audiência Pública 052/2007, que visa obter subsídios e informações adicionais para os aprimoramentos da Resolução Normativa ANEEL nº 234/2006. A referida Audiência Pública está prevista para ocorrer em 05 de março de 2008.

A revisão da Light, que ocorre de 5 em 5 anos está agendada para novembro de 2008. A Companhia vem trabalhando externa e internamente para o aprimoramento das metodologias postas em Audiência, visando garantir uma Revisão Tarifária justa, que represente as características da área de concessão da Light, remunerando de forma correta os investimentos prudentes e os custos eficientes.

Desempenho Operacional

As receitas da Companhia são oriundas do serviço de fornecimento de energia ao mercado cativo, que é formado por consumidores cuja unidade consumidora tem demanda contratada inferior a 3MW e do serviço de distribuição de energia aos clientes livres e concessionárias, com o faturamento da TUSD.

Tarifas

A ANEEL homologou, em 06 de Novembro de 2007 o reajuste médio das tarifas da Light de 0,10% para o período iniciado em 07 de novembro de 2007, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras).

O índice de reajuste, válido para as tarifas compreendidas entre o período de 07 de novembro de 2007 até 06 de novembro de 2008, é constituído de dois componentes: o estrutural, que passa a integrar a tarifa, com reajuste de 0,51%; e o financeiro, que é válido pelo período de vigência desta tarifa, que teve um ajuste negativo de 0,41%.

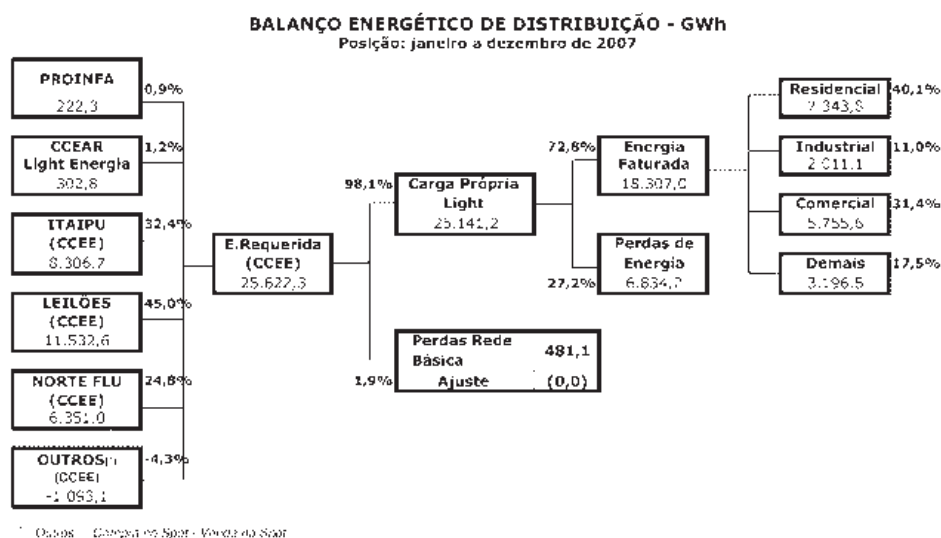
Como parte dos custos não-gerenciáveis sofreu redução ao longo dos últimos 12 meses, principalmente em função da redução da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis - subsídio à geração térmica na região norte do país) e do dólar (indexador das compras de energia de Itaipu Binacional), o reajuste das tarifas da Light ficou em nível inferior à inflação do período.

Os consumidores finais da Light observaram em média uma redução de suas contas de luz de 4,79%, a partir de 07 de novembro. Isto ocorreu devido aos ajustes financeiros incluídos na tarifa relativa ao período compreendido entre 07 de novembro de 2006 e 06 de novembro de 2007, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, que tinham um efeito positivo de 5,4% na tarifa daquele período.

Com a aplicação do realinhamento tarifário, onde os consumidores de alta e baixa tensão tiveram índices de reajuste distintos, o reajuste médio para cada nível de tensão calculado pela ANEEL se deu conforme se observa na tabela a seguir:

Balanco Energético

O diagrama abaixo identifica as quantidades em GWh e os correspondentes percentuais do fluxo de energia entre as fontes e os destinatários finais supridos pela Light.



Perdas de Energia Elétrica

As perdas totais de energia (últimos 12 meses) aumentaram de 6.251 GWh em dezembro de 2006 para 6.834 GWh em dezembro de 2007, representando um aumento de 0,8 p.p. sobre a carga fio.

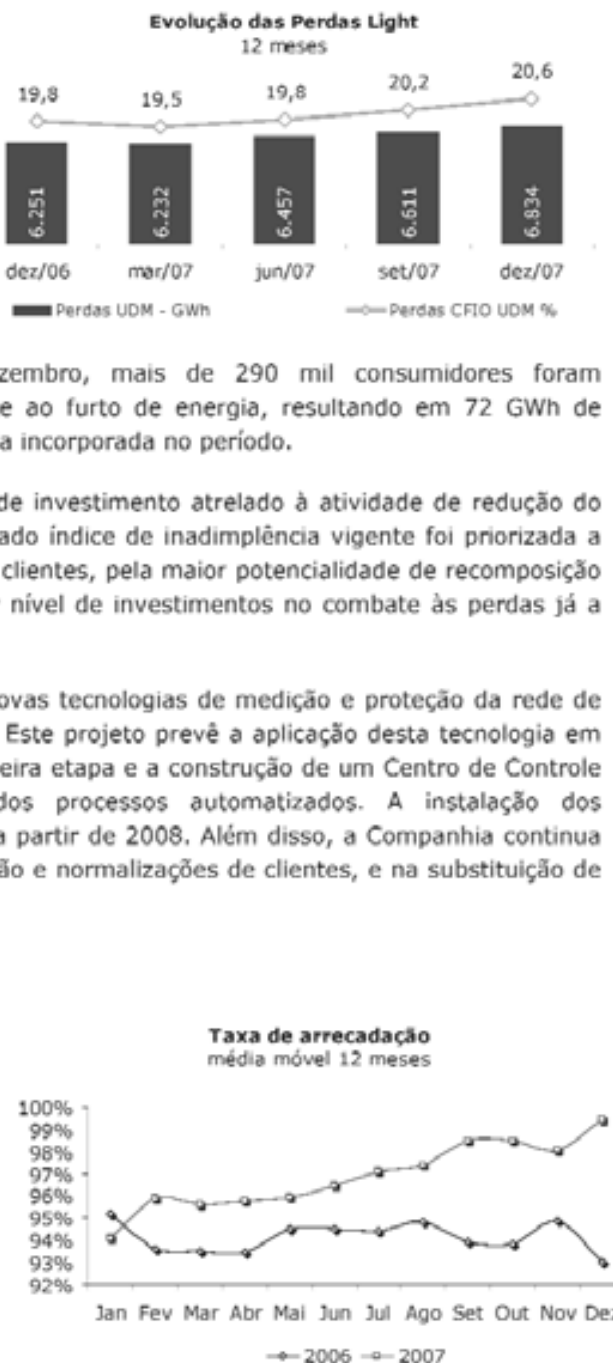
Em 2007 as ações de combate às perdas foram reorientadas, com o objetivo de garantir ganhos efetivos de longo prazo. Entre janeiro e dezembro, mais de 290 mil consumidores foram inspecionados pelas equipes de combate ao furto de energia, resultando em 72 GWh de energia recuperada e 170 GWh de energia incorporada no período.

Em decorrência da necessidade de grande investimento atrelado à atividade de redução do nível de perdas da Companhia, e o elevado índice de inadimplência vigente foi priorizada a forte atuação na cobrança de débitos de clientes, pela maior potencialidade de recomposição de caixa, possibilitando assim um maior nível de investimentos no combate às perdas já a partir do ano de 2008.

Foi definido um plano de aplicação de novas tecnologias de medição e proteção da rede de distribuição para o combate das perdas. Este projeto prevê a aplicação desta tecnologia em 140 mil clientes de baixa tensão na primeira etapa e a construção de um Centro de Controle da Medição para o gerenciamento dos processos automatizados. A instalação dos equipamentos de medição será iniciada a partir de 2008. Além disso, a Companhia continua investindo em ações regulares de inspeção e normalizações de clientes, e na substituição de medidores obsoletos.

Inadimplência

O ano de 2007 foi marcado pela grande evolução no combate à inadimplência calcada no plano implementado pela nova administração. A taxa de arrecadação da Companhia durante o ano de 2007 foi de 99,4% do faturamento, representando uma melhora de 6,4 p.p. com relação ao ano anterior, afetada positivamente pelo recebimento de débitos de exercícios anteriores.



A constituição de provisão para devedores duvidosos no ano de 2007 representou 2,8% da receita bruta de faturamento de energia, apresentando uma redução de R\$ 145,5 milhões, ou 2,1 p.p. em relação ao provisionamento realizado em 2006. Essa evolução é resultado da

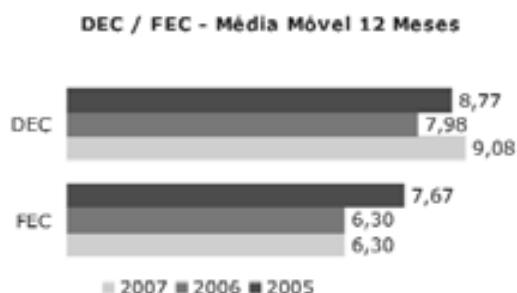
3/8

melhora no perfil de arrecadação no ano de 2007 conquistada principalmente com a regularização no pagamento de contas do poder público e grandes clientes, com destaque para reversão de provisões de débitos da Supervia, no valor de R\$ 86,9 milhões, baseada no histórico de pagamento regular dessa empresa e também em acordo firmado para o parcelamento de débitos existentes. Não existem mais provisões relacionadas aos débitos da Supervia.

Qualidade dos Serviços

Em 2007, a Light manteve os níveis do serviço de energia elétrica, investindo R\$ 54 milhões em automação da rede e aumento de capacidade dos circuitos e da transformação. Com relação ao desempenho, verificou-se uma elevação marginal do DEC em decorrência de condições climáticas adversas em períodos cuja ocorrência não é comum, impactando este indicador de qualidade. O indicador FEC se manteve no mesmo patamar de 2006, mantendo a Light entre as melhores distribuidoras do país com relação à qualidade de fornecimento.

A Companhia continuará a busca pela melhoria na qualidade do seu fornecimento para se manter entre as melhores distribuidoras do país, sempre mantendo seus indicadores de qualidade em níveis satisfatórios, dentro dos limites permitidos pela ANEEL. Para garantir tal desempenho, a Companhia dará continuidade em 2008 ao seu programa de investimentos, da ordem de R\$ 55 milhões, em manutenção preventiva, otimização da rede e expansão de capacidade dos circuitos e da transformação.



Atendimento ao Cliente

Com o objetivo de melhorar o relacionamento com o cliente e de acompanhar o seu desenvolvimento, a Light participa ou investe em pesquisas para avaliar a satisfação dos seus consumidores com os serviços e atendimentos prestados. São elas: Pesquisa ANEEL; Pesquisa ABRADDE e Pesquisa Interna.

Na pesquisa ANEEL de 2006, a Light obteve um crescimento significativo de 6,58 pp, passando de 60,39% para 66,97%. Este resultado levou a Light a ser considerada a segunda melhor empresa de energia elétrica de grande porte da região Sudeste, na percepção do cliente sobre a qualidade do serviço prestado pelas 64 distribuidoras de energia do Brasil.

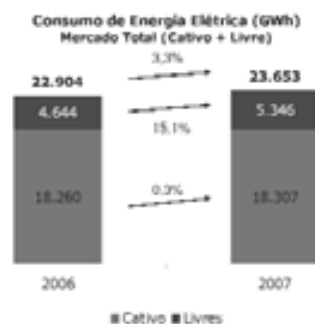
O índice de satisfação da qualidade percebida (ISQP) se manteve estável de 2006 para 2007 apesar da implantação, em outubro 2006, do novo Sistema de Gestão Comercial CCS – SAP.

fazendo a migração dos 3,8 milhões de clientes. O resultado deste indicador em 2007 foi de 74,10%.

A Light possui uma variedade de canais de atendimento que oferecem fácil acesso a informações, produtos, serviços, reclamações e solicitações de providências. São eles: website, que disponibiliza a agência virtual e o chat (Clique-Light); agências comerciais e de auto-atendimento; máquinas de auto-atendimento; tele-atendimento (Disque-Light), postos de atendimento às comunidades, as gerências de Grandes Clientes Empresariais, Grandes Clientes Corporativos, Grandes Clientes Poder e Serviço Público, Espaço Grandes Clientes, tele-atendimento de emergência de grandes clientes, Ouvidoria e Conselho de Consumidores. Desta forma a empresa destaca-se entre as concessionárias de serviços essenciais da Região Sudeste, pela modernidade dos sistemas empregados, pela qualidade técnica e confiabilidade sobre as informações geradas.

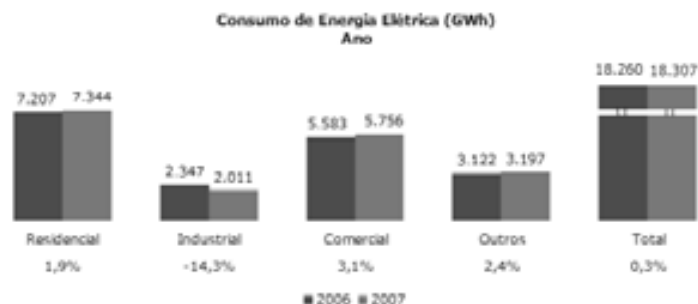
Distribuição

O total de energia consumida em 2007 na área de concessão da Light (clientes cativos + livres), somou a 23.653 GWh, apresentando um crescimento de 3,3% em relação a 2006. Tal aumento foi impulsionado principalmente pelo consumo do mercado livre, que respondeu por 94% desse crescimento.



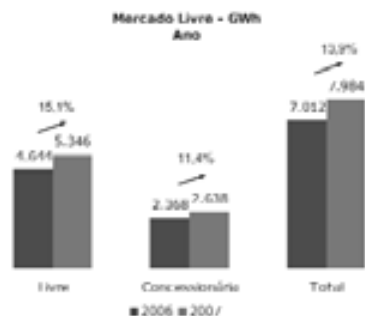
Mercado Cativo

A energia faturada em 2007 totalizou 18.307 GWh apresentando um crescimento de 0,3% com relação a 2006. Apesar do crescimento nas classes residencial e comercial, de 1,9% e 3,1% respectivamente, a redução de 14,3% no consumo industrial, fruto da saída de 3 clientes em 2007 com consumo médio mensal aproximado de 1.800 MWh, completamente compensado pelo aumento no faturamento do uso da rede. Outro fator que contribuiu para o baixo crescimento do consumo do mercado foi a alteração da metodologia de faturamento da iluminação pública, acertada com a empresa municipal Rio Luz, que resultou no registro de um consumo 72 GWh menor neste ano em comparação com o ano anterior.



Uso da Rede

No ano de 2007 o volume de uso da rede totalizou 7.984 GWh, 13,9% acima do volume transportado em 2006, sendo que o volume transportado para os clientes do mercado livre cresceu 15,1% e o volume transportado para outras concessionárias aumentou 11,4%, em comparação ao ano de 2006. No ano, migraram 9 clientes para o mercado livre, representando um consumo faturado total de 91 GWh, mais do que compensando a redução de consumo equivalente no mercado cativo.



Investimentos

Foram investidos R\$ 330 milhões até dezembro de 2007 em aquisições de imobilizado em benfeitorias, sendo aproximadamente R\$ 280 milhões os investimentos direcionados ao desenvolvimento de redes de distribuição que envolve principalmente novas ligações, aumento de capacidade, e manutenção corretiva; melhoria de qualidade (otimização de estrutura e manutenção preventiva); e ações de combate a perdas com CAPEX de R\$ 48 milhões.

Comentário Financeiro e de Mercado de Capitais

Desempenho Financeiro

Em 2007, o desempenho econômico-financeiro da Light SESA melhorou em relação a 2006, resultado conjunto do melhor desempenho operacional da Companhia e também fruto do uso de créditos fiscais no valor de R\$ 851,2 milhões. O lucro líquido de 2007 totalizou R\$ 1.011 milhões contra um prejuízo acumulado de R\$ 210 milhões em 2006. O lucro líquido em base recorrente, ou seja, expurgando os lançamentos não recorrentes foi de R\$ 160 milhões. O EBITDA de 2007 totalizou R\$ 938 milhões, com aumento de 56,5% em relação ao registrado em 2006.

Receitas

A receita líquida da distribuição em 2007 foi de R\$ 4.755,2 milhões, 0,3% acima da registrada em 2006, resultado do comportamento estável do consumo faturado no mercado cativo, combinado com a variação nula da tarifa em 2007 com relação a 2006, até o reajuste tarifário em novembro de 2007.

Custos e despesas

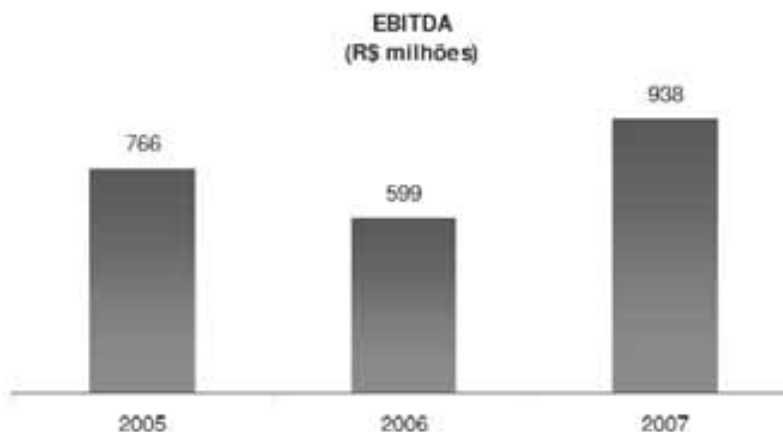
Em 2007, a redução dos custos totais foi de 7,2%, explicada principalmente pelo efeito de provisões não-recorrentes lançadas no 3T06, com um impacto negativo de R\$ 338,5 milhões naquele ano. Desconsiderando estas provisões, os custos de 2007 se manteriam em linha com o realizado em 2006, em R\$ 4.119,2 milhões.

Foram gastos R\$2.931 milhões em compra de energia, 2,2% acima do ano de 2006, efeito conjunto do aumento do volume de energia comprada em 1,5%, e do aumento do preço médio do mix de energia em 6,6%. O aumento do preço deste mix é explicado pela entrada de energia comprada do leilão de 2007, que representou 3,9% do mix, sendo esta energia mais cara que nos leilões de 2005 e 2006; e pela alta do preço de Itaipu em 8,6%, apesar do decréscimo do dólar no período.

Os custos e despesas operacionais gerenciáveis totalizaram R\$ 1.168,0 milhões, 25,1% menores que os custos de 2006, onde pode ser destacada, mais uma vez, a forte redução do nível de inadimplência, impactando diretamente o nível de provisões.

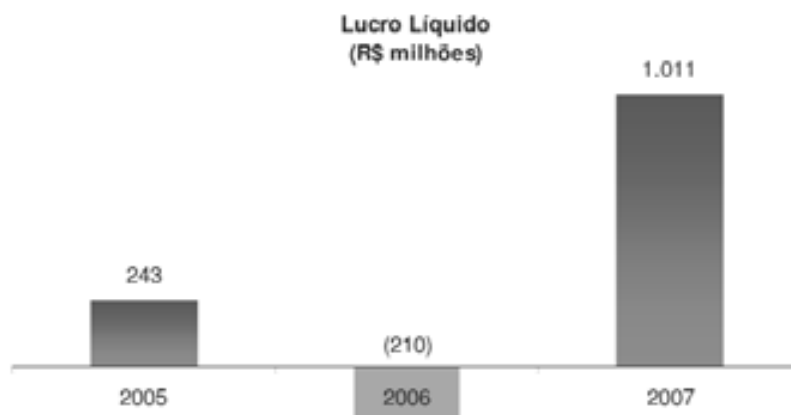
EBITDA

O EBITDA de 2007 foi de R\$ 937,8 milhões, o que significa um aumento de 56,5% em relação ao EBITDA de 2006. Em 2006 o EBITDA foi impactado pela provisão extraordinária de R\$ 338,5 milhões, não-recorrente. Desconsiderando este efeito, o EBITDA de 2007 ficaria em linha ao de 2006. A margem EBITDA do ano foi de 19,7%, e o EBITDA caixa foi de R\$ 1.308,1 milhões.



Lucro Líquido

O lucro líquido de 2007 monta a R\$ 1011,0 milhões, sendo parte decorrente do reconhecimento dos créditos fiscais diferidos acumulados no valor de R\$ 851,2 milhões após longo período de prejuízos contábeis e fiscais (a empresa acumulou três anos de histórico de lucros tributáveis, voltando a reconhecer créditos fiscais diferidos sobre provisões, comumente chamados por especialistas tributários de "diferenças temporárias"). Desconsiderando estes efeitos não-recorrentes, o lucro líquido seria de R\$ 160,0 milhões em comparação com o prejuízo de R\$ 210,3 milhões em 2006. Ainda que excluindo o efeito das provisões realizadas em julho de 2006, que afetaram negativamente o lucro daquele ano em R\$ 292,8 milhões, o lucro em bases recorrentes de 2007 teria sido 93,9% superior.



Proposta de Destinação do Lucro

No dia 13 de fevereiro de 2008, o Conselho de Administração da empresa aprovou a proposta de pagamento de dividendos no valor de R\$ 640.401 mil, a serem confirmados na Assembléia Geral de Acionistas, prevista para 17/03/2008. Cabe lembrar que estão incluídos no valor proposto os dividendos de R\$ 450 milhões deliberados em 28 de setembro de 2007 e pagos em 19 de novembro de 2007, a título de antecipações do resultado do período findo em 31 de dezembro de 2007. A distribuição de dividendos corresponde a 63,3% do lucro líquido registrado no ano.

Situação Financeira

A dívida líquida apresentou uma expressiva redução, de 42,4%, em relação ao fechamento do 2006, resultado da conversão de debêntures da 4ª emissão, com redução correspondente de R\$ 800 milhões na dívida bruta e também da forte geração de caixa, usada em parte para amortização de dívidas.

O prazo médio de vencimento da dívida também foi beneficiado pela renegociação de dívidas de menor prazo, sendo alongado de 4,66 anos para 4,77 anos. O custo médio está em 12,17% (redução de 0,23 pontos percentuais em relação a setembro 07) para dívida denominada em moeda local e de US\$ + 6,51% (redução de 2,06 p.p.) para dívida denominada em moeda estrangeira. A exposição à dívida em moeda estrangeira foi também muito reduzida durante o ano, passando de 42,5% para 8,1% do total, com o pagamento em janeiro de R\$ 1.466,0 milhões das dívidas "Contrato de Crédito em Reais" e "Amended and Restated Indenture" e em outubro de R\$ 306 milhões da dívida com o Deutsche Bank.

A Light pratica uma política de hedge com base no fluxo de caixa de desembolso em 24 meses. Com base nessa política, a exposição em moeda estrangeira passa de 8,1% para 5,6% do endividamento total em 31 de dezembro de 2007.

Outras Informações

Auditoria Externa

De acordo com a Instrução CVM nº 381/03, nós informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores independentes somente presta serviços relacionados à auditoria externa na Light S.A.

LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

ATIVO					
		Controladora		Consolidado	
Notas		31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
CIRCULANTE					
Disponibilidades	5	445.566	599.544	447.230	601.438
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	1.319.386	1.711.334	1.319.386	1.711.334
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	-	-	-
Tributos a compensar	7	679.447	607.584	679.447	607.584
Estoques		11.875	10.153	11.875	10.153
Dividendos a receber		13.349	16.113	-	-
Serviços prestados		56.079	29.876	56.079	29.876
Despesas pagas antecipadamente	8	275.313	245.277	275.313	245.277
Outros créditos	9	72.652	80.645	72.652	80.645
Total		2.873.667	3.300.526	2.861.982	3.286.307
ATIVO NÃO CIRCULANTE		7.231.533	6.803.825	5.709.394	4.965.764
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	326.066	217.061	326.066	217.061
Tributos a compensar	7	1.229.012	375.225	1.229.012	375.225
Depósitos vinculados a litígios		166.032	133.790	166.032	133.790
Despesas pagas antecipadamente	8	156.747	322.589	156.747	322.589
Outros créditos	9	478.468	587.607	478.468	587.607
Total		2.356.325	1.636.272	2.356.325	1.636.272
PERMANENTE					
Investimentos	10	1.535.241	1.872.859	13.102	34.798
Imobilizado, líquido	11	3.131.194	3.074.307	3.131.194	3.074.307
Intangível líquido	12	167.609	181.875	167.609	181.875
Diferido		41.164	38.512	41.164	38.512
Total		4.875.208	5.167.553	3.353.069	3.329.492
		10.105.200	10.104.351	8.571.376	8.252.071

LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

PASSIVO

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
<u>CIRCULANTE</u>					
Fornecedores	13	483.637	461.549	483.637	461.549
Folha de pagamento		1.800	1.010	1.800	1.010
Tributos	7	266.158	251.200	266.158	251.200
Encargos financeiros	14	83.894	171.307	47.703	126.706
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	323.829	368.530	92.675	368.530
Dividendos a pagar		190.401	-	190.401	-
Obrigações estimadas		47.495	32.961	47.495	32.961
Encargos setoriais - Contribuições do Consumidor	15	114.926	137.058	114.926	137.058
Provisão para contingências	16	2.237	3.302	2.237	3.302
Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados	18	72.131	72.620	72.131	72.620
Outros débitos	17	343.116	265.315	343.116	265.315
Total		1.929.624	1.764.852	1.662.279	1.720.251
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>					
		5.652.964	6.991.542	4.386.485	5.183.863
<u>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u>					
Fornecedores	13	-	29.769	-	29.769
Encargos financeiros	14	1.564	68.132	1.564	68.132
Empréstimos, financiamentos e debêntures	14	3.064.865	4.479.085	1.798.386	2.671.406
Tributos	7	276.872	279.182	276.872	279.182
Provisão para contingências	16	1.355.691	1.235.322	1.355.691	1.235.322
Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados	18	801.532	771.154	801.532	771.154
Outros débitos	17	152.440	128.898	152.440	128.898
Total		5.652.964	6.991.542	4.386.485	5.183.863
<u>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</u>					
		-	-	-	-
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
Capital social	20	2.076.898	4.315.556	2.076.898	4.315.556
Reserva de Lucro		57.827	7.277	57.827	7.277
Lucro (Prejuízos acumulados)		387.887	(2.974.876)	387.887	(2.974.876)
Total		2.522.612	1.347.957	2.522.612	1.347.957
		10.105.200	10.104.351	8.571.376	8.252.071

LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO
 (em milhares de reais)

		Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	Notas	01/01/2007 a 31/12/2007	01/01/2006 a 31/12/2006	01/01/2007 a 31/12/2007	01/01/2006 a 31/12/2006
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento de energia elétrica		7.091.516	7.067.976	7.091.519	7.067.976
Suprimento de energia elétrica		111.797	111.657	111.797	111.657
Outras receitas		547.855	556.544	547.855	556.544
Total		7.851.176	7.736.177	7.851.176	7.736.177
Deduções à receita operacional					
ICMS		(1.917.251)	(1.892.152)	(1.917.251)	(1.892.152)
Encargos do consumidor		(535.679)	(536.679)	(535.679)	(536.679)
Atas de CCEMP		(501.699)	(502.940)	(501.699)	(502.940)
Outras		(1.912)	(1.136)	(1.912)	(1.136)
Total		(3.966.631)	(3.933.107)	(3.966.631)	(3.933.107)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		4.255.189	4.243.094	4.255.189	4.243.094
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia comprada para revenda		(2.930.584)	(2.856.914)	(2.930.584)	(2.856.914)
Total		(2.930.584)	(2.856.914)	(2.930.584)	(2.856.914)
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal		(161.636)	(143.629)	(161.636)	(143.629)
Matérias		(17.066)	(14.481)	(17.066)	(14.481)
Serviços de terceiros		(12.129)	(8.126)	(12.129)	(8.126)
Provisões			(247.147)		(247.147)
Depreciações e amortizações		(266.527)	(252.969)	(266.527)	(252.969)
Outras		(11.073)	(8.468)	(11.073)	(8.468)
Total		(568.391)	(576.860)	(568.391)	(576.860)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS		(568.391)	(576.860)	(568.391)	(576.860)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		1.260.973	1.117.270	1.260.973	1.117.270
DESPESAS OPERACIONAIS					
Despesas	27	(235.486)	(446.949)	(235.486)	(446.949)
Gastos administrativos	27	(148.456)	(130.111)	(148.456)	(130.111)
Total		(621.942)	(808.652)	(621.942)	(808.652)
RESULTADO DO SERVIÇO		639.031	308.618	639.031	308.618
RESULTADO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL		(117.636)	(8.936)	(117.636)	(8.936)
RECEITA E DESPESA FINANCEIRA					
Receita	30	235.356	135.993	235.356	135.993
Despesa	30	(436.064)	(225.122)	(436.064)	(225.122)
Total		(200.708)	(89.129)	(200.708)	(89.129)
RESULTADO OPERACIONAL		320.687	210.457	320.687	210.457
Receita não operacional		12.654	4.116	12.654	4.116
Despesa não operacional		(6.520)	(1.146)	(6.520)	(1.146)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		(3.866)	2.970	(3.866)	2.970
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA		316.821	213.427	316.821	213.427
Imposto de renda e contribuição social		(642.179)	(238.632)	(642.179)	(238.632)
LUCRO/(PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA		(325.358)	(25.205)	(325.358)	(25.205)
Participação minoritária		1.010.996	1,216.171	1,010.996	1,216.171
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		685.638	1,190.966	685.638	1,190.966
Lucro/(Prejuízo) por lote de 1.000 ações - R\$		0,034097	0,02157	0,034097	0,02157

Em 31 de dezembro de 2007, o balanço patrimonial da Light S.A. apresentava o seguinte montante: 231.467.239.011 (2006: 113.857.646.401) (2007: 231.467.239.011) (2006: 113.857.646.401)

LIGHT - S.E.S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO
 (Em milhares de reais)

	<u>CAPITAL SOCIAL</u>	<u>RESERVAS DE CAPITAL</u>	<u>RESERVA LEGAL</u>	<u>RESERVAS DE LUCROS</u>	<u>AÇÕES EM TESOURARIA</u>	<u>LUCROS ACUMULADOS</u>	<u>TOTAL</u>
SALDOS EM 31/12/06	4.315.556	7.277	-	-	-	(2.974.876)	1.347.957
Aumento do capital social	824.099						824.099
Resolução do capital para extinção de prejuízos	(3.042.718)					3.042.718	
Atribuição do resultado de 2006	-	-	-	67.643	-	(67.643)	
Cancelamento do excesso					-	1.010.996	1.010.996
Constituição da reserva legal				30.550		(30.550)	
Dividendos pagos - resultado 1º semestre 2007						(150.000)	(150.000)
Dividendos pagos - resultado 2006	-	-	-	-	-	-	-
Dividendos complementares (*)						(190.401)	(190.401)
Aprovação do resultado do período				320.049	-	(320.049)	
SALDOS EM 31/12/07	2.076.898	7.277	-	438.437	-	-	2.522.612

(*) - complemento de dividendos, para pagamento de 50% do resultado do ano

LIGHT - SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
ORIGENS				
Das Operações				
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	1.010.996	(210.323)	1.010.996	(210.323)
Receitas (despesas) que não afetam o capital circulante líquido:				
Depreciação e amortização	301.837	295.176	301.837	295.176
Ajuste do investimento avaliado pelo valor patrimonial (RP) e CSSL diferidos de longo prazo	117.606	(48.956)	-	(5.596)
Baixa de bens do imobilizado	(856.599)	4.298	(856.599)	4.298
Baixa de diferido	(10.495)	6.074	(10.495)	6.074
Recuperação de margem tarifária, transações de energia livre e Parcela A	-	22.415	-	22.415
Provisão para contingências e outros exigíveis	159.777	414.826	159.777	414.826
Provisão para recuperação de margem tarifária e ajuste a valor presente de ativos	28.045	126.304	28.045	126.304
Variação monetária e cambial de longo prazo e outras	(374.783)	(81.387)	(31.899)	101.660
Outras	54.833	-	54.833	-
	<u>431.217</u>	<u>528.427</u>	<u>656.495</u>	<u>754.834</u>
De capital próprio				
Aumento de capital (Redução de capital)	-	(95.602)	-	(95.602)
	-	(95.602)	-	(95.602)
De terceiros e acionista controlador				
Empréstimos e financiamentos obtidos	1.682.064	9.126	1.682.064	9.126
Encargos financeiros capitalizados ao principal	9.687	106.208	9.687	106.208
Aumento de contas de compensação - CVA	-	22.514	-	22.514
Aumento de resultado de exercícios futuros	-	-	-	-
Redução de investimento avaliado pelo valor patrimonial	-	306.769	-	82.756
Alienação de bens	28.000	-	28.000	-
Realizáveis a longo prazo transferidos para circulante:				
Recuperação de margem tarifária	-	39.703	-	39.703
Transações de energia livre	-	16.335	-	16.335
Outros	-	358.140	-	358.140
	<u>1.719.751</u>	<u>860.795</u>	<u>1.719.751</u>	<u>634.782</u>
TOTAL DAS ORIGENS	<u>2.150.968</u>	<u>1.293.620</u>	<u>2.376.246</u>	<u>1.294.014</u>
APLICAÇÕES				
Das operações				
Aumento do realizável a longo prazo:				
Projetos para investimento	-	50.591	-	50.591
Despesas pagas antecipadamente	-	-	-	-
Outros	143.717	229.287	143.717	229.287
Aumento de ativo permanente:				
Investimento avaliado pelo valor patrimonial	-	-	-	-
Aquisição de imobilizado e beneplácitos	469.235	312.535	469.235	312.535
Diferido e outros investimentos	17.597	35.839	17.597	35.840
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante:				
Empréstimos e financiamentos	1.296.196	365.748	1.296.196	365.748
Outros	323.647	188.010	323.647	188.010
Dividendos propostos	190.401	-	190.401	-
Transferência da dívida para o curto prazo, em atendimento a NPC n.º 027	-	-	-	-
Resultado de exercícios anteriores	-	45.616	-	45.615
TOTAL DAS APLICAÇÕES	<u>2.440.793</u>	<u>1.227.626</u>	<u>2.440.793</u>	<u>1.227.626</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>(289.825)</u>	<u>65.994</u>	<u>(64.547)</u>	<u>66.388</u>
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO:				
Ativo Circulante				
No início do exercício	2.998.771	2.844.757	2.998.507	2.830.889
No fim do exercício	2.873.667	2.998.721	2.861.982	2.984.502
Total	<u>(125.054)</u>	<u>153.969</u>	<u>(127.507)</u>	<u>153.613</u>
Passivo Circulante				
No início do exercício	1.764.853	1.676.878	1.720.252	1.633.027
No fim do exercício	1.929.624	1.764.853	1.662.279	1.720.252
Total	<u>164.771</u>	<u>87.975</u>	<u>(57.973)</u>	<u>87.225</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	<u>(289.825)</u>	<u>65.994</u>	<u>(64.547)</u>	<u>66.388</u>

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ÍNDICE

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS
5. DISPONIBILIDADES
6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS (CLIENTES)
7. TRIBUTOS
8. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE
9. OUTROS CRÉDITOS
10. INVESTIMENTOS
11. ATIVO IMOBILIZADO
12. ATIVO INTANGÍVEL
13. FORNECEDORES
14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS
15. ENCARGOS REGULATÓRIOS
16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
17. OUTROS DÉBITOS
18. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
21. DIVIDENDOS
22. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
23. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
25. ENCARGOS DO CONSUMIDOR (DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL)
26. OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA REALIZADAS NO ÂMBITO DA CCEE
27. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS
28. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS
29. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA
30. RESULTADO FINANCEIRO
31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
32. SEGUROS
33. REAJUSTE TARIÁRIO
34. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA
35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS
36. EVENTOS SUBSEQUENTES
37. FLUXO DE CAIXA - REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E DE 2006
(Valores expressos em milhares de reais)****1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A. (doravante "Light SESA" ou "Companhia"), é uma concessionária de serviços públicos de eletricidade, resultado da nova denominação dada à empresa São Paulo Light S.A. - Serviços de Eletricidade na mesma data em que incorporou a "The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited", ocasião em que passou a atuar nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1981 a Empresa deixou de atuar no Estado de São Paulo com a venda de parte de seus sistemas elétricos para a ELETROPAULO.

A incorporada "The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited" foi fundada em junho de 1904 e autorizada a funcionar em setembro de 1905, iniciando sua atividade de geração e distribuição de energia, com a construção de usinas hidrelétricas no Estado do Rio de Janeiro. Atuou em diversos segmentos, tais como: transportes (1906 a 1970), fornecimento de gás (1905 a 1966) e telefonia (Companhia Telefônica Brasileira até 1963), tendo, entretanto, sempre como foco principal, a produção e o fornecimento de energia elétrica.

A incorporadora São Paulo Light S.A. - Serviços de Eletricidade, cujo nome original era "The São Paulo Railway, Light and Power Company, Limited", foi constituída no Canadá, em abril de 1899, e autorizada a funcionar no Brasil, em julho de 1899, tendo sido nacionalizada em novembro de 1956, ocasião em que adotou a denominação de São Paulo Light S.A. - Serviços de Eletricidade.

A LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A. sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica.

Sua área de atuação abrange 31 municípios no Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 3,8 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondente a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas (dados não auditados pelos auditores independentes). A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobrás (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense e do PROINFA.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 05 de setembro de 2005, em atendimento à Lei 10.848/2004, foi aprovado pela ANEEL, através da Resolução Autorizativa n.º 307/2005, o projeto de reorganização societária, onde a Light S.A. passa a ser a companhia controladora do Grupo Light, sendo aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2006.

Em 14 de janeiro de 2006, a Light S.A. realizou AGE para redução do capital social da Light SESA em contrapartida ao recebimento de: (i) totalidade das ações representativas do capital social da Light Energia S.A.; (ii) participações societárias detidas pela Light SESA nas empresas Lightger Ltda., Lighthidro Ltda., Light Fisco - Prestação de Serviços Ltda., Itacara Energia Ltda., HIE Brasil Rio Sul Ltda. e Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social; e (iii) recursos financeiros.

Após a redução de capital ora referida, a Light S.A. passa a ser a companhia controladora de todas as empresas operacionais do Grupo Light, entre as quais a ex-controladora Light SESA.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras da Companhia (controladora e consolidado) estão apresentadas em milhares (de reais e outras moedas), exceto se indicado de outra forma, inclusive as notas explicativas, e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pela ANEEL.

Informações adicionais estão sendo apresentadas, em notas explicativas, em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular no 2.409/2007-SFF/ANEEL, de 14 de novembro de 2007 e em consonância com o ofício circular CVM/SNC/SEP N.º 01/2007, de 14 de fevereiro de 2007.

As demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2006 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade, conforme abaixo relacionado:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Publicado	Reclassificado	Notas
<u>Ativo Circulante</u>			
Clientes			
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - RTE	-	(34.14%)	Nota 6
Créditos Diversos			
Tributos a Compensar	276.021	611.974	Nota 7
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Clientes			
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - RTE	(24.14%)	-	Nota 6
Créditos Diversos			
Tributos a Compensar	715.322	379.369	Nota 7
Outros			
Despesas pagas antecipadamente	-	6.630	Nota 8
Ativo Permanente			
Diferido	45.142	38.512	Nota 8
<u>Passivo Circulante</u>			
Provisões			
Encargos Regulatórios	327.319	137.05%	Nota 15
Outros			
Outros Débitos	74.554	365.315	Nota 17
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Provisões			
Encargos Regulatórios	10.121	-	Nota 15
Outros			
Outros Débitos	118.777	128.59%	Nota 17
<u>DRE</u>			
Deduções da Receita Bruta			
Encargos do Consumidor	(67.465)	(536.070)	Nota 25
Custo de Bens e/ou Serviços			
Quota para Conta de Consumo Combustível	(425.635)	-	Nota 27
Despesas/Receitas Operacionais			
Gerais e Administrativas	(404.250)	(361.300)	Nota 27

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Nota 6 – Clientes: reclassificação do ativo não circulante para o ativo circulante.

Nota 7 – Tributos a compensar: reclassificação da parcela de curto prazo do IRPJ e CSLL, diferidos do ativo não circulante para o ativo circulante.

Nota 8 – Despesas pagas antecipadamente: Foi reclassificado o valor de R\$6.630 referente a gastos com emissão de debêntures, registrado no Diferido para Despesas pagas antecipadamente.

Nota 15 e 17 – Encargos Regulatórios e Outros Débitos: reclassificação do montante de R\$200.882, referente as contas de P&D, PEE, EPE e FNDCT (R\$190.761 - curto prazo e R\$10.121 - longo prazo), para se adequar melhor a natureza das contas.

Nota 25 e 27 – Encargos do Consumidor e Custos e Despesas Operacionais: em atendimento às determinações da ANEEL, através do Despacho nº 3.073, de 28 de dezembro de 2006, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2007, os encargos do consumidor relativos ao Programa de Eficiência Energética – PEE, Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE e Conta de Consumo de Combustível – CCC, anteriormente contabilizados no grupo de Despesa Operacional e Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos, passaram a ser registrados no grupo de Deduções da Receita Operacional, efetuando-se as correspondentes reclassificações para os valores apresentados em 31 de dezembro de 2006.

Como informação suplementar está sendo apresentada a Demonstração do Fluxo de Caixa da controladora e consolidado, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2007 e 2006.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**a) Práticas contábeis Gerais:****Ativo circulante e não circulante**

- Disponibilidades – Incluem aplicações financeiras registradas ao custo acrescido das receitas auferidas até a data do balanço, e não excedem o seu valor de mercado.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Consumidores, concessionárias e permissionárias (Clientes) – Incluem o fornecimento da energia elétrica faturado e a faturar (estimativa), acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e renegociação de dívidas de consumidores e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) e créditos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas.
- Estoques (inclusive do ativo imobilizado) - Os materiais em estoques, classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante – Imobilizado (depósito de obras), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.
- Demais ativos – Estão demonstrados ao valor provável de realização incluindo, quando aplicável, as variações monetárias e os rendimentos auferidos até a data do balanço.
- Investimentos – as participações societárias permanentes relevantes são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, reduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.
- Ativo imobilizado – Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, corrigidos monetariamente até 1995, deduzido da depreciação acumulada.
- Ativo intangível – Registrado ao custo de aquisição corrigidos monetariamente até 1995, deduzido da amortização acumulada.
- Diferido – Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear em um prazo que não excede ao período máximo de 10 anos.

Passivo circulante e não circulante -

- Passivos circulante e Não circulante – são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – São calculados e registrados com base nas alíquotas vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras obedecido o regime de competência. Os impostos diferidos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura baseado nas projeções de resultados operacionais preparadas pela Administração.
- Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados – Foram calculados por atuários independentes, na data do balanço, com relação a custos, contribuições e passivo atuarial, adotando-se o método de crédito unitário projetado, de acordo com previsão regulamentar estabelecida na Deliberação CVM n.º 371/2000, e contabilizados em 2001 a débito de lucros acumulados. As atualizações dos referidos saldos estão sendo registradas a débito do resultado do exercício.
- Provisão para contingências – São constituídas mediante a avaliação e quantificação das ações, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração e de seus assessores legais.

Resultado do exercício -

É apurado em conformidade com o regime contábil da competência de exercícios:

- Reconhecimento de receitas – As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.
- Estimativas – A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração do Grupo se baseie em estimativas e seu julgamento para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações nas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas e julgamento da Administração.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrente de:

- provisão da renda não faturada;
 - provisão para crédito de recebimento da recuperação da recomposição tarifária extraordinária no prazo estabelecido pela Aneel;
 - provisão de crédito de liquidação duvidosa;
 - provisão para contingências e planos de aposentadoria complementar;
 - recuperação do imposto de renda e contribuição social diferido;
 - provisão para devolução baixa renda;
- Receitas e despesas financeiras – Incluem os juros, variações monetárias e cambiais incidentes sobre os direitos e obrigações sujeitos à atualização monetária até a data do balanço, e os resultados de operações de “hedge”, os quais são apropriados no prazo de vigência dos contratos e o resultado temporário reconhecido nas demonstrações financeiras na medida da permanência até seus vencimentos. Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para reais em função da taxa de câmbio reportada pelo Banco Central do Brasil na data do balanço. O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do exercício.
- Lucro (prejuízo) por ação – É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

b) Práticas Contábeis Regulatórias - Específicas do Setor Elétrico

- Plano de Contas - A Companhia adota o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL n.º 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações subsequentes estabelecidas através da Resolução ANEEL n.ºs 473, de 06 de março de 2006 e 219, de 11 de abril de 2006, e Despachos n.ºs 657, de 30 de março de 2006 e 3.033, de 21 de dezembro de 2006.
- Ativos e Passivos Regulatórios - Tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão.

O contrato, junto a Distribuidora Light SESA de concessão da distribuição prevê que “As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência das concessionárias ou permissionárias e a acuracidade das informações contábeis.”

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Está constituída com base em análise dos valores a receber dos clientes da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poder público, iluminação e serviço público vencidos há mais de 360 dias. No intuito de uma melhor avaliação e julgamento dos créditos considerados de difícil recebimento, considera também uma análise individual do saldo dos maiores clientes, incluindo parcelamentos de débito e histórico de arrecadação.
- Despesas pagas antecipadamente – São compostas principalmente por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos e incluem a Conta de Compensação da Variação de Valores de Bens da Parcela A - CVA e respectivos encargos que serão apropriados ao resultado à medida em que a receita correspondente for faturada aos consumidores segundo rege a Portaria no. 296 e 116 de 25.10.2001 e 4.04.2003, Lei 10.448 de 26.04.02 e resoluções complementares da ANEEL.
- Ativo Imobilizado em Serviço – AIS - Bens e Instalações em função do serviço concedido, cadastrados e controlados por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil e data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.
 - Reserva técnica imobilizada - Bem, ou conjunto de bens, que, por razões de ordem técnica voltada à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, embora não estando em serviço, esteja à disposição e que poderá entrar em operação de imediato. Sua contabilização obedece a todos os preceitos do ativo imobilizado em serviço, exceto quanto à depreciação que deverá ser paralisada enquanto o respectivo bem se encontrar nessa situação.
 - Depreciação - A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro – UC. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº. 44, de 17 de março de 1999, e nº. 473, de 06 de março de 2006.
- Ativo Imobilizado em Curso – AIC - Bens e instalações em formação ou construção.
 - Rateio de Administração Geral (RAG) - Parte das despesas administrativas e gerais, decorrentes dos gastos com pessoal próprio, prestação de serviços, arrendamentos e aluguéis e outros, são apropriadas, mensalmente, às imobilizações e demais ordens em curso, com base em critérios adequadamente fundamentados.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Encargos Financeiros - Em função do disposto na Instrução Contábil n.º 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL n.º 444, de 26 de outubro de 2001 e a Deliberação CVM n.º 193, de 11 de julho de 1996, os juros, variações monetárias e encargos financeiros, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo. Nos exercícios de 2006 e 2007, a Light SESA não efetuou capitalizações de encargos financeiros de montante significativo.

- Obrigações especiais vinculadas à concessão - Representam o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com a concessionária.

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante -Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

- Encargos Regulatórios

- Reserva Global de Reversão (RGR) - É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

- Conta Consumo de Combustível (CCC) - É a parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

- Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE – O custo da energia comprada e as receitas de suprimento estão reconhecidas pelo regime de competência baseadas em informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) responsável pela apuração dos valores e quantidades de compras e vendas realizadas no âmbito do CCEE, ou por estimativa da Administração, quando essas informações não estão disponíveis.

c) Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a Light SISA, e suas controladas, conforme nota 10. Estas demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as normas de consolidação da Lei n.º 6.404/76 e da Instrução CVM nº 247/96. Assim, foram eliminadas as participações entre as empresas consolidadas, os saldos de contas a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas. Devido à inexistência de lucros não realizados em operações intercompanhias, o patrimônio líquido da controladora é igual ao consolidado.

4. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	CONSOLIDADO			
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Ativos				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	95.114	248.124	-	128.087
Reconstrução Tarifária Emocionalizada, líquida - (a)1	31.866	152.250	-	98.318
Energia Livre, líquida - (a)1	16.354	67.914	-	29.769
Reajuste Tarifário - TUSD - incluído na tarifa	22.862	20.350	-	-
Reajuste Tarifário - TUSD	12.032	7.600	-	-
Despesas Pagas Antecipadamente	273.640	234.298	137.988	315.959
CVA - (b)	45.909	127.562	1.638	12.615
PIS e COFINS - (c)1	6.078	68.618	-	-
Outros Regulatórios - (c)2	13.573	55.113	-	-
Parcela "A" - (a)2	202.279	-	135.090	305.344
TOTAL ATIVOS	368.754	482.422	137.988	444.046
Passivos				
Fornece-dores	(16.053)	(67.914)	-	(29.769)
Energia Livre, líquida - (a)3	(16.053)	67.914	-	(29.769)
Outros Débitos	(131.567)	(28.322)	(21.502)	(9.713)
CVA - (b)	(75.685)	(36.521)	(21.502)	(9.713)
Outros Regulatórios - (c)2	(55.881)	(2.101)	-	-
TOTAL PASSIVOS	(147.620)	(96.236)	(21.502)	(39.482)
TOTAL GERAL	221.134	386.186	116.486	404.564

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**a) Racionamento:**

Pela Medida Provisória n.º 2.198, de 24 de agosto de 2001, foi criado o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE. Esse programa teve por objetivo compatibilizar a demanda de energia com a oferta, a fim de evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia. Em média, a redução de consumo prevista por esse programa foi de 20% em relação ao consumo verificado nos meses de maio, junho e julho de 2001. Esse programa vigorou de junho de 2001 até fevereiro de 2002, mês em que o governo considerou normalizada a situação hidrológica. Na região norte o programa foi suspenso a partir de janeiro de 2002.

Em dezembro de 2001, o governo e as empresas de energia elétrica firmaram o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica para retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do PERCEE.

Esse acordo abrangeu, no período de vigência do citado Programa Emergencial: (i) as perdas de margem incorridas pelas distribuidoras; (ii) os custos adicionais da denominada "Parcela A" para o período de 01.01.2001 a 25.10.2001; (iii) a parcela dos custos com a compra de energia no âmbito do CCEE, devida aos geradores não comprometidos com "Contratos Iniciais" de energia, denominada "energia livre", realizadas até dezembro de 2001; e (vi) a substituição do direito contratual previsto no Anexo V dos Contratos Iniciais (compra e venda de energia) relativo ao período de racionamento.

O Acordo Geral do Setor Elétrico também abrangeu o período pós racionamento, março a dezembro de 2002, para tratar da comercialização das sobras dos Contratos Iniciais, atribuindo às mesmas o valor de R\$73,39 por MWh.

As receitas das distribuidoras e geradoras (energia livre) de energia elétrica no período de racionamento estão sendo recuperadas por meio da "recomposição tarifária extraordinária - RTE" na forma de aumento nas tarifas de 2,9% para os consumidores residenciais, rurais e iluminação pública, e 7,9% para os demais consumidores, exceto consumidores de baixa renda e consumidores livres, sendo: 74 meses para a Perda de Receita e Energia Livre; e até a amortização total do saldo para a "Parcela A".

A Light SESA, avaliou a recuperação em função dos prazos e constituiu provisão para perda na realização da RTE no montante de R\$281.634 (R\$183.760 em 2006).

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 contemplaram os seguintes saldos decorrentes do acordo:

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1-Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Perda de Receita (Instrumento de homologação - Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04) e Energia Livre (Instrumento de homologação - Resoluções nºs 01/04 e 45/04):

ATIVO	Valor Homologado (1)	Remuneração Acumulada (2)	Valor Amortizado 2007 (3)	Saldo a Amortizar (4) = (1)+(3)	Provisão Para Perda (Prazo - 43M) (5)	Saldo a Amortizar Líquido (6) = (4)-(5)
Perda de Receita - Transmissora	711.456	657.993	1.001.456	310.003	(111.634)	228.369
Energia Livre - Geradora	275.429	581.640	367.606	163.560	(146.000)	17.560
Totais	1.011.881	899.143	1.428.964	481.060	(427.840)	54.120

2-Composição da Variação de Itens da "Parcela A" (período de 01/01/2001 a 25/10/2001) a ser recuperado a partir de março de 2008 pelo prazo necessário para atingir o montante homologado pela ANEEL, conforme Ofício circular Nº 267/04:

ATIVO	Homologação: Resoluções Nº 482/02 e 001/04 (1)	Remuneração Acumulada (2)	Total Acumulado 2007 (3)	Valor Amortizado 2007 (4) = (1)+(2)	Saldo a Amortizar (5) = (3)-(4)
Parcela A (de 01/01 a 25/10/2001)	125.635	213.674	339.369	-	339.369

3-Composição dos saldos dos valores homologados pela ANEEL, representativos do Repasse da Energia Livre, que referem-se à compra de energia elétrica no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE durante a vigência do PIERCEE. O repasse atual, conforme disposto no ofício circular nº 2003/07, corresponde a 30,52% da arrecadação bruta das tarifas extraordinárias, deduzido dos impostos apurados sobre o faturamento da RTE do mês corrente:

PASSIVO	Homologação: Resoluções Nº 001/04 F 045/04 (1)	Remuneração Acumulada (2)	Total Acumulado 2007 (3)	Valor Amortizado 2007 (4)	Saldo a Repassar (5) = (3)-(4)	Provisão Para Perda (6)	Saldo a Repassar Líquido (7) = (5)-(6)
Reserva de Energia Livre - Geradora	119.476	263.677	552.997	510.477	42.520	(111.497)	131.023

Foram observados os dispostos nos Ofícios Circulares nº 2.212/05 e nº 074/06-SEF/SER/ANEEL, para o cálculo da remuneração do saldo da RTE, atualizados pela taxa SELIC+1% a.a., na mesma forma do cálculo dos custos financeiros incorridos em função da captação vinculada de recursos junto ao BNDES.

Em dezembro de 2007 seguindo os dispostos no ofício circular Nº 2003/07, a Light SISA revisou os critérios de amortização do ativo de Energia Livre das geradoras, sendo agora efetuada pelos valores brutos arrecadados, sem efeito no resultado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA

Registra as variações ocorridas no período e juros SELIC entre reajustes tarifários anuais dos valores de tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu; tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu; quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE; Encargos de Serviço do Sistema – ESS; Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão Integrantes da Rede Básica e Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

Detalhamento da CVA

	CONSOLIDADO			
	ATIVO			
	Circulante		Não circulante	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Detalhamento - CVA				
Compens. Financeira p/ Utilização de Recursos Hídricos	-	66	-	-
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	-	49.410	-	5.187
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE	17.490	25.582	1.898	5.517
Custo de Aquisição de Energia	28.109	14.160	-	1.998
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	319	22.738	-	4.112
Energia Comprada de Itaipu	-	876	-	-
PROINFA	-	22.840	-	-
Transporte de Energia de Itaipu	-	452	-	-
Transporte de Energia pela Rede Básica	-	508	-	-
TOTAL - CVA	45.909	127.562	1.898	12.615

	CONSOLIDADO			
	PASSIVO			
	Circulante		Não circulante	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Detalhamento - CVA				
Conta de Consumo de Combustíveis - CCC	(76.836)	(1.117)	(5.571)	-
Custo de Aquisição de Energia	-	-	(5.231)	-
Encargos do Serviço do Sistema - ESS	-	-	(4.905)	-
PROINFA	(16)	-	(158)	(1.114)
Transporte de Energia de Itaipu	(1.140)	-	(145)	(1.045)
Transporte de Energia pela Rede Básica	(4.654)	(25.084)	(6.092)	(7.226)
TOTAL - CVA	(76.686)	(26.221)	(21.502)	(9.713)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Reajuste Tarifário de 2007

1-PIS e COFINS

Refere-se a majoração de alíquotas e mudança no critério de apuração do PIS e da COFINS à não-cumulatividade, conforme Lei 10.637/02 e Lei 10.833/03, respectivamente, alteradas pela Lei 10.865/04, repassadas no reajuste tarifário anual de 2007 da Light SESA, através da Resolução Homologatória nº 563, de 6 de novembro de 2007, a ser amortizado até outubro de 2008.

2-Outros ativos/passivos regulatórios

Componentes financeiros repassados no reajuste tarifário anual de 2007 da Light SESA, através da Resolução Homologatória nº 563, de 6 de novembro de 2007. A ANEEL considerou o valor do componente financeiro, em novembro de 2007, negativo em R\$20.788 a ser amortizado até outubro de 2008. Após as amortizações até a data, remanesce o saldo de R\$18.373 (R\$38.118 em 31 de dezembro de 2006).

5. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidada	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Monerário disponível	79.247	70.434	79.612	70.511
Aplicações financeiras	367.319	529.108	367.618	530.927
Total	446.566	599.544	447.230	601.438

	Taxa	Vencimento	Controladora		Consolidada	
			31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
Aplicações financeiras:						
Coverança Controladas LUS e LCU	-	Quarto	-	-	-	1.475
CTG	CDI	Diário	367.319	507.683	367.618	508.027
Fundo de investimento financeiro	CDI	Quarto	1.966	-	1.966	-
Outros	CDI	Diário	-	21.425	-	21.425
Total			367.319	529.108	367.618	530.927

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS (CLIENTES)

	Consolidado	
	31.12.2007	31.12.2006
CIRCULANTE		
Fornecimento faturado	1.442.665	1.410.124
Fornecimento não faturado	273.111	249.409
Parcelamento de débitos	149.560	382.390
	1.865.336	2.041.923
Comercialização no âmbito do CCEE (nota 26)	16.691	13.177
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica - TUSU	51.411	53.237
Créditos a recuperar na tarifa (nota 4)	40.894	27.951
Energia livre - ressarcimento a geradoras (nota 4)	16.354	67.914
Recomposição tarifária extraordinária - RTE (nota 4)	37.866	152.260
	133.216	282.619
	1.998.551	2.324.541
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(667.895)	(579.060)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - RTE	(11.271)	(34.148)
	1.319.386	1.711.333
NÃO CIRCULANTE		
Parcelamento de débitos	326.066	88.974
Encargo energia livre - FIE/COEFINS	28.310	28.310
(-) Provisão para energia livre - FIE/COEFINS	(28.310)	(28.310)
Energia livre - ressarcimento a geradoras	146.206	214.965
(-) Provisão para energia livre (nota 4)	(146.206)	(156.836)
Recomposição tarifária extraordinária RTE	281.634	253.768
(-) Provisão para perdas na recomposição tarifária extraordinária (nota 4)	(281.634)	(183.760)
	326.066	217.061

Os parcelamentos de débitos com vencimentos superiores a um ano, em geral incluem encargos financeiros negociados individualmente com os consumidores.

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31.12.2007			
Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Fundencial	191.126	133.185	324.311
Industrial	15.071	13.647	28.718
Comercial	129.291	13.801	143.092
Total	335	315	650
Feder Público	53.047	13.742	66.789
União Pública	10.517	4.440	14.957
União Pública	30.770	13.713	44.483
Fornecimento Faturado e parcelamentos (CP e LP)	114.421	236.768	351.189

31.12.2006			
Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Fundencial	139.257	143.182	282.439
Industrial	27.910	25.254	53.164
Comercial	125.093	65.311	190.404
Total	302	303	605
Feder Público	55.143	11.565	66.708
União Pública	14.112	13.756	27.868
União Pública	26.811	20.919	47.730
Fornecimento Faturado e parcelamentos (CP e LP)	433.120	518.981	952.101

Em 12 de abril de 2007 foi firmado um acordo entre a Companhia e a Supervia (Concessionária de Serviço Público Ferroviário), tendo como principais desdobramentos o parcelamento do saldo devedor em 168 prestações mensais sucessivas de valores progressivos, que variam de R\$ 500 mil a R\$ 1,2 milhão, com carência de 12 meses para o pagamento da 1ª parcela e a retomada do pagamento das faturas mensais de energia elétrica a partir de abril de 2007. A Supervia vem honrando rigorosamente todos os termos do acordo.

No ano de 2007 houve a retomada do fluxo regular de pagamentos pela Cedae (Serviço Público). Os débitos acumulados no montante de R\$ 118 milhões foram repactuados pela atual gestão em 59 parcelas de R\$ 2 milhões, com pagamento das parcelas através de crédito automático na conta da Companhia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. TRIBUTOS

	Controladora e Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	31-12-2007	31-12-2006	31-12-2007	31-12-2006
CIRCULANTE				
Créditos fiscais - IRPJ e CSLL (a)	55.047	35.460		
Adicional estadual sobre IRPJ (b)	-	4.162	-	-
IRPJ	9.540	9.540	24	1.174
IRPJ e CSLL diferidos (c)	297.645	325.953		
ICMS (d)	101.302	24.178	1.551	7.353
PIS/COFINS	20.867	19.319	46.356	43.464
PIS/COFINS - j parcelamento PAES (Refer E) (d)			3.408	5.155
INSS - parcelamento PAES (Refer E) (d)	-	-	7.215	6.022
Antecipação de IRPJ / CSLL	183.477	168.830	-	179.531
IRPJ e CSLL - Lucros não extintos não realizados (e)	-	-	43.310	-
Provisão de IRPJ / CSLL	-	-	165.320	-
Outros	1.569	10.140	7.254	3.023
TOTAL	679.447	607.584	266.158	251.200
NÃO CIRCULANTE				
IRPJ e CSLL diferidos (c)	1.121.970	228.530	-	-
IRPJ e CSLL diferidos - ganhos de capital	-	-	2.187	2.187
ICMS (d)	107.040	146.693	-	-
IRPJ e CSLL - Lucros não extintos não realizados (e)	-	-	223.730	194.956
PIS/COFINS - parcelamento PAES (Refer E) (d)	-	-	15.337	38.933
INSS - j parcelamento PAES (Refer E) (d)	-	-	35.616	43.056
TOTAL	1.229.012	375.223	276.872	279.182

Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social:

	Consolidado	
	31-12-2007	31-12-2006
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	363.317	27.709
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social as alíquotas pela legislação vigente	(125.398)	(9.421)
Efeito de imposto de renda e contribuição social <i>at</i> as adições e exclusões permanentes	(3.940)	(272.206)
Efeito de imposto de renda e contribuição social <i>at</i> equivalência patrimonial	(39.996)	16.645
Diferença entre as bases de cálculo - imposto de renda e contribuição social	-	2.979
Lucro das Off-Shores	(61.457)	(74.333)
Compensação de prejuízo fiscal - 30% - não reconhecida no resultado	22	101.764
Perda com créditos não realizáveis	23.396	-
Reconhecimento Ativo diferido	851.250	-
Provisão para Perda imposto de renda - Adicional de Imposto de Renda Estadual	(4.162)	-
Provisão contribuição social - Ajust. Diferença	-	(6.595)
Isenções Fiscais	2.179	3.035
Imposto de renda e contribuição social no resultado	642.179	(238.032)
IRPJ e CSLL corrente	(212.953)	(238.032)
IRPJ e CSLL diferidos	355.132	-
	642.179	(238.032)

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a) Refere-se a créditos fiscais a compensar, provenientes de restituições de aplicações financeiras e órgãos públicos. A variação de valor refere-se à atualização mensal feita pela taxa SELIC no valor de R\$4.469 e constituição de novos créditos durante o exercício corrente no montante de R\$15.118. Os créditos constituídos em 2007 estão sendo compensados em janeiro de 2008.
- b) Refere ao adicional de imposto de renda estadual, que a Light SESA obteve decisão transitada em julgado e aguarda pagamento através de precatório. Em virtude da falta de previsibilidade do recebimento deste precatório, a Administração resolveu constituir provisão do valor integral do crédito.
- c) Do exercício social de 2002 até 2006, a Light SESA não reconheceu contabilmente novas ativações de créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias (provisões contábeis) e prejuízos fiscais (exercícios de 2002 a 2003), em atendimento à Instrução CVM nº371/02, por não apresentar, àquela época, Lucros Tributáveis em pelo menos 3 anos de um histórico mínimo de 5 anos. A partir do exercício social de 2007, com o atendimento cumulativo de todas as condicionais dessa regra da CVM, a Light SESA passou a reconhecer novos ativos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias e, também, reverteu parte da provisão para recuperação de créditos fiscais.

Para suportar esses créditos fiscais diferidos, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até dezembro de 2007, os estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal, os quais indicaram a recuperação, em até 12 anos. A constituição do crédito fiscal contempla o montante recuperável em até 10 anos, como definido na mesma Instrução CVM nº 371/02 e no pressuposto da não prescrição pelo Regulamento do IRPJ. Este estudo teve como base as expectativas de lucros tributáveis futuros, sendo demonstrado, a seguir, as parcelas deste ativo fiscal diferido por ano de realização.

2008	297.645
2009	182.347
2010	140.729
2011	221.006
2012	166.764
2013 a 2017	405.000
2018 a 2020	124.588
	1.538.079
(-) Provisão para recuperação	(118.462)
Total - Light SESA	1.419.617

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os impostos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura considerando:

- i. **Prejuízo fiscal e base negativa de CSL** - serão compensados no limite de 30% ao ano, nas bases apuradas dos próximos exercícios fiscais.
- ii. **Diferenças temporárias** - a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões e/ou da efetiva perda dos créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

Os créditos de IRPJ e CSL diferidos ativos são oriundos de prejuízos fiscais e base negativa da CSL, e despesas/receitas (provisões não dedutíveis temporariamente) reconhecidas no resultado, as quais serão deduzidas/adicionadas ao lucro real e à base da CSL, em períodos futuros para cálculo dos impostos. A composição dos ativos diferidos em 31 de dezembro é:

	Consolidado	
	31-12-2007	31-12-2006
ATIVO E PASSIVO - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		
IRPJ e CSL base negativa	808.528	893.971
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	301.359	234.207
Provisão para participação nos lucros e resultados	9.897	5.123
Provisões para contingências trabalhistas	55.148	46.037
Provisões para contingências fiscais	237.968	225.491
Provisões para contingências cíveis	39.732	82.917
Outras provisões	35.337	29.625
	1.538.079	1.522.371
(-) Provisão para recuperação	(118.462)	(957.886)
Total - Light SESA	1.419.617	564.485

- d) Programa de Parcelamento Especial - PAES (REFIS II) - A Lei n.º 10.684, de 31 de maio de 2003, instituiu o Programa de Parcelamento Especial - PAES, destinado à regularização de créditos da União decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. O prazo para opção ao parcelamento foi estabelecido originalmente para 31 de julho de 2003, e posteriormente prorrogado para 29 de agosto de 2003.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de julho de 2003 a Light SESA protocolou o seu "pedido de parcelamento", conforme protocolo 200300003672, confirmado pela Secretaria da Receita Federal, tendo efetuado o pagamento da primeira parcela nessa mesma data. O montante da dívida incluída no PAES foi de R\$51.344 (líquido da redução de multa de 50%), que se encontrava em discussão administrativa quanto à legalidade da exclusão da RGR e CCC da base de cálculo do PIS e da COFINS. O pagamento está sendo efetuado em 120 parcelas, sendo que a consolidação do valor devido, ainda não foi homologada pela Secretaria da Receita Federal. Até 31 de dezembro de 2007, 57 parcelas foram quitadas pela controlada. O valor das parcelas foi calculado a partir do total da dívida pelo prazo de parcelamento sendo atualizado com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O saldo em 31 de dezembro de 2007 é de R\$18.745. (R\$44.116 em 31 de dezembro de 2006).

Com relação ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, a controlada protocolou "pedido de parcelamento" em 31 de julho de 2003, conforme protocolo n.º 60.213.452-8. O montante da dívida incluída no PAES foi de R\$59.975 (líquido da redução de multa de 50%), que encontrava-se em discussão judicial buscando a recuperação dos valores recolhidos a título de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho. O pagamento está sendo efetuado em 120 parcelas, sendo que a consolidação do valor devido, já foi homologada pelo INSS. Até 31 de dezembro de 2007, 57 parcelas foram quitadas pela controlada. O valor das parcelas foi calculado a partir do total da dívida pelo prazo de parcelamento sendo atualizado com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O saldo em 31 de dezembro de 2007 é de R\$43.531. (R\$49.078 em 31 de dezembro de 2006).

- e) Em 20 de fevereiro de 2003, foi impetrado Mandado de Segurança com pedido de liminar, a fim de que a Light SESA não fosse compelida ao recolhimento do IRPJ e da CSL incidentes sobre:
- (i) os lucros auferidos pelas empresas LIR e LOI antes de sua efetiva disponibilização, afastando a aplicação da regra prevista no parágrafo único do artigo 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24.08.2001 (MP 2.158-35), relativamente aos períodos de 1996 a 2001;
 - (ii) os lucros auferidos pelas empresas LIR e LOI antes de sua efetiva disponibilização, não se aplicando a regra prevista no artigo 74, *caput*, da MP 2.158-35/01, relativamente ao ano-calendário de 2002 e seguintes;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Atualmente, sob os efeitos da decisão proferida liminarmente nos autos do Mandado de Segurança nº 2003.51.01.005514-8, que suspendeu a cobrança do IRPJ e da CSL, aguarda-se o julgamento, pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, do recurso interposto pela Fazenda Nacional.

Com base nesta decisão judicial, a Light SISA suspendeu o pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, incidente sobre o lucro tributável de 2004, 2005, 2006 e 2007, apurado em virtude da adição, à base de cálculo destes tributos, dos lucros auferidos pelas empresas situadas no exterior. O montante provisionado é de R\$256.742 (R\$33.010 – circulante e R\$223.732 – não circulante).

- D) O montante de recuperação de ICMS inclui R\$109.283 em 31 de dezembro de 2007 (R\$134.645 em 31 de dezembro de 2006) de créditos provenientes da renegociação da dívida da CEDAE em julho e dezembro de 2006, registrado no circulante e não circulante.

8. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Consolidada e Consolidado	
	31.12.2007	31.12.2006
CIRCULANTE		
ICVA (nota 4)	45.909	1.17.062
IRPJ e CCFPJIS - ESI (nota 4)	6.079	60.816
Prêmio de opção Group	-	9.106
Acordo geral do grupo elétrico - Parcela "A" (nota 4)	203.239	-
Componentes financeiros - ESI (nota 4)	18.373	30.116
Outros	1.673	1.353
Total	275.313	248.277
NÃO CIRCULANTE		
ICVA - CIE (nota 4)	1.890	12.615
Acordo geral do grupo elétrico - Parcela "A" (nota 4)	146.190	73.344
Cartas com colocação de debêntures	11.009	6.550
Outros	7.750	-
Total	166.749	92.509

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. OUTROS CRÉDITOS

	Consolidado	
	31.12.2007	31.12.2006
CIRCULANTE		
Créditos Fiskal/tribut.	11.1	1.501
Adiantamento a Clientes e fornecedores	6.015	11.163
Adiantamento de Clientes e fornecedores	28.609	27.630
Prejuízo de Câmbio	1.524	-
Créditos a Demais(De)Tercos	26.172	20.054
Adiantamento de Clientes	1.111	-
Outros	12.017	1.194
Total	72.652	80.645
NÃO CIRCULANTE		
PIS e COFINS a Transportadoras	54.151	24.151
Prejuízo de Câmbio	625	17.762
Adiantamento de Clientes e fornecedores	33.111	475.410
Prejuízo de Câmbio a Demais(De)Tercos	11.557	11.284
Outros	654	1,05
Total	478.468	587.607

- a) Refere-se a créditos fiscais de Revisão das apurações de PIS/COFINS sobre encargos tarifários de transporte de energia.
- b) Refere-se aos valores apurados no mês corrente e que serão transferidos para o Ativo Regulatório quando do efetivo desembolso de caixa.

10. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2007	31.12.2006	31.12.2007	31.12.2006
<i>Avaliação por o quociente de participação</i>				
Light Energia Investimentos Limitada	2.373,79	2.412,06	-	-
Las Energia Limited	1.284.160	1.490.603	-	-
Subtotal	1.522.139	1.838.061	-	-
<i>Avaliação por o custo (transigções até 31 de dezembro de 1991, quando aplicável)</i>				
Fundo de Reserva (a)	8.196	8.196	8.196	8.196
Outros	12.102	30.627	12.102	30.627
Sub Total	13.102	34.798	13.102	34.798
Total	1.535.241	1.872.859	13.102	34.798

- a) Em 27 de abril de 2007 foi concluída a alienação do imóvel na Praia do Flamengo, pertencente a Light SESA. O valor da venda foi de R\$28.000, a qual gerou um resultado positivo de R\$7.770 no 2º trimestre de 2007, classificado como resultado não operacional.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

INFORMAÇÕES SOBRE AS COMPANHIAS CONTROLADAS E COLIGADAS

	LIR Energy	Light Overseas
31.12.2007		
Participação no Capital (%)	100	100
Capital social integralizado	42.106,5	1.114.334
Participação ligada	1.234.160	237.553
Reserva de expansão	65.921,9	631.436,6
Dividendos a receber	13.115	119
Impagamentos em curso	1.029.187	233.553
Reserva financeira e operacional	11.482,5	72.114,6
31.12.2006		
Participação no Capital (%)	100	100
Capital social integralizado	59.417	124.577
Participação ligada	1.406.503	347.553
Reserva de expansão	47.041	35.470,9
Dividendos a receber	13.840	164
Impagamentos em curso	1.912.711	177.147
Reserva financeira e operacional	19.274	1.172

MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NAS CONTROLADAS E COLIGADAS

	LIR Energy	Light Overseas
Saldos em 31.12.2006	1.406.503	347.553
Perdação de capital	(18.423)	(2.192)
Equivalência financeira do período (a)	65.921,9	631.436,6
Saldos em 31.12.2007	1.234.160	237.553

a) O resultado de equivalência contempla a variação cambial negativa no montante de R\$314.607 no exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e (negativa em R\$179.349 em 31 de dezembro de 2006).

11. ATIVO IMOBILIZADO

IMOBILIZADO ATIVIDADE	Controladora e Consolidado			
	31.12.2007			31.12.2006
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Instalação	5.426.457	(2.059.016)	3.367.441	2.913.317
Administração	298.174	(156.712)	141.462	142.286
Construção	233.632	(166.428)	67.204	60.471
Em Serviço	5.949.661	(2.872.459)	3.077.202	3.117.868
Instalação	147.089	-	147.089	135.513
Administração	23.580	-	23.580	29.110
Construção	5.170	-	5.170	4.193
Em Curso	283.239	-	283.239	169.146
Total da Imobilização	6.232.900	(2.872.459)	3.360.441	3.287.014
Variação da Equivalência Monetária (a)	(229.347)	-	(229.347)	(312.307)
Total do Imobilizado Líquido	6.003.553	(2.872.459)	3.131.194	3.074.707

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a) O saldo de obrigações especiais é proveniente da "Reserva para Reversão", constituída até 1971, e foi aplicado, até aquela data, na expansão do serviço público de energia elétrica, bem como de contribuições recebidas de diversos consumidores para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

	Controladora e Consolidado	
	31.12.2007	31.12.2006
Reserva para reversão	59.141	59.141
Contribuição do consumidor	123.484	114.488
Exações/subvenções destinadas à manutenção	37.478	37.478
Resposta e Despesa com o cliente	9.144	1.159
Total	229.247	212.266

O prazo de vencimento das obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador, ANEEL, e ocorrerá ao final do período da concessão, mediante redução do valor residual do ativo imobilizado para fins de determinação do valor da indenização que o Poder Concedente pagará à concessionária Light SESA.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

- b) A concessionária não possui em seu acervo, bens e direitos em uso de propriedade da União.

O imobilizado em curso inclui os estoques de materiais destinados a projetos, cujo montante em 31 de dezembro de 2007 totalizava R\$35.200 (em 31 de dezembro de 2006 – R\$33.902) e uma provisão para desvalorização de estoque de R\$2.710 (em 31 de dezembro de 2006 – R\$5.333).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Taxas anuais de depreciação

As principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 044 de 17 de março de 1999, são as seguintes:

Distribuição	%	Administração	%	Comercialização	%
Banco de Capacitores	6,7	Edificações	4,0	Medidor	4,0
Condutor do Sistema	5,0	Veículos	20,0		
Estrutura do Sistema	5,0				
Regulador de Tensão	4,8				
Transformado e distribuição	5,0				
Taxa depreciação média Distribuição	4,6	Taxa depreciação média Administração	7,6	Taxa depreciação média Comercialização	5,39

d) Programa Luz para Todos (Não auditado pelos auditores independentes).

Em 11 de novembro de 2003, foi criado o "Programa Luz para Todos" alocando recursos dos fundos setoriais (CDE e RGR) e dos Estados para financiar a universalização nas áreas rurais. Este programa propicia, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

No ano 2007 o Programa Luz para Todos atendeu a 1.001 clientes em 27 municípios, com extensão de 250km de rede MT, 14km de rede BT, instalação de 2.302 postes e instalação de 691 transformadores MT/BT, totalizando um investimento da ordem de R\$8.896 sendo adiantado a título de empréstimo a importância de R\$1.200. O contrato firmado prevê 15% à encargo da Distribuidora, 52% à encargo da Eletrobrás (RGR - empréstimo) e 33% à encargo do Governo do estado (empréstimo).

Na busca pela eletrificação do campo, o Programa Luz para Todos se integra aos diversos programas sociais e de desenvolvimento rural implementados pelo Governo Federal e pelos Estados, para assegurar que o esforço na eletrificação rural resulte em incremento da produção agrícola, proporcionando o crescimento da demanda por energia elétrica, o aumento da renda e a inclusão social da população beneficiada.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. ATIVO INTANGÍVEL

INTANGÍVEL ATIVIDADE	Custo Histórico	Controladora e Consolidado		31-12-2006
		31-12-2007	Amortização Acumulada	
			Valor Líquido	Valor Líquido
Intangível				
Distribuição	13.240	(148.840)	81.360	44.136
Administração	52.971	(15.753)	34.173	8.790
Contratualização	170.634	(60.299)	88.269	4.789
Fm Serviço	390.903	(256.903)	134.000	59.635
Distribuição	3.631	-	3.631	3.704
Administração	24.677	-	24.677	112.190
Contratualização	-	-	-	6.160
Em Curso	33.609	-	33.609	122.240
Total Intangível Líquido	424.512	(256.903)	167.609	181.875

A Light SESA registra em seu intangível Softwares, depreciando a uma taxa de 20% a.a. e Servidão de Passagem, que não possui depreciação por se tratar do direito de uso de uma faixa de terreno, normalmente associado a uma Linha de Transmissão e Distribuição.

13. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	31-12-2007	31-12-2006
CIRCULANTE		
Materiais energéticos - repõe fiação	134.309	130.009
UTRIL de Fomenteiro	61.626	67.641
Energia de uso direto elétrica	44.136	42.471
Contratualização com a rede de COSE	-	1.571
Energia de consumo do sistema	3.234	3.237
Energia livre - ressaqueamento a geradoras locais (4%)	16.624	67.914
Leituras de energia	100.597	99.868
Outros	6.125	4.291
Manutenção e energia	371.152	417.053
Total	483.637	461.549
NÃO CIRCULANTE		
Energia livre - ressaqueamento a geradoras locais (4%)	221.467	224.965
Energia de uso direto elétrica (nota 04)	1.421.457	(189.186)
	-	29.769

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS, DEBÊNTURES E ENCARGOS
FINANCEIROS

[illegible]

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos, financiamentos e debêntures tinham os seguintes vencimentos:

	Consolidado			Consolidado		
	31.12.2007		Total	31.12.2006		Total
	Moeda Nacional	Moeda estrangeira		Moeda Nacional	Moeda estrangeira	
2008	7.139	21.392	28.531	359.771	28.758	388.529
Total (CP)	70.283	21.392	91.675	339.771	28.758	368.530
2009	-	-	-	50.230	35.291	85.521
2010	102.551	29.354	131.905	159.717	121.479	281.196
2011	151.797	14.170	165.967	344.513	493.537	838.050
2012	146.493	17.134	163.627	278.583	111.710	390.293
2013	50.497	9.153	59.650	478.711	215.430	694.141
2014	37.480	5.671	43.151	154.831	156.382	311.213
após 2015	573.472	70.196	643.668	212.499	29.079	241.578
Total (LP)	1.666.706	131.630	1.798.336	1.408.598	1.263.809	2.672.406
Total (CP e LP)	1.737.029	153.022	1.890.051	1.748.369	1.292.567	3.040.936

Composição dos empréstimos, financiamentos e debêntures (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado			
	31.12.2007		31.12.2006	
	R\$	%	R\$	%
USD	150.950	8,0%	1.250.000	42,3%
Contratos de SWAP	7.122	0,2%	5.361	0,2%
Moeda estrangeira (CP e LP)	158.072	8,1*	1.255.361	42,5*
SELIC	-	0,0%	1.071.150	36,2%
CDI	1.450.000	76,3%	552.074	18,5%
TLR	274.012	14,6%	171.957	5,7%
Outros	10.117	0,5%	14.904	0,5%
Moeda nacional (CP e LP)	1.736.289	91,9*	1.748.370	57,5*
Total geral (CP e LP)	1.894.361	100,0*	3.003.731	100,0*

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e dos principais indicadores, base de atualização de empréstimos, financiamentos e debêntures, tiveram o seguinte comportamento para os exercícios:

	2007 - %	2006 - %
USD	11,20	3,15
EUR	77,20	1,15
LIBRAS	10,57	0,12
YEN	3,24	2,15
CHF	11,30	1,15
SELIC	11,28	15,17

A Companhia emitiu em 1997 "Fixed Rate Notes" no mercado financeiro internacional, os quais foram adquiridos pela Light Overseas Investments no montante de US\$ 130 milhões, a uma taxa de juros de 9,75% ao ano e em 1998 pela LIR ENERGY no montante de US\$ 875 milhões, a uma taxa de juros de 11,3% ao ano.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 2000, a controlada LIR ENERGY obteve empréstimo junto ao Deutsche Bank, no montante de US\$175 milhões: US\$15 milhões com vencimento em 2003, taxa de juros libor + 4,35% ao ano, pagáveis semestralmente, com garantias da Light SESA; e US\$ 160 milhões com vencimento em 7 anos, taxa de juros libor + 4,35% ao ano, com garantias da EDF INTERNATIONAL. Esta dívida tem vencimento em 2010, porém a mesma poderá ser objeto de pagamento antecipado a critério do Deutsche Bank em out/2007 e, posteriormente, em determinados períodos até seu vencimento final.

A operação consistia na troca de recebíveis no valor de US\$875 milhões da LIR ENERGY (fixed rate notes) e títulos de crédito no valor de US\$700 milhões do Deutsche Bank.

Os títulos não poderão ser negociados pelas partes e, qualquer operação com os mesmos, deverá ter o aval do Deutsche Bank e da LIR ENERGY.

Em outubro de 2007 a Light SESA antecipou parte do pagamento do "Fixed Rate Notes" da controlada LIR ENERGY no valor de US\$160 milhões. Com esse montante a LIR ENERGY antecipou a liquidação do empréstimo junto ao Deutsche Bank neste mesmo valor. Com essa operação o saldo devedor do "Fixed Rate Notes" emitido pela Light SESA passou a ser de US\$715 milhões.

Reestruturação da Dívida**5ª Emissão de Debêntures – (R\$1 bilhão)**

A Light SESA concluiu a captação em janeiro de 2007 de R\$1 bilhão com a 5ª emissão de debêntures simples junto ao mercado, com o vencimento final em 2014. O banco que coordenou a operação foi o Itaú BBA, com a participação do Bradesco, Unibanco, Citibank e BNP Paribás. A emissão visou reduzir a exposição cambial, reduzir custos, flexibilizar o pacote de "covenants" e garantias das operações anteriores melhorando o perfil de endividamento da Light SESA. Deste total captado, R\$633 milhões foram utilizados para pagamento integral da dívida representada pelo "Contrato de Créditos em Reais" celebrado com o Banco Itaú S.A., na qualidade de agente do empréstimo em Reais, Bradesco, Itaú BBA, e Unibanco em 12 julho de 2005; R\$367 milhões foram utilizados para pagamento parcial da dívida representado pelo "Amended and Restated Indenture" celebrado entre a Emissora, a Light S.A., o JP Morgan Chase Bank NA e o JP Morgan Trust Bank Ltd em 15 de março de 2006.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O saldo remanescente da dívida reestruturada representada pelo "Amended and Restated Indenture", acima mencionado, no montante de aproximadamente R\$466 milhões, foi objeto de pagamento, na mesma data, pela Emissora mediante a utilização de recursos próprios.

A partir de 13 de julho de 2007, as debêntures da 5ª emissão tiveram redução de 0,25% na taxa de juros e portanto, estão sendo atualizadas pela CDI acrescido de 1,50% de spread, em substituição ao 1,75% divulgado em junho de 2007.

Conversão de debêntures – BNDESPar

Debêntures 4ª emissão – São títulos conversíveis e garantidos na forma de receita de fornecimento de energia elétrica. Em julho de 2005, o BNDESPar subscreeveu 727.268 títulos, no valor de R\$734.929.

Em 16 de maio de 2007 o BNDESPar exerceu o direito conferido por 654.541 bônus de subscrição de emissão da Light S/A os quais encontravam-se vinculados às debêntures emitidas pela Light SESA. Em contrapartida, o BNDESPAR recebeu 61.700.307.365 ações de emissão da Light S/A que representavam 31,4% do Capital Social da Companhia. Posteriormente, em 19 de outubro de 2007, o BNDESPar exerceu o direito conferido por 72.727 bônus de subscrição. Em contrapartida, o BNDESPAR recebeu 6.855.610.655 ações de emissão da Light S/A que representam 2,3% do Capital Social da Companhia.

Essas conversões geraram a redução de R\$804.060 no montante principal do valor das debêntures registradas no Passivo Não Circulante.

Captação CCB Bradesco

Em 23 de outubro de 2007, a Light SESA concluiu o processo de refinanciamento e antecipação do pagamento da dívida oriunda do Credit Linked Notes, contraída junto ao Deutsche Bank pela sua subsidiária integral LIR Energy Ltd, em abril de 2000, através da seguinte captação:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Montante:	RS450.000
Data de desembolso:	18/10/2007
Destinação dos Recursos:	(i) Pré-pagamento das Credit Linked Notes contraídas junto ao Deutsche Bank, no valor aproximado de R\$340 milhões (equivalente a US\$160 milhões); (ii) Complementação do montante destinado ao plano de investimentos da Light para o período 2007-2008, no valor aproximado de R\$110 milhões (equivalente a US\$ 60 milhões).
Prazo Total:	10 anos.
Instrumento:	CCB - Cédula de Crédito Bancário
Amortização:	Anual, com primeiro pagamento a partir do 5º ano
Pagamento de juros:	Anual, sem carência
Custo:	CDI + 0,85% a.a. (*)
Liquidação antecipada:	O Empréstimo poderá ser pré-pago, pela curva de mercado, somente em sua integralidade, mediante notificação prévia da Light.

(*) Houve a incidência de IOF e comissão de estruturação sobre o montante total.

Como consequência, o Instrumento de Assunção de Dívida entre Light SESA e Light Energia (vide nota 19) deverá ser aditado para refletir a rolagem / captação da operação acima descrita.

BNDES – Investimento (FINEM)

Em 15 de outubro de 2007, a Light SESA obteve a anuência da ANEEL, para o contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), no montante de R\$522 milhões.

Este crédito faz parte de uma linha de crédito do FINEM, a ser aplicado na expansão e modernização do Sistema Elétrico. A assinatura do contrato junto ao BNDES ocorreu em 05 de novembro de 2007 e a 1ª liberação de recursos ocorreu em 26 de novembro de 2007 no valor de R\$230,9 milhões.

Covenants

A 5ª Emissão de Debêntures, a captação CCB Bradesco e o BNDES FINEM, classificados no circulante e não circulante, prevêm a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2007 e 2006, a Companhia atingiu todos os indicadores requeridos contratualmente.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2007	31/12/2006
CIRCULANTE		
Quota da conta de consumo de combustível - CCC	14.620	38.573
Quota de repolimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	17.344	15.483
Quota de reserva global de reversão - RGR	5.669	5.421
Encargos de capacidade e atuação emergencial	77.593	77.576
	114.926	137.058

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Light SISA e suas controladas respondem ou são demandantes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível em diversos tribunais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais vem constituindo provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável é considerada provável. Além disso, não registra os ativos das demandas com possibilidade de ganho, por serem considerados incertos.

16.1 Contingências

As provisões constituídas para contingências estão compostas da seguinte forma:

	Consolidado			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31/12/2007	31/12/2006	31/12/2007	31/12/2006
Trabalhistas	597	597	161.604	134.806
Cíveis	-	-	243.266	223.269
Fiscais	-	-	895.979	847.597
Outros	1.640	2.705	54.842	29.710
Total	2.237	3.302	1.355.691	1.235.322

	Passivo				Ativo	
	Saldo em	Adições	Baixas		Saldo em	Depósitos judiciais
	31/12/2006		Pagamentos	Reversões	31/12/2007	
Trabalhistas	134.806	43.929	(17.131)	-	161.604	22.796
Cíveis	223.269	81.747	(47.648)	(14.642)	243.066	23.261
Fiscais	847.597	60.054	-	(13.642)	895.979	9.716
Outros	29.710	39.050	(11.235)	(2.683)	54.842	-
Total	1.235.322	226.780	(76.014)	(30.367)	1.355.691	55.713

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS**16.1.1 Contingências Trabalhistas**

Existem 4.228 ações trabalhistas em andamento em que a Light SESA figura como reclamada. Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: adicional de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, indenização prevista na Lei 9.029/98, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas terceirizadas, diferença da multa de 40% do FGTS decorrentes da correção por expurgos inflacionários e horas extras.

16.1.2 Contingências Cíveis

A Companhia figura como parte ré em aproximadamente 33.132 processos de natureza cível, sendo que 8.864 na justiça comum estadual e federal (Ações Cíveis), com pedidos que somam R\$361.054 e 24.268 ações que tramitam em Juizados Especiais Cíveis, envolvendo um valor total de pedidos no montante de R\$241.420.

Contingências Cíveis	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	2007	2006
a) Ações Cíveis	116.663	122.716
b) Juizado Especial Cível	33.383	16.698
c) Plano Cruzado	93.220	83.795
Total	243.266	223.209

- a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos nos quais a Light SESA é ré, sendo grande parte relacionada a pleitos de danos materiais e morais, além de questionamentos de valores pagos por consumidores, e que possuam prognóstico de perda provável, na avaliação dos respectivos advogados patronos.

A Companhia possui, também, Ações Cíveis nas quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. O valor envolvido em tais ações possíveis é de R\$274.999.

- b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas de rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito com base em média móvel dos últimos 12 meses do valor de condenação.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- c) Existem processos de natureza cível em que alguns consumidores industriais estão questionando na esfera judicial o reajuste de tarifas de energia elétrica aprovado em 1986 pelo DNAEE (Plano Cruzado).

16.1.3 Contingências Fiscais

As provisões constituídas para contingências fiscais estão compostas da seguinte forma:

Contingências Fiscais	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	2007	2006
a) PIS COFINS	623.773	587.114
b) PIS COFINS - RGR e CCC	17.294	4.737
c) INSS - Abono ACT	9.929	14.715
d) INSS - auto de infração	35.669	35.573
e) INSS - trimestralidade	85.961	79.526
f) Lei n° S 280	19.012	17.959
g) ICMS	71.007	76.392
h) Contribuição Social	26.084	25.154
i) CIDE	4.345	4.111
j) Outros	2.935	2.716
Total	895.979	847.597

- a) A Light SESA questiona desde 10 de março de 1999, as alterações impostas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente ao alargamento da base de cálculo dos referidos tributos e à majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%. Recentemente foram interpostos pela Companhia recursos especial e extraordinário objetivando reforma de decisão do TRF da 2ª Região. Os referidos recursos foram admitidos pelo TRF da 2ª região e aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de janeiro de 2007 a Receita Federal expediu carta cobrança do PIS e da COFINS em discussão. Em 23 de fevereiro de 2007, a Light SESA impetrou Mandado de Segurança para discutir a decadência da exigibilidade de parte dos valores demandados na citada carta de cobrança de 31 de janeiro de 2007, tendo em vista o não lançamento do crédito fiscal por parte do Fisco Federal dentro do prazo de 5 anos fixado no artigo 150, § 4º, do Código Tributário Nacional (CTN). Em 2 de março de 2007, foi obtida liminar que suspendeu os efeitos da carta cobrança, com a conseqüente suspensão da exigibilidade dos créditos reclamados. A decisão que concedeu a referida liminar foi objeto de agravo de instrumento que foi julgado improcedente pelo TRF 2ª Região em 3 de abril de 2007, confirmando a liminar obtida e que se mantém em vigor. Irresignada, a Fazenda opôs embargos de declaração, os quais foram desprovidos.

No 2º e 3º trimestres do exercício de 2007, a Light SESA, baseada na opinião de seus assessores legais com relação ao desfecho dos processos judiciais acima referidos e tendo submetido à apreciação prévia de seus auditores independentes em conexão com a revisão especial das informações trimestrais e por entender que decaiu o direito de cobrança pelo Fisco, efetuou a reversão no montante líquido de R\$ 265.498 (R\$239.302 registrado em Resultado Financeiro, R\$162.968 registrado em Deduções da Receita Bruta e impactos correspondentes no IR/CS de menos R\$ 136.772). Estes ajustes foram refletidos nas demonstrações trimestrais de junho e setembro apresentadas pela Light SESA e revisadas pela auditoria independente, sem qualquer ressalva.

A Light SESA, na elaboração das demonstrações anuais, manteve o procedimento anteriormente adotado, novamente baseada em pareceres de seus assessores legais e contábil. Nossos auditores independentes alteraram seu entendimento, e entenderam como necessária a reconstituição das provisões baixadas a partir do mês de junho de 2007 tendo em vista as considerações manifestadas no Comunicado do Ibracon no. 03/2007 de 17 de dezembro de 2007.

A Administração da Light SESA, diante do novo posicionamento apontado pelos auditores independentes e a fim de evitar ressalva em suas demonstrações financeiras anuais, decidiu reconstituir as provisões.

Com o fim, porém, de melhor informar, a Administração da Light SESA enfatiza, quanto aos valores constituídos como provisão para o questionamento do PIS e COFINS tratados na presente nota, que:

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (i) uma das formas de desconstituição de uma obrigação legal tributária é a decadência, também prevista em lei, o que transfere a avaliação de risco para a Administração e seus assessores legais que devem pronunciar-se em função da situação fática do caso concreto;
- (ii) tendo transcorrido o prazo decadencial para cobrança dos valores de PIS e COFINS o risco de perda pela Light SESA nos processos em que contesta a cobrança desses tributos em função da decadência é classificado por seus assessores legais como possível;
- (iii) com relação ao alargamento da base de apuração da PIS e da COFINS, além de ter-se verificado a decadência do direito de cobrança pela autoridade fiscal, a lei que promoveu a referida expansão da base tem sido considerada inconstitucional por todos os tribunais superiores (STJ e STF) em milhares de casos. Consequentemente a Light SESA acredita que terá êxito nesse processo sendo remoto o risco de perda ou desembolso de recursos.

Após a reconstituição das provisões acima mencionadas, ficam provisionados os seguintes valores apurados em 31 de dezembro de 2007:

- R\$420.676 em relação ao alargamento da base de cálculo, e
- R\$203.097 referentes ao aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3%.

- b) Em 31 de julho de 2003, a Light SESA protocolou o seu "pedido de parcelamento", conforme protocolo 200300003672, confirmado pela Secretaria da Receita Federal, tendo efetuado o pagamento da primeira parcela nessa mesma data. O montante da dívida incluída no PAES foi de R\$51.344 (líquido da redução de multa de 50%), que encontrava-se em discussão administrativa quanto à legalidade da exclusão da RGR e CCC da base de cálculo do PIS e da COFINS. O pagamento está efetuado em 120 parcelas. O valor das parcelas foi calculado a partir do total da dívida pelo prazo de parcelamento sendo atualizado com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O saldo provisionado como contingências corresponde à parcela não incluída no PAES em decorrência da discussão da aplicação da multa de ofício, a qual a Companhia, na esfera administrativa não logrou êxito, mas judicialmente, tem sentença favorável da qual a Fazenda opôs Recurso de Apelação. Incluiu-se também neste montante, a parcela correspondente a majoração da alíquota da COFINS, referente ao período de abril/99 a dez/00, que encontra-se em discussão judicial.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- c) A Light SESA em agosto de 2006, com base em avaliação de seus advogados, constituiu provisão no valor de R\$14.715, que engloba períodos de 2001 a 2005, concernente a abono eventual pago pela Companhia a seus empregados em decorrência de provisão expressa nos Acordos Coletivos de Trabalho. Em dezembro de 2007, com base em nova avaliação, foi efetuada a reversão no valor de R\$6.355, em razão da decadência do direito do Fisco em lançar os créditos.
- d) Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração cujas teses são as de responsabilidade subsidiária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros. A Administração da Light SESA, baseada na opinião de seus advogados, decidiu pela constituição da provisão perante a perspectiva de êxito. A variação de valor entre 2007 e 2006, refere-se a atualização pela taxa SELIC.
- e) A Light SESA questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada deferida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da Companhia. A Administração constitui a provisão, com base na opinião dos advogados, da totalidade do valor constante dos autos de infração lavrados pela fiscalização do INSS. A variação de valor entre 2007 e 2006, refere-se a atualização pela taxa SELIC.
- f) Em junho de 1992 a Light SESA propôs ação ordinária contra a União Federal objetivando a declaração de inexistência de obrigatoriedade de efetuar a correção monetária prevista no artigo 3º da Lei 8.200/91, registrando contabilmente a diferença ocorrida durante o ano-calendário de 1990, entre o IPC e o BTNF. O pedido foi julgado procedente em primeira e segunda instância. A União interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, sendo o primeiro inadmitido pela 1ª Turma do STJ e os autos remetidos ao STF para julgamento do Recurso Extraordinário.

Adicionalmente, em dezembro de 1992 a Light SESA impetrou mandado de segurança com o objetivo do aproveitamento integral das despesas de depreciação relativas aos exercícios de 1991 e 1992, deixando de aplicar o inciso I do artigo 3º da Lei n.º 8.200/91. A liminar pleiteada foi concedida. O processo foi julgado extinto em parte sem julgamento do mérito, porém assegurando-se o direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Paralelamente às ações judiciais, em novembro de 1994 a Light SESA foi autuada, para prevenir a decadência, com relação ao IRPJ, ILL e CSL no montante equivalente a 34.385.484,36 UFIR's, tendo sido estes autos impugnados. A decisão administrativa deixou de conhecer a impugnação quanto ao IRPJ e CSL, e julgou improcedente o lançamento quanto ao ILL e quanto a aplicação da multa de ofício. Em 06 de julho de 2007, foi interposto Recurso Voluntário. A Administração da Light SESA, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco provável para a constituição da provisão. A variação de valor entre 2007 e 2006, refere-se a atualização pela taxa SELIC.

- g) Desde o exercício de 1999 e até a presente data, a Light SESA tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos, estão sendo objeto de contestação no âmbito administrativo e judicial. A Administração da Light SESA, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco provável, para os quais foi constituída provisão. Os valores informados nesta alínea se referem a dois processos, para os quais existe provisão. A variação de valor, refere-se a atualização pela UFIR-RJ e reversão de provisão de R\$5.533 no mês de julho de 2007 em razão de decisão judicial favorável no processo que se discutia a autuação fiscal em decorrência de notas fiscais extraviadas ("Verdinhas").
- h) A Light SESA em fevereiro de 2000, ajuizou Mandado de Segurança Preventivo, visando impedir a glosa dos créditos oriundos dos ajustes feitos na DIPJ referente ao ano-calendário 1996, garantindo assim, a dedução da base de cálculo da CSL, do valor pago a título de juros sobre o capital próprio aos acionistas no ano-calendário de 1996, da mesma forma realizada para o IRPJ. A liminar requerida foi concedida. Em setembro de 2002 foi prolatada sentença favorável em parte a empresa, no sentido de permitir a compensação dos valores recolhidos a maior, a título de CSL. A União Federal interpôs recurso de apelação ainda não julgado.

Em julho de 2001, a Light SESA foi autuada, para prevenir a decadência, erroneamente no montante de R\$ 17.284, já que a fiscalização da Receita Federal considerou a multa de 75% sendo correto na ocasião o montante de R\$12.382, que atualizado até 31 de dezembro de 2007 é de R\$19.190. Este auto de infração foi impugnado e teve decisão parcialmente favorável, em relação a não incidência da multa de 75%. Foi interposto Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em julho de 2001, a Light SESA foi atuada por não adicionar na base de cálculo da CSL os valores relativos a provisão de COFINS que estavam com exigibilidade suspensa. A impugnação e o recurso voluntário interpostos foram julgados improcedentes a Companhia avalia a possibilidade de discussão judicial. A provisão foi constituída em julho de 2006 pelo valor de R\$6.595, sendo atualizada pela SELIC. O saldo da provisão atualizada em 31 de dezembro de 2007 é de R\$6.894. A variação de valor, refere-se a atualização pela taxa SELIC entre 2007 e 2006.

- i) A Light SESA em setembro de 2002 ajuizou Mandado de Segurança visando suspender a exigibilidade do crédito relativo a CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), incidentes sobre os pagamentos efetuados ao exterior pela prestação de serviços, e, ao final, a concessão em definitivo da segurança para afastar o recolhimento do tributo.

A Liminar foi negada e o julgamento em 1ª instância foi também desfavorável. A Light SESA interpôs recurso de apelação que aguarda julgamento. A partir de dezembro de 2003 passamos a efetuar os pagamentos sobre os valores devidos. A variação de valor, refere-se a atualização pela taxa SELIC.

A Companhia possui, também, processos fiscais, administrativos e judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. O valor envolvido em tais processos é de R\$518.286. Os casos de maior relevância e que tiveram desdobramentos em 2007 são relatados abaixo:

- (i) Nas Execuções Fiscais n.ºs 2002/100-004.452-2, 2002/100-004.451-0, 2002/100-001.685-0, 2002/100-001.684-84, e no Processo Administrativo n.º F-04/109635/00, discute-se o diferimento do ICMS (Resolução de SEF n.º 1.610, de 22 de junho de 1989) no fornecimento de energia elétrica para a consumidora Vale do Rio Doce Alumínio S.A. - ALUVALE, em razão de ser consumidor industrial eletrointensivo.

As execuções fiscais foram garantidas com cartas de fiança bancária. Foram opostos Embargos às referidas execuções, que se encontram pendentes de julgamento em 1ª instância. O valor envolvido nessas execuções fiscais é de R\$206.200 e os advogados patronos da causa estimavam o risco de perda como possível, não havendo provisão constituída.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(ii) Em junho de 2007 a Light SESA foi autuada pela Secretaria da Receita Federal no montante de R\$189.600, cujo valor da autuação atualizado até dezembro de 2007 é de R\$199.810, em função do atendimento intempestivo da intimação referente a entrega dos arquivos eletrônicos (LN86/2001) dos exercícios de 2003 a 2005. A Companhia e seus assessores legais avaliam as chances de perda como possível. Processo em fase de impugnação.

(iii) Em maio de 2007 a Light SESA obteve decisão favorável em 1ª instância administrativa no processo da IN 86 relativa ao exercício de 2001, cujo valor da autuação atualizado até dezembro de 2007 é de R\$57.450. Em função da referida decisão favorável, por unanimidade de votos, o prognóstico dos advogados passou de possível para remota. Processo em fase de recurso de ofício.

(iv) O Banco Central, conforme procedimento de praxe, e baseado em suas conclusões preliminares sobre operações financeiras realizadas pela Light SESA entre 1997 e 1998, para fins de aquisição da Eletropaulo Metropolitana S.A., operações estas realizadas em estrita obediência aos princípios legais e contábeis da legislação brasileira, oficiou a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, tendo cada um iniciado seus respectivos procedimentos administrativos, conforme descrição constante nos próximos parágrafos. Importante esclarecer que após a apresentação dos devidos esclarecimentos pela Light SESA ao Banco Central, o referido órgão restaurou integralmente os Certificados de Registro referentes aos títulos emitidos no exterior, em razão das operações acima citadas, e considerou que as mesmas foram realizadas de acordo com as regras cambiais brasileiras.

No tocante a investigação criminal, a mesma encontra-se no MPF (Procuradoria Regional da 2ª Região) desde 18.05.2005, com relatório final da autoridade policial de 15 de abril de 2005, descaracterizando a demonstração de ilícito financeiro (art. 22 da Lei 7492/86). A Light SESA espera que o MPF, e tudo indica que assim deva ser o procedimento, aguarde o resultado final do processo administrativo fiscal, conforme parágrafo abaixo, em consonância com a orientação expressa pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do HC 85299/RJ.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Já no tocante ao ofício encaminhado a Secretaria da Receita Federal, esta, em 14 de dezembro de 2004, lavrou auto de infração contra a Light SESA no valor total de R\$481.833 referente ao recolhimento do imposto de renda incidente sobre os juros pagos às suas subsidiárias Light Overseas Investment Limited (LOI) e LIR Energy Limited (LIR), decorrentes de títulos emitidos com benefício de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte. A Light SESA apresentou sua Impugnação ao Auto de Infração. A decisão de Primeira Instância Administrativa foi pela manutenção do lançamento. Em 11 de agosto de 2005, a Light SESA interpôs, no Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, Recurso Voluntário, que teve seu julgamento realizado em 19 de outubro de 2006 com ganho de causa para a Light SESA. A Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial na Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda ainda pendente de julgamento, porém a multa agravada foi afastada em definitivo.

Em 27 de novembro de 2006, a Secretaria da Receita Federal novamente autuou a Light, originando o Processo Administrativo nº 18471.001351/2006-51, no montante histórico de R\$74.389, exigindo diferenças de IRPJ e CSL, decorrentes da indevida apropriação de despesas financeiras nos anos de 2001 e 2002. Considerando que a nova autuação teve por fundamento os mesmos argumentos utilizados na primeira autuação, em 10 de julho de 2007, foi publicado acórdão da Delegacia da Receita Federal (1ª instância), julgando improcedente o auto de infração. Atualmente o processo encontra-se aguardando julgamento do Recurso de Ofício interposto pela Receita Federal no Conselho de Contribuintes (2ª instância). O valor envolvido nesse processo é de R\$77.900 e os advogados patronos da causa estimavam o risco de perda como remota, não havendo provisão constituída.

16.1.4 Outras Contingências

Neste tópico a Companhia ressalta as contingências regulatórias decorrentes da provisão para restituição aos consumidores de baixa renda, constituída em dezembro de 2007, e dois Autos de Infração lavrados pela ANEEL e em andamento contra a Light SESA:

- a) Baixa renda - Até 31 de dezembro de 2007 a ANEEL homologou os valores a serem subsidiados, através de vários Despachos, sendo o último de nº 2.760, de 30 de agosto de 2007, resultando no montante homologado de R\$266.379, e já ressarcido à Light SESA, referente à perda de receita no período de maio de 2002 a julho de 2007, tendo como origem recursos dos encargos setoriais embutidos nas tarifas das concessionárias, tais como RGR (Reserva Global de Reversão).

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em atenção ao Relatório de Fiscalização RF-LIGHT-04/2007-SFE de Agosto de 2007 da ANEEL, realizada no período de 02/07/2007 a 13/07/2007, a Companhia constituiu provisão para restituição aos consumidores no valor de R\$36.175.

- b) Auto de Infração nº 009/2005 foi lavrado em 15 de março de 2005 sob o argumento de ter a Light SESA: (a) constituído sem a anuência prévia da ANEEL as empresas controladas LIR Energy Limited e Light Overseas Investments (R\$1.144); (b) realizado com essas empresas operações sem a anuência da ANEEL – (total de R\$2.287); e (c) descumprido a determinação da ANEEL de cancelamento das operações e encerramento das atividades da empresas – (total de R\$3.431).

A Light SESA, não concordando com a alegação da ANEEL, apresentou suas contrarrazões. Após deliberação em reunião pública do recurso da LIGHT, a Diretoria da ANEEL decidiu excluir a penalidade de multa associada ao item (c), e, manter as multas associadas aos itens (a) e (b).

A Light SESA optou por efetuar o pagamento da penalidade associada ao item (b), tendo o feito através de depósito bancário no valor de R\$3.235 (valor original corrigido pela SELIC). Entretanto, seguindo recomendações dos assessores legais, propôs ação judicial contra a multa associada ao item (a), tendo realizado depósito judicial do valor de R\$1.655 (valor original corrigido pela taxa SELIC). No momento aguarda o julgamento do seu recurso de apelação no mandado de segurança interposto. O valor em 31 de dezembro de 2007 é de R\$1.712.

- c) Em 05 de junho de 2007 foi lavrado Auto de Infração (AI nº 028/2007), com penalidade de multa no valor de R\$293, em relação a uma unidade consumidora específica, que a Light SESA não restabeleceu no prazo regulamentar o fornecimento de energia elétrica. A Light SESA, não concordando com a alegação da ANEEL, apresentou suas contrarrazões e aguarda o julgamento do seu recurso interposto contra a lavratura do Auto de Infração. O valor em 31 de dezembro de 2007 é de R\$312.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. OUTROS DÉBITOS

	Controladora e Consolidada	
	31-12-2007	31-12-2006
CIRCULANTE		
Taxa de Emissão Fédica	45.901	28.877
Programa de Eletricidade Elétrica - PEE	31.418	75.426
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	47.574	42.142
Empresa de Pesquisa Energética - EPE (a)	7.163	30.907
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	14.703	21.969
CVA (nota 4)	76.808	26.211
Contas Encargos Tarifários (nota 4)	54.881	2.101
Outros	16.920	49.551
Total	343.116	265.315
NÃO CIRCULANTE		
Déficit BrásLight - Provisão CVM 472/20, 0 (note nota 10)	10.913	118.158
Provisão CVA - 472/20	80,0	40,6
CVA (nota 4)	21.562	9.713
Provisão para Riscos Regulatórios	16.556	
Outros	4.919	672
Total	152.440	128.898

18. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Light SESA é patrocinadora instituidora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos – A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos. Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido e C do tipo Benefício Misto.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da BRASLIGHT.

O equacionamento financeiro de R\$346.724 relativos aos Planos A e B e de R\$188.329 relativos ao Plano C, referentes ao refinanciamento de compromissos anteriores realizados com a Light SESA, e de déficit técnicos registrados até 30 de junho de 2001, está sendo pago em 360 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI (com um mês de defasagem) e juros atuariais de 6% ao ano.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O contrato atualizado para 31 de dezembro de 2007, compõe-se de R\$566.471 (R\$546.854 em 31 de dezembro de 2006) referente aos planos A e B e de R\$307.192 (R\$296.920 em 31 de dezembro de 2006) referente ao plano C, ambos deduzidos das amortizações no montante de R\$74.823 (R\$64.523 em 31 de dezembro de 2006) ocorridas no exercício de 2007 acrescidos de atualização de R\$104.712 (R\$78.453 em 31 de dezembro de 2006), correspondente à variação do IGP-DI e dos juros de 6% ao ano, totalizando R\$873.663 (R\$843.774 em 31 de dezembro de 2006) em 31 de dezembro de 2007 (R\$72.131 no Circulante e R\$801.532 no Não Circulante).

As movimentações ocorridas no exercício no passivo atuarial líquido são as seguintes:

	Controladora	
	PLANO A/B	PLANO C
Passivo Atuarial da Braslight em 31.12.2005	536.731	293.112
Amortizações no Ano	(64.826)	(16.197)
Atualizações no Ano	64.449	14.001
Passivo Atuarial da Braslight em 31.12.2006	546.854	296.920
Amortizações no Ano	(66.254)	(8.665)
Atualizações no Ano	89.871	18.641
Passivo Atuarial da Braslight em 31.12.2007	566.471	307.192

A seguir, é demonstrada a composição da provisão em 31 de dezembro de 2007 para os planos de aposentadoria de benefícios definidos, e ainda compromissos adicionais de aposentadoria e/ou pensão por morte proveniente de acordos ou decisões judiciais com empregados acidentados considerados ao valor presente da obrigação atuarial, bem como de provisões relativas a incentivos em plano de demissão voluntária, e demais informações requeridas na Deliberação. Os montantes descritos a seguir foram calculados com base em 98% da estimativa atuarial de sua controladora Light S.A., pois este percentual representa o saldo do contrato ajustado e contabilizado, conforme contrato de equalização do déficit, com exceção da provisão para ajuste da tabela de mortalidade (nota 17).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado	
	2007	2006
Conciliação dos ativos e passivos atuariais		
Valor justo dos ativos do plano	1.032.615	957.403
Valor presente da obrigação atuarial com direitos já vencidos	(1.616.778)	(1.522.920)
Valor presente da obrigação atuarial com direitos a vencer	(398.633)	(396.395)
Ativo líquido (passivo descoberto)	(982.796)	(961.912)
Passivo líquido, CVM 371/2000	(982.796)	(961.912)
Saldo do contrato ajustado e contabilizado, conforme contrato de equalização do déficit	(373.663)	(343.774)
Provisão CVM 371 - ajuste Tábua Mortalidade (AT83) (nota 17)	(109.133)	(113.133)
	2007	2006
Movimentação do passivo atuarial		
Passivo líquido, CVM 371/2000 inicial	(961.273)	(694.903)
Contribuições da patrocinadora	76.893	63.143
Ganhos e perdas relativos a déficit atuarial	(14.383)	(247.635)
Custo esperado	(83.538)	(82.512)
Passivo líquido, CVM 371 2000 final	(982.796)	(961.912)
	2008	2007
Custos esperados		
Custo do serviço corrente	1.646	1.704
Custo dos juros	190.218	181.333
Retorno dos investimentos	(108.333)	(100.403)
Contribuição esperada dos empregados	(93)	(122)
Custo esperado estimado	83.538	82.512
	2007	2006
Premissas atuariais		
Taxa de juros nominal (desconto) a valor presente do passivo atuarial	10,59%	10,59%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano nominal	12,68%	12,68%
Taxa anual de inflação	4,33%	4,33%
Taxa de crescimento salarial	4,36%	4,96%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,33%	4,33%
Fator de capacidade	93,00%	93,00%
Taxa rotativa	Baseado na idade	Baseado na idade
Tábua geral de mortalidade (1)	AT - 83 (1)	AT - 83 (1)
Tábua de entrada em invalidez (planos A/E)	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte
Tábua de entrada em invalidez (plano C salgado)	LIGHT - Forte	LIGHT - Forte
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57
Participantes ativos	3.205	3.982
Participantes aposentados e pensionistas	5.658	5.626

(1) - Tábua sem agravamento

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(1) Tábua sem agravamento - tábua geral de mortalidade AT-83, em conformidade com a Resolução C/IPC nº 18 de 28 março de 2006, que considera a expectativa de vida superior às resultantes da tábua UP-94.

A Light SESA é contratante de um plano de saúde em favor de seus ex-empregados, na modalidade de pré-pagamento, com cobrança direta aos participantes, onde os riscos de eventuais oscilações ou desequilíbrios financeiros entre os prêmios e sinistros são de responsabilidade da operadora, em primeiro instante, e dos próprios interessados, por consequência.

Desta forma, o plano em questão é auto-sustentável pela contribuição de seus participantes, do ponto de vista financeiro-atuarial, e com o conhecimento e acompanhamento de seus representantes da associação de aposentados e do sindicato profissional. Não há, portanto, compromisso financeiro relativo a este benefício a ser reconhecido pela Light SESA na forma da deliberação CVM 371/00.

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações relevantes realizadas entre partes relacionadas referem-se substancialmente às operações de empréstimos com controladores e controladas, transações com Fundações de Seguridade Social e compra e venda energia elétrica com Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG, que são pactuados em condições normais de mercado.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a) No contexto do projeto de desverticalização, em contrapartida à aquisição de bens e direitos vinculados a atividade de geração e transmissão de energia elétrica, a Light Energia S.A. se obrigou a liquidar, até o limite do valor dos bens e direitos adquiridos da Light SESA, nos mesmos prazos e com os mesmos encargos, dívidas que incumbem a Light SESA. Portanto, a Light SESA permanece obrigada pelo pagamento de todas as dívidas que hoje a ela incumbem, inclusive as estabelecidas nos contratos celebrados no âmbito da recente renegociação havida com os bancos privados.
- b) A Light SESA é patrocinadora instituidora da Fundação de Seguridade Social BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light, vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes. No contexto do projeto de desverticalização, dentro das obrigações assumidas perante a Light SESA, e como contrapartida à aquisição de bens e direitos vinculados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica, a Light Energia S.A. assumiu, também, uma parcela do contrato de equacionamento do déficit atuarial, pactuado entre a Distribuidora e a BRASLIGHT, tendo como base a proporção dos benefícios a serem pagos aos funcionários ativos, de acordo com a destinação dos funcionários por atividade. Foram mantidos na Light SESA, os benefícios referentes aos funcionários inativos.
- c) Até 10 de agosto de 2006 a UTE Norte Fluminense era parte relacionada, por ser controlada da EDF International S.A.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2007, o capital social da Light Serviços de Eletricidade S.A. está representado por 203.462.739,011 ações ordinárias escriturais sem valor nominal, sendo o seu Capital Social de R\$2.076.898 conforme a seguir:

AÇÃOISTAS	31-12-2007		31-12-2006	
	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação
Grupo Controlador				
Light S.A.	203.462.739,011	100,00%	133.907.046,401	100,00%
	203.462.739,011	100,00%*	133.907.046,401	100,00%*

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Light SESA está autorizada a aumentar o seu capital mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 203.946.412.726 ações ordinárias, destinado exclusivamente a atender ao exercício dos bônus de subscrição emitidos, observando estritamente as condições previstas nos bônus de subscrição (Estatuto Social art. 5º parágrafo 2).

b) Redução de Capital

Em 16 de fevereiro de 2007 os acionistas da Light SESA aprovaram em assembleia geral extraordinária a proposta de redução de capital, com base na absorção de prejuízos acumulados até o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2006, no montante de R\$288.323.

c) Integralização de Capital

Em 16 de maio de 2007 - BNDES Participações S.A. - BNDESPar ("BNDESPar") exerceu o direito conferido por 654.541 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e um) bônus de subscrição de emissão da Companhia, emitidos pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 12 de janeiro de 2006 e, portanto, tornou-se acionista da Light S.A., mediante a subscrição de 61.700.307.365 (sessenta e um bilhões, setecentos milhões, trezentos e sete mil, trezentos e sessenta e cinco) ações de emissão da Companhia, integralizadas em 21 de maio por meio da dação em pagamento de 654.541 (seiscentos e cinquenta e quatro mil, quinhentas e quarenta e uma) Debêntures Conversíveis da 4ª Emissão da Light Serviços de Eletricidade S.A..

No 2º trimestre de 2007, a Sociedade aumentou de capital, através de conversão da 4ª debêntures de emissão da Light Serviços de Eletricidade S.A. em 661.314 bônus de subscrição da acionista Light S.A. de diversos credores, no montante total de R\$720.534, sendo R\$713.155 da conversão do BNDESPar.

Conforme ata do Conselho de administração datada de 26 de outubro de 2007, foi aprovado o aumento de capital social da Companhia, no valor de R\$81.848 decorrente do exercício de direitos de bônus de subscrição ocorridos entre 29 de setembro de 2007 e 26 de outubro de 2007. O aumento se deu mediante a emissão de 7.071.948.830 ações, passando o capital social para R\$2.076.898 representado por 203.462.739.011 ações ordinárias escriturais. Tais alterações foram aprovadas na AGE de 20 de dezembro de 2007.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

e) Reserva de Lucros (reserva de investimentos)

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício de 2007 no montante de R\$387.887, ajustado nos termos do artigo da Lei nº6.404/76, será utilizado para futura aplicação em investimentos em expansão da rede de distribuição de energia elétrica, combate as perdas de energia, melhorias nos serviços comerciais e aumento de capacidade de geração de energia elétrica.

21. DIVIDENDOS A PAGAR

a) Dividendos pagos

Em 28 de setembro foi aprovada pelo Conselho de Administração, tendo em vista o disposto no art. 24 do Estatuto Social da Companhia a distribuição de dividendos no montante de R\$450.000, com base em balanço patrimonial de 30 de junho de 2007, a serem divididos pela quantidade de ações subscritas até 26 de outubro de 2007.

b) Dividendos propostos

Em reunião realizada em 13 de fevereiro de 2008, o conselho de Administração da Light SESA, deliberou o pagamento de R\$190.401 (R\$1,00 por ação) com base no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

LIGHT SESA	2007
Lucros do Exercício	1 010 996
Reserva Legal	(50 550)
Lucro ajustado do exercício	960 446
Dividendos mínimos obrigatórios (Lei das S.A.)	480 223
Dividendos pagos	450 000
Dividendos propostos	190 401

22. REMUNERAÇÃO AOS ADMINISTRADORES

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria foi fixada em R\$10.135 na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de março de 2007.

A remuneração aos administradores da companhia para o exercício de 2007 foi de R\$5.989 (R\$709 em 2006).

23. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

01.01 a 31.12	N.º de Contas Faturadas ⁽¹⁾⁽²⁾		Consolidado MWh ⁽²⁾		R\$	
	2007	2006	2007	2006	2007	2006
Residência	3.575.557	3.435.597	7.343.764	7.541.955	2.597.810	2.417.545
Empresarial	12.794	13.387	2.611.963	2.273.417	568.033	345.370
Comércio, indústria e outras	369.366	371.565	5.755.026	4.632.313	1.794.455	1.343.199
Público	15.260	15.641	49.150	45.862	9.970	9.341
Força pública	9.500	8.844	1.311.291	1.233.841	193.613	277.526
Energia pública	195	148	698.315	543.025	84.824	122.047
Força pública	1.351	1.187	1.662.950	1.021.347	103.165	125.055
Comunicação	427	328	75.714	66.903	-	-
Fornecimento faturado	3.880.527	3.801.693	18.306.998	18.258.556	5.152.064	5.173.464
LTMS	-	-	-	-	1.517.711	1.292.152
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	23.514	2.100
TOTAL FORNECIMENTO	3.880.527	3.801.693	18.306.998	18.258.556	5.093.519	5.067.976
Energia de curto prazo	-	-	1.231.413	1.622.471	113.797	111.652
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	1.231.413	1.622.471	113.797	111.652
TOTAL GERAL	3.880.527	3.801.693	19.538.411	19.881.027	5.207.316	5.179.628

(1) Número de contas faturadas com e sem consumo

(2) Não passível de exame pelos auditores independentes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

24. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

01.01 a 31.12	Controladora e Consolidado	
	2007	2006
Receita Atual	8.434	6.710
Receita de Prestação de Serviço	19.281	19.958
Arrendamentos, alugueis e outras	17.507	13.178
Receita de Dívida Funda	500.768	571.696
	647.860	586.544

25. ENCARGOS DO CONSUMIDOR (Deduções da Receita Operacional)

01.01 a 31.12	Controladora e Consolidado	
	2007	2006
Encargos do Consumidor - PGR	(58.356)	(67.466)
CTE - Caixa	(204.503)	(105.790)
CTE - CVA	10.902	17.941
CTE - CVA Amortização	(27.515)	(38.969)
DDC - Caixa	(105.037)	(108.330)
DDC - CVA	(100.554)	81.528
DDC - CVA Amortização	12.570	(11.970)
FEF - Eficiência Energética	(21.318)	(7.700)
F&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(18.823)	(11.024)
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento	(11.634)	(15.680)
EPF - Empresa de Pesquisa Energética	(5.313)	(8.566)
	(636.625)	(536.070)

26. OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA REALIZADAS NO ÂMBITO DA CCEE

Os saldos das transações de compra e venda de energia de curto prazo realizadas no âmbito da CCEE (antigo MAF) são conforme segue:

	31/12/2007
Venda de Energia de curto prazo:	
Saldo a receber em 31/12/2006 (nota 6)	13.177
Saldo a receber em 31/12/2007 (nota 6)	16.691
	31/12/2007
Encargos do serviço do sistema:	
Saldo a pagar em 31/12/2006 (nota 13)	(1.572)
Saldo a pagar em 31/12/2007 (nota 13)	-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

01.01 a 31.12	Consolidado					2007	2006
	Custo do Serviço		Despesas Operacionais				
	Com Energia	De Operação	Com Vendas	Gerenc e Admin			
Manutenção de Fios	-	-	-	-	1.908.184	2.151.914	
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.930.884)	-	-	-	(296.396)	(226.396)	
Fretos e Arrendamentos	-	(161.630)	(17.620)	(37.760)	(14.310)	(17.687)	
Material	-	(12.130)	(561)	1.600	(14.310)	(17.687)	
Consumo de Tensões	-	(10.130)	(50.113)	(37.989)	(277.400)	(226.414)	
Despesas com Fretos de Inq. Locadora	-	-	(129.140)	-	(139.034)	(17.940)	
Despesas para Contratantes	-	-	-	(39.206)	(39.139)	(17.100)	
Outras	-	(11.130)	(621)	(47.459)	(50.196)	(35.251)	
	(2.930.884)	(296.865)	(275.490)	(114.137)	(3.817.376)	(4.143.861)	
Depreciação e amortização	-	(26.711)	(399)	(34.319)	(3.193)	1.37.176	
Total	(2.930.884)	(563.387)	(276.486)	(148.456)	(4.119.213)	(4.439.043)	

28. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados, implantado em 1997, é corporativo e está atrelado principalmente ao resultado de EBITDA da Companhia. O pagamento é composto por duas partes, sendo uma fixa e outra variável. O programa vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos empregados na melhoria dos resultados operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2007 o saldo provisionado de participação nos lucros ou resultados, para a Light SESA era de R\$29.111, pagável até abril de 2008.

29. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

01.01 a 31.12	Controladora e Consolidado			
	GWh ⁽¹⁾		R\$	
	2007	2006	2007	2006
Bapa	0.307	0.293	792.414	739.166
UTE Norte Paranaense	6.351	6.351	201.503	773.901
Quatro contratos e Leilão de Energia	12.361	11.963	864.503	772.956
OTVA	-	-	38.462	242.020
Encargos Uso da Rede	-	-	309.410	300.770
Encargos de conexão	-	-	13.958	13.190
OTVS	-	-	10.549	11.053
	27.019	26.606	2.930.884	2.866.914

(1) Não examinado pelos auditores independentes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2007	2006	2007	2006
RECEITA				
Resultados sobre aplicações financeiras	18.636	57.149	33.769	57.149
Operações de swap	15.401	21.843	15.401	21.843
Juros e variação monetária sobre parcelamentos de débitos	7.118	31.969	7.118	31.969
Ajustes em razão de diferenças de energia	44.678	69.012	44.678	69.012
Atualização monetária de créditos tributários	-	17.897	-	17.897
Entradas sobre contas de CVA e Parcela A	40.630	71.909	40.630	71.909
Entradas sobre recuperação de energia tarifada	16.168	75.067	16.168	75.067
Entradas e transferências em energia livre	71.960	58.277	71.960	58.277
Outras	41.955	40.170	41.734	43.917
	275.356	445.893	278.238	447.638
DESPESA				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos - ME	(211.663)	(355.472)	(211.663)	(355.472)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos - ME	(255.452)	(348.407)	(255.452)	(348.379)
Variação monetária - ME	(1.702)	(13.793)	(1.702)	(13.793)
Variação cambial - ME	56.462	26.777	56.917	167.577
Capacitação de mão de obra e variações monetárias e cambiais	-	867	-	867
Operações de swap	(95.077)	(73.666)	(95.077)	(73.666)
Entradas e variação monetária sobre passivos tributários	(164.712)	(73.403)	(164.712)	(73.403)
Ajuste a valor presente - EREAR	(1.168)	(5.154)	(1.168)	(5.154)
Provisão - PIS/COFINS sobre resultados financeiros	(73.692)	(123.974)	(73.692)	(123.974)
Atualização de provisão para contenciosos e outros	-	-	-	-
Entradas sobre transações de energia livre	(23.089)	-	(23.089)	-
Entradas sobre pagamentos regulatórios e outros	(63.518)	(71.141)	(63.518)	(129.641)
	(436.060)	(779.723)	(456.531)	(757.917)
RESULTADO FINANCEIRO	(160.704)	(333.830)	(178.293)	(310.279)

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis de instrumentos financeiros ativos e passivos em relação aos seus valores de mercado, são como segue:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31.12.2007		31.12.2006	
	Controladora		Controladora	
	Contabilizado	Mercado	Contabilizado	Mercado
ATIVO				
Aplicações financeiras (vide nota 5)	367.219	367.319	529.108	529.133
PASSIVO				
Empréstimos e Financiamentos (vide nota 14)	3.390.824	3.413.246	4.370.063	4.667.149
	31.12.2007		31.12.2006	
	Consolidado		Consolidado	
	Contabilizado	Mercado	Contabilizado	Mercado
ATIVO				
Aplicações financeiras (vide nota 5)	367.610	367.610	530.927	530.927
PASSIVO				
Empréstimos e Financiamentos (vide nota 14)	1.901.151	1.919.612	3.071.124	3.084.033

Aplicações financeiras – O valor contabilizado é uma estimativa de seu valor de mercado.

Empréstimos e financiamentos – O montante contabilizado apresentado no quadro acima, refere-se ao valor do principal acrescido do valor do SWAP (vide nota 14). O valor de mercado foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para financiamentos quando da existência de termos e vencimentos remanescentes similares, obtidas junto a instituições financeiras.

A Light SESA tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica na área de concessão que abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro. No que se refere aos fatores de risco que podem incidir sobre as operações ativas e passivas no negócio da Light SESA, tem-se o seguinte:

Risco de crédito

A Light SESA está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os consumidores localizados na área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Light SESA tem o direito de cortar seu fornecimento dos consumidores que deixem de efetuar o pagamento das faturas.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de taxa de câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Light SESA são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio sobre contratos em moeda estrangeira.

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Light SESA são denominados em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") para redução dos riscos da variação cambial, os quais apresentaram uma perda de R\$80.403 em 2007 (perda de R\$48.848 em 2006). O valor líquido das operações de swap, vigentes em 31 de dezembro de 2007 é negativo em R\$10.130 (negativo em R\$31.188 em 31 de dezembro de 2006), conforme demonstrado no quadro abaixo.

Letra Recebe	Letra Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (US\$ Mil)	Perda ou Ganho Contábil de 07 (US\$ Mil)
US\$ - 6,000%	10000 x C D1	06/03/07	15/03/08	50.603	23
US\$ - 8,970%	10000 x C D1	06/03/07	07/02/08	212.194	98
US\$ - 8,990%	10000 x C D1	06/03/07	12/03/08	126.866	49
US\$ - 6,000%	10000 x C D1	06/03/07	10/04/08	7.596.140	4.810
US\$ - 8,000%	10000 x C D1	06/03/07	15/05/08	17.968	22
US\$ - 6,000%	10000 x C D1	06/03/07	04/06/08	1.917.527	183
US\$ - 6,000%	10000 x C D1	06/03/07	26/06/08	191.429	227
US\$ - 5,350%	10000 x C D1	06/03/07	15/07/08	46.917	22
US\$ - 8,970%	10000 x C D1	06/03/07	15/08/08	16.854	24
US\$ - 8,990%	10000 x C D1	06/03/07	10/09/08	126.187	66
US\$ - 6,010%	10000 x C D1	06/03/07	10/10/08	7.215.718	4.117
US\$ - 8,810%	10000 x C D1	06/03/07	17/11/08	15.916	24
US\$ - 8,970%	10000 x C D1	06/03/07	05/12/08	957.819	158
US\$ - 8,910%	10000 x C D1	06/03/07	26/12/08	16.136	216
US\$ - 6,250%	10000 x C D1	19/06/07	15/01/09	11.636	8
US\$ - 6,120%	10000 x C D1	19/06/07	15/02/09	11.167	8
US\$ - 6,060%	10000 x C D1	19/06/07	11/03/09	11.050	20
US\$ - 6,070%	10000 x C D1	19/06/07	09/04/09	6.934.401	1.260
US\$ - 6,070%	10000 x C D1	19/06/07	09/04/09	10.568	-
US\$ - 6,060%	10000 x C D1	19/06/07	05/06/09	9.09.611	172
US\$ - 6,070%	10000 x C D1	19/06/07	26/06/09	111.107	82
TOTAL:				27.076.129	10.130

Risco de preço

Anualmente as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica com base nas variações dos custos não gerenciáveis (denominados Parcela A) e pela variação do IGP-M para os custos gerenciáveis (denominados Parcela B). Esses pleitos são revisados e homologados pela ANEEL. Periodicamente, a ANEEL efetua a denominada "revisão tarifária ordinária" com a finalidade de adequar as tarifas das concessionárias, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro e a modicidade tarifária da concessão, através da determinação do índice denominado "Fator X", que reduzirá o índice do IGP-M aplicado sobre a Parcela B. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Light SESA.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

32. SEGUROS – Não examinados pelos auditores independentes

Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais se pode citar:

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos materiais dos seus ativos causados por incêndio, explosão, desentulho, afagamentos, terremoto, quebra de maquinário e danos elétricos.

Todos os ativos do Grupo Light estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", com exceção das linhas de transmissão e distribuição.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos involuntários, danos físicos à pessoas e/ou danos materiais causados a terceiros e relacionados à poluição, contaminação ou vazamentos súbitos.

Seguros de Transporte Internacional – Embarques de carga/equipamentos, Seguro Garantia Financeira – Comercialização de Energia (6 apólices) e Seguro Incêndio – Imóveis Alugados.

Em 31 de dezembro de 2007, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração, é resumida como segue:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio
	De	Até		
Furto e Espoliação	01/01/2007	31/12/2008	US\$14,172 milhões	US\$626
Locutores de Offshore (Offshore)	15/08/2007	15/08/2008	US\$30 milhões	US\$123
Responsabilidade Civil e Geral	25/09/2007	25/09/2008	US\$10 milhões	US\$299

33. REAJUSTE TARIFÁRIO

A ANCEL aprovou em 06 de Novembro de 2007 o reajuste médio das tarifas da Light de 0,10% para o período a partir de 07 de novembro de 2007, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras).

O índice de reajuste, válido para as tarifas compreendidas entre o período de 07 de novembro de 2007 até 06 de novembro de 2008, é constituído de dois componentes: o estrutural, que passa a integrar a tarifa, com reajuste de 0,51%; e o financeiro, que é válido pelo período de vigência desta tarifa, que teve um ajuste negativo de 0,41%.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O processo de reajuste tarifário é resultado basicamente do repasse aos consumidores finais dos custos não-gerenciáveis da concessão, como a energia comprada para distribuição, encargos setoriais e encargos de transmissão. Como parte destes custos sofreu redução ao longo dos últimos 12 meses, principalmente em função da redução da CCC (Conta de Consumo de Combustíveis - subsídio à geração térmica na região norte do país) e do dólar (indexador das compras de energia de Itaipu Binacional), o reajuste das tarifas da Light ficou em nível inferior à inflação do período.

Os consumidores finais da Light SISA observaram em média uma redução de suas contas de luz de 4,79%, a partir de 07 de novembro. Isto ocorreu devido aos ajustes financeiros incluídos na tarifa relativa ao período compreendido entre novembro de 2006 e novembro de 2007, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, que tinham um efeito positivo de 5,4% nas tarifas.

Com a aplicação do realinhamento tarifário, onde os consumidores de alta e baixa tensão têm índices de reajuste distintos, o reajuste médio para cada nível de tensão calculado pela ANEEL, foi conforme se observa na tabela a seguir:

Nível de Tensão	Reajuste efetivo sobre as tarifas de 2006
Baixa Tensão (Residencial)	-5,30%
A4	-3,30%
A3a	-4,11%
A5	-3,30%
A2	-5,29%
Valor médio	-4,79%

34. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei no. 11.638/07, que altera, revoga e introduz novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, que entra em vigor a partir do exercício que se inicia em 1º de janeiro de 2008. O objetivo desta lei é atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As principais modificações que poderão afetar a Companhia podem ser sumariadas como segue:

- Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa.
- Inclusão da apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA).
- Criação da possibilidade da escrituração das transações para atender à legislação tributária e, na sequência, os ajustes necessários para adaptação às práticas contábeis.
- Criação de dois novos subgrupos de contas: (i) intangível e (ii) Ajustes de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, para permitir o registro de determinadas avaliações de ativos a preços de mercado, principalmente instrumentos financeiros: registro de variação cambial sobre investimentos societários no exterior avaliados pelo método de equivalência patrimonial (até 31 de dezembro de 2007 essa variação cambial era registrada no resultado do exercício); ajustes dos ativos e passivos a valor de mercado, em razão de fusão e incorporação ocorrida entre partes não relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle.
- Obrigatoriedade da companhia analisar, periodicamente, a capacidade de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido.
- Introdução do conceito de ajuste a valor presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo.
- Revogação dos itens do Art. 182 da Lei 6404/76 que permitiam o registro de prêmio recebido na emissão de debêntures e doações e subvenções para investimento diretamente como reservas de capital em conta de patrimônio líquido. Isso significa que as doações e as subvenções para investimento passarão a ser registradas no resultado do exercício. Para evitar a distribuição como dividendos, o montante das doações e subvenções serão destinados, após transitarem pelo resultado, para reserva de incentivos fiscais.

Os requerimentos da Lei aplicam-se às demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados a partir de 1 de janeiro de 2008. No momento não é possível determinar os impactos decorrentes da entrada em vigor da referida Lei nas demonstrações financeiras da Companhia.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

35. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE)

A Light SESA passou a integrar, pela primeira vez, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BOVESPA. O ISE é um índice criado pela BOVESPA em consonância com o Dow Jones Sustainability Index (DJSI) da bolsa de Nova Iorque, que busca identificar as empresas com as melhores práticas de responsabilidade socioambiental e sustentabilidade empresarial, baseadas no conceito de triple bottom line – econômico-financeiro, social e ambiental. O índice está composto por 32 empresas, de 13 setores diferentes, que juntas somam R\$927 bilhões em valor de mercado.

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

6ª Emissão de Debêntures

Foi aprovada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 21 de dezembro de 2007, a 6ª Emissão de Debêntures da Light SESA. Serão emitidas, em março de 2008, 40.000 debêntures em uma única série, de forma escritural simples e não conversíveis em ações. Seu valor nominal unitário, na data de emissão, será de R\$10 (dez mil reais).

O valor total inicial corresponderá a R\$400.000, com prazo de 6 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 5 de março de 2014.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2007

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EFETIVOS

Wilson Nelo Bruner (Presidente)
Djalma Bastos de Moraes
Eduardo Borges de Andrade
Ricardo Coutinho de Sena
Gilberto Sayão da Silva (Vice-Presidente)
Alessandro Monteiro Morgado Horta
Aldo Flaus
José Luiz Silva

VAGO

VAGO

SUPLENTE

Luiz Fernando Rolla
João Batista Zollin Carneiro
Celso Fernandez Quintella
Paulo Roberto Reckziegel Guedes
Ana Maria Horta Veloso
Bruno Constantino Alexandre dos Santos
Eduardo Alberto de Luca
Carmen Lúcia Claussen Kamen
Ruy Flaks Schneider
Almir José dos Santos

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Alquéres
Diretor Presidente

Romão Vaz Moreira
Diretor Vice-Presidente de Finanças

Roberto Manoel Guedes Alcoforado
Diretor

Ana Sílvia Corso Matte
Diretor

Leonardo Lins de Albuquerque
Diretor

Paulo Henrique Siqueira Born
Diretor

Luiz Claudio Salles Cristofaro
Diretor

Paulo Roberto Ribeirão Pinto
Diretor

SUPERINTENDENCIA DE CONTROLADORIA E PLANEJAMENTO

Elvira Madruga B Cavalcanti
Superintendente de Controladoria e Planejamento
CPF 590.604.504-00

Luciana Maximino Maia
CONTADOR - Gerente de Contabilidade
CPF 144.021.098-50
CRC/RJ 091476/O-0

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos
Acionistas e Conselho de Administração da
Light Serviços de Eletricidade S.A.
Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, da Light Serviços de Eletricidade S.A., e controladas ("Companhia"), levantados em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Light Serviços de Eletricidade S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2007, e os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Nosso exame foi conduzido com o objetivo de emitirmos parecer sobre as demonstrações financeiras básicas referidas no parágrafo 1, tomadas em conjunto. A demonstração do fluxo de caixa, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentada para propiciar informações suplementares, individual e consolidada, sobre a Light Serviços de Eletricidade S.A. e controladas, não é requerida como parte integrante das demonstrações financeiras básicas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A demonstração do fluxo de caixa foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras básicas tomadas em conjunto.
5. As demonstrações financeiras básicas obrigatórias e demonstração do fluxo de caixa relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2006, individuais e consolidadas, da Light Serviços de Eletricidade S.A. e controladas, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram parecer, sem ressalvas, datado de 23 de fevereiro de 2007.

Rio de Janeiro, 13 de fevereiro de 2008

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011.609/O-8 "F" RJ

Gilberto Grandolpho
Contador
CRC- SP 139.572/O-5 S/RJ

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e respectivo parecer dos Auditores Independentes e relatório da Administração

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

LIGHT Serviços de Eletricidade S.A.



- ✓ RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2008
- ✓ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
- ✓ PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Perfil Corporativo

A Light Serviços de Eletricidade S.A. é a 4ª maior distribuidora de energia elétrica do país, com uma área de concessão que abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro, com área total de 10.970 Km², servindo cerca de 10 milhões de pessoas. Em 2008 a Companhia distribuiu 23.698 GWh de energia a clientes cativos e livres. A concessão do serviço de distribuição de energia vai até junho de 2026.

Contexto Operacional

Ambiente de Negócios

A Light empreende uma atuação sustentável e pró-ativa, socialmente responsável e voltada para o desenvolvimento, muitas vezes através de parcerias com entidades públicas. A região atendida pela Companhia concentra 5,6% da população brasileira e 7,9% do PIB nacional. Em que pese a área de concessão representar um importante ativo intangível, há fortes pressões externas em razão de riscos sociais e da grande concentração populacional. Para amenizar esses fatores, a Light atua junto a órgãos e empresas – governo federal, entidades de classe, associações comerciais, demais concessionárias estaduais de serviços públicos – no desenvolvimento de projetos que promovam a melhoria da segurança pública e o ordenamento urbanístico e social no Estado do Rio de Janeiro.

No cenário econômico, a crise de crédito internacional, deflagrada a partir de setembro de 2008, ocasionou a desvalorização do real frente ao dólar de 17,15% no ano.

Desempenho Operacional

Distribuição de Energia

A Light SESA é a companhia que presta o serviço de distribuição de energia, englobando o fornecimento de energia ao mercado cativo e serviço de distribuição de energia aos clientes livres e concessionárias, com o faturamento da TUSD.

Revisão Tarifária

O processo de revisão tarifária tem como principais resultados: o reposicionamento tarifário, que estabelece tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração sobre os investimentos prudentes e; o Fator X, que estabelece metas de produtividade para o período tarifário subsequente.

Para o cálculo do reposicionamento tarifário, a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) realiza a apuração: (i) dos custos operacionais eficientes, utilizando a metodologia de Empresa de Referência – ER, (ii) dos investimentos prudentes, utilizando a Base de

Remuneração Regulatória, (iii) do nível de perdas regulatórias a serem repassadas aos consumidores e (iv) dos custos não-gerenciáveis, que são a Parcela A.

Em reunião pública ocorrida em 04 de novembro de 2008, a Aneel aprovou, provisoriamente, o reposicionamento tarifário estrutural da Light S.E.S.A. de 1,96% para o período a partir de 07 de novembro de 2008, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras).

A Aneel estabeleceu novos níveis regulatórios para perdas e inadimplência. No item perdas, o índice passou a ser de 19,15% sobre a carga fio, sendo que o nível anterior era de 15,97%. No item inadimplência, o nível a ser considerado nesta revisão é de 0,90% da receita bruta de distribuição, sendo que o índice anterior era de 0,50% da receita líquida (sem ICMS) de distribuição. Foi estabelecido também, o Fator Xe de 0,0%, a ser utilizado a partir do reajuste tarifário de 2009, já de acordo com a nova metodologia proposta no âmbito da Audiência Pública 052.

Considerando os componentes tarifários financeiros que não fazem parte da base tarifária, mas sim de valores referentes ao período de 12 meses subsequente à revisão, o índice de reposicionamento tarifário foi de 4,26%.

Importante ressaltar que os consumidores finais da Light observaram, em média, um reajuste de suas contas de energia de 4,70%, a partir de 07 de novembro. Isto ocorre devido aos adicionais financeiros incluídos na tarifa relativos ao período compreendido entre 07 de novembro de 2007 até 06 de novembro de 2008, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, que tinham um efeito negativo de 0,41% na tarifa daquele período.

Investimento Remunerável

O Investimento Remunerável, também denominado de Base de Remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) e Almoxxarifado de Operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigaçã Especial), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS (Ativo Imobilizado em Serviço) que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida - RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 734, de 04/11/2008, se atualizados pelo IGPM nos Reajustes Tarifários Anuais, já ocorridos, estariam assim formados:

	R\$ mil
Componentes do Investimento Remunerável	Revisão nov/08
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	9.893.473
b) (-) Depreciação Acumulada	4.832.831

c) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE	400.433
d) Ativo Imobilizado em Serviço Líquido	4.660.209
e) (+) Almojarifado	12.755
f) Investimento Remunerável (B.Remuneração)	4.672.964
g) Bens 100% depreciados	1.230.148
h) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário n°	-
i) Cota de Depreciação – Taxa média Anual 4,25%	

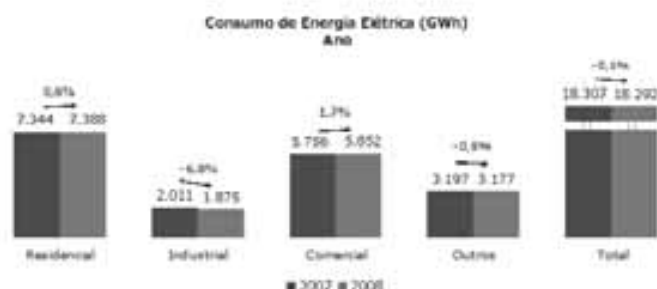
Evolução do Mercado

O consumo total de energia na área de concessão da Light (clientes cativos + livres) no ano de 2008 foi de 23.698 GWh, ficando em linha com o ano de 2007, resultado da estabilidade em ambos os mercados, cativo e livre.



Mercado Cativo

No ano de 2008, o consumo faturado do mercado cativo totalizou 18.292 GWh, em linha com o faturado no ano de 2007. O efeito temperatura (La Niña) foi um fator de redução do consumo, acarretando temperatura atípica, reduzindo a temperatura média do ano para 23,8°, em comparação à média histórica (20 anos) de 24,5°. Outro fator importante foi a interrupção do faturamento de Energia Plus¹, que resultou em um faturamento 177 GWh menor desse produto em relação ao ano de 2007. Desconsiderando o faturamento de Energia Plus¹ em 2007 e 2008, observamos um crescimento de 0,9% do consumo do mercado cativo em 2008.



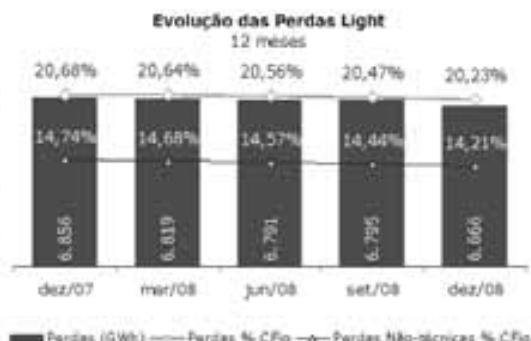
Uso da Rede

No ano de 2008, o uso da rede medido totalizou 8.025 GWh, em linha com o total de energia transportada no ano de 2007. A classe Industrial, que responde por aproximadamente 90% do consumo dos clientes livres, apresentou redução de 0,7% no ano, resultado da redução de 7,2% no consumo deste segmento no 4º trimestre do ano. O consumo de clientes livres do segmento comercial apresentou aumento de 18,5% em comparação a 2007, com destaque para o comércio varejista.

¹ Energia Plus é um pacote de energia oferecido aos grandes clientes com capacidade de geração própria durante o horário de ponta.

Perdas de Energia Elétrica

As perdas totais da Light sobre a carga fio totalizaram 20,23% em 2008, apresentando redução de 0,45 p.p. em relação a 2007. As perdas não-técnicas, foco da atuação operacional da Companhia, apresentaram uma redução ainda maior, de 0,53 p.p. sobre a carga fio, mantendo a trajetória declinante observada nos últimos trimestres.



A Light vem investindo em suas ações de combate às perdas, seja em atividades convencionais como em aplicação de novas tecnologias, a fim de alcançar o patamar regulatório das perdas, definido na revisão tarifária de novembro de 2008 em 19,15% sobre a carga fio.



Em 2008 o número de normalizações (remoção das fraudes com regularização dos equipamentos de medição) e substituição de medidores apresentou aumento de 64% na comparação com o ano anterior. Além disso, a inteligência foi aprimorada, principalmente através da utilização de *software* de identificação e controle de inspeções. Como resultado, a negociação dos débitos de clientes com fraude constatada gerou um incremento de 80% na energia recuperada.

De forma complementar ao processo convencional de combate às perdas, a Companhia vem investindo em novas tecnologias de medição e proteção da rede de distribuição para o combate às perdas. Um exemplo é o processo de instalação de medidores eletrônicos, individuais e centralizados, com comunicação direta com o Centro de Controle da Medição (CCM), que totalizou mais de 62 mil no ano de 2008, aliado à instalação de mais de 120 km de rede com tecnologia de cabos multiplexados. O CCM iniciou sua operação em junho de 2008, e é responsável pelo

gerenciamento automatizado dos processos de leitura, corte, religação e a identificação de irregularidades ou fraudes na medição.

No final de 2008, a Light iniciou ações concentradas de combate ao furto de energia em regiões de elevados índices de perdas e onde historicamente as ações convencionais não têm produzido resultados eficazes. Foi completada a instalação de medidores individuais eletrônicos em condomínios de alta renda nas regiões da Barra e São Conrado, dando prioridade para redução de perdas em locais onde há clientes com alto consumo de energia e que possibilitam um rápido retorno do investimento. Nas ações concentradas, um grande efetivo de equipes de inspeção e normalização é deslocado para a região, onde trabalha em conjunto no combate às fraudes e faz um constante monitoramento de casos de reincidência.

Com a avaliação dos resultados destas ações, são definidas as áreas para o programa de novas tecnologias e blindagem da rede.

Para 2009 estão planejados investimentos ainda maiores em combate às perdas, com base no excelente resultado obtido pelas iniciativas realizadas em 2008. A instalação de novos medidores eletrônicos deve ultrapassar 100 mil unidades no ano de 2009, atingindo cerca de 160 mil clientes e mais de 1.000 km de rede.

Inadimplência

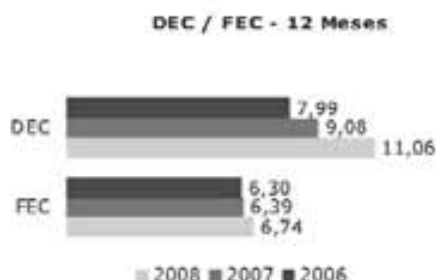
A taxa de arrecadação de 2008 foi de 98,2% do faturamento comercial, 1,2 p.p. abaixo do índice registrado em 2007. A arrecadação no segmento de varejo foi a principal influência para essa redução na taxa total, e pode ser explicada pela intensificação nas ações de combate às perdas e pelo efeito da redução de crédito no final do ano aos clientes de varejo. Os segmentos de grandes clientes e poder público continuaram com altas taxas de arrecadação, 100,0% e 110,2%, respectivamente, em função do recebimento de débitos de exercícios anteriores. Mesmo com essa redução contra 2007, o índice se manteve bem acima do auferido em 2006, refletindo o sucesso das ações de combate à inadimplência, tanto com atuação junto aos grandes clientes e poder público, como no mercado de varejo.



Qualidade dos Serviços

Em 2008, a Companhia intensificou o seu programa de investimentos para melhoria da qualidade e aumento de capacidade da rede de distribuição, com o total de R\$ 85 milhões realizados, em comparação a R\$ 54 milhões investidos em 2007.

Em função do alto nível de investimentos na rede, e conseqüente aumento do número de desligamentos programados, os índices de qualidade do fornecimento da Light, no ano de 2008, pioraram em comparação com o realizado no ano anterior. Além disso, as condições meteorológicas observadas em 2008 também tiveram impacto nessa piora dos indicadores de continuidade.



Atendimento ao Cliente

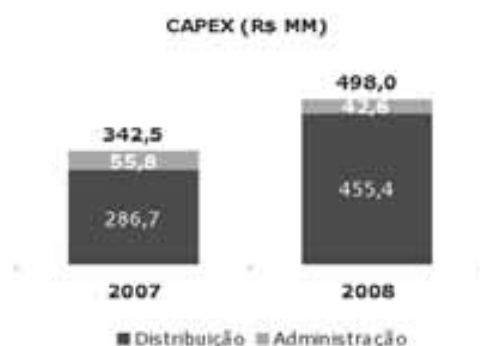
A satisfação dos clientes é um dos objetivos mais importantes da Light, que investe firme na modernização dos serviços, no desenvolvimento da equipe comercial e nos canais de atendimento, sempre alinhados às necessidades dos clientes e às transformações do mercado.

A Light centralizou sua estrutura de atendimento em 2008, com objetivo de atender à demanda dos clientes em um único contato, sempre que possível, através da implementação de melhorias e padronização em seus processos comerciais.

Um fator-chave para o sucesso dessa estratégia é garantir canais de comunicação eficientes, que facilitem o acesso a informações, produtos e serviços, registro de reclamações e solicitação de providências.

Investimentos

Em 2008 foram aplicados R\$ 498,0 milhões em projetos de investimentos, dos quais se destacam os direcionados ao desenvolvimento de redes de distribuição, que envolvem principalmente novas ligações, aumento de capacidade, e manutenção corretiva, no montante de R\$ 165,4 milhões; melhoria de qualidade (otimização de estrutura e manutenção preventiva) no valor de R\$ 64,8 milhões; e ações de combate a perdas com CAPEX de R\$ 156,0 milhões.



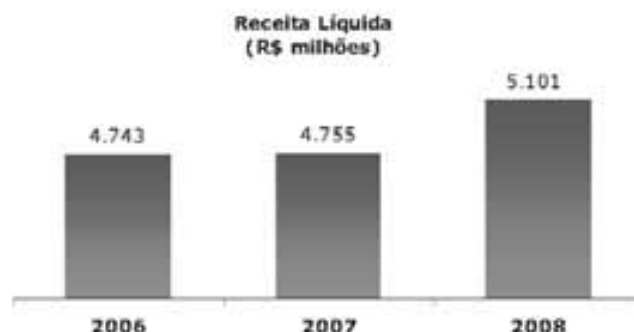
Comentário Financeiro e de Mercado de Capitais

Desempenho Financeiro

Receitas

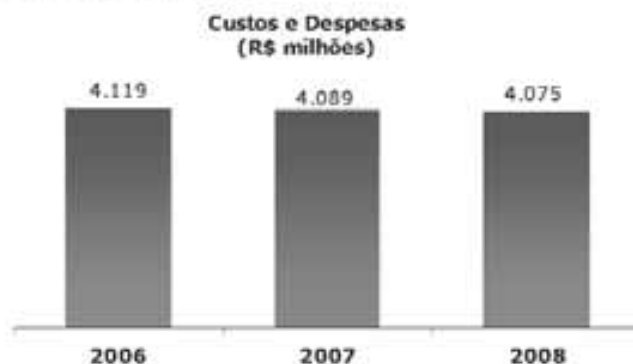
No ano, a receita líquida da Light SESA foi de R\$ 5.101,1 milhões, apresentando crescimento de 7,3% em relação a 2007, associado principalmente aos efeitos da revisão tarifária, que reajustou as tarifas em 4,70%, em média, a partir de novembro, e que contempla o

reconhecimento de adicionais financeiros com impacto na receita líquida de R\$ 154,6 milhões, bem como à alteração no mix de consumo, com maior crescimento das classes residencial e comercial.



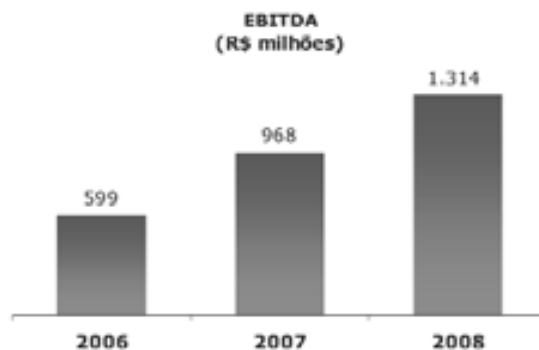
Custos e despesas

Em 2008, os custos e despesas operacionais, no valor de R\$ 4.074,5 milhões ficaram em linha com o realizado em 2007. Tal resultado é decorrente principalmente da redução de 13,1% nos custos e despesas gerenciáveis.



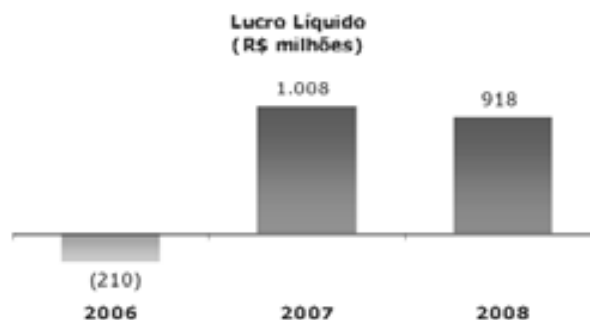
EBITDA

Em 2008, o EBITDA foi de R\$ 1.313,6 milhões, 35,7% maior que o realizado no ano anterior. Desconsiderando os efeitos não recorrentes, o EBITDA ficou 10,8% acima do apurado em 2007, em decorrência principalmente dos seguintes fatores: (i) redução nos custos gerenciáveis de PMSO de R\$ 34,7 milhões, (ii) reconhecimento do subsídio baixa renda, (iii) reajuste médio de 4,70% das tarifas a partir de Nov/08 e, (iv) em menor escala, a mudança de mix de consumo do mercado cativo. A margem EBITDA do ano foi equivalente a 25,8%, 5,4 p.p. superior à de 2007.



Lucro Líquido

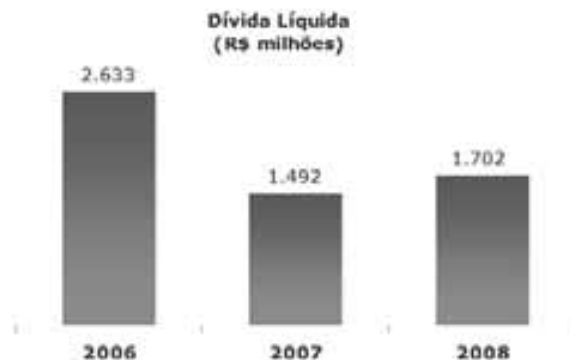
O lucro líquido do ano de 2008 montou a R\$ 918,2 milhões, 8,9% abaixo do lucro de R\$ 1.008,1 milhões registrado em 2007. Desconsiderando os efeitos não recorrentes ocorridos em ambos os anos: (i) reconhecimento de créditos fiscais, no valor de R\$ 851,3 milhões em 2007; e (ii) reversões das provisões de PIS/COFINS e de perda atuarial na Braslight em 2008, com impacto de R\$ 285,4 milhões e R\$ 133,8 milhões, respectivamente, o lucro líquido teria sido de R\$ 499,0 milhões neste ano em comparação a R\$ 156,8 milhões em 2007.



Proposta de Destinação do Lucro

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 13 de fevereiro de 2009 foi aprovada proposta de distribuição de dividendos, no valor de R\$ 481.563.711,86, referente aos resultados apurados no ano de 2008, a ser aprovada em Assembléia Geral Ordinária de Acionistas.

Situação Financeira



A Companhia encerrou o ano com dívida líquida de R\$ 1.701,7 milhões, 14,1% maior em relação ao fechamento de 2007. Este resultado é reflexo principalmente das captações de recursos ocorridas em 2008. A relação dívida líquida/EBITDA em 2008 foi de 1,3x, contra 1,5x registrada em 2007.

O prazo médio de vencimento da dívida é de 4,9 anos, sendo que o custo médio está em 13,2% a.a., para dívida denominada em moeda local e US\$ +5,3% a.a. para dívida denominada em moeda estrangeira. Ambos os custos se mantiveram estáveis, se comparado à posição de setembro de 2008. A exposição à dívida em moeda estrangeira representava 7,9% do endividamento total em 31 de dezembro de 2008, sendo que, em conformidade com a política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração, a empresa realiza operações de hedge para o serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, através do instrumento swap sem caixa com instituições financeiras de primeira linha. Considerando as operações de swap vigentes, a dívida em moeda estrangeira representa 5,4% do total.

Outras Informações

Auditoria Externa

De acordo com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a KPMG Auditores Independentes somente presta serviços relacionados à auditoria externa na Light S.A.

LIGHT SESA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Em milhares de reais)

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
<u>CIRCULANTE</u>					
Disponibilidades	6	456,519	445,566	-	447,230
Consumidores, concessionárias e permissonárias	7	1,319,906	1,319,386	-	1,319,386
Tributos a compensar	8	811,125	679,147	-	679,147
Estoques		14,666	11,875	-	11,875
Dividendos a receber	24	-	13,349	-	-
Serviços prestados		50,081	56,079	-	56,079
Rendas a receber		6,671	-	-	-
Despesas pagas antecipadamente	9	383,021	275,313	-	275,313
Outros créditos	10	167,755	72,652	-	72,652
Total		3,209,744	2,873,667	-	2,861,982
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>					
		5,770,868	7,314,124	-	5,791,985
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>					
Consumidores, concessionárias e permissonárias	6	292,594	326,066	-	326,066
Tributos a compensar	8	1,104,849	1,282,463	-	1,282,463
Rendas a receber		4,413	-	-	-
Depósitos vinculados a litígios		186,071	166,032	-	166,032
Despesas pagas antecipadamente	9	129,435	156,747	-	156,747
Outros créditos	10	420,050	478,168	-	478,168
Total		2,137,412	2,379,776	-	2,379,776
<u>PERMANENTE</u>					
Investimentos	11	12,249	1,535,241	-	13,102
Imobilizado, líquido	12	3,459,072	3,190,334	-	3,190,334
Intangível líquido	13	162,135	167,609	-	167,609
Diferido		-	41,164	-	41,164
Total		3,633,456	4,934,348	-	3,412,209
		8.980.612	10.187.791	-	8.653.967

LIGHT SISA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
(Em milhares de reais)

PASSIVO

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	14	267.225	253.637	253.637
Taxa de pagamento		2.506	1.800	1.800
Impostos	8	180.699	266.155	266.155
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	15	115.143	91.382	89.253
Debitores e encargos financeiros	16	61.523	89.921	89.921
Dividendos a pagar		281.562	793.404	793.404
Obrigações estimadas		51.311	17.205	17.205
Previdência - Contribuições do Controlador	17	126.026	114.026	114.026
Provisão para contingências	18	2.237	2.237	2.237
Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados	20	86.589	72.131	72.131
Outros débitos	19	506.215	313.116	313.116
Total		2.076.065	4.929.624	4.662.279
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>				
		4.306.006	5.712.104	4.445.625
<u>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u>				
Fornecedores	14			
Empréstimos, financiamentos e encargos financeiros	15	1.045.961	21.877.862	821.383
Debitores e encargos financeiros	16	94.529	978.567	978.567
Impostos	8	324.743	276.872	276.872
Provisão para contingências	18	992.160	1.355.901	1.355.901
Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados	20	632.829	801.532	801.532
Outros débitos	19	71.381	211.580	211.580
Total		4.306.006	5.712.104	4.445.625
<u>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</u>				
		-	-	-
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital social	23	2.382.862	2.436.898	2.436.898
Reservas de Capital		5.341	5.341	5.341
Reserva de Lucro	25	508.922	261.585	261.585
Ajustamento para Variação Aumento de Capital		1.936	1.936	1.936
Lucros e Prejuízos acumulados	26			
Total		2.598.541	2.546.063	2.546.063
		8.980.612	10.187.791	8.653.967

LIGHT - SISA
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	31/12/2008
Das operações	
Lucro líquido (período) do exercício	978.161
Despesas (receitas) que não afetam o caixa	
Provisão para despesas cíveis e fiscais	233.200
Provisão reversível de perdas na recuperação dos valores no RII - Longo Prazo	2.080
Provisão para despesas cíveis e fiscais - Lucro Extra	(598)
Anulização de ativos e passivos temporários e contingências	2.620
Acréscito (variações) de cartões de crédito	30.830
Depreciação e amortização	783.157
Laos e variações monetárias - Incididas	533.669
Resultado na venda de bens de imobilizado	12.070
Imposto de renda e contribuições sociais - diferidos	132.901
Encargos e variações imediatas de obrigações por empréstimo	112.701
Reversão PIS/COFINS - Alargamento da Base	(132.358)
Provisões reversíveis - contingências	721.53
	1.629.707
(Aumento) Redução de ativos	
Consumos e revendas	(199.818)
Impostos a compensar	(142.600)
Serviços prestados	5.998
Estoques	(2.791)
Despesas pagas antecipadamente (CVA e outros)	54.672
Alíquotas reguladoras (CVA e outros)	(65.261)
Deprecios acumuladas a créditos	20.639
Outros	1.736
	(456.748)
Aumento (Redução) de passivos	
Empréstimos	30.412
Empréstimos de terceiros	(1.310)
Sociedades e contribuições sociais	4.828
Impostos e contribuições sociais	53.603
Contas de compensação - CVA	8.899
Alíquotas reguladoras	(8.215)
Contingências	(2.818)
Obrigações por empréstimo	76.990
Outros	176.147
	(435.480)
Caixa gerado (absorvido) pelas operações	1.137.479
Atividades de investimento	
Aquisições de Bens de Renda	21.639
Aquisições no modo de estado	(225.350)
Contribuições de terceiros	2.530
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(501.181)
Atividades de financiamento	
Aumento de Capital	5.261
Dívidas e juros	(541.167)
Empréstimos e financiamentos - Cédulas	263.912
Amortização de empréstimos e financiamentos	(324.660)
Caixa gerado pelas atividades de financiamento	(596.454)
Variação líquida do caixa	9.891
Demonstração da variação líquida de caixa	
Saldo do exercício	438.808
Saldo do exercício	428.457
Variação no caixa	9.891
Informação Adicional	
Dívida convertida em Aumento de Capital	
Juros Pagos	

LIGHT SESA
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

Descrição da Conta	01/01/2008 a 31/12/2008
Receitas	7.679.345
Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	7.893.652
Outras Receitas	21.474
Receitas refs. à Constr. Ativos Próprios	-
Provisão/Rev. Créds. Liquidação Duvidosa	(235.781)
Insumos Adquiridos de Terceiros	(3.314.157)
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	(3.060.019)
Materiais Energia Servs Terceiros Outros	(254.138)
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-
Outros	-
Valor Adicionado Bruto	4.365.188
Retenções	(287.057)
Depreciação, Amortização e Exaustão	(287.057)
Valor Adicionado Líquido Produzido	4.078.131
Vir Adicionado Recebido em Transferência	330.382
Receitas Financeiras	330.382
Valor Adicionado Total a Distribuir	4.408.513
Distribuição do Valor Adicionado	4.408.513
Pessoal	182.500
Remuneração Direta	122.233
Benefícios	37.184
F.G.T.S.	20.086
Outros	2.997
Impostos, Taxas e Contribuições	3.113.119
Federais	1.158.458
Estaduais	1.935.264
Municipais	19.397
Remuneração de Capitais de Terceiros	194.730
Juros	166.021
Aluguéis	28.709
Outras	-
Remuneração de Capitais Próprios	918.164
Dividendos	481.564
Lucros Retidos / Prejuízo do Exercício	436.600



DEMONSTRAÇÕES DAS ATIVIDADES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

	RESERVA DE FICROS						TOTAL
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA DE FICROS	FICROS ACUMULADOS	RESERVAS DE FICROS A ACUMULAR	
SALDO EM 31/12/2006	4.428,856	5,541	-	-	(3.948,514)	1,916	1.174,519
Adicional sobre o lucro	30,000	-	-	-	-	-	30,000
Reserva para o pagamento de obrigações	100,000	-	-	-	-	-	100,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
SALDO EM 31/12/2007	2.076,698	5,541	30,640	411,548	-	1,916	2.463,061
Adicional sobre o lucro	30,000	-	-	-	-	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
Transferência de reservas para o lucro	-	-	-	(30,000)	(30,000)	-	30,000
SALDO EM 31/12/2008	2,063,362	5,541	30,640	412,444	-	1,916	2.505,541

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ÍNDICE

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
4. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS
5. DISPONIBILIDADES
6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS (CLIENTES)
7. TRIBUTOS
8. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE
9. OUTROS CRÉDITOS
10. INVESTIMENTOS
11. ATIVO IMOBILIZADO
12. ATIVO INTANGÍVEL
13. FORNECEDORES
14. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS FINANCEIROS
15. DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS
16. ENCARGOS REGULATÓRIOS - CONTRIBUIÇÕES DO CONSUMIDOR
17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
18. OUTROS DÉBITOS
19. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS
20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
23. DIVIDENDOS
24. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS
25. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
27. ENCARGOS DO CONSUMIDOR (DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL)
28. OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA REALIZADAS NO ÂMBITO DA CCEE
29. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS
30. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA
31. RESULTADO FINANCEIRO
32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
33. SEGUROS
34. QUESTÕES AMBIENTAIS
35. REVISÃO TARIÁRIA

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A. (doravante “Light SESA” ou “Companhia”), é uma concessionária de serviços públicos de eletricidade, resultado da nova denominação dada à empresa São Paulo Light S.A. – Serviços de Eletricidade na mesma data em que incorporou a “The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited”, ocasião em que passou a atuar nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1981 a Empresa deixou de atuar no Estado de São Paulo com a venda de parte de seus sistemas elétricos para a ELETROPAULO.

A incorporada “The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited” foi fundada em junho de 1904 e autorizada a funcionar em setembro de 1905, iniciando sua atividade de geração e distribuição de energia, com a construção de usinas hidrelétricas no Estado do Rio de Janeiro. Atuou em diversos segmentos, tais como: transportes (1906 a 1970), fornecimento de gás (1905 a 1966) e telefonia (Companhia Telefônica Brasileira até 1963), tendo, entretanto, sempre como foco principal, a geração e o fornecimento de energia elétrica.

A incorporadora São Paulo Light S.A. – Serviços de Eletricidade, cujo nome original era “The São Paulo Railway, Light and Power Company, Limited”, foi constituída no Canadá, em abril de 1899, e autorizada a funcionar no Brasil, em julho de 1899, tendo sido nacionalizada em novembro de 1956, ocasião em que adotou a denominação de São Paulo Light S.A. – Serviços de Eletricidade.

A LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A. sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, cuja concessão foi efetivada em julho de 1996 e o vencimento será em julho de 2026.

Sua área de atuação abrange 31 municípios no Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 3,8 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondente a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas (dados não revisados pelos auditores independentes). A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobrás (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense e do PROINFRA.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 05 de setembro de 2005, em atendimento à Lei 10.848/2004, foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa n.º 307/2005, o projeto de reorganização societária que foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2006. A partir de 14 de janeiro de 2006, a Light S.A. passou a ser a controladora de todas as empresas operacionais e não operacionais do Grupo Light.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais e outras moedas, exceto se indicado de outra forma, inclusive as notas explicativas, e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

A Companhia adota o plano de contas e as instruções contábeis contidas no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL n.º 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações subsequentes estabelecidas através de Resoluções e Despachos da ANEEL.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei n.º 11.638/07, aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória n.º 449 de 3 de dezembro de 2008. Os ajustes relativos a estas modificações estão detalhados na Nota Explicativa n.º 3.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 estão apresentadas somente para a controladora, uma vez que, em conformidade com o CPC 02 - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, as operações da controlada no exterior estão apresentadas diretamente nas demonstrações financeiras da controladora. No exercício de 2007, os investimentos no exterior eram tratados como controladas. Dessa forma, as notas explicativas de 2007 foram apresentadas com indicações dos saldos e informações da controladora e do consolidado.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A autorização para conclusão destas demonstrações financeiras foi dada pelo Conselho de Administração em 13 de fevereiro de 2009.

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2007 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade, conforme abaixo relacionado:

Reclassificação de reserva para reversão do

	Público	Reclassificação	Ajustado
Ativo Permanente			
Imobilizado			
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(229,247)	59,140	(170,107)
Passivo Exigível a Longo Prazo			
Outros Debitos			
Reserva para Reversão	-	(59,140)	(59,140)

Reclassificação do resultado de participação dos empregados do

Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos

Despesas de Pessoal	(161,606)	19,110	(142,496)
Despesas com Vendas	(276,486)	2,013	(274,473)
Despesas Gerais e Administrativas	(348,456)	9,196	(339,260)

Participações/Contribuições Estatutárias

Participações		(30,319)	(30,319)
---------------	--	----------	----------

Reclassificação de Adiantamento para futuro aumento de capital

<u>Patrimônio Líquido</u>			
Reservas de Capital	7,277	(1,936)	5,341
Patrimônio Líquido			
Adiantamento para Futuro Aumento Capital	-	1,936	1,936

(a) As Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão contemplavam em 31 de dezembro de 2007 o montante de R\$59.140, referente a reserva para reversão. Essa reserva é originada de recursos da RGR, onde incidem encargos financeiros que são pagos anualmente para a Eletrobras. Dessa forma, este passivo não é classificado como obrigações especiais vinculadas à concessão e, portanto, não reduzidos do ativo imobilizado.

(b) Para fins de melhor apresentação, as participações de empregados e administradores, devem ser classificadas como resultado de participações, após a linha do imposto de renda. Dessa forma, a Companhia reclassificou os valores referentes à participação dos empregados para após a linha do imposto de renda na Demonstração do Resultado do exercício de 2007.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia realizou ajustes de exercícios anteriores que estão apresentados de forma retrospectiva, conforme quadro abaixo:

	Consolidado		
	Publicado	Ajuste	Ajustado
	31/12/2007	Exercício Anterior	31/12/2007
Tributos a compensar (não circulante)	1.229.012	23.451	1.252.463
IR diferido (resultado)	855.132	(2.911)	852.221
Lucro Líquido	1.010.996	(2.911)	1.008.085
Patrimônio Líquido	2.522.612	23.451	2.546.063

Conforme detalhado na nota 22(c), foram realizados dois ajustes de exercícios anteriores, ambos afetam a linha de IR Diferido ativo, sendo:

- RS26.362 a débito de IR Diferido ativo e a crédito de Patrimônio Líquido, com ajuste nos saldos iniciais do exercício de 2007.
- RS2.911 a crédito de IR Diferido Ativo e a débito de despesa de IR Diferido do exercício de 2007.

Em atendimento à Deliberação CVM 506/06, as demonstrações financeiras de 2007 foram refeitas para contemplar esses ajustes.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1) Adoção inicial da Lei nº 11.638/07

A Companhia optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 01 de janeiro de 2008, que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil. Entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07, aprovado pela Deliberação CVM nº 565 de 17 de dezembro de 2008, e Medida Provisória nº 449/08, todos os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros e prejuízos acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Sumário das principais práticas contábeis modificadas pela adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08:

- Instrumentos financeiros derivativos:

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos para minimizar sua exposição aos riscos de mercado relacionados a variações cambiais. Esses instrumentos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado.

Ganhos ou perdas resultantes da variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos no resultado do exercício.

As operações com instrumentos financeiros derivativos em 2007 eram contabilizadas no balanço patrimonial por seu valor de curva na data do balanço.

- Custos de transação na emissão de títulos e valores mobiliários:

Os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumentos de dívida (debêntures) foram contabilizados no passivo exigível como redutor da rubrica Debêntures, e amortizados com base na mesma curva de amortização da dívida.

Até 31 de dezembro de 2007 tais custos eram contabilizados como despesas antecipadas e amortizadas de forma linear pelo prazo do empréstimo.

- Arrendamento mercantil financeiro:

Os contratos de arrendamento mercantil financeiro são reconhecidos como ativo imobilizado pelo seu valor justo, ou, se inferior, pelo valor presente do saldo de pagamentos mínimos previstos nos contratos de arrendamento financeiro, sendo depreciados pelas taxas de depreciação praticadas pela Companhia, de acordo com a natureza de cada bem.

Os respectivos saldos a pagar dos contratos de arrendamento financeiro são reconhecidos no passivo circulante e no passivo não circulante com base no valor presente das prestações remanescentes a pagar na data da transição. A diferença entre o valor presente e o valor total das prestações vincendas é apropriada na demonstração de resultados como despesa financeira pelo prazo remanescente do contrato por meio do método do custo amortizado e com base na taxa de juros efetiva.

Este procedimento contábil já era adotado em 2007 pela Companhia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Ativo diferido:

O saldo do ativo diferido na data de transição foi revertido contra lucros acumulados.

- Ajustes a valor presente:

O saldo de contas a receber proveniente de parcelamentos de débitos foi ajustado a valor presente utilizando-se as taxas de juros que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento ou pagamento prefixada ou pós-fixada.

Os efeitos do ajuste a valor presente decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 foram registrados contra lucros ou prejuízos acumulados na data de transição.

- Investimentos no exterior:

Em conformidade com a Deliberação CVM 534/08, que aprovou o CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, as operações das controladas no exterior estão registradas diretamente nos ativos, passivos e resultados, integrados a contabilidade da Light SISA.

b) Efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08:

Segue conciliação do resultado de 2008 e do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 considerando os efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07, com o resultado que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas.

	31/12/2008	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
Saldo contábil de acordo com a Lei nº 11.638/07	918.164	2.536.134
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08:		
- Impostos financeiros mensurados ao valor justo por ação de resultado	90	90
- Ajustes a valor presente - Contas a receber	5.181	23.892
- Diferido	17.823	33.397
Diferenças temporárias de IR e CSLL	848	(19.458)
Saldo contábil sem os efeitos da Lei nº 11.638/07	917.120	2.583.834

Os efeitos tributários dos ajustes decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, quando aplicáveis, foram registrados nas contas de

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

patrimônio líquido nas quais foram contabilizados os referidos ajustes em contrapartida de contas patrimoniais de ativo ou passivo fiscal diferido.

3.2) Resumo das principais práticas contábeis:

Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza de sua realização.

Estimativas Contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração se baseie em estimativas e seu julgamento para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações nas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas e julgamento da Administração. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- provisão para crédito de recebimento da recuperação da Recomposição Tarifária Extraordinária no prazo estabelecido pela ANEEL (baixado integralmente até junho de 2008);
- provisão de crédito de liquidação duvidosa;
- provisão para contingências e planos de aposentadoria complementar;
- recuperação do imposto de renda e contribuição social diferido; e
- valor de mercado dos instrumentos financeiros.

Receitas e despesas financeiras

Incluem os juros, variações monetárias e cambiais incidentes sobre os direitos e obrigações sujeitos à atualização monetária até a data do balanço, e os resultados de operações de "hedge", os quais são apropriados no resultado de acordo com o prazo de

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

vigência dos contratos. Os ativos e passivos em moeda estrangeira são convertidos para reais em função da taxa de câmbio reportada pelo Banco Central do Brasil na data do balanço. O efeito líquido dessas atualizações está refletido no resultado do exercício.

Lucro (prejuízo) por ação

É determinado considerando-se a quantidade de ações em circulação na data do balanço.

Instrumentos Financeiros não derivativos

Incluem aplicações financeiras, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e debêntures.

Instrumentos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis.

Instrumentos Financeiros derivativos

A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros.

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são registrados no resultado.

Ativos circulantes e não circulantes

- Consumidores, concessionárias e permissionárias (Clientes) – Incluem o fornecimento da energia elétrica faturado e a faturar (estimativa), acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e renegociação de dívidas de consumidores, ajustado ao valor presente, quando aplicável, e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCLE”) e créditos relacionados a ativos regulatórios de diversas naturezas.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação de renegociação de dívida dos consumidores (parcelamento de débitos), com base na taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, sendo em média 1% a.m.. A contrapartida do ajuste a valor presente do contas a receber é o resultado financeiro.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

- Estoques (inclusive do ativo imobilizado) - Os materiais em estoques, classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante - Imobilizado (depósito de obras), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

- Investimentos - até 31 de dezembro de 2007 as participações societárias permanentes em controladas no exterior eram avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. A partir da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 o resultado de tais investimentos passam a integrar a contabilidade da Companhia. Os demais investimentos são avaliados ao custo de aquisição corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável.

- Ativo imobilizado - Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, deduzido da depreciação acumulada. Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

- Ativo Imobilizado em Serviço - AIS - Inclui os bens e instalações em função do serviço concedido, cadastrados e controlados por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil e data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço, conforme requerido pela ANEEL.

- Depreciação - A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa à Resolução ANEEL nº. 240, de 05 de dezembro de 2006, conforme divulgado na Nota Explicativa nº 12.

- Ativo Imobilizado em Curso - AIC - refere-se aos bens e instalações em formação ou construção.

- Rateio de Administração Geral (RAG) - Parte das despesas administrativas e gerais, decorrentes dos gastos com pessoal próprio, prestação de serviços, arrendamentos e aluguéis e outros, são apropriadas, mensalmente, às imobilizações e demais ordens em curso, de acordo com o Manual de Contabilidade emitido pela ANEEL.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Encargos Financeiros - Em função do disposto na Instrução Contábil n.º 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL n.º 444, de 26 de outubro de 2001 e na Deliberação CVM n.º 193, de 11 de julho de 1996, os juros, variações monetárias e encargos financeiros relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, foram apropriados às ordens em curso como custo. A partir do exercício de 2008, o Grupo Light efetuou capitalizações de encargos financeiros no montante R\$34.080.
- Arrendamento financeiro - Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente à Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo conforme a Nota Explicativa nº 12. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.
- Ativo intangível - Os ativos intangíveis da Companhia compreendem ativos adquiridos de terceiros e são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzidos da amortização acumulada. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente pela taxa de 20% a.a.
- Impairment - Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.
- Ativo Diferido - Até 2007 referiam-se a despesas pré-operacionais, gastos com desenvolvimento de projetos e sistemas de gestão ambiental. Após a Lei nº 11.638/07, o saldo existente em 1 de janeiro de 2008, foi integralmente baixado contra lucros acumulados.
- Passivo circulante e não circulante - são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos correspondentes encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real ou legal constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.
- Plano de pensão e de benefícios pós-emprego a funcionários - Os custos de patrocínio do plano de pensão e eventuais déficits do plano são reconhecidos pelo regime de

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

competência e em conformidade à Deliberação CVM nº 371/00 e NPC nº 26 do IBRACON baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente.

Quando os benefícios de um plano são ampliados, a parcela do aumento do benefício relativo ao serviço passado de empregados é reconhecida no resultado de maneira linear durante o período médio até que os benefícios se tornem adquiridos. Se os critérios para obter estes benefícios são atendidos imediatamente, o gasto é imediatamente reconhecido no resultado.

A Companhia reconhece todos os ganhos e perdas decorrentes de planos de benefícios definidos diretamente no resultado.

- Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido – O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade aprovado pelos órgãos da Administração.

Conforme previsto na Medida Provisória nº 449/08, a Companhia optou por adoção do Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, de modo que as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica sujeita ao RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007.

- Provisão para contingências – São constituídas mediante a avaliação e quantificação das ações, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração e de seus assessores legais.

- Correção de erros

De acordo com a Deliberação CVM nº 506/06, o montante da correção do erro deve ser demonstrado retroativamente:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a. Procedendo-se ao ajuste nos valores comparativos do(s) exercício(s) anterior(es) em que o erro foi cometido; ou
- b. Se o erro ocorreu antes do exercício mais antigo apresentado, considerando o ajuste no saldo inicial das contas do ativo, passivo e de lucros ou prejuízos acumulados do exercício mais antigo apresentado, de forma que as demais demonstrações contábeis sejam apresentadas como se o erro não tivesse ocorrido;
- c. Discriminando, na conta de lucros ou prejuízos acumulados, dentro das mutações do patrimônio líquido, os efeitos da correção do erro e o resultado originalmente apurado.

Conforme divulgado na Nota Explicativa nº 2, a Companhia está apresentando as demonstrações financeiras do exercício de 2007 refeitas em função de ajustes e reclassificações de exercícios anteriores.

- Registro das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE – O custo da energia comprada e as receitas de suprimento estão reconhecidas pelo regime de competência baseadas em informações divulgadas pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) responsável pela apuração dos valores e quantidades de compras e vendas realizadas no ambiente regulado, ou por estimativa da Administração, quando essas informações não estão disponíveis.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Ativos				
Consumidores Concessionárias e Permissonárias (nota 6)	67.977	95.114		
Recompensação Tarifária Extraordinária - líquida		47.896		
Energia Livre - líquida	-	16.384	-	-
Regulac Tarifária - USD - exclusão na tarifa	67.977	28.862		
Regulac Tarifária - USD		17.657		
 Despesas Pagas Antecipadamente (nota 8)				
CVA - (b)	381.624	258.273	125.171	131.958
PS e CDFINS - (c)	222.245	45.969	125.171	1.898
PS e CDFINS - (c)		51.79		
Outros Regulatórios - (c)	27.169	6		
Parcela "A" - (a)	131.910	203.279		136.190
ROIAL ATIVOS	449.601	350.387	125.171	137.958
 Passivos				
Tarificadoras		(16.084)		
Energia Livre - líquida	-	(16.084)	-	
Outros Débitos (nota 8)	(160.661)	(131.367)	(1.719)	(21.502)
CVA - (b)	(143.947)	(76.686)	(1.719)	(21.502)
Outros Regulatórios (c)	(16.714)	(84.881)	-	-
ROIAL PASSIVOS	(160.661)	(147.629)	(1.719)	(21.502)
ROIAL GERAL	288.940	202.757	123.382	116.456

a) Racionamento:

Pela Medida Provisória n.º 2.198, de 24 de agosto de 2001, foi criado o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE. Esse programa teve por objetivo compatibilizar a demanda de energia com a oferta, a fim de evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia e vigorou de junho de 2001 até fevereiro de 2002, mês em que o governo considerou normalizada a situação hidrológica.

Em dezembro de 2001, o governo e as empresas de energia elétrica firmaram o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica para retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do PERCEE.

Esse acordo abrangeu, no período de vigência do citado Programa Emergencial: (i) as perdas de margem incorridas pelas distribuidoras; (ii) os custos adicionais da denominada "Parcela A" para o período de 01/01/2001 a 25/10/2001; (iii) a parcela dos custos com a compra de energia, no âmbito da CCEE, devida aos geradores não comprometidos com "Contratos Iniciais" de energia, denominada "energia livre", realizadas até dezembro de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2001; e (iv) a substituição do direito contratual previsto no Anexo V dos Contratos Iniciais (compra e venda de energia) relativo ao período de racionamento.

O Acordo Geral do Setor Elétrico também abrangeu o período pós racionamento, março a dezembro de 2002, para tratar da comercialização das sobras dos Contratos Iniciais, atribuindo-lhes o valor de R\$73,39 por MWh.

As receitas das distribuidoras e geradoras (energia livre) de energia elétrica no período de racionamento foram recuperadas por meio da "Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE", cujo término para o faturamento de perda de receita da controlada Light SESA ocorreu em fevereiro de 2008. Em junho de 2008, a Light SESA procedeu à baixa contábil dos itens de recomposição tarifária extraordinária, energia livre e suas respectivas provisões, sem impactar o resultado da Companhia.

Diante do término do prazo para faturamento da RTE (Perda de Receita), a Composição da Variação de Itens da "Parcela A" (período de 01/01/2001 a 25/10/2001) passou a ser recuperada a partir de março de 2008 pelo prazo necessário para atingir o montante homologado pela ANEEL, conforme Ofício circular N° 267/04:

ATIVO	Homologação/ Resoluções N°	Remanência/ Acumulada	Total/ Acumulada	Valor/ Amortização	Saldo a Amortizar
	01	21	3 = 1 + 21	04	25 = 3 - 04
Parcela A de 01/01 a 25/10/2001	128.698	244.135	369.831	237.961	131.870

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA

Registra as variações ocorridas no período e juros SELIC entre reajustes tarifários anuais dos valores de compra de energia: tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu; quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE; Encargos de Serviço do Sistema – ESS; Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão Integrantes da Rede Básica e Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CUFH.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Detalhamento da CVA

	ATIVO			
	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Detalhamento - CVA				
Centro de Consumo de Combustível - CCC	141,650	-	31,871	-
Transferência de Energia para a Rede Básica	2,830	-	2,730	-
Centro de Desenvolvimento Energético - CDE	-	11,230	-	1,898
Custo de Aquisição de Energia	-	28,199	75,119	-
Encargo de Serviço do Sistema - ENS	73,145	310	14,260	-
Transporte de energia elétrica para	2,690	-	535	-
TOTAL - CVA	220,265	39,429	124,565	1,898
	PASSIVO			
	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Detalhamento - CVA				
Centro de Consumo de Combustível - CCC	-	170,830	-	15,871
Centro de Desenvolvimento Energético - CDE	130,860	-	11,564	-
Encargo de Serviço do Sistema - ENS	-	-	-	10,005
PROINTA	13,190	150	355	188
Custo de Aquisição de Energia	110,193	-	-	18,231
Transporte de Energia de Longo	-	11,130	-	145
Transporte de Energia pela Rede Básica	-	67,694	-	16,092
TOTAL - CVA	254,043	249,604	11,919	42,387

c) Revisão Tarifária Periódica

No exercício de 2008 a Companhia passou pela segunda revisão tarifária periódica, conforme Nota Técnica nº 339/2008-SRE / ANEEL (vide Nota 37).

A previsão de realização de revisão tarifária periódica está consignada em lei e nos contratos de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica. Portanto, trata-se de obrigação legal e contratual, cabendo à ANEEL sua implementação, conforme disposto no §2º do art. 9º da Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

A segunda revisão tarifária periódica foi homologada através da Resolução Homologatória nº 734, de 4 de novembro de 2008, na qual foi estabelecido provisoriamente que as tarifas de energia da Companhia fiquem reajustadas em 4,27%, sendo 1,96% relativos ao reposicionamento tarifário e 2,30% relativos aos componentes financeiros externos à revisão tarifária periódica.

(e1)-PIS e COFINS

Refere-se à majoração de alíquotas e mudança no critério de apuração do PIS e da COFINS à não-cumulatividade, conforme Lei 10.637/02 e Lei 10.833/03, respectivamente, alteradas pela Lei 10.865/04, repassadas no reajuste tarifário anual de 2007 da Companhia, através da

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Resolução Homologatória nº 563, de 6 de novembro de 2007, amortizado até outubro de 2008.

(c2)-Outros ativos/passivos regulatórios

Componentes financeiros repassados na segunda revisão tarifária da Companhia, através da Resolução Homologatória nº 734, de 4 de novembro de 2008, conforme quadro abaixo:

	Valores Homologados 31/10/2008	31/12/2008
Outros Ativos Regulatórios		
Ajuste Financeiro USD Geradoras	32,680	27,033
Garantias no Leilão (CCEAR)	136	113
Conexão Furnas	210	174
Programa Luz para Todos	181	149
TOTAL	33,207	27,469

	Valores Homologados 31/10/2008	31/12/2008
Outros Passivos Regulatórios		
Repasso da subcontratação de energia ram.38 do Dec. 5.163/04	118,956	115,737
Ajuste de fronteira	11,182	9,771
TOTAL	130,138	125,508

5. DISPONIBILIDADES

	31/12/2008	31/12/2007	
		Consolidado	Controladora
Número disponível	38,264	79,612	78,247
Aplicações financeiras	418,255	367,618	367,319
Total	456,519	447,230	445,566

				31/12/2008	31/12/2007	
					Consolidado	Controladora
Aplicações financeiras:	Lava	Vencimento				
Overnight		Dinheiro		995		
CDB	CDB	Dinheiro		417.241	365.652	365.353
Fundos de investimento financeiro	CDB	Dinheiro		22	1.966	1.966
Total				418.255	367.618	367.319

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base – 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS (CLIENTES)

	31/12/2008	31/12/2007
CIRCULANTE		
Fornecimento estimado	1.729.885	1.442.665
Fornecimento não taxado	260.361	273.111
Parcelamento de débitos tax	140.874	149.560
	<u>2.131.120</u>	<u>1.865.336</u>
Comercialização no âmbito do CCEE (nota 25)		16.691
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica – EUSD	22.090	21.411
Créditos a recuperar na tarifa (nota 4)	67.977	60.894
Energia livre – ressarcimento a geradoras (Nota 4)		16.354
Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE (Nota 4)		57.866
	<u>90.076</u>	<u>133.216</u>
	<u>2.221.196</u>	<u>1.998.552</u>
(+) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	1.031.290	1.667.895
(+) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – RTE		111.271
	<u>1.319.906</u>	<u>1.319.386</u>
NÃO CIRCULANTE		
Parcelamento de débitos tax	292.594	326.066
Encargo Energia Livre – PIS/COFINS		28.310
(+) Provisão para energia livre – PIS/COFINS		28.310
Energia livre – ressarcimento a geradoras	-	146.266
(+) Provisão para energia livre (nota 4)		146.266
Recomposição Tarifária Extraordinária – RTE (Nota 4)	-	281.634
(+) Provisão para recomposição Tarifária Extraordinária – RTE (Nota 4)		281.634
	<u>292.594</u>	<u>326.066</u>

a) Os parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, quando aplicável, conforme Lei nº 11.638/07.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levou em conta as instruções da ANEEL a seguir resumidas:

Clientes com débitos relevantes (grandes clientes):

- Análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais – vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais – vencidos há mais de 180 dias;

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros – vencidos há mais de 360 dias

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

31/12/2008				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	183.110	138.903	388.881	176.711
Industrial	27.127	17.671	196.913	241.711
Comercial	1.806,01	38.119	1.17.803	117.712
Rural	584	272	531	1.387
Poder Público	22.888	19.530	28.172	141.887
Iluminação Pública	12.239	2.822	38.087	53.028
Serviço Público	111.166	1.541	21.686	168.383
Fornecimento faturado e parcelamentos (Circular 2 e não circulante)	689.166	217.268	1.286.922	2.193.356

31/12/2007				
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	191.186	1.801.896	522.208	813.880
Industrial	253.71	18.643	158.826	220.294
Comercial	129.281	38.820	111.388	177.829
Rural	379	318	338	1.035
Poder Público	831.12	13.732	22.891	1.096.890
Iluminação Pública	12.517	1.330	21.361	35.218
Serviço Público	802.13	19.718		313.488
Fornecimento faturado e parcelamentos (Circular 2 e não circulante)	711.121	2.067.68	897.102	1.918.291

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. TRIBUTOS

	Ativo		Passivo	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
CIRCULANTE				
Créditos fiscais - IRPJ e CSLL - (a)	104.192	55.647		
IRRF	9.540	9.540	1	24
IRPJ e CSLL diferidos (a)	290.593	297.648		
ICMS - e	121.015	111.302	13.643	1.090
PIS/COFINS - (a)	104.140	30.867	48.474	16.458
PIS/COFINS - parcelamento PAF S+Retos II - (a)	-	-	2.731	3.408
INSS - parcelamento PAF S+Retos II - (a)	-	-	8.272	7.915
Antecipação de IRPJ e CSLL	189.470	183.477		
IRPJ e CSLL - Lucros no exterior não realizados	-	-		44.041
Provisão de IRPJ e CSLL	-	-	98.872	165.828
Outros	13.405	1.560	8.586	7.954
TOTAL	811.125	659.447	180.600	265.158
NÃO CIRCULANTE				
IRPJ e CSLL diferidos (a)	1.032.394	1.135.423		
IRPJ e CSLL diferidos - ganhos de capital	-	-		2.187
ICMS - e	72.385	103.349		
IRPJ e CSLL - Lucros no exterior não realizados (a)	-	-	286.337	223.732
PIS/COFINS - parcelamento PAF S+Retos II - (a)	-	-	9.455	15.447
INSS - parcelamento PAF S+Retos II - (a)	-	-	28.951	45.610
TOTAL	1.104.819	1.252.463	324.743	276.872

Reconciliação das taxas efetivas e nominais do imposto de renda e contribuição social:

	31/12/2008	31/12/2007
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LRA)	1,207,210	399,136
Participações nos Lucros	(29,755)	(30,819)
Lucro ajustado base para tributação	1,177,455	368,317
Aliquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social as alíquotas pela legislação vigente	(400,505)	(125,398)
Lucro das Off-shore - 2008	(81,458)	(61,457)
Lucro de imposto de renda e contribuição social as alíquotas e exclusões permanentes	(29,457)	(6,881)
Lucro de imposto de renda e contribuição social as alíquotas e exclusões permanentes	(191,832)	(139,986)
Compensação de Prejuízo Fiscal - 30% - não reconhecida no resultado	-	24
Perdas com créditos incorribais	-	23,800
Reconhecimento do Ativo Diferido	-	851,250
Provisão para imposto de renda - Acrescimo de imposto de renda estadual	-	(1,162)
Diferença entre bases de cálculo - IRPJ e CSLL	24	-
Incentivos fiscais	(8,19)	(2,079)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(259,791)	(639,268)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(116,887)	(212,953)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	(142,904)	(857,221)
	(259,791)	(639,268)

- a) Refere-se a créditos fiscais a compensar provenientes de restituições de aplicações financeiras e órgãos públicos. A variação de valor refere-se à atualização mensal feita

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

pela taxa SELIC no valor de R\$14.064, constituição de novos créditos no montante de R\$68.637 e compensação no montante de R\$33.686.

- b) A partir do exercício social de 2007, com o atendimento cumulativo de todas as condicionais da Instrução CVM nº371/02, a Light SESA passou a reconhecer novos ativos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias e também reverteu parte da provisão para recuperação de créditos fiscais.

Para fundamentar esses créditos fiscais diferidos, a Light SESA atualizou, já considerando as realizações até dezembro de 2008, os estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal, com base nas projeções elaboradas em dezembro de 2008, as quais indicaram a recuperação, em até 11 anos. A constituição do crédito fiscal contempla o montante recuperável em até 10 anos, como definido na referida Instrução, e no pressuposto da não prescrição pelo Regulamento do IRPJ. Este estudo teve como base as expectativas de lucros tributáveis futuros, sendo demonstradas, a seguir, as parcelas deste ativo fiscal diferido por ano de realização.

Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002

2009	270.493
2010	272.312
2011	254.071
2012	174.214
2013	178.688
2014 a 2016	97.415
2017 a 2019	174.258
	<u>1.421.449</u>
(-) Provisão para não recuperação	<u>(118.462)</u>
Total - Light SESA	<u>1.302.987</u>

Os impostos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura considerando:

i. **Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL** - serão compensados no limite de 30% ao ano, nas bases apuradas dos próximos exercícios fiscais.

ii. **Diferenças temporárias** - a realização ocorrerá por ocasião do pagamento ou reversão das provisões e/ou da efetiva perda dos créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

Os créditos de IRPJ e CSLL diferidos ativos são oriundos de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, e despesas/receitas (provisões não dedutíveis temporariamente) reconhecidas no resultado, as quais serão adicionadas/deduzidas ao lucro real e à base da CSLL, em períodos futuros para cálculo dos impostos. A composição dos ativos diferidos é:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/12/2008	31/12/2007
ATIVO E PASSIVO - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		
IRPJ e CSLL base negativa	770.681	808.588
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	300.922	301.359
Provisão para participação nas lucros e resultados	11.288	9.897
Provisões para contingências trabalhistas	56.007	55.148
Provisões para contingências fiscais	136.060	261.439
Provisões para contingências cíveis	94.932	89.732
Outras provisões	51.559	35.387
	1.421.449	1.561.530
(-) Provisão para recuperação	(118.462)	(118.462)
Total - Light SISA	1.302.987	1.443.068

- c) Programa de Parcelamento Especial - PAES (REFIS II) - A Lei n.º 10.684, de 31 de maio de 2003, instituiu o Programa de Parcelamento Especial - PAES, destinado à regularização de créditos da União decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. O prazo para opção ao parcelamento foi estabelecido originalmente para 31 de julho de 2003, e posteriormente prorrogado para 29 de agosto de 2003.

O saldo referente ao PIS e à COFINS em 31 de dezembro de 2008 é de R\$12.156 (R\$18.745 em 31 de dezembro de 2007).

Com relação ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, a Companhia protocolou "pedido de parcelamento" em 31 de julho de 2003, conforme protocolo n.º 60.213.452-8. O montante da dívida incluída no PAES foi de R\$59.975 (líquido da redução de multa de 50%), que se encontrava em discussão judicial buscando a recuperação dos valores recolhidos a título de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho. O pagamento está sendo efetuado em 120 parcelas, sendo que a consolidação do valor devido já foi homologada pelo INSS. Até 31 de dezembro de 2008, 66 parcelas foram quitadas. O valor das parcelas foi calculado a partir do total da dívida pelo prazo de parcelamento sendo atualizado com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$37.223 (R\$43.531 em 31 de dezembro de 2007).

- d) Em 20 de fevereiro de 2003, foi impetrado Mandado de Segurança n.º 2003.51.01.005514-8 com pedido de liminar, a fim de que a Companhia não fosse compelida ao recolhimento do IRPJ e da CSLL incidentes sobre:

- (i) os lucros auferidos pelas empresas LIR Energy Limited (LIR) e Light Overseas Investment Limited (LOI) antes de sua efetiva disponibilização, afastando a aplicação da regra prevista no parágrafo único do artigo 74 da Medida Provisória

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

nº 2.158-35, de 24.08.2001 (MP 2.158-35), relativamente aos períodos de 1996 a 2001;

- (ii) os lucros auferidos pelas empresas LIR e LOI antes de sua efetiva disponibilização, não se aplicando a regra prevista no artigo 74. *caput*, da MP 2.158-35/01, relativamente ao ano-calendário de 2002 e seguintes.

A Companhia obteve a liminar, que posteriormente foi denegada em sede de sentença. A sua apelação foi recebida no duplo efeito. A União interpôs agravo de instrumento contra essa decisão, ao qual foi dado provimento. A Light interpôs agravo interno, que foi julgado favorável em março de 2007, restabelecendo assim a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Contra essa decisão a União interpôs recurso especial, o qual se encontra pendente de julgamento.

Atualmente, sob os efeitos da decisão proferida liminarmente nos autos do Mandado de Segurança nº 2003.51.01.005514-8, que suspendeu a cobrança do IRPJ e da CSLL, aguarda-se o julgamento, pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, do recurso interposto pela Fazenda Nacional.

Com base nesta decisão judicial, a Light SESA suspendeu o pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, incidentes sobre o lucro tributável de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, apurado em virtude da adição, à base de cálculo destes tributos, dos lucros auferidos pelas empresas situadas no exterior. O montante provisionado é de R\$286.337 (R\$ 256.742 em 31 de dezembro de 2007).

Como parte do processo de extinção da LOI efetuado em 2008, conforme determinação da ANEEL, a Companhia efetuou a liquidação de todos os seus Ativos e Passivos e distribuiu dividendos no montante total de US\$ 105.976, correspondente a R\$176.400, sendo R\$130.836 em março de 2008 e R\$45.564 em abril de 2008. A distribuição de dividendos configura-se como disponibilização de lucros para fins de tributação de IRPJ e CSLL, cujo montante apurado e pago correspondeu a R\$31.139 em março de 2008 e R\$10.844 em abril de 2008.

- e) O montante de recuperação de ICMS em 31 de dezembro de 2008 inclui R\$72.011 (R\$109.283 em 31 de dezembro de 2007) de créditos provenientes das renegociações da dívida da CEDAE ocorridas em julho e dezembro de 2006.

f) Refere-se a créditos fiscais a compensar provenientes de retificação das bases de cálculo do PIS e da COFINS do período compreendido entre fevereiro/04 e abril/08 em função da utilização de alguns encargos setoriais como dedução da base de cálculo destes tributos. Em relação ao período de novembro/05 a abril/08 o montante referente aos créditos apurados

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

estão sendo repassados aos consumidores. Dessa forma, está registrado RS46.893 em outros débitos (vide Nota Explicativa nº 19).

8. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	31/12/2008	31/12/2007
CIRCULANTE:		
CVA (nota 4)	222.245	45.909
PIS e COFINS - IRT (nota 4)	-	6.079
Componentes financeiros - IRT (nota 4)	27.469	18.373
Acordo geral do setor elétrico - Parcela "A" (nota 4)	131.910	203.279
Outros	1.397	1.673
Total	383.021	275.313
NÃO CIRCULANTE:		
CVA (nota 4)	125.071	1.898
Acordo geral do setor elétrico - Parcela "A" (nota 4)	-	136.090
Gastos com colocação de debêntures em	-	11.009
Outros	4.364	7.750
Total	129.435	156.747

(a) Conforme CPC 08 - Custos de transação e prêmio na emissão de títulos e valores mobiliários, aprovada em 12 de novembro de 2008 pela Deliberação CVM 556/08, os custos destas transações devem ser reclassificados para conta específica, conforme a natureza da operação. Dessa forma, a Companhia efetuou a reclassificação desse saldo para rubrica de conta redutora de Debêntures.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2008	31/12/2007
CIRCULANTE		
Crédito baixa renda	1.045	1.128
Adiantamento a fornecedores e empregados	10.828	6.849
Assunção de dívida - Light Energia	40.509	28.968
Empregados Cedidos	-	1.324
Contribuição Habitação Pública	25.740	20.177
Aluguéis de imóveis	89	2.139
Subvenção Baixa Renda (a)	49.926	-
Outros	39.618	12.067
Total	167.755	72.652
NAO CIRCULANTE		
PIS e COFINS - Compensar (a)	-	84.271
Provisão CVA (b)	13.529	625
Assunção de dívida - Light Energia	394.487	381.281
Beis e direitos destinados a alienação	11.595	11.597
Outros	639	694
Total	420.050	478.468

- a) Refere-se a créditos fiscais de revisão das apurações de PIS/COFINS sobre encargos setoriais, que foram transferidos no 2º trimestre de 2008 para a rubrica "tributos a compensar" (vide Nota Explicativa nº 7-D).
- b) Refere-se aos valores apurados no mês corrente e que serão transferidos para o Ativo Regulatório quando do efetivo desembolso de caixa.
- c) Refere-se a créditos de subsídios baixa renda ainda não homologados pela ANEEL.

10. INVESTIMENTOS

	31/12/2008	31/12/2007	
		Consolidado	Controladora
Avaliados por custo de aquisição patrimonial:			
Light Overseas Investment Limited	-	-	287.979
Eni Energy Limited	-	-	1.244.164
Subtotal			1.532.143
Avaliados por custo corrigido até 31 de dezembro de 1995, quando aplicável:			
Beis de Renda	3.296	3.296	3.296
Outros	7.097	8.090	8.090
	1.356	1.267	1.267
Subtotal	12.249	13.102	13.102
Total	12.249	13.102	1.535.245

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFF - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

INFORMAÇÕES SOBRE AS COMPANHIAS CONTROLADAS E COLIGADAS

	LLR Energy	Light Overseas
31/12/2007		
Participação no capital (%)	100	100
Capital social integralizado	423.009	101.884
Patrimônio líquido	1.234.160	287.979
Prejuízo do exercício	(85.920)	(31.686)
Dividendos a receber	13.130	219

11. ATIVO IMOBILIZADO

IMOBILIZADO ATIVIDADE	31/12/2008			31/12/2007
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido (Reclassificado)
Distribuição	6.034.520	(3.895.629)	3.138.891	2.876.341
Administração	249.790	(148.915)	100.875	137.457
Comercialização	36.136	(21.215)	14.921	63.301
Em Serviço	6.310.356	(3.065.759)	3.244.597	3.077.202
Distribuição	328.783	-	328.783	249.689
Administração	41.363	-	41.363	28.380
Comercialização	1.631	-	1.631	5.170
Em Curso	371.777	-	371.777	383.230
Total da Imobilização	6.882.133	(3.065.759)	3.816.374	3.460.341
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(157.302)	-	(157.302)	(170.407)
Total do Imobilizado Líquido	6.524.831	(3.065.759)	3.459.072	3.190.334

- a) O saldo de obrigações especiais é proveniente da participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, de verbas federais, estaduais e municipais, para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

	31/12/2008	31/12/2007
Reserva para reversão	-	-
Contribuição do Consumidor	1.610,85	1.74.384
Depreciação de Contribuição do Consumidor	(517)	-
Doações subvencionadas para investimentos	37.630	37.478
Depreciação de Doações subvencionadas para investimentos	(253)	-
Despesas de Desempenhamento	11.667	4.115
Depreciação de Despesas de Desempenhamento	(50)	-
Total	15.187	170.977

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O prazo de vencimento das obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador. ANEEL, e ocorrerá ao final do período da concessão, mediante redução do valor residual do ativo imobilizado para fins de determinação do valor da indenização que o Poder Concedente pagará à concessionária.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

A Resolução Normativa ANEEL n.º 234, de 31 de outubro de 2006, estabelece os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica, que na Controlada Light SESA ocorreu em novembro de 2008 e determina que as obrigações especiais sejam amortizadas às mesmas taxas de depreciação, usando-se uma taxa média, a partir da revisão tarifária. Desta forma, a taxa média de amortização das obrigações especiais é 3,5%, e foi apurada levando-se em consideração as unidades de cadastro da atividade de distribuição.

Segue abaixo a mutação do ativo imobilizado:

	Saldo em 31/12/2007	Adições	Reduções	Transferências entre Classes		Saldo em 31/12/2008
				Serviço	Outros	
IMOBILIZAÇÕES EM SERVIÇO						
Instalação						
Distribuição	6.026.247	136.958	(73.077)	-	237.102	6.327.230
Transmissão	56.003	76	(3.153)		(193.474)	52.826
Administração	523.173	5.066	(3.893)		(135.910)	494.436
Total da Imobilização em Serviço	6.605.423	142.090	(79.123)		(292.282)	6.476.110
(+) Depreciação						
Distribuição	(2.559.006)	(396.363)	48.091		(167.313)	(3.014.581)
Transmissão	(104.778)	(37.300)	3.151		(51.063)	(139.280)
Administração	(155.715)	(13.260)	3.915		(6.811)	(169.861)
Total da Imobilização com Serviço Depreciação	(2.819.500)	(446.923)	55.157		(225.187)	(3.230.343)
IMOBILIZAÇÕES EM FASE						
Distribuição	58.689	658.011	(1.974)	(136.364)	(151.070)	597.292
Transmissão	5.170	1.116		(1.685)		4.591
Administração	25.380	2.859		(11.876)		16.363
Total da Imobilização em Fase	89.239	661.986	(1.974)	(149.925)	(151.070)	397.246
TOTAL DO ATIVO IMOBILIZADO	6.703.151	809.065	(135.940)	(149.925)	(443.452)	6.827.809

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- i) A Companhia não possui em seu acervo, bens e direitos em uso de propriedade da União.
- ii) O imobilizado em curso inclui os estoques de materiais destinados a projetos, cujo montante em 31 de dezembro de 2008 totalizava R\$52.307 (R\$35.053 em 31 de dezembro de 2007) e uma provisão para desvalorização de estoque de R\$1.488 (R\$2.710 em 31 de dezembro de 2007).
- iii) Taxas anuais de depreciação

As principais taxas de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 044 de 17 de março de 1999, são as seguintes:

Distribuição	%	Comercialização	%	Administração	%
Banco de capacitores	6,7	Edificações	4,0	Edificações	4,0
Chave de distribuição	6,7	Equipamento geral	10,0	Equipamento geral	10,0
Condutor do sistema	5,0	Veículos	20,0	Veículos	20,0
Disjuntor	3,0				
Edificações	4,0				
Estrutura do sistema	5,0				
Medidor	4,0				
Regulador de tensão	4,8				
Relógio	4,3				
Transformador	5,0				
Taxa média depreciação Distribuição	4,9	Taxa média depreciação Comercialização	11,3	Taxa média depreciação Administração	11,3

- iv) Universalização do serviço público de energia elétrica.

Conforme Decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2003, foi instituído o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. Este Decreto definiu a alocação de recursos dos fundos setoriais (CDE e RGR) e dos Estados para financiar a universalização nas áreas rurais, e propiciar, até o ano de 2008, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

Foram ligados 1.001⁶ novos consumidores com o custo total estimado em R\$10.380. A Light SESA concluiu em setembro de 2007 todas as instalações previstas para o programa. Mesmo após o cumprimento das metas de universalização apresentadas para a ANEEL, a Light SESA continuou efetuando ligações a consumidores, cujas características se enquadram no Programa de Universalização.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para a execução deste programa a Eletrobras liberou R\$1.200 e a Light SISA participou com o montante de R\$8.836.

(*) informação não auditada pelos auditores independentes

12. ATIVO INTANGÍVEL

ATIVO INTANGÍVEL	31/12/2008		31/12/2007	
	Custo Histórico	Atenuação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Intangível				
Distribuição	182.565	(156.612)	25.953	3.563
Armazenagem	6.003	(5.000)	1.003	14.178
Comercialização	163.296	(80.556)	82.740	88.256
Em Serviço	369.064	(295.171)	73.893	133.000
Distribuição	133.001	-	133.001	5.932
Armazenagem	34.323	-	34.323	23.817
Comercialização	428	-	428	-
Em Curso	28.212	-	28.212	35.609
Total Intangível Líquido	457.866	(295.171)	162.135	167.565

O Grupo Light registra *Softwares* em seu intangível, depreciando a uma taxa de 20% a.a e *Servidão de Passagem*, que não possui depreciação por se tratar do direito de uso de uma faixa de terreno, normalmente associado a uma Linha de Transmissão e Distribuição.

13. FORNECEDORES

	31/12/2008	31/12/2007
DEVEDORES		
Mobilizadora Imobiliária	171.387	142.315
MTS Rápido Financeiro	51.656	47.277
Empreiteira de Engenharia	41.519	34.396
Comercialização de Energia	13.177	-
Empreiteira de Engenharia	2.177	2.177
Empreiteira de Engenharia Agrícola	-	26.402
Empreiteira de Engenharia	112.347	140.375
Outros	1.011	1.426
Matéria Prima	60.125	12.775
Total	440.202	416.970
DEVEDORES INTANGÍVEL		
Empreiteira de Engenharia Agrícola	-	26.402
Empreiteira de Engenharia	-	22.402

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	31/12/2008						31/12/2007		
	Principais		Principais		Principais		Principais		Principais
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor
Ativo									
Ativo Circulante	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567
Ativo Não Circulante	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567
Ativo Total	2.469.134	2.469.134	2.469.134	2.469.134	2.469.134	2.469.134	2.469.134	2.469.134	2.469.134
Passivo									
Passivo Circulante	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567
Passivo Não Circulante	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567	1.234.567
Passivo Total	2.469.134	2.469.134	2.469.134	2.469.134	2.469.134	2.469.134	2.469.134	2.469.134	2.469.134

Os empréstimos estão garantidos por cauções no montante de R\$30.035, aval da Light S.A. e recebíveis no montante aproximado de R\$56.788.

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros):

	31/12/2008			31/12/2007		
	Valor Nominal	Valor Encargos	Total	Valor Nominal	Valor Encargos	Total
2008						
2009	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2010	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2011	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2012	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2013	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2014	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2015	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2016	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2017	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2018	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2019	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2020	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2021	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2022	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2023	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2024	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2025	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2026	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2027	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2028	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2029	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2030	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2031	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2032	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2033	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2034	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2035	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2036	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2037	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2038	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2039	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2040	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2041	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2042	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2043	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2044	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2045	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2046	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2047	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2048	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2049	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2050	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2051	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2052	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2053	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2054	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2055	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2056	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2057	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2058	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2059	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2060	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2061	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2062	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2063	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2064	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2065	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2066	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2067	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2068	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2069	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2070	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2071	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2072	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2073	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2074	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2075	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2076	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2077	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2078	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2079	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2080	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2081	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2082	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2083	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2084	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2085	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2086	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2087	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2088	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2089	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2090	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2091	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2092	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2093	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2094	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2095	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2096	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2097	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2098	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2099	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134
2100	1.234.567	1.234.567	2.469.134	1.234.567	1.234.567	2.469.134

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e dos principais indicadores, base de atualização de empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Moeda Nacional	
	31/12/2008	31/12/2007
2008		65,311
2009	33,576	
Total (Circulante)	33,576	65,311
2009		65,778
2010	75,915	108,589
2011	68,231	100,933
2012	198,241	200,933
2013	268,711	250,933
2014	331,916	250,933
após 2014	2	268
Total (Não Circulante)	935,809	938,567
Total	969,385	1,013,878

Aditivo à 5ª Emissão de Debêntures

Em 2008 foram negociadas com os bancos coordenadores da 5ª emissão de debêntures as seguintes alterações em sua escritura, ratificadas na Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 14 de maio de 2008:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

I. Alteração do fluxo de amortização do principal da debênture conforme quadro abaixo:

Data	Fluxo Original	Novo Fluxo
22-jan-08	1,25%	1,25%
22-abr-08	1,25%	1,25%
22-jul-08	1,25%	0,50%
22-out-08	1,25%	0,50%
22-jan-09	1,25%	0,50%
22-abr-09	1,25%	0,50%
22-jul-09	1,25%	0,50%
22-out-09	1,25%	0,50%
22-jan-10	2,50%	1,75%
22-abr-10	2,50%	1,75%
22-jul-10	2,50%	1,75%
22-out-10	2,50%	1,75%
22-jan-11	2,50%	1,75%
22-abr-11	2,50%	1,75%
22-jul-11	2,50%	1,75%
22-out-11	2,50%	1,75%
22-jan-12	5,00%	5,00%
22-abr-12	5,00%	5,00%
22-jul-12	5,00%	5,00%
22-out-12	5,00%	5,00%
22-jan-13	6,25%	6,75%
22-abr-13	6,25%	6,75%
22-jul-13	6,25%	6,75%
22-out-13	6,25%	6,75%
22-jan-14	25,00%	33,50%
	100%	100%

II – Manutenção do Prêmio de Amortização em 0,25% até janeiro de 2009 e definição de um Prêmio de Amortização de 0,20% válido de fevereiro de 2009 a julho de 2009, em caso de pré-pagamento da dívida.

Covenants

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 14, a 5ª Emissão de Debêntures prevê a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros, os quais foram integralmente atingidos em 31 de dezembro de 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. ENCARGOS REGULATÓRIOS – CONTRIBUIÇÕES DO CONSUMIDOR

	31/12/2008	31/12/2007
CIRCULANTE:		
Quota da conta de consumo de combustível - CCC	23.895	13.620
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético - CDE	16.638	173.141
Quota de reserva global de reversão - RGR	8.741	8.699
Encargos de capacidade e capacidade emergencial	78.772	77.893
	<u>128.046</u>	<u>173.353</u>

Reserva Global de Reversão (RGR) - É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.

Conta Consumo de Combustível (CCC) - É a parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

Encargos de Capacidade Emergencial (ECE e EAE) - São os custos de natureza operacional, tributária e administrativa, incorridos pela Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial - CBEE na contratação de capacidade de geração ou de potência, que foram rateados aos consumidores finais de energia elétrica atendidos pelo Sistema Elétrico Interligado Nacional, de forma proporcional ao consumo individual verificado.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Light SESA possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, vem constituindo provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis. Além disso, não registra os ativos das demandas com possibilidade de ganho, por serem considerados incertos.

17.1 Contingências

As provisões para contingências estão compostas da seguinte forma:

	Ucrulante		Nao crulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Trabalhistas	567	567	164.128	167.694
Cíveis			257.917	233.190
Tributárias			263.823	269.929
Outras	1.560	1.630	37.002	54.812
Total	2.127	2.197	662.970	725.625

	Passivo				Ativo	
	Saldo em 31/12/2008		Saldo em 31/12/2007		Depositos judiciais	
	Ações	Baixas	Ações	Baixas		
Trabalhistas	161.662	26.467	137.354	38.147	164.128	37.162
Cíveis	233.266	12.111	217.890	206.136	257.917	233.190
Tributárias	263.823	26.678	263.823	114.131	263.823	0.00
Outras	54.812	24.988	12.426	1.624	37.002	54.812
Total	713.563	89.244	631.493	360.038	662.970	525.254

17.1.1 Contingências Trabalhistas

Existem 4.088 ações trabalhistas em andamento (4.228 em 31 de dezembro de 2007) nas quais a Companhia figura como reclamada. Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, adicional de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados, diferença da multa de 40% do FGTS decorrente da correção por expurgos inflacionários.

Destaca-se que, em dezembro de 2007, a Companhia foi notificada para responder a ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho da 1ª Região, questionando a contratação de empresas para a prestação de serviços relacionados às suas atividades-meio e atividades-fim. A referida ação foi julgada procedente em 04 de abril de 2008. Houve decisão dando o efeito suspensivo ao Recurso Ordinário interposto pela Light. As chances

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

de êxito da Companhia, nos recursos cabíveis, são consideradas pelos assessores como possíveis.

17.1.2 Contingências Cíveis

A Companhia figura como parte ré em aproximadamente 38.593 processos de natureza cível (33.132 em 31 de dezembro de 2007), sendo que 11.763 na justiça comum estadual e federal (Ações Cíveis), dentre as quais aquelas que têm pedidos no momento quantificáveis somam R\$629.734 (R\$482.629 em 31 de dezembro de 2007) e 26.830 ações que tramitam em Juizados Especiais Cíveis, envolvendo um valor total de pedidos no montante de R\$370.563 (R\$241.420 em 31 de dezembro de 2007).

Contingências Cíveis	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	31/12/2008	31/12/2007
a) Ações Cíveis	117,880	116,663
b) Juizado Especial Cível	33,783	33,383
c) Plano Cruzado	105,844	93,220
Total	257,507	243,266

- a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia é ré, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais, além de questionamentos de valores pagos por consumidores.
- b) A Companhia possui, também, Ações Cíveis nas quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O valor, atualmente quantificável, referente às ações possíveis é R\$358,383 (R\$274,999 em 31 de dezembro de 2007).

A Companhia possui, ainda, Ações Cíveis Públicas e Populares, em que se discutem tarifa, taxas e encargos, contratos, equipamentos, plano cruzado, juros, dentre outros objetos. Em 31 de dezembro de 2008, não era possível para a Administração estimar o valor envolvido em cada uma dessas ações em virtude da natureza, abrangência e necessidade de eventual liquidação dos respectivos pedidos.

Em 18 de novembro de 2008, a Companhia e alguns de seus administradores e acionistas tiveram ciência de Ação Popular movida no foro da capital do estado de Minas Gerais por uma pessoa física, em que se alegam, entre outros, irregularidades na

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

compra do controle acionário da LIGHT SA.. Os advogados que patrocinam a ação consideram remota a probabilidade de perda dessa ação.

- c) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito com base em média móvel do valor de condenação nos últimos 12 meses.
- d) Existem processos de natureza cível em que alguns consumidores industriais estão questionando na esfera judicial o reajuste de tarifas de energia elétrica aprovado em 1986 pelo DNAEE (Plano Cruzado).

17.1.3 Contingências Fiscais

As provisões constituídas para contingências fiscais estão compostas da seguinte forma:

Contingências Fiscais	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	31/12/2008	31/12/2007
a) PIS/COFINS	214.237	623.773
b) PIS/COFINS - RGR e CCC	17.709	17.294
c) INSS - Abono ACT	-	9.929
d) INSS - auto de infração	37.756	35.669
e) INSS - trimestralidade	92.677	85.961
f) Lei n.º 8.200	20.063	19.012
g) ICMS	76.610	71.007
h) Contribuição Social	27.076	26.084
i) CIDE	4.593	4.345
j) Outros	3.102	2.905
Total	493.823	895.979

- a) PIS/COFINS: A Companhia possuía dois processos judiciais discutindo a incidência de tais contribuições, nos moldes preconizados pela Lei n.º 9.718/98, a seguir expostos:

No primeiro a Companhia questionava as alterações impostas pela Lei em referência quanto (i) ao alargamento da base de cálculo dos referidos tributos e (ii) à majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%. No Recurso da Light SESA perante o STF foi proferida decisão definitiva, já transitada em julgado, em relação ao alargamento da base de cálculo, dando provimento ao Recurso, declarando-se a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei 9.718/98.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No segundo, a Companhia alega a decadência da exigibilidade de parte dos valores demandados em Carta de Cobrança expedida pela Receita Federal em 31 de janeiro de 2007, tendo em vista o não lançamento do crédito fiscal por parte do Fisco Federal dentro do prazo legal. Foi obtida liminar suspendendo a cobrança, mantida pelo Tribunal Regional Federal e, atualmente, aguarda-se julgamento de recurso aos Tribunais Superiores. Quanto ao mérito, aguarda-se julgamento de 1ª instância, com prognóstico de perda possível segundo os assessores legais da Companhia.

Quanto ao alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS, face à decisão do STF, a Companhia efetuou a reversão dos valores provisionados no montante de R\$432.358, em contrapartida à rubrica "despesa financeira" no resultado do 2º trimestre.

Em 31 de dezembro de 2008, o valor provisionado referente ao aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3% é de R\$214.237 (R\$203.097 em 31 de dezembro de 2007).

b) PIS/COFINS – RGR e CCC: O saldo provisionado como contingência corresponde à parcela não incluída no parcelamento PAES em decorrência da discussão da aplicação da multa de ofício, a qual a Companhia, na esfera administrativa não logrou êxito, mas judicialmente, tem sentença favorável da qual aguarda julgamento do Recurso de Apelação da União. Incluiu-se também neste montante, a parcela correspondente à majoração da alíquota da COFINS, referente ao período de abr/99 a dez/00, que se encontra em discussão judicial.

c) INSS – Abono ACT: Em agosto de 2006 a Light SESA, com base em avaliação de seus advogados, constituiu provisão no valor de R\$14.715, que engloba períodos de 2001 a 2005, concernente a abono eventual pago pela Companhia a seus empregados em decorrência de previsão expressa nos Acordos Coletivos de Trabalho. Em dezembro de 2007, com base em nova avaliação, foi efetuada a reversão no valor de R\$6.355, em razão da decadência do direito do Fisco em lançar os créditos. Em setembro de 2008, avaliando a questão com base na jurisprudência dos Tribunais Superiores e no fato de não haver a constituição dos créditos, foi efetuada a reversão integral do saldo remanescente no valor de R\$ 10.773.

d) INSS – auto de infração: Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração cujas teses são as de responsabilidade subsidiária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros. A Administração, baseada na opinião de seus advogados, entende que somente parte destes valores representa risco provável para a constituição da provisão. A variação de valor entre 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 refere-se à atualização pela taxa SELIC.

e) INSS – trimestralidade: A Companhia questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutelas antecipadas deferidas, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da Companhia. A Administração constituiu a provisão, com base na opinião dos advogados, da totalidade do valor constante dos autos de infração lavrados pela fiscalização do INSS. A variação de valor entre 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 refere-se à atualização pela taxa SELIC.

f) Lei n.º 8.200: A provisão constituída refere-se ao aproveitamento integral das despesas de depreciação relativas aos exercícios de 1991 e 1992, deixando de se aplicar o inciso I do artigo 3º da Lei n.º 8.200/91. O processo judicial foi julgado procedente em primeira e segunda instâncias, aguardando-se o julgamento de recurso da União pelo STF. A Companhia, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco provável para a constituição da provisão. A variação de valor entre 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 refere-se à atualização pela taxa SELIC.

g) ICMS: A provisão constituída refere-se, principalmente, a discussão judicial sobre a aplicabilidade da Lei Estadual n.º 3.188/99, que restringiu a forma de apropriação dos créditos de ICMS incidentes nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, exigindo que o creditamento fosse feito em parcelas, enquanto que tal restrição não era prevista na Lei Complementar n.º 87/96. Existem outros autos de infração que são objeto de contestação nos âmbitos administrativo e judicial. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco provável, para os quais foi constituída provisão. A variação de valor entre 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 refere-se à atualização pela UFIR.

h) Contribuição Social: A provisão constituída se refere a (i) dedução da base de cálculo da CSLL do valor pago a título de juros sobre o capital próprio aos acionistas no ano-calendário de 1996, em que a liminar foi deferida e a segurança concedida parcialmente, aguardando-se julgamento do recurso de apelação da União; e (ii) falta de adição, na base de cálculo da CSLL, dos valores relativos à provisão de PIS/COFINS que estavam com exigibilidade suspensa. Encerrada a esfera administrativa, foi ajuizada a Execução Fiscal, na qual a Companhia efetuou o depósito integral da quantia discutida, bem como opôs Embargos à referida Execução. A variação de valor entre 31 de dezembro de 2008 e 31 de dezembro de 2007 refere-se à atualização pela taxa SELIC.

i) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE: Trata-se de provisão relativa à CIDE incidente sobre os pagamentos efetuados ao exterior pela prestação de serviços. Houve decisão de 1ª instância judicial desfavorável, aguarda-se julgamento do

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

recurso de apelação da Companhia. A partir de dezembro de 2003 a controlada passou a efetuar os pagamentos sobre os valores devidos.

A Companhia possui, também, processos fiscais, administrativos e judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O valor envolvido em tais processos é de R\$752.700 (R\$518.286 em 31 de dezembro de 2007).

A Companhia, nos próximos itens, destaca alguns processos tributários com perda estimada como possível de grande relevância ou que tiveram desdobramentos no exercício de 2008:

Possíveis

(i) IN 86. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em função do atendimento intempestivo da intimação referente à entrega dos arquivos eletrônicos dos exercícios de 2003 a 2005. A impugnação foi julgada improcedente e atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Light. O valor da autuação atualizado até dezembro de 2008 é de R\$222.200 (R\$199.810 em 31 de dezembro de 2007).

(ii) ICMS (Aluvalé). Trata-se de execuções fiscais em que se discute o diferimento do ICMS no fornecimento de energia elétrica para a consumidora ALUVALÉ, em razão de ser consumidor industrial eletrointensivo. Foram opostos embargos às referidas execuções, que se encontram pendentes de julgamento em 1ª instância. O valor envolvido nessas execuções fiscais em 31 de dezembro de 2008 é de R\$155.700 (R\$206.200 em 31 de dezembro de 2007).

(iii) IRRF – Glosa de Compensações. A Companhia recebeu despacho decisório informando acerca da não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF de pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos, compensados em função de Saldo Negativo de IRPJ no ano-base 2002. Em razão disso, a Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade, a qual se encontra pendente de julgamento. O valor envolvido em dezembro de 2008 é de R\$ 171.500.

(iv) Outros. Além dos casos acima mencionados existem outras discussões judiciais e administrativas diversas, avaliadas como possíveis pelos assessores legais, destacando-se (a) ICMS sobre subvenção baixa renda; (b) transferência de crédito de ICMS (empresa RHEIM); (c) Denúncia Espontânea de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL; (d) ISS sobre serviços regulados. O valor envolvido nessas discussões em 31 de dezembro de 2008 é de R\$140.900 (R\$133.300 em 31 de dezembro de 2007).

(v) Em 16 de dezembro de 2008 a Companhia recebeu Ação Judicial movida por um cliente comercial em que se questiona o repasse do PIS e da COFINS no preço da energia elétrica.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

pleiteando-se a devolução de todos os valores pagos indevidamente. Na opinião dos seus advogados a probabilidade de perda é considerada possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

Remotos

Os processos avaliados pelos assessores legais da Companhia como remotos não foram provisionados.

17.1.4 Contingências Regulatórias Administrativas

Neste tópico a Companhia ressalta as contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

a) Baixa renda - O Relatório de Fiscalização RF-LIGHT-04/2007-SIFI, de agosto de 2007 da ANEEL, realizada no período de 02/07/2007 a 13/07/2007, questionou a concessão da tarifa social a alguns consumidores no período e considerou indevidos parte dos subsídios homologados e recebidos pela Companhia da Eletrobras no valor de R\$266.379. A Companhia constituiu provisão no valor de R\$53.381 (R\$36.175 em 31 de dezembro de 2007), para cobrir risco de ter que restituir parte do subsídio já recebido.

b) Auto de Infração ANEEL nº 009/2005 - O auto foi lavrado em 15 de março de 2005 sob o argumento de ter a Companhia: (i) constituído sem a anuência prévia da ANEEL as empresas controladas LIR Energy Limited e Light Overseas Investments (R\$1.144); (ii) realizado com essas empresas operações sem a anuência da ANEEL - (total de R\$2.287); e (iii) descumprido a determinação da ANEEL de cancelamento das operações e encerramento das atividades das empresas - (total de R\$3.431). Após apresentação de recurso, a multa associada ao item (iii) foi excluída, e foram mantidas as multas associadas aos itens (i) e (ii). Foi efetuado o pagamento da penalidade associada ao item (ii), enquanto que com relação à multa do item (i), foi impetrado Mandado de Segurança, com depósito judicial no valor de R\$1.655 (valor original corrigido pela taxa SELIC até a data do depósito). Após sentença que denegou a segurança do MS, proferida em 23 de novembro de 2007, foram opostos Embargos de Declaração, posteriormente rejeitados por decisão proferida em 17 de dezembro de 2007. Contra a sentença, a Companhia interpôs recurso de apelação, em 25 de janeiro de 2008, requerendo efeito suspensivo a tal recurso. Em 10 de setembro de 2008, foi publicada decisão que recebeu a apelação apenas no efeito devolutivo. Por fim, em 17 de setembro de 2008 foi protocolado o Agravo de Instrumento (AI) nº 2008.0.00.046455-8, para obter efeito suspensivo ao recurso de apelação, evitando-se o levantamento dos valores depositados na ação. O AI foi distribuído ao Desembargador Federal, que ainda não se manifestou sobre o pedido de tutela antecipada recursal. O valor em 31 de dezembro de 2008 é de R\$1.944 (R\$1.712 em 31 de dezembro de 2007).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base – 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Auto de Infração nº 055/2008 – SFE, Lavrado em 28 de outubro de 2008, com penalidade de multa no valor de R\$ 2,782 sob o fundamento de a Companhia ter violado os indicadores DEC e FEC de 14 conjuntos de consumidores, que apresentaram 18 supostas violações no ano de 2007. A Companhia, não concordando com a alegação da ANEEL, apresentou recurso interposto por meio da Carta D-058/2008, protocolizado em 12 de novembro de 2008. A Companhia constituiu provisão no valor total da contingência. Em 31 de dezembro de 2008 o valor provisionado é R\$2.847.

18. OUTROS DÉBITOS

	31/12/2008	31/12/2007
CIRCULANTE		
Taxa de Iluminação ESMA	40.917	44.701
Programa de Eficiência Energética – PEE	118.745	81.414
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	60.320	47.574
Empresa de Pesquisa Energética – EPE	6.599	7.168
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	14.498	14.708
CVA (nota 3)	143.947	76.986
Outros Encargos Jurídicos (nota 3)	16.714	54.881
Outros Débitos – Devolução a consumidores	46.893	
Outros	58.882	16.985
Total	506.215	343.116
NÃO CIRCULANTE		
Debit Brashlight – Provisão CVM 371/2003 (b)		639.133
Provisão CVA – CCC		800
CVA (nota 3)	1.719	21.507
Provisão para Passivo Regulatório	7.985	16.986
Reserva para Reversão (a)	59.140	59.140
Outros	5.947	41,19
Total	74.591	211.580

- a) O montante referente à reserva para reversão, classificado como obrigações especiais vinculadas à concessão, foi reclassificado do imobilizado para a rubrica de outros débitos (vide Nota Explicativa nº 2).
- b) No exercício de 2008, a Light SESA reverteu a provisão constituída para perda atuarial em decorrência do parecer atuarial elaborado em conformidade com a Deliberação CVM 371/00.

19. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora instituidora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM – COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP – Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base – 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos – A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido e C do tipo Benefício Misto.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI (com um mês de defasagem) e juros atuariais de 6% ao ano.

As movimentações ocorridas neste exercício no passivo atuarial líquido são as seguintes:

	Total	Circulante	Não circulante
Plano Previdenciário em 31/12/2006	843.774	72.670	771.154
Amortizações no Ano	(74.823)	(74.823)	-
Atualizações no Ano	101.712	9.012	95.700
Transferência do não circulante para o circulante	-	65.322	(65.322)
Total do Plano Previdenciário em 31/12/2007	873.663	72.131	801.532
Amortizações no Ano	(76.909)	(148.595)	71.686
Atualizações no Ano	150.958	18.382	132.576
Ajuste referente à mudança de tabela	71.686	-	71.686
Transferência do não circulante para o circulante	-	144.671	(144.671)
Contribuições correntes	-	-	-
Total do Plano Previdenciário em 31/12/2008	1.019.398	86.589	932.809

De acordo com relatório de avaliação atuarial emitido em 19 de janeiro de 2009, no 4º trimestre de 2008 a Braslight efetuou a mudança de sua tabela geral de mortalidade, passando a adotar a tabela AT-83. Esta mudança ocorreu para atender à Resolução CGPC nº 18, de 28 março de 2006. O resultado atuarial do exercício adicionado à alteração da tabela resultou em um aumento de R\$71.686 no contrato de equacionamento do déficit.

A seguir, é demonstrada a composição da provisão em 31 de dezembro de 2008 para os planos de aposentadoria de benefícios definidos, e ainda compromissos adicionais de aposentadoria e/ou pensão por morte proveniente de acordos ou decisões judiciais com empregados acidentados considerados ao valor presente da obrigação atuarial, e demais informações requeridas na Deliberação CVM nº 371/00. Os montantes descritos a seguir foram calculados com base em 98,8% (98% em 31 de dezembro de 2007) da estimativa

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

atuariais de sua controladora Light S.A., pois este percentual representa o saldo do contrato ajustado e contabilizado.

	2008	2007
Conciliação dos ativos e passivos atuariais		
Valor justo dos ativos do plano	1.155.633	1.632.615
Valor presente da obrigação atuarial com direitos já vencidos	(1.861.133)	(1.616.778)
Valor presente da obrigação atuarial com direitos a vencer	155.6387	1.398.633
Ativo líquido (passivo descoberto)	4762.187	982.796
Passivo líquido, CVM 371/2000	4762.187	982.796
Saldo do contrato ajustado e contabilizado, conforme contrato de equalização do déficit	(1.019.398)	(873.663)
Provisão CVM 371 - agido: Tabua Mortalidade (A184)		(109.133)
	2008	2007
Movimentação do passivo atuarial		
Passivo líquido, CVM 371/2000 inicial	988.638	961.273
Contribuições da patrocinadora	89.925	76.898
Ganhos e perdas relativos a deficit atuarial	225.914	(11.883)
Custo esperado	(89.391)	(83.538)
Passivo líquido, CVM 371/2000 final	4762.187	982.796
	2008	2008
Custos esperados		
Custo do serviço corrente	1.630	1.636
Custo dos juros	206.358	190.218
Retorno dos investimentos	(120.223)	(108.233)
Contribuição esperada dos empregados	183	(93)
Custo esperado estimado	89.391	83.538
	2008	2007
Premissas atuarias		
Taxa de juros nominal (descontos a valor presente do passivo atuarial)	12,36%	10,50%
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano nominal	12,44%	12,68%
Taxa anual de inflação	4,33%	4,33%
Taxa de crescimento salarial	4,96%	4,96%
Índice de reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,33%	4,33%
Taxa de capacidade	98,00%	98,00%
Taxa relativa	Baseado na idade	Baseado na idade
Tabua geral de mortalidade (a)	A1 - 83 (1)	A1 - 83 (1)
Tabua de entrada em invalidez (plano A/B)	1.IGI1 - Fonte	1.IGI1 - Fonte
Tabua de entrada em invalidez (plano C/saldado)	1.IGI1 - Fonte	1.IGI1 - Fonte
Tabua de mortalidade de inválidos	1.APB 57	1.APB 57
Participantes ativos	3.690	3.925
Participantes aposentados e pensionistas	5.686	5.658

⁽¹⁾ Tabua sem agravamento

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia faz parte do Grupo Light, que inclui as empresas: Light Energia S.A. (Light Energia), Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (Light Esco), Itaocara Energia Ltda. (Itaocara Energia), Lightger Ltda. (Light Ger) e Lighthidro Ltda. (Light Hidro) e Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (Instituto Light) e tem como principais acionistas indiretos:

- Grupo Controlador - Rio Minas Energia Participações S.A – RME
Sociedade controlada em conjunto pela Companhia Energética de Minas Gerais
CEMIG, Andrade Gutierrez Concessões, Luce do Brasil Fundo de Investimento em
Participações e Equatorial Energia.
- BNDESPAR

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos exercícios de 2008 e 2007:

[illegible]

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Segue quadro resumo dos contratos firmados com partes relacionadas

[illegible]

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições usuais de mercado.

21. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

A remuneração anual global dos membros do Conselho de Administração e Diretoria da Companhia foi fixada em R\$8.672 (não incluídos os encargos e outros benefícios), na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17 de março de 2008. Os encargos sociais e os outros benefícios pagos totalizam R\$1.276.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2008, o capital social da Light Serviços de Eletricidade S.A. está representado por 203.933.778,011 ações ordinárias escriturais sem valor nominal, sendo o seu Capital Social de R\$2.082.362 conforme a seguir:

ACIONISTAS	31/12/2008		31/12/2007	
	Quantidade de Ações	Participação	Quantidade de Ações	Participação
Grupo Eletrobrás	203.933.778,011	100,00%	203.933.778,011	100,00%
Light S.A.	203.933.778,011	100,00%	203.933.778,011	100,00%

A Light SISA está autorizada a aumentar o seu capital mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 203.946.412.726 ações ordinárias, destinado exclusivamente a atender ao exercício dos bônus de subscrição emitidos, observando estritamente as condições previstas nos bônus de subscrição (Estatuto Social art. 5º parágrafo 2).

b) Integralização de Capital

Conforme atas do Conselho de Administração datadas de 03 de outubro de 2008 e 07 de novembro de 2008, foram aprovados os aumentos de capital social da Companhia, no valor de R\$4.919 e R\$545, respectivamente, totalizando R\$5.464, decorrentes do exercício de direitos de bônus de subscrição. O aumento se deu mediante a emissão de 471.039.000 ações, passando o capital social para R\$2.082.362 representado por 203.933.778,011 ações ordinárias escriturais. Tais alterações foram aprovadas na AGE de 23 de dezembro de 2008.

c) Lucros / Prejuízos Acumulados

Em atenção à Resolução Normativa nº 176 emitida pela ANEEL, de 28 de novembro de 2005, e das aprovações dos Manuais dos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento, que alteraram o critério do reconhecimento contábil dos referidos programas, nos anos de 2005 e 2006 a Companhia contabilizou no Patrimônio Líquido os valores referentes às despesas com Pesquisa e Desenvolvimento - P&D - e Programa de Eficiência Energética - PEE referentes aos anos de 2003, 2004 e 2005. Para fins fiscais, estes valores não foram utilizados como despesas dedutíveis para a base de cálculo do IRPJ e CSLL. No entanto, após análise, concluiu-se que os referidos valores podem ser deduzidos da base de cálculo correspondente. Considerando-se que os valores originais foram registrados diretamente no patrimônio líquido, os impostos ora apurados no valor de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.04 - NOTAS EXPLICATIVAS

RS26.362 foram também registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de lucros ou prejuízos acumulados.

Adicionalmente, em 2007 a Companhia contabilizou uma provisão de multa de PIS/COFINS sobre a dedutibilidade das despesas com CCC e RGR. Quando da contabilização dessa multa, a controlada incluiu em sua base de cálculo de IRPJ e CSLL a dedutibilidade dessa despesa. Após análise, concluiu-se que por se tratar de multa, não há dedutibilidade. Dessa forma, a despesa no montante de RS2.911 foi ajustada na demonstração do resultado do exercício de 2007, em contrapartida a rubrica impostos diferidos daquele mesmo ano.

Vide quadro de ajustes na Nota Explicativa nº 2.

d) Reserva de Lucros

- Reserva Legal – Constituída à base de 5% do Lucro Líquido do exercício, conforme legislação em vigor.

- Reserva de Retenção de Lucros – Constituída com o Lucro Líquido do exercício remanescente após as destinações com base em orçamento de capital aprovado pelo Conselho de Administração.

23. DIVIDENDOS

a) Dividendos pagos

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 17 de março de 2008, foi deliberada a declaração de dividendos complementares de RS190.401, com base no balanço patrimonial referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, representando RS1,00 por ação e estando disponíveis para os acionistas a partir de 31 de março de 2008.

Em 07 de novembro de 2008 foi aprovado o pagamento de dividendos no montante de RS350.766, com base na conta de reservas de lucros existente no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2007, representando RS1,72 por ação e estando disponíveis aos acionistas a partir de 19 de novembro de 2008. No total, foram pagos em 2008, referentes ao resultado de 2007, dividendos no montante de RS541.167.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Dividendos propostos

Em reunião realizada em 13 de fevereiro de 2009, o Conselho de Administração da Light SESA propôs o pagamento de R\$481.564 (R\$2,36 por ação) com base no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2008, a ser aprovado em Assembleia Geral:

Light SESA	2008
Lucro do Exercício	918.164
Reserva Legal	(45.908)
Lucro Ajustado do Exercício	872.256
Dividendos mínimos obrigatórios	218.064
Dividendos Propostos	481.564

24. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados, implantado em 1997, é corporativo e está atrelado principalmente ao resultado de Lucro Líquido e EBITDA da Companhia. O pagamento é composto por duas partes, sendo uma fixa e outra variável. O Programa vem evoluindo ao longo dos anos de forma a propiciar um maior engajamento dos empregados na melhoria dos resultados operacionais da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2008 o saldo provisionado de participação nos lucros ou resultados para a Light SESA era de R\$29.255, com pagamento previsto para abril de 2009.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

01.01.a.31.12	Nº de Contas tarifadas		GWh		R\$	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Residencial	316.244,25	3.535.553	7.398	7.342	1.499.527	1.397.832
Industrial	12.184	12.793	1.875	2.307	468.692	368.183
Comércio, serviços e outras	369.088	369.938	5.557	5.751	1.866.593	1.781.258
Retais	339.001	339.000	39	39	9.430	9.932
Estado público	9.984	9.592	1.313	1.377	357.268	293.693
Formação pública	417	165	678	168	101.787	84.864
Serviço público	7.382	1.251	1.968	1.962	216.956	203.163
Consumo próprio	328	327	68	66	-	-
Consumo em contrato	3.036.686	3.880.577	18.797	18.397	5.291.877	5.152.164
ICMS	-	-	-	-	1.035.264	1.017.731
Consumo não tarifado	-	-	-	-	112.759	23.711
TOTAL FORNECIMENTO	3.036.686	3.880.577	18.797	18.397	7.214.627	7.673.819
Energia de curto prazo	-	-	698	1.777	10.325	113.297
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	698	1.777	10.325	113.297
TOTAL GERAÇÃO	3.036.686	3.880.577	18.687	19.538	7.225.083	7.787.116

(1) Não aplicável pelos quântos independentes.

26. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

01.01.a.31.12	2008	2007
Serviço contratado	18.518	8.234
Receita de Prestação de Serviço	17.575	19.281
A rendimentos, aluguéis e outras	26.728	37.557
Receita de Uso de Rede	64.775	58.644
	127.596	123.716

27. ENCARGOS DO CONSUMIDOR (DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL)

01.01.a.31.12	2008	2007
Encargos ao Consumidor - ROR	163.528	158.235
CCB - Caixa	1.090.656	1.762.584
CCB - CVA	12.835	15.922
CCB - CVA Amortização	111.026	127.515
CCB - Caixa	1.258.973	1,581.576
CCB - CVA	209.117	134.555
CCB - CVA Amortização	111.969	123.585
ICP - Energia Elétrica	125.967	170.318
PRD - Pesquisa e Desenvolvimento	110.911	116.820
ENELC - Fundo Nacional de Desenvolvimento	99.768	110.630
ICP - Energia de Pesquisa Elétrica	15.072	18.315
	3.085.224	3.636.625

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA REALIZADAS NO ÂMBITO DA CCEE

Os saldos das transações de compra e venda de energia de curto prazo realizadas no âmbito da CCEE (antigo MAE) são conforme segue:

	31/12/2008
Venda de Energia de curto prazo:	
Saldo a receber em 31/12/2007 (nota 6)	16.691
Saldo a receber em 31/12/2008 (nota 6)	-
	31/12/2008
Compra de Energia de curto prazo:	
Saldo a pagar em 31/12/2007 (nota 13)	-
Saldo a pagar em 31/12/2008 (nota 13)	(13.117)

29. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

01.01.01.12	Custo de Serviço		Despesas Operacionais		2008	2007
	Custo de Energia	Custo Operacional	Custo Variáveis	Custos Adicionais		
Valor do Custo						
Valor do Custo Comprado para Revenda (nota 25)	3.000.000	-	-	-	(3.000.000)	(3.000.000)
Despesa com Administração	-	(19.600)	(19.600)	(58.038)	(97.238)	(97.238)
Material	-	(11.683)	(9.780)	(1.648)	(13.106)	(13.106)
Serviços de Locação	-	(11.100)	(5.333)	(8.084)	(19.600)	(19.600)
Despesas Operacionais (aj. Dividida)	-	-	(258.784)	-	(258.784)	(199.820)
Provisões para contingências	-	-	-	(3.646)	(3.646)	(99.230)
Outros	-	(11.500)	(9.414)	(51.116)	(72.030)	(151.194)
	<u>3.000.000</u>	<u>(280.433)</u>	<u>(302.728)</u>	<u>(63.598)</u>	<u>(1.047.962)</u>	<u>(860.058)</u>
Impostos e encargos tributários	-	553.416	(9.414)	(33.630)	(58.768)	(301.834)
Total	<u>3.000.000</u>	<u>272.983</u>	<u>(312.142)</u>	<u>(97.238)</u>	<u>(487.028)</u>	<u>(1.161.892)</u>

30. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

01.01.01.12	GWh		R\$	
	2008	2007	2008	2007
Itaipu	5.731	8.307	543.108	792.414
UTE Norte Fluminense	6.368	6.351	793.103	801.584
Outros contratos e Leilão de Energia	12.895	12.361	1.019.245	881.500
CVA	-	-	118.200	98.462
Energia de Curto Prazo (Spot)	-	-	210.199	-
Energias Usada Rede	-	-	349.220	329.418
Encargos de entrega	-	-	16.343	13.958
O&M	-	-	10.548	10.548
	<u>24.994</u>	<u>27.019</u>	<u>1.907.020</u>	<u>2.036.884</u>

(1) Não auditado pelos auditores independentes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

31. RESULTADO FINANCEIRO

01/01 a 31/12	31/12/2008	31/12/2007	
		Consolidado	Controladora
RECEITA			
Rendimento sobre aplicações financeiras	60.556	38.769	38.686
Operações de swap	12.909	15.481	15.481
Juros e variação monetária sobre parcelamento de débitos	24.744	7.128	7.128
Acréscimo monetário s/ contas de energia e parcelamento de débitos	68.751	14.458	14.458
Encargos sobre contas de CVA e Parcela A	30.667	40.638	40.638
Encargos sobre recuperação de margem tarifária	6.251	56.168	56.168
Encargos sobre transações de energia livre	3.154	31.962	31.962
Receita com multas	70.337	38.063	38.063
Atualização de créditos tributários	44.868	6.285	6.285
Outras	8.142	386	12.413
	<u>330.382</u>	<u>278.738</u>	<u>278.386</u>
DESPESA			
Encargos sobre empréstimos e financiamentos - MN	(201.045)	(210.860)	(210.664)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos - ME	(17.319)	(58.146)	(255.452)
Variação monetária - MN	(67)	(1.702)	(1.702)
Variação cambial - ME	(46.451)	78.917	893.432
Operações de Swap	1.610	(95.887)	(95.887)
Encargos e variação monetária sobre passivo atuarial Braslight	(222.611)	(101.712)	(101.712)
Despesas bancárias	(5.176)	(15.560)	(15.560)
Atualização de provisões para contingências	(59.893)	(60.540)	(60.540)
Encargos sobre transações de energia livre	(4.756)	(33.039)	(33.039)
Encargos sobre passivos regulatórios	(48.923)	(309)	(309)
Reversão da Provisão PIS/COFINS sobre receita financeira	157.358		
Ajuste a valor presente do Contas a Receber	30.830	11.168	11.168
Atualização de passivos tributários	(45.018)	(18.482)	(18.482)
Outras	(1.702)	(17.769)	(14.644)
	<u>(171.196)</u>	<u>(556.531)</u>	<u>(136.060)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u>159.186</u>	<u>(278.293)</u>	<u>(160.704)</u>

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

32. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Abaixo, comparamos os valores contábil e de mercado dos ativos e passivos da Companhia:

	31/12/2008		31/12/2007		31/12/2006	
	Contábilizado	Mercado	Contábilizado	Mercado	Contábilizado	Mercado
ATIVO						
Aplicações financeiras de curto prazo	418.944	418.944	357.618	357.618	367.419	367.419
Swaps	71.832	11.083	-	-	-	-
	<u>490.776</u>	<u>430.027</u>	<u>357.618</u>	<u>357.618</u>	<u>367.419</u>	<u>367.419</u>
PASSIVO						
Débitos em dívida de curto prazo	9.4129	9.90129	1.438.8	1.438.8	1.438.8	1.438.8
Empréstimos e financiamentos de longo prazo	1.128.830	1.128.830	847.083	847.083	3.324.816	3.324.816
Swaps	-	-	10.177	10.177	9.36	10.177
	<u>1.138.242</u>	<u>1.138.759</u>	<u>1.449.060</u>	<u>1.449.060</u>	<u>4.768.932</u>	<u>4.768.932</u>

a) Política para utilização de derivativos

A política para utilização de instrumentos de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em linha com o disposto na política, a Companhia não possui contratos a termo, opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". Ademais, fica evidenciado através do quadro acima que o único instrumento de derivativo utilizado pela Companhia é o swap cambial sem caixa (US\$ versus CDI), cujo Valor Nominal Contratado equivale ao montante de serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer até 24 meses, em linha com a política para utilização de derivativos supracitada.

b) Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

A administração dos instrumentos de derivativos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em fiscalização permanente do cumprimento da política para utilização de derivativos, bem como acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A forte desvalorização cambial verificada no último trimestre não impactou a situação de caixa e solvência da Companhia, considerando a exposição da Companhia à esta moeda em comparação ao endividamento total, associado ao fato de a política para utilização de derivativos vir sendo integralmente cumprida.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:

No que tange ao cálculo do valor de mercado, seguem as seguintes considerações:

- Empréstimos e recebíveis - Consumidores, concessionárias e permissionárias (clientes) são classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- Fornecedores são mensurados pelo método do custo amortizado e, portanto, reconhecidos pelo seu valor original.
- Empréstimos e financiamentos: os valores de mercado foram calculados utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos. Os valores de mercado para o financiamento do BNDES são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso das debêntures, o cálculo do valor de mercado não pode ser mensurado devido ao fato de não haver um mercado líquido de negociação das mesmas que possa servir de referência precisa para tal cálculo. Dessa forma, os valores de mercado das debêntures são idênticos aos saldos contábeis.
- Operações de swaps: a determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis e a metodologia usual de precificação: para a ponta ativa (em dólares norte-americanos) a avaliação do valor nominal (nacional) até a data de vencimento e desconto a valor presente às taxas de cupom limpo, publicadas nos boletins da Bolsa de Mercadorias e Futuros - BM&F.

É importante ressaltar que os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Fatores de Risco

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

Composição da dívida (não inclui encargos financeiros):

	31/12/2008		31/12/2007	
	R\$	%	R\$	%
1) S21	168.697	8%	180.990	8,3%
2) Outras dívidas S21	8.382	0,4%	3.222	0,1%
3) Dívidas financeiras em moeda estrangeira	16.617	8%	15.672	8,2%
4) DDT	1.386.054	75,8%	1.379.830	76,7%
5) DDT	2.276.36	21%,	2.734.881	14,8%
6) DDT	108.3	0,3%	32.068	0,6%
7) Dívidas em moeda estrangeira em moeda nacional	1.379.830	97%	1.736.280	100%
8) Total dívida financeira em moeda nacional	2.485.214	100%	1.802.361	100%

Em 31 de dezembro de 2008, de acordo com o quadro acima, o montante de dívida denominada em US\$ moeda é de R\$167.697, ou 8% do total da dívida. No entanto, se adicionarmos os encargos financeiros, tal montante aumenta para de R\$170.421 (US\$ 72.923, de acordo com a cotação do dólar de 31/12/2008).

Para o montante de serviço da dívida em moeda estrangeira a vencer até em 24 meses, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, cujo valor nominal em 31 de dezembro de 2008 era de US\$22.995, de acordo com a política para utilização de instrumentos de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, se descontarmos esse montante do total da dívida em moeda estrangeira, a exposição cambial passa a 5,4% do total da dívida.

Com base nisso, tecemos algumas considerações e análises acerca dos fatores de riscos que impactam o negócio das empresas do Grupo Light:

- Risco de taxa de câmbio

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Light SISA são denominados em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de *swap*) para proteção do serviço associado as tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses a frente. As operações de derivativos apresentaram um ganho de R\$12.228 no 4º trimestre de 2008 (perda de R\$9.253 no 4º trimestre de 2007) e um ganho de R\$11.144 no ano de 2008 (perda de R\$80.405 no ano de 2007). O valor líquido das operações de *swap*, vigentes em 31 de dezembro de 2008 é

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

positivo em R\$11.084 (negativo em R\$10.130 em 31 de dezembro de 2007), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (US\$M)	Valor Justo Dez 08 (R\$M) Ativa	Valor Justo Dez 08 (R\$M) Passiva
Itau	US\$-6,2%	100% CDI	19/06/07	15/01/09	42	13	-
Itau	US\$-6,1%	100% CDI	19/06/07	16/02/09	41	13	-
Unicredit	US\$-6,05%	100% CDI	19/06/07	11/03/09	111	35	-
Unicredit	US\$-6,07%	100% CDI	19/06/07	09/04/09	5.955	2.217	-
BNP	US\$-6,05%	100% CDI	19/06/07	15/05/09	40	13	-
Itau	US\$-6,06%	100% CDI	19/06/07	05/06/09	940	305	-
Itau	US\$-6,05%	100% CDI	19/06/07	28/06/09	444	149	-
Unicredit	US\$-3,3%	100% CDI	04/04/08	15/07/09	36	19	-
Unicredit	US\$-3,3%	100% CDI	04/04/08	17/08/09	36	18	-
Citibank	US\$-3,32%	100% CDI	04/04/08	10/09/09	73	37	-
Unicredit	US\$-3,31%	100% CDI	04/04/08	15/09/09	36	18	-
Citibank	US\$-3,4%	100% CDI	04/04/08	09/10/09	6.275	3.164	-
Unicredit	US\$-3,21%	100% CDI	04/04/08	15/10/09	35	18	-
Unicredit	US\$-3,25%	100% CDI	04/04/08	16/11/09	35	17	-
Citibank	US\$-3,41%	100% CDI	04/04/08	09/12/09	922	456	-
Unicredit	US\$-3,4%	100% CDI	04/04/08	15/12/09	34	17	-
Citibank	US\$-3,48%	100% CDI	04/04/08	28/12/09	449	222	-
Unicredit	US\$-4,42%	100% CDI	25/08/08	15/01/10	32	21	-
Unicredit	US\$-4,32%	100% CDI	25/08/08	17/02/10	32	21	-
Unicredit	US\$-4,32%	100% CDI	25/08/08	10/03/10	70	47	-
Unicredit	US\$-4,32%	100% CDI	25/08/08	15/03/10	31	21	-
Unicredit	US\$-4,53%	100% CDI	25/08/08	12/04/10	5.869	3.940	-
Unicredit	US\$-4,22%	100% CDI	25/08/08	15/04/10	31	20	-
Unicredit	US\$-4,45%	100% CDI	25/08/08	15/06/10	426	283	-
Totais					22.995	11.084	-

O valor contabilizado já se encontra mensurado pelo seu valor justo em 31 de dezembro de 2008. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos se encontram registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A seguir, apresentamos a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio e de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia.

A metodologia utilizada para o "Cenário Provável" foi considerar o mesmo comportamento das taxas de câmbio e juros, verificado no exercício de 2008, mantendo-se constantes os montantes de passivos, derivativos e aplicações financeiras, em 31 de dezembro de 2008. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de Desvalorização da Taxa de Câmbio (apresentado em moeda nacional)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário (I): Provável</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
PASSIVOS FINANCEIROS				
Par Bond	USD	(6.428)	(19.598)	(32.767)
Discount Bond	USD	(3.297)	(12.399)	(21.100)
Flurb	USD	(1.31)	(724)	(1.317)
C. Bond	USD	(4.432)	(16.004)	(27.577)
Debit. Conv.	USD	(1.866)	(10.745)	(19.624)
New Money	USD	(1.31)	(736)	(1.300)
Bib	USD	(101)	(495)	(890)
Bndes - Finance. Importação	Cesta	(220)	(1.050)	(1.880)
Societe Generale	USD	(391)	(2.274)	(4.156)
KIW	USD	(292)	(1.674)	(3.055)
DERIVATIVOS				
Swaps	USD	14.521	28.542	42.629
Referência para ativos e passivos Financeiros			+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (Fim do exercício)		2,3370	3,9213	3,5055

Risco de Apreciação da Taxa de Câmbio (apresentado em moeda nacional)

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário (I): Provável</u>	<u>Cenário (IV)</u>	<u>Cenário (V)</u>
PASSIVOS FINANCEIROS				
Par Bond	USD	(6.428)	6.741	19.911
Discount Bond	USD	(3.297)	5.604	14.506
Flurb	USD	(1.31)	462	1.055
C. Bond	USD	(4.432)	7.141	18.714
Debit. Conv.	USD	(1.866)	7.013	15.893
New Money	USD	(1.31)	453	1.038
Bib	USD	(101)	294	688
Bndes - Finance. Importação	Cesta	(220)	609	1.439
Societe Generale	USD	(391)	1.491	3.373
KIW	USD	(292)	1.089	2.470
DERIVATIVOS				
Swaps	USD	14.521	367	(13.719)
Referência para ativos e passivos Financeiros			-25%	-50%
Cotação R\$/US\$ (Fim do exercício)		2,3370	1,7528	1,1685

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Diante do quadro acima, é possível identificar que apesar do hedge parcial para a dívida em moeda estrangeira (apenas limita-se ao serviço da dívida a vencer em até 24 meses a frente), a medida que a cotação do R\$/US\$ cresce, a despesa financeira dos passivos aumenta, mas a receita financeira dos derivativos também compensa parcialmente esse impacto negativo. É vice-versa. Com isso, evidencia-se a proteção do caixa proporcionada pela política de derivativos da Companhia.

• Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos e financiamentos das controladas, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco de taxa de juroscâmbio, demonstrando os efeitos no resultado da variação nos cenários:

Risco de Elevação das Taxas de Juros

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário (I): Provável</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações Financeiras	CDI	60.528	75.660	90.792
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Debêntures 5- Emissão	CDI	(140.548)	(157.967)	(184.827)
CCB Bradesco	CDI	(60.864)	(75.768)	(90.962)
CCB Bco. ABN Amro Banking S/A	CDI	(3.919)	(4.751)	(5.585)
Debêntures 1- Emissão	TJLP	(2.734)	(3.171)	(3.612)
Debêntures 4- Emissão	TJLP	(377)	(437)	(498)
FINEMBDES	TJLP	(32.788)	(38.019)	(43.312)
DERIVATIVOS				
Swaps	CDI	14.521	13.591	12.653
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI 1% acumulado no ano		12,3%	15,4%	18,4%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI 1% acumulado no ano		12,3%	15,4%	18,4%
TJLP 1% Acumulado no ano		6,25%	7,81%	9,38%

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de Queda das Taxas de Juros

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário (I): Provável</u>	<u>Cenário (IV)</u>	<u>Cenário (V)</u>
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações Financeiras	CDI	60,528	45,396	30,264
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Debêntures 5ª Emissão	CDI	(130,548)	(101,992)	(73,524)
CCB Bradesco	CDI	(60,864)	(44,466)	(30,672)
CCB Bco ABN Amro Banking SA	CDI	(3,919)	(3,036)	(2,153)
Debêntures 1ª Emissão	TJLP	(2,734)	(2,357)	(1,940)
Debêntures 4ª Emissão	TJLP	(377)	(325)	(267)
FUNDENDES	TJLP	(32,788)	(28,263)	(23,259)
DERIVATIVOS				
Swaps	CDI	14,521	15,479	16,429
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI 1% acumulado no ano		12,3%	9,7%	6,1%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI 1% acumulado no ano		12,3%	9,7%	6,1%
TJLP 1% Acumulado no ano		6,3%	4,7%	3,1%

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

33. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possui seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais se podem citar:

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos materiais ocasionados a prédios, máquinas e equipamentos, moveis e utensílios decorrentes de incêndio, explosão, desentulho, alagamentos, terremoto, quebra de maquinário e danos elétricos.

Todos os ativos do Grupo Light estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "All Risks", com exceção das linhas de transmissão e distribuição.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes de suas atividades como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos involuntários, danos físicos a pessoas e/ou danos materiais causados a terceiros e relacionados à poluição, contaminação ou vazamentos súbitos.

Seguros de Transporte Internacional – Embarques de carga/equipamentos, Seguro Garantia Financeira – Comercialização de Energia (8 apólices) e Seguro Incêndio – Imóveis Alugados.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria e conseqüentemente não foram auditadas pelos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2008, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração, é resumida como segue:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	01/01/2008	31/12/2009	US\$30.000	US\$83
Responsabilidade Civil e Geral	01/01/2008	31/12/2009	R\$18.377	R\$904
Riscos Operacionais	31/12/2008	31/12/2009	R\$2.290.176	R\$1.018

Limite Máximo de indenização: Múltiplo R\$18.892

Os valores citados (Importância Segurada e Prêmio) dos Seguros de Responsabilidade Civil e Geral e de Riscos Operacionais foram contratados a partir desse ano em Reais atendendo ao previsto na Resolução CNPS nº 165/2007 que não permite mais contratação em Moeda Estrangeira para essas modalidades de Seguros.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

34. QUESTÕES AMBIENTAIS

Diante do compromisso com a Sustentabilidade declarada na missão da organização, o Grupo Light tem desenvolvido inúmeras iniciativas e projetos com foco no Meio Ambiente. Dentre as ações mais relevantes destacamos:

- Redução de Emissões de Gases de Efeito Estufa (1): A Light iniciou o levantamento de gases de efeito estufa referentes às suas atividades realizadas de 2006 a 2008. Os resultados obtidos permitirão estudar novas formas de reduzir suas emissões, além daquelas já praticadas como o reflorestamento de áreas degradadas (1.180 ha até 2008) e a geração de energia por fontes renováveis.

- Gestão de Resíduos (1) : Foram implantadas duas Centrais de Resíduos nas unidades Rua Larga e Frei Caneca para gerenciar os resíduos sólidos e destiná-los para reciclagem, o que vem aumentando a eficiência da coleta seletiva e diminuindo a geração de lixo.

- Sistema de Gestão Ambiental (SGA) (1): O SGA visa o gerenciamento dos aspectos e impactos ambientais, bem como o cumprimento da Política Ambiental, conscientização e treinamento dos colaboradores entre outros. Até o final de 2008 a Light já contava com 182 instalações certificadas, já tendo passado por três processos de recertificação desde o início da implantação do SGA em 2001.

- Reutilização de materiais de consumo (1): Preocupada em reduzir a compra de materiais, a fim de conservar a base de recursos globais, a Light tem utilizado materiais oriundos de reciclagem, com destaque para o grande avanço na quantidade de papel reciclado usado, que chegou a 97% do total consumido. Equipamentos como transformadores e medidores também são enviados para reparo, chegando a um total de 77% e 65%, da quantidade que foi consumida, respectivamente.

- Eficiência Energética (1): Desde 1999, quando foram iniciados os Programas de Eficiência Energética, a Companhia e suas controladas investiram no desenvolvimento de 139 projetos, que proporcionaram uma economia de energia de 478,4 GWh/ano, cerca de 3% do consumo do mercado cativo da Light em 2008. Este resultado decorre da implantação de projetos que utilizam tecnologias mais modernas e eficientes, como a melhoria ou modernização em processos produtivos e substituições de equipamentos obsoletos. A economia de energia acumulada até 2008 corresponde ao consumo médio de aproximadamente 250 mil residências durante o período de um ano, o que equivale ao consumo residencial de uma cidade de 1 milhão de habitantes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Além dessas iniciativas, 550km de redes convencionais foram substituídas por redes protegidas em 2008 visando diminuir conflito entre rede e árvores bem como o consumo excessivo de madeira.

Tais iniciativas contribuíram para permanência da Light na carteira do ISE Bovespa desde 2007.

No exercício de 2008, os montantes investidos nos projetos acima descritos totalizaram R\$13.081, sendo R\$5.901 alocados em projeto de investimento e R\$7.180 em despesas operacionais.

(1) Informações não auditadas pelos auditores independentes

35. REVISÃO TARIFÁRIA

Resultado da segunda revisão tarifária periódica da Companhia:

Em reunião pública realizada em 04 de novembro de 2008, a ANEEL estabeleceu, provisoriamente, o reposicionamento tarifário estrutural da Companhia em 1,96%, que entrou em vigor em 07 de novembro de 2008. Considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atingiu 4,27%. Em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro de -0,41% que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o efeito médio na tarifa percebido pelos consumidores correspondeu a 4,70%.

Com relação aos adicionais financeiros, cabe ressaltar que a ANEEL deu provimento ao recurso administrativo interposto pela Light quando de seu reajuste de 2007. Neste recurso, a empresa solicitou o recálculo da CVA Energia referente ao período de 2005 e 2006. O impacto desta decisão foi de R\$76,8 milhões (adicional tarifário de 1,48%, vigente por 12 meses), distribuídos de acordo com a metodologia da ANEEL, que utilizou a participação da CVA do reajuste do ano de 2007 como base para ratear os montantes a receber e a pagar relativos à CVA. Isso resultou em um aumento nos montantes registrados no ativo de CVA-CCC e nos montantes registrados no passivo de CVA-Energia e CVA-CDE (vide quadro na Nota Explicativa nº 5-b).

O processo de revisão tarifária tem como principais resultados: o reposicionamento tarifário, que estabelece tarifas compatíveis com a cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração sobre os investimentos prudentes e; o Fator X, que estabelece metas de produtividade para o período tarifário subsequente.

Para o cálculo do reposicionamento tarifário, a ANEEL realiza a apuração: (i) dos custos operacionais eficientes, utilizando a metodologia de Empresa de Referência – ER, (ii) dos investimentos prudentes, utilizando a Base de Remuneração Regulatória, (iii) do nível de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

perdas regulatórias a serem repassadas aos consumidores e (iv) dos custos não-gerenciáveis, que são a Parcela A.

A tabela abaixo apresenta os resultados do reposicionamento tarifário da Companhia:

Revisão Tarifária 2008	Valor (R\$ mil)
1. Receita Verificada	5.102.841
2. Receita Requerida (Parcela A + Parcela B)	5.222.228
Parcela A	3.531.847
Compra de Energia	2.455.572
Encargos Setoriais	643.772
Transporte de Energia	432.503
Parcela B	1.690.381
Empresa de Referência	575.868
Inadimplência	66.737
Remuneração do Capital	704.485
Quota de Reintegração	343.291
3. Outras Receitas	19.221
4. Receita Requerida Líquida (2 - 3)	5.203.007
5. Reposicionamento Tarifário $[(4 - 1)/1]$	1,96%
6. Componentes Financeiros	119.817
7. Reposicionamento Tarifário com efeitos financeiros (5 + 6/4)	4,27%

Ressalta-se que o nível de perdas regulatórias e o cálculo dos custos operacionais eficientes (Empresa de Referência e Inadimplência) são provisórios.

A ANEEL fixou, também provisoriamente, o componente Xe do Fator X, a ser aplicado como redutor, em termos reais, da Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes, de 2009 a 2012, em 0,00%.

Com a conclusão dos aprimoramentos das metodologias para o segundo ciclo de revisões tarifárias em 25/11/2008, os valores definitivos serão estabelecidos após deliberação do processo de Consulta Pública, previsto para abril de 2009.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/12/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ELETIVOS

Wilson Nêlio Brumer (Presidente)
Djalma Bastos de Moraes
Eduardo Borges de Andrade
Ricardo Cochinho de Sena
Carlos Augusto Leonil Piam
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Aldo Floris
José Luiz Silva
Ricardo Simonsen

SUPLENTE

Luiz Fernando Rolla
João Batista Zollini Carneiro
João Pedro Amado Andrade
Paulo Roberto Reckziegel Guedes
Ana Maria Horta Veloso
Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa
Lauri Alberto de Luca
Carmen Lúcia Claussen Kanter
Carlos Roberto Teixeira Junger

DIRETORIA EXECUTIVA

Jose Luiz Alquéres
Diretor-Presidente

Ronnie Vaz Almeida
Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Paulo Henrique Siqueira Burn
Diretor

Ana Sílvia Corso Matte
Diretor

Luiz Fernando de Almeida Guimarães
Diretor

Roberto Manoel Guedes Alcotórado
Diretor

Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA E PLANEJAMENTO

Elvira Madrega B Cavalcanti
Superintendente de Controladoria e Planejamento
CPF: 590.604.504-09

Luciana Maximino Maia
CONTADOR - Gerente de Contabilidade
CPF: 144.021.098-50
CRC-RJ 091476/0-0

Parecer dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração e aos Acionistas da
Light Serviços de Eletricidade S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Examinamos o balanço patrimonial da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Companhia"), levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Light Serviços de Eletricidade S.A. em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. As demonstrações financeiras da Fundação de Seguridade Social Brastlight, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram auditadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 29 de janeiro de 2009, com parágrafo de ênfase sobre a existência de saldo de R\$130.941 mil relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária da Entidade, já transitado em julgado, os quais, de acordo com projeções de sua Administração, poderão ser compensados, em aproximadamente nove anos, com tributos a serem recolhidos em anos posteriores. A realização futura do ativo encontra-se condicionada à continuidade do processo de compensação junto à Secretaria da Receita Federal, o qual foi suspenso em setembro de 2005. A manutenção da referida suspensão poderá levar a Entidade a, eventualmente, provisionar o ativo. Este ativo garantidor de reservas atuariais da Entidade foi deduzido no cálculo do déficit atuarial da Companhia, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 37/00. Consequentemente, caso haja provisão desse valor, o passivo da Companhia poderá ser ajustado proporcionalmente.
5. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 37, em decorrência da segunda revisão tarifária periódica da Companhia, prevista no contrato de concessão, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário em 1,96%, a ser aplicado para o período a partir de 7 de novembro de 2008. Considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atinge 4,27%. Possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia em períodos subsequentes.
6. As demonstrações financeiras da Companhia e as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos daquele exercício, além das informações suplementares compreendendo a demonstração dos fluxos de caixa, foram examinadas por outros auditores independentes, que, sobre elas, emitiram parecer sem ressalva, datado de 13 de fevereiro de 2008. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

13 de fevereiro de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-14.428/O-6-I-RJ

Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC-RJ-057.497/O-2

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Informações Trimestrais da Companhia relativas ao primeiro trimestre de 2008 e de 2009 e relatório de revisão especial

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

LIGHT Serviços de Eletricidade S.A.



ITR

- ✓ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO 1º TRIMESTRE DE 2008
- ✓ PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Light Serviços de Eletricidade S.A
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2008
(Em milhares de reais)

ATIVO

		Controladora		Consolidado	
	Notas	31/3/2008	31/12/2007	31/3/2008	31/12/2007
<u>CIRCULANTE</u>					
Disponibilidades	4	339.718	445.566	340.508	447.230
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	2.029.561	1.998.552	2.029.561	1.998.552
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	(725.768)	(679.166)	(725.768)	(679.166)
Tributos a compensar	6	530.413	679.447	530.413	679.447
Estoques		16.542	11.875	16.542	11.875
Dividendos a receber		12.966	13.349	-	-
Serviços prestados		62.597	56.079	62.597	56.079
Despesas pagas antecipadamente	7	323.820	275.313	323.820	275.313
Outros créditos	8	112.060	72.652	112.060	72.652
Total		2.701.909	2.873.667	2.689.733	2.861.982
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>		6.959.077	7.231.533	5.654.782	5.709.394
<u>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</u>					
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	298.947	326.066	298.947	326.066
Tributos a compensar	6	1.228.011	1.229.012	1.228.011	1.229.012
Depósitos vinculados a litígios		168.082	166.032	168.082	166.032
Despesas pagas antecipadamente	7	97.076	157.372	97.076	157.372
Outros créditos	8	473.378	477.843	473.378	477.843
Total		2.265.494	2.356.325	2.265.494	2.356.325
<u>PERMANENTE</u>					
Investimentos	9	1.317.397	1.535.241	13.102	13.102
Imobilizado, líquido	10	3.175.803	3.131.194	3.175.803	3.131.194
Intangível líquido	10	160.839	167.609	160.839	167.609
Diferido		39.544	41.164	39.544	41.164
Total		4.693.583	4.875.208	3.389.288	3.353.069
		9.660.986	10.105.200	8.344.515	8.571.376

Light Serviços de Eletricidade S.A
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2008
(Em milhares de reais)

PASSIVO

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/3/2008	31/12/2007	31/3/2008	31/12/2007
<u>CIRCULANTE</u>				
Fornecedores	12	463.359	483.637	463.359
Folha de pagamento		1.830	1.800	1.830
Tributos	6	155.186	266.158	155.186
Dividendos a pagar		-	190.401	-
Encargos financeiros	13 e 14	128.933	83.894	63.068
Empréstimos e financiamentos	13	26.453	258.518	26.453
Debêntures	14	65.320	65.311	65.311
Obrigações estimadas		55.322	47.495	55.322
Encargos setoriais - Contribuições do Consumidor	15	115.338	114.926	115.338
Provisão para contingências	16	2.237	2.237	2.237
Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados	18	79.726	72.131	79.726
Outros débitos	17	326.029	343.116	326.029
Total		1.419.733	1.929.624	1.353.868
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>				
		5.645.543	5.652.964	4.394.937
<u>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u>				
Fornecedores	12	-	-	-
Encargos financeiros	13 e 14	1.930	1.564	1.930
Empréstimos e financiamentos	13	2.067.329	2.086.298	816.723
Debêntures	14	958.424	978.567	958.424
Tributos	6	280.827	276.872	280.827
Provisão para contingências	16	1.379.824	1.355.691	1.379.824
Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados	18	812.150	801.532	812.150
Outros débitos	17	145.059	152.440	145.059
Total		5.645.543	5.652.964	4.394.937
<u>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</u>				
		-	-	-
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>				
Capital social	20	2.076.898	2.076.898	2.076.898
Reserva de capital		5.341	5.341	5.341
Reserva de lucros		438.437	438.437	438.437
Lucro (Prejuízos acumulados)		73.098	-	73.098
Sub-total		2.593.774	2.520.676	2.593.774
Recursos destinados a aumento de capital		1.936	1.936	1.936
Total		2.595.710	2.522.612	2.595.710
		9.660.986	10.105.200	8.344.515
				8.571.376

Light Serviços de Eletricidade S.A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2008
(Em milhares de reais)

		Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	Notas	01/01/08 a 31/03/08	01/01/07 a 31/03/07	01/01/08 a 31/03/08	01/01/07 a 31/03/07
RECEITA OPERACIONAL					
Fornecimento de energia elétrica	22	1.821.474	1.952.328	1.821.474	1.952.328
Suprimento de energia elétrica	22	1.958	4.088	1.958	4.088
Outras receitas	23	147.871	164.671	147.871	164.671
Total		1.971.303	2.121.087	1.971.303	2.121.087
Deduções à receita operacional					
ICMS		(498.457)	(521.661)	(498.457)	(521.661)
Encargos do consumidor	24	(116.113)	(172.818)	(116.113)	(172.818)
PIS/ COFINS		(121.764)	(149.419)	(121.764)	(149.419)
Outros		(1.027)	(996)	(1.027)	(996)
Total		(737.361)	(844.894)	(737.361)	(844.894)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		1.233.942	1.276.193	1.233.942	1.276.193
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA					
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA					
Energia comprada para revenda	27	(785.649)	(773.420)	(785.649)	(773.420)
		(785.649)	(773.420)	(785.649)	(773.420)
CUSTO DE OPERAÇÃO					
Pessoal	26	(35.140)	(38.238)	(35.140)	(38.238)
Materiais	26	(2.976)	(3.531)	(2.976)	(3.531)
Serviços de terceiros	26	(25.171)	(20.538)	(25.171)	(20.538)
Provisões	26	-	-	-	-
Depreciações e amortizações	26	(66.796)	(62.797)	(66.796)	(62.797)
Outras	26	(3.012)	-	(3.012)	-
Total		(133.095)	(125.104)	(133.095)	(125.104)
CUSTO DO SERVIÇO PRESTADO A TERCEIROS		(918.744)	(898.524)	(918.744)	(898.524)
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		315.198	377.669	315.198	377.669
DESPESAS OPERACIONAIS					
Com vendas	26	(77.496)	(87.012)	(77.496)	(87.012)
Gerais e administrativas	26	(74.441)	(69.390)	(74.441)	(69.409)
Total		(151.937)	(156.402)	(151.937)	(156.421)
RESULTADO DO SERVIÇO		163.261	221.267	163.261	221.248
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		11.733	(22.565)	-	-
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA					
Receita	28	62.730	70.895	62.910	71.578
Despesa	28	(148.194)	(127.645)	(136.641)	(150.874)
Total		(85.464)	(56.750)	(73.731)	(79.296)
RESULTADO OPERACIONAL		89.530	141.952	89.530	141.952
Receita não operacional		19.349	13	19.349	13
Despesa não operacional		(1.473)	(223)	(1.473)	(223)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		17.876	(210)	17.876	(210)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA		107.406	141.742	107.406	141.742
Imposto de renda e contribuição social	6	(34.308)	(57.213)	(34.308)	(57.213)
LUCRO/(PREJUÍZO) ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA		73.098	84.529	73.098	84.529
Participação minoritária		-	-	-	-
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		73.098	84.529	73.098	84.529
Lucro/(Prejuízo) por ação(*) - R\$		0,00036	0,00063	0,00036	0,00063
Nº ações (Lote de mil)		203.462.739.011	133.913.739.217	203.462.739.011	133.913.739.217

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ÍNDICE

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
3. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS
4. DISPONIBILIDADES
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS (CLIENTES)
6. TRIBUTOS
7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE
8. OUTROS CRÉDITOS
9. INVESTIMENTOS
10. ATIVO IMOBILIZADO
11. ATIVO INTANGÍVEL
12. FORNECEDORES
13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS FINANCEIROS
14. DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS
15. ENCARGOS REGULATÓRIOS – CONTRIBUIÇÕES DO CONSUMIDOR
16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
17. OUTROS DÉBITOS
18. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
20. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS
21. DIVIDENDOS PAGOS
22. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
24. ENCARGOS DO CONSUMIDOR (DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL)
25. OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA REALIZADAS NO ÂMBITO DA CCEE
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS
27. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA
28. RESULTADO FINANCEIRO
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
30. SEGUROS
31. REAJUSTE TARIFÁRIO
32. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

EM 31 DE MARÇO DE 2008

(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A. (doravante “Light SESA” ou “Companhia”), é uma concessionária de serviços públicos de eletricidade, resultado da nova denominação dada à empresa São Paulo Light S.A. – Serviços de Eletricidade na mesma data em que incorporou a “The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited”, ocasião em que passou a atuar nos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo. Em 1981 a Empresa deixou de atuar no Estado de São Paulo com a venda de parte de seus sistemas elétricos para a ELETROPAULO.

A incorporada “The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company, Limited” foi fundada em junho de 1904 e autorizada a funcionar em setembro de 1905, iniciando sua atividade de geração e distribuição de energia, com a construção de usinas hidrelétricas no Estado do Rio de Janeiro. Atuou em diversos segmentos, tais como: transportes (1906 a 1970), fornecimento de gás (1905 a 1966) e telefonia (Companhia Telefônica Brasileira até 1963), tendo, entretanto, sempre como foco principal, a produção e o fornecimento de energia elétrica.

A incorporadora São Paulo Light S.A. – Serviços de Eletricidade, cujo nome original era “The São Paulo Railway, Light and Power Company, Limited”, foi constituída no Canadá, em abril de 1899, e autorizada a funcionar no Brasil, em julho de 1899, tendo sido nacionalizada em novembro de 1956, ocasião em que adotou a denominação de São Paulo Light S.A. – Serviços de Eletricidade.

A LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica.

Sua área de atuação abrange 31 municípios no Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 3,8 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondente a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas (dados não revisados pelos auditores independentes). A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobrás (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense e do PROINFA.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 05 de setembro de 2005, em atendimento à Lei 10.848/2004, foi aprovado pela ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº. 307/2005, o projeto de reorganização societária, onde a Light S.A. passa a ser a companhia controladora do Grupo Light, sendo aprovada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 13 de janeiro de 2006.

Em 14 de janeiro de 2006, a Light S.A. realizou AGE para redução do capital social da Light SESA em contrapartida ao recebimento de: (i) totalidade das ações representativas do capital social da Light Energia S.A.; (ii) participações societárias detidas pela Light SESA nas empresas Lightger Ltda., Lighthidro Ltda., Light Esco – Prestação de Serviços Ltda., Itaocara Energia Ltda., HIE Brasil Rio Sul Ltda. e Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social; e (iii) recursos financeiros.

Após a redução de capital ora referida, a Light S.A. passou a ser a companhia controladora de todas as empresas operacionais do Grupo Light, entre as quais a ex-controladora Light SESA.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais - ITR da Companhia e de suas controladas (controladora e consolidado) estão apresentadas em milhares (de reais e outras moedas), exceto se indicado de outra forma, inclusive as notas explicativas, e são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as práticas contábeis emanadas da Legislação Societária Brasileira, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e normas aplicáveis às concessionárias de serviço público de energia elétrica, definidas pela ANEEL.

Estas informações trimestrais - ITR foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2007, publicadas na imprensa oficial em 07 de março de 2008. Dessa forma, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Procedimentos de Consolidação

As Informações Trimestrais consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução nº. 247, de 27 de março de 1996, da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, as quais incluem as demonstrações contábeis de suas controladas.

As demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2007 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade, conforme abaixo relacionado:

	<u>Publicado</u>	<u>Reclassificado</u>	<u>Nota</u>
<u>Ativo Não Circulante</u>			
Outros créditos			
Provisão CVA	625	-	Nota 8
Despesas pagas antecipadamente			
CVA - Rede Básica	-	625	Nota 7

3. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Controladora e Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Ativos				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	49.300	95.114	-	-
Recomposição Tarifária Extraordinária, líquida - (a)1	-	37.866	-	-
Energia Livre, líquida - (a)1	-	16.354	-	-
Reajuste Tarifário - TUSD - incluído na tarifa (nota 5)	20.032	28.862	-	-
Reajuste Tarifário - TUSD (nota 5)	29.268	12.032	-	-
Despesas Pagas Antecipadamente	318.794	273.640	81.302	138.613
CVA - (b)	31.011	45.909	29.477	2.523
PIS e COFINS - (c)1	4.229	6.079	-	-
Outros Regulatórios - (c)2	12.673	18.373	-	-
Parcela "A" - (a)2	270.881	203.279	51.825	136.090
TOTAL ATIVOS	368.094	368.754	81.302	138.613
Passivos				
Fornecedores	-	(16.053)	-	-
Energia Livre, líquida - (a)3	-	(16.053)	-	-
Outros Debitos	(95.187)	(131.567)	(14.190)	(22.302)
CVA - (b)	(52.897)	(76.686)	(14.190)	(22.302)
Outros Regulatórios (c)2	(42.290)	(54.881)	-	-
TOTAL PASSIVOS	(95.187)	(147.620)	(14.190)	(22.302)
TOTAL GERAL	272.907	221.134	67.112	116.311

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Racionamento:

Pela Medida Provisória n.º 2.198, de 24 de agosto de 2001, foi criado o Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica - PERCEE. Esse programa teve por objetivo compatibilizar a demanda de energia com a oferta, a fim de evitar interrupções intempestivas ou imprevistas do suprimento de energia. Em média, a redução de consumo prevista por esse programa foi de 20% em relação ao consumo verificado nos meses de maio, junho e julho de 2000. Esse programa vigorou de junho de 2001 até fevereiro de 2002, mês em que o governo considerou normalizada a situação hidrológica. Na região norte o programa foi suspenso a partir de janeiro de 2002.

Em dezembro de 2001, o governo e as empresas de energia elétrica firmaram o Acordo Geral do Setor Elétrico com as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica para retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do PERCEE.

Esse acordo abrangeu, no período de vigência do citado Programa Emergencial: (i) as perdas de margem incorridas pelas distribuidoras; (ii) os custos adicionais da denominada “Parcela A” para o período de 01.01.2001 a 25.10.2001; (iii) a parcela dos custos com a compra de energia no âmbito do CCEE, devida aos geradores não comprometidos com “Contratos Iniciais” de energia, denominada “energia livre”, realizadas até dezembro de 2001; e (vi) a substituição do direito contratual previsto no Anexo V dos Contratos Iniciais (compra e venda de energia) relativo ao período de racionamento.

O Acordo Geral do Setor Elétrico também abrangeu o período pós racionamento, março a dezembro de 2002, para tratar da comercialização das sobras dos Contratos Iniciais, atribuindo às mesmas o valor de R\$73,39 por MWh.

As receitas das distribuidoras e geradoras (energia livre) de energia elétrica no período de racionamento estão sendo recuperadas por meio da “recomposição tarifária extraordinária - RTE” na forma de aumento nas tarifas de 2,9% para os consumidores residenciais, rurais e iluminação pública, e 7,9% para os demais consumidores, exceto consumidores de baixa renda e consumidores livres, sendo: 74 meses para a Perda de Receita e Energia Livre; e até a amortização total do saldo para a “Parcela A”.

Em função do término do prazo para faturamento da RTE – Perda de Receita Distribuidora, em fevereiro de 2008, a Light SESA reconheceu perdas na realização da RTE no montante total de R\$291.448 (R\$281.634 em 31 de dezembro de 2007).

A Companhia mantém ações constantes, tanto no âmbito da ANEEL, quanto do judiciário, em busca do devido ressarcimento das perdas incorridas durante o PERCEE.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Neste sentido, em 18 de março de 2008 foi deferida a liminar pleiteada no MS (n. 008.34.00.001539-8) impetrado pela ABRADDEE em face do Diretor Geral da ANEEL, para fim de determinar que a ANEEL disciplinasse a incidência do encargo RTE para os consumidores livres. Tal decisão, se efetivamente implementada, tornará possível a reversão de parcela significativa da provisão constituída e mencionada acima (R\$291.448).

Em 15 de abril de 2008 foi concedido efeito suspensivo da referida liminar, que fora concedida em 1ª Instância. A ABRADDEE, representada pelo Escritório Wald, responsável pelo processo, recorrerá de tal decisão nas instâncias cabíveis.

As informações trimestrais de 31 de março de 2008 contemplaram os seguintes saldos decorrentes do acordo:

1-Composição da RTE homologada pela ANEEL, representativa da Perda de Receita (Instrumento de homologação - Resoluções nºs 480/02, 481/02 e 01/04) e Energia Livre (Instrumento de homologação - Resoluções nºs 01/04 e 45/04):

ATIVO	Valor Homologado	Remuneração Acumulada	Valor Amortizado 2008	Saldo a Amortizar	Provisão Para Perda (Prazo > 74M)	Saldo a Amortizar Líquido
	(1)	(2)	(3)	(4) = (1+2-3)	(5)	(6) = (4-5)
Perda de Receita - Distribuidora	722.455	663.758	1.094.765	291.448	(291.448)	-
Energia Livre - Geradora	289.426	244.793	383.577	150.642	(150.642)	-
Totais	1.011.881	908.551	1.478.342	442.090	(442.090)	-

2-Composição da Variação de Itens da "Parcela A" (período de 01/01/2001 a 25/10/2001) a ser recuperado a partir de março de 2008 pelo prazo necessário para atingir o montante homologado pela ANEEL, conforme Ofício circular Nº 267/04:

ATIVO	Homologação: Resoluções Nº 482/02 e 001/04	Remuneração Acumulada	Total Acumulado 2008	Valor Amortizado 2008	Saldo a Amortizar
	(1)	(2)	(3) = (1+2)	(4)	(5) = (3-4)
Parcela A (de 01/01 a 25/10/2001)	125.695	222.491	348.186	25.480	322.706

3-Composição dos saldos dos valores homologados pela ANEEL, representativos do Repasse da Energia Livre, que referem-se à compra de energia elétrica no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica - MAE durante a vigência do PERCEE.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

PASSIVO	Homologação: Resoluções Nº 001.04 E 045.04 (1)	Remuneração Acumulada (2)	Total Acumulado 2008 (3) = (1+2)	Valor Amortizado 2008 (4)	Saldo a Repassar (5) = (3-4)	Provisão Para Perda (6)	Saldo a Repassar Líquido (7) = (5-6)
Repasse de Energia Livre - Geradora	289.426	273.737	563.163	341.101	222.062	(222.062)	-

Foram observados os dispostos nos Ofícios Circulares nº 2.212/05 e nº 074/06-SFF/SRE/ANEEL, para o cálculo da remuneração do saldo da RTE, atualizados pela taxa SELIC+1% a.a., na mesma forma do cálculo dos custos financeiros incorridos em função da captação vinculada de recursos junto ao BNDES.

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA

Registra as variações ocorridas no período e juros SELIC entre reajustes tarifários anuais dos valores de tarifa de repasse de potência proveniente de Itaipu; tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu; quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE; Encargos de Serviço do Sistema – ESS; Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão Integrantes da Rede Básica e Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

Detalhamento da CVA

	Controladora e Consolidado			
	ATIVO			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2008	31/12/2007	31/3/2008	31/12/2007
Detalhamento - CVA				
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	12.074	17.490	656	1.898
Custo de Aquisição de Energia	18.730	28.109	16.783	-
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	207	310	12.038	-
Transporte de Energia pela Rede Básica	-	-	-	625
TOTAL - CVA	31.011	45.909	29.477	2.523
	Controladora e Consolidado			
	PASSIVO			
	Circulante		Não circulante	
	31/3/2008	31/12/2007	31/3/2008	31/12/2007
Detalhamento - CVA				
Conta de Consumo de Combustível - CCC	(48.903)	(70.836)	(4.288)	(6.671)
Custo de Aquisição de Energia	-	-	-	(5.231)
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	-	-	-	(4.005)
PRONFA	(11)	(16)	(700)	(158)
Transporte de Energia de Itaipu	(759)	(1.140)	(148)	(145)
Transporte de Energia pela Rede Básica	(3.224)	(4.694)	(9.054)	(6.092)
TOTAL - CVA	(52.897)	(76.686)	(14.190)	(22.302)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Reajuste Tarifário de 2007

1-PIS e COFINS

Refere-se à majoração de alíquotas e mudança no critério de apuração do PIS e da COFINS à não-cumulatividade, conforme Lei 10.637/02 e Lei 10.833/03, respectivamente, alteradas pela Lei 10.865/04, repassadas no reajuste tarifário anual de 2007 da Light SESA, através da Resolução Homologatória nº 563, de 6 de novembro de 2007, a ser amortizado até outubro de 2008.

2-Outros ativos/passivos regulatórios

Componentes financeiros repassados no reajuste tarifário anual de 2007 da Light SESA, através da Resolução Homologatória nº 563, de 6 de novembro de 2007, conforme quadro abaixo:

	Valores Homologados no IRT	Controladora e Consolidado	
	31-10-2007	31-3-2008	31-12-2007
Outros Ativos Regulatórios			
Ajuste Financeiro TUSD Geradoras	20.672	11.972	17.362
Parcela de Ajuste de Fronteira	349	202	293
Programa Luz para Todos	853	499	718
TOTAL	21.874	12.673	18.373
	Valores Homologados no IRT	Controladora e Consolidado	
	31-10-2007	31-3-2008	31-12-2007
Outros Passivos Regulatórios			
Diferença de preços entre submercados (CCEAR)	(10.023)	(5.539)	(8.313)
Repasso da sobrecontratação de energia (art.38 do Dec 5.163/04)	(20.423)	(11.287)	(16.939)
Ajuste Financeiro da Conexão - PIS/COFINS	(13.589)	(7.510)	(11.271)
Ajuste Financeiro - Repasse à Geradoras	(17.053)	(17.053)	(17.053)
Outros	(1.553)	(901)	(1.305)
TOTAL	(62.641)	(42.290)	(54.881)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. DISPONIBILIDADES

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Numerário disponível	14.535	78.247	14.535	79.612
Aplicações financeiras	325.183	367.319	325.973	367.618
Total	339.718	445.566	340.508	447.230

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
Aplicações financeiras:				
Overnight (controladas LIR e LOJ)	-	-	790	299
CDB	316.628	365.353	316.628	365.353
Fundos de investimento financeiro	8.555	1.966	8.555	1.966
Total	325.183	367.319	325.973	367.618

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS (CLIENTES)

	Controladora e Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007
CIRCULANTE		
Fornecimento faturado	1.524.939	1.442.665
Fornecimento não faturado	264.867	273.111
Parcelamento de débitos	167.343	149.560
	1.957.149	1.865.336
Comercialização no âmbito do CCEE (nota 25)	-	16.691
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	23.112	21.411
Créditos a recuperar na tarifa	49.300	40.894
Energia livre - ressarcimento a geradoras (nota 3)	-	16.354
Recomposição tarifária extraordinária - RTE (nota 3)	-	37.866
	72.412	133.216
	2.029.561	1.998.552
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(725.768)	(667.895)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - RTE	-	(11.271)
	1.303.793	1.319.386
NÃO CIRCULANTE		
Parcelamento de débitos	298.947	326.066
Encargo energia livre - PIS/COFINS	28.310	28.310
(-) Provisão para energia livre - PIS/COFINS	(28.310)	(28.310)
Energia livre - ressarcimento a geradoras	150.642	146.206
(-) Provisão para energia livre	(150.642)	(146.206)
Recomposição tarifária extraordinária RTE	291.448	281.634
(-) Provisão para perdas na recomposição tarifária extraordinária	(291.448)	(281.634)
	298.947	326.066

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A provisão para crédito de liquidação duvidosa, da ordem de R\$725.768 (R\$667.895 em 31 de dezembro de 2007) foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL a seguir resumidas:

a) Clientes com débitos relevantes:

- Análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

b) Para os demais casos:

- Consumidores residenciais – vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais – vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros – vencidos há mais de 360 dias

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

31.03.2008				
	Saldos a vencer	Vencidos ate 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	200.833	154.474	565.851	921.158
Industrial	26.389	14.867	176.450	217.706
Comercial	131.992	47.639	147.983	327.614
Rural	636	318	359	1.313
Poder Público	53.932	30.341	86.127	170.400
Iluminação Pública	12.136	2.216	33.665	48.017
Serviço Público	300.278	752	3.991	305.021
Fornecimento Faturado e parcelamentos (Circulante e Não Circulante)	726.196	250.607	1.014.426	1.991.229

31.12.2007				
	Saldos a vencer	Vencidos ate 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	191.186	130.186	522.208	843.580
Industrial	25.071	18.647	176.576	220.294
Comercial	129.251	38.820	143.758	311.829
Rural	579	315	338	1.232
Poder Público	53.047	33.742	92.861	179.650
Iluminação Pública	12.517	4.340	31.361	48.218
Serviço Público	302.770	10.718	-	313.488
Fornecimento Faturado e parcelamentos (Circulante e Não Circulante)	714.421	236.768	967.102	1.918.291

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. TRIBUTOS

	Controladora e Consolidado			
	Ativo		Passivo	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007
CIRCULANTE				
Créditos fiscais - IRPJ e CSLL (a)	80.657	55.047	-	-
IRRF	9.540	9.540	32	24
IRPJ e CSLL diferidos (b)	297.645	297.645	-	-
ICMS (e)	88.751	101.302	2.000	1.661
PIS/COFINS	24.795	30.867	57.913	46.358
PIS/COFINS - parcelamento PAES (Refis II) (c)	-	-	3.268	3.408
INSS - parcelamento PAES (Refis II) (c)	-	-	8.004	7.915
Antecipação de IRPJ / CSLL	27.402	183.477	-	-
IRPJ e CSLL - Lucros no exterior não realizados (d)	-	-	-	33.010
Provisão de IRPJ / CSLL	-	-	76.678	165.828
Outros	1.623	1.569	7.291	7.954
TOTAL	530.413	679.447	155.186	266.158
NÃO CIRCULANTE				
IRPJ e CSLL diferidos (b)	1.133.201	1.121.972	-	-
IRPJ e CSLL diferidos - ganhos de capital	-	-	2.187	2.187
ICMS (e)	94.810	107.040	-	-
IRPJ e CSLL - Lucros no exterior não realizados (d)	-	-	230.733	223.732
PIS/COFINS - parcelamento PAES (Refis II) (c)	-	-	13.890	15.337
INSS - parcelamento PAES (Refis II) (c)	-	-	34.017	35.616
TOTAL	1.228.011	1.229.012	280.827	276.872

Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social:

	Consolidado	
	31.03.2008	31.03.2007
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	107.406	141.742
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas pela legislação vigente	(36.518)	(48.192)
Efeito de imposto de renda e contribuição social s/ as adições e exclusões permanentes	(1.785)	(1.355)
Efeito de imposto de renda e contribuição social s/ equivalência patrimonial	3.989	(7.672)
Compensação de prejuízo fiscal - 30% - não reconhecida no resultado	6	6
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(34.308)	(57.213)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(45.539)	(65.391)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	11.231	8.178
	(34.308)	(57.213)

- a) Refere-se a créditos fiscais a compensar, provenientes de restituições de aplicações financeiras e órgãos públicos. A variação de valor refere-se à atualização mensal feita pela taxa SELIC no valor de R\$1.500, constituição de novos créditos no montante de R\$34.304 e compensação no valor de R\$10.194.
- b) Do exercício social de 2002 até 2006, a Light SESA não reconheceu contabilmente novas ativações de créditos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias (provisões

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

contábeis) e prejuízos fiscais (exercícios de 2002 a 2003), em atendimento à instrução CVM nº371/02, por não apresentar, àquela época, Lucros Tributáveis em pelo menos 3 anos de um histórico mínimo de 5 anos. A partir do exercício social de 2007, com o atendimento cumulativo de todas as condicionais dessa regra da CVM, a Light SESA passou a reconhecer novos ativos fiscais diferidos sobre as diferenças temporárias e, também, reverteu parte da provisão para recuperação de créditos fiscais. Conforme detalhado no quadro acima de reconciliação.

Para suportar esses créditos fiscais diferidos, a Companhia atualizou, já considerando as realizações até março de 2008, os estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal, com base nas projeções elaboradas em dezembro de 2007, os quais indicaram a recuperação, em até 12 anos. A constituição do crédito fiscal contempla o montante recuperável em até 10 anos, como definido na mesma Instrução CVM n.º 371/02 e no pressuposto da não prescrição pelo Regulamento do IRPJ. Este estudo teve como base as expectativas de lucros tributáveis futuros, sendo demonstrado, a seguir, as parcelas deste ativo fiscal diferido por ano de realização.

2008	297.645
2009	182.345
2010	140.729
2011	221.006
2012	166.764
2013 a 2017	422.357
2018 a 2020	118.462
	<u>1.549.308</u>
(-) Provisão para recuperação	<u>(118.462)</u>
Total - Light Consolidado	<u>1.430.846</u>

Os impostos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura considerando:

- i. **Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL** - serão compensados no limite de 30% ao ano, nas bases apuradas dos próximos exercícios fiscais.
- ii. **Diferenças temporárias** - a realização ocorrerá por ocasião do pagamento das provisões e/ou da efetiva perda dos créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

Os créditos de IRPJ e CSLL diferidos ativos são oriundos de prejuízos fiscais e base negativa da CSLL, e despesas/receitas (provisões não dedutíveis temporariamente) reconhecidas no resultado, as quais serão adicionadas/deduzidas ao lucro real e à base da CSLL, em períodos futuros para cálculo dos impostos. A composição dos ativos diferidos em 31 de março é:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007
ATIVO E PASSIVO - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		
IRPJ e CSLL base negativa	789.069	808.588
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	321.847	301.359
Provisão para participação nos lucros e resultados	12.350	9.897
Provisões para contingências trabalhistas	56.983	55.148
Provisões para contingências fiscais	242.723	237.968
Provisões para contingências cíveis	90.426	89.732
Outras provisões	35.910	35.387
	1.549.308	1.538.079
(-) Provisão para recuperação	(118.462)	(118.462)
Total - Light SESA	1.430.846	1.419.617

- c) Programa de Parcelamento Especial - PAES (REFIS II) - A Lei n.º 10.684, de 31 de maio de 2003, instituiu o Programa de Parcelamento Especial - PAES, destinado à regularização de créditos da União decorrentes de débitos de pessoas jurídicas, relativos a tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal, Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. O prazo para opção ao parcelamento foi estabelecido originalmente para 31 de julho de 2003, e posteriormente prorrogado para 29 de agosto de 2003. O saldo em 31 de março de 2008 é de R\$17.158 (R\$18.745 em 31 de dezembro de 2007) - vide nota 16.1.3-b.

Com relação ao Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, a Light SESA protocolou "pedido de parcelamento" em 31 de julho de 2003, conforme protocolo n.º 60.213.452-8. O montante da dívida incluída no PAES foi de R\$59.975 (líquido da redução de multa de 50%), que encontrava-se em discussão judicial buscando a recuperação dos valores recolhidos a título de SAT - Seguro de Acidente de Trabalho. O pagamento está sendo efetuado em 120 parcelas, sendo que a consolidação do valor devido, já foi homologada pelo INSS. Até 31 de março de 2008, 57 parcelas foram quitadas pela controlada. O valor das parcelas foi calculado a partir do total da dívida pelo prazo de parcelamento sendo atualizado com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP. O saldo em 31 de março de 2008 é de R\$42.021 (R\$43.531 em 31 de dezembro de 2007).

- d) Em 20 de fevereiro de 2003, foi impetrado Mandado de Segurança nº 2003.51.01.005514-8 com pedido de liminar, a fim de que a Light SESA não fosse compelida ao recolhimento do IRPJ e da CSLL incidentes sobre:
- (i) os lucros auferidos pelas empresas LIR e LOI antes de sua efetiva disponibilização, afastando a aplicação da regra prevista no parágrafo único do

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

artigo 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24.08.2001 (MP 2.158-35), relativamente aos períodos de 1996 a 2001;

- (ii) os lucros auferidos pelas empresas LIR e LOI antes de sua efetiva disponibilização, não se aplicando a regra prevista no artigo 74, *caput*, da MP 2.158-35/01, relativamente ao ano-calendário de 2002 e seguintes;

A Light SESA obteve a liminar, que posteriormente foi denegada em sede de sentença. A apelação da mesma foi recebida no duplo efeito. A União interpôs agravo de instrumento contra essa decisão, ao qual foi dado provimento. Assim, a mesma interpôs agravo interno, que foi julgado favorável em março de 2007, restabelecendo assim a suspensão da exigibilidade do crédito tributário. Contra essa decisão a União interpôs recurso especial, o qual se encontra pendente de julgamento.

Atualmente, sob os efeitos da decisão proferida liminarmente nos autos do Mandado de Segurança nº 2003.51.01.005514-8, que suspendeu a cobrança do IRPJ e da CSLL, aguarda-se o julgamento, pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região, do recurso interposto pela Fazenda Nacional.

Com base nesta decisão judicial, a Light SESA suspendeu o pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, incidente sobre o lucro tributável de 2004, 2005, 2006 e 2007, apurado em virtude da adição, à base de cálculo destes tributos, dos lucros auferidos pelas empresas situadas no exterior. O montante provisionado é de R\$230.733.

Em março de 2008, a empresa LOI distribuiu dividendos no valor de US\$78.486, correspondente a R\$130.836. A distribuição de dividendos configura-se como disponibilização de lucros para fins de tributação de IRPJ e CSLL.

Desta forma, foi apurado e pago o valor de R\$31.139, correspondente ao IRPJ e CSLL, incidentes sobre os dividendos distribuídos.

- e) O montante de recuperação de ICMS inclui R\$105.257 em 31 de março de 2008 (R\$109.283 em 31 de dezembro de 2007) de créditos provenientes da renegociação da dívida da CEDAE em julho e dezembro de 2006, registrado no circulante e não circulante (31 de dezembro – R\$256.742)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007
CIRCULANTE		
CVA (nota 3)	31.011	45.909
PIS e COFINS - IRT (nota 3)	4.229	6.079
Acordo geral do setor elétrico - Parcela "A" (nota 3)	270.881	203.279
Componentes financeiros - IRT (nota 3)	12.673	18.373
Outros	5.026	1.673
Total	323.820	275.313
NÃO CIRCULANTE		
CVA - CDE (nota 3)	656	1.898
CVA - Energia (nota 3)	16.783	-
CVA - ESS (nota 3)	12.038	-
CVA - Rede Básica (nota 3)	-	625
Acordo geral do setor elétrico - Parcela "A" (nota 3)	51.825	136.090
Gastos com colocação de debêntures	8.666	11.009
Outros	7.108	7.750
Total	97.076	157.372

O montante referente à CVA - Rede Básica apresentado nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2007 (não circulante) foi reclassificado, para fins de comparabilidade, da rubrica de "outros créditos" para "despesas pagas antecipadamente" conforme detalhado na nota 2.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA	60.444.437/0001-46
---------------------------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. OUTROS CRÉDITOS

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2008	31/12/2007
CIRCULANTE		
Crédito baixa renda	1.102	1.128
Adiantamento a fornecedor e empregados	13.544	6.849
Assunção de dívida - Light Energia	34.882	28.968
Empregados Cedidos	1.324	1.324
Contribuição Iluminação Pública	21.953	20.177
Aluguéis de imóveis	2.224	2.139
Alienação de Bens e Direitos	18.134	2.262
Outros	18.897	9.805
Total	112.060	72.652
NÃO CIRCULANTE		
PIS e COFINS - Compensar (a)	84.271	84.271
Assunção de dívida - Light Energia	376.871	381.281
Bens e direitos destinados a alienação	11.597	11.597
Outros	639	694
Total	473.378	477.843

- a) Refere-se a créditos fiscais de Revisão das apurações de PIS/COFINS sobre encargos tarifários de transporte de energia.

9. INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	31/3/2008	31/12/2007	31/3/2008	31/12/2007
Avaliados por equivalência patrimonial				
Light Overseas Investment Limited	48.082	287.979	-	-
Lir Energy Limited	1.256.213	1.234.160	-	-
Subtotal	1.304.295	1.522.139	-	-
Avaliados por custo (corrigido até 31 de dezembro de 1995, quando aplicável)	3.796	3.796	3.796	3.796
Bens de Renda	8.099	8.099	8.099	8.099
Outros	1.207	1.207	1.207	1.207
Sub-Total	13.102	13.102	13.102	13.102
Total	1.317.397	1.535.241	13.102	13.102

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

INFORMAÇÕES SOBRE AS COMPANHIAS CONTROLADAS E COLIGADAS

	LIR Energy	Light Overseas
31/03/2008		
Participação no capital (%)	100	100
Capital social integralizado	423.009	-
Patrimônio líquido	1.256.213	48.082
Lucro/(Prejuízo) do período	22.053	(10.320)
Dividendos a receber	12.966	-
Obrigações incluindo encargos	1.295.186	48.082
Despesas financeiras e operacionais	21.285	(9.674)
31/12/2007		
Participação no capital (%)	100	100
Capital social integralizado	423.009	101.884
Patrimônio líquido	1.234.160	287.979
Prejuízo do período	(85.920)	(31.686)
Dividendos a receber	13.130	219
Obrigações incluindo encargos	1.295.186	238.638
Despesas financeiras e operacionais	(124.888)	(21.514)

MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS NAS CONTROLADAS E COLIGADAS

	LIR Energy	Light Overseas
Saldo em 31/12/2007	1.234.160	287.979
Redução de capital	-	(101.884)
Pagamento de Dividendos	-	(127.693)
Equivalência Patrimonial do período	22.053	(10.320)
Saldo em 31/03/2008	1.256.213	48.082

10. ATIVO IMOBILIZADO

IMOBILIZADO ATIVIDADE	Controladora e Consolidado		
	31/3/2008		31/12/2007
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
Distribuição	5.624.613	(2.618.819)	3.005.794
Administração	248.671	(139.506)	109.165
Comercialização	222.063	(162.372)	59.691
Em Serviço	6.095.347	(2.920.697)	3.174.650
Distribuição	202.501	-	202.501
Administração	27.829	-	27.829
Comercialização	826	-	826
Em Curso	231.156	-	231.156
Total da Imobilização	6.326.503	(2.920.697)	3.405.806
Obrigações Especiais Vinculados à Concessão (a)	(230.003)	-	(230.003)
Total do Imobilizado Líquido	6.096.500	(2.920.697)	3.175.803

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a) O saldo de obrigações especiais é proveniente da “Reserva para Reversão”, constituída até 1971, e foi aplicado, até aquela data, na expansão do serviço público de energia elétrica, bem como de contribuições recebidas de diversos consumidores para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

	Controladora e Consolidado	
	31/3/2008	31/12/2007
Reserva para reversão	59.140	59.141
Contribuição do consumidor	123.631	123.484
Doações/subvenções destinadas a investimentos	37.478	37.478
Pesquisa e Desenvolvimento	9.754	9.144
Total	230.003	229.247

O prazo de vencimento das obrigações é estabelecido pelo Órgão Regulador, ANEEL, e ocorrerá ao final do período da concessão, mediante redução do valor residual do ativo imobilizado para fins de determinação do valor da indenização que o Poder Concedente pagará à concessionária Light SESA.

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

- b) A concessionária não possui em seu acervo, bens e direitos em uso de propriedade da União.
- c) O imobilizado em curso inclui os estoques de materiais destinados a projetos, cujo montante em 31 de março de 2008 totalizava R\$52.294 (em 31 de dezembro de 2007 – R\$35.200) e uma provisão para desvalorização de estoque de R\$2.710 (em 31 de dezembro de 2007 – R\$2.710).
- d) Em março de 2008 foi concretizada a venda de terreno em Botafogo, que gerou um ganho de R\$16.278, registrado no resultado não operacional.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. ATIVO INTANGÍVEL

INTANGÍVEL ATIVIDADE	Controladora e Consolidado			
	31/3/2008			31/12/2007
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Intangível				
Distribuição	182.546	(152.125)	30.421	31.563
Administração	62.382	(46.920)	15.462	14.178
Comercialização	150.524	(69.570)	80.954	88.259
Em Serviço	395.452	(268.615)	126.837	134.000
Distribuição	10.750	-	10.750	8.932
Administração	23.252	-	23.252	24.677
Em Curso	34.002	-	34.002	33.609
Total Intangível Líquido	429.454	(268.615)	160.839	167.609

A Light SESA registra em seu intangível Softwares, depreciando a uma taxa de 20% a.a. e Servidão de Passagem, que não possui depreciação por se tratar do direito de uso de uma faixa de terreno, normalmente associado a uma Linha de Transmissão e Distribuição.

12. FORNECEDORES

	Controladora e Consolidado	
	31/3/2008	31/12/2007
CIRCULANTE		
Moeda estrangeira - repasse Itaipu	79.909	134.829
UTE Norte Fluminense	64.626	64.625
Encargos de uso da rede elétrica	42.532	44.106
Comercialização no âmbito de CCEE	67.999	-
Encargos do serviço do sistema	2.216	2.216
Energia livre - ressarcimento a geradoras (nota 05)	-	16.354
Leilões de energia	112.876	102.897
Outros	6.976	6.125
Materiais e serviços	377.134	371.152
Total	463.359	483.637
NÃO CIRCULANTE		
Energia livre - ressarcimento a geradoras (nota 03)	222.062	221.467
(-) Provisão energia livre (nota 03)	(222.062)	(221.467)
	-	-

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS FINANCEIROS

Controladora												
Financiador	Data de Assinatura	31.03.2008				Moeda/ índice	Taxa de juros a.a.	Data base 31.03.2008				
		Principal		Encargos				PR	Forma de pagamento	Início	Termino	
		CP	LP	CP	LP							
TN - Par Bond	29/4/1996	-	68.074	1.934	-	US\$	6,0000%	1	Única	2024	2024	
TN - Caução - Par Bond	29/4/1996	-	(28.492)	-	-	US\$	US Treasury	1	Única	2024	2024	
TN - Discount Bond	29/4/1996	-	47.500	1.416	-	US\$	Labor + 13/16	1	Única	2024	2024	
TN - Caução - Discount Bond	29/4/1996	-	(20.015)	-	-	US\$	US Treasury	1	Única	2024	2024	
TN - Flurb	29/4/1996	1.735	867	78	-	US\$	Labor + 13/16	5	Semestral	2003	2009	
TN - C. Bond	29/4/1996	5.539	29.471	1.316	-	US\$	8,0000%	15	Semestral	2004	2014	
TN - Debit. Conv.	29/4/1996	6.481	22.684	878	-	US\$	Labor + 7/8	11	Semestral	2004	2012	
TN - New Money	29/4/1996	1.709	855	77	-	US\$	Labor + 7/8	5	Semestral	2001	2009	
TN - Eib	26/4/1996	210	947	3	-	US\$	6,0000%	13	Semestral	1999	2013	
BNDES - Importação	27/3/1998	1.329	1.440	11	-	Unidades	Cesta BNDES + 4%	37	Mensal	2000	2010	
Kfiv I - Tranche A	12/8/1999	-	-	-	-	US\$	Labor + 0,6%	2	Semestral	2000	2008	
Societe Generale II	20/7/2000	3.292	3.293	114	-	US\$	Labor + 0,65%	6	Semestral	2003	2009	
KFW III - Tranche A/B/C	3/11/2000	1.533	2.979	71	-	US\$	Labor + 0,65%	8	Semestral	2003	2010	
LIR Energy	-	-	1.250.607	65.863	-	US\$	Labor + 4,35%	1	Única	2010	2010	
Light Overseas Investments Ltd	-	-	-	-	-	US\$	10,50%	1	Única	2008	2008	
Moeda Estrangeira		21.828	1.380.209	*1.760	-							
Eletrobras	Diversas	4.624	5.978	249	-	Ufr	5% a.a.	entre 2 e 120	Mensal/		2013 a	
CCB Bradesco	18/10/2007	-	450.000	23.984	-	Cdi	CDI + 0,85%	10	Annual	2012	2017	
BNDES - FINEM	5/11/2007	-	231.142	883	-	Tjlp	TJLP + 4,3% a.a.	66	Mensal	2009	2014	
Moeda Nacional		4.624	687.120	25.116	-							
SWAP	-	-	-	9.454	1.930							
Total Geral		26.453	2.067.329	106.330	1.930							

TN - Tesouro Nacional

PR - Parcelas Restantes

Controladora												
Financiador	Data de Assinatura	31/12/2007				Moeda / índice	Taxa de juros a.a.	Data base 31/12/2007				
		Principal		Encargos				PR	Forma de pagamento	Início	Término	
		CP	LP	CP	LP							
TN - Par Bond	29/4/1996	-	68.938	890	-	US\$	6,0000%	1	Única	2024	2024	
TN - Caução - Par Bond	29/4/1996	-	(28.854)	-	-	US\$	US Treasury	1	Única	2024	2024	
TN - Discount Bond	29/4/1996	-	48.103	657	-	US\$	Labor + 13/16	1	Única	2024	2024	
TN - Caução - Discount Bond	29/4/1996	-	(20.269)	-	-	US\$	US Treasury	1	Única	2024	2024	
TN - Flurb	29/4/1996	1.757	878	36	-	US\$	Labor + 13/16	5	Semestral	2003	2009	
TN - C. Bond	29/4/1996	5.609	29.845	606	-	US\$	8,0000%	15	Semestral	2004	2014	
TN - Debit. Conv.	29/4/1996	6.563	22.972	407	-	US\$	Labor + 7/8	11	Semestral	2004	2012	
TN - New Money	29/4/1996	1.731	865	36	-	US\$	Labor + 7/8	5	Semestral	2001	2009	
TN - Eib	26/4/1996	213	1.065	24	-	US\$	6,0000%	13	Semestral	1999	2013	
BNDES - Importação	27/3/1998	1.338	1.784	13	-	Unidades	Cesta BNDES + 4%	37	Mensal	2000	2010	
Kfiv I - Tranche A	12/8/1999	295	-	7	-	US\$	Labor + 0,6%	2	Semestral	2000	2008	
Societe Generale II	20/7/2000	3.334	3.335	23	-	US\$	Labor + 0,65%	6	Semestral	2003	2009	
KFW III - Tranche A/B/C	3/11/2000	1.551	3.018	2	-	US\$	Labor + 0,65%	8	Semestral	2003	2010	
LIR Energy	-	-	1.266.479	28.707	-	US\$	Labor + 4,35%	1	Única	2010	2010	
Light Overseas Investments Ltd	-	231.155	-	7.484	-	US\$	10,50%	1	Única	2008	2008	
Moeda Estrangeira		253.546	1.398.159	38.892	-							
Eletrobrás	Diversas	4.972	7.136	295	-	Ufr	5% a.a.	entre 2 e 120	Mensal/		2013 a	
CCB Bradesco	18/10/2007	-	450.000	10.649	-	Cdi	CDI + 0,85%	10	Annual	2012	2017	
BNDES - FINEM	5/11/2007	-	231.003	882	-	Tjlp	TJLP + 4,3% a.a.	66	Mensal	2009	2014	
Moeda Nacional		4.972	688.139	11.826	-							
SWAP	-	-	-	8.566	1.564							
Total Geral		258.518	2.086.298	59.284	1.564							

TN - Tesouro Nacional

PR - Parcelas Restantes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consolidado											
Financiador	Data de Assinatura	31.03.2008				Moeda	Taxa de Juros	Data base 31.03.2008			
		Principal		Encargos				PR	Forma de pagamento	Inicio	Termino
		CP	LP	CP	LP						
TN - Par Bond	29/4/1996	-	68.074	1.934	-	US\$	6,0000%	1	Única	2024	2024
TN - Par Bond	29/4/1996	-	(28.492)	-	-	US\$	US Treasury	1	Única	2024	2024
TN - Discount Bond	29/4/1996	-	47.500	1.416	-	US\$	Líbor + 13/16	1	Única	2024	2024
TN - Caução - Discount Bond	29/4/1996	-	(20.015)	-	-	US\$	US Treasury	1	Única	2024	2024
TN - Flurb	29/4/1996	1.735	867	78	-	US\$	Líbor + 13/16	5	Semestral	2003	2009
TN - C Bond	29/4/1996	5.539	29.471	1.316	-	US\$	8,0000%	15	Semestral	2004	2014
TN - Debit. Conv.	29/4/1996	6.481	22.684	878	-	US\$	Líbor + 7/8	11	Semestral	2004	2012
TN - New Money	29/4/1996	1.709	855	77	-	US\$	Líbor + 7/8	5	Semestral	2001	2009
TN - Etb	26/4/1996	210	947	3	-	US\$	6,0000%	13	Semestral	1999	2013
BNDES - Importação	27/3/1998	1.329	1.440	11	-	Unidades	Cesta BNDES + 4%	37	Mensal	2000	2010
KfW I - Tranche A	12/8/1999	-	-	-	-	US\$	Líbor + 0,6%	2	Semestral	2000	2008
Societe Generale II	20/7/2000	3.292	3.293	114	-	US\$	Líbor + 0,65%	6	Semestral	2003	2009
KFW III - Tranche A/B/C	3/11/2000	1.533	2.979	71	-	US\$	Líbor + 0,65%	8	Semestral	2003	2010
Moeda Estrangeira		21.828	129.603	5.897	-						
Eletrobrás	Diversas	4.624	5.978	248	-	Ufr	5% a.a.	entre 2 e 120	Mensal/Trimestral		2013 a 2017
CCB Bradesco	18/10/2007	-	450.000	23.983	-	Cdi	CDI + 0,85%	10	Annual	2012	2017
BNDES - FINEM	5/11/2007	-	231.142	883	-	Tjlp	TJLP + 4,3% a.a	66	Mensal	2009	2014
Moeda Nacional		4.624	687.120	25.114	-						
SWAP		-	-	9.454	1.930						
Total Geral		26.453	816.723	40.465	1.930						

TN - Tesouro Nacional

PR - Parcelas Restantes

Consolidado											
Financiador	Data de Assinatura	31.12.2007				Moeda	Taxa de Juros	Data base 31.12.2007			
		Principal		Encargos				PR	Forma de pagamento	Início	Término
		CP	LP	CP	LP						
TN - Par Bond	29/4/1996	-	68.938	890	-	US\$	6,0000%	1	Única	2024	2024
TN - Par Bond	29/4/1996	-	(28.854)	-	-	US\$	US Treasury	1	Única	2024	2024
TN - Discount Bond	29/4/1996	-	48.103	657	-	US\$	Líbor + 13/16	1	Única	2024	2024
TN - Caução - Discount Bond	29/4/1996	-	(20.269)	-	-	US\$	US Treasury	1	Única	2024	2024
TN - Flurb	29/4/1996	1.757	878	36	-	US\$	Líbor + 13/16	5	Semestral	2003	2009
TN - C Bond	29/4/1996	5.609	29.845	606	-	US\$	8,0000%	15	Semestral	2004	2014
TN - Debit. Conv.	29/4/1996	6.563	22.972	407	-	US\$	Líbor + 7/8	11	Semestral	2004	2012
TN - New Money	29/4/1996	1.731	865	36	-	US\$	Líbor + 7/8	5	Semestral	2001	2009
TN - Etb	26/4/1996	213	1.065	24	-	US\$	6,0000%	13	Semestral	1999	2013
BNDES - Importação	27/3/1998	1.338	1.784	13	-	Unidades	Cesta BNDES + 4%	37	Mensal	2000	2010
KfW I - Tranche A	12/8/1999	295	-	7	-	US\$	Líbor + 0,6%	2	Semestral	2000	2008
Societe Generale II	20/7/2000	3.334	3.335	23	-	US\$	Líbor + 0,65%	6	Semestral	2003	2009
KFW III - Tranche A/B/C	3/11/2000	1.551	3.018	2	-	US\$	Líbor + 0,65%	8	Semestral	2003	2010
Moeda Estrangeira		22.391	131.680	2.701	-						
Eletrobrás	Diversas	4.973	7.136	295	-	Ufr	5% a.a.	entre 2 e 120	Mensal/Trimestral		2013 a 2017
CCB Bradesco	18/10/2007	-	450.000	10.649	-	Cdi	CDI + 0,85%	10	Annual	2012	2017
BNDES - FINEM	5/11/2007	-	231.003	882	-	Tjlp	TJLP + 4,3% a.a.	66	Mensal	2009	2014
Moeda Nacional		4.973	688.139	11.826	-						
SWAP		-	-	8.566	1.564						
Total Geral		27.364	819.819	23.093	1.564						

TN - Tesouro Nacional

PR - Parcelas Restantes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos tinham os seguintes vencimentos:

	Consolidado					
	31-3-2008			31-12-2007		
	Moeda Nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda estrangeira	Total
2008	3.447	21.390	24.837	4.973	22.391	27.364
2009	1.177	439	1.616	-	-	-
Total (CP)	4.624	21.829	26.453	4.973	22.391	27.364
2009	34.441	19.670	54.111	35.597	20.354	55.951
2010	43.135	13.996	57.131	43.105	14.170	57.275
2011	42.486	11.982	54.468	42.457	12.134	54.591
2012	117.486	8.742	126.228	117.457	8.853	126.310
2013	117.474	5.501	122.975	117.444	5.571	123.015
após 2013	332.099	69.711	401.810	332.079	70.598	402.677
Total (LP)	687.121	129.602	816.723	688.139	131.680	819.819
Total (CP e LP)	691.745	151.431	843.176	693.112	154.071	847.183

Composição dos empréstimos e financiamentos (não inclui encargos financeiros):

	Consolidado			
	31-3-2008		31-12-2007	
	R\$	%	R\$	%
USD	148.662	17,6%	150.949	17,8%
Cesta moedas BNDES	2.769	0,3%	3.122	0,4%
Moeda estrangeira (CP e LP)	151.431	18,0%	154.071	18,2%
CDI	450.000	53,4%	450.000	53,1%
TJLP	231.142	27,4%	231.003	27,3%
Outros	10.603	1,3%	12.109	1,4%
Moeda nacional (CP e LP)	691.745	82,0%	693.112	81,8%
Total geral (CP e LP)	843.176	100,0%	847.183	100,0%

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e dos principais indicadores, base de atualização de empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os períodos:

	1º Trimestre	
	2008 - %	2007 - %
USD	(1,25)	(4,10)
EUR	5,80	(2,88)
UMBNDDES	(0,64)	(4,02)
IGP-M	2,38	1,11
CDI	2,58	3,03
SELIC	2,59	3,03

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia emitiu em 1997 "Fixed Rate Notes" no mercado financeiro internacional, os quais foram adquiridos pela Light Overseas Investments no montante de US\$ 130.500, a uma taxa de juros de 9,75% ao ano e em 1998 pela LIR ENERGY no montante de US\$ 875.000, a uma taxa de juros de 11,3% ao ano.

Em 2000, a controlada LIR ENERGY obteve empréstimo junto ao Deutsche Bank, no montante de US\$175.000; US\$15.000 com vencimento em 2003, taxa de juros *libor* + 4,35% ao ano, pagáveis semestralmente, com garantias da Light SESA; e US\$ 160.000 com vencimento em 7 anos, taxa de juros *libor* + 4,35% ao ano, com garantias da EDF INTERNATIONAL. Esta dívida tem vencimento em 2010, porém poderia ser objeto de pagamento antecipado a critério do Deutsche Bank em outubro de 2007 e, posteriormente, em determinados períodos até seu vencimento final.

A operação consistia na troca de recebíveis no valor de US\$875.000 da LIR ENERGY (Fixed rate notes) e títulos de crédito no valor de US\$700.000 do Deutsche Bank.

Os títulos não poderão ser negociados pelas partes e, qualquer operação com os mesmos, deverá ter o aval do Deutsche Bank e da LIR ENERGY.

Em outubro de 2007 a Light SESA antecipou parte do pagamento do "Fixed Rate Notes" da controlada LIR ENERGY no valor de US\$160.000. Com esse montante a LIR ENERGY antecipou a liquidação do empréstimo junto ao Deutsche Bank neste mesmo valor. Com essa operação o saldo devedor do "Fixed Rate Notes" emitido pela Light SESA passou a ser de US\$715.000.

Em 09 de Março de 2008, a Light SESA liquidou o empréstimo com a Light Overseas Investments, no montante de US\$130.500.

Covenants

A 5ª Emissão de Debêntures, a captação CCB Bradesco e o BNDES FINEM, classificados no circulante e não circulante, prevêm a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de março de 2008, a Companhia atingiu todos os indicadores requeridos contratualmente.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS

Controladora e Consolidado											
Financiador	Data de Assinatura	31/03/2008				Moeda Índice	Taxa de Juros	Data base 31/03/2008			
		Principal		Encargos				PR	Forma de pagamento	Início	Término
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante						
BNDES - Debêntures 1ª Emissão	16/2/1998	15.320	15.320	731	-	Tjlp	TJLP + 4% a.a	6	Semestral	2000	2010
BNDES - Debêntures 4ª Emissão	30/6/2005	-	5.604	2	-	Tjlp	TJLP + 4% a.a	72	Mensal	2009	2015
Debêntures 9ª Emissão	22/1/2007	50.000	937.500	21.870	-	Cdi	CDI + 1,50%	25	Trimestral	2008	2014
Moeda Nacional		65.320	958.424	22.603	-						

Controladora e Consolidado											
Financiador	Data de Assinatura	31.12.2007				Moeda Índice	Taxa de Juros	Data base 31.12.2007			
		Principal		Encargos				PR	Forma de pagamento	Início	Término
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante						
BNDES - Debêntures 1ª Emissão	16/2/1998	15.311	22.967	1.889	-	Tjlp	TJLP + 4% a.a	6	Semestral	2000	2010
BNDES - Debêntures 4ª Emissão	30/6/2005	-	5.600	41	-	Tjlp	TJLP + 4% a.a	72	Mensal	2009	2015
Debêntures 9ª Emissão	22/1/2007	50.000	950.000	22.680	-	Cdi	CDI + 1,50%	25	Trimestral	2008	2014
Moeda Nacional		65.311	978.567	24.610	-						

As parcelas relativas ao principal das debêntures tinham os seguintes vencimentos:

	Controladora e Consolidado	
	Moeda Nacional	
	31/3/2008	31/12/2007
2008	45.160	65.311
2009	20.160	-
Total (Circulante)	65.320	65.311
2009	45.627	65.778
2010	108.594	108.589
2011	100.934	100.933
2012	200.934	200.933
2013	250.934	250.933
após 2013	251.401	251.401
Total (Não Circulante)	958.424	978.567
Total	1.023.744	1.043.878

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Composição das debêntures (não inclui encargos financeiros):

	Controladora e Consolidado			
	31/3/2008		31/12/2007	
	R\$	%	R\$	%
CDI	987.500	96,5%	1.000.000	95,8%
TLP	36.244	3,5%	43.878	4,2%
Total Geral	1.023.744	100,0%	1.043.878	100,0%

6ª Emissão de Debêntures - interrupção do processo de emissão

Em função da piora das condições nos mercados internacionais, com reflexos no mercado local, o entendimento da Administração da Light SESA e dos coordenadores da emissão foi o de que não seria possível concluí-la nos termos inicialmente planejados. Assim, em 11/04/2008, foi protocolado junto à CVM pedido de interrupção por 60 dias úteis do prazo de cumprimento das exigências feitas pela CVM para a conclusão da Oferta.

Aditivo à 5ª Emissão de Debêntures

Dado que os bancos coordenadores da 6ª emissão de debêntures também representam a grande maioria dos titulares das debêntures da 5ª emissão, simultaneamente ao pedido de interrupção do prazo de cumprimento das exigências da 6ª emissão de debêntures, ficou negociado que tais bancos comprometer-se-iam a aprovar em Assembléia Geral de Debenturistas a ser realizada durante o mês de maio/08 as seguintes alterações na escritura da 5ª emissão:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

I. Alteração do fluxo de amortização do principal da debênture conforme quadro abaixo:

Data	Fluxo Original	Novo Fluxo
22-jan-08	1,25%	1,25%
22-abr-08	1,25%	1,25%
22-jul-08	1,25%	0,50%
22-out-08	1,25%	0,50%
22-jan-09	1,25%	0,50%
22-abr-09	1,25%	0,50%
22-jul-09	1,25%	0,50%
22-out-09	1,25%	0,50%
22-jan-10	2,50%	1,75%
22-abr-10	2,50%	1,75%
22-jul-10	2,50%	1,75%
22-out-10	2,50%	1,75%
22-jan-11	2,50%	1,75%
22-abr-11	2,50%	1,75%
22-jul-11	2,50%	1,75%
22-out-11	2,50%	1,75%
22-jan-12	5,00%	5,00%
22-abr-12	5,00%	5,00%
22-jul-12	5,00%	5,00%
22-out-12	5,00%	5,00%
22-jan-13	6,25%	6,75%
22-abr-13	6,25%	6,75%
22-jul-13	6,25%	6,75%
22-out-13	6,25%	6,75%
22-jan-14	25,00%	33,50%
	100%	100%

II. Manutenção do Prêmio de Amortização em 0,25% até janeiro de 2009 e definição de um Prêmio de Amortização de 0,20% válido de janeiro de 2009 a julho de 2009.

15. ENCARGOS REGULATÓRIOS – CONTRIBUIÇÕES DO CONSUMIDOR

	Controladora e Consolidado	
	31-03-2008	31-12-2007
CIRCULANTE		
Quota da conta de consumo de combustível – CCC	15.296	14.620
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	16.638	17.044
Quota de reserva global de reversão – RGR	5.810	5.669
Encargos de capacidade e aquisição emergencial	77.594	77.593
	115.338	114.926

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Light SESA e suas controladas respondem ou são demandantes em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível em diversos tribunais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais vem constituindo provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável é considerada provável. Além disso, não registra os ativos das demandas com possibilidade de ganho, por serem considerados incertos.

16.1 Contingências

As provisões constituídas para contingências estão compostas da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado			
	CIRCULANTE		NÃO CIRCULANTE	
	31/03/2008	31/12/2007	31/03/2008	31/12/2007
Trabalhistas	597	597	166.999	161.604
Cíveis	-	-	245.079	243.266
Fiscais	-	-	912.825	895.979
Outros	1.640	1.640	54.921	54.842
Total	2.237	2.237	1.379.824	1.355.691

	Passivo				Ativo	
	Saldo em 31/12/2007	Adições	Baixas		Saldo em 31/03/2008	Depósitos judiciais
		Atualização	Pagamentos	Reversões		
Trabalhistas	161.604	8.431	(3.036)	-	166.999	23.315
Cíveis	243.266	15.345	(12.102)	(1.430)	245.079	23.201
Fiscais	895.979	16.846	-	-	912.825	9.716
Outros	54.842	79	-	-	54.921	-
Total	1.355.691	40.701	(15.138)	(1.430)	1.379.824	56.232

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16.1.1 Contingências Trabalhistas

Existem 4.010 ações trabalhistas em andamento (4.228 em 31 de dezembro de 2007) em que a Light SESA figura como reclamada. Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: adicional de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, indenização prevista na Lei 9.029/98, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas terceirizadas, diferença da multa de 40% do FGTS decorrentes da correção por expurgos inflacionários e horas extras.

A Light SESA foi notificada em dezembro de 2007 para responder aos termos da ação civil pública (processo nº 01368-2007-035-01-00-8) movida pelo Ministério Público do Trabalho da 1ª Região, cuja finalidade é a de ser vedada a contratação de empresas para a prestação de serviços relacionados às atividades-meio e atividades-fim da Companhia. A referida ação foi julgada procedente em 04/04/08 e, no momento, aguarda o julgamento dos embargos de declaração opostos pela Light, com pedido de concessão de efeito modificativo. As chances de êxito da Companhia na demanda se enquadram como possíveis, já que, há, na legislação federal que regulamenta a concessão de serviços de geração e distribuição de eletricidade (Lei 8987/95), autorização expressa para que se realize a referida contratação pelas empresas concessionárias, bem como decisões de Tribunais Regionais do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, em casos análogos, ratificando tal contratação, e tais pontos se alinham com a tese de defesa apresentada no processo. A Companhia pretende fazer uso dos recursos cabíveis, de forma a buscar prevalecer seu entendimento sobre a legalidade dos procedimentos por ela adotados na contratação de empresas prestadoras de serviços.

16.1.2 Contingências Cíveis

A Companhia figura como parte ré em aproximadamente 33.833 processos de natureza cível (33.132 em 31 de dezembro de 2007), sendo que 8.701 na justiça comum estadual e federal (Ações Cíveis), com pedidos que somam R\$311.191 e 25.182 ações que tramitam em Juizados Especiais Cíveis, envolvendo um valor total de pedidos no montante de R\$267.081.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Contingências Cíveis	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	31/3/2008	31/12/2007
a) Ações Cíveis	114.655	116.663
b) Juizado Especial Cível	33.788	33.383
c) Plano Cruzado	96.636	93.220
Total	245.079	243.266

- a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos nos quais a Light SESA é ré, sendo grande parte relacionada a pleitos de danos materiais e morais, além de questionamentos de valores pagos por consumidores, e que possuam prognóstico de perda provável, na avaliação dos respectivos advogados patronos.

A Companhia possui, também, Ações Cíveis nas quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. O valor envolvido em tais ações possíveis é de R\$253.921.

- b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas de rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito com base em média móvel dos últimos 12 meses do valor de condenação.
- c) Existem processos de natureza cível em que alguns consumidores industriais estão questionando na esfera judicial o reajuste de tarifas de energia elétrica aprovado em 1986 pelo DNAEE (Plano Cruzado).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16.1.3 Contingências Fiscais

As provisões constituídas para contingências fiscais estão compostas da seguinte forma:

Contingências Fiscais	Valor Provisonado (Perda Provável)	
	31/3/2008	31/12/2007
a) PIS/COFINS	632.176	623.773
b) PIS/COFINS - RGR e CCC	17.386	17.294
c) INSS - Abono ACT	10.183	9.929
d) INSS - auto de infração	36.132	35.669
e) INSS - trimestralidade	87.457	85.961
f) Lei n.º 8.200	19.239	19.012
g) ICMS	76.610	71.007
h) Contribuição Social	26.300	26.084
i) CIDE	4.399	4.345
j) Outros	2.943	2.905
Total	912.825	895.979

- a) A Light SESA questiona desde 10 de março de 1999, as alterações impostas pela Lei 9.718/98 na sistemática de apuração do PIS e da COFINS, referente ao alargamento da base de cálculo dos referidos tributos e à majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%. Recentemente foram interpostos pela Companhia recursos especial e extraordinário objetivando reforma de decisão do TRF da 2ª Região. Os referidos recursos foram admitidos pelo TRF da 2ª região e aguardam julgamento pelos Tribunais Superiores.

Em 31 de janeiro de 2007 a Receita Federal expediu carta cobrança do PIS e da COFINS em discussão. Em 23 de fevereiro de 2007, a Light SESA impetrou Mandado de Segurança para discutir a decadência da exigibilidade de parte dos valores demandados na citada carta de cobrança de 31 de janeiro de 2007, tendo em vista o não lançamento do crédito fiscal por parte do Fisco Federal dentro do prazo de 5 anos fixado no artigo 150, § 4º, do Código Tributário Nacional (CTN). Em 2 de março de 2007, foi obtida liminar que suspendeu os efeitos da carta cobrança, com a conseqüente suspensão da exigibilidade dos créditos reclamados. A decisão que concedeu a referida liminar foi objeto de agravo de instrumento que foi julgado improcedente pelo TRF 2ª Região em 3 de abril de 2007, confirmando a liminar obtida e que se mantém em vigor. Irresignada, a Fazenda opôs embargos de declaração, os quais foram desprovidos.

No 2º e 3º trimestres do exercício de 2007, a Light SESA, baseada na opinião de seus assessores legais com relação ao desfecho dos processos judiciais acima referidos e tendo submetido à apreciação prévia de seus auditores independentes à época em

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

conexão com a revisão especial das informações trimestrais e por entender que decaiu o direito de cobrança pelo Fisco, efetuou a reversão no montante líquido de R\$265.498 (R\$239.302 registrado em Resultado Financeiro, R\$162.968 registrado em Deduções da Receita Bruta e impactos correspondentes no IR/CS de menos R\$136.772). Estes ajustes foram refletidos nas demonstrações trimestrais de junho e setembro apresentadas pela Light SESA e revisadas pela auditoria independente à época, sem qualquer ressalva.

A Light SESA, na elaboração das demonstrações anuais, manteve o procedimento anteriormente adotado, novamente calcada em pareceres de seus assessores legais e contábil. Os auditores independentes à época alteraram seu entendimento, e entenderam como necessária a reconstituição das provisões baixadas a partir do mês de junho de 2007 tendo em vista as considerações manifestadas no Comunicado do Ibracon no. 03/2007 de 17 de dezembro de 2007.

A Administração da Light SESA, diante do novo posicionamento apontado pelos auditores independentes à época e a fim de evitar ressalva em suas demonstrações financeiras anuais, decidiu reconstituir as provisões.

Com o fim, porém, de melhor informar, a Administração da Light SESA enfatiza, quanto aos valores constituídos como provisão para o questionamento do PIS e COFINS tratados na presente nota, que:

- (i) uma das formas de desconstituição de uma obrigação legal tributária é a decadência, também prevista em lei, o que transfere a avaliação de risco para a Administração e seus assessores legais que devem pronunciar-se em função da situação fática do caso concreto;
- (ii) tendo transcorrido o prazo decadencial para cobrança dos valores de PIS e COFINS o risco de perda pela Light SESA nos processos em que contesta a cobrança desses tributos em função da decadência é classificado por seus assessores legais como possível;
- (iii) com relação ao alargamento da base de apuração da PIS e da COFINS, além de ter-se verificado a decadência do direito de cobrança pela autoridade fiscal, a lei que promoveu a referida expansão da base tem sido considerada inconstitucional por todos os tribunais superiores (STJ e STF) em milhares de casos. Consequentemente a Light SESA acredita que terá êxito nesse processo sendo remoto o risco de perda ou desembolso de recursos.

Após a reconstituição das provisões acima mencionadas, ficam provisionados os seguintes valores apurados em 31 de março de 2008:

- R\$426.461 em relação ao alargamento da base de cálculo, e
- R\$205.715 referentes ao aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3%.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- b) Em 31 de julho de 2003, a Light SESA protocolou o seu “pedido de parcelamento”, conforme protocolo 200300003672, confirmado pela Secretaria da Receita Federal, tendo efetuado o pagamento da primeira parcela nessa mesma data. O montante da dívida incluída no PAES foi de R\$51.344 (líquido da redução de multa de 50%), que encontrava-se em discussão administrativa quanto à legalidade da exclusão da RGR e CCC da base de cálculo do PIS e da COFINS. O pagamento será efetuado em 120 parcelas. O valor das parcelas foi calculado a partir do total da dívida pelo prazo de parcelamento sendo atualizado com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP. O saldo provisionado como contingências corresponde à parcela não incluída no PAES em decorrência da discussão da aplicação da multa de ofício, a qual a Companhia, na esfera administrativa não logrou êxito, mas judicialmente, tem sentença favorável da qual a Fazenda opôs Recurso de Apelação. Incluiu-se também neste montante, a parcela correspondente a majoração da alíquota da COFINS, referente ao período de abril/99 a dez/00, que encontra-se em discussão judicial (nota 6-c).
- c) A Light SESA em agosto de 2006, com base em avaliação de seus advogados, constituiu provisão no valor de R\$14.715, que engloba períodos de 2001 a 2005, concernente a abono eventual pago pela Companhia a seus empregados em decorrência de previsão expressa nos Acordos Coletivos de Trabalho. Em dezembro de 2007, com base em nova avaliação, foi efetuada a reversão no valor de R\$6.355, em razão da decadência do direito do Fisco em lançar os créditos. Em março de 2008, o saldo provisionado é de R\$10.183.
- d) Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração cujas teses são as de responsabilidade subsidiária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros. A Administração da Light SESA, baseada na opinião de seus advogados, decidiu pela constituição da provisão. A variação de valor entre 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, refere-se a atualização pela taxa SELIC.
- e) A Light SESA questiona a legalidade da Lei 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutela antecipada deferida, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da Companhia. A Administração constitui a provisão, com base na opinião dos advogados, da totalidade do valor constante dos autos de infração lavrados pela fiscalização do INSS. A variação de valor entre 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, refere-se a atualização pela taxa SELIC.
- f) Em junho de 1992 a Light SESA propôs ação ordinária contra a União Federal

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

objetivando a declaração de inexistência de obrigatoriedade de efetuar a correção monetária prevista no artigo 3º da Lei 8.200/91, registrando contabilmente a diferença ocorrida durante o ano-calendário de 1990, entre o IPC e o BTNF. O pedido foi julgado procedente em primeira e segunda instância. A União interpôs Recurso Especial e Recurso Extraordinário, sendo o primeiro inadmitido pela 1ª Turma do STJ e os autos remetidos ao STF para julgamento do Recurso Extraordinário.

Adicionalmente, em dezembro de 1992 a Light SESA impetrou mandado de segurança com o objetivo do aproveitamento integral das despesas de depreciação relativas aos exercícios de 1991 e 1992, deixando de aplicar o inciso I do artigo 3º da Lei n.º 8.200/91. A liminar pleiteada foi concedida. O processo foi julgado extinto em parte sem julgamento do mérito, porém assegurando-se o direito à compensação dos valores indevidamente recolhidos.

Paralelamente às ações judiciais, em novembro de 1994 a Light SESA foi autuada, para prevenir a decadência, com relação ao IRPJ, ILL e CSLL no montante equivalente a 34.385.484,36 UFIR's, tendo sido estes autos impugnados. A decisão administrativa deixou de conhecer a impugnação quanto ao IRPJ e CSLL, e julgou improcedente o lançamento quanto ao ILL e quanto a aplicação da multa de ofício. Em 06 de julho de 2007, foi interposto Recurso Voluntário. A Administração da Light SESA, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco provável para a constituição da provisão. A variação de valor entre 31 de março de 2008 e 31 de dezembro de 2007, refere-se a atualização pela taxa SELIC.

- g) Desde o exercício de 1999 e até a presente data, a Light SESA tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento e não recolhidos estão sendo objeto de contestação nos âmbitos administrativo e judicial. A Administração da Light SESA, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco provável, para os quais foi constituída provisão. Os valores informados nesta alínea se referem a dois processos, para os quais existe provisão. A variação de valor, refere-se a atualização pela UFIR-RJ e reversão de provisão de R\$5.533 no mês de julho de 2007 em razão de decisão judicial favorável no processo que se discutia a autuação fiscal em decorrência de notas fiscais extraviadas ("Verdinhas").

Em setembro de 2004, o Estado do Rio de Janeiro autuou a Light exigindo as diferenças de ICMS decorrentes da ausência do estorno do crédito, necessário em razão da perda de energia elétrica. A Light apresentou impugnação que foi julgada integralmente procedente em instância administrativa e o lançamento anulado. Ainda haverá, necessariamente, recurso de ofício por parte da Fazenda ao Conselho de Contribuintes.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor envolvido no processo em 31 de março de 2008 é de R\$93.000 e não há provisão constituída.

- h) A Light SESA em fevereiro de 2000, ajuizou Mandado de Segurança Preventivo, visando impedir a glosa dos créditos oriundos dos ajustes feitos na DIPJ referente ao ano-calendário 1996, garantindo assim, a dedução da base de cálculo da CSLL do valor pago a título de juros sobre o capital próprio aos acionistas no ano-calendário de 1996, da mesma forma realizada para o IRPJ. A liminar requerida foi concedida. Em setembro de 2002 foi prolatada sentença favorável em parte a empresa, no sentido de permitir a compensação dos valores recolhidos a maior, a título de CSLL. A União Federal interpôs recurso de apelação ainda não julgado.

Em julho de 2001, a Light SESA foi autuada, para prevenir a decadência, erroneamente no montante de R\$17.284, já que a fiscalização da Receita Federal considerou a multa de 75% sendo correto na ocasião o montante de R\$12.382, que atualizado até 31 de março de 2008 é de R\$19.400. Este auto de infração foi impugnado e teve decisão parcialmente favorável, em relação a não incidência da multa de 75%. Foi interposto Recurso Voluntário, o qual aguarda julgamento.

Adicionalmente, em julho de 2001, a Light SESA foi autuada por não adicionar na base de cálculo da CSLL, os valores relativos a provisão de COFINS que estavam com exigibilidade suspensa. A impugnação e o recurso voluntário interpostos foram julgados improcedentes e a Companhia avalia a possibilidade de discussão judicial. A provisão foi constituída em julho de 2006 pelo valor de R\$6.595, sendo atualizada pela SELIC. O saldo da provisão atualizada em 31 de março de 2008 é de R\$6.900. A variação de valor, refere-se a atualização pela taxa SELIC entre 2008 e 2007.

- i) A Light SESA em setembro de 2002 ajuizou Mandado de Segurança visando suspender a exigibilidade do crédito relativo a CIDE (Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico), incidentes sobre os pagamentos efetuados ao exterior pela prestação de serviços, e, ao final, a concessão em definitivo da segurança para afastar o recolhimento do tributo.

A Liminar foi negada e o julgamento em 1ª instância foi também desfavorável. A Light SESA interpôs recurso de apelação que aguarda julgamento. A partir de dezembro de 2003 passamos a efetuar os pagamentos sobre os valores devidos. A variação de valor, refere-se a atualização pela taxa SELIC.

A Companhia possui, também, processos fiscais, administrativos e judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. O

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

valor envolvido em tais processos é de R\$496.100. Os casos de maior relevância e que tiveram desdobramentos no primeiro trimestre de 2008 são relatados abaixo:

(i) Nas Execuções Fiscais n.ºs 2002/100-004.452-2, 2002/100-004.451-0, 2002/100-001.685-0, 2002/100-001.684-84, e no Processo Administrativo n.º E-04/109635/00, discute-se o diferimento do ICMS (Resolução de SEF n.º 1.610, de 22 de junho de 1989) no fornecimento de energia elétrica para a consumidora Vale do Rio Doce Alumínio S.A. – ALUVALE, em razão de ser consumidor industrial eletrointensivo.

As execuções fiscais foram garantidas com cartas de fiança bancária. Foram opostos embargos às referidas execuções, que se encontram pendentes de julgamento em 1ª instância. O valor envolvido nessas execuções fiscais em 31 de março de 2008 é de R\$155.700 e os advogados patronos da causa estimavam o risco de perda como possível, não havendo provisão constituída.

(ii) Em junho de 2007 a Light SESA foi autuada pela Secretaria da Receita Federal no montante de R\$189.600, cujo valor da autuação atualizado até março de 2008 é de R\$204.700, em função do atendimento intempestivo da intimação referente a entrega dos arquivos eletrônicos (IN86/2001) dos exercícios de 2003 a 2005. A Companhia e seus assessores legais avaliam as chances de perda como possível. A impugnação foi julgada improcedente. Atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Light.

(iii) Em maio de 2007 a Light SESA obteve decisão favorável em instância administrativa no processo da IN 86 relativa ao exercício de 2001, cujo valor da autuação atualizado até março de 2008 é de R\$58.800. Em função da referida decisão favorável, por unanimidade de votos, o prognóstico dos advogados passou de possível para remota. O processo está em fase de recurso de ofício.

(iv) O Banco Central, conforme procedimento de praxe, e baseado em suas conclusões preliminares sobre operações financeiras realizadas pela Light SESA entre 1997 e 1998, para fins de aquisição da Eletropaulo Metropolitana S.A., operações estas realizadas em estrita obediência aos princípios legais e contábeis da legislação brasileira, oficiou a Secretaria da Receita Federal e a Procuradoria da República do Estado do Rio de Janeiro, tendo cada um iniciado seus respectivos procedimentos administrativos, conforme descrição constante nos próximos parágrafos. Importante esclarecer que após a apresentação dos devidos esclarecimentos pela Light SESA ao Banco Central, o referido órgão restaurou integralmente os Certificados de Registro referentes aos títulos emitidos no exterior, em razão das operações acima citadas, e considerou que as mesmas foram realizadas de acordo com as regras cambiais brasileiras.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

No tocante a investigação criminal, a mesma encontra-se no MPF (Procuradoria Regional da 2ª Região) desde 18.05.2005, com relatório final da autoridade policial de 15 de abril de 2005, descaracterizando a demonstração de ilícito financeiro (art. 22 da Lei 7492/86). A Light SESA espera que o MPF, e tudo indica que assim deva ser o procedimento, aguarde o resultado final do processo administrativo fiscal, conforme parágrafo abaixo, em consonância com a orientação expressa pelo Supremo Tribunal Federal no julgamento do HC 85299/RJ.

Já no tocante ao ofício encaminhado a Secretaria da Receita Federal, esta, em 14 de dezembro de 2004, lavrou auto de infração contra a Light SESA no valor total de R\$481.833 referente ao recolhimento do imposto de renda incidente sobre os juros pagos às suas subsidiárias Light Overseas Investment Limited (LOI) e LIR Energy Limited (LIR), decorrentes de títulos emitidos com benefício de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte. A Light SESA apresentou sua Impugnação ao Auto de Infração. A decisão de Primeira Instância Administrativa foi pela manutenção do lançamento. Em 11 de agosto de 2005, a Light SESA interpôs, no Conselho de Contribuintes do Ministério da Fazenda, Recurso Voluntário, que teve seu julgamento realizado em 19 de outubro de 2006 com ganho de causa para a Light SESA. A Fazenda Nacional interpôs Recurso Especial na Câmara Superior de Recursos Fiscais do Ministério da Fazenda ainda pendente de julgamento, porém a multa agravada foi afastada em definitivo.

Em 27 de novembro de 2006, a Secretaria da Receita Federal novamente autuou a Light, originando o Processo Administrativo nº 18471.001351/2006-51, no montante histórico de R\$74.389, exigindo diferenças de IRPJ e CSLL decorrentes da indevida apropriação de despesas financeiras nos anos de 2001 e 2002. Considerando que a nova autuação teve por fundamento os mesmos argumentos utilizados na primeira autuação, em 10 de julho de 2007, foi publicado acórdão da Delegacia da Receita Federal (1ª instância), julgando improcedente o auto de infração. Atualmente o processo encontra-se aguardando julgamento do Recurso de Ofício interposto pela Receita Federal no Conselho de Contribuintes (2ª instância). O valor envolvido nesse processo em 31 de março de 2008 é de R\$78.700 e os advogados patronos da causa estimavam o risco de perda como remota, não havendo provisão constituída.

A Companhia recebeu, no dia 14 de abril de 2008, duas cartas cobrança emitidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB), relativas ao não deferimento de duas compensações efetuadas no ano de 2003, de crédito de IRPJ do ano calendário de 2001 com débitos de PIS e COFINS. Naquele exercício (2001) houve saldo negativo de IRPJ no valor de R\$28.690 referente às antecipações de IRRF e pagamentos por estimativa, visto que foi apurado um prejuízo fiscal.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em novembro de 2006, como mencionado no item “iv” acima, a SRFB lavrou um Auto de Infração referente a IRPJ e CSLL, tendo como fundamento a glosa de parte das despesas financeiras do período, vinculadas às operações com as empresas LIR/LOI. Com a glosa das despesas, o resultado tributável da Companhia em 2001 teria passado de prejuízo para lucro. Assim, o crédito de IRPJ, objeto da glosa, teria deixado de existir transformando-se em “saldo a pagar”.

As cartas de cobrança foram submetidas ao escritório que já patrocina o processo administrativo referente à glosa das despesas financeiras, sendo que a Companhia aguarda uma avaliação jurídica destas novas cobranças. O processo administrativo referente à glosa das despesas financeiras é avaliado como perda remota, conforme mencionado no item “iv” acima. O valor envolvido nestas cobranças é de R\$70.263.

16.1.4 Outras Contingências

Neste tópico a Companhia ressalta as contingências regulatórias decorrentes da provisão para restituição aos consumidores de baixa renda, constituída em dezembro de 2007, e dois Autos de Infração lavrados pela ANEEL e em andamento contra a Light SESA:

- a) Baixa renda - Até 31 de dezembro de 2007 a ANEEL homologou os valores a serem subsidiados referente a perda de receita no período de maio de 2002 a julho de 2007, em decorrência da aplicação de tarifas sociais. Essas homologações foram efetuadas mediante vários Despachos, sendo o último de n.º 2.760, de 30 de agosto de 2007, resultando no montante homologado de R\$266.379, e já ressarcido pela Eletrobrás à Light SESA, utilizando recursos dos encargos setoriais embutidos nas tarifas das concessionárias.

Em atenção ao Relatório de Fiscalização RF-LIGHT-04/2007-SFE, de Agosto de 2007 da ANEEL, realizada no período de 02/07/2007 a 13/07/2007, que, devido à divergência de entendimentos a respeito da regulamentação e legislação, questionou a concessão da tarifa social a alguns consumidores no período e, conseqüentemente, considerou indevidos parte dos subsídios homologados e recebidos. Dessa forma, a Companhia constituiu provisão no valor de R\$36.175, para cobrir risco de ter que restituir parte do subsídio já recebido.

- b) Auto de Infração nº 009/2005 foi lavrado em 15 de março de 2005 sob o argumento de ter a Light SESA: (i) constituído sem a anuência prévia da ANEEL as empresas controladas LIR Energy Limited e Light Overseas Investments (R\$1.144); (ii) realizado com essas empresas operações sem a anuência da ANEEL – (total de R\$2.287); e (iii) descumprido a determinação da ANEEL de cancelamento das operações e encerramento das atividades da empresas – (total de R\$3.431).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Light SESA, não concordando com a alegação da ANEEL, apresentou suas contrarrazões. Após deliberação em reunião pública do recurso da LIGHT, a Diretoria da ANEEL decidiu excluir a penalidade de multa associada ao item (iii), e, manter as multas associadas aos itens (i) e (ii).

A Light SESA optou por efetuar o pagamento da penalidade associada ao item (b), tendo o feito através de depósito bancário no valor de R\$3.235 (valor original corrigido pela SELIC). Entretanto, seguindo recomendações dos assessores legais, propôs ação judicial contra a multa associada ao item (i), tendo realizado depósito judicial do valor de R\$1.655 (valor original corrigido pela taxa SELIC). No momento aguarda o julgamento do seu recurso de apelação no mandado de segurança interposto. O valor em 31 de março de 2008 é de R\$1.773.

- c) Em 05 de junho de 2007 foi lavrado Auto de Infração (AI nº 028/2007), com penalidade de multa no valor de R\$293, em relação a uma unidade consumidora específica, que a Light SESA não restabeleceu no prazo regulamentar o fornecimento de energia elétrica. A Light SESA, não concordando com a alegação da ANEEL, apresentou suas contrarrazões e aguarda o julgamento do seu recurso interposto contra a lavratura do Auto de Infração. O valor em 31 de março de 2008 é de R\$323.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

17. OUTROS DÉBITOS

	Controladora e Consolidado	
	31.03.2008	31.12.2007
CIRCULANTE		
Taxa de Iluminação Pública	39.113	43.701
Programa de Eficiência Energética - PEE	94.554	81.413
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	51.249	47.574
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	6.480	7.168
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	13.335	14.708
CVA (nota 3)	52.897	76.686
Outros Encargos tarifários (nota 3)	42.290	54.881
Outros	26.111	16.985
Total	326.029	343.116
NÃO CIRCULANTE		
Déficit Braslight - Provisão CVM 371/2000 (vide nota 18)	109.133	109.133
CVA (nota 3)	14.190	22.302
Provisão para Passivo Regulatório	18.006	16.986
Outros	3.730	4.019
Total	145.059	152.440

18. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Light SESA é patrocinadora instituidora da Fundação de Seguridade Social - BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos - A, B e C - implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos demais planos. Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido e C do tipo Benefício Misto.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI (com um mês de defasagem) e juros atuariais de 6% ao ano.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As movimentações ocorridas no trimestre no passivo atuarial líquido são as seguintes:

	Consolidado		TOTAL
	PLANO A/B	PLANO C	
Passivo Atuarial da Braslight em 31/12/2007:	566.471	307.192	873.663
Amortizações no Trimestre	(14.999)	(4.910)	(19.909)
Atualizações no Trimestre	26.903	11.219	38.122
Passivo Atuarial da Braslight em 31/03/2008:	578.375	313.501	891.876
Circulante			79.726
Não circulante			812.150
Total			891.876

De acordo com relatório de avaliação atuarial emitido em 10 de janeiro de 2008, o déficit atuarial da Braslight em 31 de dezembro de 2007 era de R\$ 982.796, o qual líquido do valor de passivo contratual citado anteriormente gerou o reconhecimento de passivo atuarial adicional de R\$109.133, reconhecido na rubrica "Outros débitos" (nota 17).

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações relevantes realizadas entre partes relacionadas referem-se substancialmente às operações de empréstimos e financiamentos com o BNDES, transações com a Fundação de Seguridade Social - Braslight e compra de energia elétrica e cobrança de encargos com a Light Energia, que são pactuados em condições normais de mercado.

EMPRESAS LIGADAS	Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.12.2007	31.03.2008	31.03.2007	31.03.2008	31.03.2007
LIGHT ENERGIA								
Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição de energia elétrica	2.816	2.812	-	-	6.328	6.137	-	-
Compromisso de compra de energia elétrica	-	-	2.144	2.189	-	-	5.025	5.691
Compromisso com encargos de uso da rede básica	-	-	380	406	-	-	854	848
BNDES								
Debêntures 1º - emissão - não conversíveis	-	-	31.371	40.167	-	-	780	1.186
FINEM	-	-	232.025	231.885	-	-	6.645	-
Linha de Crédito	-	-	2.780	3.135	-	-	49	(73)
BNDESPAR								
Debêntures 4º - emissão - conversíveis	-	-	5.606	5.641	-	-	156	20.312
BRASLIGHT								
Plano Previdenciário e Outros Benefícios	-	-	891.876	873.663	-	-	38.122	20.147

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

a) Capital Social

Em 31 de março de 2008, o capital social da Light Serviços de Eletricidade S.A. está representado por 203.462.739.011 ações ordinárias escriturais sem valor nominal, sendo o seu Capital Social de R\$2.076.898 conforme a seguir:

ACIONISTAS	31/03/2008		31/12/2007	
	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação
Grupo Controlador				
Light S.A.	203.462.739.011	100,00%	203.462.739.011	100,00%
	203.462.739.011	100,00%	203.462.739.011	100,00%

A Light SESA está autorizada a aumentar o seu capital mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 203.946.412.726 ações ordinárias, destinado exclusivamente a atender ao exercício dos bônus de subscrição emitidos, observando estritamente as condições previstas nos bônus de subscrição (Estatuto Social art. 5º parágrafo 2).

b) Reserva Legal

Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite, a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital social ou para compensar prejuízos acumulados.

21. DIVIDENDOS PAGOS

Em 31 de março de 2008, a Light SESA efetuou o pagamento de R\$190.401 referentes aos dividendos propostos nas Demonstrações Financeiras anuais de 2007, e aprovados na AGO de 17 de março de 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

01.01 a 31.03	Consolidado					
	N° de Contas Faturadas ^{(1) (2)}		MWh ⁽²⁾		R\$	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Residencial	3.596.265	3.526.359	2.027.277	2.059.915	634.395	678.478
Industrial	12.538	13.264	451.392	508.684	86.793	82.574
Comércio, serviços e outras	270.112	274.523	1.532.820	1.533.322	458.117	483.768
Rural	10.917	10.773	12.724	12.818	2.444	2.597
Poder público	9.501	14.657	336.604	331.663	73.862	72.631
Iluminação pública	193	199	171.331	174.858	24.899	27.546
Serviço público	1.299	1.440	272.936	260.556	50.751	45.596
Consumo próprio	324	295	16.763	19.933	-	-
Fornecimento faturado	3.901.149	3.841.510	4.821.847	4.901.749	1.331.261	1.393.190
ICMS	-	-	-	-	498.457	522.911
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(8.244)	36.227
TOTAL FORNECIMENTO	3.901.149	3.841.510	4.821.847	4.901.749	1.821.474	1.952.328
Energia de curto prazo	-	-	9.554	225.984	1.958	4.088
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	9.554	225.984	1.958	4.088
TOTAL GERAL	3.901.149	3.841.510	4.831.401	5.127.733	1.823.432	1.956.416

(1) Número de contas faturadas com e sem consumo

(2) Não examinado pelos auditores independentes

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

01.01 a 31.03	Controladora e Consolidado	
	2008	2007
Serviço taxado	4.539	1.196
Renda de Prestação de Serviço	4.277	3.467
Arrendamentos, aluguéis e outras	6.321	5.834
Receita de Uso da Rede	132.734	154.174
	147.871	164.671

24. ENCARGOS DO CONSUMIDOR (DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL)

01.01 a 31.03	Controladora e Consolidado	
	2008	2007
Encargos do Consumidor - RGR	(17.375)	(16.266)
CDE - Caixa	(49.914)	(51.132)
CDE - CVA	(1.218)	4.683
CDE - CVA Amortização	(5.415)	(7.801)
CCC - Caixa	(48.497)	(16.534)
CCC - CVA	2.237	(59.300)
CCC - CVA Amortização	16.246	(12.005)
PEE - Eficiência Energética	(6.157)	(3.135)
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(2.327)	(5.685)
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento	(2.462)	(3.762)
EPE - Empresa de Pesquisa Energética	(1.231)	(1.881)
	(116.113)	(172.818)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA REALIZADAS NO ÂMBITO DA CCEE

Os saldos das transações de compra e venda de energia de curto prazo realizadas no âmbito da CCEE (antigo MAE) são conforme segue:

	31/3/2008
Venda de Energia de curto prazo:	
Saldo a receber em 31/12/2007 (nota 5)	16.691
Saldo a receber em 31/03/2008 (nota 5)	-
	<u>-</u>
	31/3/2008
Encargos do serviço do sistema:	
Saldo a pagar em 31/12/2007 (nota 12)	-
Saldo a pagar em 31/03/2008 (nota 12)	(67.999)
	<u>(67.999)</u>

26. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

01.01 a 31.03	Consolidado					
	Custo do Serviço		Despesas Operacionais		2008	2007
	Com Energia	De Operação	Com Vendas	Gerais e Admin		
Natureza do Gasto						
Energia Elétrica Comprada para Revenda (Nota 27)	(785.649)	-	-	-	(785.649)	(773.420)
Pessoal e Administradores	-	(35.140)	(3.702)	(16.910)	(55.752)	(58.585)
Material	-	(2.976)	(237)	(417)	(3.630)	(4.318)
Serviço de Terceiros	-	(25.171)	(12.871)	(19.755)	(57.797)	(48.935)
Provisão p/Crédito de Liq. Duvidosa	-	-	(60.259)	-	(60.259)	(70.398)
Provisão para Contingências	-	-	-	(15.876)	(15.876)	(13.674)
Outras	-	(3.012)	(177)	(12.882)	(16.071)	(13.888)
	<u>(785.649)</u>	<u>(66.299)</u>	<u>(77.246)</u>	<u>(65.840)</u>	<u>(995.034)</u>	<u>(983.218)</u>
Depreciação e amortização	-	(66.796)	(250)	(8.601)	(75.647)	(71.727)
Total	<u>(785.649)</u>	<u>(133.095)</u>	<u>(77.496)</u>	<u>(74.441)</u>	<u>(1.070.681)</u>	<u>(1.054.945)</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

27. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

01.01 a 31.03	Consolidado			
	GWh ⁽¹⁾		R\$	
	2008	2007	2008	2007
Itaipu	1.420	2.027	127.581	203.878
UTE Norte Fluminense	1.584	1.567	189.793	199.522
Outros contratos e Leilão de Energia	3.427	3.628	273.935	257.259
CVA	-	-	(14.349)	24.699
Energia de Curto Prazo (Spot)	444	-	120.012	-
Encargos Uso da Rede	-	-	82.903	82.151
Encargos de conexão	-	-	3.882	3.420
O.N.S.	-	-	1.892	2.491
	6.875	7.222	785.649	773.420

(1) Não revisado pelos auditores independentes

28. RESULTADO FINANCEIRO

01.01 a 31.03	Controladora		Consolidado	
	2008	2007	2008	2007
RECEITA				
Rendimento sobre aplicações financeiras	11.888	10.458	11.903	10.480
Operações de swap	1.590	-	1.590	-
Acréscimo moratório s/ contas de energia	17.441	11.259	17.441	11.259
Encargos sobre contas de CVA e Parcela A	8.983	9.753	8.983	9.753
Encargos sobre recuperação de margem tarifária	6.254	13.001	6.254	13.001
Encargos sobre transações de energia livre	3.154	9.428	3.154	9.428
Outras	13.420	16.996	13.585	17.657
	62.730	70.895	62.910	71.578
DESPESA				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos - MN	(50.899)	(66.004)	(50.899)	(66.004)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos - ME	(45.134)	(81.821)	(3.503)	(28.298)
Variação monetária - MN	(207)	(969)	(207)	(969)
Variação cambial - ME	32.031	90.716	2.012	14.040
Operações de swap	(3.047)	(14.876)	(3.047)	(14.876)
Encargos e variação monetária sobre passivo atuarial Braslight	(38.030)	(20.147)	(38.030)	(20.147)
Ajuste a valor presente CEDAE	(2.126)	6.367	(2.126)	6.367
Atualização de provisão para contingências e outros	(20.903)	(17.559)	(20.903)	(17.559)
Encargos sobre transações de energia livre	(4.756)	(9.428)	(4.756)	(9.428)
Encargos sobre passivos regulatórios e outros	(15.123)	(13.924)	(15.182)	(14.000)
	(148.194)	(127.645)	(136.641)	(150.874)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	(85.464)	(56.750)	(73.731)	(79.296)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores contábeis de instrumentos financeiros ativos e passivos em relação aos seus valores de mercado, são como segue:

	31/03/2008		31/12/2007	
	Controladora		Controladora	
	Contabilizado	Mercado	Contabilizado	Mercado
ATIVO				
Aplicações financeiras (vide nota 4)	325.183	325.183	367.319	367.319
PASSIVO				
Debêntures (vide nota 14)	1.023.744	1.023.744	1.043.878	1.043.878
Empréstimos e Financiamentos (vide nota 13)	2.105.166	2.136.472	2.354.946	2.373.368
	3.128.910	3.160.216	3.398.824	3.417.246
	31/03/2008		31/12/2007	
	Consolidado		Consolidado	
	Contabilizado	Mercado	Contabilizado	Mercado
ATIVO				
Aplicações financeiras (vide nota 4)	325.973	325.973	367.618	367.618
PASSIVO				
Debêntures (vide nota 14)	1.023.744	1.023.744	1.043.878	1.043.878
Empréstimos e Financiamentos (vide nota 13)	854.560	885.866	857.313	875.734
	1.878.304	1.909.610	1.901.191	1.919.612

Aplicações financeiras – O valor contabilizado é uma estimativa de seu valor de mercado.

Empréstimos e financiamentos – O montante contabilizado apresentado no quadro acima, refere-se ao valor do principal acrescido do valor do SWAP (vide nota 13). O valor de mercado foi determinado utilizando-se taxas de juros correntes disponíveis para financiamentos quando da existência de termos e vencimentos remanescentes similares, obtidas junto a instituições financeiras.

A Light SESA tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica na área de concessão que abrange 31 municípios do Estado do Rio de Janeiro. No que se refere aos fatores de risco que podem incidir sobre as operações ativas e passivas no negócio da Light SESA, tem-se o seguinte:

Risco de crédito

A Light SESA está obrigada, por força de regulamentação do setor de energia elétrica e por cláusula incluída no contrato de concessão, a fornecer energia elétrica para todos os consumidores localizados na área de concessão. De acordo com a regulamentação do setor de energia elétrica, a Light SESA tem o direito de cortar seu fornecimento dos consumidores que deixem de efetuar o pagamento das faturas.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de taxa de câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Light SESA são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio sobre contratos em moeda estrangeira.

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Light SESA são denominados em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de "swap") para redução dos riscos da variação cambial, os quais apresentaram uma perda de R\$1.457 no 1º trimestre de 2008 (perda de R\$14.876 no 1º trimestre de 2007). O valor líquido das operações de swap, vigentes em 31 de março de 2008 é negativo em R\$11.383 (negativo em R\$45.395 em 31 de março de 2007), conforme demonstrado no quadro abaixo.

Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (US\$)	Posição Contábil Mar08 (R\$)
US\$+6,06%	100% CDI	06/03/07	10/04/08	7.596	(3.938)
US\$+6,06%	100% CDI	06/03/07	15/05/08	48	(25)
US\$+6,06%	100% CDI	06/03/07	05/06/08	1.048	(543)
US\$+6,08%	100% CDI	06/03/07	26/06/08	491	(255)
US\$+5,95%	100% CDI	06/03/07	15/07/08	47	(24)
US\$+5,97%	100% CDI	06/03/07	15/08/08	47	(24)
US\$+5,9%	100% CDI	06/03/07	10/09/08	120	(63)
US\$+6,04%	100% CDI	06/03/07	10/10/08	7.239	(3.756)
US\$+5,83%	100% CDI	06/03/07	17/11/08	45	(24)
US\$+5,93%	100% CDI	06/03/07	05/12/08	988	(515)
US\$+5,91%	100% CDI	06/03/07	26/12/08	465	(242)
US\$+6,2%	100% CDI	19/06/07	15/01/09	42	(10)
US\$+6,1%	100% CDI	19/06/07	16/02/09	41	(9)
US\$+6,06%	100% CDI	19/06/07	11/03/09	111	(26)
US\$+6,07%	100% CDI	19/06/07	09/04/09	6.935	(1.601)
US\$+6,05%	100% CDI	19/06/07	15/05/09	40	(9)
US\$+6,06%	100% CDI	19/06/07	05/06/09	940	(217)
US\$+6,05%	100% CDI	19/06/07	26/06/09	444	(103)
Total				26.686	(11.383)

Risco de preço

Anualmente as empresas distribuidoras de energia elaboram os pleitos para reajuste das tarifas de energia elétrica com base nas variações dos custos não gerenciáveis (denominados Parcela A) e pela variação do IGP-M para os custos gerenciáveis (denominados Parcela B). Esses pleitos são revisados e homologados pela ANEEL. Periodicamente, a ANEEL efetua

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a denominada “revisão tarifária ordinária” com a finalidade de adequar as tarifas das concessionárias, mantendo o equilíbrio econômico-financeiro e a modicidade tarifária da concessão. As tarifas de acordo com o contrato de concessão devem garantir o equilíbrio econômico-financeiro da Light SESA.

30. SEGUROS

Em 31 de Março de 2008, a Companhia possuía seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais se pode citar:

Seguro de Riscos Operacionais - cobre os danos materiais dos seus ativos causados por incêndio, explosão, desentulho, alagamentos, terremoto, quebra de maquinário e danos elétricos.

Todos os ativos do Grupo Light estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura “All Risks”, com exceção das linhas de transmissão e distribuição.

Seguro de Responsabilidade Civil de Administradores e Diretores (D&O) - Tem por objetivo proteger os Executivos por perdas e danos resultantes de suas atividades como Conselheiros, Diretores e Administradores da Sociedade.

Seguro de Responsabilidade Civil e Geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos involuntários, danos físicos à pessoas e/ou danos materiais causados a terceiros e relacionados à poluição, contaminação ou vazamentos súbitos.

Seguros de Transporte Internacional – Embarques de carga/equipamentos, Seguro Garantia Financeira – Comercialização de Energia (6 apólices) e Seguro Incêndio – Imóveis Alugados.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial de informações trimestrais, conseqüentemente não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de Março de 2008, a cobertura de seguros, considerada suficiente pela Administração, é resumida como segue:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio
	De	Até		
Riscos Operacionais	31/10/2007	31/10/2008	US\$1.017,5 mil	US\$626
Directors & Officers (D&O)	10/8/2007	10/8/2008	US\$30 mil	US\$123
Responsabilidade Civil e Geral	25/9/2007	25/9/2008	US\$10 mil	US\$299

31. REAJUSTE TARIFÁRIO – Light SESA

A ANEEL aprovou em 06 de Novembro de 2007 o reajuste médio das tarifas da Light SESA de 0,10% para o período a partir de 07 de novembro de 2007, englobando todas as classes de consumo (residencial, industrial, comercial, rural e outras).

O índice de reajuste, válido para as tarifas compreendidas entre o período de 07 de novembro de 2007 até 06 de novembro de 2008, é constituído de dois componentes: o estrutural, que passa a integrar a tarifa, com reajuste de 0,51%; e o financeiro, que é válido pelo período de vigência desta tarifa, que teve um ajuste negativo de 0,41%.

O processo de reajuste tarifário consiste primordialmente no repasse aos consumidores finais dos custos não-gerenciáveis da concessão (energia comprada para fornecimento, encargos setoriais e encargos de transmissão), pois estes são calculados em detalhes anualmente, seja em ano de reajuste ou de revisão tarifária. Com relação aos custos gerenciáveis, seu repasse em anos de reajuste tarifário (conforme regras estabelecidas nos contratos de concessão das concessionárias de distribuição) sofre variação do IGPM subtraído do fator X, que visa repassar aos consumidores os ganhos de eficiência anuais da concessionária. Os custos gerenciáveis da concessão são calculados em detalhes apenas em anos de revisão tarifária (que no caso da Light SESA ocorre de 5 em 5 anos, estando a próxima agendada para novembro de 2008).

Como parte dos custos não-gerenciáveis sofreu redução ao longo dos últimos 12 meses, principalmente em função da redução da CCC (Conta Consumo de Combustíveis – subsídio à geração térmica na região norte do país) e do dólar (indexador das compras de energia de Itaipu Binacional), o reajuste das tarifas da Light SESA ficou em nível inferior à inflação do período.

Os consumidores finais da Light SESA observaram em média uma redução de suas contas de luz de 4,79%, a partir de 07 de novembro. Isto ocorreu devido aos ajustes financeiros

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

incluídos na tarifa relativa ao período compreendido entre novembro de 2006 e novembro de 2007, associados à recuperação de diferenças tarifárias de períodos passados, que tinham um efeito positivo de 5,4% nas tarifas.

Com a aplicação do realinhamento tarifário, onde os consumidores de alta e baixa tensão têm índices de reajuste distintos, o reajuste médio para cada nível de tensão calculado pela ANEEL foi conforme se observa na tabela a seguir:

Nível de Tensão	Reajuste efetivo sobre as tarifas de 2006
Baixa Tensão (Residencial)	-5,30%
A4	-3,30%
A3a	-4,11%
AS	-3,30%
A2	-5,29%
Valor médio	-4,79%

32. ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA BRASILEIRA

A Lei nº. 11.638 publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2007 alterou diversos dispositivos da Lei nº 6.404 (Sociedades por Ações). Estas alterações entram em vigor em 01 de janeiro de 2008.

Dentre as principais alterações introduzidas, destacamos os seguintes assuntos que na avaliação de nossa Administração poderão modificar a forma de apresentação de nossas demonstrações financeiras e os critérios de apuração de nossa posição patrimonial e financeira e do nosso resultado a partir do exercício a findar-se em 2008:

- Foi extinta a obrigatoriedade da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR, sendo substituída pela Demonstração dos Fluxos de Caixa - DFC. No caso das companhias abertas a Demonstração do Valor Adicionado - DVA também foi introduzida como publicação obrigatória. DFC e DVA são também mandatórios para todas as grandes empresas independentemente de sua forma societária, estando sujeitas à auditoria independente.
- Bens e direitos intangíveis foram segregados dos tangíveis, ficando o ativo permanente classificado em investimentos, imobilizado, intangível e diferido.
- Foi criada a rubrica "ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido. Serão considerados ajustes de avaliação patrimonial, enquanto não computados no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo, em decorrência da sua avaliação a preço de mercado.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- As despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um exercício social e que não configurem tão-somente uma redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional serão classificadas no Ativo Diferido.

Adicionalmente foram alterados os critérios de avaliação do ativo e do passivo, com destaque para os seguintes pontos:

- Itens de ativo e passivo provenientes de operações de longo prazo, bem como operações relevantes de curto prazo, serão ajustados a valor presente, de acordo com as normas internacionais de contabilidade;
- O valor de recuperação dos bens e direitos do imobilizado, intangível e diferido deverá ser periodicamente avaliado para que se possa efetuar o registro de perdas potenciais ou uma revisão dos critérios de taxas de depreciação, amortização e exaustão;
- Os direitos classificados no intangível deverão ser avaliados pelo custo incorrido na aquisição deduzido do saldo da respectiva conta de amortização;
- Instrumentos financeiros “disponíveis para venda” ou “destinados à negociação” passam a ser avaliados a valor de mercado;
- Todos os demais instrumentos financeiros devem ser avaliados pelo seu custo atualizado ou ajustado de acordo com o provável valor de realização, se este for inferior.
- Eliminação da possibilidade de registro de reservas de reavaliação para as sociedades por ações. A nova Lei deu opção às companhias para manterem os saldos existentes e realizarem esses saldos dentro das regras atuais ou estornarem esses saldos até o final do exercício de 2008.

A Administração da Companhia está em processo de avaliação dos efeitos que as alterações acima mencionadas irão produzir em seu patrimônio líquido e resultado do exercício de 2008, bem como levará em consideração as orientações e definições a serem emitidas pelos órgãos reguladores. Neste momento, a Administração entende não ser possível ainda determinar os efeitos destas alterações no resultado e no patrimônio líquido para o trimestre findo em 31 de março de 2008.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2008

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EFETIVOS

Wilson Nélio Brumer (Presidente)
Djalma Bastos de Moraes
Eduardo Borges de Andrade
Ricardo Coutinho de Sena
Carlos Augusto Leoni Piani
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Aldo Floris
José Luiz Silva
Ricardo Simonsen

SUPLENTE

Luiz Fernando Rolla
João Batista Zolini Carneiro
João Pedro Amado Andrade
Paulo Roberto Reckziegel Guedes
Ana Marta Horta Veloso
Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa
Lauro Alberto de Luca
Carmen Lúcia Claussen Kanter
Carlos Roberto Teixeira Junger

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Alquéres
Diretor Presidente

Ronnie Vaz Moreira
Diretor Vice-Presidente de Finanças

Paulo Henrique Siqueira Born
Diretor

Ana Silvia Corso Matte
Diretor

Leonardo Lins de Albuquerque
Diretor

Roberto Manoel Guedes Alcoforado
Diretor

Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Diretor

SUPERINTENDENCIA DE CONTROLADORIA E PLANEJAMENTO

Elvira Madruga B Cavalcanti
Superintendente de Controladoria e Planejamento
CPF 590.604.504-00

Luciana Maximino Maia
CONTADOR - Gerente de Contabilidade
CPF 144.021.098-50
CRC-RJ 091476/O-0

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Light Serviços de Eletricidade S.A.

**Relatório de revisão dos auditores
independentes sobre as
Informações Trimestrais (ITRs)
Trimestre findo em 31 de março de 2008**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Relatório de revisão dos auditores independentes

Ao
Conselho de Administração da
Light Serviços de Eletricidade S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Companhia") e dessa Companhia e suas controladas (informações consolidadas) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2008, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas Informações Trimestrais referidas no primeiro parágrafo para que estas estejam de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, especificamente aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais, incluindo o Comunicado ao Mercado de 14 de janeiro de 2008.

4. Conforme mencionado na Nota Explicativa 32, em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2008. Essa Lei alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações) e provocará mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, as principais alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte dos órgãos reguladores para serem integralmente aplicadas pelas companhias. Dessa forma, nessa fase de transição, a CVM, por meio do Comunicado ao Mercado de 14 de janeiro de 2008, permitiu a não-aplicação das disposições da Lei nº 11.638/07 na preparação das Informações Trimestrais (ITR). Assim, as informações contábeis contidas nas ITR do trimestre findo em 31 de março de 2008, foram elaboradas de acordo com instruções específicas da CVM e não contemplam as modificações nas práticas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07.
5. As demonstrações financeiras da Light Serviços de Eletricidade S.A. e as demonstrações financeiras consolidadas dessa Companhia e suas controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, cujos balanços patrimoniais estão sendo apresentados para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que, sobre elas, emitiram parecer, sem ressalvas, datado de 13 de fevereiro de 2008. As informações trimestrais relativas ao trimestre findo em 31 de março de 2007 foram revisadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram relatório de revisão especial, sem ressalvas, datado de 8 de maio de 2007.

2 de maio de 2008

KPMG Auditores Independentes
CRC-SP-14.428/O-6-F-RJ

Vânia Andrade de Souza
Contadora CRC-RJ-057.497/O-2

LIGHT Serviços de Eletricidade S.A.



ITR

- ✓ DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO 1º TRIMESTRE DE 2009
- ✓ PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

LIGHT SESA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais)

ATIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/3/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
<u>CIRCULANTE</u>			
Disponibilidades	4	598.748	456.519
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	1.468.258	1.319.906
Tributos a compensar	6	691.780	811.125
Estoques		15.033	14.666
Dividendos a receber	29	-	-
Serviços prestados	21	56.940	50.081
Rendas a receber		6.302	6.671
Despesas pagas antecipadamente	7	224.153	383.021
Outros créditos	8	149.801	167.755
		<u>3.211.015</u>	<u>3.209.744</u>
<u>ATIVO NÃO CIRCULANTE</u>		<u>5.851.549</u>	<u>5.770.868</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	5	297.458	292.594
Tributos a compensar	6	1.076.096	1.104.849
Rendas a receber	29	4.189	4.413
Depósitos vinculados a litígios		186.421	186.071
Despesas pagas antecipadamente	7	220.019	129.435
Outros créditos	8	393.727	420.050
		<u>2.177.910</u>	<u>2.137.412</u>
Investimentos	9	16.449	12.249
Imobilizado	10	3.498.166	3.459.072
Intangível	11	159.024	162.135
Diferido		-	-
		<u>9.062.564</u>	<u>8.980.612</u>

LIGHT SESA
BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO
(Em milhares de reais)

PASSIVO

	<u>Notas</u>	<u>31/3/2009</u>	<u>31/12/2008</u>
<u>CIRCULANTE</u>			
Fornecedores	12	504.732	462.225
Folha de pagamento		1.669	2.506
Tributos	6	126.539	180.699
Empréstimos, Financiamentos e Encargos Financeiros	13	149.261	115.147
Debêntures e Encargos Financeiros	14	69.413	61.523
Dividendos a pagar	21	481.564	481.564
Obrigações estimadas		59.331	51.314
Encargos regulatórios - Contribuições do Consumidor	15	107.769	126.046
Provisão para contingências	16	2.237	2.237
Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados	18	92.618	86.589
Outros débitos	17	440.897	506.215
		<u>2.036.030</u>	<u>2.076.065</u>
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>		<u>4.272.545</u>	<u>4.306.006</u>
<u>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</u>			
Fornecedores	12		-
Empréstimos, Financiamentos e Encargos Financeiros	13	1.011.682	1.035.964
Debêntures e Encargos Financeiros	14	920.911	945.549
Tributos	6	327.842	324.743
Provisão para contingências	16	1.004.231	992.460
Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados	18	912.781	932.809
Outros débitos	17	95.098	74.481
		<u>4.272.545</u>	<u>4.306.006</u>
<u>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</u>		<u>-</u>	<u>-</u>
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
Capital social	20	2.082.362	2.082.362
Reservas de Capital		5.341	5.341
Reserva de Lucro	20	508.902	508.902
Adiantamento para Futuro Aumento Capital		1.936	1.936
Lucro (Prejuízos acumulados)		155.448	-
		<u>2.753.989</u>	<u>2.598.541</u>
		<u>9.062.564</u>	<u>8.980.612</u>

LIGHT SESA
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
(Em milhares de reais)

	Notas	01/01/2009 a 31/03/2009	01/01/2008 a 31/03/2008
RECEITA OPERACIONAL			
Fornecimento de energia elétrica	22	2.101.390	1.821.474
Suprimento de energia elétrica	22	-	1.958
Outras receitas	23	141.072	147.871
		<u>2.242.462</u>	<u>1.971.303</u>
Deduções à receita operacional			
ICMS		(563.965)	(498.457)
Encargos do consumidor	24	(187.637)	(116.113)
PIS/ COFINS		(120.014)	(121.764)
Outros		(1.091)	(1.027)
		<u>(872.707)</u>	<u>(737.361)</u>
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA		<u>1.369.755</u>	<u>1.233.942</u>
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA			
Energia comprada para revenda	27	(869.113)	(785.649)
		<u>(869.113)</u>	<u>(785.649)</u>
CUSTO DE OPERAÇÃO			
Pessoal	26	(29.777)	(30.595)
Materiais	26	(3.157)	(2.976)
Serviços de terceiros	26	(23.214)	(25.171)
Depreciações e amortizações	26	(61.905)	(63.801)
Outras	26	(3.358)	(3.012)
		<u>(121.411)</u>	<u>(125.555)</u>
LUCRO OPERACIONAL BRUTO		379.231	322.738
DESPESAS OPERACIONAIS			
Com vendas	26	(75.853)	(76.991)
Gerais e administrativas	26	(60.708)	(73.652)
		<u>(136.561)</u>	<u>(150.643)</u>
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL		<u>-</u>	<u>-</u>
RECEITA (DESPESA) FINANCEIRA			
Receita		50.902	62.910
Despesa	28	(70.584)	(134.621)
	28	<u>(19.682)</u>	<u>(71.711)</u>
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Receita		6.114	19.349
Despesa		(833)	(1.473)
		<u>5.281</u>	<u>17.876</u>
RESULTADO OPERACIONAL		228.269	118.260
Receita não operacional		-	-
Despesa não operacional		-	-
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		<u>-</u>	<u>-</u>
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS E PARTICIPAÇÕES		<u>228.269</u>	<u>118.260</u>
Imposto de renda e contribuição social	6	(66.185)	(35.546)
LUCRO/(PREJUÍZO) ANTES DAS PARTICIPAÇÕES		<u>162.084</u>	<u>82.714</u>
Participações		(6.636)	(7.214)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>155.448</u>	<u>75.500</u>
Lucro/(Prejuízo) por ação - R\$		<u>0.00076</u>	<u>0.00037</u>
Nº ações		<u>203.933.778.011</u>	<u>203.462.739.011</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ÍNDICE

1. CONTEXTO OPERACIONAL
2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
3. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS
4. DISPONIBILIDADES
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS (CLIENTES)
6. TRIBUTOS
7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE
8. OUTROS CRÉDITOS
9. INVESTIMENTOS
10. ATIVO IMOBILIZADO
11. ATIVO INTANGÍVEL
12. FORNECEDORES
13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS FINANCEIROS
14. DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS
15. ENCARGOS REGULATÓRIOS – CONTRIBUIÇÕES DO CONSUMIDOR
16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS
17. OUTROS DÉBITOS
18. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS
19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
21. DIVIDENDOS
22. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA
23. OUTRAS RECEITAS
24. ENCARGOS DO CONSUMIDOR (DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL)
25. OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA REALIZADAS NO ÂMBITO DA CCEE
26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS
27. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA
28. RESULTADO FINANCEIRO
29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
30. SEGUROS
31. REVISÃO TARIFÁRIA
32. EVENTOS SUBSEQUENTES

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EM 31 DE MARÇO DE 2009
(Valores expressos em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A LIGHT - Serviços de Eletricidade S.A, sociedade por ações de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, cuja concessão foi efetivada em julho de 1996 e o vencimento será em julho de 2026.

Sua área de atuação abrange 31 municípios no Estado do Rio de Janeiro, incluindo a capital, atendendo a cerca de 3,8 milhões de unidades consumidoras faturadas, correspondentes a uma população de cerca de 10 milhões de pessoas (dados não revisados pelos auditores independentes). A energia elétrica requerida para atendimento a seu mercado é adquirida da Eletrobrás (Itaipu Binacional), em Leilões de Energia Existente, da UTE Norte Fluminense e do PROINFA.

Em 05 de setembro de 2005, em atendimento à Lei nº 10.848/2004, foi aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Resolução Autorizativa nº. 307/2005, o projeto de reorganização societária em que a Light S.A. passou a ser a controladora de todas as empresas operacionais e não operacionais do Grupo Light.

2. APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As Informações Trimestrais estão apresentadas em milhares de reais e outras moedas, exceto se indicado de outra forma, inclusive as notas explicativas, e foram elaboradas (i) de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tendo atendido de forma integral todos os conceitos introduzidos pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, (ii) em conformidade com as normas definidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), (iii) tendo como base os pronunciamentos e as orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") (iv) em conformidade com as normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL e, (v) segundo o Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica.

Estas informações trimestrais - ITR foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2008, publicadas na imprensa oficial em 3 de março de 2009. Dessa forma, estas informações trimestrais devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras anuais.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As Informações Trimestrais estão apresentadas somente para a controladora, uma vez que, em conformidade com a Deliberação CVM nº 534 de 29 de janeiro de 2008, que trata dos efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis, as operações da controlada no exterior estão apresentadas diretamente nas demonstrações financeiras da controladora.

As Informações Trimestrais de 31 de março de 2008 foram reclassificadas, quando aplicável, para fins de comparabilidade, conforme abaixo relacionado:

	Publicado	Reclassificação PLR	Ajustes Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08	Ajustado
<u>Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos</u>				
Despesas de Pessoal	(35.140)	4.545	-	(30.595)
Depreciação e Amortização	(66.796)	-	2.995	(63.801)
<u>Despesas/ Receitas Operacionais</u>				
Despesas com Vendas	(77.496)	505	-	(76.991)
Despesas Gerais e Administrativas	(74.441)	2.164	(1.375)	(73.652)
Despesas Financeiras	(136.641)	-	2.020	(134.621)
Outras Receitas Operacionais	-	-	19.349	19.349
Outras Despesas Operacionais	-	-	(1.473)	(1.473)
<u>Resultado Não Operacional</u>				
Receitas	19.349	-	(19.349)	-
Despesas	(1.473)	-	1.473	-
<u>IR Diferido</u>	11.231	-	(1.238)	9.993
<u>Participações/Contribuições Estatutárias</u>				
Participações	-	(7.214)	-	(7.214)

(i) Para fins de melhor apresentação, as participações de empregados e administradores foram classificadas como resultado de participações, após a linha do imposto de renda.

(ii) Na elaboração das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida provisória nº 449/08. As informações trimestrais de 31 de março de 2008, ora apresentadas, também foram ajustadas para refletir as mudanças decorrentes da adoção da Lei nº 11.638/07 e CPC's emitidos em 2008, permitindo, dessa forma, a comparabilidade do resultado dos trimestres, conforme conciliados abaixo:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/03/2008
Lucro líquido do trimestre sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (publicado)	73.098
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08:	
Ajustes a valor presente - Contas a receber	2.020
Diferido	1.620
Diferenças temporárias de IR e CSLL	(1.238)
Lucro líquido do trimestre de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 (ajustado)	75.500

3. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Ativos				
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias (nota 5)	52.507	67.977	-	-
Reajuste Tarifário - TUSD	52.507	67.977	-	-
Despesas Pagas Antecipadamente (nota 7)	220.946	381.624	216.399	125.071
Parcela "A" - (a)	56.837	131.910	-	-
CVA - (b)	146.061	222.245	216.399	125.071
Outros Regulatórios - (c)	18.048	27.469	-	-
TOTAL ATIVOS	273.453	449.601	216.399	125.071
Outros Débitos (nota 17)	(105.937)	(160.661)	(1.343)	(1.719)
CVA - (b)	(94.901)	(143.947)	(1.343)	(1.719)
Outros Regulatórios - (c)	(11.036)	(16.714)	-	-
TOTAL PASSIVOS	(105.937)	(160.661)	(1.343)	(1.719)
TOTAL GERAL	167.516	288.940	215.056	123.352

a) Racionamento:

As receitas das distribuidoras e geradoras de energia elétrica (energia livre) no período de racionamento foram recuperadas por meio da "Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE", cujo término para o faturamento de perda de receita da Light SESA ocorreu em fevereiro de 2008. Em junho de 2008, a Light SESA procedeu à baixa contábil dos itens de recomposição tarifária extraordinária, energia livre e suas respectivas provisões, sem impactar seu resultado.

Diante do término do prazo para faturamento da RTE (Perda de Receita), a Composição da Variação de Itens da "Parcela A" (período de 01 de janeiro de 2001 à 25 de outubro de 2001) passou a ser recuperada a partir de março de 2008 pelo prazo necessário para atingir o montante homologado pela ANEEL, conforme Ofício Circular Nº 267/04:

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ATIVO	Homologação: Resoluções Nº 482/02 e 001/04	Remuneração Acumulada	Total Acumulado 2009	Valor Amortizado até 2009	Saldo a Amortizar
	(1)	(2)	(3) = (1+2)	(4)	(5) = (3-4)
Parcela A (de 01/01/2001 a 25/10/2001)	125.695	247.299	372.994	316.157	56.837

b) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A – CVA

Registra as variações ocorridas no período e juros SELIC entre reajustes tarifários anuais dos valores de compra de energia; tarifa de transporte de energia elétrica proveniente de Itaipu; quota de recolhimento à Conta de Consumo de Combustíveis – CCC; Conta de Desenvolvimento Econômico – CDE; Encargos de Serviço do Sistema – ESS; Tarifa de Uso das Instalações de Transmissão Integrantes da Rede Básica e Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos – CFURH.

Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se aos valores já homologados pela ANEEL quando da revisão tarifária concluída em novembro de 2008, e os montantes registrados no não circulante representam a formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário.

Detalhamento da CVA

	Ativo			
	Circulante		Não circulante	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Detalhamento - CVA				
Conta de Consumo de Combustível - CCC	92.849	141.650	20.525	31.871
Transporte de Energia para a Rede Básica	3.173	4.830	4.282	2.756
PROINFIA	-	-	8.680	-
Custo de Aquisição de Energia	-	-	164.251	75.419
Encargo do Serviço do Sistema - ESS	48.308	73.145	17.812	14.200
Transporte de energia elétrica Itaipu	1.731	2.620	849	825
TOTAL - CVA	146.061	222.245	216.399	125.071

	Passivo			
	Circulante		Não circulante	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Detalhamento - CVA				
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(20.230)	(30.863)	(1.343)	(1.664)
PROINFIA	(2.065)	(3.150)	-	(55)
Custo de Aquisição de Energia	(72.606)	(109.934)	-	-
TOTAL - CVA	(94.901)	(143.947)	(1.343)	(1.719)

c) Outros Ativos/Passivos Regulatórios

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Componentes financeiros repassados na segunda revisão tarifária da Companhia, através da Resolução Homologatória nº 734, de 4 de novembro de 2008, conforme quadro abaixo:

	31/03/2009	31/12/2008	Valores Homologados 31/10/2008
Outros Ativos Regulatórios			
Ajuste Financeiro TUSD Geradoras	17.760	27.033	32.680
Garantias no Leilão (CCIR)	74	113	136
Conexão Fumas	115	174	210
Programa Luz para Todos	99	149	181
TOTAL	18.048	27.469	33.207

	31/03/2009	31/12/2008	Valores Homologados 31/10/2008
Outros Passivos Regulatórios			
Repasse da sobrecontratação de energia (art.38 do Dec 5.163/04)	(10.393)	(15.737)	(18.956)
Ajuste de fronteira	(643)	(977)	(1.182)
TOTAL	(11.036)	(16.714)	(20.138)

4. DISPONIBILIDADES

	31/03/2009	31/12/2008
Numerário disponível	11.578	38.264
Aplicações financeiras	587.170	418.255
Total	598.748	456.519

			31/03/2009	31/12/2008
Aplicações financeiras:	<u>Taxa</u>	<u>Vencimento</u>		
Overnight	-	Diário	984	992
CDB	CDI	Diário	586.165	417.241
Fundos de investimento financeiro	CDI	Diário	21	22
Total			587.170	418.255

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS (CLIENTES)

	31/03/2009	31/12/2008
CIRCULANTE		
Fornecimento faturado	1.710.218	1.729.885
Fornecimento não faturado	289.296	260.361
Parcelamento de débitos (a)	153.435	140.874
	2.152.949	2.131.120
Suprimento e encargos de uso da rede elétrica	22.741	22.099
Créditos a recuperar na tarifa (nota 3)	52.507	67.977
	75.248	90.076
	2.228.197	2.221.196
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (b)	(759.939)	(901.290)
	1.468.258	1.319.906
NÃO CIRCULANTE		
Parcelamento de débitos (a)	297.458	292.594
	297.458	292.594

a) Os saldos de parcelamentos de débitos encontram-se ajustados a valor presente, quando aplicável, conforme Lei nº 11.638/07. O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação de renegociação de dívida dos consumidores (parcelamento de débitos), com base na taxa de juros que reflete o prazo e o risco de cada transação, sendo em média 1% a.m..

b) No primeiro trimestre de 2009 foram efetuadas baixas de clientes incobráveis no montante de R\$201.516.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e está em conformidade com as instruções da ANEEL a seguir resumidas:

Clientes com débitos relevantes (grandes clientes):

- Análise individual de saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais – vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais – vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poder público, iluminação pública, serviços públicos e outros – vencidos há mais de 360 dias

Os saldos vencidos e a vencer relativos ao fornecimento faturado de energia elétrica e ao parcelamento de débitos estão distribuídos da seguinte forma:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/03/2009			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	162.368	180.940	686.322	1.029.630
Industrial	23.402	23.246	193.259	239.907
Comercial	126.899	65.223	180.458	372.580
Rural	566	342	546	1.454
Poder Público	41.057	26.479	100.200	167.736
Iluminação Pública	11.916	3.211	37.274	52.401
Serviço Público	282.210	4.895	10.298	297.403
Fornecimento Faturado e parcelamentos (Circulante e não circulante)	648.418	304.336	1.208.357	2.161.111

	31/12/2008			
	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total
Residencial	187.010	135.907	758.851	1.081.768
Industrial	27.127	17.671	196.919	241.717
Comercial	130.691	38.719	177.802	347.212
Rural	584	272	531	1.387
Poder Público	27.355	19.330	95.172	141.857
Iluminação Pública	12.239	2.822	35.967	51.028
Serviço Público	274.160	2.544	21.680	298.384
Fornecimento Faturado e parcelamentos (Circulante e não circulante)	659.166	217.265	1.286.922	2.163.353

6. TRIBUTOS

	Ativo		Passivo	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
CIRCULANTE				
Créditos fiscais - IRPJ e CSLL (a)	204.770	104.062	-	-
IRRF	9.540	9.540	2	1
IRPJ e CSLL diferidos (b)	243.678	270.493	-	-
ICMS a Compensar (e)	120.046	121.015	-	-
ICMS a Pagar	-	-	33.397	13.643
PIS/COFINS (f)	76.651	103.140	54.741	48.324
PIS/COFINS - parcelamento PAES (Refis II) (c)	-	-	2.449	2.701
INSS - parcelamento PAES (Refis II) (c)	-	-	8.361	8.272
Antecipação de IRPJ / CSLL	23.630	189.470	-	-
Provisão de IRPJ / CSLL	-	-	20.650	98.872
Outros	13.465	13.405	6.939	8.886
TOTAL	691.780	811.125	126.539	180.699
NÃO CIRCULANTE				
IRPJ e CSLL diferidos (b)	1.013.775	1.032.494	-	-
IRPJ e CSLL diferidos - ganhos de capital	-	-	-	-
ICMS (e)	62.321	72.355	-	-
IRPJ e CSLL - Lucros no exterior não realizados (d)	-	-	292.710	286.337
PIS/COFINS - parcelamento PAES (Refis II) (c)	-	-	7.959	9.455
INSS - parcelamento PAES (Refis II) (c)	-	-	27.173	28.951
TOTAL	1.076.096	1.104.849	327.842	324.743

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- a) Refere-se a créditos fiscais a compensar provenientes de restituições de aplicações financeiras e órgãos públicos. A variação de valor refere-se à atualização mensal feita pela taxa SELIC no valor de R\$5.238, e à constituição de novos créditos no montante de R\$95.470.
- b) Para fundamentar a ativação dos créditos fiscais diferidos, a Light SESA efetuou estudos técnicos de viabilidade, aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal, com base nas projeções elaboradas em dezembro de 2008, as quais indicaram a sua recuperação em até 11 anos. A constituição do crédito fiscal contempla o montante recuperável em até 10 anos, como definido na Instrução CVM nº371/02, e no pressuposto da não prescrição pelo Regulamento do IRPJ, motivo pelo qual a Companhia possui uma provisão para não recuperação no montante de R\$118.462.

Os impostos diferidos foram constituídos no pressuposto de realização futura considerando:

- (i) Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL - serão compensados no limite de 30% ao ano, nas bases apuradas dos próximos exercícios fiscais.
- (ii) Diferenças temporárias - a realização ocorrerá por ocasião do pagamento ou reversão das provisões e/ou da efetiva perda dos créditos de liquidação duvidosa (PCLD).

A composição dos ativos diferidos é:

	31/03/2009	31/12/2008
ATIVO E PASSIVO - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE		
IRPJ e CSLL base negativa	761.828	770.681
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	252.863	300.922
Provisão para participação nos lucros e resultados	13.544	11.288
Provisões para contingências trabalhistas	53.926	56.007
Provisões para contingências fiscais	142.018	136.060
Provisões para contingências cíveis	94.877	94.932
Outras provisões	56.859	51.559
	1.375.915	1.421.449
(-) Provisão para recuperação	(118.462)	(118.462)
Total - Light SESA	1.257.453	1.302.987

- c) Programa de Parcelamento Especial - PAES (REFIS II) - Em 31 de março de 2009, 69 parcelas foram quitadas pela Light SESA de um total de 120 parcelas. O valor das

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

parcelas foi calculado a partir do total da dívida pelo prazo de parcelamento, sendo atualizado com base na variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP.

d) Em 20 de fevereiro de 2003, foi impetrado Mandado de Segurança nº 2003.51.01.005514-8 com pedido de liminar, a fim de que a Companhia não fosse compelida ao recolhimento do IRPJ e da CSLL incidentes sobre:

(i) os lucros auferidos pelas empresas LIR Energy Limited (LIR) e Light Overseas Investment Limited (LOI) antes de sua efetiva disponibilização, afastando a aplicação da regra prevista no parágrafo único do artigo 74 da Medida Provisória nº 2.158-35, de 24/08/2001 (MP 2.158-35), relativamente aos períodos de 1996 a 2001;

(ii) os lucros auferidos pelas empresas LIR e LOI antes de sua efetiva disponibilização, não se aplicando a regra prevista no artigo 74, *caput*, da MP 2.158-35/01, relativamente ao ano-calendário de 2002 e seguintes.

A Light SESA obteve liminar, a qual permanece em vigor, uma vez que o Recurso de Apelação interposto pela Light contra a sentença denegatória da segurança foi recebido no duplo efeito (devolutivo e suspensivo), assegurado, inclusive, por decisão definitiva do STJ. No mérito, aguarda-se julgamento do Recurso de Apelação.

Com base nesta decisão judicial, a Light SESA suspendeu o pagamento do Imposto de Renda e da Contribuição Social, incidentes sobre o lucro tributável de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, apurado em virtude da adição, à base de cálculo destes tributos, dos lucros auferidos pelas empresas situadas no exterior. O montante provisionado em 31 de março de 2009 é de R\$292.710 (R\$286.337 em 31 de dezembro de 2008).

Como parte do processo de extinção da LOI efetuado em 2008, conforme determinação da ANEEL, a Companhia efetuou a liquidação de todos os seus Ativos e Passivos e distribuiu dividendos no montante total de US\$105.976, correspondente a R\$176.400, sendo R\$130.836 em março de 2008 e R\$45.564 em abril de 2008. A distribuição de dividendos configura-se como disponibilização de lucros para fins de tributação de IRPJ e CSLL, cujo montante apurado e pago correspondeu a R\$31.139 em março de 2008 e R\$10.844 em abril de 2008.

e) O montante de recuperação de ICMS em 31 de março de 2009 inclui R\$62.500 (R\$72.011 em 31 de dezembro de 2008) de créditos provenientes das renegociações da dívida da CEDAE ocorridas em julho e dezembro de 2006.

f) Inclui créditos fiscais a compensar provenientes de retificação das bases de cálculo do PIS e da COFINS do período compreendido entre fevereiro/04 e abril/08 em função da

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

utilização de alguns encargos setoriais como dedução da base de cálculo destes tributos. Em relação ao período de novembro/05 a abril/08 o montante referente aos créditos apurados está sendo repassado aos consumidores. E está registrado na rubrica de Outros Débitos no montante de R\$33.446 (R\$46.893 em 31 de dezembro de 2008) - vide Nota Explicativa nº 17.

Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para imposto de renda e contribuição social:

	31/03/2009	31/03/2008
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social (LAIR)	228.269	118.260
Participação nos lucros	(6.636)	(7.214)
Lucro ajustado base para tributação	221.633	111.046
Alíquota combinada de imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas pela legislação vigente	(75.355)	(37.756)
Efeito de imposto de renda e contribuição social s/ as adições e exclusões permanentes	(2.600)	(1.785)
Efeito de imposto de renda e contribuição social s/ equivalência patrimonial	11.764	3.989
Diferença entre bases de cálculo - IRPJ e CSLL	6	6
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(66.185)	(35.546)
IRPJ e CSLL corrente no resultado	(20.650)	(45.539)
IRPJ e CSLL diferido no resultado	(45.535)	9.993
	(66.185)	(35.546)

IRPJ e CSL diferidos ativos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa da CSL

7. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	31/03/2009	31/12/2008
CIRCULANTE		
CVA (nota 3)	146.061	222.245
Componentes financeiros - IRT (nota 3)	18.048	27.469
Acordo geral do setor elétrico - Parcela "A" (nota 3)	56.837	131.910
Outros	3.207	1.397
Total	224.153	383.021
NÃO CIRCULANTE		
CVA (nota 3)	216.399	125.071
Outros	3.620	4.364
Total	220.019	129.435

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. OUTROS CRÉDITOS

	31/03/2009	31/12/2008
CIRCULANTE		
Crédito baixa renda	167	1.045
Adiantamento a Fornecedor e Empregados	16.935	10.828
Assunção de Dívida - Light Energia	48.414	40.509
Contribuição Iluminação Pública	23.512	25.740
Aluguéis de Imóveis	316	89
Subvenção Baixa Renda (a)	17.474	49.926
Dispêndios a Reembolsar	19.050	13.360
Outros	23.933	26.258
Total	149.801	167.755
NÃO CIRCULANTE		
Provisão CVA (b)	-	13.329
Assunção de Dívida - Light Energia	385.857	394.487
Bens e Direitos Destinados a Alienação	7.231	11.595
Outros	639	639
Total	393.727	420.050

- a) Refere-se a créditos de subsídios baixa renda homologados pela ANEEL no primeiro trimestre de 2009 e que estão pendentes de recebimento.
- b) Refere-se aos valores apurados no mês corrente e que serão transferidos para o Ativo Regulatório quando do efetivo desembolso de caixa.

9. INVESTIMENTOS

	31/03/2009	31/12/2008
Avaliados por custo (corrigido até 31 de dezembro de 1995, quando aplicável):	3.796	3.796
Bens de Renda	11.297	7.097
Outros	1.356	1.356
Total	16.449	12.249

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

10. ATIVO IMOBILIZADO

IMOBILIZADO ATIVIDADE:	31/03/2009		31/12/2008	
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	6.061.918	(2.953.566)	3.108.352	3.128.891
Administração	250.831	(152.586)	98.245	100.785
Comercialização	36.229	(21.814)	14.415	14.921
Em Serviço	6.348.978	(3.127.966)	3.221.012	3.244.597
Distribuição	390.302	-	390.302	328.783
Administração	43.549	-	43.549	41.363
Comercialização	1.488	-	1.488	1.631
Em Curso	435.339	-	435.339	371.777
Total da Imobilização	6.784.317	(3.127.966)	3.656.351	3.616.374
Obrigações Especiais Vinculados à Concessão (a)	(158.185)	-	(158.185)	(157.302)
Total do Imobilizado Líquido	6.626.132	(3.127.966)	3.498.166	3.459.072

- a) O saldo de obrigações especiais é proveniente da participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, de verbas federais, estaduais e municipais, para execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica.

	31/03/2009	31/12/2008
Reserva para reversão	-	-
Contribuição do consumidor	111.398	109.035
Depreciação de Contribuição do Consumidor	(1.697)	(702)
Doações/subvenções destinadas a investimentos	37.611	37.639
Depreciação de Doações/subvenções destinadas a investimentos	(602)	(253)
Pesquisa e Desenvolvimento	11.662	11.662
Depreciação de Pesquisa e Desenvolvimento	(187)	(79)
Total	158.185	157.302

Conforme Resolução Normativa ANEEL nº 234, as obrigações especiais vinculadas à concessão devem ser amortizadas às mesmas taxas de depreciação do imobilizado, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica. Desta forma, a taxa média de amortização das obrigações especiais é 3,5%, e foi apurada levando-se em consideração as unidades de cadastro da atividade de distribuição.

- (i) A controlada Light SESA não possui em seu acervo, bens e direitos em uso de propriedade da União.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(ii) O imobilizado em curso inclui os estoques de materiais destinados a projetos, cujo montante em 31 de março de 2009 totalizava R\$69.437 (R\$53.463 em 31 de dezembro de 2008) e uma provisão para desvalorização de estoque de R\$1.488 (R\$1.488 em 31 de dezembro de 2008).

(iii) Foi incorporado ao Ativo Imobilizado no período de 3 meses findo em 31 de março de 2009, a título de capitalização de parcelas de gastos com a administração central, o montante de R\$3.822 (R\$4.206 em 31 de março de 2008), registrado por transferência e em contrapartida ao resultado do período no grupo de gastos operacionais – despesas gerais e administrativas.

11. ATIVO INTANGÍVEL

INTANGÍVEL ATIVIDADE	31/03/2009		31/12/2008	
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Intangível				
Distribuição	183.368	(157.482)	25.886	25.953
Administração	73.502	(52.360)	21.142	12.000
Comercialização	163.496	(93.837)	69.659	75.940
Em Serviço	420.366	(303.679)	116.687	113.893
Distribuição	13.608	-	13.608	13.091
Administração	28.283	-	28.283	34.723
Comercialização	446	-	446	428
Em Curso	42.337	-	42.337	48.242
Total Intangível Líquido	462.703	(303.679)	159.024	162.135

A Companhia registra *Softwares* em seu intangível, depreciando a uma taxa de 20% a.a e *Servidão de Passagem*, que não possui depreciação por se tratar do direito de uso de uma faixa de terreno, normalmente associado a uma Linha de Transmissão e Distribuição.

12. FORNECEDORES

CIRCULANTE	31/03/2009	31/12/2008
Moeda estrangeira – repasse Itaipu	118.177	111.737
UTE Norte Fluminense	81.393	81.595
Encargos de uso da rede elétrica	44.465	42.519
Comercialização no âmbito de CCEE (nota 25)	36.268	13.117
Encargos do serviço do sistema	2.216	2.216
Leilões de energia	130.871	112.047
Outros	6.611	6.611
	420.001	369.842
Materiais e serviços	84.731	92.383
Total	504.732	462.225

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS FINANCEIROS

Financiador	Data de Assinatura	31/03/2009				Moeda/ Índice	Taxa de juros a.a.	Data base 31/03/2009			
		Principal		Encargos				PR	Forma de pagamento	Início	Término
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante						
TN - Par Bond	29/04/1996	-	90.106	2.561	-	US\$	6%	1	Única	2024	2024
TN - Caução - Par Bond	29/04/1996	-	(54.836)	-	-	US\$	US Treasury	1	Única	2024	2024
TN - Discount Bond	29/04/1996	-	62.873	1.590	-	US\$	Libor + 13/16	1	Única	2024	2024
TN - Caução - Discount Bond	29/04/1996	-	(37.835)	-	-	US\$	US Treasury	1	Única	2024	2024
TN - Flirt	29/04/1996	1.148	-	29	-	US\$	Libor + 13/16	1	Semestral	2003	2009
TN - C. Bond	29/04/1996	7.659	24.466	1.583	-	US\$	8%	11	Semestral	2004	2014
TN - Debit. Conv.	29/04/1996	8.579	21.447	768	-	US\$	Libor + 7/8	7	Semestral	2004	2012
TN - New Money	29/04/1996	1.131	-	29	-	US\$	Libor + 7/8	1	Semestral	2001	2009
TN - Bib	26/04/1996	278	975	3	-	US\$	6%	9	Semestral	1999	2013
BNDDES - Importação	27/03/1998	1.777	148	7	-	UMRNDDES	Cesta BNDDES + 4%	13	Mensal	2000	2010
Societe Generale II	20/07/2000	4.358	-	49	-	US\$	Libor + 0.65%	2	Semestral	2003	2009
KfW III - Tranche A/B/C	03/11/2000	3.029	1.914	25	-	US\$	Libor + 0.65%	2	Semestral	2003	2010
Moeda Estrangeira		26.959	119.258	6.644	-						
Eletrobrás	Diversas	5.706	2.780	248	-	UTIR	5% a.a.	entre 2 e 120	Mensal / Trimestral		2013 a 2017
CCB Bradesco	18/10/2007	-	450.000	26.822	-	CDI	CDI + 0.85%	10	Anual	2012	2017
BNDDES - FINEM	05/11/2007	79.921	359.644	1.778	-	TJLP	TJLP + 4,3% a.a.	66	Mensal	2009	2014
ABN Amro	27/08/2008	-	80.000	927	-	CDI	CDI + 0.95%	4	Semestral	2009	2010
RGR		-	-	256	-						
Finanças bancárias diversas		-	-	256	-						
Moeda Nacional		85.627	892.424	30.031	-						
SWAP		-	-	-	-						
Total Geral		112.586	1.011.682	36.675	-						

TN - Tesouro Nacional

PR - Parcelas Restantes

Financiador	Data de Assinatura	31/12/2008				Moeda/ índice	Taxa de juros a.a.	Data base 31/12/2008			
		Principal		Encargos				PR	Forma de pagamento	Início	Término
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante						
TN - Par Bond	29/04/1996	-	90.955	1.175	-	US\$	6%	1	Única	2024	2024
TN - Caução - Par Bond	29/04/1996	-	(43.507)	-	-	US\$	US Treasury	1	Única	2024	2024
TN - Discount Bond	29/04/1996	-	63.465	511	-	US\$	Libor + 13/16	1	Única	2024	2024
TN - Caução - Discount Bond	29/04/1996	-	(30.519)	-	-	US\$	US Treasury	1	Única	2024	2024
TN - Flirt	29/04/1996	1.159	-	9	-	US\$	Libor + 13/16	1	Semestral	2003	2009
TN - C. Bond	29/04/1996	7.731	34.791	726	-	US\$	8%	11	Semestral	2004	2014
TN - Debit. Conv.	29/04/1996	8.659	21.649	348	-	US\$	Libor + 7/8	7	Semestral	2004	2012
TN - New Money	29/04/1996	1.142	-	9	-	US\$	Libor + 7/8	1	Semestral	2001	2009
TN - Bib	26/04/1996	281	1.124	26	-	US\$	6%	10	Semestral	1999	2013
BNDDES - Importação	27/03/1998	1.791	597	9	-	UMRNDDES	Cesta BNDDES + 4%	16	Mensal	2000	2010
Societe Generale II	20/07/2000	4.399	-	10	-	US\$	Libor + 0.65%	2	Semestral	2003	2009
KfW III - Tranche A/B/C	03/11/2000	2.048	1.932	1	-	US\$	Libor + 0.65%	4	Semestral	2003	2010
Moeda Estrangeira		27.210	140.487	2.724	-						
Eletrobras	Diversas	7.695	3.105	3	-	CFR	5% a.a.	entre 2 e 120	Mensal / Trimestral		2013 a 2017
CCB Bradesco	18/10/2007	-	450.000	14.014	-	CDI	CDI + 0.85%	10	Anual	2012	2017
BNDDES - FINEM	05/11/2007	57.217	362.372	1.832	-	TJLP	TJLP + 4,3% a.a.	66	Mensal	2009	2014
ABN Amro	27/08/2008	-	80.000	3.919	-	CDI	CDI + 0.95%	4	Semestral	2009	2010
RGR	-	-	-	246	-	-	-	-	-	-	-
Finanças bancárias diversas	-	-	-	246	-	-	-	-	-	-	-
Moeda Nacional		64.915	895.477	20.298	-						
SWAP		-	-	-	-						
Total Geral		92.125	1.035.962	23.022	-						

TN - Tesouro Nacional

PR - Parcelas Restantes

Os empréstimos estão garantidos por cauções no montante de R\$31.244, aval da Light S.A. e recebíveis no montante aproximado de R\$57.269.

As parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros):

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/03/2009			31/12/2008		
	Moeda Nacional	Moeda estrangeira	Total	Moeda Nacional	Moeda estrangeira	Total
2009	65.312	26.376	91.688	-	-	-
2010	20.315	583	20.898	64.915	27.210	92.125
Total (circulante)	85.627	26.959	112.586	64.915	27.210	92.125
2010	140.728	18.439	159.167	157.409	19.201	176.610
2011	80.395	16.516	96.911	76.760	16.672	93.432
2012	155.394	12.227	167.621	151.760	12.342	164.102
2013	155.381	7.938	163.319	151.747	8.012	159.759
2014	135.185	3.829	139.014	132.459	3.866	136.325
após 2014	225.341	60.309	285.650	225.342	80.394	305.736
Total (não circulante)	892.424	119.258	1.011.682	895.477	140.487	1.035.964
Total (circulante e não circulante)	978.051	146.217	1.124.268	960.392	167.697	1.128.089

A variação percentual das principais moedas estrangeiras e dos principais indicadores, base de atualização de empréstimos, financiamentos e debêntures, teve o seguinte comportamento para os exercícios:

	1º Trimestre	
	2009 - %	2008 - %
USD	(0,93)	(1,25)
EUR	(4,94)	5,83
UMBNDEN	(0,79)	(0,64)
IGP-M	(0,92)	2,38
CDI	2,89	2,58
SELIC	2,90	2,60

Covenants

A captação CCB Bradesco, o empréstimo com o ABN Amro e o BNDES FINEM, classificados no circulante e não circulante, prevêm a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. No trimestre findo em 31 de março de 2009, a Companhia atingiu todos os indicadores requeridos contratualmente.

14. DEBÊNTURES E ENCARGOS FINANCEIROS

Financiador	Data de Assinatura	31/03/2009				Moeda/ índice	Taxa de Juros	Data base 31/03/2009			
		Principal (1)		Encargos				PR	Forma de pagamento	Início	Término
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante						
BNDES - Debêntures 1ª Emissão	16/02/1998	15.281	-	362	-	TH.P	TH.P + 4% a.a.	2	Semestral	2000	2010
Debêntures 4ª Emissão	31/06/2005	14	108	-	-	TH.P	TH.P + 4% a.a.	72	Mensal	2009	2015
Debêntures 5ª Emissão	22/01/2007	30.721	920.806	23.035	-	CDI	CDI + 1,50%	20	Trimestral	2008	2014
Moeda Nacional		46.016	930.911	23.397	-						

PR - Parcelas Restantes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Financiador	Data de Assinatura	31/12/2008				Moeda/ Índice	Taxa de Juros	Data base 31/12/2008			
		Principal (1)		Encargos				PR	Forma de pagamento	Início	Término
		Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante						
RNDEs - Debêntures 1ª Emissão	16/02/1998	15.257	7.666	1.143	-	TJLP	TJLP + 4% a.a.	3	Semestral	2000	2010
Debêntures 4ª Emissão	30/06/2005	8	110	-	-	TJLP	TJLP + 4% a.a.	72	Mensal	2009	2015
Debêntures 5ª Emissão	22/01/2007	18.311	937.773	26.804	-	CDI	CDI + 1.50%	21	Trimestral	2008	2014
Moeda Nacional		33.576	945.549	27.947	-						

PR - Parcelas Restantes

As parcelas relativas ao principal das debêntures têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros):

	Moeda Nacional	
	31/03/2009	31/12/2008
2009	21.286	33.576
2010	24.730	-
Total (Circulante)	46.016	33.576
2010	51.180	75.915
2011	68.238	68.234
2012	198.240	198.241
2013	268.231	268.241
2014	335.010	334.916
após 2014	12	2
Total (Não Circulante)	920.911	945.549
Total	966.927	979.125

Covenants

A 5ª Emissão de Debêntures, classificada no circulante e não circulante prevê a manutenção de indicadores de endividamento e cobertura de juros. No trimestre findo em 31 de março de 2009, a Companhia atingiu todos os indicadores requeridos contratualmente.

15. ENCARGOS REGULATÓRIOS – CONTRIBUIÇÕES DO CONSUMIDOR

	31/03/2009	31/12/2008
CIRCULANTE		
Quota da conta de consumo de combustível – CCC	8.811	24.895
Quota de recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	17.173	16.638
Quota de reserva global de reversão – RGR	5.741	5.741
Encargos de capacidade e aquisição emergencial	76.044	78.772
	107.769	126.046

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Light SESA possui processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível em diversas instâncias processuais. A Administração reavalia periodicamente os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus assessores legais, vem constituindo provisão para os riscos cujas chances de um desfecho desfavorável são consideradas prováveis. Além disso, não registra os ativos das demandas com possibilidade de ganho, por serem considerados incertos.

As provisões para contingências estão compostas da seguinte forma:

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008
Trabalhistas	597	597	158.008	164.128
Cíveis	-	-	257.067	257.507
Fiscais	-	-	511.232	493.823
Outros	1.640	1.640	77.924	77.002
Total	2.237	2.237	1.004.231	992.460

	Passivo				Ativo	
	Saldo em 31/12/2008	Adições	Baixas	Reversões	Saldo em 31/03/2009	Depósitos judiciais
		Atualização	Pagamentos			
Trabalhistas	164.128	-	(3.628)	(2.492)	158.008	37.102
Cíveis	257.507	11.166	(11.606)	-	257.067	23.199
Fiscais	493.823	17.416	(7)	-	511.232	9.716
Outros	77.002	1.536	(63)	(551)	77.924	-
Total	992.460	30.118	(15.304)	(3.043)	1.004.231	70.017

16.1 Contingências Trabalhistas

Existem 3.971 ações trabalhistas em andamento (4.088 em 31 de dezembro de 2008) nas quais a Companhia figura como reclamada. Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras, adicional de periculosidade, equiparação salarial, dano moral, responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados, diferença da multa de 40% do FGTS decorrente da correção por expurgos inflacionários.

Destaca-se que, em dezembro de 2007, a Companhia foi notificada para responder a ação civil pública movida pelo Ministério Público do Trabalho da 1ª Região, questionando a contratação de empresas para a prestação de serviços relacionados às suas atividades-meio e atividades-fim. A referida ação foi julgada procedente em 04 de abril de 2008. Houve decisão dando o efeito suspensivo ao Recurso Ordinário interposto pela Companhia. Em 25 de março de 2009, RO da Light foi conhecido e provido por unanimidade pela 8ª Câmara do TRT As chances de êxito da Companhia, nos recursos cabíveis, são consideradas pelos assessores como possíveis.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16.2 Contingências Cíveis

A Companhia figura como parte ré em aproximadamente 39.866 processos de natureza cível (38.593 em 31 de dezembro de 2008), sendo que 11.187 na justiça comum estadual e federal (Ações Cíveis), dentre as quais as que possuem pedidos no momento quantificáveis somam R\$609.132 (R\$629.734 em 31 de dezembro de 2008) e 28.679 ações que tramitam em Juizados Especiais Cíveis, envolvendo um valor total de pedidos no montante de R\$399.072 (R\$370.563 em 31 de dezembro de 2008).

Contingências Cíveis	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	31/03/2009	31/12/2008
a) Ações Cíveis	115.408	117.880
b) Juizado Especial Cível	33.001	33.783
c) Plano Cruzado	108.658	105.844
Total	257.067	257.507

- a) A provisão para as Ações Cíveis engloba processos quantificáveis, nos quais a Companhia é ré, e que possuem prognóstico de perda provável na avaliação dos respectivos advogados patronos. Grande parte das causas é relacionada a pleitos de danos materiais e morais, além de questionamentos de valores pagos por consumidores.

A Companhia possui, também, Ações Cíveis nas quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O valor, atualmente quantificável, referente às ações possíveis é R\$335.856 (R\$358.383 em 31 de dezembro de 2008).

A Companhia possui, ainda, Ações Cíveis Públicas e Populares, em que se discutem tarifa, taxas e encargos, contratos, equipamentos, plano cruzado, juros, dentre outros objetos. Em 31 de março de 2009, não era possível para a Administração estimar o valor envolvido em cada uma dessas ações em virtude da natureza, abrangência e necessidade de eventual liquidação dos respectivos pedidos.

Em 18 de novembro de 2008, a Companhia e alguns de seus administradores e acionistas tiveram ciência de Ação Popular movida no foro da capital do estado de Minas Gerais por uma pessoa física, em que se alegam, entre outros, irregularidades na compra do controle acionário da LIGHT SA. Os advogados que patrocinam a ação consideram remota a probabilidade de perda dessa ação.

- b) As ações de Juizado Especial Cível referem-se, em grande parte, a discussões quanto a

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

relações de consumo, tais como cobrança indevida, corte indevido, corte por inadimplência, problemas na rede, irregularidades diversas, reclamação de conta, reclamação de medidor e problemas na transferência de titularidade. Há um limite de 40 salários mínimos para as causas em trâmite perante o Juizado Especial Cível. O provisionamento é feito com base em média móvel do valor de condenação nos últimos 12 meses.

- c) Existem processos de natureza cível em que alguns consumidores industriais estão questionando na esfera judicial o reajuste de tarifas de energia elétrica aprovado em 1986 pelo DNAEE (Plano Cruzado).

16.3 Contingências Fiscais

As provisões constituídas para contingências fiscais estão compostas da seguinte forma:

Contingências Fiscais	Valor Provisionado (Perda Provável)	
	31/03/2009	31/12/2008
a) PIS/COFINS	217.156	214.237
b) PIS/COFINS – RGR e CCC	17.829	17.709
c) INSS – auto de infração	38.298	37.756
d) INSS – trimestralidade	94.440	92.677
e) Lei n.º 8.200	20.341	20.063
f) ICMS	88.039	76.610
g) Contribuição Social	27.318	27.076
h) CIDE	4.653	4.593
i) Outros	3.150	3.102
Total	511.224	493.823

- a) PIS/COFINS: A Companhia possuía dois processos judiciais discutindo a incidência de tais contribuições, nos moldes preconizados pela Lei nº 9.718/98, a seguir expostos:

No primeiro a Light SESA questionava as alterações impostas pela Lei em referência quanto (i) ao alargamento da base de cálculo dos referidos tributos e (ii) à majoração de alíquota da COFINS de 2% para 3%. No Recurso da Light SESA perante o STF foi proferida decisão definitiva, já transitada em julgado, em relação ao alargamento da base de cálculo, dando provimento ao Recurso, declarando-se a inconstitucionalidade do art. 3º, § 1º, da Lei nº 9.718/98, tendo havido a respectiva reversão da provisão no 2º trimestre de 2008 no montante de R\$432.358, em contrapartida à rubrica “despesa financeira”.

No segundo, a Light SESA alega a decadência da exigibilidade de parte dos valores demandados em Carta de Cobrança expedida pela Receita Federal em 31 de janeiro de 2007, tendo em vista o não lançamento do crédito fiscal por parte do Fisco Federal dentro do prazo legal. Foi obtida liminar suspendendo a cobrança, mantida pelo Tribunal Regional Federal e, atualmente, aguarda-se julgamento de recurso aos Tribunais Superiores. Quanto

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ao mérito, aguarda-se julgamento de 1ª instância, com prognóstico de perda possível segundo os assessores legais da Companhia.

Em 31 de março de 2009, o valor provisionado referente ao aumento da alíquota da COFINS de 2% para 3% é de R\$217.156 (R\$214.237 em 31 de dezembro de 2008).

b) PIS/COFINS – RGR e CCC: O saldo provisionado como contingência corresponde à parcela não incluída no parcelamento PAES em decorrência da discussão da aplicação da multa de ofício, a qual a Companhia, na esfera administrativa não logrou êxito, mas judicialmente, tem sentença favorável da qual aguarda julgamento do Recurso de Apelação da União. Incluiu-se também neste montante, a parcela correspondente à majoração da alíquota da COFINS, referente ao período de abril de 1999 à dezembro de 2000, que se encontra em discussão judicial.

c) INSS – auto de infração: Em dezembro de 1999 o INSS lavrou autos de infração cujas teses são as de responsabilidade subsidiária de retenções na fonte sobre serviços de empreiteiras e de incidência da contribuição sobre a participação dos empregados nos lucros. A variação de valor entre 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008 refere-se à atualização pela taxa SELIC.

d) INSS – trimestralidade: A Light SESA questiona a legalidade da Lei nº 7.787/89 que majorou a alíquota de contribuição previdenciária incidente sobre a folha de salários, entendendo que também alterou a base de cálculo das contribuições previdenciárias durante o período de julho a setembro de 1989. A partir de tutelas antecipadas deferidas, foram compensados os valores a recolher a título de contribuição previdenciária por parte da Companhia. A Administração constituiu a provisão, com base na opinião dos advogados, da totalidade do valor constante dos autos de infração lavrados pela fiscalização do INSS. A variação de valor entre 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008 refere-se à atualização pela taxa SELIC.

e) Lei nº 8.200: A provisão constituída refere-se ao aproveitamento integral das despesas de depreciação relativas aos exercícios de 1991 e 1992, deixando de se aplicar o inciso I do artigo 3º da Lei nº 8.200/91. O processo judicial foi julgado procedente em primeira e segunda instâncias, aguardando-se o julgamento de recurso da União pelo STF. A variação de valor entre 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008 refere-se à atualização pela taxa SELIC.

f) ICMS: A provisão constituída refere-se, principalmente, à discussão judicial sobre a aplicabilidade da Lei Estadual nº 3.188/99, que restringiu a forma de apropriação dos créditos de ICMS incidentes nas aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, exigindo que o creditamento fosse feito em parcelas, enquanto que tal restrição não era prevista na Lei Complementar nº 87/96. Existem outros autos de infração que são objeto de

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

contestação nos âmbitos administrativo e judicial. A variação de valor entre 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008 refere-se à atualização, feita anualmente em janeiro, pela UFIR.

g) Contribuição Social: A provisão constituída se refere a (i) dedução da base de cálculo da CSLL do valor pago a título de juros sobre o capital próprio aos acionistas no ano-calendário de 1996, em que a liminar foi deferida e a segurança concedida parcialmente, aguardando-se julgamento do recurso de apelação da União; e (ii) falta de adição, na base de cálculo da CSLL, dos valores relativos à provisão de PIS/COFINS que estavam com exigibilidade suspensa. Encerrada a esfera administrativa, foi ajuizada a Execução Fiscal, na qual a Companhia efetuou o depósito integral da quantia discutida, bem como opôs Embargos à referida Execução. A variação de valor entre 31 de março de 2009 e 31 de dezembro de 2008 refere-se à atualização pela taxa SELIC.

h) Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE: Trata-se de provisão relativa à CIDE incidente sobre os pagamentos efetuados ao exterior pela prestação de serviços. Houve decisão de 1ª instância judicial desfavorável, aguarda-se julgamento do recurso de apelação da Companhia. A partir de dezembro de 2003 a Companhia passou a efetuar os pagamentos sobre os valores devidos.

A Light SESA possui, também, processos fiscais, administrativos e judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída. O valor quantificável no momento, em tais processos é de R\$1.128.900 (R\$752.700 em 31 de dezembro de 2008).

A Light SESA, nos próximos itens, destaca alguns processos tributários com perda estimada como possível de grande relevância ou que tiveram desdobramentos no primeiro trimestre de 2009:

Possíveis

(i) IN 86. A Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal em função do atendimento intempestivo da intimação referente à entrega dos arquivos eletrônicos dos exercícios de 2003 a 2005. A impugnação foi julgada improcedente e atualmente aguarda-se o julgamento do Recurso Voluntário interposto pela Light. O valor da autuação atualizado até 31 de março de 2009 é de R\$227.700 (R\$222.200 em 31 de dezembro de 2008).

(ii) ICMS (Aluvale). Trata-se de execuções fiscais em que se discute o diferimento do ICMS no fornecimento de energia elétrica para a consumidora ALUVALE, em razão de ser consumidor industrial eletrointensivo. Foram opostos embargos às referidas execuções, que se encontram pendentes de julgamento em 1ª instância. O valor envolvido nessas execuções fiscais em 31 de março de 2009 é de R\$168.800 (R\$155.700 em 31 de dezembro de 2008).

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(iii) IRRF – Glosa de Compensações. A Companhia recebeu despacho decisório informando acerca da não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF de pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos, compensados em função de Saldo Negativo de IRPJ no ano-base 2002. Em razão disso, a Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade, a qual se encontra pendente de julgamento. O valor envolvido em 31 de março de 2009 é de R\$174.000 (R\$171.500 em 31 de dezembro de 2008).

(iv) Outros. Além dos casos acima mencionados existem outras discussões judiciais e administrativas diversas, avaliadas como possíveis pelos assessores legais, destacando-se (a) ICMS sobre subvenção baixa renda; (b) transferência de crédito de ICMS (empresa RHEEM); (c) Denúncia Espontânea de PIS, COFINS, IRPJ e CSLL; (d) ISS sobre serviços regulados. O valor envolvido nessas discussões em 31 de março de 2009 é de R\$149.200 (R\$140.900 em 31 de dezembro de 2008).

(v) Até 31 de março de 2009, a Light SESA recebeu 07 ações judiciais movidas por clientes comerciais em que se questiona o repasse do PIS e da COFINS no preço da energia elétrica, pleiteando-se a devolução de todos os valores pagos indevidamente. Na opinião dos seus advogados a probabilidade de perda é considerada possível, razão pela qual não foi constituída provisão

(vi) A Light SESA possui, ainda, diversas discussões de IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) e ITR (Imposto Territorial Rural), cuja probabilidade de perda, na opinião de seus advogados, é considerada possível, razão pela qual não foi constituída provisão. O valor envolvido nestes processos, em 31 de março de 2009, é de R\$302.200.

Remotos

Os processos avaliados pelos assessores legais da Light SESA como remotos não foram provisionados.

16.4 Outras Contingências

a) Contingências Regulatórias Administrativas

Neste tópico a Companhia ressalta as contingências regulatórias decorrentes de discussões administrativas com a ANEEL:

a.1) Baixa Renda - O Relatório de Fiscalização RF-LIGHT-04/2007-SFE, de agosto de 2007 da ANEEL, realizada no período de 02 de julho de 2007 à 13 de julho de 2007, questionou a concessão da tarifa social a alguns consumidores no período e considerou

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

indevidos parte dos subsídios homologados e recebidos pela Light SESA da Eletrobrás no valor de R\$266.379. A Companhia constituiu provisão no valor de R\$53.381, para cobrir risco de ter que restituir parte do subsídio já recebido.

a.2) Auto de Infração ANEEL nº 009/2005 – O auto foi lavrado em 15 de março de 2005 sob o argumento de ter a Light SESA: (i) constituído sem a anuência prévia da ANEEL as empresas controladas LIR Energy Limited e Light Overseas Investments (R\$1.144); (ii) realizado com essas empresas operações sem a anuência da ANEEL – (total de R\$2.287); e (iii) descumprido a determinação da ANEEL de cancelamento das operações e encerramento das atividades das empresas – (total de R\$3.431). Após apresentação de recurso, a multa associada ao item (iii) foi excluída, e foram mantidas as multas associadas aos itens (i) e (ii). Foi efetuado o pagamento da penalidade associada ao item (ii), enquanto que com relação à multa do item (i), foi impetrado Mandado de Segurança, com depósito judicial no valor de R\$1.655 (valor original corrigido pela taxa SELIC até a data do depósito). Após sentença que denegou a segurança do MS, proferida em 23 de novembro de 2007, foram opostos Embargos de Declaração, posteriormente rejeitados por decisão proferida em 17 de dezembro de 2007. Contra a sentença, a Light SESA interpôs recurso de apelação, em 25 de janeiro de 2008, requerendo efeito suspensivo a tal recurso. Em 10 de setembro de 2008, foi publicada decisão que recebeu a apelação apenas no efeito devolutivo. Por fim, em 17 de setembro de 2008 foi protocolado o Agravo de Instrumento (AI) nº 2008.0.00.046455-8, para obter efeito suspensivo ao recurso de apelação, evitando-se o levantamento dos valores depositados na ação. O AI foi distribuído ao Desembargador Federal, que ainda não se manifestou sobre o pedido de tutela antecipada recursal. O valor em 31 de março de 2009 é de R\$2.001 (R\$1.944 em 31 de dezembro de 2008).

a.3) Auto de Infração nº 055/2008 – SFE. Lavrado em 28 de outubro de 2008, com penalidade de multa no valor de R\$2.782 sob o fundamento de a Light SESA ter violado os indicadores DEC e FEC de 14 conjuntos de consumidores, que apresentaram 18 supostas violações no ano de 2007. A Light SESA, não concordando com a alegação da ANEEL, apresentou recurso interposto por meio da Carta D-058/2008, protocolizado em 12 de novembro de 2008. A Light SESA constituiu provisão no valor total da contingência. Em 31 de março de 2009 o valor provisionado é R\$2.370 (R\$2.847 em 31 de dezembro de 2008).

17. OUTROS DÉBITOS

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	31/03/2009	31/12/2008
CIRCULANTE		
Taxa de Iluminação Pública	44.285	40.917
Programa de Eficiência Energética - PEE	127.834	118.745
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	65.729	60.320
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	918	6.599
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	1.837	13.198
CVA (nota 3)	94.901	143.947
Outros Encargos tarifários (nota 3)	11.036	16.714
Outros Débitos - Devolução a consumidores	33.446	46.893
Outros	60.911	58.882
Total	440.897	506.215
NÃO CIRCULANTE		
CVA (nota 3)	1.343	1.719
Provisão para Passivo Regulatório	28.096	7.685
Reserva para Reversão	59.140	59.140
Outros	6.519	5.937
Total	95.098	74.481

18. PLANO PREVIDENCIÁRIO E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A Companhia é patrocinadora instituidora da Fundação de Seguridade Social – BRASLIGHT, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados do Grupo Light vinculados à Fundação e de pensão aos seus dependentes.

A BRASLIGHT foi instituída em abril de 1974, e possui três planos – A, B e C – implantados em 1975, 1984 e 1998 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de aproximadamente 96% dos participantes ativos dos demais planos.

Atualmente estão em vigor os Planos A e B do tipo Benefício Definido e C do tipo Benefício Misto.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI (com um mês de defasagem) e juros atuariais de 6% ao ano.

As movimentações ocorridas neste trimestre no passivo atuarial líquido são as seguintes:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA	60.444.437/0001-46
---------------------------------------	--------------------

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

	Total	Circulante	Não circulante
Plano Previdenciário em 31/12/2008	1.019.398	86.589	932.809
Amortizações no Trimestre	(23.077)	(23.077)	-
Atualizações no Trimestre	9.078	771	8.307
Transferência do não circulante para o circulante	-	28.335	(28.335)
Total do Plano Previdenciário em 31/03/2009	1.005.399	92.618	912.781

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia faz parte do Grupo Light, que inclui as empresas: Light Energia S.A. (Light Energia), Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (Light Esco), Itaocara Energia Ltda. (Itaocara Energia), Lightger Ltda. (Light Ger) e Lighthidro Ltda. (Light Hidro) e Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (Instituto Light) e tem como principais acionistas indiretos:

- Grupo Controlador - Rio Minas Energia Participações S.A – RME – Sociedade controlada em conjunto pela Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, Andrade Gutierrez Concessões, Luce do Brasil Fundo de Investimento em Participações e Equatorial Energia.
- BNDESPAR

Segue resumo das transações com partes relacionadas ocorridas nos trimestres de 2009 e 2008:

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Item	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Light SESA	Valor Original		Data de Vencimento ou prazo	Condições de rescisão ou de término	Saldo remanescente 31/03/2009
			Mil	Data			Mil
1	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	614.049	Jan/2006	Dez/2015	30% do saldo remanescente	588.871
2	<u>Contrato estratégico</u> Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	Nov/2003	Indeterminado	N/A	171
3	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SESA com CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlador)	-	Dez/2002	Indeterminado	N/A	1.530
4	<u>Contrato estratégico</u> Contrato de compromisso de compra de energia elétrica da Light Energia com a Light SESA	Light Energia	137.951	Jan/2006	Dez/2015	N/A	84.922
5	<u>Contrato estratégico</u> Cobrança do encargo de uso de sistema de distribuição da Light SESA com a Energia	Light Energia	-	Nov/2003	Indeterminado	N/A	2.945
6	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light Energia com Light SESA	Light Energia	-	Dez/2002	Indeterminado	N/A	219
7	<u>Contrato estratégico</u> Compromisso com encargos de conexão da Light Energia com Light SESA	Light Energia	-	Dez/2005	Indeterminado	N/A	239
8	<u>Contrato estratégico</u> Aluguel de parte do edifício pertencente a Light SESA à Light Energia. O valor atual por mês do aluguel é de R\$24. O contrato é resiliante da Desverticalização (Lei nº 10.848 de 15.03.2004) e prevê reajuste anual de acordo com o IGP-M.	Light Energia	-	Jan/2006	Indeterminado	N/A	27
9	<u>Empréstimos</u> 17,61% dos empréstimos registrados na Light SESA em contrapartida da alienação de bens e direitos à Light Energia de acordo com o projeto de desverticalização (Lei nº 10.848 de 15.03.04). A taxa de juros equivale ao mix de dívidas desta com terceiros.	Light Energia	524.736	Dez/2005	Jan/2015	N/A	434.270
10	<u>Aluguel</u> Compromisso de aluguel de imóvel da Light SESA com a Light Esco.	Light Esco	-	Out/2007	Indeterminado	N/A	3
11	<u>Empréstimos</u> FINTM	BNDES	549.331	Nov/2007	Set/2014	N/A	441.343
12	<u>Empréstimos</u> Linha de Crédito	BNDES	14.147	Mar/1999	Abr/2010	N/A	1.932
13	<u>Empréstimos</u> Debêntures 1ª emissão - Não conversíveis	BNDES	105.000	Jan/1998	Jan/2010	N/A	15.643
14	<u>Empréstimos</u> Debêntures 4ª emissão - Conversíveis	BNDES	767.252	Jun/2005	Jun/2015	N/A	-
15	<u>Plano Previdenciário</u> Fundação de Seguridade Social - BRASILHIT	BRASILHIT	525.434	Jun/2001	Jun/2026	Até o término do contrato	1.005.399

Segue quadro resumo dos contratos firmados com partes relacionadas

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Item	Contratos com o mesmo grupo (Objetos e características do contrato)	Vínculo com a Light SISA	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
			31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/12/2008	31/03/2009	31/03/2008	31/03/2009	31/03/2008
1	Contratos energéticos Contrato de compravenda de compra de energia elétrica da Light SISA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlado)	-	-	13.671	2.596	-	-	25.177	22.907
2	Contratos energéticos Contrato de compra de energia elétrica da Light SISA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlado)	171	148	-	-	512	457	-	-
3	Contratos energéticos Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SISA com a CEMIG	CEMIG (Participa do grupo controlado)	-	-	1.530	379	-	-	3.441	3.140
4	Contratos energéticos Contrato de compravenda de compra de energia elétrica da Light SISA com a Light SISA	Light Energia	-	-	2.514	2.052	-	-	5.540	5.025
5	Contratos energéticos Contrato de compra de energia elétrica da Light SISA com a Light SISA	Light Energia	2.945	2.953	-	-	6.634	6.328	-	-
6	Contratos energéticos Compromisso com encargos de uso da Rede Básica da Light SISA com a Light SISA	Light Energia	-	-	219	214	-	-	492	854
7	Contratos energéticos Compromisso com encargos de uso da Light SISA com a Light SISA	Light Energia	-	-	239	238	-	-	538	479
8	Contratos energéticos Migração de parte do contrato de compra de energia elétrica da Light SISA para a Light Energia. O valor atual por mês do aluguel é de R\$24. O contrato é assinado pela Distribuição de Energia Elétrica da Light SISA (DIE) e prevê renovação anual de acordo com o D-PM.	Light Energia	27	26	-	-	81	72	-	-
9	Imprestimos 17.612 das empréstimos registrados na Light SISA em contrapartida da abstenção de bens e direitos à Light Energia de acordo com o projeto de desenvolvimento nº 00348 de 15.03.04. A taxa de juro equivale ao taxa de dívida direta com juros.	Light Energia	434.270	434.994	-	-	8.027	7.299	-	-
10	Aluguel Compromisso de aluguel de imóvel da Light SISA com a Light SISA	Light SISA	3	3	-	-	9	9	-	-
11	Imprestimos RENTIS	RENTIS	-	-	441.343	421.421	-	-	10.735	6.645
12	Imprestimos Linha de Crédito	RENTIS	-	-	1.932	2.397	-	-	26	29
13	Imprestimos Debêntures 1ª emissão - Não convertíveis	RENTIS	-	-	15.643	24.066	-	-	403	780
14	Imprestimos Debêntures 4ª emissão - Convertíveis	RENTIS	-	-	147	147	-	-	13	156
15	Plano Previdenciário Provisão de Seguridade Social - BBASJGIII	BRASIL IRE	-	-	1.005.399	1.019.398	-	-	9.078	38.030

As transações com partes relacionadas foram efetuadas em condições usuais de mercado.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

Em 31 de março de 2009, o capital social da Light Serviços de Eletricidade S.A. está representado por 203.933.778.011 ações ordinárias escriturais sem valor nominal, sendo o seu Capital Social de R\$2.082.362 conforme a seguir:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ACIONISTAS	31/03/2009		31/12/2008	
	Quantidade de Ações	% Participação	Quantidade de Ações	% Participação
Grupo Controlador				
Light S.A	203.933.778.011	100,00%	203.933.778.011	100,00%
	203.933.778.011	100,00%	203.933.778.011	100,00%

A Light SESA está autorizada a aumentar o seu capital mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 203.946.412.726 ações ordinárias, destinado exclusivamente a atender ao exercício dos bônus de subscrição emitidos, observando estritamente as condições previstas nos bônus de subscrição (Estatuto Social art. 5º parágrafo 2).

21. DIVIDENDOS

Em Assembléia Geral Ordinária realizada no dia 18 de março de 2009, foi deliberado o pagamento de dividendos com base no resultado apurado em 31 de dezembro de 2008, em duas parcelas, perfazendo um total de R\$481.564. A primeira parcela, no montante de R\$398.831, foi paga no dia 1º de abril de 2009, e a segunda parcela, no montante de R\$82.733, será paga em 26 de novembro de 2009.

22. FORNECIMENTO E SUPRIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

	N.º de Contas faturadas ⁽¹⁾		GWh ⁽¹⁾		R\$	
	2009	2008	2009	2008	2009	2008
01.01 a 31.03						
Residencial	3.641.624	3.596.265	2.164	2.027	718.537	634.395
Industrial	12.083	12.538	433	451	102.304	86.793
Comércio, serviços e outras	269.191	270.112	1.582	1.533	495.025	458.117
Rural	10.940	10.917	13	13	2.545	2.444
Poder público	10.064	9.501	360	337	111.833	73.862
Iluminação pública	430	193	168	171	25.409	24.899
Serviço público	1.290	1.299	265	273	52.836	50.751
Consumo próprio	332	324	17	17	-	-
Fornecimento faturado	3.945.954	3.901.149	5.002	4.822	1.508.489	1.331.261
ICMS	-	-	-	-	563.965	498.457
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	28.936	(8.244)
TOTAL FORNECIMENTO	3.945.954	3.901.149	5.002	4.822	2.101.390	1.821.474
Energia de curto prazo	-	-	-	9	-	1.958
TOTAL SUPRIMENTO	-	-	-	9	-	1.958
TOTAL GERAL	3.945.954	3.901.149	5.002	4.831	2.101.390	1.823.432

(1) Não revisado pelos auditores independentes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23. OUTRAS RECEITAS

01.01 a 31.03	2009	2008
Serviço taxado	659	4.539
Renda de Prestação de Serviço	4.120	4.277
Arrendamentos, alugueis e outras	9.630	6.321
Receita de Uso da Rede	126.663	132.734
	<u>141.072</u>	<u>147.871</u>

24. ENCARGOS DO CONSUMIDOR (DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL)

01.01 a 31.03	2009	2008
Encargos do Consumidor - RGR	(18.353)	(17.375)
CDE - Caixa	(51.519)	(49.914)
CDE - CVA	339	(1.218)
CDE - CVA Amortização	10.633	(5.415)
CCC - Caixa	(37.206)	(48.497)
CCC - CVA	(11.679)	2.237
CCC - CVA Amortização	(66.251)	16.246
PEE - Eficiência Energética	(6.800)	(6.157)
P&D - Pesquisa e Desenvolvimento	(2.720)	(2.327)
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento	(2.720)	(2.462)
EPF - Empresa de Pesquisa Energética	(1.361)	(1.231)
	<u>(187.637)</u>	<u>(116.113)</u>

25. OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE ENERGIA REALIZADAS NO ÂMBITO DA CCEE

Os saldos das transações de compra e venda de energia de curto prazo realizadas no âmbito da CCEE (antigo MAE) são conforme segue:

	31/03/2009
Venda de Energia de curto prazo:	
Saldo a receber em 31/12/2008	-
Saldo a receber em 31/03/2009	-
	<u></u>
	31/03/2009
Compra de Energia de curto prazo:	
Saldo a pagar em 31/12/2008 (nota 12)	(13.117)
Saldo a pagar em 31/03/2009 (nota 12)	(36.268)
	<u></u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

26. CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS

01.01 a 31.03	Custo do Serviço		Despesas Operacionais		2009	(Reclassificado) 2008
	Com Energia	De Operação	Com Vendas	Gerais e Admin		
Natureza do Gasto						
Energia Elétrica Comprada para Revenda (nota 27)	(869.113)	-	-	-	(869.113)	(785.649)
Pessoal e Administradores	-	(29.777)	(3.137)	(14.329)	(47.243)	(48.538)
Material	-	(3.157)	(252)	(443)	(3.852)	(3.630)
Serviço de Terceiros	-	(23.214)	(11.871)	(18.220)	(53.305)	(57.797)
Provisão p/Crédito de Lq. Duvidosa	-	-	(60.165)	-	(60.165)	(60.259)
Provisão Para Contingências	-	-	-	(5.381)	(5.381)	(15.876)
Outras	-	(3.358)	(197)	(14.363)	(17.918)	(17.446)
	(869.113)	(59.506)	(75.622)	(52.736)	(1.056.977)	(989.195)
Depreciação e Amortização	-	(61.905)	(231)	(7.972)	(70.108)	(72.652)
Total	(869.113)	(121.411)	(75.853)	(60.708)	(1.127.085)	(1.061.847)

27. ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA

01.01 a 31.03	GWh ⁽¹⁾		R\$	
	2009	2008	2009	2008
Itaipu	1.387	1.420	182.340	127.581
UTE Norte Fluminense	1.567	1.584	236.797	189.793
Outros contratos e Leilão de Energia	3.773	3.427	309.159	273.935
CVA	-	-	(27.524)	(14.349)
Energia de Curto Prazo (Spot)	562	444	65.030	120.012
Encargos Uso da Rede	-	-	95.381	82.903
Encargos de conexão	-	-	5.244	3.882
O.N.S.	-	-	2.686	1.892
	7.289	6.875	869.113	785.649

(1) Não revisado pelos auditores independentes

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. RESULTADO FINANCEIRO

01.01 a 31.03	2009	2008
RECEITA		
Rendimento sobre aplicações financeiras	14.109	11.903
Operações de swap	(1.090)	1.590
Acréscimo moratório s/ contas de energia e parcelamento de débitos	16.909	17.441
Encargos sobre contas de CVA e Parcela A	5.229	8.983
Encargos sobre recuperação de margem tarifária	-	6.254
Encargos sobre transações de energia livre	-	3.154
Atualização de créditos tributários	6.621	1.540
Outras	9.124	12.045
	<u>50.902</u>	<u>62.910</u>
DESPESA		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos – MN	(47.495)	(50.899)
Encargos sobre empréstimos e financiamentos – ME	(4.435)	(3.503)
Variação monetária – MN	(8)	(207)
Variação cambial – ME	20.913	2.012
Operações de Swap	-	(3.047)
Encargos e variação monetária sobre passivo atuarial Braslight	(9.078)	(38.030)
Despesas bancárias	(51)	-
Ajuste a valor presente do Contas a Receber	5.800	(106)
Atualização de provisão para contingências	(21.468)	(20.903)
Encargos sobre transações de energia livre	-	(4.756)
Encargos sobre passivos regulatórios	(4.996)	(15.182)
Atualização de passivos tributários	(8.277)	-
Outras	(1.489)	-
	<u>(70.584)</u>	<u>(134.621)</u>
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	<u><u>(19.682)</u></u>	<u><u>(71.711)</u></u>

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Abaixo são comparados os valores contábeis e de mercado dos ativos e passivos da Companhia:

	31/03/2009		31/12/2008	
	Contabilizado	Mercado	Contabilizado	Mercado
ATIVO				
Aplicações financeiras (vide nota 4)	587.170	587.170	418.255	418.255
Swaps	10.491	10.491	11.084	11.084
	<u>597.661</u>	<u>597.661</u>	<u>429.339</u>	<u>429.339</u>
PASSIVO				
Debêntures (vide nota 14)	966.927	966.927	979.125	979.125
Empréstimos e Financiamentos (vide nota 13)	1.124.268	1.143.584	1.128.089	1.155.011
	<u>2.091.195</u>	<u>2.110.511</u>	<u>2.107.214</u>	<u>2.134.136</u>

a) Política para utilização de derivativos

A política para utilização de instrumentos de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração determina a proteção do serviço da dívida (principal mais juros e comissões) denominado em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, vedando qualquer utilização de caráter especulativo, seja em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Em linha com o disposto na política, a Companhia não possui contratos a termo, opções, *swaptions*, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”. Ademais, fica evidenciado através do quadro anterior que o único instrumento de derivativo utilizado pela Companhia é o *swap* cambial sem caixa (US\$ versus CDI), cujo Valor Nominal Contratado equivale ao montante de serviço da dívida denominada em moeda estrangeira a vencer em até 24 meses, em linha com a política para utilização de derivativos supracitada.

b) Gerenciamento de riscos e objetivos alcançados

A administração dos instrumentos de derivativos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em fiscalização permanente do cumprimento da política para utilização de derivativos, bem como acompanhamento das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

A desvalorização cambial verificada no último trimestre não impactou a situação de caixa e solvência da Companhia, considerando a exposição da Companhia à esta moeda em

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

comparação ao endividamento total, associado ao fato de a política para utilização de derivativos vir sendo integralmente cumprida.

c) Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:

No que tange ao cálculo do valor de mercado, seguem as seguintes considerações:

- Empréstimos e recebíveis: Consumidores, concessionárias e permissionárias (clientes) são classificados como mantidos até o vencimento, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável.
- Fornecedores: são mensurados pelo método do custo amortizado e, portanto, reconhecidos pelo seu valor original.
- Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo método do custo amortizado. Os valores de mercado foram calculados utilizando-se taxas de juros aplicáveis a instrumentos de natureza, prazos e riscos similares, ou com base nas cotações de mercado desses títulos. Os valores de mercado para o financiamento do BNDES são idênticos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso das debêntures, o valor contábil e de mercado são idênticos, considerando não haver um mercado líquido de negociação das mesmas que possa servir de referência precisa para o cálculo de mercado.
- Operações de *swaps*: são mensurados pelo valor de mercado. A determinação do valor de mercado foi realizada utilizando as informações de mercado disponíveis e a metodologia usual de precificação: para a ponta ativa (em dólares norte-americanos) a avaliação do valor nominal (nacional) até a data de vencimento e descontado a valor presente às taxas de cupom limpo, publicadas nos boletins da BM&F BOVESPA .

É importante ressaltar que os valores de mercado estimados de ativos e passivos financeiros foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de mercado mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Fatores de Risco

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado relacionados a variações cambiais e taxas de juros, conforme pode ser evidenciado no quadro abaixo:

Composição da dívida (não inclui encargos financeiros):

	31/03/2009		31/12/2008	
	R\$	%	R\$	%
USD	144.292	6,9%	165.309	7,9%
Cesta moedas BNDES	1.925	0,1%	2.388	0,1%
Moeda estrangeira (circulante e não circulante)	146.217	7,0%	167.697	8,0%
CDI	1.481.528	70,8%	1.486.084	70,5%
TJLP	454.965	21,8%	442.630	21,0%
Outros	8.485	0,4%	10.803	0,5%
Moeda nacional (circulante e não circulante)	1.944.978	93,0%	1.939.517	92,0%
Total geral (circulante e não circulante)	2.091.195	100,0%	2.107.214	100,0%

Em 31 de março de 2009, de acordo com o quadro acima, o montante de dívida denominada em moeda estrangeira é de R\$146.217, ou 7% do principal da dívida. No entanto, se adicionarmos os encargos financeiros, tal montante aumenta para R\$152.861 (US\$ 66.024, de acordo com a cotação do dólar de 31 de março de 2009) ou 7,11% do total da dívida.

Para o montante de serviço da dívida em moeda estrangeira a vencer até em 24 meses, foram contratados instrumentos de derivativos financeiros, na modalidade de *swap*, cujo valor nominal em 31 de março de 2009 era de US\$28.763 de acordo com a política para utilização de instrumentos de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração. Dessa forma, se descontarmos esse montante do total da dívida em moeda estrangeira, a exposição cambial passa a 4,01% do total da dívida.

Com base nisso, destacam-se algumas considerações e análises acerca dos fatores de riscos que impactam o negócio da empresa:

- Risco de taxa de câmbio

Considerando que parte dos empréstimos e financiamentos da Light SESA são denominados em moeda estrangeira, esta se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (operações de “*swap*”) para proteção do serviço associado às tais dívidas (principal mais juros e comissões) a vencer em até 24 meses. As operações de derivativos apresentaram uma perda de R\$1.091 no primeiro trimestre de 2009 (perda de R\$1.457 no primeiro trimestre de 2008). O valor líquido das operações de *swap* vigentes em 31 de março de 2009 é

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

positivo em R\$10.491 (negativo em R\$11.383 no primeiro trimestre de 2008), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Instituição	Light Recebe	Light Paga	Data de Início	Data de Vencimento	Valor Nominal Contratado (US\$Mil)	Valor Justo Mar/09 (R\$Mil) Ativa	Valor Justo Mar/09 (R\$Mil) Passiva
Unibanco	US\$+6,07%	100% CDI	19/06/07	09/04/09	6.935	1.705	-
BNP	US\$+6,05%	100% CDI	19/06/07	15/05/09	40	10	-
Itau	US\$+6,06%	100% CDI	19/06/07	05/06/09	940	243	-
Itau	US\$+6,05%	100% CDI	19/06/07	26/06/09	444	118	-
Unibanco	US\$+3,3%	100% CDI	04/04/08	15/07/09	36	17	-
Unibanco	US\$+3,3%	100% CDI	04/04/08	17/08/09	36	17	-
Citibank	US\$+3,32%	100% CDI	04/04/08	10/09/09	73	35	-
Unibanco	US\$+3,31%	100% CDI	04/04/08	15/09/09	36	17	-
Citibank	US\$+3,4%	100% CDI	04/04/08	09/10/09	6.275	3.025	-
Unibanco	US\$+3,3%	100% CDI	04/04/08	15/10/09	35	17	-
Unibanco	US\$+3,35%	100% CDI	04/04/08	16/11/09	35	17	-
Citibank	US\$+3,41%	100% CDI	04/04/08	08/12/09	922	447	-
Unibanco	US\$+3,4%	100% CDI	04/04/08	15/12/09	34	17	-
Citibank	US\$+3,48%	100% CDI	04/04/08	28/12/09	449	220	-
Unibanco	US\$+4,42%	100% CDI	25/08/08	15/01/10	32	21	-
Unibanco	US\$+4,32%	100% CDI	25/08/08	17/02/10	32	21	-
Unibanco	US\$+4,32%	100% CDI	25/08/08	10/03/10	70	47	-
Unibanco	US\$+4,32%	100% CDI	25/08/08	15/03/10	31	21	-
Unibanco	US\$+4,53%	100% CDI	25/08/08	12/04/10	5.889	4.008	-
Unibanco	US\$+4,32%	100% CDI	25/08/08	15/04/10	31	21	-
Unibanco	US\$+4,45%	100% CDI	25/08/08	15/06/10	426	291	-
Citibank	US\$+2,80%	100% CDI	10/02/09	10/09/10	74	2	-
Citibank	US\$+2,80%	100% CDI	10/02/09	11/10/10	5.512	147	-
Citibank	US\$+2,80%	100% CDI	10/02/09	27/12/10	376	7	-
Totais					28.763	10.491	-

O valor contabilizado já se encontra mensurado pelo seu valor justo em 31 de março de 2009. Todas as operações com instrumentos financeiros derivativos se encontram registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de câmbio e de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado financeiro da Companhia.

A metodologia utilizada para o “Cenário Provável” foi considerar que tanto as taxas de câmbio quanto os juros manterão o mesmo nível verificado em 31 de março de 2009 até o final do exercício, mantendo-se constantes os montantes de passivos, derivativos e

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

aplicações financeiras verificados em 31 de março de 2009. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro em 2009, consideraram-se os montantes realizados de despesa e/ou receita financeira no primeiro trimestre de 2009, e a projeção dos encargos para os próximos nove meses sobre o saldo da dívida em 31 de março de 2009. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida e derivativos respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Risco de Desvalorização da Taxa de Câmbio

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário (I): Provável</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
PASSIVOS FINANCEIROS		7.032	45.026	83.021
Par Bond	USD	6.738	16.118	25.498
Discount Bond	USD	5.149	11.642	18.135
Flirb	USD	(40)	252	543
C. Bond	USD	(3.016)	7.985	18.988
Debit. Conv.	USD	(1.336)	6.284	13.903
New Money	USD	(50)	237	524
Bib	USD	(65)	256	578
Bndes - Financ. Importação	Cesta	(184)	316	816
Societe Generale	USD	(102)	1.002	2.106
KfW	USD	(62)	934	1.930
DERIVATIVOS		(4.976)	(22.975)	(40.975)
Swaps	USD			
Referência para ativos e passivos Financeiros			-25%	-50%
Cotação R\$/US\$ (Fim do trimestre)		2,3152	1,7364	1,1576

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de Apreciação da Taxa de Câmbio

Operação	Risco	Cenário (I): Provável	Cenário (IV)	Cenário (V)
PASSIVOS FINANCEIROS		7.032	(30.963)	(68.958)
Par Bond	USD	6.738	(2.644)	(12.025)
Discount Bond	USD	5.149	(1.343)	(7.836)
Flirb	USD	(40)	(331)	(622)
C. Bond	USD	(3.016)	(14.018)	(25.019)
Debit. Conv.	USD	(1.336)	(8.956)	(16.576)
New Money	USD	(50)	(337)	(624)
Bib	USD	(65)	(386)	(707)
Bndes - Financ. Importação	Cesta	(184)	(684)	(1.185)
Societe Generale	USD	(102)	(1.206)	(2.310)
KfW	USD	(62)	(1.058)	(2.054)
DERIVATIVOS		(4.976)	13.024	31.023
Swaps	USD			
Referência para ativos e passivos Financeiros			+25%	+50%
Cotação R\$/US\$ (Fim do trimestre)		2,3152	2,8940	3,4728

Diante do quadro acima, é possível identificar que apesar do *hedge* parcial para a dívida em moeda estrangeira (apenas limita-se ao serviço da dívida a vencer em até 24 meses), à medida que a cotação do R\$/US\$ cresce, a despesa financeira dos passivos aumenta, mas a receita financeira dos derivativos também compensa parcialmente esse impacto negativo. E vice-versa. Com isso, evidencia-se a proteção do caixa proporcionada pela política de derivativos da Companhia.

- Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros não só sobre a despesa financeira associada aos empréstimos e financiamentos, como também sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos aprovada pelo Conselho de Administração não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco de taxa de juros, demonstrando os efeitos no resultado da variação nos cenários:

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de Elevação das Taxas de Juros

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário (I): Provável</u>	<u>Cenário (IV)</u>	<u>Cenário (V)</u>
ATIVOS FINANCEIROS		56.440	70.550	84.659
Aplicações Financeiras	CDI			
PASSIVOS FINANCEIROS		(231.908)	(278.986)	(327.004)
Debêntures 5ª Emissão	CDI	(125.863)	(153.143)	(180.260)
CCB Bradesco	CDI	(51.233)	(63.195)	(75.086)
CCB Bco ABN Amro Banking S/A	CDI	(10.347)	(12.644)	(14.927)
Debêntures 1ª Emissão	TJLP	(1.536)	(1.775)	(2.014)
Debêntures 4ª Emissão	TJLP	(14)	(17)	(21)
FINEM BNDES	TJLP	(42.915)	(48.212)	(54.696)
DERIVATIVOS		(4.976)	(6.189)	(7.395)
Swaps	CDI			
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			25%	50%
CDI (% Média últimos 12 meses)		12,6%	15,8%	18,9%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (% Média últimos 12 meses)		12,6%	15,8%	18,9%
TJLP (% Fim do trimestre)		6,3%	7,8%	9,4%

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Risco de Queda das Taxas de Juros

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário (I): Provável</u>	<u>Cenário (II)</u>	<u>Cenário (III)</u>
ATIVOS FINANCEIROS	CDI	56.440	42.330	28.220
Aplicações Financeiras				
PASSIVOS FINANCEIROS		(231.908)	(182.342)	(133.735)
Debêntures 5ª Emissão	CDI	(125.863)	(98.415)	(70.794)
CCB Bradesco	CDI	(51.233)	(39.199)	(27.088)
CCB Bco ABN Amro Banking S/A	CDI	(10.347)	(8.036)	(5.710)
Debêntures 1ª Emissão	TJLP	(1.536)	(1.303)	(1.070)
Debêntures 4ª Emissão	TJLP	(14)	(11)	(7)
FINEM BNDES	TJLP	(42.915)	(35.378)	(29.066)
DERIVATIVOS	CDI	(4.976)	(3.755)	(2.526)
Swaps				
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (% Média últimos 12 meses)		12,6%	9,5%	6,3%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			-25%	-50%
CDI (% Média últimos 12 meses)		12,6%	9,5%	6,3%
TJLP (% Fim do trimestre)		6,3%	4,7%	3,1%

- Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

30. SEGUROS

A Companhia possui seguros com cobertura abrangendo seus principais ativos.

As premissas de riscos adotadas, dadas a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão especial e conseqüentemente não foram revisadas pelos auditores independentes.

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 31 de março de 2009, a cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração é resumida como segue:

RISCOS	Data de Vigência		Importância Segurada	Prêmio
	De	Até		
Directors & Officers (D&O)	10/08/2008	10/08/2009	US\$30.000	US\$ 84
Responsabilidade Civil e Geral	25/09/2008	25/09/2009	R\$18.277	R\$504
Riscos Operacionais	31/10/2008	31/10/2009	*R\$ 2.259.176	R\$1.108

* O Limite Máximo de Indenização (LMI) é de R\$348.892.

31. REVISÃO TARIFÁRIA

Resultado da segunda revisão tarifária periódica da Light SESA:

Em reunião pública realizada em 04 de novembro de 2008, a ANEEL estabeleceu, provisoriamente, o reposicionamento tarifário estrutural da Light Serviços de Eletricidade S/A em 1,96%, que entrou em vigor em 07 de novembro de 2008. Considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atingiu 4,27%. Em decorrência da retirada da base tarifária de um componente financeiro de -0,41% que havia sido adicionado no reajuste anual de 2007, o efeito médio na tarifa percebido pelos consumidores correspondeu a 4,70%.

Ressalta-se que o nível de perdas regulatórias e o cálculo dos custos operacionais eficientes (Empresa de Referência e Inadimplência) são provisórios.

A ANEEL fixou, também provisoriamente, o componente Xe do Fator X, a ser aplicado como redutor, em termos reais, da Parcela B nos reajustes tarifários subsequentes, de 2009 a 2012, em 0,00%.

Com a conclusão dos aprimoramentos das metodologias para o segundo ciclo de revisões tarifárias em 25 de novembro de 2008, os valores definitivos serão estabelecidos após deliberação do processo de Consulta Pública, previsto para outubro de 2009.

32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Conversão de Debêntures

No dia 03 de abril de 2009, foi realizada a conversão de 3 debêntures referentes à 4ª emissão de debêntures conversíveis da Light Serviços de Eletricidade S.A em 282.000 ações da Light S.A.. A Quantidade de Ações da Light Serviços de Eletricidade S.A. passará de 203.933.778.011 para 203.934.060.011 e o valor do Capital Social passou de R\$2.082.362 para R\$2.082.365.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
DFP - Demonstrações Financeiras Padronizadas
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 31/03/2009

00803-6 LIGHT SERV DE ELETRICIDADE SA

60.444.437/0001-46

11.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

EFETIVOS

Sérgio Alair Barroso
Djalma Bastos de Moraes
Eduardo Borges de Andrade
Ricardo Coutinho de Sena
Carlos Augusto Leoni Piani
Firmino Ferreira Sampaio Neto
Aldo Floris
José Luiz Silva
Ricardo Simonsen

SUPLENTE

Luiz Fernando Rolla
João Batista Zollini Carneiro
João Pedro Amado Andrade
Paulo Roberto Reckziegel Guedes
Ana Marta Horta Veloso
Paulo Jerônimo Bandeira de Mello Pedrosa
Lauro Alberto de Luca
Carmen Lúcia Claussen Kanter
Carlos Roberto Teixeira Junger

DIRETORIA EXECUTIVA

José Luiz Alquéres
Diretor Presidente

Ronnie Vaz Moreira
Diretor Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Paulo Henrique Siqueira Born
Diretor

Ana Silvia Corso Matte
Diretor

Luiz Fernando de Almeida Guimarães
Diretor

Roberto Manoel Guedes Alcoforado
Diretor Vice-Presidente de Operações e de Clientes

Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Diretor

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLADORIA E PLANEJAMENTO

Elvira Madruga B Cavalcanti
Superintendente de Controladoria e Planejamento
CPF 590.604.504-00

Luciana Maximino Maia
CONTADOR - Gerente de Contabilidade
CPF 144.021.098-50
CRC-RJ 091476/O-0

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ABCD

Light Serviços de Eletricidade S.A.

Relatório dos auditores independentes sobre revisão especial das
Informações Trimestrais (ITR)
Período de 3 meses findo em
31 de março de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Relatório de Revisão dos Auditores Independentes

Ao
Conselho de Administração da
Light Serviços de Eletricidade S.A.
Rio de Janeiro - RJ

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais – ITR da Light Serviços de Eletricidade S.A. referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2009, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, o relatório de desempenho e as notas explicativas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia, quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais acima referidas, para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil durante 2008, as demonstrações do resultado e dos fluxos de caixa, referentes ao primeiro trimestre findo em 31 de março de 2008, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas e estão sendo reapresentadas como previsto na NPC 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros, aprovada pela Deliberação CVM nº. 506/06.

- 5 As demonstrações financeiras da Fundação de Seguridade Social Braslight, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, foram auditadas por outros auditores independentes que, sobre elas, emitiram parecer, datado de 29 de janeiro de 2009, com parágrafo de ênfase sobre a existência de saldo de R\$130.941 mil relativo a créditos tributários originados do processo de imunidade tributária da Entidade, já transitado em julgado, os quais, de acordo com projeções de sua Administração poderão ser compensados, em aproximadamente nove anos, com tributos a serem recolhidos em anos posteriores. A realização futura do ativo encontra-se condicionada à continuidade do processo de compensação junto à Secretaria da Receita Federal, o qual foi suspenso em setembro de 2005. A manutenção da referida suspensão poderá levar a Entidade a, eventualmente, provisionar o ativo. Este ativo garantidor de reservas atuariais da Entidade foi deduzido no cálculo do déficit atuarial da Companhia, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 371/00. Conseqüentemente, caso haja provisão desse valor, o passivo da Companhia poderá ser ajustado proporcionalmente.

- 6 Conforme mencionado na nota explicativa nº 31 às Informações Trimestrais, em decorrência das revisões tarifárias periódicas da Companhia prevista no contrato de concessão, a ANEEL homologou, em caráter provisório, o reposicionamento tarifário da Companhia em 1,96%, a ser aplicado para o período a partir de 7 de novembro de 2008. Considerando os adicionais financeiros de 2,30%, o impacto na tarifa atinge 4,27%. Possíveis efeitos decorrentes da revisão definitiva, se houver, serão refletidos na posição patrimonial e financeira da Companhia em períodos subseqüentes.

8 de maio de 2009

KPMG Auditores Independentes
CRC SP 14428/O-6- F -RJ

Vânia Andrade de Souza
Contadora -CRC-RJ 057.497-O-2

4. ANEXOS

- Estatuto Social consolidado da Companhia
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de maio de 2009
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Light S.A. realizada em 27 de maio de 2009
- Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples da Light Serviços de Eletricidade S.A.
- Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples da Light Serviços de Eletricidade S.A.
- Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples da Light Serviços de Eletricidade S.A.
- Relatórios de Classificação de Risco elaborados pela Standard&Poor's e pela Moody's
- Declaração da Emissora nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03
- Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Estatuto Social consolidado da Companhia

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A.

CNPJ Nº 60.444.437/0001-46

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – DENOMINAÇÃO, OBJETO, DURAÇÃO E SEDE

Artigo 1º A Companhia é denominada LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., e é regida por este Estatuto Social, pelas disposições constantes do Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 001/96 e pela legislação aplicável em vigor.

Artigo 2º A Companhia tem por objeto a exploração de serviços públicos de energia elétrica, nas áreas referidas no Contrato de Concessão e nas outras em que, de acordo com a legislação aplicável, for autorizada a atuar, sendo-lhe vedadas quaisquer outras atividades de natureza empresarial, salvo aquelas que estiverem associadas a este objeto - tais como: uso múltiplo de postes mediante cessão onerosa a outros usuários; transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; serviços de otimização de processos energéticos e instalações de consumidores; cessão onerosa de faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente e que sejam contabilizadas em separado, podendo, para tanto, participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

Artigo 3º A Companhia terá sede e domicílio na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, nº 168, e mediante resolução da Diretoria, poderá a Companhia abrir e manter filiais, escritórios ou outras instalações em qualquer parte do País, sendo que, para fins fiscais, uma parcela do capital será alocada para cada uma delas. A abertura e manutenção de filiais, escritórios ou outras instalações no exterior deverão ser objeto de deliberação do Conselho de Administração.

Artigo 4º A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

CAPÍTULO II – CAPITAL E AÇÕES

Artigo 5º O capital da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$2.082.364.785,47 (dois bilhões, oitenta e dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e sete centavos) representado por 203.934.060.011 (duzentos e três bilhões, novecentos e trinta e quatro milhões, sessenta mil e onze) ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal, ficando a Companhia autorizada a aumentar o seu capital mediante deliberação do Conselho de Administração e independentemente de reforma estatutária até o limite de 203.946.412.726 (duzentos e três bilhões, novecentos e quarenta e seis milhões, quatrocentos e doze mil, setecentos e vinte e seis) ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal.

Parágrafo Primeiro – O capital social é representado exclusivamente por ações ordinárias e a cada ação corresponde o direito a um voto nas Assembleias Gerais da Companhia.

Parágrafo Segundo – A emissão de ações, pelo Conselho de Administração, dentro do limite do capital autorizado, se destina exclusivamente a atender o exercício das debêntures da 4ª. emissão da Companhia e deve observar estritamente as condições previstas no Instrumento Particular de Escritura da 4ª Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A, com Garantia Real e Flutuante, e respectivos aditivos, doravante denominado simplesmente “Escritura da 4ª Emissão de Debêntures.

Parágrafo Terceiro – Qualquer aumento de capital que não tenha a destinação estabelecida no parágrafo anterior será objeto de deliberação pelos acionistas reunidos em assembleia geral, que fixarão as condições a prevalecer para a emissão de ações.

Artigo 6º Os acionistas terão direito de preferência na subscrição de novas ações emitidas em quaisquer aumentos de capital da Companhia, na proporção das suas participações no capital da Companhia.

CAPÍTULO III – ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA

Artigo 7º A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria.

Parágrafo Primeiro – Os membros efetivos e respectivos suplentes do Conselho de Administração e da Diretoria tomarão posse nos 30 (trinta) dias subsequentes às suas eleições, mediante assinatura de termo de posse lavrado nos livros mantidos pela Companhia para esse fim e permanecerão em seus cargos até a posse de seus substitutos.

Parágrafo Segundo – A Assembléia Geral estabelecerá a remuneração anual global dos Administradores, nesta incluídos os benefícios de qualquer natureza, cabendo ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração fixada.

SEÇÃO I – CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Artigo 8º O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 11 (onze) membros efetivos e seus respectivos suplentes, que substituirão os efetivos em seus impedimentos eventuais, todos acionistas da Companhia, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição.

Artigo 9º Caberá à Assembléia Geral eleger os membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração da Companhia. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração serão escolhidos dentre os Conselheiros, na primeira reunião do Conselho de Administração realizada após a respectiva eleição.

Parágrafo Primeiro – O Presidente do Conselho de Administração será substituído, nos seus impedimentos temporários, pelo Vice-Presidente, ou, na falta deste, por outro Conselheiro indicado pelo Presidente do Conselho e, não havendo indicação, por escolha dos demais membros do Conselho.

Parágrafo Segundo – Em caso de vacância de qualquer cargo de Conselheiro o Conselho de Administração deve convocar a Assembléia Geral para preenchimento do respectivo cargo.

Parágrafo Terceiro – No caso de vaga do cargo de Presidente do Conselho, assumirá o Vice-Presidente, que permanecerá no cargo até que o Conselho escolha o seu titular, cumprindo, o substituto, gestão pelo prazo remanescente.

Artigo 10 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por qualquer de seus membros. As reuniões do Conselho de Administração somente serão consideradas validamente instaladas se contarem com a presença da maioria dos Conselheiros efetivos ou seus suplentes em exercício.

Parágrafo Primeiro – As decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto da maioria dos presentes à reunião em questão.

Parágrafo Segundo – Qualquer reunião ordinária do Conselho de Administração poderá deixar de ser realizada na ausência de qualquer assunto a ser por ela decidido.

Parágrafo Terceiro – As reuniões do Conselho de Administração podem ser realizadas por conferência telefônica, vídeo conferência, correio ou por qualquer outro meio de comunicação.

Artigo 11 No exercício das suas atribuições, compete ao Conselho de Administração, especialmente:

- I - fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- II - convocar a Assembleia Geral;
- III - eleger e destituir o Diretor Presidente;
- IV - eleger e destituir os demais membros da Diretoria, fixando-lhes as atribuições, inclusive designando o Diretor que acumulará a função de Diretor de Relações com Investidores;
- V - manifestar-se a respeito do relatório da administração, das contas da Diretoria e dos balanços consolidados, que deverão ser submetidos a sua apreciação;

VI - fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração, e quaisquer outros atos;

VII - estabelecer a forma de distribuição da remuneração dos administradores da Companhia, se fixada globalmente pela assembleia geral, e aprovar as regras gerais da política salarial dos empregados da Companhia;

VIII - observadas as disposições legais e ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento, aprovar a política de dividendos da Companhia e declarar, no curso do exercício social e até a Assembleia Geral, dividendos intermediários, inclusive a título de antecipação parcial ou total do dividendo mínimo obrigatório, à conta de lucros apurados em balanço semestral, trimestral ou em período menor de tempo ou de lucros acumulados ou reservas de lucros existentes no último balanço, bem como deliberar sobre a aprovação e o pagamento de juros sobre o capital próprio;

IX - opinar sobre a criação de qualquer reserva de capital para contingências e/ou qualquer reserva de lucros, bem como qualquer operação ou mecanismo que possa resultar na redução dos lucros a serem distribuídos para os acionistas pela Companhia ou, indiretamente, por suas controladas;

X - a aprovação de quaisquer planos de negócio a longo prazo, de orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia e de suas revisões;

XI - deliberar sobre a constituição de quaisquer ônus sobre bens, móveis ou imóveis da Companhia, ou a caução ou cessão de receitas ou direitos de crédito em garantia de operações financeiras ou não a serem celebradas pela Companhia, sempre que o valor total dos ativos objeto da garantia exceda a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;

XII - deliberar sobre a alienação de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia cujo valor exceda a 5% (cinco por cento) do valor total do ativo permanente da Companhia, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;

XIII - deliberar sobre a aquisição de quaisquer bens integrantes do ativo permanente da Companhia cujo valor exceda a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido total da Companhia, ou qualquer porcentagem inferior do mesmo que venha a ser estabelecida pelo Conselho de Administração, determinado com base nas demonstrações financeiras auditadas mais recentes da Companhia;

XIV - deliberar sobre a realização de qualquer negócio jurídico que tenha por objeto a aquisição ou alienação, ou ainda, a constituição de gravames de qualquer natureza pela Companhia sobre participações societárias, valores mobiliários, direitos de subscrição ou aquisição;

XV - deliberar sobre a contratação, pela Companhia e por qualquer de suas controladas, de obrigação em uma única operação ou numa série de operações vinculadas, em montante que exceda R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), não prevista no orçamento anual da Companhia;

XVI - a aprovação de associação da Companhia, sob quaisquer circunstâncias, com terceiros, inclusive a realização de um empreendimento conjunto, de um consórcio, ou a participação da Companhia em outras sociedades observados os limites do artigo 256 da Lei das S.A.;

XVII - a aprovação de investimentos (que não os previstos no inciso XVI acima e exceto os casos do artigo 256 da Lei das S.A.) em uma única operação ou numa série de operações vinculadas envolvendo montantes acima de R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais), devendo tal montante ser revisto a cada 2 (dois) anos pela Assembléia Geral dos acionistas;

XVIII - a aprovação da participação da Companhia ou de sociedade controlada em qualquer negócio que envolva os acionistas da Companhia, ou suas partes relacionadas, ou qualquer pessoa física ou jurídica nas quais os acionistas da Companhia, ou suas partes relacionadas tenham interesse econômico direto ou indireto, respeitado o disposto no Parágrafo Primeiro deste Artigo;

XIX - a autorização para a prática de qualquer ato extraordinário de gestão não compreendido, por lei ou por este Estatuto, na competência de outros órgãos societários;

XX - a aprovação da política de limite de concessão de crédito pela Companhia;

XXI - opinar sobre o resgate, amortização ou aquisição, pela Companhia, de ações de sua própria emissão, para efeito de permanência em tesouraria para posterior cancelamento e/ou alienação, nos termos da legislação aplicável;

XXII - deliberar sobre a indicação de procuradores para a execução dos atos listados neste artigo;

XXIII - deliberar sobre a emissão de ações, dentro do limite do capital autorizado, para o fim exclusivo de atender ao exercício do direito conferido pelas debêntures da 4ª. emissão da Companhia, devendo a emissão de ações observar estritamente as condições estabelecidas na Escritura da 4ª Emissão de Debêntures;

XXIV - deliberar sobre a emissão de notas promissórias ("commercial papers") e/ou outros títulos de créditos ou instrumentos semelhantes destinados à distribuição em mercados de capitais;

XXV - escolher e destituir os auditores independentes, bem como alterar a política contábil e fiscal da Companhia;

XXVI - opinar sobre a solicitação de cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta;

XXVII - opinar sobre a dissolução e liquidação, ou ainda autorização que permita à administração da Companhia requerer a recuperação judicial ou extra-judicial, ou ainda confessar a falência da Companhia ou de suas controladas;

XXVIII - constituir Comitês, que serão responsáveis por elaborar propostas ou efetuar recomendações ao Conselho de Administração, e definir suas respectivas atribuições, remuneração e regulamento de funcionamento;

XXIX - estabelecer os padrões éticos e de comportamento da Companhia, garantindo a observância da legislação vigente, à responsabilidade institucional da Companhia, fiscalizando a gestão financeira da Companhia e garantindo total transparência sobre os principais riscos da Companhia;

XXX - elaborar e alterar o Regimento Interno do Conselho de Administração;

XXXI - aprovar a orientação de voto a ser proferido pelos diretores da Companhia no exercício dos direitos da Companhia na qualidade de acionista ou quotista de outra sociedade, observado o disposto no Artigo 33 deste Estatuto Social; e

XXXII - aprovar programas de outorga de opção de compra ou subscrição de ações aos administradores e empregados da Companhia ou de outras sociedades que sejam controladas pela Companhia.

Parágrafo Primeiro – Nas deliberações sobre a realização de negócio pela Companhia ou por suas subsidiárias com acionistas ou partes relacionadas, os conselheiros indicados pelo acionista que pretende realizar tal negócio se ausentarão do recinto durante a discussão e votação da matéria em deliberação, que será tomada pela maioria dos demais conselheiros.

Parágrafo Segundo – A Companhia complementará a previdência social a seus empregados, através da Fundação de Seguridade Social BRASLIGHT, na forma e meios aprovados pelo Conselho de Administração.

SEÇÃO II – DIRETORIA

Artigo 12 A Diretoria será constituída pelo Diretor Presidente e por um máximo de 8 (oito) Diretores, a critério do Conselho de Administração, com prazo de gestão de 3 (três) anos, permitida a reeleição.

Parágrafo Primeiro – O Conselho de Administração escolherá, dentre os Diretores, o Diretor de Relações com Investidores, que desempenhará as atribuições e responsabilidades atribuídas pelas normas regulamentares aplicáveis.

Parágrafo Segundo – O Diretor Presidente, em caso de ausência ou impedimento temporário, escolherá, dentre os Diretores, o seu substituto. Os demais Diretores serão substituídos, em caso de ausência ou impedimento temporário, por outro Diretor especialmente designado pelo Diretor Presidente.

Parágrafo Terceiro – Em caso de vacância definitiva do cargo de Diretor Presidente, o Conselho de Administração elegerá o substituto, que completará o prazo de gestão do substituído. Em caso de vacância definitiva do cargo de qualquer Diretor, o Diretor Presidente indicará o substituto, dentre os demais Diretores, até que seja recomendado pelo Diretor Presidente ao Conselho de Administração o seu substituto definitivo pelo prazo restante de gestão.

Artigo 13 O Diretor Presidente e os Diretores desempenharão suas funções de acordo com o objeto social da Companhia e de modo a assegurar a condução normal de seus negócios e operações com estrita observância das disposições deste Estatuto Social e das resoluções das Assembleias Gerais de Acionistas e do Conselho de Administração.

Artigo 14 Os poderes e atribuições da Diretoria serão estabelecidos por resolução do Conselho de Administração.

Artigo 15 A Diretoria reunir-se-á ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, sempre que convocada por iniciativa do Presidente ou a pedido de qualquer dos Diretores.

Parágrafo Primeiro – As decisões da Diretoria serão tomadas de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Segundo – Qualquer reunião ordinária da Diretoria poderá deixar de ser realizada na ausência de qualquer assunto a ser por ela decidido.

Parágrafo Terceiro – As decisões da Diretoria deverão estar contidas em atas das respectivas reuniões.

Artigo 16 A Companhia somente será considerada validamente obrigada mediante as assinaturas:

- (a) do Diretor Presidente e de 1 (um) Diretor ou de quaisquer 2 (dois) Diretores, agindo em conjunto; ou
- (b) do Diretor Presidente ou de qualquer Diretor, em conjunto com um procurador, agindo em conformidade com os limites estabelecidos na respectiva procuração; ou
- (c) dois procuradores, agindo em conjunto e dentro dos limites estabelecidos nas respectivas procurações; ou
- (d) um procurador, quando se tratar de mandato *ad judicia* e *ad judicia et extra* para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos e agindo em conformidade com os limites estabelecidos na respectiva procuração.

Parágrafo Único – A Companhia estará validamente obrigada pela assinatura isolada de qualquer membro da Diretoria, caso essa representação seja previamente aprovada pelo Conselho de Administração.

Artigo 17 Qualquer membro da Diretoria ou procurador, agindo isoladamente e dentro dos limites estabelecidos na respectiva procuração, terá poderes para executar os seguintes atos:

- (a) endosso de cheques, para depósito nas contas da Companhia;
- (b) emissão de duplicatas e endosso das mesmas para fins de cobrança;
- (c) assinatura de correspondência de rotina que não crie qualquer responsabilidade para a Companhia;
- (d) recebimento de citações, intimações e notificações judiciais e administrativas, prestação de depoimento pessoal e representação na qualidade de preposto em audiências;

(e) prática de atos administrativos em geral, perante órgãos públicos e entidades fiscais e/ou parafiscais nas áreas federal, estadual ou municipal, inclusive Receita Federal, INSS, Caixa Econômica Federal, Juntas Comerciais e cartórios, podendo assinar petições, requerimentos, impugnações, recursos, desistência de defesa em 1ª Instância de julgamento administrativo, desistência de recurso em 2ª Instância de julgamento administrativo, Câmara ou Plenário no âmbito estadual, municipal e federal, livros fiscais, livros contábeis, livros comerciais, autorização de impressão de documentos fiscais, demonstrativos e/ou informações mensais e anuais, petições para aproveitamento de crédito do ICMS, pedidos de ressarcimento e/ou compensação de tributos, pedidos de parcelamento de débitos, comunicações, pedidos de certidões negativas, guias de informações, declarações de informações, declarações de restituição ou compensação de impostos e regularizações fiscais; e

(f) cumprimento e negociação de obrigações fiscais, trabalhistas ou previdenciárias, desde que não importe em assunção de novas obrigações.

Parágrafo Único – A outorga de procurações pela Companhia, excetuadas aquelas destinadas à prática dos atos previstos no Artigo 11 acima, dependerá sempre de prévia e expressa aprovação da Diretoria, e os respectivos instrumentos serão sempre assinados pelo Presidente e por um dos Diretores ou por dois Diretores, e estabelecerão expressamente os poderes dos procuradores e, excetuando-se as procurações outorgadas para fins judiciais, terão prazo máximo de validade de um ano.

CAPÍTULO IV – CONSELHO FISCAL

Artigo 18 A Companhia terá um Conselho Fiscal de funcionamento não permanente, que exercerá as atribuições impostas por lei e que somente será instalado mediante solicitação de acionistas que representem, no mínimo, 2% (dois por cento) das ações com direito a voto.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal será composto de no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros efetivos e seus respectivos suplentes, acionistas ou não, residentes no País, sendo admitida a reeleição. Nos exercícios sociais em que a instalação do Conselho Fiscal for solicitada, a Assembleia Geral elegerá seus membros e estabelecerá a respectiva remuneração, sendo que o mandato dos membros do Conselho Fiscal terminará na data da primeira Assembleia Geral Ordinária realizada após sua instalação.

CAPÍTULO V – ASSEMBLÉIA GERAL

Artigo 19 A Assembleia Geral será ordinária ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada no prazo de 4 (quatro) meses subsequentes ao encerramento do exercício social e as Assembleias Gerais Extraordinárias serão realizadas sempre que os interesses da Companhia assim o exigirem.

Artigo 20 As Assembleias Gerais serão presididas pelo Presidente do Conselho de Administração ou, em sua ausência, pelo Vice-Presidente do Conselho, ou na ausência deste pelo Presidente da Companhia ou, em sua ausência, por qualquer dos Diretores. O Secretário da Assembleia Geral será escolhido pelos acionistas.

Parágrafo Primeiro – O edital de convocação poderá condicionar a presença do acionista na Assembleia Geral, além dos requisitos previstos em lei, ao depósito do comprovante expedido pela instituição depositária na sede da Sociedade ou em instituição financeira designada no anúncio de convocação, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo – O edital de convocação também poderá condicionar a representação do acionista, por procurador, na Assembleia Geral, a que o depósito do respectivo instrumento de procuração seja efetuado na sede da Companhia ou em instituição financeira designada no anúncio de convocação, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência do dia marcado para a realização da Assembleia Geral.

Artigo 21 As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos acionistas, observado o Artigo 30, parágrafo único.

Artigo 22 Compete à Assembléia Geral, além das atribuições previstas em lei, a escolha, dentre aquelas indicadas, em lista tríplice, pelo Conselho de Administração, da empresa especializada responsável pela preparação de laudo de avaliação das ações da Companhia, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta.

CAPÍTULO VI – EXERCÍCIO SOCIAL E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Artigo 23 O exercício social encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 24 Ao final de cada exercício social, serão levantadas as demonstrações financeiras de acordo com as normas legais aplicáveis. A Companhia poderá, a critério do Conselho de Administração, levantar demonstrações financeiras semestrais, trimestrais ou em períodos menores de tempo, observadas as prescrições legais, e o Conselho de Administração poderá deliberar e declarar dividendos intermediários à conta do lucro líquido apurado no período ou à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros, inclusive como antecipação, total ou parcial, do dividendo obrigatório do exercício em curso.

Parágrafo Primeiro – Após efetivadas as deduções previstas em lei, a Assembléia Geral deliberará pela distribuição de lucros com base em proposta apresentada pela Diretoria, ouvido o Conselho de Administração e, se em funcionamento, após obtido o parecer do Conselho Fiscal.

Parágrafo Segundo – Em cada exercício social, os acionistas farão jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido da Companhia, na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Parágrafo Terceiro – Poderá, ainda, o Conselho de Administração, deliberar o pagamento de juros sobre o capital próprio de acordo com a legislação em vigor, em substituição total ou parcial dos dividendos, inclusive intermediários cuja declaração lhe é facultada pelo “caput” deste artigo ou, ainda, em adição aos mesmos.

Parágrafo Quarto – Caberá ao Conselho de Administração, observada a legislação em vigor, fixar, a seu critério, o valor e a data do pagamento de cada parcela de juros sobre o capital próprio, cujo pagamento vier a deliberar.

Parágrafo Quinto – A Assembléia Geral decidirá a respeito da imputação, ao valor do dividendo obrigatório, do montante dos juros sobre o capital próprio deliberado pela Companhia durante o exercício.

Parágrafo Sexto – Os dividendos e os juros sobre o capital próprio serão pagos nas datas e locais indicados pelo Diretor de Relações com Investidores. No caso de não serem reclamados dentro de 3 (três) anos, a contar do início do pagamento, reverterão a favor da Companhia.

CAPÍTULO VII – ALIENAÇÃO DO PODER DE CONTROLE

Artigo 25 A alienação do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente do controle se obrigue a formular, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, oferta pública de aquisição das ações dos demais acionistas, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

Artigo 26 A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser realizada: (a) nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venha a resultar na Alienação do Controle da Companhia; e, (b) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante fica obrigado a declarar à BOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Artigo 27 Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

- (a) concretizar a oferta pública referida no artigo 25 deste Estatuto Social; e,

(b) ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da Alienação de Controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado.

Artigo 28 As ações representativas do capital social da Companhia e detidas pelos integrantes do grupo controlador ou por seus sucessores, em caso de alienação destas e/ou de direitos de subscrição ou bonificações distribuídas em decorrência de capitalização de lucros ou reservas não poderão ser transferidas, cedidas ou de qualquer forma alienadas, gratuita ou onerosamente, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa concordância do Poder Concedente.

CAPÍTULO VIII – CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA

Artigo 29 Sem prejuízo das disposições legais e regulamentares, o cancelamento de registro da Companhia como companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM deverá ser precedido de oferta pública de aquisição de ações a ser feita pelo Acionista Controlador, que deverá ter como preço mínimo a ser ofertado, obrigatoriamente, o correspondente ao valor econômico, determinado em laudo de avaliação elaborado conforme dispõe o Artigo 30.

Parágrafo Único – O cancelamento deverá ser precedido de Assembléia Geral Extraordinária em que se delibere especificamente sobre tal cancelamento.

Artigo 30 O laudo de avaliação a que se refere o artigo 29 deverá ser elaborado por empresa especializada, com experiência comprovada e independência quanto ao poder de decisão da Companhia, seus administradores e Acionista Controlador, bem como satisfazer os demais requisitos legais. Os custos incorridos com a elaboração do laudo serão arcados pelo acionista que detiver o poder de controle.

Parágrafo Único – A escolha da empresa especializada responsável pela elaboração do laudo de avaliação é de competência da Assembléia Geral, conforme estabelecido no Artigo 22, “b”, deste Estatuto, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação ser tomada por maioria absoluta dos votos das ações em circulação manifestados na Assembléia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco, as ações de titularidade do acionista controlador, de seu cônjuge, companheiro(a) e dependentes incluídos na declaração anual de imposto de renda, ações mantidas em tesouraria e ações detidas por sociedades controladas ou coligadas da Companhia e/ou do acionista controlador, assim como de outras sociedades que com qualquer dessas integre um mesmo grupo de fato ou de direito.

CAPÍTULO X – JUÍZO ARBITRAL

Artigo 31 As disputas e controvérsias decorrentes ou relacionadas a este Estatuto Social, às disposições da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, aos regulamentos da BOVESPA e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, ou delas decorrentes, deverão ser solucionadas por arbitragem, a ser conduzida na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BOVESPA.

CAPÍTULO XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 32 A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei. A Assembléia Geral determinará a forma de liquidação, nomeará o liquidante e os membros do Conselho Fiscal - que funcionará durante todo o período de liquidação – fixando-lhes os respectivos honorários.

Artigo 33 Os Estatutos Sociais das empresas *LIR Energy Limited* e *Light Overseas Investments Limited*, subsidiárias integrais desta Companhia, somente poderão ser alterados, a partir de 01.03.2007, mediante prévia autorização da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 2009.

Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Presidente

Patricia Veiga Borges
Secretária

-
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada em 27 de maio de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A.
CNPJ/MF Nº 60.444.437/0001-46
NIRE Nº 3.330.010.644-8
Companhia Aberta
Subsidiária Integral da LIGHT S.A.

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA LIGHT – SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A., REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009, LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO, CONFORME FACULTA O §1º, DO ART. 130, DA LEI Nº 6.404/76.

1. Data, hora e local: 27 de maio de 2009, às 10:30 horas, na Avenida Marechal Floriano, 168, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. Presentes: Os Conselheiros efetivos Aldo Floris, Carlos Augusto Leone Piani, Djalma Bastos de Moraes, Eduardo Borges de Andrade, presidente da reunião, Firmino Ferreira Sampaio Neto, Ricardo Coutinho de Sena, Ricardo Simonsen, Sérgio Alair Barroso e José Luiz Silva. Compareceram, também, à reunião, sem, contudo, participarem das votações, os conselheiros suplentes Ana Marta Horta Veloso, Carlos Roberto Teixeira Junger, João Batista Zolini Carneiro, Lauro Alberto De Luca, Luiz Fernando Rolla, Paulo Roberto Reckziegel Guedes e Carmen Lúcia Claussen Kanter. A advogada Patrícia Veiga Borges foi convidada para secretariar os trabalhos. Participaram, ainda, os Diretores José Luiz Alquéres e Ronnie Vaz Moreira.

3. Assuntos Tratados – Deliberações Unâнимes:

3.1. Debêntures 6ª. Emissão.

O Conselho de Administração aprovou, por unanimidade, a realização da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Emissora" ou "Companhia"), da espécie quilografária, com garantia adicional, no valor de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), sendo possível o aumento em até 35% (trinta e cinco por cento) através da emissão de debêntures suplementares e adicionais (conforme abaixo definido), desde que o volume total da Emissão não ultrapasse a quantia de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para distribuição pública, a qual terá as seguintes características e condições ("Oferta"):

- (i) **Número de Séries:** a Emissão será realizada em uma única série.
- (ii) **Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2009 ("Data de Emissão").
- (iii) **Valor Nominal Unitário:** as Debêntures terão valor nominal unitário, na Data de Emissão, de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário").
- (iv) **Quantidade de Títulos:** serão emitidas 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures.
- (v) **Valor Total da Emissão:** o valor da Emissão, na Data de Emissão, será de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) ("Valor Total Inicial da 6ª Emissão"), sendo possível o aumento em até 35% (trinta e cinco por cento) através da emissão de debêntures suplementares e adicionais (conforme abaixo definido), desde que o volume total da Emissão não ultrapasse a quantia de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

- (vi) **Debêntures Suplementares:** A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15% conforme demanda verificada em procedimento de coleta de intenção de investimentos ("Procedimento de *Bookbuilding*"), a exclusivo critério dos Coordenadores, nos termos do artigo 14, parágrafo primeiro da Instrução CVM 400/03.
- (vii) **Debêntures Adicionais:** A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20%, conforme demanda verificada em Procedimento de *Bookbuilding*, a exclusivo critério da Companhia, nos termos do artigo 14, parágrafo segundo da Instrução CVM 400/03;
- (viii) **Prazo de Vigência e Data de Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vigência de 2 (dois) anos, contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2011 ("Data de Vencimento").
- (ix) **Forma e Conversibilidade:** as Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados.
- (x) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia nem preferência.
- (xi) **Remuneração:** as Debêntures farão jus à acumulação de, no máximo, 133% (cento e trinta e três por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI *Over Extra Grupo*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração"), observado que a taxa final aplicável para cálculo da Remuneração será definida em procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*) a ser conduzido pelas instituições intermediárias responsáveis pela Oferta ("Coordenadores"). A Remuneração será paga semestralmente, nas seguintes datas: 1º de dezembro de 2009, 1º de junho de 2010, 1º de dezembro de 2010 e na Data de Vencimento, qual seja, 1º de junho de 2011.
- (xii) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.
- (xiii) **Repactuação Programada:** não haverá.
- (xiv) **Amortização Programada:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcela única, na Data de Vencimento.
- (xv) **Resgate Antecipado:** Não há hipótese de resgate antecipado.
- (xvi) **Plano de Distribuição:** observadas as disposições da escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão") e do contrato de distribuição pública das Debêntures a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores, as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia *firm.c.*, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, para colocação junto a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando em conta o perfil

de risco dos destinatários da Oferta. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, sendo que os Coordenadores organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, devendo assegurar (a) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (b) a adequação do investimento nas Debêntures ao perfil de risco dos investidores; e (c) a disponibilização de exemplares dos Prospectos aos investidores. Nos termos do artigo 30 da Instrução CVM n.º 400/03, a Oferta somente poderá ser concluída mediante distribuição da totalidade das Debêntures que representam o Valor Total Inicial da 6ª Emissão. A quantidade de Debêntures objeto da Oferta poderá ser objeto de aumento em virtude do exercício da opção de distribuição de quantidade adicional e/ou lote suplementar de Debêntures, nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, e do artigo 24 da Instrução CVM 400/03, respectivamente, desde que o valor total da Emissão não ultrapasse o montante total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

- (xvii) **Negociação:** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e do Sistema Bovespafix (ambiente de negociação de ativos de renda fixa), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.
- (xviii) **Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa terão os seus pagamentos realizados junto ao banco mandatário e escriturador a ser contratado pela Companhia.
- (xix) **Vencimento Antecipado:** são consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures:
- (a) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora, pela Light (conforme abaixo definida) e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento da obrigação;
 - (b) vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Emissora, da Light e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
 - (c) protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora, a Light e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas seja responsável, ainda que na condição de garantidora, em valor, individual ou em conjunto, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do referido protesto (a) seja validamente comprovado pela Emissora e/ou a Light que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) for cancelado, ou ainda, (c) for apresentado defesa e prestadas garantias em juízo.

- (d) dissolução ou extinção da Emissora, da Light e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, exceto no caso das sociedades HIE Brasil Rio Sul Ltda. e LIR Energy Ltd.;
- (e) decretação de falência e/ou liquidação da Emissora, da Light e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora, pela Light e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (f) cisão, fusão ou incorporação da Light S.A por outra sociedade, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida cisão, fusão ou incorporação, os *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora [pela Standard&Poor's e] pela Moody's América Latina na data de publicação do anúncio de início da Oferta não sejam objeto de rebaixamento pelas referidas agências de *rating*;
- (g) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra sociedade, salvo se tal alteração societária for previamente aprovada por titulares de Debêntures em observância ao quorum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão, ou se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) alteração e/ou transferência de controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou Light S.A, conforme definido nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, os *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora [pela Standard&Poor's e] pela Moody's América Latina na data de publicação do anúncio de início da Oferta não sejam objeto de rebaixamento pelas referidas agências de *rating*;
- (i) alienação, pela Emissora, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures reunidos em assembléia de titulares de Debêntures, em observância ao quorum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão;
- (j) perda da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia;
- (k) intervenção do poder concedente da concessão outorgada à Emissora decorrente de fatos relacionados à sua capacidade econômica;
- (l) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) redução do capital social da Emissora, que não seja para absorção de prejuízos acumulados, exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures reunidos em assembléia de titulares de Debêntures, em observância ao quorum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão;
- (n) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora que não tenham sido declarados até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;

- (o) inadimplemento por parte da Emissora e/ou da Light com relação ao pagamento da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (p) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, a destinação dos recursos, e que não seja regularizada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelo agente fiduciário e/ou pelos titulares de Debêntures, individualmente ou em conjunto;
- (q) não cumprimento de decisões judiciais finais e irrecorríveis contra a Emissora e/ou a Light envolvendo valores superiores a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), considerado individualmente ou em conjunto;
- (r) alteração do objeto social da Emissora e/ou da Light, de forma que (i) a Emissora deixe de atuar na distribuição e comercialização de energia elétrica; ou (ii) a Light deixe de ter como objetivo principal a participação em sociedades que atuem na geração, distribuição e/ou comercialização de energia elétrica;
- (s) constituição de ônus ou gravames sobre ativos relevantes da Emissora e/ou da Light (exceto se para a prestação de garantias em processos judiciais ou administrativos ou para garantir o cumprimento de contrato de compra de energia elétrica celebrados pela Emissora), considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures reunidos em assembléia de titulares de Debêntures, em observância ao quorum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão;
- (t) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures reunidos em assembléia de titulares de Debêntures, em observância ao quorum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão; e
- (u) inobservância ou descumprimento, pela Light, enquanto houver Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites financeiros ("**Índices e Limites Financeiros**"):

1) Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA:

Total da Dívida Sênior $\leq 3,1$ (três inteiros e um décimo), para os trimestres fiscais e os
EBITDA exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009, inclusive, observado o disposto no Item 1.1. abaixo.

1.1) Sem prejuízo do limite previsto na tabela acima, a Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA constante da tabela acima somente poderá ser superior a 2,6 (dois inteiros e seis décimos) caso a Emissora e a Light comprovem, a cada data de apuração dos Índices e Limites Financeiros nos termos da escritura de emissão das Debêntures, que o índice de endividamento que supera 2,6 (dois inteiros e seis décimos) corresponde, exclusivamente, a operações de financiamento destinadas à realização de investimentos pela Emissora e/ou pela Light no setor elétrico. O agente fiduciário da Emissão deverá observar os procedimentos descritos na escritura de emissão das Debêntures no que se refere ao vencimento antecipado das Debêntures caso a Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA constante da tabela acima seja superior a 2,6 (dois inteiros e seis décimos) e a Emissora e a Light não apresentem a comprovação de que trata este item 1.1.

Para os fins do disposto no item 1 e 1.1 acima:

"Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA" significa, em qualquer momento, o quociente da divisão do (a) Total da Dívida Consolidada e Ajustada da Light, no último dia do mais recente trimestre fiscal completo da Light pelo (ii) EBITDA da Light relativo aos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data ou próximo a tal data;

"Total da Dívida Consolidada e Ajustada" da Light significa, em qualquer momento, o saldo de principal e juros a pagar total das Dívidas da Light e de suas subsidiárias, calculado em bases consolidadas, menos o saldo, à época, do valor total das Dívidas Subordinadas consolidadas;

"Dívida" significa, em relação a qualquer Pessoa, sem duplicidade, seja o recurso aos bens de tal pessoa, total ou parcial e contingente ou não, (i) todas as obrigações de tal Pessoa por recursos tomados em empréstimo, (ii) todas as obrigações de tal Pessoa evidenciadas por títulos, debêntures, notas ou instrumentos similares, incluindo qualquer obrigação oriunda da aquisição de bens ou negócios, (iii) todas as obrigações de tal Pessoa relativas à venda condicional ou outras formas de contrato de retenção de titularidade relacionadas a bens adquiridos por tal Pessoa, (iv) todas as obrigações de reembolso de tal Pessoa relacionadas a cartas de crédito, aceites bancários ou instrumentos similares emitidos em benefício de tal Pessoa, em razão de obrigações derivadas de empréstimo em dinheiro, (v) todas as obrigações de tal Pessoa em relação ao preço pendente de compra de bens ou serviços (inclusive contratos de recompra de valores mobiliários, mas excluindo contas a pagar ou outros encargos incorridos resultantes do curso normal dos negócios e que não estejam vencidos ou que estejam sendo contestados em boa-fé), (vi) todas as obrigações de tal Pessoa relacionadas a contratos de locação ou arrendamento ou outro acordo de transferência de direito de uso, de bens móveis ou imóveis, (vii) todas as obrigações de tal Pessoa de resgatar, reembolsar ou de qualquer forma realizar pagamento relacionado a ações de emissão de tal Pessoa, (viii) obrigações líquidas (se existentes) em decorrência de contratos de hedge de taxa de juros ou de proteção cambial de tal Pessoa, conforme constante das demonstrações financeiras (ou balancetes) de tal Pessoa relativas ao último trimestre fiscal, (ix) todas as Dívidas de terceiros garantidas por (ou com relação às quais o devedor tenha o direito, de qualquer forma, de ter sua Dívida garantida por) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos por tal Pessoa, (x) toda obrigação de terceiros, semelhante àquelas previstas nos incisos (i) a (viii) acima, cujo pagamento tenha sido garantido por tal Pessoa, (xi) todas as obrigações ou garantias de obrigações relacionadas a fundos e/ou planos de pensão, e (xii) todas as obrigações ou garantias de obrigações dos tipos mencionados nos incisos (i) a (xi) acima, por meio das quais a Pessoa tenha criado um ônus sobre qualquer de seus bens de forma a garantir ou assegurar tal obrigação. A Dívida da Light não deve, entretanto, incluir Dívidas Subordinadas ou (a) qualquer obrigação relacionada à dívida passada referente ao PIS - Programa de Integração Social, à COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, ao INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social e/ou ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, (b) qualquer contingência relativa a fundos de pensão (tais como previstas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 e contabilizadas em seu balanço patrimonial consolidado, nos termos da Deliberação CVM n.º 371/00) ou (c) qualquer obrigação incorrida em virtude do Programa de Eficientização de Energia;

"Pessoa" significa a Light ou qualquer de suas subsidiárias;

"Dívida Subordinada" significa qualquer Dívida da Emissora ou de qualquer de suas subsidiárias que estejam, em todos os aspectos, subordinada às obrigações da Emissora

com relação às Debêntures e cujas datas de pagamento de principal somente ocorram após o pagamento integral dos valores devidos aos titulares de Debêntures;

"EBITDA" significa, para qualquer período, o Lucro Líquido da Light e de suas subsidiárias, calculado de forma consolidada para tal período, acrescido, desde que deduzido no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (a) despesa de impostos sobre o Lucro Líquido, (b) Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos, (c) despesa de amortização e depreciação, (d) perdas extraordinárias e não recorrentes e (e) outros itens operacionais que não configurem saída de caixa e que reduzam o Lucro Líquido, menos, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, (i) receitas financeiras, (ii) quaisquer ganhos extraordinários e não recorrentes, e (iii) outras receitas operacionais que aumentem o Lucro Líquido e que não configurem entrada de caixa;

"Lucro Líquido" significa, para qualquer período, o lucro líquido (ou prejuízo) da Light e de suas subsidiárias, em bases consolidadas, para o período em questão e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo quaisquer ganhos resultantes de conversão de moedas); considerando que devem ser excluídos (a) o lucro líquido (ou prejuízo) de qualquer entidade, existente antes da data em que a referida entidade tornou-se uma subsidiária da Light ou tenha sido incorporada ou fundida à Light ou suas subsidiárias, (b) ganhos ou perdas relativos a disposição de ativos da Light ou suas subsidiárias, (c) o efeito acumulado de modificações aos princípios contábeis, (d) quaisquer perdas resultantes da flutuação das taxas cambiais, (e) qualquer ganho ou perda realizado quando do término de qualquer plano de benefício de pensão de empregados, (f) lucro líquido de operações descontinuadas e (g) o efeito fiscal de quaisquer dos itens descritos nas alíneas (a) a (f) acima; e

"Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos" significa, em qualquer período, a despesa consolidada de juros brutos relacionada a empréstimos e outros financiamentos (incluindo quaisquer valores adicionais a serem pagos em virtude de tais obrigações sujeitas ao pagamento de juros), incluída na demonstração consolidada de resultado, sem dedução de qualquer receita proveniente de juros, da Light ou suas subsidiárias para tal período, calculada de forma consolidada, incluindo, sem duplicação (ou na medida em que não esteja incluído ou adicionado) (i) quaisquer pagamentos ou taxas relacionados a cartas de crédito, aceites bancários ou instrumentos similares emitidos ou concedidos por conta da Light ou de qualquer de suas subsidiárias em relação a empréstimo ou outro tipo de financiamento; e (ii) parcelas de qualquer obrigação relacionada a contratos de locação ou arrendamento ou outro acordo de transferência de direito de uso, de bens móveis ou imóveis, pagas durante o referido período, determinadas em bases consolidadas, mas excluindo (x) os efeitos de qualquer variação cambial que não configurem movimentação de caixa e (y) na medida em que incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas, os juros pagos pela Light e suas subsidiárias em relação a qualquer obrigação descoberta relativa a fundo de pensão (tais como previstas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 e contabilizadas em seu balanço patrimonial consolidado, nos termos da Deliberação CVM n.º 371/00).

2) Relação de Cobertura de Juros:

EBITDA	≥ 2,5 (dois inteiros e cinco décimos), para os trimestres
Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos	fiscais e os exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009, inclusive.

Para os fins do disposto no item 2 acima:

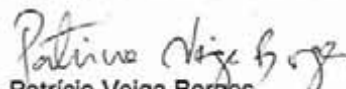
"Relação de Cobertura de Juros" significa, ao final de qualquer trimestre fiscal, a divisão do (a) somatórios do EBITDA dos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data, pelo (b) somatório da Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos dos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data.



- (xx) **Destinação dos Recursos:** Os recursos captados pela Companhia por meio da Oferta serão utilizados para efetuar o resgate antecipado compulsório das notas promissórias comerciais da primeira emissão da Companhia, emitidas em 15 de maio de 2009, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e para reforço do capital de giro da Companhia.
- (xxi) **Garantias:** as Debêntures terão como garantia a fiança da Light S.A., sociedade controladora da Companhia, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.378.521/0001-75 ("Light").

3.2. O Conselho de Administração autorizou a Diretoria da Companhia, observadas as disposições legais, a praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes para a emissão das Debêntures e/ou relacionados ao arquivamento do registro da Oferta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), CETIP, BM&FBOVESPA e Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), podendo aceitar propostas e contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro com a finalidade de coordenar o processo de arquivamento do registro da Oferta perante a CVM, CETIP, BM&FBOVESPA e ANBID, e contratar os serviços de banco mandatário e escriturador, agente fiduciário, agência de classificação de risco, advogados, auditores independentes e outros, conforme o caso, necessários para a realização da Oferta.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata da reunião do Conselho de Administração da LIGHT – Serviços de Eletricidade S.A., realizada nesta data, lavrada no livro próprio.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2009.


Patrícia Veiga Borges
Secretária da reunião

	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A	
Nire: 33.3.0010944-8	
Protocolo: 00-2009/083277-8 - 27/05/2009	
CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 29/05/2009, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.	
00001913954 DATA: 29/05/2009	 Valéria L.M. Serre JULGADORA GERAL

-
- Ata da Reunião do Conselho de Administração da Light S.A. realizada em 27 de maio de 2009

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



LIGHT S.A.
CNPJ/MF Nº 03.378.521/0001-75
NIRE Nº 3.330.026.316-1
CAPITAL ABERTO

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA LIGHT S.A., REALIZADA EM 27 DE MAIO DE 2009, LAVRADA SOB A FORMA DE SUMÁRIO, CONFORME FACULTA O §1º, DO ART. 130, DA LEI Nº 6.404/76.

1. Data, hora e local: 27 de maio de 2009, às 10:00 horas, na Avenida Marechal Floriano, 168, Centro, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2. Presentes: Os Conselheiros efetivos Aldo Floris, Carlos Augusto Leone Piani, Djalma Bastos de MORAIS, Eduardo Borges de Andrade, presidente da reunião, Firmino Ferreira Sampaio Neto, Ricardo Coutinho de Sena, Ricardo Simonsen, Sérgio Alair Barroso, Elvino Lima Gaspar, Ruy Flaks Schneider e José Luiz Silva. Compareceram, também, à reunião, sem, contudo, participarem das votações, os conselheiros suplentes Ana Marta Horta Veloso, Carlos Roberto Teixeira Junger, João Batista Zolini Carneiro, Lauro Alberto De Luca, Luiz Fernando Rolla, Paulo Roberto Reckziegel Guedes, Almir José dos Santos, Joaquim Dias de Castro e Carmen Lúcia Claussen Kanter. A advogada Patrícia Veiga Borges foi convidada para secretariar os trabalhos. Participaram, ainda, os Diretores José Luiz Alquéres e Ronnie Vaz Moreira.

3. Assuntos Tratados – Deliberações Unânicas:

3.1. Debêntures 6ª. Emissão da Light S.E.S.A.

O Conselho de Administração, por unanimidade, aprovou e orientou que os conselheiros indicados pela Light S.A. no Conselho de Administração da Light S.E.S.A. aprovem a realização da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Emissora"), da espécie quirografária, com garantia adicional, no valor de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), sendo possível o aumento em até 35% (trinta e cinco por cento) através da emissão de debêntures suplementares e adicionais (conforme abaixo definido), desde que o volume total da Emissão não ultrapasse a quantia de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), para distribuição pública, a qual terá as seguintes características e condições ("Oferta"):

- (i) **Número de Séries:** a Emissão será realizada em uma única série.
- (ii) **Data de Emissão:** para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2009 ("Data de Emissão").
- (iii) **Valor Nominal Unitário:** as Debêntures terão valor nominal unitário, na Data de Emissão, de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário").
- (iv) **Quantidade de Títulos:** serão emitidas 250.000 (duzentas e cinquenta mil) Debêntures.
- (v) **Valor Total da Emissão:** o valor da Emissão, na Data de Emissão, será de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) ("Valor Total Inicial da 6ª Emissão"), sendo possível o aumento em até 35% (trinta e cinco por cento) através da emissão de debêntures suplementares e adicionais (conforme abaixo definido), desde que o volume total da Emissão não ultrapasse a quantia de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).
- (vi) **Debêntures Suplementares:** A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Adicionais) poderá ser acrescida em até 15%



conforme demanda verificada em procedimento de coleta de intenção de investimentos ("Procedimento de *Bookbuilding*"), a exclusivo critério dos Coordenadores, nos termos do artigo 14, parágrafo primeiro da Instrução CVM 400/03.

- (vii) **Debêntures Adicionais:** A quantidade de Debêntures inicialmente ofertada (sem considerar as Debêntures Suplementares) poderá ser acrescida em até 20%, conforme demanda verificada em Procedimento de *Bookbuilding*, a exclusivo critério da Emissora, nos termos do artigo 14, parágrafo segundo da Instrução CVM 400/03;
- (viii) **Prazo de Vigência e Data de Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vigência de 2 (dois) anos, contado da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2011 ("Data de Vencimento").
- (ix) **Forma e Conversibilidade:** as Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.
- (x) **Espécie:** as Debêntures serão da espécie quirografária, sem garantia nem preferência.
- (xi) **Remuneração:** as Debêntures farão jus à acumulação de, no máximo, 133% (cento e trinta e três por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI *Over Extra Grupo*", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Remuneração"), observado que a taxa final aplicável para cálculo da Remuneração será definida em procedimento de coleta de intenções de investimento (*bookbuilding*) a ser conduzido pelas instituições intermediárias responsáveis pela Oferta ("Coordenadores"). A Remuneração será paga semestralmente, nas seguintes datas: 1º de dezembro de 2009, 1º de junho de 2010, 1º de dezembro de 2010 e na Data de Vencimento, qual seja, 1º de junho de 2011.
- (xii) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição.
- (xiii) **Repactuação Programada:** não haverá.
- (xiv) **Amortização Programada:** O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em parcela única, na Data de Vencimento.
- (xv) **Resgate Antecipado:** Não há hipótese de resgate antecipado.
- (xvi) **Plano de Distribuição:** observadas as disposições da escritura de emissão das Debêntures ("Escritura de Emissão") e do contrato de distribuição pública das Debêntures a ser celebrado entre a Emissora e os Coordenadores, as Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema brasileiro de distribuição de valores mobiliários, para colocação junto a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, sendo que os Coordenadores organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados podendo levar em



conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, devendo assegurar (a) que o tratamento conferido os investidores seja justo e equitativo; (b) a adequação do investimento nas Debêntures ao perfil de risco dos investidores; e (c) a disponibilização de exemplares dos Prospectos aos investidores. Nos termos do artigo 30 da Instrução CVM n.º 400/03, a Oferta somente poderá ser concluída mediante distribuição da totalidade das Debêntures que representam o Valor Total Inicial da 6ª Emissão. A quantidade de Debêntures objeto da Oferta poderá ser objeto de aumento em virtude do exercício da opção de distribuição de quantidade adicional e/ou lote suplementar de Debêntures, nos termos do artigo 14, parágrafo segundo, e do artigo 24 da Instrução CVM 400/03, respectivamente, desde que o valor total da Emissão não ultrapasse o montante total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

- (xvii) **Negociação:** As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos e do SND – Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos e do Sistema Bovespafix (ambiente de negociação de ativos de renda fixa), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.
- (xviii) **Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa terão os seus pagamentos realizados junto ao banco mandatário e escriturador a ser contratado pela Emissora.
- (xix) **Vencimento Antecipado:** são consideradas hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures:
- (a) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora, pela Light (conforme abaixo definida) e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento da obrigação;
 - (b) vencimento antecipado de qualquer dívida financeira da Emissora, da Light e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
 - (c) protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora, a Light e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas seja responsável, ainda que na condição de garantidora, em valor, individual ou em conjunto, superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do referido protesto (a) seja validamente comprovado pela Emissora e/ou a Light que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (b) for cancelado, ou ainda, (c) for apresentado defesa e prestadas garantias em juízo.
 - (d) dissolução ou extinção da Emissora, da Light e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, exceto no caso das sociedades HIE Brasil Rio Sul Ltda. e LIR Energy Ltd.;
 - (e) decretação de falência e/ou liquidação da Emissora, da Light e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, ou pedido de recuperação judicial ou



extrajudicial ou falência formulado pela Emissora, pela Light e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;

- (f) cisão, fusão ou incorporação da Light S.A por outra sociedade, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida cisão, fusão ou incorporação, os *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora [pela Standard&Poor's e] pela Moody's América Latina na data de publicação do anúncio de início da Oferta não sejam objeto de rebaixamento pelas referidas agências de *rating*;
- (g) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra sociedade, salvo se tal alteração societária for previamente aprovada por titulares de Debêntures em observância ao quorum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão, ou se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (h) alteração e/ou transferência de controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou Light S.A, conforme definido nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, os *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora [pela Standard&Poor's e] pela Moody's América Latina na data de publicação do anúncio de início da Oferta não sejam objeto de rebaixamento pelas referidas agências de *rating*;
- (i) alienação, pela Emissora, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures reunidos em assembleia de titulares de Debêntures, em observância ao quorum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão;
- (j) perda da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia;
- (k) intervenção do poder concedente da concessão outorgada à Emissora decorrente de fatos relacionados à sua capacidade econômica;
- (l) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) redução do capital social da Emissora, que não seja para absorção de prejuízos acumulados, exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures reunidos em assembleia de titulares de Debêntures, em observância ao quorum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão;
- (n) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora que não tenham sido declarados até a data de celebração da Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (o) inadimplemento por parte da Emissora e/ou da Light com relação ao pagamento da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (p) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista na Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando, a destinação dos



recursos, e que não seja regularizada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelo agente fiduciário e/ou pelos titulares de Debêntures, individualmente ou em conjunto;

- (q) não cumprimento de decisões judiciais finais e irreversíveis contra a Emissora e/ou a Light envolvendo valores superiores a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), considerado individualmente ou em conjunto;
- (r) alteração do objeto social da Emissora e/ou da Light, de forma que (i) a Emissora deixe de atuar na distribuição e comercialização de energia elétrica; ou (ii) a Light deixe de ter como objetivo principal a participação em sociedades que atuem na geração, distribuição e/ou comercialização de energia elétrica;
- (s) constituição de ônus ou gravames sobre ativos relevantes da Emissora e/ou da Light (exceto se para a prestação de garantias em processos judiciais ou administrativos ou para garantir o cumprimento de contrato de compra de energia elétrica celebrados pela Emissora), considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures reunidos em assembléia de titulares de Debêntures, em observância ao quorum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão;
- (t) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado pelos titulares de Debêntures reunidos em assembléia de titulares de Debêntures, em observância ao quorum de deliberação estabelecido na Escritura de Emissão; e
- (u) inobservância ou descumprimento, pela Light, enquanto houver Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites financeiros ("**Índices e Limites Financeiros**"):

1) Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA:

Total da Dívida Sênior	≤ 3,1 (três inteiros e um décimo), para os trimestres fiscais e os
EBITDA	exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009, inclusive, observado o disposto no item 1.1. abaixo.

1.1) Sem prejuízo do limite previsto na tabela acima, a Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA constante da tabela acima somente poderá ser superior a 2,6 (dois inteiros e seis décimos) caso a Emissora e a Light comprovem, a cada data de apuração dos Índices e Limites Financeiros nos termos da escritura de emissão das Debêntures, que o índice de endividamento que supera 2,6 (dois inteiros e seis décimos) corresponde, exclusivamente, a operações de financiamento destinadas à realização de investimentos pela Emissora e/ou pela Light no setor elétrico. O agente fiduciário da Emissão deverá observar os procedimentos descritos na escritura de emissão das Debêntures no que se refere ao vencimento antecipado das Debêntures caso a Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA constante da tabela acima seja superior a 2,6 (dois inteiros e seis décimos) e a Emissora e a Light não apresentem a comprovação de que trata este item 1.1.

Para os fins do disposto no item 1 e 1.1 acima:

"Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA" significa, em qualquer momento, o quociente da divisão do (a) Total da Dívida Consolidada e Ajustada da Light, no último dia



do mais recente trimestre fiscal completo da Light pelo (ii) EBITDA da Light relativo aos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data ou próximo a tal data;

“Total da Dívida Consolidada e Ajustada” da Light significa, em qualquer momento, o saldo de principal e juros a pagar total das Dívidas da Light e de suas subsidiárias, calculado em bases consolidadas, menos o saldo, à época, do valor total das Dívidas Subordinadas consolidadas;

“Dívida” significa, em relação a qualquer Pessoa, sem duplicidade, seja o recurso aos bens de tal pessoa, total ou parcial e contingente ou não, (i) todas as obrigações de tal Pessoa por recursos tomados em empréstimo, (ii) todas as obrigações de tal Pessoa evidenciadas por títulos, debêntures, notas ou instrumentos similares, incluindo qualquer obrigação oriunda da aquisição de bens ou negócios, (iii) todas as obrigações de tal Pessoa relativas à venda condicional ou outras formas de contrato de retenção de titularidade relacionadas a bens adquiridos por tal Pessoa, (iv) todas as obrigações de reembolso de tal Pessoa relacionadas a cartas de crédito, aceites bancários ou instrumentos similares emitidos em benefício de tal Pessoa, em razão de obrigações derivadas de empréstimo em dinheiro, (v) todas as obrigações de tal Pessoa em relação ao preço pendente de compra de bens ou serviços (inclusive contratos de recompra de valores mobiliários, mas excluindo contas a pagar ou outros encargos incorridos resultantes do curso normal dos negócios e que não estejam vencidos ou que estejam sendo contestados em boa-fé), (vi) todas as obrigações de tal Pessoa relacionadas a contratos de locação ou arrendamento ou outro acordo de transferência de direito de uso, de bens móveis ou imóveis, (vii) todas as obrigações de tal Pessoa de resgatar, reembolsar ou de qualquer forma realizar pagamento relacionado a ações de emissão de tal Pessoa, (viii) obrigações líquidas (se existentes) em decorrência de contratos de hedge de taxa de juros ou de proteção cambial de tal Pessoa, conforme constante das demonstrações financeiras (ou balancetes) de tal Pessoa relativas ao último trimestre fiscal, (ix) todas as Dívidas de terceiros garantidas por (ou com relação às quais o devedor tenha o direito, de qualquer forma, de ter sua Dívida garantida por) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos por tal Pessoa, (x) toda obrigação de terceiros, semelhante àquelas previstas nos incisos (i) a (viii) acima, cujo pagamento tenha sido garantido por tal Pessoa, (xi) todas as obrigações ou garantias de obrigações relacionadas a fundos e/ou planos de pensão, e (xii) todas as obrigações ou garantias de obrigações dos tipos mencionados nos incisos (i) a (xi) acima, por meio das quais a Pessoa tenha criado um ônus sobre qualquer de seus bens de forma a garantir ou assegurar tal obrigação. A Dívida da Light não deve, entretanto, incluir Dívidas Subordinadas ou (a) qualquer obrigação relacionada à dívida passada referente ao PIS - Programa de Integração Social, à COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, ao INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social e/ou ao FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, (b) qualquer contingência relativa a fundos de pensão (tais como previstas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 e contabilizadas em seu balanço patrimonial consolidado, nos termos da Deliberação CVM n.º 371/00) ou (c) qualquer obrigação incorrida em virtude do Programa de Eficientização de Energia;

“Pessoa” significa a Light ou qualquer de suas subsidiárias;

“Dívida Subordinada” significa qualquer Dívida da Emissora ou de qualquer de suas subsidiárias que estejam, em todos os aspectos, subordinada às obrigações da Emissora com relação às Debêntures e cujas datas de pagamento de principal somente ocorram após o pagamento integral dos valores devidos aos titulares de Debêntures;



“EBITDA” significa, para qualquer período, o Lucro Líquido da Light e de suas subsidiárias, calculado de forma consolidada para tal período, acrescido, desde que deduzido no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (a) despesa de impostos sobre o Lucro Líquido, (b) Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos, (c) despesa de amortização e depreciação, (d) perdas extraordinárias e não recorrentes e (e) outros itens operacionais que não configurem saída de caixa e que reduzam o Lucro Líquido, menos, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, (i) receitas financeiras, (ii) quaisquer ganhos extraordinários e não recorrentes, e (iii) outras receitas operacionais que aumentem o Lucro Líquido e que não configurem entrada de caixa;

“Lucro Líquido” significa, para qualquer período, o lucro líquido (ou prejuízo) da Light e de suas subsidiárias, em bases consolidadas, para o período em questão e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo quaisquer ganhos resultantes de conversão de moedas); considerando que devem ser excluídos (a) o lucro líquido (ou prejuízo) de qualquer entidade, existente antes da data em que a referida entidade tornou-se uma subsidiária da Light ou tenha sido incorporada ou fundida à Light ou suas subsidiárias, (b) ganhos ou perdas relativos a disposição de ativos da Light ou suas subsidiárias, (c) o efeito acumulado de modificações aos princípios contábeis, (d) quaisquer perdas resultantes da flutuação das taxas cambiais, (e) qualquer ganho ou perda realizado quando do término de qualquer plano de benefício de pensão de empregados, (f) lucro líquido de operações descontinuadas e (g) o efeito fiscal de quaisquer dos itens descritos nas alíneas (a) a (f) acima; e

“Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos” significa, em qualquer período, a despesa consolidada de juros brutos relacionada a empréstimos e outros financiamentos (incluindo quaisquer valores adicionais a serem pagos em virtude de tais obrigações sujeitas ao pagamento de juros), incluída na demonstração consolidada de resultado, sem dedução de qualquer receita proveniente de juros, da Light ou suas subsidiárias para tal período, calculada de forma consolidada, incluindo, sem duplicação (ou na medida em que não esteja incluído ou adicionado) (i) quaisquer pagamentos ou taxas relacionados a cartas de crédito, aceites bancários ou instrumentos similares emitidos ou concedidos por conta da Light ou de qualquer de suas subsidiárias em relação a empréstimo ou outro tipo de financiamento; e (ii) parcelas de qualquer obrigação relacionada a contratos de locação ou arrendamento ou outro acordo de transferência de direito de uso, de bens móveis ou imóveis, pagas durante o referido período, determinadas em bases consolidadas, mas excluindo (x) os efeitos de qualquer variação cambial que não configurem movimentação de caixa e (y) na medida em que incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas, os juros pagos pela Light e suas subsidiárias em relação a qualquer obrigação descoberta relativa a fundo de pensão (tais como previstas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 e contabilizadas em seu balanço patrimonial consolidado, nos termos da Deliberação CVM n.º 371/00).

2) Relação de Cobertura de Juros:

EBITDA	≥ 2,5 (dois inteiros e cinco décimos), para os trimestres
Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos	fiscais e os exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009, inclusive.

Para os fins do disposto no item 2 acima:

“Relação de Cobertura de Juros” significa, ao final de qualquer trimestre fiscal, a divisão do (a) somatório do EBITDA dos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal



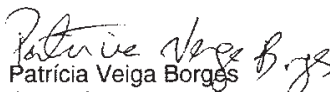
data, pelo (b) somatório da Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos dos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data.



- (xx) **Destinação dos Recursos:** Os recursos captados pela Emissora por meio da Oferta serão utilizados para efetuar o resgate antecipado compulsório das notas promissórias comerciais da primeira emissão da Emissora, emitidas em 15 de maio de 2009, no valor de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais), e para reforço do capital de giro da Emissora.
- (xxi) **Garantias:** as Debêntures terão como garantia a fiança da Light S.A., sociedade controladora da Emissora, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.378.521/0001-75 ("Light").

3.1.2. O Conselho de Administração autorizou a Diretoria da Companhia e orientou que os conselheiros indicados pela Light S.A. no Conselho de Administração da Light S.E.S.A. autorizem a Diretoria da Light S.E.S.A., observadas as disposições legais, a praticar todos e quaisquer atos necessários ou convenientes para a emissão das Debêntures e/ou relacionados ao arquivamento do registro da Oferta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), CETIP, BM&FBOVESPA e Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), podendo aceitar propostas e contratar uma ou mais instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de capitais brasileiro com a finalidade de coordenar o processo de arquivamento do registro da Oferta perante a CVM, CETIP, BM&FBOVESPA e ANBID, e contratar os serviços de banco mandatário e escriturador, agente fiduciário, agência de classificação de risco, advogados, auditores independentes e outros, conforme o caso, necessários para a realização da Oferta.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata da reunião do Conselho de Administração da Light S.A., realizada nesta data, lavrada no livro próprio.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 2009.


Patrícia Veiga Borges
Secretária da reunião

	
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	
Nome: LIGHT S/A	
Nire: 33.3.0026316-1	
Protocolo: 00-2009/083279-5 - 27/05/2009	
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM E DATA ABAIXO	29/05/2009. E O REGISTRO SOB O N.º/MI:RO
00001913955 DATA: 29/05/2009	 Valéria S.M. Silva SECRETÁRIA CERV L

-
- Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples da Light Serviços de Eletricidade S.A.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

1675430

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM
GARANTIA ADICIONAL, DA LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**



Pelo presente instrumento particular,

- (a) **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.444.437/0001-46, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");
- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 6ª emissão de debêntures da Emissora ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

e, na qualidade de interveniente garantidora,

- (c) **LIGHT S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, 2º andar, Corredor A, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.378.521/0001-75, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Garantidora")

Resolvem, em regular forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Adicional, da Light Serviços de Eletricidade S.A." ("Escritura de Emissão", "6ª Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:



CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 27 de maio de 2009 ("RCA"), nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").



CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("Oferta") a ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos (i) da Lei das Sociedades por Ações; (ii) da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada; (iii) da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"); e (iv) das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Registro da Oferta").

2.1.2. O Registro da Oferta será realizado por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM n.º 471/08"), devendo o pedido de Registro da Oferta ser submetido à análise prévia da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), em observância ao disposto no "Código de Auto-Regulação da ANBID para as Atividades Conveniadas" ("Código ANBID de Atividades Conveniadas").

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação da Ata da RCA

A ata da RCA foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 29 de maio de 2009, sob n.º 00001913954, e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio, edição nacional, em 5 de junho de 2009.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro da Fiança da Garantidora

Em virtude da garantia prestada pela Garantidora nos termos do item 4.20, da Cláusula Quarta, a presente Escritura de Emissão será registrada no competente Registro de Títulos e Documentos na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.



2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

O pedido de Registro da Oferta será submetido à análise prévia da ANBID e a Oferta será registrada perante a CVM e a ANBID, nos termos da Instrução CVM n.º 471/08, do Código ANBID de Atividades Conveniadas e do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.



2.6. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”) e do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA – Sistema de Distribuição de Ativos (“DDA”) e do Sistema Bovespafix (ambiente de negociação de ativos) (“Bovespafix”), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBovespa”), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

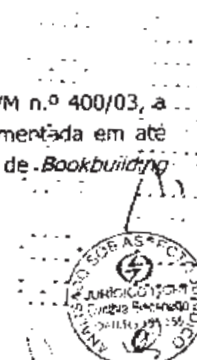
3.2. Valor Total da Emissão

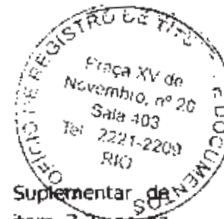
O valor total da Emissão será de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo). O valor total da Emissão poderá ser objeto de aumento em virtude do exercício da opção de distribuição de Quantidade Adicional de Debêntures e/ou de Lote Suplementar de Debêntures, conforme definido nos itens 3.3.2. e 3.3.3. desta Escritura de Emissão, desde que o valor total da Emissão não ultrapasse o montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 250.000 (duzentos e cinquenta mil) Debêntures.

3.3.2. Para os fins do disposto no artigo 14, parágrafo segundo, da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures a ser distribuída no âmbito da Oferta poderá ser aumentada em até 20% (vinte por cento), exclusivamente na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*.





(conforme definido abaixo), a critério da Emissora, excluído eventual Lote Suplementar de Debêntures (conforme definido abaixo) e observado o limite de que trata o item 3.2. acima ("Quantidade Adicional de Debêntures"). A colocação da Quantidade Adicional de Debêntures observará as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e será conduzida sob o regime de melhores esforços.

3.3.3. Para os fins do disposto no artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, havendo demanda por parte dos investidores que a justifique, a Emissora concederá aos Coordenadores (conforme definido abaixo) opção para distribuição de lote suplementar de Debêntures correspondente a, no máximo, 15% (quinze por cento) ("Lote Suplementar de Debêntures"), excluída eventual Quantidade Adicional de Debêntures e observado o limite de que trata o item 3.2. acima. A opção de distribuição do Lote Suplementar de Debêntures será exercida a critério dos Coordenadores, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A colocação do Lote Suplementar de Debêntures observará as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e será conduzida sob o regime de melhores esforços.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos captados por meio da Oferta serão utilizados para (i) pagamento do resgate antecipado compulsório das notas promissórias comerciais da primeira emissão da Emissora, objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação e dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, emitidas em 15 de maio de 2009, com prazo de vencimento de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da respectiva data de emissão e valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo o montante total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Notas Promissórias"); e (ii) para reforço do capital de giro da Emissora.

3.5. Número da Emissão

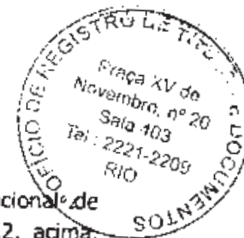
A presente Escritura de Emissão representa a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Emissora.

3.6. Banco Mandatário, Instituição Depositária e Agente Escriturador

O banco mandatário, instituição depositária e agente escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário").

M





3.7. Limite Legal

O valor total da Emissão, considerando-se eventual colocação de Quantidade Adicional de Debêntures e/ou Lote Suplementar de Debêntures, observado o disposto no item 3.2. acima, atende aos limites impostos à realização de emissões e ofertas públicas de debêntures previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o capital social da Emissora, em 31 de maio de 2009, era de R\$ 2.082.364.784,89 (dois bilhões, oitenta e dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos).

3.8. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto a exploração de serviços públicos de energia elétrica nas áreas referidas em seu contrato de concessão e outras áreas em que, de acordo com a legislação aplicável, seja autorizada a atuar, sendo-lhe vedadas quaisquer outras atividades de natureza empresarial, salvo aquelas que estiverem associadas a este objeto - tais como: (i) uso múltiplo de postes mediante cessão onerosa a outros usuários; (ii) transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; (iii) prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (iv) serviços de otimização de processos energéticos e instalações de consumidores; (v) cessão onerosa de faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente e que sejam contabilizadas em separado, podendo, para tanto, participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), para colocação por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBOvespa, mediante observância ao plano de distribuição descrito no item 4.1.2. abaixo.

4.1.2. As Debêntures serão colocadas junto ao público de acordo com o seguinte plano de distribuição ("Plano de Distribuição"):

4.1.2.1. As Debêntures serão colocadas pelos Coordenadores junto a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme





alterada, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta. Não existirá reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, assegurando (i) que o tratamento conferido os investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento nas Debêntures ao perfil de risco dos investidores; e (iii) a disponibilização de exemplares do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") aos investidores.

4.1.2.2. Os Coordenadores realizarão a coleta de intenções de investimento nas Debêntures ("Procedimento de Bookbuilding"), nos termos do artigo 23, parágrafos primeiro e segundo, e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, para definição da Taxa Final (conforme definido no item 4.9.2. abaixo) para cálculo da Remuneração (conforme definido no item 4.9.1. abaixo).

4.1.2.3. A quantidade de Debêntures objeto da Oferta poderá ser aumentada de acordo com o disposto nos itens 3.3.2. e 3.3.3. desta Escritura de Emissão, exclusivamente na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que a colocação da Quantidade Adicional e/ou do Lote Suplementar de Debêntures observará as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e será conduzida sob o regime de melhores esforços.

4.1.2.4. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será concluída em havendo a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures durante o prazo de realização da Oferta. Eventual Quantidade Adicional de Debêntures e/ou Lote Suplementar de Debêntures não serão considerados para os fins do disposto neste item 4.1.2.4.

4.1.2.5. Na hipótese de não conclusão da Oferta, por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão, da Emissora, por meio dos Coordenadores, os montantes utilizados na integralização de Debêntures no prazo a ser indicado no anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), que não será superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação de anúncio informando sobre a não conclusão da Oferta, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração.

4.1.2.6. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto no item 4.1.2.5. acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

4.1.3. Nos termos do artigo 54 da Instrução CVM n.º 400/03, a Oferta somente terá início após a concessão do respectivo registro pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo ao público investidor.

17





4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2009 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelares ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de banco mandatário, instituição depositária e agente escriturador das Debêntures e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP ou na BM&FBOvespa, conforme o caso, será expedido extrato em nome dos titulares de Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.5. Espécie

As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão garantia adicional representada pela fiança outorgada pela Garantidora, nos termos do item 4.20. desta Escritura de Emissão.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo vigência de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2011 ("Data de Vencimento").





4.8. Amortização Programada

O Valor Nominal Unitário será amortizado em parcela única, na Data de Vencimento.

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus à acumulação de, no máximo, 133% (cento e trinta e três por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), observado que a Taxa Final será definida no Procedimento de *Bookbuilding* ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

- J** Valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização acumulada no período, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;
- VNe** Valor Nominal Unitário no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- FatorDI** Produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado a partir da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{i=1}^n \left(1 + TDI_i \times \frac{p}{100} \right)$$

- n** Número total de Taxas DI consideradas na atualização, sendo "nDI" um número inteiro;
- p** Percentual a ser aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente à Taxa Final;
- TDI_i** Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, da seguinte forma:

M



Praca XV do
Novembro, nº 20
Sala 403
Tel. 2221-2209
RJO

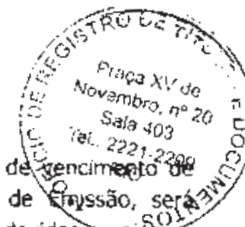
DI Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

- O fator resultante da expressão $\left[1 + \pi M_1 \times \frac{p}{360}\right]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[1 + \pi M_1 \times \frac{p}{360}\right]^x$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.3. A Remuneração será paga semestralmente, nas seguintes datas: 1º de dezembro de 2009, 1º de junho de 2010, 1º de dezembro de 2010 e na Data de Vencimento, qual seja, 1º de junho de 2011 (cada data, uma "Data de Pagamento de Remuneração")

4.9.4.1. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Δ





4.9.5. Em caso de não divulgação ou indisponibilidade da Taxa DI na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, será aplicada na apuração de TDIK a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do FatorDI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.6.1. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.9.6.1., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.7. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6. acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo



resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a Taxa de Juros a ser utilizada para a apuração de TDik no cálculo da Remuneração será a última taxa Diária disponível; ou



- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em circulação, a periodicidade de pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 4.9.3. acima, observado que as Debêntures farão jus a nova remuneração a ser definida pelos titulares de Debêntures e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.9.6. acima. Referida nova remuneração deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a nova remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa remuneração deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.10. Repactuação Programada

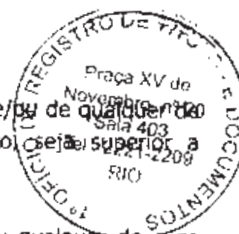
As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. Observado o disposto nos itens 4.11.2. a 4.11.5. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora, pela Garantidora e/ou por qualquer de suas controladas ou coligadas cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da Data do inadimplemento ou descumprimento da obrigação;

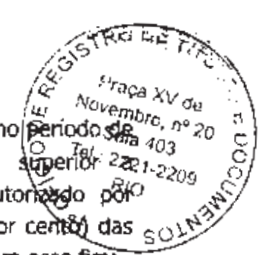
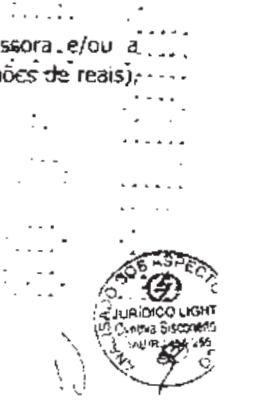




- (b) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer de suas controladas ou coligadas cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (c) protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora, a Garantidora e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas seja responsável, ainda que na condição de garantidora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do referido protesto, (i) seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o referido protesto seja cancelado; ou (iii) seja apresentada defesa e prestadas as devidas garantias em juízo;
- (d) dissolução ou extinção da Emissora, Garantidora ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, exceto no caso das sociedades HIE Brasil Rio Sul Ltda. e LIR Energy Ltd.;
- (e) decretação de falência e/ou liquidação da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora, pela Garantidora e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (f) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra sociedade, salvo (i) se tal alteração societária for previamente aprovada por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim; ou (ii) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) cisão, fusão ou incorporação da Garantidora por outra sociedade, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida cisão, fusão ou incorporação, os *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora pela Standard&Poor's e pela Moody's América Latina na data de publicação do Anúncio de Início não sejam objeto de rebaixamento pelas referidas agências de *rating*;
- (h) alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou da Garantidora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, os *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora pela Standard&Poor's e pela Moody's América Latina na data de publicação do Anúncio de Início não sejam objeto de rebaixamento pelas referidas agências de *rating*.

17



- 
- (i) alienação pela Emissora, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), exceto se previamente autorizado por titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (j) perda da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia;
- (k) intervenção do poder concedente da concessão outorgada à Emissora decorrente de fatos relacionados à sua capacidade econômica;
- (l) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) redução do capital social da Emissora que não seja realizada para absorção de prejuízos acumulados, exceto se previamente autorizado por titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (n) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora que não tenham sido declarados até a data de celebração desta Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (o) inadimplemento por parte da Emissora e/ou da Garantidora com relação ao pagamento da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (p) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à destinação dos recursos captados por meio da Oferta, e que não seja regularizada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelo Agente Fiduciário e/ou pelos titulares de Debêntures, individualmente ou em conjunto;
- (q) não cumprimento de decisões judiciais finais e irrecorríveis contra a Emissora e/ou a Garantidora envolvendo valores superiores a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), considerado individualmente ou em conjunto;
- 



- (r) alteração do objeto social da Emissora e/ou da Garantidora, de forma que (i) a Emissora deixe de atuar na distribuição e comercialização de energia elétrica; ou (ii) a Garantidora deixe de ter como objetivo principal a participação em sociedades que atuem na geração, distribuição e/ou comercialização de energia elétrica;
- (s) constituição de ônus ou gravames sobre ativos relevantes da Emissora e/ou da Garantidora (exceto se para a prestação de garantias em processos judiciais ou administrativos ou para garantir o cumprimento de contrato de compra de energia elétrica celebrados pela Emissora), considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se previamente autorizado por titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (t) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim; e
- (u) inobservância ou descumprimento, pela Garantidora, enquanto houver Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices e Limites Financeiros"):

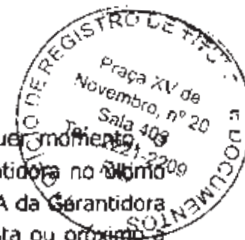
A. Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA:

$$\frac{\text{Total da Dívida Sênior}}{\text{EBITDA}} \leq 3,1 \text{ (três inteiros e um décimo), para os trimestres fiscais e os exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009, inclusive, observado o disposto no item A.1. abaixo.}$$

A.1. Sem prejuízo do limite previsto na tabela acima, a Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA constante da tabela acima somente poderá ser superior a 2,6 (dois inteiros e seis décimos) caso a Emissora e a Garantidora comprovem, a cada data de apuração dos Índices e Limites Financeiros nos termos desta Escritura de Emissão, que o índice de endividamento que supera 2,6 (dois inteiros e seis décimos) corresponde, exclusivamente, a operações de financiamento destinadas à realização de investimentos pela Emissora e/ou pela Garantidora no setor elétrico. O Agente Fiduciário deverá observar os procedimentos descritos neste item 4.11. no que se refere ao vencimento antecipado das Debêntures caso a Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA constante da tabela acima seja superior a 2,6 (dois inteiros e seis décimos) e a Emissora e a Garantidora não apresentem a comprovação de que trata este item A.1.

A.2. Para os fins dos itens A. e A.1. acima:





“Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA” significa, em qualquer momento, o quociente da divisão do (i) Total da Dívida Consolidada e Ajustada da Garantidora no último dia do mais recente trimestre fiscal completo da Garantidora; pelo (ii) EBITDA da Garantidora relativo aos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data ou próximo a tal data;

“Total da Dívida Consolidada e Ajustada da Garantidora” significa, em qualquer momento, o saldo de principal e juros a pagar total das Dívidas da Garantidora e de suas subsidiárias, calculado em bases consolidadas, menos o saldo, à época, do valor total das Dívidas Subordinadas consolidadas;

“Dívida” significa, em relação a qualquer Pessoa, sem duplicidade, seja o recurso aos bens de tal pessoa, total ou parcial e contingente ou não, (i) todas as obrigações de tal Pessoa por recursos tomados em empréstimo; (ii) todas as obrigações de tal Pessoa evidenciadas por títulos, debêntures, notas ou instrumentos similares, incluindo qualquer obrigação oriunda da aquisição de bens ou negócios; (iii) todas as obrigações de tal Pessoa relativas à venda condicional ou outras formas de contrato de retenção de titularidade relacionadas a bens adquiridos por tal Pessoa; (iv) todas as obrigações de reembolso de tal Pessoa relacionadas a cartas de crédito, aceites bancários ou instrumentos similares emitidos em benefício de tal Pessoa, em razão de obrigações derivadas de empréstimo em dinheiro; (v) todas as obrigações de tal Pessoa em relação ao preço pendente de compra de bens ou serviços (inclusive contratos de recompra de valores mobiliários, mas excluindo contas a pagar ou outros encargos incorridos resultantes do curso normal dos negócios e que não estejam vencidos ou que estejam sendo contestados em boa-fé); (vi) todas as obrigações de tal Pessoa relacionadas a contratos de locação ou arrendamento ou outro acordo de transferência de direito de uso, de bens móveis ou imóveis; (vii) todas as obrigações de tal Pessoa de resgatar, reembolsar ou de qualquer forma realizar pagamento relacionado a ações de emissão de tal Pessoa; (viii) obrigações líquidas (se existentes) em decorrência de contratos de hedge de taxa de juros ou de proteção cambial de tal Pessoa, conforme constante das demonstrações financeiras (ou balancetes) de tal Pessoa relativas ao último trimestre fiscal; (ix) todas as Dívidas de terceiros garantidas por (ou com relação às quais o devedor tenha o direito, de qualquer forma, de ter sua Dívida garantida por) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos por tal Pessoa; (x) toda obrigação de terceiros, semelhante àquelas previstas nas alíneas (i) a (viii) acima, cujo pagamento tenha sido garantido por tal Pessoa; (xi) todas as obrigações ou garantias de obrigações relacionadas a fundos e/ou planos de pensão; e (xii) todas as obrigações ou garantias de obrigações dos tipos mencionados nas alíneas (i) a (xi) acima, por meio das quais a Pessoa tenha criado um ônus sobre qualquer de seus bens de forma a garantir ou assegurar tal obrigação. A Dívida da Garantidora não deve, entretanto, incluir Dívidas Subordinadas ou (i) qualquer obrigação relacionada à dívida passada referente ao PIS – Programa de Integração Social, à COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, ao INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social e/ou ao FAPDF – Fundo





Nacional de Desenvolvimento da Educação; (ii) qualquer contingência relativa a fundos de pensão (tais como previstas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 e contabilizadas em seu balanço patrimonial consolidado, nos termos da Deliberação CVM n.º 371/00); ou (iii) qualquer obrigação incorrida em virtude do Programa de Eficientização de Energia;

"Pessoa" significa a Garantidora ou qualquer de suas subsidiárias;

"Dívida Subordinada" significa qualquer Dívida da Emissora ou de qualquer de suas subsidiárias que estejam, em todos os aspectos, subordinada às obrigações da Emissora com relação às Debêntures e cujas datas de pagamento de principal somente ocorram após o pagamento integral dos valores devidos aos titulares de Debêntures;

"EBITDA" significa, para qualquer período, o Lucro Líquido da Garantidora e de suas subsidiárias, calculado de forma consolidada para tal período, acrescido, desde que deduzido no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (i) despesa de impostos sobre o Lucro Líquido; (ii) Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos, (iii) despesa de amortização e depreciação; (iv) perdas extraordinárias e não recorrentes; e (v) outros itens operacionais que não configurem saída de caixa e que reduzam o Lucro Líquido, menos, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, (a) receitas financeiras; (b) quaisquer ganhos extraordinários e não recorrentes; e (c) outras receitas operacionais que aumentem o Lucro Líquido e que não configurem entrada de caixa;

"Lucro Líquido" significa, para qualquer período, o lucro líquido (ou prejuízo) da Garantidora e de suas subsidiárias, em bases consolidadas, para o período em questão e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo quaisquer ganhos resultantes de conversão de moedas); considerando que devem ser excluídos (i) o lucro líquido (ou prejuízo) de qualquer entidade, existente antes da data em que a referida entidade tornou-se uma subsidiária da Garantidora ou tenha sido incorporada ou fundida à Garantidora ou suas subsidiárias; (ii) ganhos ou perdas relativos a disposição de ativos da Garantidora ou suas subsidiárias; (iii) o efeito acumulado de modificações aos princípios contábeis; (iv) quaisquer perdas resultantes da flutuação das taxas cambiais; (v) qualquer ganho ou perda realizado quando do término de qualquer plano de benefício de pensão de empregado; (vi) lucro líquido de operações descontinuadas; e (vii) o efeito fiscal de quaisquer dos itens descritos nas alíneas (i) a (vi) acima; e

"Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos" significa, em qualquer período, a despesa consolidada de juros brutos relacionada a empréstimos e outros financiamentos (incluindo quaisquer valores adicionais a serem pagos em virtude de tais obrigações sujeitas ao pagamento de juros), incluída na demonstração consolidada de resultado, sem dedução de



qualquer receita proveniente de juros, da Garantidora ou suas subsidiárias para tal período, calculada de forma consolidada, incluindo, sem duplicação (ou na medida em que não esteja incluído ou adicionado) (i) quaisquer pagamentos ou taxas relacionados a cartas de crédito, aceites bancários ou instrumentos similares emitidos ou concedidos por conta da Garantidora ou de qualquer de suas subsidiárias em relação a empréstimo ou outro tipo de financiamento; e (ii) parcelas de qualquer obrigação relacionada a contratos de locação ou arrendamento ou outro acordo de transferência de direito de uso, de bens móveis ou imóveis, pagas durante o referido período, determinadas em bases consolidadas, mas excluindo (a) os efeitos de qualquer variação cambial que não configurem movimentação de caixa; e (b) na medida em que incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas, os juros pagos pela Garantidora e suas subsidiárias em relação a qualquer obrigação descoberta relativa a fundo de pensão (tais como previstas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 e contabilizadas em seu balanço patrimonial consolidado, nos termos da Deliberação CVM n.º 371/00).

B. Relação de Cobertura de Juros:

$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos}}$	$\geq 2,5$ (dois inteiros e cinco décimos), para os trimestres fiscais e os exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009, inclusive.
---	---

B.1. Para os fins do item B. acima:

"Relação de Cobertura de Juros" significa, ao final de qualquer trimestre fiscal, a divisão do (i) somatório do EBITDA dos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data; pelo (ii) somatório da Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos dos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data.

C. A Emissora e a Garantidora obrigam-se a realizar o cálculo dos Índices e Limites Financeiros, apurados e revisados trimestralmente pelos auditores independentes da Garantidora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora. Os Índices e Limites Financeiros, bem como as informações de que tratam o item A. acima, deverão ser apresentados ao Agente Fiduciário juntamente com o relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para cálculo dos referidos Índices e Limites Financeiros. O relatório contendo as informações descritas neste item C. deverá ser enviado ao Agente Fiduciário em observância aos prazos previstos nesta Escritura de Emissão (especialmente nos incisos (iii) e (iv) da alínea (a) do item 5.1. abaixo).

D. Após o recebimento das informações descritas no item C. acima e observados os prazos previstos nesta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário poderá solicitar à Emissora, à Garantidora e aos respectivos auditores independentes eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.



E. Os Índices e Limites Financeiros serão verificados pelo Agente Fiduciário trimestralmente no encerramento de cada trimestre contábil, com base nas informações referidas no item C. acima. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos desta Escritura de Emissão, deverá considerar o trimestre contábil a ser encerrado em 30 de junho de 2009.

4.11.2. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (d), (e), (j), (l), (o) e (r) do item 4.11.1. acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo os eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c), (f), (g), (i), (k), (m), (n), (q), (s), (t) e (u) do item 4.11.1. acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.11.3. abaixo, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de acordo com a Cláusula Nona desta Escritura de Emissão.

4.11.2.1. No que se refere aos eventos descritos na alínea (p) do item 4.11.1. acima, o vencimento antecipado das Debêntures será automaticamente declarado pelo Agente Fiduciário na hipótese de descumprimento, pela Emissora, de sua obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta estritamente aos fins descritos no item 3.4. desta Escritura de Emissão e que não seja regularizado no prazo estabelecido na alínea (p) do item 4.11.1. Na hipótese de descumprimento de qualquer outra obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão que não seja regularizado no prazo estabelecido na alínea (p) do item 4.11.1. acima, exceto no que se refere à destinação dos recursos captados por meio da Oferta, o Agente Fiduciário deverá observar os procedimentos descritos nos itens 4.11.3. e 4.11.4. desta Escritura de Emissão.

4.11.2.2. No que se refere ao evento descrito na alínea (h) do item 4.11.1. acima, o vencimento antecipado das Debêntures será automaticamente declarado pelo Agente Fiduciário na hipótese de rebaixamento de ambos os *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora, ou seja, conforme súmulas/relatórios da Standard&Poor's e da Moody's América Latina. Na hipótese de rebaixamento de apenas um dos *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora, ou seja, conforme súmula/relatório da Standard&Poor's ou da Moody's América Latina, o Agente Fiduciário deverá observar os procedimentos descritos nos itens 4.11.3. e 4.11.4. desta Escritura de Emissão.

4.11.3. Na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c), (f), (g), (i), (k), (m), (n), (p), (q), (s), (t) e (u) do item 4.11.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento,



Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.



4.11.4. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.11.3. acima não deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14. abaixo.

4.11.5.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.11.5. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.12. Resgate Antecipado

As Debêntures não estão sujeitas a resgate antecipado.

4.13. Aquisição Facultativa

4.13.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas para negociação no mercado.





4.14. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14. acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.16. Local de Pagamento

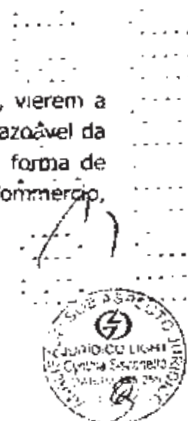
Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Comércio,



edição nacional, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações exigidas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.



4.19. Imunidade Tributária

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.20 Fiança da Garantidora

4.20.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos titulares das Debêntures representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão ("Fiança da Garantidora").

4.20.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e imetratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos de qualquer natureza aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

4.20.3. O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da comunicação enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora, por escrito, informando a falta do respectivo pagamento. Os pagamentos deverão ser realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

4.20.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro, bem como no artigo 595 do Código de Processo Civil Brasileiro.

4.20.5. A Garantidora sub-roga-se à nos direitos dos titulares de Debêntures caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança da Garantidora.

4.20.6. A Fiança da Garantidora entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

4.20.7. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.





4.20.8. A Fiança da Garantidora somente poderá ser substituída por fiança bancária outorgada em benefício dos titulares de Debêntures representados pelo Agente Fiduciário, emitida por instituição financeira com classificação de risco em escala nacional equivalente a, no mínimo, "AA", conferida pela Standard&Poor's e/ou Moody's América Latina.

4.20.9. A substituição da Fiança da Garantidora nos termos do item 4.20.8. acima estará sujeita à prévia aprovação de titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

4.20.10. A Fiança da Garantidora foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009, nos termos de seu Estatuto Social.

4.20.11. A Fiança da Garantidora poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário até a integral liquidação dos valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

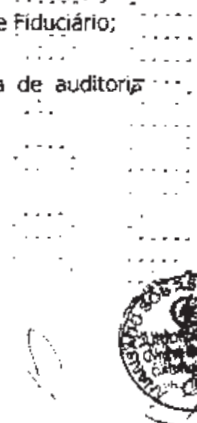
- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na mesma data em que apresentados à CVM, o que ocorrer primeiro, cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, acompanhados de parecer dos auditores independentes e relatório da administração, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (ii) cópias das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 202/93") (ou qualquer outra que venha a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- (iii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na mesma data em que apresentados à CVM, o que ocorrer primeiro, declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão, bem como relatório demonstrativo do cumprimento dos Índices e Limites Financeiros, explicitando, as



rubricas e descrevendo as contas consideradas nos cálculos dos Índices e Limites Financeiros;



- (iv) dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos após a divulgação do resultado da Emissora em cada trimestre, cópia das respectivas informações financeiras trimestrais, bem como relatório demonstrativo do cumprimento dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas e descrevendo as contas consideradas nos cálculos dos Índices e Limites Financeiros;
 - (v) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão a da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM n.º 28/83");
 - (vi) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18. acima;
 - (vii) cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos titulares de Debêntures, a exclusivo critério da Emissora, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 (ou qualquer outra que venha a substituí-la) ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deversem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (viii) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, imediatamente após o descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo;
 - (ix) informações sobre a constituição de ônus ou gravames de qualquer natureza sobre ativos relevantes da Emissora, considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), no prazo de 15 (quinze) dias da respectiva constituição; e
 - (x) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;





- (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter sempre atualizados e em boa ordem os livros e registros societários, de modo que a permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas dos titulares de Debêntures) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (e) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.11. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (k) manter seus bens e ativos devidamente seguros, conforme práticas correntes;
- (l) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com esta Escritura de Emissão, com o contrato de distribuição pública das Debêntures a ser celebrado com os Coordenadores ou com qualquer outro documento relacionado à Oferta, em especial os que



possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;

- (m) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (n) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e os sistemas de negociação no mercado secundário SND e Bovespafix;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) contratar agência classificadora de risco de renome internacional a ser indicada pelos Coordenadores e aprovada pela Emissora (necessariamente a Standard&Poor's ou Moody's América Latina) ("Agência de Rating") para atribuir classificação de risco às Debêntures, obrigando-se, a partir de referida contratação, a: (i) manter contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures a Agência de Rating para que esta divulgue relatório com periodicidade, no mínimo, anual; (ii) manter atualizada, pelo menos anualmente e enquanto houver Debêntures em circulação, a classificação de risco que venha a ser atribuída às Debêntures; (iii) divulgar ou permitir que a Agência de Rating divulgue relatório ou súmula da classificação de risco das Debêntures e suas respectivas atualizações; (iv) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco das Debêntures no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; e (v) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco atribuída às Debêntures;
- (q) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (r) destinar os recursos obtidos com a Oferta estritamente aos fins descritos no item 3.4. desta Escritura de Emissão.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (o) do item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:





- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Juizamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (c) despesas de viagem relacionadas à Emissão, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, desde que razoáveis, na hipótese de ocorrerem omissões e/ou obscuridades relacionadas às informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares de Debêntures, que não tenha sido saldado na forma da alínea (c) do item 5.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de suas funções ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais, assim como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 60 (sessenta) dias, serão igualmente suportados pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao respectivo pagamento ou reembolso, conforme o caso, por um período superior a 10 (dez) dias contados do recebimento da respectiva solicitação de pagamento ou reembolso.



CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e aqueles previstos no respectivo Estatuto Social necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é confenda;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28/83;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e a regularidade da constituição da Fiança da Garantidora, nos termos desta Escritura de Emissão; e
- (j) verificou o atendimento, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do item 3.7, da Cláusula Terceira desta Escritura de Emissão.





6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até a efetiva substituição.

6.4. A título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário remuneração correspondente a parcelas anuais de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura desta Escritura de Emissão e os demais pagamentos sempre no mesmo dia dos anos subsequentes.

6.4.1. Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo máximo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, de "Relatório de Horas". As atividades a que se refere este item 6.4.1. estão relacionadas (i) à assessoria aos titulares de Debêntures em processo de renegociação requerido pela Emissora; (ii) ao comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou com titulares de Debêntures e/ou em Assembleias Gerais de Debenturistas; e (iii) à implementação das consequentes decisões tomadas pelos titulares de Debêntures.

6.4.2. A remuneração do Agente Fiduciário será atualizada anualmente desde a Data de Emissão pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – Número Índice, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – IGPM, acumulado no respectivo período ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo.

6.4.3. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;





- (b) na ocorrência do evento descrito na alínea (h) do item 4.11.1. acima, solicitar a Standard&Poor's e à Moody's América Latina, em até 5 (cinco) dias úteis, manifestação acerca da classificação de risco (*rating*) atribuída às Debêntures e à Emissora;
- (c) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, apenas caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na JUCERJA, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) verificar a regularidade da constituição da Fiança da Garantidora, nos termos desta Escritura de Emissão, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) examinar eventual proposta de substituição da Fiança da Garantidora, nos termos desta Escritura de Emissão, manifestando sua expressa e justificada concordância;
- (j) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (l) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista na alínea (p) do item 5.1. acima, bem como encaminhar à ANBID o relatório de classificação de risco das Debêntures.





(rating) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua veiculação;

- (m) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, devendo ainda, enviar à CVM, à CETIP e à BM&FBovespa, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e, tão logo tenha acesso, da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;
- (n) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, devendo ainda, enviar à CVM, à CETIP e à BM&FBovespa, na data da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia Geral de Debenturistas;
- (o) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações, sendo certo que os dados financeiros e atos societários da Emissora necessários à elaboração de tais relatórios, conforme solicitados pelo Agente Fiduciário, deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora com antecedência de 15 (quinze) dias corridos em relação ao encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
 - (i) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como repactuação aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;





- (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da França da Garantidora; e
- (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (p) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (o) acima aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos em um dos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP;
 - (v) na BM&FBovespa; e
 - (vi) na sede dos Coordenadores.
- (q) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (r) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário, à CETIP e à BM&FBovespa;
- (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (t) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à CETIP e à BM&FBovespa;





- (u) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (v) acompanhar, calcular e apurar os Índices e Limites Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão, desde que previamente recebidas todas as informações descritas no item C. da alínea (u) do item 4.11.1. desta Escritura de Emissão, bem como todos os demais esclarecimentos adicionais necessários que venham a ser formulados, nos prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão (especialmente nos incisos (iii) e (iv) da alínea (a) do Item 5.1. acima).

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplimento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável, conforme seja cabível;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (b) e (c) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, (i) a deliberação por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (a) acima; e (ii) a deliberação por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembleia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

M

M



6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

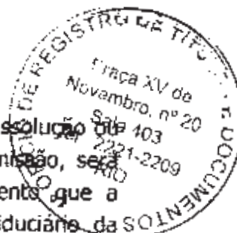
6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCERJA junto com a presente.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18. acima.

6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.





6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 7.2. desta Cláusula Sétima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

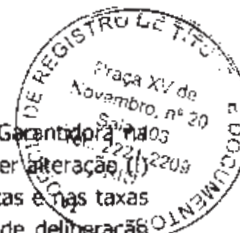
7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvados quoruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão tomadas, em primeira convocação, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures presentes, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.





7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, a substituição da Fiança da Garantidora na hipótese de que trata o item 4.20.8. desta Escritura de Emissão, bem como qualquer alteração, no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) nas datas e nas taxas de pagamento do Valor Nominal Unitário e/ou da Remuneração; (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (iv) nos eventos de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previstos no item 4.11.2. acima, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11. desta Escritura de Emissão, e a definição da taxa substitutiva em caso de indisponibilidade, impossibilidade de aplicação ou extinção da Taxa DI, nos termos do item 4.9.7. desta Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. As deliberações tomadas pelos titulares de Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observada a devida competência legal e os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.11. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

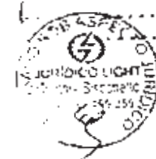
8.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação da CVM aplicáveis;





- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) em virtude das exigências legais e regulatórias nos planos federal, estadual e municipal e conforme as melhores práticas do setor de energia elétrica, excetuados os casos detalhadamente descritos no prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") e no Prospecto Definitivo (referidos em conjunto como "Prospectos"), a Emissora possui válidas e em vigor todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas competentes autoridades para o exercício de suas atividades, inexistindo qualquer circunstância relevante impeditiva da normal condução dessas atividades;
- (f) a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que sejam igualmente relevantes para a execução das atividades da Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, excetuados os casos detalhadamente descritos nos Prospectos. A Emissora está obrigada ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para



realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a regulamentar as normas ambientais em vigor;



- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 contidas nos Prospectos, assim como as informações financeiras referentes aos períodos encerrados em 31 de março de 2008 e 2009 contidas nos Prospectos, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) o Prospecto contém nesta data e conterá, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes em relação à Emissora, no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (i) as informações e declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora e à Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (j) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta aos fins descritos no item 3.4. desta Escritura de Emissão;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e





- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Fiança DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

8.2. A Garantidora neste ato declara e garante que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente, de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação da CVM aplicáveis
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à outorga da Fiança da Garantidora e ao cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios e estatutários necessários para tanto;
- (c) a Fiança da Garantidora constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da Fiança da Garantidora não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Garantidora ou qualquer de seus controladores seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora ou de qualquer de seus controladores; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:



Light Serviços de Eletricidade S.A.

Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte
20080-002 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Ricardo Levy

Tel.: (21) 2211-2814

Fax: (21) 2211-2554

E-mail: ricardo.levy@light.com.br

**Para o Agente Fiduciário:****Pentágono S.A. DTM**

Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 04, sala 514
22640-102 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Marcelo da Costa Ribeiro

Tel.: (21) 3385-4572

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: marcelo@pentagonotrustee.com.br/pentagono@pentagonotrustee.com.br

Para a Garantidora:**Light S.A.**

Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, 2º andar, Corredor A
20080-002 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Ricardo Levy

Tel.: (21) 2211-2814

Fax: (21) 2211-2554

E-mail: ricardo.levy@light.com.br

Para o Banco Mandatário:**Banco Bradesco S.A.**

Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar
06029-900 - Osasco - SP

At.: Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli

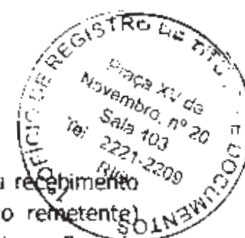
Tel.: (11) 3684-4522

Fax: (11) 3684-5645

E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

9.2. As comunicações e os documentos referentes a esta Escritura de Emissão serão considerados entregues quando recebidos sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As demais comunicações serão





consideradas recebidas na data de seu envio, desde que, no caso do fac-símile, seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone e, no caso de e-mail, seu recebimento seja confirmado por e-mail de confirmação de recebimento originado pelo destinatário. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA ONZE – DA LEI APLICÁVEL E DO FORO

11.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

11.2. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado do Rio de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

M



E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas e assinadas.



São Paulo, 8 de junho de 2009





Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Light Serviços de Eletricidade S.A., celebrado em 8 de junho de 2009

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

Nome: RONNIE VAZ MOREIRA
Cargo: Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Nome: RONNIE VAZ MOREIRA
Cargo: Representante Legal, Representado
IE REGISTRADO EM CO-FOM SOB O Nº: **1676460**

LIGHT S.A.

Nome: RONNIE VAZ MOREIRA
Cargo: Vice-Presidente Executivo e de Relações com Investidores

Nome: RONNIE VAZ MOREIRA
Cargo: Representante Legal, Representado
Rio de Janeiro, 24/06/2009
1º - Geraldo Carlos Costa Jr.
Matr. 16.706.7 - Oficial Titular
1º - Flávia Sílvia H. dos
Santos - 16.706.7 - 1º. Subst.
1º - Geraldo - 16.706.7 - 2º. Subst.
1º - Carlos de Souza
1º - 16.706.7 - 3º. Subst.
1º - 16.706.7 - 4º. Subst.

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: Marcelo Costa Rêheln
Cargo: Presidente

Nome: Marcelo Costa Rêheln
Cargo: Presidente
Tel. 468.453
Rio de Janeiro, 24/06/2009
1º - 16.706.7 - 1º. Subst.
1º - 16.706.7 - 2º. Subst.
1º - 16.706.7 - 3º. Subst.
1º - 16.706.7 - 4º. Subst.

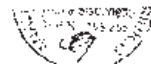
Testemunhas:

Nome: Marcelo Costa Rêheln
RG: 16.706.7
CPF: 04.362.154-54

Nome: Marcelo Costa Rêheln
RG: 16.706.7
CPF: 04.362.154-54

SP: 09/285-01221-15/25/04

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
Nome: LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S/A
Nº: 33.3010644-5
Protocolo: CO-2009-091819-0
CERTIFICADO DE DEPOSITO EM
E DATA ARA X0
19/06/2009
19/06/2009
E O REGISTRO SOB O NÚMERO
ED33000152-0/000
DATA 19/06/2009
Valéria L. M. Silva
SECRETARIA GERAL



-
- Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples da Light Serviços de Eletricidade S.A.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL, DA LIGHT SERVIÇOS DE
ELETRICIDADE S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

- (a) **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.444.437/0001-46, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");
- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 6ª emissão de debêntures da Emissora ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte";
- e, na qualidade de interveniente garantidora,
- (c) **LIGHT S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, 2º andar, Corredor A, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.378.521/0001-75, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Garantidora")

CONSIDERANDO que na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 27 de maio de 2009 ("RCA") foi aprovada a realização da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples da Emissora ("Emissão"), para distribuição pública, composta por 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

1



CONSIDERANDO que a RCA autorizou a diretoria da Emissora a praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da distribuição pública das Debêntures, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Oferta");

CONSIDERANDO que, em 8 de junho de 2009, as Partes e a Garantidora celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, da Light Serviços de Eletricidade S.A." ("Escritura de Emissão");

CONSIDERANDO que em 22 de junho de 2009 a Emissora e a instituição intermediária líder da Oferta, o Banco Votorantim S.A., submeteram o pedido de registro da Oferta à análise prévia da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("Pedido de Registro" e "ANBID", respectivamente), em observância ao procedimento simplificado de registro previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008;

CONSIDERANDO que por meio da "Comunicação de Exigências: Relatório de Análise Prévia – Protocolo ANBID n.º 016/2009", datada de 22 de junho de 2009, a ANBID apresentou exigências com relação aos documentos que instruíram o Pedido de Registro e solicitou alterações em dispositivos da Escritura de Emissão;

Resolvem, em regular forma de direito, celebrar o presente "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, da Light Serviços de Eletricidade S.A." ("Primeiro Aditamento"), em observância às seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ESCRITURA DE EMISSÃO E DA AVERBAÇÃO DESTE PRIMEIRO ADITAMENTO

1.1. A Escritura de Emissão, celebrada pelas Partes e pela Garantidora em 8 de junho de 2009, (i) foi arquivada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 19 de junho de 2009, sob n.º ED33000152-0/000; e (ii) será registrada no competente Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

1.2. Este Primeiro Aditamento será arquivado na JUCERJA e registrado no competente Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, juntamente com a Escritura de Emissão, nos termos da legislação aplicável.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

De forma a contemplar as alterações necessárias ao atendimento das exigências formuladas pela ANBID por ocasião do Pedido de Registro, a Emissora e o Agente Fiduciário, com a intervenção da Garantidora, deliberaram alterar os itens 2.1.2., 2.4., 2.5., 4.1.2.1., 4.5., bem como as alíneas (f) e (o), item (i), do item 6.5. da Escritura de Emissão, os quais passarão a vigorar com as seguintes novas redações:

"2.1.2. O Registro da Oferta será realizado por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM n.º 471/08"), devendo o pedido de Registro da Oferta ser submetido à análise prévia da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), em observância ao disposto no "Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas" ("Código ANBID de Atividades Conveniadas").";

"2.4. Registro da Fiança da Garantidora

Em virtude da garantia prestada pela Garantidora nos termos do item 4.20. da Cláusula Quarta, a presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados no competente Registro de Títulos e Documentos na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.";

"2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

O pedido de Registro da Oferta foi submetido à análise prévia da ANBID e a Oferta será registrada perante a CVM e a ANBID, nos termos da Instrução CVM n.º 471/08, do Código ANBID de Atividades Conveniadas e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.";

"4.1.2.1. As Debêntures serão colocadas pelos Coordenadores junto a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica,

assegurando (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento nas Debêntures ao perfil de risco dos investidores; (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente exemplares dos Prospectos (conforme definido abaixo) para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder; e (iv) a disponibilização de exemplares do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") aos investidores."

"4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão garantia adicional representada pela fiança outorgada pela Garantidora nos termos do item 4.20. desta Escritura de Emissão.

4.5.2. A Fiança da Garantidora (conforme definido abaixo) foi aprovada pela reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009, cuja ata foi registrada na JUCERJA em 29 de maio de 2009, sob n.º 00001913955."; e

"6.5. (...)

(...)

(f) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos nos competentes órgãos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

(...)

(o) (...)

(i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
(...)"

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES E CONSOLIDAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes da Escritura de Emissão que não foram expressamente alteradas por este Primeiro Aditamento, sendo transcrita abaixo a versão consolidada da Escritura de Emissão, refletindo as alterações referidas na Cláusula Segunda acima:



**"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM
GARANTIA ADICIONAL, DA LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

- (a) **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.444.437/0001-46, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");
- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 6ª emissão de debêntures da Emissora ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

e, na qualidade de interveniente garantidora,

- (c) **LIGHT S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, 2º andar, Corredor A, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.378.521/0001-75, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Garantidora")

Resolvem, em regular forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, da Light Serviços de Eletricidade S.A." ("Escritura de Emissão", "6ª Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 27 de maio de 2009 ("RCA"), nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

5



CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("Oferta") a ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos (i) da Lei das Sociedades por Ações; (ii) da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada; (iii) da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"); e (iv) das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Registro da Oferta").

2.1.2. O Registro da Oferta será realizado por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM n.º 471/08"), devendo o pedido de Registro da Oferta ser submetido à análise prévia da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), em observância ao disposto no "Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas" ("Código ANBID de Atividades Conveniadas").

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação da Ata da RCA

A ata da RCA foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 29 de maio de 2009, sob n.º 00001913954, e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio, edição nacional, em 5 de junho de 2009.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro da Fiança da Garantidora

Em virtude da garantia prestada pela Garantidora nos termos do item 4.20. da Cláusula Quarta, a presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados no competente Registro de Títulos e Documentos na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

O pedido de Registro da Oferta foi submetido à análise prévia da ANBID e a Oferta será registrada perante a CVM e a ANBID, nos termos da Instrução CVM n.º 471/08, do Código ANBID de

Atividades Conveniadas e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.6. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do Sistema Bovespafix (ambiente de negociação de ativos) ("Bovespafix"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo). O valor total da Emissão poderá ser objeto de aumento em virtude do exercício da opção de distribuição de Quantidade Adicional de Debêntures e/ou de Lote Suplementar de Debêntures, conforme definido nos itens 3.3.2. e 3.3.3. desta Escritura de Emissão, desde que o valor total da Emissão não ultrapasse o montante de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 250.000 (duzentos e cinquenta mil) Debêntures.

3.3.2. Para os fins do disposto no artigo 14, parágrafo segundo, da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures a ser distribuída no âmbito da Oferta poderá ser aumentada em até 20% (vinte por cento), exclusivamente na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), a critério da Emissora, excluído eventual Lote Suplementar de Debêntures (conforme definido abaixo) e observado o limite de que trata o item 3.2. acima



7



("Quantidade Adicional de Debêntures"). A colocação da Quantidade Adicional de Debêntures observará as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e será conduzida sob o regime de melhores esforços.

3.3.3. Para os fins do disposto no artigo 24 da Instrução CVM n.º 400/03, havendo demanda por parte dos investidores que a justifique, a Emissora concederá aos Coordenadores (conforme definido abaixo) opção para distribuição de lote suplementar de Debêntures correspondente a, no máximo, 15% (quinze por cento) ("Lote Suplementar de Debêntures"), excluída eventual Quantidade Adicional de Debêntures e observado o limite de que trata o item 3.2. acima. A opção de distribuição do Lote Suplementar de Debêntures será exercida a critério dos Coordenadores, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. A colocação do Lote Suplementar de Debêntures observará as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e será conduzida sob o regime de melhores esforços.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos captados por meio da Oferta serão utilizados para (i) pagamento do resgate antecipado compulsório das notas promissórias comerciais da primeira emissão da Emissora, objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação e dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, emitidas em 15 de maio de 2009, com prazo de vencimento de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da respectiva data de emissão e valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo o montante total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Notas Promissórias"); e (ii) para reforço do capital de giro da Emissora.

3.5. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Emissora.

3.6. Banco Mandatário, Instituição Depositária e Agente Escriturador

O banco mandatário, instituição depositária e agente escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário").



8



3.7. Limite Legal

O valor total da Emissão, considerando-se eventual colocação de Quantidade Adicional de Debêntures e/ou Lote Suplementar de Debêntures, observado o disposto no item 3.2. acima, atende aos limites impostos à realização de emissões e ofertas públicas de debêntures previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o capital social da Emissora, em 31 de maio de 2009, era de R\$ 2.082.364.784,89 (dois bilhões, oitenta e dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e quatro reais e oitenta e nove centavos).

3.8. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto a exploração de serviços públicos de energia elétrica nas áreas referidas em seu contrato de concessão e outras áreas em que, de acordo com a legislação aplicável, seja autorizada a atuar, sendo-lhe vedadas quaisquer outras atividades de natureza empresarial, salvo aquelas que estiverem associadas a este objeto - tais como: (i) uso múltiplo de postes mediante cessão onerosa a outros usuários; (ii) transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; (iii) prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (iv) serviços de otimização de processos energéticos e instalações de consumidores; (v) cessão onerosa de faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente e que sejam contabilizadas em separado, podendo, para tanto, participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários ("Coordenadores"), para colocação por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP, e do DDA, administrado e operacionalizado pela BM&FBovespa, mediante observância ao plano de distribuição descrito no item 4.1.2. abaixo.

4.1.2. As Debêntures serão colocadas junto ao público de acordo com o seguinte plano de distribuição ("Plano de Distribuição"):

4.1.2.1. As Debêntures serão colocadas pelos Coordenadores junto a pessoas físicas, pessoas jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, administradores de recursos de terceiros, instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de



previdência complementar e de capitalização, bem como investidores considerados institucionais ou qualificados nos termos da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Oferta. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica, assegurando (i) que o tratamento conferido os investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento nas Debêntures ao perfil de risco dos investidores; (iii) que os representantes de venda dos Coordenadores recebam previamente exemplares dos Prospectos (conforme definido abaixo) para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoa designada pelo Coordenador Líder; e (iv) a disponibilização de exemplares do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo") aos investidores.

4.1.2.2. Os Coordenadores realizarão a coleta de intenções de investimento nas Debêntures ("Procedimento de Bookbuilding"), nos termos do artigo 23, parágrafos primeiro e segundo, e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, para definição da Taxa Final (conforme definido no item 4.9.2. abaixo) para cálculo da Remuneração (conforme definido no item 4.9.1. abaixo).

4.1.2.3. A quantidade de Debêntures objeto da Oferta poderá ser aumentada de acordo com o disposto nos itens 3.3.2. e 3.3.3. desta Escritura de Emissão, exclusivamente na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, sendo que a colocação da Quantidade Adicional e/ou do Lote Suplementar de Debêntures observará as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e será conduzida sob o regime de melhores esforços.

4.1.2.4. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será concluída em havendo a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures durante o prazo de realização da Oferta. Eventual Quantidade Adicional de Debêntures e/ou Lote Suplementar de Debêntures não serão considerados para os fins do disposto neste item 4.1.2.4.

4.1.2.5. Na hipótese de não conclusão da Oferta, por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão, da Emissora, por meio dos Coordenadores, os montantes utilizados na integralização de Debêntures no prazo a ser indicado no anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), que não será superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação de anúncio informando sobre a não conclusão da Oferta, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração.

4.1.2.6. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto no item 4.1.2.5. acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores

restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

4.1.3. Nos termos do artigo 54 da Instrução CVM n.º 400/03, a Oferta somente terá início após a concessão do respectivo registro pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo ao público investidor.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2009 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de banco mandatário, instituição depositária e agente escriturador das Debêntures e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP ou na BM&FBovespa, conforme o caso, será expedido extrato em nome dos titulares de Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão garantia adicional representada pela fiança outorgada pela Garantidora nos termos do item 4.20. desta Escritura de Emissão.

4.5.2. A Fiança da Garantidora (conforme definido abaixo) foi aprovada pela reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009, cuja ata foi registrada na JUCERJA em 29 de maio de 2009, sob n.º 00001913955.



4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo vigência de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2011 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização Programada

O Valor Nominal Unitário será amortizado em parcela única, na Data de Vencimento.

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus à acumulação de, no máximo, 133% (cento e trinta e três por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), observado que a Taxa Final será definida no Procedimento de *Bookbuilding* ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

J Valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização acumulada no período, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;



12



FatorDI Produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado a partir da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n \left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$$

n Número total de Taxas DI consideradas na atualização, sendo "nDI" um número inteiro;

p Percentual a ser aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente à Taxa Final;

TDI_k Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

k 1, 2, ..., n

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

- O fator resultante da expressão $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left(1 + \text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.2. A taxa final aplicável para cálculo da Remuneração, conforme mencionada no item 4.9.1 acima, será definida no Procedimento de *Bookbuilding* e contemplada em instrumento particular de aditamento à presente Escritura de Emissão ("Taxa Final").

4.9.3. A Remuneração será paga semestralmente, nas seguintes datas: 1º de dezembro de 2009, 1º de junho de 2010, 1º de dezembro de 2010 e na Data de Vencimento, qual seja, 1º de junho de 2011 (cada data, uma "Data de Pagamento de Remuneração")

4.9.4. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Remuneração correspondente ao período em questão ("Período de Capitalização").

4.9.4.1. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.5. Em caso de não divulgação ou indisponibilidade da Taxa DI na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, será aplicada na apuração de TDIk a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seria aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do FatorDI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações

entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.6.1. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.9.6.1., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.7. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6. acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIK no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das Debêntures em circulação, a periodicidade de pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 4.9.3. acima, observado que as Debêntures farão jus a nova remuneração a ser definida pelos titulares de Debêntures e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.9.6. acima. Referida nova remuneração deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a nova remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e

cinquenta e dois) dias úteis, essa remuneração deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.10. Repactuação Programada

As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. Observado o disposto nos itens 4.11.2. a 4.11.5. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora, pela Garantidora e/ou por qualquer de suas controladas ou coligadas cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento da obrigação;
- (b) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer de suas controladas ou coligadas cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (c) protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora, a Garantidora e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas seja responsável, ainda que na condição de garantidora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do referido protesto, (i) seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o referido protesto seja cancelado; ou (iii) seja apresentada defesa e prestadas as devidas garantias em juízo;
- (d) dissolução ou extinção da Emissora, Garantidora ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, exceto no caso das sociedades HIE Brasil Rio Sul Ltda. e LIR Energy Ltd.;



- (e) decretação de falência e/ou liquidação da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora, pela Garantidora e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (f) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra sociedade, salvo (i) se tal alteração societária for previamente aprovada por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim; ou (ii) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) cisão, fusão ou incorporação da Garantidora por outra sociedade, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida cisão, fusão ou incorporação, os *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora pela Standard&Poor's e pela Moody's América Latina na data de publicação do Anúncio de Início não sejam objeto de rebaixamento pelas referidas agências de *rating*;
- (h) alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou da Garantidora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, os *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora pela Standard&Poor's e pela Moody's América Latina na data de publicação do Anúncio de Início não sejam objeto de rebaixamento pelas referidas agências de *rating*;
- (i) alienação pela Emissora, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), exceto se previamente autorizado por titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (j) perda da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia;
- (k) intervenção do poder concedente da concessão outorgada à Emissora decorrente de fatos relacionados à sua capacidade econômica;



- (l) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) redução do capital social da Emissora que não seja realizada para absorção de prejuízos acumulados, exceto se previamente autorizado por titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (n) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora que não tenham sido declarados até a data de celebração desta Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (o) inadimplemento por parte da Emissora e/ou da Garantidora com relação ao pagamento da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (p) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à destinação dos recursos captados por meio da Oferta, e que não seja regularizada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelo Agente Fiduciário e/ou pelos titulares de Debêntures, individualmente ou em conjunto;
- (q) não cumprimento de decisões judiciais finais e irrecorríveis contra a Emissora e/ou a Garantidora envolvendo valores superiores a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), considerado individualmente ou em conjunto;
- (r) alteração do objeto social da Emissora e/ou da Garantidora, de forma que (i) a Emissora deixe de atuar na distribuição e comercialização de energia elétrica; ou (ii) a Garantidora deixe de ter como objetivo principal a participação em sociedades que atuem na geração, distribuição e/ou comercialização de energia elétrica;
- (s) constituição de ônus ou gravames sobre ativos relevantes da Emissora e/ou da Garantidora (exceto se para a prestação de garantias em processos judiciais ou administrativos ou para garantir o cumprimento de contrato de compra de energia elétrica celebrados pela Emissora), considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se previamente autorizado por titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75%

(setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;

- (t) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim; e
- (u) inobservância ou descumprimento, pela Garantidora, enquanto houver Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices e Limites Financeiros"):

A. Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA:

$\frac{\text{Total da Dívida Sênior}}{\text{EBITDA}}$	$\leq 3,1$ (três inteiros e um décimo), para os trimestres fiscais e os exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009, inclusive, observado o disposto no item A.1. abaixo.
---	---

A.1. Sem prejuízo do limite previsto na tabela acima, a Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA constante da tabela acima somente poderá ser superior a 2,6 (dois inteiros e seis décimos) caso a Emissora e a Garantidora comprovem, a cada data de apuração dos Índices e Limites Financeiros nos termos desta Escritura de Emissão, que o índice de endividamento que supera 2,6 (dois inteiros e seis décimos) corresponde, exclusivamente, a operações de financiamento destinadas à realização de investimentos pela Emissora e/ou pela Garantidora no setor elétrico. O Agente Fiduciário deverá observar os procedimentos descritos neste item 4.11. no que se refere ao vencimento antecipado das Debêntures caso a Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA constante da tabela acima seja superior a 2,6 (dois inteiros e seis décimos) e a Emissora e a Garantidora não apresentem a comprovação de que trata este item A.1.

A.2. Para os fins dos itens A. e A.1. acima:

"Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA" significa, em qualquer momento, o quociente da divisão do (i) Total da Dívida Consolidada e Ajustada da Garantidora no último dia do mais recente trimestre fiscal completo da Garantidora; pelo (ii) EBITDA da Garantidora relativo aos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data ou próximo a tal data;

"Total da Dívida Consolidada e Ajustada da Garantidora" significa, em qualquer momento, o saldo de principal e juros a pagar total das Dívidas da Garantidora e de suas subsidiárias,

calculado em bases consolidadas, menos o saldo, à época, do valor total das Dívidas Subordinadas consolidadas;

“Dívida” significa, em relação a qualquer Pessoa, sem duplicidade, seja o recurso aos bens de tal pessoa, total ou parcial e contingente ou não, (i) todas as obrigações de tal Pessoa por recursos tomados em empréstimo; (ii) todas as obrigações de tal Pessoa evidenciadas por títulos, debêntures, notas ou instrumentos similares, incluindo qualquer obrigação oriunda da aquisição de bens ou negócios; (iii) todas as obrigações de tal Pessoa relativas à venda condicional ou outras formas de contrato de retenção de titularidade relacionadas a bens adquiridos por tal Pessoa; (iv) todas as obrigações de reembolso de tal Pessoa relacionadas a cartas de crédito, aceites bancários ou instrumentos similares emitidos em benefício de tal Pessoa, em razão de obrigações derivadas de empréstimo em dinheiro; (v) todas as obrigações de tal Pessoa em relação ao preço pendente de compra de bens ou serviços (inclusive contratos de recompra de valores mobiliários, mas excluindo contas a pagar ou outros encargos incorridos resultantes do curso normal dos negócios e que não estejam vencidos ou que estejam sendo contestados em boa-fé); (vi) todas as obrigações de tal Pessoa relacionadas a contratos de locação ou arrendamento ou outro acordo de transferência de direito de uso, de bens móveis ou imóveis; (vii) todas as obrigações de tal Pessoa de resgatar, reembolsar ou de qualquer forma realizar pagamento relacionado a ações de emissão de tal Pessoa; (viii) obrigações líquidas (se existentes) em decorrência de contratos de hedge de taxa de juros ou de proteção cambial de tal Pessoa, conforme constante das demonstrações financeiras (ou balancetes) de tal Pessoa relativas ao último trimestre fiscal; (ix) todas as Dívidas de terceiros garantidas por (ou com relação às quais o devedor tenha o direito, de qualquer forma, de ter sua Dívida garantida por) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos por tal Pessoa; (x) toda obrigação de terceiros, semelhante àquelas previstas nas alíneas (i) a (viii) acima, cujo pagamento tenha sido garantido por tal Pessoa; (xi) todas as obrigações ou garantias de obrigações relacionadas a fundos e/ou planos de pensão; e (xii) todas as obrigações ou garantias de obrigações dos tipos mencionados nas alíneas (i) a (xi) acima, por meio das quais a Pessoa tenha criado um ônus sobre qualquer de seus bens de forma a garantir ou assegurar tal obrigação. A Dívida da Garantidora não deve, entretanto, incluir Dívidas Subordinadas ou (i) qualquer obrigação relacionada à dívida passada referente ao PIS – Programa de Integração Social, à COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, ao INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social e/ou ao FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; (ii) qualquer contingência relativa a fundos de pensão (tais como previstas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 e contabilizadas em seu balanço patrimonial consolidado, nos termos da Deliberação CVM n.º 371/00); ou (iii) qualquer obrigação incorrida em virtude do Programa de Eficientização de Energia;



"Pessoa" significa a Garantidora ou qualquer de suas subsidiárias;

"Dívida Subordinada" significa qualquer Dívida da Emissora ou de qualquer de suas subsidiárias que estejam, em todos os aspectos, subordinada às obrigações da Emissora com relação às Debêntures e cujas datas de pagamento de principal somente ocorram após o pagamento integral dos valores devidos aos titulares de Debêntures;

"EBITDA" significa, para qualquer período, o Lucro Líquido da Garantidora e de suas subsidiárias, calculado de forma consolidada para tal período, acrescido, desde que deduzido no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (i) despesa de impostos sobre o Lucro Líquido; (ii) Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos, (iii) despesa de amortização e depreciação; (iv) perdas extraordinárias e não recorrentes; e (v) outros itens operacionais que não configurem saída de caixa e que reduzam o Lucro Líquido, menos, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, (a) receitas financeiras; (b) quaisquer ganhos extraordinários e não recorrentes; e (c) outras receitas operacionais que aumentem o Lucro Líquido e que não configurem entrada de caixa;

"Lucro Líquido" significa, para qualquer período, o lucro líquido (ou prejuízo) da Garantidora e de suas subsidiárias, em bases consolidadas, para o período em questão e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo quaisquer ganhos resultantes de conversão de moedas); considerando que devem ser excluídos (i) o lucro líquido (ou prejuízo) de qualquer entidade, existente antes da data em que a referida entidade tornou-se uma subsidiária da Garantidora ou tenha sido incorporada ou fundida à Garantidora ou suas subsidiárias; (ii) ganhos ou perdas relativos a disposição de ativos da Garantidora ou suas subsidiárias; (iii) o efeito acumulado de modificações aos princípios contábeis; (iv) quaisquer perdas resultantes da flutuação das taxas cambiais; (v) qualquer ganho ou perda realizado quando do término de qualquer plano de benefício de pensão de empregado; (vi) lucro líquido de operações descontinuadas; e (vii) o efeito fiscal de quaisquer dos itens descritos nas alíneas (i) a (vi) acima; e

"Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos" significa, em qualquer período, a despesa consolidada de juros brutos relacionada a empréstimos e outros financiamentos (incluindo quaisquer valores adicionais a serem pagos em virtude de tais obrigações sujeitas ao pagamento de juros), incluída na demonstração consolidada de resultado, sem dedução de qualquer receita proveniente de juros, da Garantidora ou suas subsidiárias para tal período, calculada de forma consolidada, incluindo, sem duplicação (ou na medida em que não esteja incluído ou adicionado) (i) quaisquer pagamentos ou taxas relacionados a cartas de crédito, aceites bancários ou instrumentos similares emitidos ou concedidos por conta da Garantidora

ou de qualquer de suas subsidiárias em relação a empréstimo ou outro tipo de financiamento; e (ii) parcelas de qualquer obrigação relacionada a contratos de locação ou arrendamento ou outro acordo de transferência de direito de uso, de bens móveis ou imóveis, pagas durante o referido período, determinadas em bases consolidadas, mas excluindo (a) os efeitos de qualquer variação cambial que não configurem movimentação de caixa; e (b) na medida em que incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas, os juros pagos pela Garantidora e suas subsidiárias em relação a qualquer obrigação descoberta relativa a fundo de pensão (tais como previstas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 e contabilizadas em seu balanço patrimonial consolidado, nos termos da Deliberação CVM n.º 371/00).

B. Relação de Cobertura de Juros:

$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos}}$	$\geq 2,5$ (dois inteiros e cinco décimos), para os trimestres fiscais e os exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009, inclusive.
---	---

B.1. Para os fins do item B. acima:

"Relação de Cobertura de Juros" significa, ao final de qualquer trimestre fiscal, a divisão do (i) somatório do EBITDA dos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data; pelo (ii) somatório da Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos dos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data.

C. A Emissora e a Garantidora obrigam-se a realizar o cálculo dos Índices e Limites Financeiros, apurados e revisados trimestralmente pelos auditores independentes da Garantidora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora. Os Índices e Limites Financeiros, bem como as informações de que tratam o item A. acima, deverão ser apresentados ao Agente Fiduciário juntamente com o relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para cálculo dos referidos Índices e Limites Financeiros. O relatório contendo as informações descritas neste item C. deverá ser enviado ao Agente Fiduciário em observância aos prazos previstos nesta Escritura de Emissão (especialmente nos incisos (iii) e (iv) da alínea (a) do item 5.1. abaixo).

D. Após o recebimento das informações descritas no item C. acima e observados os prazos previstos nesta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário poderá a solicitar à Emissora, à Garantidora e aos respectivos auditores independentes eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.



E. Os Índices e Limites Financeiros serão verificados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, no encerramento de cada trimestre contábil, com base nas informações referidas no item C. acima. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos desta Escritura de Emissão, deverá considerar o trimestre contábil a ser encerrado em 30 de junho de 2009.

4.11.2. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (d), (e), (j), (l), (o) e (r) do item 4.11.1. acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo os eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c), (f), (g), (i), (k), (m), (n), (q), (s), (t) e (u) do item 4.11.1. acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.11.3. abaixo, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de acordo com a Cláusula Nona desta Escritura de Emissão.

4.11.2.1. No que se refere aos eventos descritos na alínea (p) do item 4.11.1. acima, o vencimento antecipado das Debêntures será automaticamente declarado pelo Agente Fiduciário na hipótese de descumprimento, pela Emissora, de sua obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta estritamente aos fins descritos no item 3.4. desta Escritura de Emissão e que não seja regularizado no prazo estabelecido na alínea (p) do item 4.11.1. Na hipótese de descumprimento de qualquer outra obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão que não seja regularizado no prazo estabelecido na alínea (p) do item 4.11.1. acima, exceto no que se refere à destinação dos recursos captados por meio da Oferta, o Agente Fiduciário deverá observar os procedimentos descritos nos itens 4.11.3. e 4.11.4. desta Escritura de Emissão.

4.11.2.2. No que se refere ao evento descrito na alínea (h) do item 4.11.1. acima, o vencimento antecipado das Debêntures será automaticamente declarado pelo Agente Fiduciário na hipótese de rebaixamento de ambos os *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora, ou seja, conforme súmulas/relatórios da Standard&Poor's e da Moody's América Latina. Na hipótese de rebaixamento de apenas um dos *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora, ou seja, conforme súmula/relatório da Standard&Poor's ou da Moody's América Latina, o Agente Fiduciário deverá observar os procedimentos descritos nos itens 4.11.3. e 4.11.4. desta Escritura de Emissão.

4.11.3. Na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c), (f), (g), (i), (k), (m), (n), (p), (q), (s), (t) e (u) do item 4.11.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até

2 (dois) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.4. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.11.3. acima não delibere sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14. abaixo.

4.11.5.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.11.5. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.12. Resgate Antecipado

As Debêntures não estão sujeitas a resgate antecipado.

4.13. Aquisição Facultativa

4.13.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.



4.13.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas para negociação no mercado.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14. acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.



4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio, edição nacional, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações exigidas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

4.19. Imunidade Tributária

Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.20 Fiança da Garantidora

4.20.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos titulares das Debêntures representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão ("Fiança da Garantidora").

4.20.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos de qualquer natureza aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

4.20.3. O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da comunicação enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora, por escrito, informando a falta do respectivo pagamento. Os pagamentos deverão ser realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

4.20.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro, bem como no artigo 595 do Código de Processo Civil Brasileiro.



4.20.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos titulares de Debêntures caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança da Garantidora.

4.20.6. A Fiança da Garantidora entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

4.20.7. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.20.8. A Fiança da Garantidora somente poderá ser substituída por fiança bancária outorgada em benefício dos titulares de Debêntures representados pelo Agente Fiduciário, emitida por instituição financeira com classificação de risco em escala nacional equivalente a, no mínimo, "AA", conferida pela Standard&Poor's e/ou Moody's América Latina.

4.20.9. A substituição da Fiança da Garantidora nos termos do item 4.20.8. acima estará sujeita à prévia aprovação de titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

4.20.10. A Fiança da Garantidora foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009, nos termos de seu Estatuto Social.

4.20.11. A Fiança da Garantidora poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário até a integral liquidação dos valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na mesma data em que apresentados à CVM, o que ocorrer primeiro, cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, acompanhados de parecer dos auditores independentes e relatório da administração, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;

27



- (ii) cópias das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 202/93") (ou qualquer outra que venha a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- (iii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na mesma data em que apresentados à CVM, o que ocorrer primeiro, declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão, bem como relatório demonstrativo do cumprimento dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas e descrevendo as contas consideradas nos cálculos dos Índices e Limites Financeiros;
- (iv) dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos após a divulgação do resultado da Emissora em cada trimestre, cópia das respectivas informações financeiras trimestrais, bem como relatório demonstrativo do cumprimento dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas e descrevendo as contas consideradas nos cálculos dos Índices e Limites Financeiros;
- (v) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM n.º 28/83");
- (vi) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18. acima;
- (vii) cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos titulares de Debêntures, a exclusivo critério da Emissora, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 (ou qualquer outra que venha a substituí-la) ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou deversem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (viii) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, imediatamente após o descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo;

- (ix) informações sobre a constituição de ônus ou gravames de qualquer natureza sobre ativos relevantes da Emissora, considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), no prazo de 15 (quinze) dias da respectiva constituição; e
- (x) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
- (d) manter sempre atualizados e em boa ordem os livros e registros societários, de modo que a permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas dos titulares de Debêntures) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
- (e) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.11. da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;



- (j) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (k) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes;
- (l) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com esta Escritura de Emissão, com o contrato de distribuição pública das Debêntures a ser celebrado com os Coordenadores ou com qualquer outro documento relacionado à Oferta, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (m) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (n) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e os sistemas de negociação no mercado secundário SND e Bovespafix;
- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) contratar agência classificadora de risco de renome internacional a ser indicada pelos Coordenadores e aprovada pela Emissora (necessariamente a Standard&Poor's ou Moody's América Latina) ("Agência de Rating") para atribuir classificação de risco às Debêntures, obrigando-se, a partir de referida contratação, a: (i) manter contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures a Agência de *Rating* para que esta divulgue relatório com periodicidade, no mínimo, anual; (ii) manter atualizada, pelo menos anualmente e enquanto houver Debêntures em circulação, a classificação de risco que venha a ser atribuída às Debêntures; (iii) divulgar ou permitir que a Agência de *Rating* divulgue relatório ou súmula



da classificação de risco das Debêntures e suas respectivas atualizações; (iv) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco das Debêntures no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; e (v) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco atribuída às Debêntures;

- (q) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (r) destinar os recursos obtidos com a Oferta estritamente aos fins descritos no item 3.4. desta Escritura de Emissão.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (o) do item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (c) despesas de viagem relacionadas à Emissão, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, desde que razoáveis, na hipótese de ocorrerem omissões e/ou obscuridades relacionadas às informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares de Debêntures, que não tenha sido saldado na forma da alínea (o) do item 5.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo às Debêntures na ordem de pagamento.

5.2.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de suas funções ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais, assim como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 60 (sessenta) dias, serão igualmente suportados pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao respectivo pagamento ou reembolso, conforme o caso, por um período superior a 10 (dez) dias contados do recebimento da respectiva solicitação de pagamento ou reembolso.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e aqueles previstos no respectivo Estatuto Social necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

32



- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28/83;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e a regularidade da constituição da Fiança da Garantidora, nos termos desta Escritura de Emissão; e
- (j) verificou o atendimento, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do item 3.7. da Cláusula Terceira desta Escritura de Emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

6.4. A título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário remuneração correspondente a parcelas anuais de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura desta Escritura de Emissão e os demais pagamentos sempre no mesmo dia dos anos subsequentes.

6.4.1. Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo máximo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, de "Relatório de Horas". As atividades a que se refere este item 6.4.1. estão relacionadas (i) à assessoria aos titulares de Debêntures em processo de renegociação requerido pela Emissora; (ii) ao comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou com titulares de Debêntures e/ou em Assembléias Gerais de Debenturistas; e (iii) à implementação das consequentes decisões tomadas pelos titulares de Debêntures.



6.4.2. A remuneração do Agente Fiduciário será atualizada anualmente desde a Data de Emissão pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – Número Índice, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – IGPM, acumulado no respectivo período ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo.

6.4.3. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) na ocorrência do evento descrito na alínea (h) do item 4.11.1. acima, solicitar à Standard&Poor's e à Moody's América Latina, em até 5 (cinco) dias úteis, manifestação acerca da classificação de risco (*rating*) atribuída às Debêntures e à Emissora;
- (c) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (d) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos nos competentes órgãos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) verificar a regularidade da constituição da Fiança da Garantidora, nos termos desta Escritura de Emissão, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) examinar eventual proposta de substituição da Fiança da Garantidora, nos termos desta Escritura de Emissão, manifestando sua expressa e justificada concordância;
- (j) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (l) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista na alínea (p) do item 5.1. acima, bem como encaminhar à ANBID o relatório de classificação de risco das Debêntures (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua veiculação;
- (m) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, devendo ainda, enviar à CVM, à CETIP e à BM&FBovespa, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e, tão logo tenha acesso, da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;
- (n) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, devendo ainda, enviar à CVM, à CETIP e à BM&FBovespa, na data da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia Geral de Debenturistas;
- (o) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações, sendo



certo que os dados financeiros e atos societários da Emissora necessários à elaboração de tais relatórios, conforme solicitados pelo Agente Fiduciário, deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora com antecedência de 15 (quinze) dias corridos em relação ao encerramento do prazo para disponibilização na CVM:

- (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatoria prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como repactuação aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (ix) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da Fiança da Garantidora; e
 - (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (p) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (o) acima aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos em um dos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;



- (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP;
 - (v) na BM&FBovespa; e
 - (vi) na sede dos Coordenadores.
- (q) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (r) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário, à CETIP e à BM&FBovespa;
- (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (t) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à CETIP e à BM&FBovespa;
- (u) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (v) acompanhar, calcular e apurar os Índices e Limites Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão, desde que previamente recebidas todas as informações descritas no item C. da alínea (u) do item 4.11.1. desta Escritura de Emissão, bem como todos os demais esclarecimentos adicionais necessários que venham a ser formulados, nos prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão (especialmente nos incisos (iii) e (iv) da alínea (a) do item 5.1. acima).

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos



interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável, conforme seja cabível;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (b) e (c) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, (i) a deliberação por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (a) acima; e (ii) a deliberação por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembleia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a escolha, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.



6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, solicitando sua substituição.

6.8.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCERJA junto com a presente.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18. acima.

6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 7.2. desta Cláusula Sétima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvados quoruns específicos estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão tomadas, em primeira convocação, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures presentes, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, a substituição da Fiança da Garantidora na hipótese de que trata o item 4.20.8. desta Escritura de Emissão, bem como qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) nas datas e nas taxas de pagamento do Valor Nominal Unitário e/ou da Remuneração; (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (iv) nos eventos de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previstos no item 4.11.2. acima, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11. desta Escritura de Emissão, e a definição da taxa substitutiva em caso de indisponibilidade, impossibilidade de aplicação ou extinção da Taxa DI, nos termos do item 4.9.7. desta Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. As deliberações tomadas pelos titulares de Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observada a devida competência legal e os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.11. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

8.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação da CVM aplicáveis;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;



- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) em virtude das exigências legais e regulatórias nos planos federal, estadual e municipal e conforme as melhores práticas do setor de energia elétrica, excetuados os casos detalhadamente descritos no prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") e no Prospecto Definitivo (referidos em conjunto como "Prospectos"), a Emissora possui válidas e em vigor todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas competentes autoridades para o exercício de suas atividades, inexistindo qualquer circunstância relevante impeditiva da normal condução dessas atividades;
- (f) a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que sejam igualmente relevantes para a execução das atividades da Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, excetuados os casos detalhadamente descritos nos Prospectos. A Emissora está obrigada ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;



- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 contidas nos Prospectos, assim como as informações financeiras referentes aos períodos encerrados em 31 de março de 2008 e 2009 contidas nos Prospectos, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) o Prospecto contém nesta data e conterá, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes em relação à Emissora, no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (i) as informações e declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora e à Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (j) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta aos fins descritos no item 3.4. desta Escritura de Emissão;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.



8.2. A Garantidora neste ato declara e garante que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente, de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação da CVM aplicáveis
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à outorga da Fiança da Garantidora e ao cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios e estatutários necessários para tanto;
- (c) a Fiança da Garantidora constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da Fiança da Garantidora não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Garantidora ou qualquer de seus controladores seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Garantidora ou de qualquer de seus controladores; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Light Serviços de Eletricidade S.A.
Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte

44



20080-002 - Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Ricardo Levy
Tel.: (21) 2211-2814
Fax: (21) 2211-2554
E-mail: ricardo.levy@light.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. DTVM

Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 04, sala 514
22640-102 - Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Marcelo da Costa Ribeiro
Tel.: (21) 3385-4572
Fax: (21) 3385-4046
E-mail: marcelo@pentagonotrustee.com.br/pentagono@pentagonotrustee.com.br

Para a Garantidora:

Light S.A.

Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, 2º andar, Corredor A
20080-002 - Rio de Janeiro - RJ
At.: Sr. Ricardo Levy
Tel.: (21) 2211-2814
Fax: (21) 2211-2554
E-mail: ricardo.levy@light.com.br

Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar
06029-900 - Osasco - SP
At.: Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli
Tel.: (11) 3684-4522
Fax: (11) 3684-5645
E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

9.2. As comunicações e os documentos referentes a esta Escritura de Emissão serão considerados entregues quando recebidos sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As demais comunicações serão



consideradas recebidas na data de seu envio, desde que, no caso do fac-símile, seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone e, no caso de e-mail, seu recebimento seja confirmado por e-mail de confirmação de recebimento originado pelo destinatário. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA ONZE – DA LEI APLICÁVEL E DO FORO

11.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.



46



11.2. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.”

CLÁUSULA QUARTA – DA LEI APLICÁVEL E DO FORO

4.1. Este Primeiro Aditamento é regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

4.2. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Primeiro Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam este Primeiro Aditamento a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

São Paulo, 23 de junho de 2009

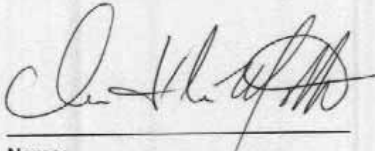
47



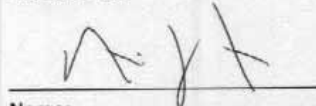
Página de assinaturas do Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, da Light Serviços de Eletricidade S.A., celebrado em 23 de junho de 2009

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

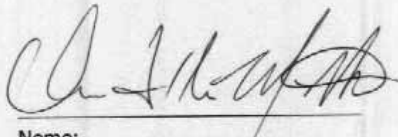
Nome: **RONNIE VAZ MOREIRA**
Cargo: **Vice Presidente Executivo e**
Relações com Investidores



Nome: **Ana Silvia Matte**
Cargo: **Diretora de Gente**

LIGHT S.A.

Nome: **RONNIE VAZ MOREIRA**
Cargo: **Vice Presidente Executivo e**
Relações com Investidores

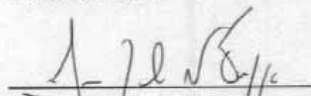


Nome: **Ana Silvia Matte**
Cargo: **Diretora de Gente**

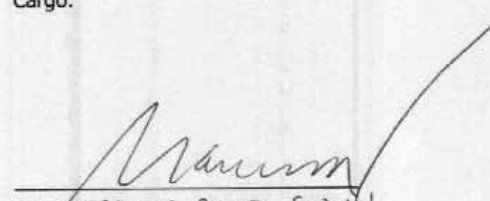
PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: **Maurício da Costa Ribeiro**
Cargo:

Nome:
Cargo:

Testemunhas:

Nome: **SORAIA C. FRIZZO**
RG: **28.147.443-1**
CPF: **222.944.058-62**



Nome: **MARCELO RYOTI SUZUKI**
RG: **23.193.781-7**
CPF: **246.645.728-18**



-
- Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples da
Light Serviços de Eletricidade S.A.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**SEGUNDO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª
EMIÇÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL, DA LIGHT SERVIÇOS DE
ELETRICIDADE S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

- (a) **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.444.437/0001-46, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");
- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 6ª emissão de debêntures da Emissora ("Agente Fiduciário"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes";
- e, na qualidade de interveniente garantidora,
- (c) **LIGHT S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, 2º andar, Corredor A, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.378.521/0001-75, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Garantidora");

CONSIDERANDO que, na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 27 de maio de 2009 ("RCA"), foi aprovada a realização da 6ª (sexta) emissão de debêntures simples da Emissora ("Emissão"), para distribuição pública, composta por 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976;



CONSIDERANDO que, a RCA (i) aprovou a remuneração máxima possível às Debêntures, correspondente à acumulação de 133% (cento e trinta e três por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos; (ii) autorizou o aumento do valor da Emissão até o montante total de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais), exclusivamente na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo); e (iii) autorizou a diretoria da Emissora a praticar todos os atos necessários à realização da Emissão e da distribuição pública das Debêntures, nos termos da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Oferta");

CONSIDERANDO que, em 8 de junho de 2009, as Partes e a Garantidora celebraram o "Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, da Light Serviços de Eletricidade S.A." ("Escritura de Emissão");

CONSIDERANDO que em 22 de junho de 2009 a Emissora e a instituição intermediária líder da Oferta, o Banco Votorantim S.A., submeteram o pedido de registro da Oferta à análise prévia da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("Pedido de Registro" e "ANBID", respectivamente), em observância ao procedimento simplificado de registro previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008;

CONSIDERANDO que, por meio da "Comunicação de Exigências: Relatório de Análise Prévia – Protocolo ANBID n.º 016/2009", datada de 22 de junho de 2009, a ANBID apresentou exigências com relação aos documentos que instruíram o Pedido de Registro e solicitou alterações em dispositivos da Escritura de Emissão;

CONSIDERANDO que, em 23 de junho de 2009, as Partes celebraram o "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, da Light Serviços de Eletricidade S.A." ("Primeiro Aditamento") em atendimento às exigências formuladas pela ANBID;

CONSIDERANDO que, em 13 de julho de 2009, as instituições intermediárias responsáveis pela Oferta conduziram procedimento de coleta de intenções de investimento nas Debêntures (*bookbuilding*), o qual resultou (i) na definição da taxa final aplicável para cálculo da remuneração das Debêntures ("Procedimento de Bookbuilding"); e (ii) no exercício da opção de distribuição de Quantidade Adicional de Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), de forma que a Emissão e a Oferta foram aumentadas para R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais);



RESOLVEM as Partes, em regular forma de direito, celebrar o presente "Segundo Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, da Light Serviços de Eletricidade S.A." ("Segundo Aditamento", sendo a Escritura de Emissão, o Primeiro Aditamento e o Segundo Aditamento referidos em conjunto simplesmente como "Escritura de Emissão"), em observância às seguintes cláusulas e condições.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA ESCRITURA DE EMISSÃO, DO PRIMEIRO ADITAMENTO E DA AVERBAÇÃO DESTE SEGUNDO ADITAMENTO

1.1. A Escritura de Emissão, celebrada pelas Partes e pela Garantidora em 8 de junho de 2009, (i) foi arquivada perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 19 de junho de 2009, sob n.º ED33000152-0/000; e (ii) foi registrada no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o n.º 1676460.

1.2. O Primeiro Aditamento, celebrado pelas Partes e pela Garantidora em 23 de junho de 2009, (i) foi arquivado perante a JUCERJA em 26 de junho de 2009, sob n.º ED33000048-9/003; e (ii) foi registrado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sob o n.º 1677413.

1.3. Este Segundo Aditamento será arquivado na JUCERJA e registrado no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, juntamente com a Escritura de Emissão e o Primeiro Aditamento, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ALTERAÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

De forma a contemplar a taxa final aplicável para cálculo da remuneração das Debêntures, o exercício da opção de distribuição de Quantidade Adicional de Debêntures e o não exercício da opção de distribuição de Lote Suplementar de Debêntures (conforme definido na Escritura de Emissão), conforme Procedimento de *Bookbuilding* conduzido pelas instituições intermediárias responsáveis pela Oferta, a Emissora e o Agente Fiduciário, com a interveniência da Garantidora, deliberaram excluir o item 3.3.3. e alterar os itens 3.2., 3.3.1., 3.3.2., 3.7., 4.1.2.2., 4.1.2.3., 4.1.2.4., 4.9.1. e 4.9.2. da Escritura de Emissão, os quais passarão a vigorar com as novas redações transcritas a seguir:

"3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo). O valor total da Emissão foi objeto de aumento em virtude do



exercício da opção de distribuição de Quantidade Adicional de Debêntures, conforme definido no item 3.3.2. desta Escritura de Emissão.”;

“3.3.1. Serão emitidas 300.000 (trezentas mil) Debêntures.”;

“3.3.2. Nos termos do disposto no artigo 14, parágrafo segundo, da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures a ser distribuída no âmbito da Oferta foi aumentada em 20% (vinte por cento), a critério da Emissora (“Quantidade Adicional de Debêntures”). A colocação da Quantidade Adicional de Debêntures observará as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e será conduzida sob o regime de melhores esforços.”;

“3.7. Limite Legal

O valor total da Emissão, considerando-se a colocação da Quantidade Adicional de Debêntures, atende aos limites impostos à realização de emissões e ofertas públicas de debêntures previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o capital social da Emissora, em 31 de maio de 2009, era de R\$ 2.082.364.785,47 (dois bilhões, oitenta e dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).”;

“4.1.2.2. Os Coordenadores realizaram a coleta de intenções de investimento nas Debêntures (“Procedimento de *Bookbuilding*”), nos termos do artigo 23, parágrafos primeiro e segundo, e do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, para definição da Taxa Final (conforme definido no item 4.9.2. abaixo) para cálculo da Remuneração (conforme definido no item 4.9.1. abaixo).”;

“4.1.2.3. A quantidade de Debêntures objeto da Oferta será aumentada em virtude do exercício da opção de distribuição de Quantidade Adicional de Debêntures, conforme disposto no item 3.3.2. desta Escritura de Emissão, sendo que a colocação da Quantidade Adicional de Debêntures observará as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e será conduzida sob o regime de melhores esforços.”;

“4.1.2.4. Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será conduzida em havendo a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures durante o prazo de realização da Oferta. A Quantidade Adicional de Debêntures não será considerada para os fins do disposto neste item 4.1.2.4.”;

“4.9.1. As Debêntures farão jus à acumulação de 115% (cento e quinze por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada “Taxa DI Over Extra Grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua



página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI" e "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

J Valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização acumulada no período, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI Produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado a partir da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{i=1}^n \left(1 + TDI_i \times \frac{p}{100} \right)$$

n Número total de Taxas DI consideradas na atualização, sendo "nDI" um número inteiro;

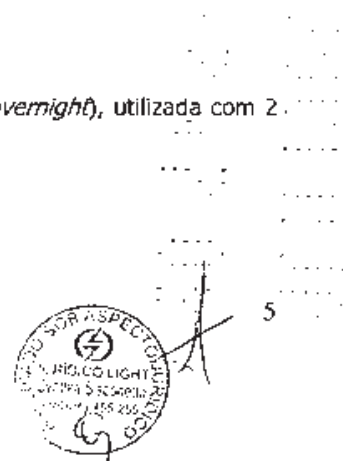
p Percentual a ser aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente à Taxa Final (115% (cento e quinze por cento));

TDI_i Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_i = \left(\frac{DI_i}{100} + 1 \right)^{360} - 1$$

k 1, 2, ..., n

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;



Observações:

- O fator resultante da expressão $\left[\frac{(-1) \times P_0}{100} \right]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- Efetua-se o produtório dos fatores diários $\left[\frac{(-1) \times P_0}{100} \right]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo;" e

"4.9.2. A taxa final aplicável para cálculo da Remuneração, conforme mencionada no item 4.9.1 acima, foi definida no Procedimento de *Bookbuilding* ("Taxa Final")."

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS RATIFICAÇÕES E CONSOLIDAÇÃO
DA ESCRITURA DE EMISSÃO**

Ficam ratificadas todas as demais disposições constantes da Escritura de Emissão que não foram expressamente alteradas por este Segundo Aditamento, sendo transcrita abaixo a versão consolidada da Escritura de Emissão, refletindo as alterações referidas na Cláusula Segunda acima:

**"INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 6ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM
GARANTIA ADICIONAL, DA LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

- (a) **LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.444.437/0001-46, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Emissora");



- (b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de agente fiduciário da presente emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das debêntures da 6ª emissão de debêntures da Emissora ("Agente Fiduciário", sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados em conjunto como "Partes" e individual e indistintamente como "Parte");

e, na qualidade de interveniente garantidora,

- (c) **LIGHT S.A.**, companhia aberta com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, 2º andar, Corredor A, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 03.378.521/0001-75, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Garantidora");

Resolvem, em regular forma de direito, celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 6ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional, da Light Serviços de Eletricidade S.A." ("Escritura de Emissão", "6ª Emissão" e "Debêntures", respectivamente), em observância às seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA AUTORIZAÇÃO

A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a autorização da reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 27 de maio de 2009 ("RCA"), nos termos do parágrafo primeiro, do artigo 59, da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

2.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública ("Oferta") a ser registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos (i) da Lei das Sociedades por Ações; (ii) da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada; (iii) da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 400/03"); e (iv) das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Registro da Oferta").



2.1.2. O Registro da Oferta será realizado por meio do procedimento simplificado previsto na Instrução CVM n.º 471, de 8 de agosto de 2008 ("Instrução CVM n.º 471/08"), devendo o pedido de Registro da Oferta ser submetido à análise prévia da Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), em observância ao disposto no "Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Atividades Conveniadas" ("Código ANBID de Atividades Conveniadas").

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro e Publicação da Ata da RCA

A ata da RCA foi registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") em 29 de maio de 2009, sob n.º 00001913954, e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio, edição nacional, em 5 de junho de 2009.

2.3. Registro da Escritura de Emissão

A presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados na JUCERJA, nos termos do artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro da Fiança da Garantidora

Em virtude da garantia prestada pela Garantidora nos termos do item 4.20, da Cláusula Quarta, a presente Escritura de Emissão e eventuais aditamentos serão registrados no competente Registro de Títulos e Documentos na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

2.5. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

O pedido de Registro da Oferta foi submetido à análise prévia da ANBID e a Oferta será registrada perante a CVM e a ANBID, nos termos da Instrução CVM n.º 471/08, do Código ANBID de Atividades Conveniadas e do Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

2.6. Registro para Distribuição e Negociação

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (i) por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT") e do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e (ii) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos ("DDA") e do Sistema Bovespafix (ambiente de negociação de ativos)



("Bovespafix"), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBovespa"), sendo processadas pela BM&FBovespa a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Séries

A Emissão será realizada em uma única série.

3.2. Valor Total da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo). O valor total da Emissão foi objeto de aumento em virtude do exercício da opção de distribuição de Quantidade Adicional de Debêntures, conforme definido no item 3.3.2, desta Escritura de Emissão.

3.3. Quantidade de Debêntures

3.3.1. Serão emitidas 300.000 (trezentas mil) Debêntures.

3.3.2. Nos termos do disposto no artigo 14, parágrafo segundo, da Instrução CVM n.º 400/03, a quantidade de Debêntures a ser distribuída no âmbito da Oferta foi aumentada em 20% (vinte por cento), a critério da Emissora ("Quantidade Adicional de Debêntures"). A colocação da Quantidade Adicional de Debêntures observará as mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas e será conduzida sob o regime de melhores esforços.

3.4. Destinação de Recursos

Os recursos captados por meio da Oferta serão utilizados para (i) pagamento do resgate antecipado compulsório das notas promissórias comerciais da primeira emissão da Emissora, objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação e dispensa automática de registro perante a CVM, nos termos da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, emitidas em 15 de maio de 2009, com prazo de vencimento de 360 (trezentos e sessenta) dias contados da respectiva data de emissão e valor nominal unitário de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), perfazendo o montante total de R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) ("Notas Promissórias"); e (ii) para reforço do capital de giro da Emissora.



3.5. Número da Emissão

A presente Escritura de Emissão representa a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Emissora.

3.6. Banco Mandatário, Instituição Depositária e Agente Escriturador

O banco mandatário, instituição depositária e agente escriturador das Debêntures será o Banco Bradesco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de Osasco, Estado de São Paulo, na Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.746.948/0001-12 ("Banco Mandatário").

3.7. Limite Legal

O valor total da Emissão, considerando-se a colocação da Quantidade Adicional de Debêntures, atende aos limites impostos à realização de emissões e ofertas públicas de debêntures previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, sendo que o capital social da Emissora, em 31 de maio de 2009, era de R\$ 2.082.364.785,47 (dois bilhões, oitenta e dois milhões, trezentos e sessenta e quatro mil, setecentos e oitenta e cinco reais e quarenta e sete centavos).

3.8. Objeto Social da Emissora

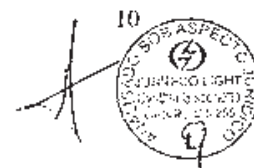
A Emissora tem por objeto a exploração de serviços públicos de energia elétrica nas áreas referidas em seu contrato de concessão e outras áreas em que, de acordo com a legislação aplicável, seja autorizada a atuar, sendo-lhe vedadas quaisquer outras atividades de natureza empresarial, salvo aquelas que estiverem associadas a este objeto - tais como: (i) uso múltiplo de postes mediante cessão onerosa a outros usuários; (ii) transmissão de dados através de suas instalações, observada a legislação pertinente; (iii) prestação de serviços técnicos de operação, manutenção e planejamento de instalações elétricas de terceiros; (iv) serviços de otimização de processos energéticos e instalações de consumidores; (v) cessão onerosa de faixas de servidão de linhas aéreas e áreas de terras exploráveis de usinas e reservatórios, desde que previamente aprovadas pelo Poder Concedente e que sejam contabilizadas em separado, podendo, para tanto, participar em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Plano de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, em regime de garantia firme de colocação, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de

10



4.1.2.5. Na hipótese de não conclusão da Oferta, por qualquer motivo, os investidores que já tiverem subscrito e integralizado Debêntures receberão, da Emissora, por meio dos Coordenadores, os montantes utilizados na integralização de Debêntures no prazo a ser indicado no anúncio de início da Oferta ("Anúncio de Início"), que não será superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data de publicação de anúncio informando sobre a não conclusão da Oferta, deduzidos dos encargos e tributos devidos, sem qualquer remuneração.

4.1.2.6. Na hipótese de restituição de quaisquer valores aos investidores, conforme previsto no item 4.1.2.5. acima, os investidores deverão fornecer recibo de quitação relativo aos valores restituídos, bem como efetuar a devolução dos boletins de subscrição das Debêntures cujos valores tenham sido restituídos.

4.1.3. Nos termos do artigo 54 da Instrução CVM n.º 400/03, a Oferta somente terá início após a concessão do respectivo registro pela CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo ao público investidor.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 1º de junho de 2009 ("Data de Emissão").


4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures

O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação de Titularidade das Debêntures

As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Banco Bradesco S.A., prestador de serviços de banco mandatário, instituição depositária e agente escriturador das Debêntures e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas na CETIP ou na BM&FBovespa, conforme o caso, será expedido extrato em nome dos titulares de Debêntures, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

12



4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie quirográfica, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e contarão garantia adicional representada pela fiança outorgada pela Garantidora nos termos do item 4.20. desta Escritura de Emissão.

4.5.2. A Fiança da Garantidora (conforme definido abaixo) foi aprovada pela reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009, cuja ata foi registrada na JUCERJA em 29 de maio de 2009, sob n.º 00001913955.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização

4.6.1. As Debêntures serão subscritas pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização.

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas em moeda corrente nacional, à vista, no ato da subscrição.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

As Debêntures terão prazo vigência de 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de junho de 2011 ("Data de Vencimento").

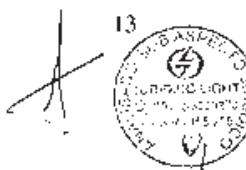
4.8. Amortização Programada

O Valor Nominal Unitário será amortizado em parcela única, na Data de Vencimento.

4.9. Remuneração

4.9.1. As Debêntures farão jus à acumulação de 115% (cento e quinze por cento) das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI Over Extra Grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI" e "Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão ou a data de vencimento do Período de Capitalização (conforme definido abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data de seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula abaixo:

13



$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

J Valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização acumulada no período, calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe Valor Nominal Unitário no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorDI Produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado a partir da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até a Data de Pagamento de Remuneração (conforme definido abaixo), exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{i=1}^n \left(1 + TDI_i \times \frac{p}{100} \right)$$

n Número total de Taxas DI consideradas na atualização, sendo "nDI" um número inteiro;

p Percentual a ser aplicado sobre a Taxa DI, informado com 2 (duas) casas decimais, correspondente à Taxa Final (115% (cento e quinze por cento));

TDI_i Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

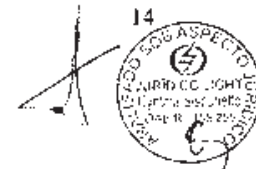
$$TDI_i = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{1/360} - 1$$

k 1, 2, ..., n

DI_k Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

Observações:

- O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_i \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;



- Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + \frac{p}{100})^{n_i}$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

4.9.2. A taxa final aplicável para cálculo da Remuneração, conforme mencionada no item 4.9.1 acima, foi definida no Procedimento de *Bookbuilding* ("Taxa Final").

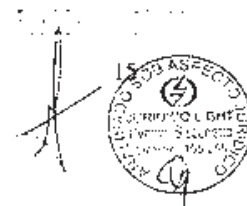
4.9.3. A Remuneração será paga semestralmente, nas seguintes datas: 1º de dezembro de 2009, 1º de junho de 2010, 1º de dezembro de 2010 e na Data de Vencimento, qual seja, 1º de junho de 2011 (cada data, uma "Data de Pagamento de Remuneração").

4.9.4. O período de capitalização da Remuneração é o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na Data de Pagamento de Remuneração correspondente ao período em questão ("Período de Capitalização").

4.9.4.1. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.5. Em caso de não divulgação ou indisponibilidade da Taxa DI na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, será aplicada na apuração de TDIK a última Taxa DI divulgada, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da divulgação posterior da Taxa DI que seja aplicável. Se a não divulgação da Taxa DI for superior ao prazo de 10 (dez) dias consecutivos, aplicar-se-á o disposto nos itens abaixo quanto à definição do novo parâmetro de remuneração das Debêntures.

4.9.6. Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados (i) do primeiro dia em que a Taxa DI não tenha sido divulgada pelo prazo superior a 10 (dez) dias consecutivos ou (ii) do primeiro



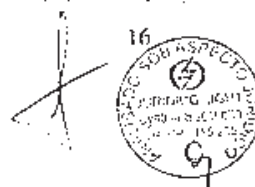
dia em que a Taxa DI não possa ser utilizada por proibição legal ou judicial, convocar Assembleia Geral de Debenturistas (no modo e prazos previstos no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações) para deliberar, em comum acordo com a Emissora e observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13/03 e/ou regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração do FatorDI quando do cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares de Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.9.6.1. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6. acima, referida Assembleia Geral de Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir da data de sua validade, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.9.6.1., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.7. Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.6. acima, não haja acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar o Agente Fiduciário por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (a) a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Neste caso, a Taxa DI a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração será a última Taxa DI disponível; ou
- (b) a Emissora deverá amortizar a totalidade das Debêntures em circulação, com seu consequente cancelamento, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento. Nesta hipótese, caso a Emissora pretenda realizar a amortização das Debêntures em mais de uma data, a amortização deverá ser realizada de forma *pro rata* entre os titulares de Debêntures em circulação. Durante o cronograma estipulado pela Emissora para amortização das Debêntures e até a amortização integral das

16



Debêntures em circulação, a periodicidade de pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida no item 4.9.3. acima, observado que as Debêntures farão jus a nova remuneração a ser definida pelos titulares de Debêntures e apresentada à Emissora na Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o item 4.9.6. acima. Referida nova remuneração deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a nova remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa remuneração deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.10. Repactuação Programada


As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

4.11. Vencimento Antecipado

4.11.1. Observado o disposto nos itens 4.11.2. a 4.11.5. abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer das seguintes hipóteses:

- (a) falta de pagamento de dívidas ou descumprimento de obrigações pecuniárias pela Emissora, pela Garantidora e/ou por qualquer de suas controladas ou coligadas cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), e que não seja regularizada(o) no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data do inadimplemento ou descumprimento da obrigação;
- (b) vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer de suas controladas ou coligadas cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (c) protesto de títulos por cujo pagamento a Emissora, a Garantidora e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas seja responsável, ainda que na condição de garantidora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), salvo se, no prazo de 10 (dez) dias corridos contados do referido protesto, (i) seja validamente comprovado pela Emissora e/ou pela Garantidora que o protesto foi efetuado

17



- por erro ou má-fé de terceiros; (ii) o referido protesto seja cancelado; ou (iii) seja apresentada defesa e prestadas as devidas garantias em juízo;
- (d) dissolução ou extinção da Emissora, Garantidora ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, exceto no caso das sociedades HTE Brasil Rio Sul Ltda. e LIR Energy Ltd.;
- (e) decretação de falência e/ou liquidação da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, ou pedido de recuperação judicial ou extrajudicial ou falência formulado pela Emissora, pela Garantidora e/ou qualquer de suas controladas ou coligadas, ou, ainda, qualquer procedimento análogo que caracterize estado de insolvência, incluindo acordo com credores, nos termos da legislação aplicável;
- (f) cisão, fusão ou incorporação da Emissora por outra sociedade, salvo (i) se tal alteração societária for previamente aprovada por titulares de Debêntures representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim; ou (ii) se for garantido o direito de resgate aos titulares de Debêntures que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação, nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (g) cisão, fusão ou incorporação da Garantidora por outra sociedade, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida cisão, fusão ou incorporação, os *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora pela Standard&Poor's e pela Moody's América Latina na data de publicação do Anúncio de Início não sejam objeto de rebaixamento pelas referidas agências de *rating*;
- (h) alteração e/ou transferência do controle acionário, direto ou indireto, da Emissora e/ou da Garantidora, nos termos do artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, exceto nas hipóteses em que, após anunciada ou ocorrida referida alteração e/ou transferência de controle acionário, os *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora pela Standard&Poor's e pela Moody's América Latina na data de publicação do Anúncio de Início não sejam objeto de rebaixamento pelas referidas agências de *rating*;
- (i) alienação pela Emissora, de ativos permanentes que representem, em um mesmo período de 12 (doze) meses, de forma individual ou agregada, valor igual ou superior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), exceto se previamente autorizado por titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;



- (j) perda da concessão da Emissora para explorar atividades relacionadas à distribuição de energia;
- (k) intervenção do poder concedente da concessão outorgada à Emissora decorrente de fatos relacionados à sua capacidade econômica;
- (l) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (m) redução do capital social da Emissora que não seja realizada para absorção de prejuízos acumulados, exceto se previamente autorizado por titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (n) pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora que não tenham sido declarados até a data de celebração desta Escritura de Emissão, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, caso a Emissora esteja em mora com relação ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (o) inadimplemento por parte da Emissora e/ou da Garantidora com relação ao pagamento da Remuneração e/ou de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- (p) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à destinação dos recursos captados por meio da Oferta, e que não seja regularizada no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data do recebimento de aviso por escrito acerca do descumprimento que lhe for enviado diretamente pelo Agente Fiduciário e/ou pelos titulares de Debêntures, individualmente ou em conjunto;
- (q) não cumprimento de decisões judiciais finais e irrecorríveis contra a Emissora e/ou a Garantidora envolvendo valores superiores a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), considerado individualmente ou em conjunto;
- (r) alteração do objeto social da Emissora e/ou da Garantidora, de forma que (i) a Emissora deixe de atuar na distribuição e comercialização de energia elétrica; ou (ii) a Garantidora deixe de ter como objetivo principal a participação em sociedades que atuem na geração, distribuição e/ou comercialização de energia elétrica;



19



- (s) constituição de ônus ou gravames sobre ativos relevantes da Emissora e/ou da Garantidora (exceto se para a prestação de garantias em processos judiciais ou administrativos ou para garantir o cumprimento de contrato de compra de energia elétrica celebrados pela Emissora), considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), exceto se previamente autorizado por titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim;
- (t) transferência, pela Emissora, de qualquer obrigação relacionada às Debêntures, exceto se previamente autorizado por titulares de Debêntures que representem, no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, em Assembleia Geral de Debenturistas convocada para esse fim; e
- (u) inobservância ou descumprimento, pela Garantidora, enquanto houver Debêntures em circulação, dos seguintes índices e limites financeiros ("Índices e Limites Financeiros"):

A. Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA:

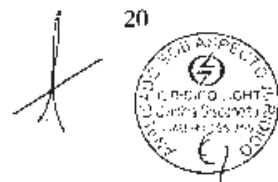
$\frac{\text{Total da Dívida Sênior}}{\text{EBITDA}}$	< 3,1 (três inteiros e um décimo), para os trimestres fiscais e os exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009, inclusive, observado o disposto no item A.1. abaixo.
---	--

A.1. Sem prejuízo do limite previsto na tabela acima, a Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA constante da tabela acima somente poderá ser superior a 2,6 (dois inteiros e seis décimos) caso a Emissora e a Garantidora comprovem, a cada data de apuração dos Índices e Limites Financeiros nos termos desta Escritura de Emissão, que o índice de endividamento que supera 2,6 (dois inteiros e seis décimos) corresponde, exclusivamente, a operações de financiamento destinadas à realização de investimentos pela Emissora e/ou pela Garantidora no setor elétrico. O Agente Fiduciário deverá observar os procedimentos descritos neste item 4.11. no que se refere ao vencimento antecipado das Debêntures caso a Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA constante da tabela acima seja superior a 2,6 (dois inteiros e seis décimos) e a Emissora e a Garantidora não apresentem a comprovação de que trata este item A.1.

A.2. Para os fins dos itens A. e A.1, acima:

"Relação entre o Total da Dívida Sênior e o EBITDA" significa, em qualquer momento, o quociente da divisão do (i) Total da Dívida Consolidada e Ajustada da Garantidora no último dia do mais recente trimestre fiscal completo da Garantidora; pelo (ii) EBITDA da Garantidora

20





relativo aos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data ou próximo a tal data;

“Total da Dívida Consolidada e Ajustada da Garantidora” significa, em qualquer momento, o saldo de principal e juros a pagar total das Dívidas da Garantidora e de suas subsidiárias, calculado em bases consolidadas, menos o saldo, à época, do valor total das Dívidas Subordinadas consolidadas;

“Dívida” significa, em relação a qualquer Pessoa, sem duplicidade, seja o recurso aos bens de tal pessoa, total ou parcial e contingente ou não, (i) todas as obrigações de tal Pessoa por recursos tomados em empréstimo; (ii) todas as obrigações de tal Pessoa evidenciadas por títulos, debêntures, notas ou instrumentos similares, incluindo qualquer obrigação oriunda da aquisição de bens ou negócios; (iii) todas as obrigações de tal Pessoa relativas à venda condicional ou outras formas de contrato de retenção de titularidade relacionadas a bens adquiridos por tal Pessoa; (iv) todas as obrigações de reembolso de tal Pessoa relacionadas a cartas de crédito, aceites bancários ou instrumentos similares emitidos em benefício de tal Pessoa, em razão de obrigações derivadas de empréstimo em dinheiro; (v) todas as obrigações de tal Pessoa em relação ao preço pendente de compra de bens ou serviços (inclusive contratos de recompra de valores mobiliários, mas excluindo contas a pagar ou outros encargos incorridos resultantes do curso normal dos negócios e que não estejam vencidos ou que estejam sendo contestados em boa-fé); (vi) todas as obrigações de tal Pessoa relacionadas a contratos de locação ou arrendamento ou outro acordo de transferência de direito de uso, de bens móveis ou imóveis; (vii) todas as obrigações de tal Pessoa de resgatar, reembolsar ou de qualquer forma realizar pagamento relacionado a ações de emissão de tal Pessoa; (viii) obrigações líquidas (se existentes) em decorrência de contratos de hedge de taxa de juros ou de proteção cambial de tal Pessoa, conforme constante das demonstrações financeiras (ou balancetes) de tal Pessoa relativas ao último trimestre fiscal; (ix) todas as Dívidas de terceiros garantidas por (ou com relação às quais o devedor tenha o direito, de qualquer forma, de ter sua Dívida garantida por) qualquer ônus sobre bens detidos ou adquiridos por tal Pessoa; (x) toda obrigação de terceiros, semelhante àquelas previstas nas alíneas (i) a (viii) acima, cujo pagamento tenha sido garantido por tal Pessoa; (xi) todas as obrigações ou garantias de obrigações relacionadas a fundos e/ou planos de pensão; e (xii) todas as obrigações ou garantias de obrigações dos tipos mencionados nas alíneas (i) a (xi) acima, por meio das quais a Pessoa tenha criado um ônus sobre qualquer de seus bens de forma a garantir ou assegurar tal obrigação. A Dívida da Garantidora não deve, entretanto, incluir Dívidas Subordinadas ou (i) qualquer obrigação relacionada à dívida passada referente ao PIS – Programa de Integração Social, à COFINS – Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social, ao INSS – Instituto Nacional da Seguridade Social e/ou ao FNDCE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; (ii) qualquer contingência relativa a fundos de

21



pensão (tais como previstas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 e contabilizadas em seu balanço patrimonial consolidado, nos termos da Deliberação CVM n.º 371/00); ou (iii) qualquer obrigação incorrida em virtude do Programa de Eficientização de Energia;

“Pessoa” significa a Garantidora ou qualquer de suas subsidiárias;

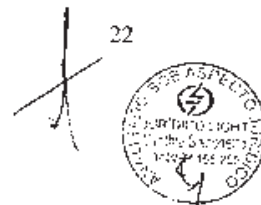
“Dívida Subordinada” significa qualquer Dívida da Emissora ou de qualquer de suas subsidiárias que estejam, em todos os aspectos, subordinada às obrigações da Emissora com relação às Debêntures e cujas datas de pagamento de principal somente ocorram após o pagamento integral dos valores devidos aos titulares de Debêntures;

“EBITDA” significa, para qualquer período, o Lucro Líquido da Garantidora e de suas subsidiárias, calculado de forma consolidada para tal período, acrescido, desde que deduzido no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, da soma de (i) despesa de impostos sobre o Lucro Líquido; (ii) Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos, (iii) despesa de amortização e depreciação; (iv) perdas extraordinárias e não recorrentes; e (v) outros itens operacionais que não configurem saída de caixa e que reduzam o Lucro Líquido, menos, desde que incluído no cálculo de tal Lucro Líquido, sem duplicidade, (a) receitas financeiras; (b) quaisquer ganhos extraordinários e não recorrentes; e (c) outras receitas operacionais que aumentem o Lucro Líquido e que não configurem entrada de caixa;

“Lucro Líquido” significa, para qualquer período, o lucro líquido (ou prejuízo) da Garantidora e de suas subsidiárias, em bases consolidadas, para o período em questão e de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (incluindo quaisquer ganhos resultantes de conversão de moedas); considerando que devem ser excluídos (i) o lucro líquido (ou prejuízo) de qualquer entidade, existente antes da data em que a referida entidade tornou-se uma subsidiária da Garantidora ou tenha sido incorporada ou fundida à Garantidora ou suas subsidiárias; (ii) ganhos ou perdas relativos a disposição de ativos da Garantidora ou suas subsidiárias; (iii) o efeito acumulado de modificações aos princípios contábeis; (iv) quaisquer perdas resultantes da flutuação das taxas cambiais; (v) qualquer ganho ou perda realizado quando do término de qualquer plano de benefício de pensão de empregado; (vi) lucro líquido de operações descontinuadas; e (vii) o efeito fiscal de quaisquer dos itens descritos nas alíneas (i) a (vi) acima; e

“Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos” significa, em qualquer período, a despesa consolidada de juros brutos relacionada a empréstimos e outros financiamentos (incluindo quaisquer valores adicionais a serem pagos em virtude de tais obrigações sujeitas ao

22



pagamento de juros), incluída na demonstração consolidada de resultado, sem dedução de qualquer receita proveniente de juros, da Garantidora ou suas subsidiárias para tal período, calculada de forma consolidada, incluindo, sem duplicação (ou na medida em que não esteja incluído ou adicionado) (i) quaisquer pagamentos ou taxas relacionados a cartas de crédito, aceites bancários ou instrumentos similares emitidos ou concedidos por conta da Garantidora ou de qualquer de suas subsidiárias em relação a empréstimo ou outro tipo de financiamento; e (ii) parcelas de qualquer obrigação relacionada a contratos de locação ou arrendamento ou outro acordo de transferência de direito de uso, de bens móveis ou imóveis, pagas durante o referido período, determinadas em bases consolidadas, mas excluindo (a) os efeitos de qualquer variação cambial que não configurem movimentação de caixa; e (b) na medida em que incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas, os juros pagos pela Garantidora e suas subsidiárias em relação a qualquer obrigação descoberta relativa a fundo de pensão (tais como previstas nas notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas da Emissora relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2003 e contabilizadas em seu balanço patrimonial consolidado, nos termos da Deliberação CVM n.º 371/00).

B. Relação de Cobertura de Juros:



$\frac{\text{EBITDA}}{\text{Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos}}$	$\geq 2,5$ (dois inteiros e cinco décimos), para os trimestres fiscais e os exercícios sociais encerrados a partir de 1º de janeiro de 2009, inclusive.
---	---

B.1. Para os fins do item B, acima:

“Relação de Cobertura de Juros” significa, ao final de qualquer trimestre fiscal, a divisão do (i) somatório do EBITDA dos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data; pelo (ii) somatório da Despesa Ajustada e Consolidada de Juros Brutos dos quatro últimos trimestres fiscais consecutivos anteriores a tal data.

C. A Emissora e a Garantidora obrigam-se a realizar o cálculo dos Índices e Limites Financeiros, apurados e revisados trimestralmente pelos auditores independentes da Garantidora, com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora. Os Índices e Limites Financeiros, bem como as informações de que tratam o item A, acima, deverão ser apresentados ao Agente Fiduciário juntamente com o relatório consolidado da memória de cálculo compreendendo todas as rubricas necessárias para cálculo dos referidos Índices e Limites Financeiros. O relatório contendo as informações descritas neste item C, deverá ser enviado ao Agente Fiduciário em observância aos prazos previstos nesta Escritura de Emissão (especialmente nos incisos (iii) e (iv) da alínea (a) do item 5.1. abaixo).

23

D. Após o recebimento das informações descritas no item C. acima e observados os prazos previstos nesta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário poderá solicitar à Emissora, à Garantidora e aos respectivos auditores independentes eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

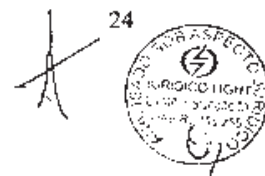
E. Os Índices e Limites Financeiros serão verificados pelo Agente Fiduciário trimestralmente, no encerramento de cada trimestre contábil, com base nas informações referidas no item C. acima. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos desta Escritura de Emissão, deverá considerar o trimestre contábil a ser encerrado em 30 de junho de 2009.

4.11.2. Para os fins de que trata essa Escritura de Emissão, "Data de Vencimento Antecipado" será qualquer uma das seguintes datas: (i) na hipótese dos eventos previstos nas alíneas (d), (e), (j), (l), (o) e (r) do item 4.11.1. acima, será a data em que ocorrer qualquer dos eventos ali referidos, quando o vencimento antecipado das Debêntures, independente de notificação do Agente Fiduciário nesse sentido, será declarado automaticamente pelo Agente Fiduciário; (ii) ocorrendo os eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c), (f), (g), (i), (k), (m), (n), (q), (s), (t) e (u) do item 4.11.1. acima, será a data em que se realizar a Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.11.3. abaixo, se tal Assembleia Geral aprovar o vencimento antecipado das Debêntures, sendo que o Agente Fiduciário deverá comunicar eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures à Emissora no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, de acordo com a Cláusula Nona desta Escritura de Emissão.

4.11.2.1. No que se refere aos eventos descritos na alínea (p) do item 4.11.1. acima, o vencimento antecipado das Debêntures será automaticamente declarado pelo Agente Fiduciário na hipótese de descumprimento, pela Emissora, de sua obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta estritamente aos fins descritos no item 3.4. desta Escritura de Emissão e que não seja regularizado no prazo estabelecido na alínea (p) do item 4.11.1. Na hipótese de descumprimento de qualquer outra obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão que não seja regularizado no prazo estabelecido na alínea (p) do item 4.11.1. acima, exceto no que se refere à destinação dos recursos captados por meio da Oferta, o Agente Fiduciário deverá observar os procedimentos descritos nos itens 4.11.3. e 4.11.4. desta Escritura de Emissão.

4.11.2.2. No que se refere ao evento descrito na alínea (h) do item 4.11.1. acima, o vencimento antecipado das Debêntures será automaticamente declarado pelo Agente Fiduciário na hipótese de rebaixamento de ambos os *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora, ou seja, conforme súmulas/relatórios da Standard&Poor's e da Moody's América Latina. Na hipótese de rebaixamento de apenas um dos *ratings* originalmente atribuídos às Debêntures e/ou à Emissora, ou seja, conforme súmula/relatório da Standard&Poor's ou da Moody's América Latina,

24



o Agente Fiduciário deverá observar os procedimentos descritos nos itens 4.11.3. e 4.11.4. desta Escritura de Emissão.

4.11.3. Na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas alíneas (a), (b), (c), (f), (g), (i), (k), (m), (n), (p), (q), (s), (t) e (u) do item 4.11.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 2 (dois) dias úteis contados da data em que for constatada a ocorrência do referido evento, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

4.11.4. Caso a Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.11.3. acima não delibere sobre a eventual declaração do vencimento antecipado das Debêntures ou não seja instalada por falta de quorum, em primeira e segunda convocação, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures, acrescido da Remuneração e outros encargos devidos até a data do efetivo pagamento, a menos que titulares de Debêntures que representem pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação optem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, hipótese na qual não haverá vencimento antecipado das Debêntures.



4.11.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures pelo Agente Fiduciário, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, bem como de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura da Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados da comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora, nos termos da Cláusula Nona desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos no item 4.14. abaixo.

4.11.5.1. As Debêntures objeto do procedimento descrito no item 4.11.5. acima serão obrigatoriamente canceladas pela Emissora.

4.12. Resgate Antecipado

As Debêntures não estão sujeitas a resgate antecipado.

25



4.13. Aquisição Facultativa

4.13.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação por preço não superior ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva aquisição, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações.

4.13.2. As Debêntures objeto desse procedimento poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora ou ser colocadas para negociação no mercado.

4.14. Multa e Juros Moratórios

Ocorrendo impuntualidade no pagamento, pela Emissora, de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração devida nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre as quantias em atraso.

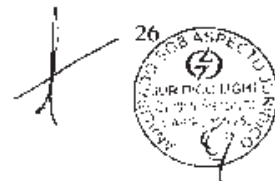
4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.14. acima, o não comparecimento do titular de Debêntures para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer acréscimo relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe assegurado, todavia, o direito adquirido até a data do respectivo vencimento.

4.16. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora por meio da CETIP ou da BM&FBovespa, conforme as Debêntures estejam custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa. As Debêntures que não estiverem custodiadas junto à CETIP ou à BM&FBovespa terão os seus pagamentos realizados junto ao Banco Mandatário.

26



4.17. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, se o respectivo vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da CETIP ou da BM&FBOvespa, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.18. Publicidade

Todos os atos e decisões relevantes decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver, direta ou indiretamente, os interesses dos titulares de Debêntures, a critério razoável da Emissora, em comum acordo com o Agente Fiduciário, deverão ser publicados sob a forma de "Aviso aos Debenturistas" no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no Jornal do Commercio, edição nacional, utilizados pela Emissora para efetuar as publicações exigidas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM.

4.19. Imunidade Tributária



Caso qualquer titular de Debêntures goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de pagamentos referentes às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.20 Fiança da Garantidora

4.20.1. Como garantia do fiel e pontual pagamento das Debêntures, a Garantidora presta fiança em favor dos titulares das Debêntures representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se solidariamente como fiadora e principal pagadora de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão ("Fiança da Garantidora").

4.20.2. A Garantidora declara-se neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e dos encargos de qualquer natureza aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

27



4.20.3. O Valor Garantido será pago pela Garantidora no prazo de 2 (dois) dias úteis contados da data da comunicação enviada pelo Agente Fiduciário à Garantidora, por escrito, informando a falta do respectivo pagamento. Os pagamentos deverão ser realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.

4.20.4. A Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 827, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro, bem como no artigo 595 do Código de Processo Civil Brasileiro.

4.20.5. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos titulares de Debêntures caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança da Garantidora.

4.20.6. A Fiança da Garantidora entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido.

4.20.7. A Garantidora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

4.20.8. A Fiança da Garantidora somente poderá ser substituída por fiança bancária outorgada em benefício dos titulares de Debêntures representados pelo Agente Fiduciário, emitida por instituição financeira com classificação de risco em escala nacional equivalente a, no mínimo, "AA", conferida pela Standard&Poor's e/ou Moody's América Latina.

4.20.9. A substituição da Fiança da Garantidora nos termos do item 4.20.8. acima estará sujeita à prévia aprovação de titulares de Debêntures representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

4.20.10. A Fiança da Garantidora foi devidamente aprovada em Reunião do Conselho de Administração da Garantidora realizada em 27 de maio de 2009, nos termos de seu Estatuto Social.

4.20.11. A Fiança da Garantidora poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário até a integral liquidação dos valores devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão.

28





CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora está adicionalmente obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

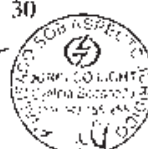
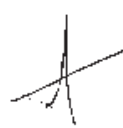
- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na mesma data em que apresentados à CVM, o que ocorrer primeiro, cópia de seus demonstrativos financeiros anuais completos, acompanhados de parecer dos auditores independentes e relatório da administração, demonstrativos estes que serão preparados de acordo com a regulamentação brasileira e os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (ii) cópias das informações periódicas e eventuais previstas na Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993, conforme alterada ("Instrução CVM n.º 202/93") (ou qualquer outra que venha a substituí-la), com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;
- (iii) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou na mesma data em que apresentados à CVM, o que ocorrer primeiro, declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações da Emissora descritas nesta Escritura de Emissão, bem como relatório demonstrativo do cumprimento dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas e descrevendo as contas consideradas nos cálculos dos Índices e Limites Financeiros;
- (iv) dentro de, no máximo, 15 (quinze) dias corridos após a divulgação do resultado da Emissora em cada trimestre, cópia das respectivas informações financeiras trimestrais, bem como relatório demonstrativo do cumprimento dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas e descrevendo as contas consideradas nos cálculos dos Índices e Limites Financeiros;
- (v) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão a da Instrução da CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM n.º 28/83");

29





- (vi) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista no item 4.18. acima;
 - (vii) cópia dos Avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração que de alguma forma envolvam o interesse dos titulares de Debêntures, a exclusivo critério da Emissora, nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM n.º 202/93 (ou qualquer outra que venha a substituí-la) ou, se ali não previstos, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
 - (viii) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, imediatamente após o descumprimento, sem prejuízo do disposto na alínea (f) abaixo;
 - (ix) informações sobre a constituição de ônus ou gravames de qualquer natureza sobre ativos relevantes da Emissora, considerando-se como ativos relevantes aqueles cujo valor individual ou em conjunto seja igual ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), no prazo de 15 (quinze) dias da respectiva constituição; e
 - (x) todos os demais documentos e informações que a Emissora, nos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão, se comprometeu a enviar ao Agente Fiduciário;
- (b) submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
 - (c) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta na CVM e disponibilizar aos seus acionistas e aos titulares de Debêntures as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações;
 - (d) manter sempre atualizados e em boa ordem os livros e registros societários, de modo que a permitir que o Agente Fiduciário (ou auditor independente por este contratado às expensas dos titulares de Debêntures) realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria;
 - (e) manter, em adequado funcionamento, um órgão para atender, de forma eficiente, os titulares de Debêntures ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;

30



- (f) convocar, nos termos da Cláusula Sétima, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (g) informar o Agente Fiduciário imediatamente sobre a ocorrência de qualquer evento previsto no item 4.11, da Cláusula Quarta desta Escritura de Emissão;
- (h) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, inclusive mediante envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;
- (i) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (j) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora que (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures; ou (ii) faça com que as demonstrações ou informações financeiras fornecidas pela Emissora à CVM não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora;
- (k) manter seus bens e ativos devidamente segurados, conforme práticas correntes;
- (l) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com esta Escritura de Emissão, com o contrato de distribuição pública das Debêntures a ser celebrado com os Coordenadores ou com qualquer outro documento relacionado à Oferta, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares de Debêntures;
- (m) salvo nos casos em que, de boa fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, em todos os aspectos relevantes, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (n) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Mandatário, o Agente Fiduciário e os sistemas de negociação no mercado secundário SND e Bovespafix;

31



- (o) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos titulares de Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão;
- (p) contratar agência classificadora de risco de renome internacional a ser indicada pelos Coordenadores e aprovada pela Emissora (necessariamente a Standard&Poor's ou Moody's América Latina) ("Agência de Rating") para atribuir classificação de risco às Debêntures, obrigando-se, a partir de referida contratação, a: (i) manter contratada durante todo o prazo de vigência das Debêntures a Agência de *Rating* para que esta divulgue relatório com periodicidade, no mínimo, anual; (ii) manter atualizada, pelo menos anualmente e enquanto houver Debêntures em circulação, a classificação de risco que venha a ser atribuída às Debêntures; (iii) divulgar ou permitir que a Agência de *Rating* divulgue relatório ou súmula da classificação de risco das Debêntures e suas respectivas atualizações; (iv) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco das Debêntures no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; e (v) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco atribuída às Debêntures;
- (q) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável; e
- (r) destinar os recursos obtidos com a Oferta estritamente aos fins descritos no item 3.4. desta Escritura de Emissão.

5.2. As despesas a que se refere a alínea (o) do item 5.1. acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;

32



- (c) despesas de viagem relacionadas à Emissão, quando estas sejam necessárias ao desempenho das funções do Agente Fiduciário, sendo que os valores relativos a essas despesas estarão limitados àqueles usualmente incorridos pela Emissora em relação aos seus próprios empregados, para suas viagens e hospedagem; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, desde que razoáveis, na hipótese de ocorrerem omissões e/ou obscuridades relacionadas às informações pertinentes aos estritos interesses dos titulares de Debêntures.

5.2.1. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos titulares de Debêntures, que não tenha sido saldado na forma da alínea (c) do item 5.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora, preferindo às Debêntures na ordem de pagamento.



5.2.2. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos titulares de Debêntures deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos titulares de Debêntures e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos titulares de Debêntures incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de suas funções ou, ainda, que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros enquanto representante dos titulares de Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais, assim como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao seu pagamento por um período superior a 60 (sessenta) dias, serão igualmente suportados pelos titulares de Debêntures, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao respectivo pagamento ou reembolso, conforme o caso, por um período superior a 10 (dez) dias contados do recebimento da respectiva solicitação de pagamento ou reembolso.

CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, acima qualificada, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora, os interesses da comunhão dos titulares de Debêntures.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara sob as penas da lei, que:

33



- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e aqueles previstos no respectivo Estatuto Social necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução da CVM n.º 28/83;
- (g) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (h) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (i) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão e a regularidade da constituição da Fiança da Garantidora, nos termos desta Escritura de Emissão; e
- (j) verificou o atendimento, pela Emissora, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do item 3.7. da Cláusula Terceira desta Escritura de Emissão.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição.

6.4. A título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão, será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário remuneração correspondente a parcelas anuais de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais),

34



sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a data da assinatura desta Escritura de Emissão e os demais pagamentos sempre no mesmo dia dos anos subsequentes.

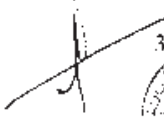

6.4.1. Em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo máximo de 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, de "Relatório de Horas". As atividades a que se refere este item 6.4.1. estão relacionadas (i) à assessoria aos titulares de Debêntures em processo de renegociação requerido pela Emissora; (ii) ao comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou com titulares de Debêntures e/ou em Assembleias Gerais de Debenturistas; e (iii) à implementação das consequentes decisões tomadas pelos titulares de Debêntures.

6.4.2. A remuneração do Agente Fiduciário será atualizada anualmente desde a Data de Emissão pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado – Número Índice, apurado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – IGPM, acumulado no respectivo período ou, na sua falta, pelo mesmo índice que vier a substituí-lo.

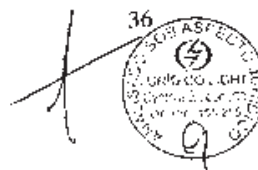
6.4.3. A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto de Renda nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos titulares de Debêntures, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;
- (b) na ocorrência do evento descrito na alínea (h) do item 4.11.1. acima, solicitar à Standard&Poor's e à Moody's América Latina, em até 5 (cinco) dias úteis, manifestação acerca da classificação de risco (*rating*) atribuída às Debêntures e à Emissora;
- (c) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

- (d) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) promover, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos nos competentes órgãos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, hipótese em que o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (g) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os titulares de Debêntures acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (h) verificar a regularidade da constituição da Fiança da Garantidora, nos termos desta Escritura de Emissão, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade;
- (i) examinar eventual proposta de substituição da Fiança da Garantidora, nos termos desta Escritura de Emissão, manifestando sua expressa e justificada concordância;
- (j) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis estaduais (incluindo falências, recuperações judiciais e execuções fiscais), distribuidores federais, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas do Trabalho e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora, bem como das demais comarcas em que a Emissora exerça suas atividades;
- (k) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (l) verificar o cumprimento pela Emissora da obrigação prevista na alínea (p) do item 5.1. acima, bem como encaminhar à ANBLD o relatório de classificação de risco das Debêntures (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua veiculação;
- (m) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve



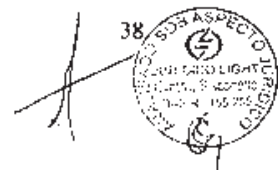
efetuar suas publicações, devendo ainda, enviar à CVM, à CETIP e à BM&FBovespa, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e, tão logo tenha acesso, da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;

- (n) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, devendo ainda, enviar à CVM, à CETIP e à BM&FBovespa, na data da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia Geral de Debenturistas;
- (o) elaborar relatórios destinados aos titulares de Debêntures, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as seguintes informações, sendo certo que os dados financeiros e atos societários da Emissora necessários à elaboração de tais relatórios, conforme solicitados pelo Agente Fiduciário, deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora com antecedência de 15 (quinze) dias corridos em relação ao encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização, repactuação e pagamentos de Remuneração realizados no período, bem como repactuação aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (vii) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;

37



- (ix) declaração acerca da suficiência e exeqüibilidade da Fiança da Garantidora; e
- (x) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
- (p) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea (o) acima aos titulares de Debêntures até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos em um dos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP;
 - (v) na BM&FBovespa; e
 - (vi) na sede dos Coordenadores.
- (q) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos titulares de Debêntures que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea anterior;
- (r) manter atualizada a relação dos titulares de Debêntures e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora, ao Banco Mandatário, à CETIP e à BM&FBovespa;
- (s) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;
- (t) notificar os titulares de Debêntures, se possível individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos da ocorrência do evento, a respeito de qualquer inadimplemento pela Emissora de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM, à CETIP e à BM&FBovespa;



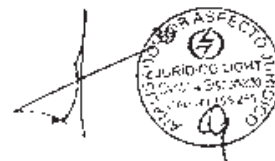
- (u) emitir parecer sobre a suficiência das Informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures; e
- (v) acompanhar, calcular e apurar os Índices e Limites Financeiros, na periodicidade prevista nesta Escritura de Emissão, desde que previamente recebidas todas as informações descritas no item C. da alínea (u) do item 4.11.1. desta Escritura de Emissão, bem como todos os demais esclarecimentos adicionais necessários que venham a ser formulados, nos prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão (especialmente nos incisos (iii) e (iv) da alínea (a) do item 5.1. acima).

6.6. Sem prejuízo do disposto no item 4.11. acima, o Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora, nos termos da legislação aplicável, conforme seja cabível;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos titulares de Debêntures; e
- (d) representar os titulares de Debêntures em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da Emissora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas (b) e (c) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação; bastando, porém, (i) a deliberação por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (a) acima; e (ii) a deliberação por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, a maioria das Debêntures em circulação presentes à respectiva Assembleia Geral de Debenturistas quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) acima.

6.7. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura da presente Escritura de Emissão até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.



6.8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, liquidação, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 5 (cinco) dias úteis antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-lá, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo agente fiduciário superior à ora avençada.

6.8.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos titulares de Debêntures, solicitando sua substituição.

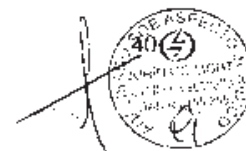
6.8.2. É facultado aos titulares de Debêntures, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim, nos termos desta Escritura de Emissão.

6.8.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.

6.8.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM n.º 28/83 e eventuais normas posteriores.

6.8.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado na JUCERJA junto com a presente.

6.8.5.1. O agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos titulares de Debêntures em forma de aviso nos termos do item 4.18. acima.



6.8.5.2. O agente fiduciário substituto exercerá suas funções a partir da data em que for celebrado o correspondente aditamento à Escritura de Emissão, inclusive, até sua efetiva substituição ou até que todas as obrigações contempladas na presente Escritura de Emissão sejam cumpridas.

6.8.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os titulares de Debêntures poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos titulares de Debêntures.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.3.1. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 7.2. desta Cláusula Sétima, respectivamente, ao Agente Fiduciário, à Emissora, ao titular de Debêntures eleito pelos demais titulares de Debêntures presentes ou àquele que for designado pela CVM.

7.4. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

7.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.5. Nos termos do parágrafo terceiro, do artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, a Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

7.6. Cada Debênture em circulação conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, cujas deliberações, ressalvados quoruns específicos estabelecidos nesta



41



Escritura de Emissão, serão tomadas, em primeira convocação, por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, por titulares de Debêntures que representem a maioria das Debêntures presentes, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.6.1. Sem prejuízo do disposto no item 7.6. acima, a substituição da Fiança da Garantidora na hipótese de que trata o item 4.20.8. desta Escritura de Emissão, bem como qualquer alteração (i) no prazo de vigência das Debêntures (incluindo eventual repactuação); (ii) nas datas e nas taxas de pagamento do Valor Nominal Unitário e/ou da Remuneração; (iii) no quorum de deliberação das Assembleias Gerais de Debenturistas; (iv) nos eventos de vencimento antecipado das Debêntures, conforme previstos no item 4.11.2. acima, deverá ser aprovada por titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

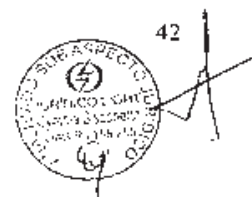
7.6.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures, nos termos do item 4.11. desta Escritura de Emissão, e a definição da taxa substitutiva em caso de indisponibilidade, impossibilidade de aplicação ou extinção da Taxa DI, nos termos do item 4.9.7. desta Escritura de Emissão, dependerão da aprovação de titulares de Debêntures que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

7.7. Para efeito da constituição do quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau.

7.8. As deliberações tomadas pelos titulares de Debêntures reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, observada a devida competência legal e os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares de Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.11. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas para prestar aos titulares de Debêntures as informações que lhe forem solicitadas.



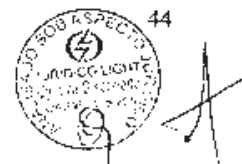
CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

8.1. A Emissora neste ato declara e garante que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação da CVM aplicáveis;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações, inclusive as societárias, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, assim como a emissão e a distribuição pública das Debêntures não infringem ou contrariam, sob qualquer aspecto material, (i) qualquer contrato ou documento no qual a Emissora seja parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (e) em virtude das exigências legais e regulatórias nos planos federal, estadual e municipal e conforme as melhores práticas do setor de energia elétrica, excetuados os casos detalhadamente descritos no prospecto preliminar ("Prospecto Preliminar") e no Prospecto Definitivo (referidos em conjunto como "Prospectos"), a Emissora possui válidas e em vigor todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas competentes autoridades para o exercício de suas atividades, inexistindo qualquer circunstância relevante impeditiva da normal condução dessas atividades;



- (f) a Emissora está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente ("CONAMA") e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas que sejam igualmente relevantes para a execução das atividades da Emissora, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, excetuados os casos detalhadamente descritos nos Prospectos. A Emissora está obrigada ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as Demonstrações Financeiras da Emissora referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2007 e 2008 contidas nos Prospectos, assim como as informações financeiras referentes aos períodos encerrados em 31 de março de 2008 e 2009 contidas nos Prospectos, representam corretamente a posição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora de forma consolidada;
- (h) o Prospecto contém nesta data e conterá, na data de publicação do Anúncio de Início, todas as informações relevantes em relação à Emissora, no contexto da Emissão e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de suas condições financeiras, lucros, perdas, perspectivas e direitos em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;
- (i) as informações e declarações contidas nos Prospectos em relação à Emissora e à Oferta são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes;
- (j) exceto pelas contingências informadas nos Prospectos, não tem conhecimento da existência de qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades, que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;



- (k) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (l) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Oferta aos fins descritos no item 3.4, desta Escritura de Emissão;
- (m) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, eficaz e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (n) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

8.2. A Garantidora neste ato declara e garante que:

- (a) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente, de acordo com as leis brasileiras, com registro de companhia aberta de acordo com as leis brasileiras e a regulamentação da CVM aplicáveis
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias à outorga da Fiança da Garantidora e ao cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, regulatórios e estatutários necessários para tanto;
- (c) a Fiança da Garantidora constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (d) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) a celebração desta Escritura de Emissão e a outorga da Fiança da Garantidora não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Garantidora ou qualquer de seus controladores seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem



da Garantidora ou de qualquer de seus controladores; ou (iii) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos.

CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações a serem enviados por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

Light Serviços de Eletricidade S.A.

Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte
20080-002 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Ricardo Levy

Tel.: (21) 2211-2814

Fax: (21) 2211-2554

E-mail: ricardo.levy@light.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. DTVM

Avenida das Américas, n.º 4.200, bloco 04, sala 514
22640-102 – Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Marcelo da Costa Ribeiro

Tel.: (21) 3385-4572

Fax: (21) 3385-4046

E-mail: marcelo@pentagonotrustee.com.br/pentagono@pentagonotrustee.com.br

Para a Garantidora:

Light S.A.

Avenida Marechal Floriano, n.º 168, parte, 2º andar, Corredor A
20080-002 - Rio de Janeiro - RJ

At.: Sr. Ricardo Levy

Tel.: (21) 2211-2814

Fax: (21) 2211-2554

E-mail: ricardo.levy@light.com.br

.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....
.....



Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

Cidade de Deus, Avenida Yara, s/n, Prédio Amarelo, 2º andar

06029-900 - Osasco - SP

At.: Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli

Tel.: (11) 3684-4522

Fax: (11) 3684-5645

E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br

9.2. As comunicações e os documentos referentes a esta Escritura de Emissão serão considerados entregues quando recebidos sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correios, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As demais comunicações serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que, no caso do fac-símile, seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido de confirmação verbal por telefone e, no caso de e-mail, seu recebimento seja confirmado por e-mail de confirmação de recebimento originado pelo destinatário. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra Parte pela Parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos titulares de Debêntures em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento,



47

comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II do Código de Processo Civil, e as obrigações nela contidas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

CLÁUSULA ONZE – DA LEI APLICÁVEL E DO FORO

11.1. Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

11.2. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.”

CLÁUSULA QUARTA – DA LEI APLICÁVEL E DO FORO

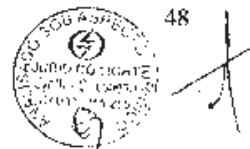
4.1. Este Segundo Aditamento é regido pelas leis da República Federativa do Brasil.

4.2. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas deste Segundo Aditamento.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam este Segundo Aditamento a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora, em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas e assinadas.

São Paulo, 14 de julho de 2009

48



00-2009/ 1 1 8 2 4 7 - 6 16 jul 2009 10:29
JUCERJA Guia: 200/1274508-8
3330010644-8 Atos: 981
LIGHT SERVICOS DE ELETRICIDADE S/A
Junta » Calculado: 335.00 Pago: 335.00
DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00
ULT. ARQ: 00001930500 15/07/2009 304 PRONT.: L179V



-
- Relatórios de Classificação de Risco elaborados pela Standard&Poor's e pela Moody's

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Data de Publicação: 15 de junho de 2009

Comunicado à Imprensa

Standard & Poor's eleva ratings da Light Serviços de Eletricidade S.A. e atribui rating 'brA+' à sua 6ª emissão de debêntures

Analistas: Juliana Gallo, São Paulo (55) 11-3039-9728, juliana_gallo@standardandpoors.com; Luísa Vilhena, São Paulo (55) 11-3039-9727, luisa_vilhena@standardandpoors.com; Marcelo Costa, São Paulo (55) 11-3039-9731, marcelo_costa@standardandpoors.com

Resumo

- Os indicadores financeiros da Light no 1º trimestre de 2009 evoluíram acima de nossas expectativas.
- Elevamos os ratings de longo prazo da Light e de sua 5ª Emissão de Debêntures de 'brA' para 'brA+' e reafirmamos os ratings de emissor e de emissão de curto prazo 'brA-2', todos na Escala Nacional Brasil.
- Também atribuímos o rating 'brA+' à futura 6ª Emissão de Debêntures da empresa no valor de R\$ 250 milhões.
- A perspectiva do rating de emissor de longo prazo é estável.

Ações de Rating

Em 15 de junho de 2009, a Standard & Poor's Ratings Services elevou em sua Escala Nacional Brasil, de 'brA' para 'brA+', o rating de crédito corporativo de longo prazo atribuído à Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light), e também o rating de sua 5ª Emissão de Debêntures. Ao mesmo tempo, atribuímos o rating 'brA+' à futura 6ª Emissão de Debêntures que a Light realizará no montante de R\$ 250 milhões. A perspectiva do rating de emissor é estável.

A elevação dos ratings da Light reflete a evolução em seus indicadores financeiros durante o ano de 2008, o que se consolidou no 1º trimestre de 2009, superando nossas expectativas anteriores. Além disso, a flexibilidade financeira da empresa também melhorou com a recente emissão de R\$ 100 milhões de notas promissórias e a presente emissão de debêntures. A Light também manteve um perfil de negócios adequado para a sua categoria de rating, registrando avanços nos indicadores operacionais no primeiro trimestre de 2009 em relação ao mesmo período de 2008. Nosso cenário base indica que a Light preservará sua atual estrutura de capital e liquidez nos próximos anos, com índices de alavancagem financeira acima dos observados em 2008, mesmo com as dívidas adicionais para financiar seus investimentos.

As debêntures da 6ª emissão, de série única, com prazo de dois anos, e amortização do principal no seu vencimento final em 2011, contarão com a garantia firme de colocação dos bancos coordenadores e também com o aval da empresa holding Light S.A. (sem rating da S&P). As debêntures serão simples, escriturais, não conversíveis em ações e da espécie quirografária. Os recursos dessa emissão serão destinados ao pagamento da 1ª emissão de Notas Promissórias no valor de R\$ 100 milhões e para financiar capital de giro da emissora.

Fundamentos

Os fatores de sustentação dos ratings da Light são o contínuo progresso do seu perfil financeiro resultante da crescente geração de caixa; e a sólida estrutura de capital da empresa, que se traduz em fortes métricas de crédito. Os ratings também refletem a concessão exclusiva da Light para distribuir energia elétrica em parte do Estado do Rio de Janeiro, com um perfil de consumidores que se concentra nas classes residencial e comercial, que juntas representam mais de 70% das receitas da empresa –, e também os seus adequados indicadores operacionais apresentados nos

doze meses findos em março de 2009 (DEC de 9,70 horas/consumidor/ano e FEC de 6,22 vezes/consumidor/ano).

Contrapondo esses pontos positivos estão o alto nível de perdas totais de eletricidade da companhia, em torno de 20%; o elevado volume de contas a receber em atraso, acima de 90 dias no primeiro trimestre de 2009, quando comparado ao mesmo período de 2008; os elevados investimentos programados para os próximos anos destinados principalmente ao combate às perdas comerciais. Outros riscos incluem os volumes ainda significativos de provisões fiscais que podem se tornar exigíveis no médio prazo, apesar de a Light ter conseguido reverter positivamente R\$ 423 milhões em 2008, depois que o Superior Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade do processo judicial que discutia a incidência das contribuições de PIS e COFINS. Além disso, há os riscos de se operar no setor elétrico brasileiro, o qual conta com um histórico de implementação e de condução das regulamentações relativamente recente (cinco anos), mas que vem apresentando estabilidade e evolução desde então.

Em março de 2009, o volume de contas a receber em atraso acima de 90 dias dos clientes residenciais da Light foi 19% superior ao de março de 2008, totalizando R\$ 1,2 bilhão. Além disso, a taxa de arrecadação declinou para 91,1% nos primeiros três meses do ano contra 96,8% em março de 2008. Essa queda pode ser explicada pela intensificação das ações de combate às perdas e por impactos causados pela crise econômica que deteriorou as condições de crédito, mas, mesmo assim, tal fato não trouxe grandes impactos à geração de caixa da empresa nos períodos analisados. Contudo, acreditamos que a Light continuará trabalhando para melhorar a taxa de arrecadação registrada em março de 2009. O índice de perdas, apesar de alto, continua nos mesmos patamares de 2007 e 2008, e atingiu 20,79% em março de 2009.

Em março de 2009, a Light apresentou uma melhora de 11,0% na receita líquida e de 22,3% no EBITDA em comparação ao mesmo período de 2008, alcançando R\$ 1,4 bilhão e R\$ 318 milhões, respectivamente, de acordo com os cálculos da Standard & Poor's. Esse crescimento deve-se principalmente ao resultado da segunda revisão tarifária de 4,27% aplicada em novembro de 2008, à manutenção dos custos e despesas operacionais e ao aumento de consumo de 3,7% no mercado cativo (1,6% no mercado total). Mesmo com o aumento de 7,0% em seu endividamento, que atingiu R\$ 3,2 bilhões (incluindo dívidas com o plano de previdência Braslight), o que se explica pelos recursos captados e utilizados principalmente para o financiamento do programa de investimentos, a companhia apresentou melhoras importantes nos seus índices de proteção de fluxo de caixa em março de 2009 em relação ao mesmo período de 2008. A geração interna de caixa (Funds From Operations - FFO) sobre endividamento total e a cobertura de juros pelo FFO foram de 40% e 6,2x versus 29% e 3x em março de 2008, respectivamente. Para o ano fiscal de 2009, esperamos que a companhia continue evoluindo em sua geração de caixa como reflexo do aumento de sua tarifa, do gerenciamento de custos e do seu esforço para combater as perdas e melhorar a taxa de arrecadação. Esperamos também métricas de crédito fortes, sólidas e acima daquelas apresentadas em 2008: FFO sobre endividamento e cobertura de juros pelo FFO acima de 30% e 4,5x, respectivamente.

A Light possui a concessão exclusiva para distribuir eletricidade na cidade do Rio de Janeiro e em mais 30 municípios vizinhos até 2026. Em 2008, a empresa vendeu 18.292 GWh para 3,9 milhões de clientes. A Light é controlada pela holding não operacional Light S.A., a qual por sua vez é controlada pela RME - Rio Minas Energia Participações S.A. (RME: sem rating da S&P). A RME é formada pela Companhia de Eletricidade de Minas Gerais (CEMIG), pela Andrade Gutierrez Concessões S.A., pela Equatorial Energia S.A. e pela Luce Brasil Fundo de Investimentos em Participações, todas essas empresas sem ratings da S&P.

Liquidez

A liquidez da Light era confortável em março de 2009, com uma posição de caixa de R\$ 598,7 milhões, montante mais que suficiente para cobrir a dívida de curto prazo de R\$ 322,1 milhões. Ainda assim, a Light está realizando uma emissão de debêntures para reforçar sua posição de liquidez durante 2009.

A empresa possui uma estratégia agressiva de investimentos por conta principalmente dos desafios para o combate às perdas e à inadimplência e para a expansão da rede de distribuição. Para 2009, estima-se que o volume a ser investido seja equivalente ao de 2008 (R\$ 498 milhões). Esperamos que a maior parte desses investimentos seja financiada com empréstimos de longo prazo.

Perspectiva

A perspectiva estável do rating de crédito corporativo reflete nossa expectativa de que a Light continuará envidando esforços para o controle da inadimplência e a redução das perdas comerciais, e também para preservar a sólida geração de caixa, apresentando indicadores de FFO sobre dívida total e de cobertura de juros pelo FFO superiores a 30% e 4,5x, respectivamente.

A manutenção das taxas de arrecadação em torno de 100% e uma redução no percentual de perdas comerciais, aliadas a uma gradual evolução na geração de caixa da Light, poderão levar à alteração da perspectiva para positiva, ou a elevação do rating para 'brAA-'. De maneira inversa, caso a empresa não consiga controlar os níveis de inadimplência ou de perdas e estes se deteriorarem, ou, ainda, se houver uma elevação no endividamento ou piora no atual perfil de dívida em decorrência de uma distribuição de dividendos agressiva, a perspectiva poderá ser alterada para negativa ou os ratings rebaixados.

Publicado pela Standard & Poor's, uma Divisão da The McGraw-Hill Companies, Inc. Escritórios Executivos: 1221 Avenue of the Americas, Nova York, NY 10020. Escritório Editorial: 55 Water Street, Nova York, NY 10041. Atendimento ao Assinante: (1) 212-438-7280. Copyright 2007 pela The McGraw-Hill Companies, Inc.

A reprodução total ou parcial deste documento é expressamente proibida exceto mediante autorização prévia. Todos os direitos reservados. Todas as informações foram obtidas pela Standard & Poor's de fontes que ela considera confiáveis. Entretanto, em função da possibilidade de erro humano ou mecânico por parte da Standard & Poor's ou de suas fontes ou de outros, a Standard & Poor's não garante a precisão, a adequação ou a completude de quaisquer informações e não se responsabiliza por quaisquer erros ou omissões ou por quaisquer resultados obtidos ao se utilizar tais informações. Os ratings representam uma opinião, não a declaração de fatos ou uma recomendação para comprar, vender ou manter qualquer título ou valor mobiliário.

Os serviços analíticos oferecidos pela Standard & Poor's Ratings Services ("Divisão de Ratings") resultam de atividades separadas destinadas a preservar a independência e objetividade das opiniões nas quais se baseiam os ratings. Os ratings são opiniões, não sendo, portanto, declarações de fatos, nem recomendações de compra, manutenção ou venda de nenhum título. Os ratings baseiam-se em informações recebidas pela Divisão de Ratings Services. Outras divisões da Standard & Poor's podem possuir informações não disponíveis à Divisão de Ratings Services. A Standard & Poor's estabeleceu políticas e procedimentos cujo objetivo é manter a confidencialidade de informações não públicas recebidas ao longo do processo de atribuição de ratings. A Divisão de Ratings Services é remunerada pela atribuição de ratings. Tal compensação é normalmente paga ou pelo emissor dos títulos avaliados ou por terceiros que participam da negociação de tais títulos. Embora a Standard & Poor's se reserve o direito de disseminar os ratings por ela atribuídos, esta não recebe remuneração por fazê-lo, exceto pelas assinaturas de suas publicações. Quaisquer informações adicionais sobre as tarifas cobradas pela atribuição de ratings por parte da Divisão de Ratings Services estão disponíveis em www.standardandpoors.com/usratingsfees.

The McGraw-Hill Companies



Moody's Investors Service

Global Credit Research

Rating Action

15 JUN 2009

Rating Action: Light S.A.

Moody's atribui ratings Ba1/Aa2.br para as debêntures da Light SESA

Aproximadamente BRL 300 milhões em instrumentos de dívida afetados

Sao Paulo, June 15, 2009 -- Moody América Latina's atribuiu um rating corporativo em moeda local Ba1 e rating corporativo na Escala Nacional Brasileira Aa2.br à Light S.A ("Light"). Ao mesmo tempo, a Moody's atribuiu um rating em moeda local Ba1 e um rating na Escala Nacional Brasileira Aa2.br aos BRL 300 milhões de debêntures sem garantia real com prazo de dois anos a serem emitidas no mercado local pela Light Serviços de Eletricidade S.A ("Light SESA").

Os ratings refletem as fortes métricas de crédito consolidadas da Light para a categoria de rating, seu fluxo de caixa relativamente estável derivado do segmento regulado de distribuição da Light SESA e os contratos de fornecimento de longo prazo do segmento de geração representado pela Light Energia. Os ratings são limitados por um programa de investimentos de tamanho considerável, índices de pagamentos de dividendos relativamente altos, potenciais perdas de fluxo de caixa relacionadas aos passivos de contingências existentes, a incerteza sobre a evolução do ambiente regulatório no Brasil e desafios representados por altos níveis de perdas de eletricidade e taxas de inadimplência.

Light e suas subsidiárias tem melhorado significativamente suas estruturas de capital desde 2005, quando a EDF (Electricité de France), a única acionista naquela época, converteu cerca de BRL 940 milhões de mútuos em patrimônio líquido. Esta ação foi seguida pela conversão de outros BRL 800 milhões de dívidas em patrimônio líquido pelo BNDES Participações S.A. (BNDESPar, o braço de investimentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES) em 2007.

A redução do nível de endividamento foi acompanhada por uma melhora das margens operacionais, embora tenha sido abaixo do potencial de redução devido às taxas muito baixas de crescimento do consumo de eletricidade de 2004 a 2008 e um alto nível de perdas de eletricidade e provisão para devedores duvidosos. A taxa composta de crescimento anual (CAGR) do consumo de eletricidade da Light foi de apenas 1,9% de 2004 a 2008, comparada com uma taxa de 4,0% para o setor brasileiro de eletricidade como um todo. As taxas de crescimento de consumo mais baixas são atribuídas em grande parte à migração de grandes consumidores industriais da cidade do Rio de Janeiro para outras localidades. As outras classes de usuários de eletricidade comportaram-se basicamente em linha com os padrões de taxa de crescimento para todo o Brasil.

Light declarou perdas de energia em torno de 20% nos últimos cinco anos, um número muito mais alto do que a média nacional de 15%. Apesar dos investimentos da empresa em novas tecnologias para reduzir as perdas de energia a níveis mais aceitáveis, estes esforços não geraram nenhuma melhora significativa e a perspectiva para melhoras adicionais não é promissora. A administração sinalizou que com investimentos anuais de BRL 150 milhões estas perdas poderiam eventualmente ser reduzidas para cerca de 18% dentro de quatro anos. As provisões para devedores duvidosos da Light, como percentual das receitas brutas, vêm caindo nos últimos cinco anos de aproximadamente 5,2% para 2,9% ao ano, porém ainda permanecem muito mais altas do que a provisão de 0,9% reconhecida pelo regulador.

As projeções indicam que Light reportará fluxo de caixa satisfatório nos próximos anos em vista das margens operacionais predominantemente favoráveis. Como parte da segunda revisão tarifária, o regulador concedeu à Light um aumento de 2% em novembro de 2008. Estas revisões tarifárias periódicas visam primeiramente ajustar as tarifas de uma empresa para gerar parâmetros operacionais mais eficientes, conforme determinado pelo regulador e retornar aos consumidores os ganhos de produtividade obtidos desde a revisão tarifária anterior em 2003.

Similar às de outras empresas de distribuição no Brasil, as margens operacionais da Light devem diminuir no futuro; porém, o regulador considerou algumas questões específicas da estrutura tarifária da Light. Ele elevou o nível regulado das perdas de energia de 16% a 19% e recompensou a empresa através de tarifas mais altas pela migração de três importantes consumidores livres de sua rede de distribuição para a rede básica a partir 2009. Como resultado, o impacto negativo da segunda revisão tarifária periódica sobre as margens operacionais será relativamente menor quando comparado ao de outras empresas de distribuição elétrica brasileiras, que na maioria dos casos tiveram ajustes tarifários negativos. Além das margens operacionais mais baixas no futuro, os volumes de vendas no mercado cativo (regulado) devem variar entre zero e 1,5% de aumento em 2009 devido ao baixo crescimento do PIB brasileiro em 2009.

O segmento de geração deve apresentar margens operacionais estáveis e, consequentemente, fluxos de caixa mais estáveis – resultado do caráter inerente de longo prazo dos contratos de fornecimento de energia da Light Energia com o mercado regulado. Estes contratos começarão a vencer somente em 2013, com o volume acumulado de energia descontrada representando aproximadamente 27% da energia assegurada ao final de 2013 e 51% ao final de 2014. Assim sendo, a partir de 2013, Light deve se beneficiar de preços de energia mais altos e deve reportar melhores fluxos de caixa operacionais. A média de preços de energia da Light atualmente é cerca de BRL 67 por MWh e estimativas preliminares para novos contratos indicam que os preços de energia poderiam subir para mais de BRL 130 por MWh. Porém, a Moody's ressalta que a subsidiária de geração da Light não é uma fiadora da emissão de debêntures classificada.

O endividamento deve aumentar marginalmente de 2009 a 2012 como resultado do fluxo de caixa livre negativo previsto em cerca de BRL 200 milhões por ano pelos próximos dois anos. A captação de longo prazo deve compensar a diferença do fluxo de caixa. Os Fluxos de Caixa das Operações (FFO) devem alcançar BRL 1,0 bilhão nos próximos dois anos ou cerca de 28% da dívida total ajustada, o que se compara favoravelmente com o desempenho histórico considerando-se a recente revisão tarifária periódica e a atual baixa econômica.

A previsão dos investimentos de imobilizado é de BRL 700 milhões por ano nos próximos quatro anos, principalmente para reduzir as perdas de energia e expandir o investimento no segmento de geração. A administração anunciou a construção de três pequenas unidades de geração de energia hidrelétrica com uma capacidade instalada de 238MW, que estão programadas para entrar em operação entre 2011 a 2013. O investimento total na geração pode alcançar BRL 750 milhões nos próximos quatro anos. Parte significativa dos recursos de longo prazo deve vir do BNDES com um total estimado que poderia chegar até BRL 500 milhões.

Os passivos de contingência reconhecidos como obrigações de longo prazo estavam em BRL 988 milhões em 31 de março de 2009. Deste total, cerca de BRL 500 milhões estão associados a disputas fiscais e poderiam ter um potencial impacto sobre o caixa em 2009, como resultado de acordos extrajudiciais a serem concluídos nos próximos meses. A administração prevê que aproximadamente metade das contingências fiscais pode ser refinanciada com o governo federal por um período maior que cinco anos sob programas específicos do governo para esta finalidade. O tamanho total das contingências é relativamente alto em cerca de BRL 4 bilhões, mas a maioria dessas obrigações são classificadas como possíveis ou remotas, e como tal não são reconhecidas nos demonstrativos financeiros.

Assim como outras empresas brasileiras, Light não mantém linhas de crédito compromissadas para enfrentar despesas inesperadas. Apesar desta restrição, a liquidez da Light é adequada, como evidenciado por uma posição de caixa consolidado de BRL 736 milhões em 31 de março de 2009 que cobre confortavelmente a dívida de curto prazo de BRL 328 milhões. O fluxo de caixa livre previsto nos próximos doze meses de cerca de BRL 100 milhões negativos deve ser financiado principalmente pelos recursos por volta de BRL 300 milhões das debêntures propostas e em cerca de BRL 230 milhões pelo BNDES.

A política de dividendos da Light garante um pagamento mínimo de 50% aos acionistas. A Moody's utilizou um índice de pagamento mais alto de 95% em seu cenário-base de projeção, no qual a geração interna de caixa e nova captação de longo prazo, principalmente do BNDES, são suficientes para cobrir as saídas de caixa, enquanto o endividamento é mantido em níveis administráveis.

A perspectiva estável reflete a visão da Moody's de que, apesar de uma certa retração esperada das margens operacionais, a geração interna de caixa seja a primeira fonte de captação para as necessidades de caixa da empresa e podendo ser adequadamente complementada por captação de longo prazo prontamente obtida no médio prazo. O nível total de dívida deve permanecer praticamente inalterado, continuando compatível com a categoria de rating.

Os ratings ou perspectiva poderiam ser elevados como resultado de uma maior visibilidade sobre o potencial impacto das contingências judiciais existentes sobre o fluxo de caixa e a alavancagem. Também seria importante para uma elevação que haja progresso na redução dos altos níveis de provisão para devedores duvidosos da empresa (atualmente em 2,9% de receitas brutas) e perdas de energia (atualmente em 20,8%). Pressão para elevação poderia aumentar se o Fluxo de Caixa Retido (RCF) sobre a Dívida Total Ajustada permanecer acima de 20% (32% nos últimos doze meses findos em 31 de março de 2009) e a cobertura de juros (CFO antes das variações de capital de giro sobre as despesas financeiras) permanecer acima de 5,0x (7,9x nos últimos doze meses findos em 31 de março de 2009) em uma base sustentável.

Os ratings ou perspectiva poderiam ser rebaixados se o índice de RCF sobre a dívida ajustada cair abaixo de 10% e a cobertura de juros for menor que 3,0x por um período estendido. Uma mudança do nível de suporte do ambiente regulatório brasileiro também poderia desencadear uma ação de rating. Moody's apresentou suas visões em relação ao nível de suporte do ambiente regulatório brasileiro no special comment "Regulatory Environment Improves For Brazilian Utilities" publicado em 25 de agosto de 2008 e disponível no site da Moody's (www.moody.com). Adicionalmente aos fatores já mencionados, os ratings das debêntures poderiam ser negativamente afetados se houver um aumento significativo das dívidas garantidas por recebíveis, em relação à dívida total na Light SESA (atualmente as dívidas garantidas representam 17% da dívida ajustada total).



A metodologia de rating principal utilizada na atribuição de rating a Light foi "Global Regulated Electric Utilities Rating Methodology (março de 2005)", que pode ser encontrada no site da Moody's (www.moody's.com) no diretório Credit Policy & Methodologies, no subdiretório Ratings Methodologies. Outras metodologias e fatores que podem ter sido considerados no processo de atribuição de rating a esse emissor podem ser encontrados no diretório Credit Policy & Methodologies.

Light S.A. (Light), sediada no Rio de Janeiro, Brasil, é uma empresa integrada controlada pela Rio Minas Energia Participações S.A. (RME) com atividades de geração, distribuição e comercialização de eletricidade. Nos últimos doze meses findos em 31 de março de 2009, a empresa de distribuição Light Serviços de Eletricidade S.A. (Light SESA) distribuiu 23.122 GWh de eletricidade (aproximadamente 6% da eletricidade consumida no Brasil) e representou cerca de 86% do EBITDA consolidado da Light. A Light reportou receitas líquidas consolidadas de BRL 5.508 milhões (USD 2.776 milhões) e Lucro Líquido de BRL 1.038 milhão (USD 523 milhões) nos últimos doze meses findos em 31 de março de 2009. Light SESA declarou receitas líquidas consolidadas de BRL 5.237 milhões (USD 2.639 milhões) e Lucro Líquido de BRL 998 milhões (USD 503 milhões) no mesmo período.

Sao Paulo
Jose Soares
Asst Vice President - Analyst
Global Infrastructure Finance
Moody's America Latina Ltda.
55-11-3043-7300

New York
William L. Hess
Managing Director
Global Infrastructure Finance
Moody's Investors Service
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

CREDIT RATINGS ARE MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC.'S (MIS) CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MIS DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS DO NOT CONSTITUTE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS ARE NOT RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. CREDIT RATINGS DO NOT COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MIS ISSUES ITS CREDIT RATINGS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.

© Copyright 2009, Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors including Moody's Assurance Company, Inc. (together, "MOODY'S"). All rights reserved.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY COPYRIGHT LAW AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, such information is provided "as is" without warranty of any kind and MOODY'S, in particular, makes no representation or warranty, express or implied, as to the accuracy, timeliness, completeness, merchantability or fitness for any particular purpose of any such information. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages, resulting from the use of or inability to use, any such information. The credit ratings and financial reporting analysis observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER. Each rating or other opinion must be weighed solely as one factor in any investment decision made by or on behalf of any user of the information contained herein, and each such user must accordingly make its own study and evaluation of each security and of each issuer and guarantor of, and each provider of credit support for, each security that it may consider purchasing, holding or selling.

MOODY'S hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MOODY'S have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MOODY'S for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to approximately \$2,400,000. Moody's Corporation (MCO) and its wholly-owned credit rating agency subsidiary, Moody's Investors Service (MIS), also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to

the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually on Moody's website at www.moody's.com under the heading "Shareholder Relations - Corporate Governance - Director and Shareholder Affiliation Policy."

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Declaração da Emissora nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)




DECLARAÇÃO

Light Serviços de Eletricidade S.A., sociedade por ações com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Marechal Floriano, n.º 168, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 60.444.437/0001-46 ("Companhia"), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, no âmbito da distribuição pública de 250.000 (duzentos e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, de sua 6ª (sexta) emissão, todas nominativas e escriturais, da espécie quirográfica, com garantia adicional representada por fiança prestada pela Light S.A. ("Light"), emitidas em uma única série, com valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) ("Oferta" e "Debêntures", respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a Oferta; e que (ii) o prospecto preliminar da Oferta contém e o prospecto definitivo da Oferta conterá, na data de publicação do anúncio de início da Oferta, as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Oferta, das Debêntures, da Companhia e da Light, suas respectivas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborados de acordo com as normas pertinentes. Os Srs. Ronnie Vaz Moreira e Paulo Roberto Ribeiro Pinto, diretores estatutários da Companhia, foram os responsáveis pela verificação da veracidade das informações prestadas.

Rio de Janeiro, 12 de junho de 2009

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.



Ronnie Vaz Moreira
Vice-Presidente Executivo
e de Relações com Investidores



Paulo Roberto Ribeiro Pinto
Diretor de Novos Negócios e Institucional



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

-
- Declaração do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM nº 400/03

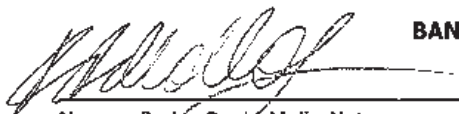
(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



DECLARAÇÃO

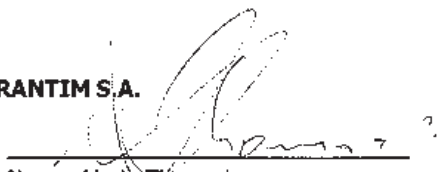
BANCO VOTORANTIM S.A., instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Roque Petroni Junior, n.º 999, 16º andar, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 59.588.111/0001-03 ("Coordenador Líder"), na qualidade de instituição intermediária líder responsável pela distribuição pública de 250.000 (duzentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da 6ª (sexta) emissão da Light Serviços de Eletricidade S.A. ("Companhia"), todas nominativas e escriturais, da espécie quirografária, com garantia adicional representada por fiança prestada pela Light S.A. ("Light"), emitidas em uma única série, com valor nominal unitário, na data de emissão, de R\$ 1.000,00 (um mil reais), perfazendo o montante total de R\$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais) ("Debêntures" e Oferta", respectivamente), vem, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada, declarar que (i) o prospecto preliminar da Oferta e o prospecto definitivo da Oferta contêm ("Prospectos") as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, das Debêntures, da Oferta, da Companhia e da Light, suas respectivas atividades, situação econômico-financeira e dos riscos inerentes às suas atividades e quaisquer outras informações relevantes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, tendo sido elaborados de acordo com as normas pertinentes; (ii) tomou as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência para assegurar que as informações prestadas pela Companhia sejam verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e (iii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Oferta, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro de companhia aberta da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários e que venham a integrar os Prospectos sejam suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta.

São Paulo, 12 de junho de 2009



Nome: Pedro Paulo Mollo Neto
Cargo: Diretor Estatutário

BANCO VOTORANTIM S.A.



Nome: Mario Thomazi
Cargo: Diretor Estatutário



07-09-02800044-155174151

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Emissora

LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.
Avenida Marechal Floriano, nº 168, 2º andar
Rio de Janeiro - RJ

Coordenador Líder

BANCO VOTORANTIM S.A.
Avenida Roque Petroni Júnior, nº 999, 16º andar
São Paulo - SP

Coordenadores

BANCO ITAÚ BBA S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400,
4º andar
São Paulo - SP

BANCO CITIBANK S.A.
Avenida Paulista, nº 1.111, 10º andar
São Paulo - SP

BANCO BRADESCO BBI S.A.
Avenida Paulista, nº 1.450, 8º andar
São Paulo - SP

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Avenida Presidente Juscelino Kubitschek,
nº 510, 12º andar
São Paulo - SP

Consultores Legais

MOTTA, FERNANDES ROCHA - ADVOGADOS
Avenida Almirante Barroso, nº 52, 5º andar
Rio de Janeiro - RJ

**MATTOS FILHO, VEIGA FILHO, MARREY JR. E
QUIROGA ADVOGADOS**
Alameda Joaquim Eugênio de Lima, 447
São Paulo - SP



Este Prospecto está disponível
no Website:
www.luzpublicidade.com.br



O RIO É LIGHT